

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA – UFJF**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - ICH**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS – PPGCSO**

**Carlos Alberto Moreno González**

**Políticas Públicas para a Juventude no Brasil e na Colômbia: da formação da  
agenda à institucionalização**

**Juiz de Fora**

**2024**

**Carlos Alberto Moreno González**

**Políticas Públicas para a Juventude no Brasil e na Colômbia: da formação da agenda à institucionalização**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais. Área de concentração: Cultura, Poder e Instituições.

**Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Christiane Jalles de Paula**

Juiz de Fora

2024

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Moreno-González, Carlos Alberto Moreno González.

Políticas Públicas para a Juventude no Brasil e na Colômbia: da formação da agenda à institucionalização / Carlos Alberto Moreno González Moreno-González. -- 2024.

373 f. : il.

Orientador: Christiane Jalles de Paula Jalles de Paula

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2024.

1. Política Pública. 2. Juventude. 3. Brasil. 4. Colômbia. 5. Participação. I. Jalles de Paula, Christiane Jalles de Paula, orient. II. Título.

**Carlos Alberto Moreno González**

**Políticas Públicas para a Juventude no Brasil e na Colômbia: da formação da agenda à institucionalização**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais. Área de concentração: Cultura, Poder e Instituições.

Aprovada em 22 de Janeiro de 2024.

**BANCA EXAMINADORA**

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Christiane Jalles de Paula - Orientador**  
Universidade Federal de Juiz de Fora

**Prof. Dr. Jorge Gomes de Souza Chaloub**  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

**Prof. Dr. Paulo César Pontes Fraga**  
Universidade Federal de Juiz de Fora

**Prof. Dr. Carlos Arturo Reina Rodríguez**  
Universidad Distrital Francisco José de Caldas - Bogotá

Juiz de Fora, 10/01/2024.



Documento assinado eletronicamente por **Christiane Jalles de Paula, Professor(a)**, em 22/01/2024, às 19:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **JORGE GOMES DE SOUZA CHALOUB, Usuário Externo**, em 23/01/2024, às 16:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Regina Célia Reyes Novaes, Usuário Externo**, em 25/01/2024, às 15:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Arturo Reina Rodríguez, Usuário Externo**, em 29/01/2024, às 22:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Cesar Pontes Fraga, Professor(a)**, em 22/02/2024, às 10:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf ([www2.ufjf.br/SEI](http://www2.ufjf.br/SEI)) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **1659890** e o código CRC **18AD7FC2**.

## AGRADECIMENTOS

Ao longo das experiências de vida, para alguns, o ato de agradecer torna-se cada vez mais significativo. Este é o meu caso. Por essa razão, nos recantos desta jornada acadêmica, desde a candidatura até a conclusão do doutoramento, confirmei que a gratidão não é simplesmente uma palavra; é um estado de espírito que impregnou cada fase desta trajetória e da minha história de vida. À medida que reflito sobre os desafios superados, os conhecimentos adquiridos e as relações cultivadas, não posso deixar de reconhecer o papel fundamental que a gratidão desempenhou nesta experiência. Neste espaço, desejo expressar meu profundo reconhecimento a todos que acompanharam este processo, que não foi apenas uma jornada acadêmica, mas também de crescimento pessoal. Portanto, quero começar expressando meu sincero agradecimento à minha orientadora, Professora Christiane Jalles de Paula, por aceitar dirigir meu trabalho. Obrigado por confiar e acreditar no meu potencial. Por seus comentários e sugestões assertivas e precisas. Os encontros remotos realizados durante o período de pandemia foram um espaço importante, tanto acadêmico quanto pessoal.

À minha família, especialmente aos meus pais, Eva e Carlos Antônio, pelo apoio inabalável e paciência. Seu amor e compreensão foram uma fonte de inspiração durante todo o processo. Aos meus amigos em Juiz de Fora, Silvio Almeida Silva e sua família, que me acolheram, acompanharam e deram apoio durante todo esse tempo, minha segunda família.

Agradeço aos professores Regina Novaes e Carlos Reina por suas orientações na qualificação, pois permitiram verificar que estávamos no caminho certo e possibilitaram vislumbrar outros aspectos para a pesquisa. Aos professores que participaram das entrevistas, obrigado pelo tempo, dedicação e contribuições, pois foram fundamentais para o trabalho e para minha formação. Agradeço aos professores de cada uma das disciplinas cursadas durante o doutorado, pois suas contribuições e bibliografia enriqueceram significativamente o conteúdo desta tese. Quero expressar minha gratidão à Universidade Federal de Juiz de Fora, ao programa de pós-graduação em Ciências Sociais, por fornecer os recursos necessários e o ambiente propício para a realização desta pesquisa. A concessão de uma bolsa de estudos permitiu uma dedicação mais efetiva à investigação.

Agradeço aos meus amigos, especialmente a Cristina, pelo apoio durante o processo de seleção do doutorado. A Blanca pela disposição e ajuda. A Simone Almeida, por ser minha colega de doutorado, mesmo sendo de outro programa. Aos meus alunos, porque ao escrever sobre as políticas de juventude, sempre tive em mente muitas das experiências vividas nos meus anos como pedagogo reeducador e professor de ciências sociais.

## RESUMO

Este estudo aborda a questão da juventude e sua relação com a formação da agenda de políticas públicas para os jovens. Este grupo demográfico é diverso e complexo, com diferentes perspectivas e necessidades. Compreender essas diferenças é essencial para desenvolver políticas eficazes que abordem as preocupações dos jovens em todos os seus aspectos, não apenas na educação, no emprego e na saúde. A análise centra-se nos processos de formulação de políticas de juventude na América Latina, especialmente no Brasil e na Colômbia, a partir de uma perspectiva histórica. Está dividida em três momentos-chave: a celebração do Ano Internacional da Juventude em 1985, a formulação de políticas de juventude na América do Sul no início dos anos 2000 e a análise das atuais políticas públicas de juventude numa perspectiva sincrônica. Além disso, sugere-se que o foco na inovação e no incrementalismo pode ser crucial para lidar com as realidades e necessidades em constante mudança da juventude na região. O objetivo geral é analisar os processos de construção de políticas públicas de juventude, com ênfase no Brasil e na Colômbia, desde a preparação do Ano Internacional da Juventude em 1985. O que implica compreender a concepção de juventude presente na agenda política desses países. Metodologicamente, optou-se por um tipo de pesquisa descritivo-qualitativa, que envolveu a coleta de dados diretamente dos atores envolvidos na formulação de políticas de juventude. O estudo foi realizado em duas etapas. A primeira consistiu em uma pesquisa bibliográfica que permitiu a reinterpretação das fontes e contribuiu para a compreensão do objeto de estudo, que é a inclusão dos jovens nas políticas sociais da região. A segunda fase envolveu uma abordagem empírica com atores-chave, com foco nos especialistas em políticas de juventude, por meio de análise bibliográfica e análise de conteúdo. As conclusões ressaltam o crescente interesse e reconhecimento dos jovens nas políticas públicas na América Latina, especialmente no Brasil e na Colômbia, em consonância com as resoluções da ONU que promovem a participação ativa dos jovens como agentes de mudança na construção das sociedades. Ao longo das décadas, houve uma transformação significativa na forma como a juventude é percebida na América Latina, o que é fundamental para a construção de políticas públicas que atendam às suas necessidades e desafios específicos. Como principais resultados, destaca-se a criação de agências governamentais dedicadas às políticas para jovens. Esses órgãos têm o objetivo de formular e coordenar políticas específicas para os jovens, refletindo uma abordagem mais abrangente e específica de suas necessidades e aspirações. Apesar do progresso, o estudo evidencia que ainda existem desafios importantes em termos de igualdade de oportunidades e participação plena dos jovens. O estudo enfatiza a importância da participação ativa dos jovens na formulação e implementação de políticas públicas, enriquecendo a tomada de decisões democráticas por meio da inclusão de diversas perspectivas.

**Palavras-Chave:** Política Pública. Juventude. Brasil. Colômbia. Participação. Agenda Política.

## ABSTRACT

This study delves into the relationship between youth and the development of public policies catering to their needs. This demographic is marked by its diversity and complexity, characterized by varying perspectives and requirements. Recognizing these distinctions is vital for crafting effective policies that encompass all facets of young people's concerns, extending beyond education, employment, and health. The analysis centers on the evolution of youth policy formulation in Latin America, with a specific focus on Brazil and Colombia, viewed through a historical lens. The study is structured around three critical junctures: the commemoration of the International Year of Youth in 1985, the crafting of youth policies in South America in the early 2000s, and the examination of present-day youth policies from a synchronized standpoint. Furthermore, we propose that a dedication to innovation and incrementalism is pivotal in addressing the ever-evolving realities and requirements of the region's youth. The primary aim is to dissect the process of shaping public youth policies, with a particular emphasis on Brazil and Colombia since the inception of the International Year of Youth in 1985. This entails comprehending the role of youth on the political agenda in these nations. Methodologically, we have embraced a descriptive-qualitative research approach, which involved the direct collection of data from key stakeholders involved in the development of youth policies. The research unfolded in two phases. The initial phase encompassed an extensive literature review, facilitating the reevaluation of sources and enhancing our grasp of the study's subject – the integration of young people into the region's social policies. The subsequent phase entailed an empirical approach involving key players, with a special focus on youth policy experts, incorporating bibliographical analysis and content analysis. The findings underscore the burgeoning interest and recognition of young individuals within the framework of public policies in Latin America, particularly in Brazil and Colombia. This aligns with UN resolutions advocating for the active engagement of young people as catalysts for change in societal development. Throughout the decades, Latin America has witnessed a profound transformation in the perception of youth, which is pivotal in crafting public policies attuned to their specific requirements and challenges. A notable outcome has been the establishment of governmental agencies exclusively dedicated to youth policies. These entities are committed to formulating and coordinating tailored policies for young individuals, demonstrating a more comprehensive and precise approach to their needs and aspirations. Nevertheless, despite these advancements, the study underscores the substantial challenges that persist in ensuring equal opportunities and full participation for young people. It underscores the paramount significance of active youth involvement in the formulation and execution of public policies, enriching democratic decision-making through the inclusion of diverse perspectives.

**Keywords:** Public Policy. Youth. Brazil. Colombia. Participation. Political Agenda.

## RESUMEN

Este estudio aborda la cuestión de la juventud y su relación con la agenda de políticas públicas para los jóvenes. Este grupo demográfico es diverso y complejo, con perspectivas y necesidades diferentes. Comprender estas diferencias es esencial para desarrollar políticas efectivas que aborden las preocupaciones de la juventud en todos sus aspectos, no limitándose solo a la educación, el empleo y la salud. El análisis se centra en los procesos de construcción de políticas de juventud en América Latina, especialmente en Brasil y Colombia, desde una perspectiva histórica. Se dividen en tres momentos clave: la celebración del Año Internacional de la Juventud en 1985, la formulación de políticas de juventud en América del Sur a principios de los años 2000 y el análisis de las políticas públicas de juventud actuales desde una perspectiva sincrónica. Además, se sugiere que el enfoque en la innovación y el incrementalismo puede ser crucial para abordar las cambiantes realidades y necesidades de la juventud en la región. El objetivo general es analizar los procesos de construcción de políticas públicas de juventud, con énfasis en Brasil y Colombia, desde la preparación del Año Internacional de la Juventud de 1985. Esto implica comprender la concepción de juventud presente en la agenda política de estos países. Metodológicamente, se optó por una investigación de tipo descriptiva-cualitativa, que implica la recopilación de datos directamente de los actores involucrados en la formulación de políticas de juventud. El estudio se llevó a cabo en dos etapas. La primera consistió en una investigación bibliográfica que permitió la reinterpretación de fuentes y contribuyó a la comprensión del objeto de estudio, que es la inclusión de la juventud en las políticas sociales de la región. La segunda fase implicó una aproximación empírica con actores clave, enfocándose en los especialistas en políticas de juventud, mediante el análisis bibliográfico y análisis de contenido. Las conclusiones destacan el creciente interés y reconocimiento de la juventud en las políticas públicas en América Latina, especialmente en Brasil y Colombia, en línea con las resoluciones de la ONU que promueven la participación activa de los jóvenes como agentes de cambio en la construcción de sociedades. A lo largo de las décadas, ha habido una transformación significativa en la forma en que se percibe a los jóvenes en América Latina, lo que es fundamental para la construcción de políticas públicas que aborden sus necesidades y desafíos específicos. Como principales resultados, se destaca la creación de agencias gubernamentales dedicadas a las políticas de juventud. Estas agencias tienen como objetivo formular y coordinar políticas específicas para los jóvenes, reflejando un enfoque más integral y específico de sus necesidades y aspiraciones. A pesar de los avances, el estudio resalta que persisten importantes desafíos en cuanto a igualdad de oportunidades y plena participación de los jóvenes. El estudio enfatiza la importancia de la participación activa de los jóvenes en la formulación y aplicación de las políticas públicas, enriqueciendo la toma de decisiones democrática al incluir perspectivas diversas.

**Palabras-clave:** Políticas públicas. Juventud. Brasil. Colombia. Participación. Agenda Política.

## LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

ACNUR	Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
AIJ	Ano Internacional da Juventude
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
CIDJ	Convenção Ibero-Americana sobre os Direitos dos Jovens
CONES	Coordenadora dos Estudantes Secundários
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FAO	Organização para a Alimentação e Agricultura das Nações Unidas
FEUE	Federação de Estudantes Universitários do Equador
FLACSO	Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IDRC	Associação Internacional de Centros de Pesquisa para o Desenvolvimento
ILANUD	Instituto Latino Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente
OIJ	Organização Ibero-americana da Juventude
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAS	Organização Pan-Americana da Saúde
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PÓLIS	Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais
PPC	Paridade do poder de compra
PPJ	Políticas públicas de juventude
PRADJAL	Programa Regional de Ações para o Desenvolvimento da Juventude na América Latina
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.
UNFPA	Fundo de População das Nações Unidas
UNU	Universidade das Nações Unidas

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES E FIGURAS

### Ilustrações:

Ilustração 1 - Greve climática: jovens de mais de 100 países marcham..	26
Ilustração 2 - Protestos aumentam para 58 cidades espanholas..	27
Ilustração 3 - Juventude francesa mobiliza-se contra a precariedade estudantil.....	27
Ilustração 4 - Crianças da revolução: os jovens de hong kong pronto para 'sacrificar tudo'...	28
Ilustração 5 - Protestos na argélia: jovens lideram o movimento pela mudança.....	29
Ilustração 6 - O protesto também foi jovem. ....	30
Ilustração 7 - Estudantes bolivianos protestam perto de evo morales. ....	31
Ilustração 8 - Protesto estudantil encerra semana de ativismo de oposição.....	32
Ilustração 9 - Nicarágua: o discurso chocante de Lesther Alemán.....	32
Ilustração 10 -Os protestos ampliam o fosso entre duque e a juventude. ....	33

### Figuras:

Figura 1 - Investimento em juventude .....	202
Figura 2 - Categoria perfil dos especialistas .....	227
Figura 3 - Interesse temática juventude .....	233
Figura 4 - Redes de juventude .....	239
Figura 5 - Participação dos atores acadêmicos nas PPJ. ....	247
Figura 6 - Organizações Multilaterais .....	256
Figura 7 - Agenda Pública .....	276
Figura 8 - Formulação, Construção de Políticas .....	284

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Abordagens que constituem a base teórica sobre o conceito de juventude.....	37
Quadro 2 - Faixa etária juventudes Latino América.....	49
Quadro 3 - Paradigmas da fase da juventude nas abordagens de políticas e programas.....	57
Quadro 4 - Características fundamentais que as políticas para jovens devem atender .....	62
Quadro 5 - Perspectiva de/para/com juventude .....	64
Quadro 6 - Lista de resoluções das sessões das Nações Unidas.....	71
Quadro 7 - Recomendações feitas pelas Nações Unidas .....	73
Quadro 8 - Agências que participaram da reunião regionais Europa .....	77
Quadro 9 - Agências que participaram da reunião regionais Ásia .....	80
Quadro 10 - Agências que participaram das reuniões regionais de juventude África.....	81
Quadro 11 - Agências que participaram das reuniões regionais América Latina .....	83
Quadro 12 - Agências que participaram da mesa redonda Costinesti .....	97
Quadro 13 - Tópicos das reuniões nacionais .....	102
Quadro 14 - Autores e publicações estudos sobre juventude: a fase dos ensaios: 1930 – 1960 .....	129
Quadro 15 - Autores e publicações estudos sobre juventude: a fase contemporânea .....	129
Quadro 16 - Etapas dos autores e publicações dos estudos sobre juventude: a fase dos ensaios: 1930 – 1960 .....	130
Quadro 17 - Principais documentos emitidos pela CEPAL .....	132
Quadro 18 - Lista de membros da rede latino-americana de pesquisadores especializados em temas juvenis associados ao CELAJU .....	137
Quadro 19 - Autores especialistas em juventude Uruguai. ....	143
Quadro 20 - Autores especialistas em juventude Argentina.....	144
Quadro 21 - Autores especialistas em juventude Chile .....	146
Quadro 22 - Autores especialistas em juventude México .....	149
Quadro 23 - Autores especialistas em juventude Brasil .....	152
Quadro 24 - Autores especialistas em juventude Colômbia.....	156
Quadro 25 - Participação juvenil: velhos e novos paradigmas.....	164
Quadro 26 - Idade de atribuição penal e regime penal juvenil.....	177
Quadro 27 - Marco legal nacional na área da juventude América Latina .....	186
Quadro 28 - Instituições de juventude na América Latina .....	188
Quadro 29 - Enquetes nacionais de juventude na América Latina .....	192
Quadro 30 - Lista de candidatos gestores e acadêmicos para entrevistas .....	217
Quadro 31 - Etapas da pré-análise .....	219
Quadro 32 - Organização dos documentos usados na pesquisa .....	222
Quadro 33 - Categorias e subcategorias de análise. ....	223
Quadro 34 - Primeiros índices ou códigos criados durante a pré-análise.....	224
Quadro 35 - Índices (códigos) criados durante a pré-análise .....	225
Quadro 36 - Especialistas em juventude entrevistados .....	227
Quadro 37 - Recrutamento de menores .....	325

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Origem instituições dos participantes aos encontros da unesco.....	85
Tabela 2 - Origem instituições dos participantes aos encontros da unesco.....	95
Tabela 3 - Interesse pela política .....	166
Tabela 4 - A forma como você vota pode tornar as coisas diferentes no futuro. ....	167
Tabela 5 - Organizações e atividades nas quais você participa ou trabalha ativamente. jovens de 15 a 25 anos. ....	168
Tabela 6 - Confiança de que as instituições atuam para melhorar nossa qualidade de vida: média correspondente ao ano de 2018, (15-25 anos). ....	170
Tabela 7 - Taxa de desemprego desempregados/mão-de-obra.....	173
Tabela 8 - Distribuição percentual do investimento social em jovens por volta de 2012 (em percentuais).....	203
Tabela 9 - Jovens que abandonaram a escola sem concluir o ensino médio (entre os 15 e os 29 anos), 2014.....	206
Tabela 10 - População de 15 a 64 anos de acordo com o nível educacional mais alto obtido na américa latina, 2004-2014. porcentagens .....	207
Tabela 11 - Nível de escolaridade alcançado pelas pessoas de 25 anos ou mais segundo grandes estratos de renda per capita, por volta de 2002, 2008 e 2017. em percentuais.....	208
Tabela 12 - Situação dos jovens no mercado laboral (15-29 anos).....	211
Tabela 13 - América latina: proporção de jovens que estudam e trabalham, por faixa etária e sexo, por volta de 2014 (em percentuais).....	212

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
<b>1 O ENGAJAMENTO DA JUVENTUDE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....</b>	<b>25</b>
1.1 INTRODUÇÃO .....	25
1.2 ABORDAGENS CONTEXTUAIS NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS .....	36
1.3 A QUESTÃO JUVENIL: IMPLICAÇÕES PARA POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE .....	42
1.4 REPENSANDO A JUVENTUDE COMO CONSTRUÇÃO SOCIAL .....	45
1.5 A POLÍTICA PÚBLICA DE JUVENTUDE E A EVOLUÇÃO DOS PARADIGMAS DA ABORDAGEM DA JUVENTUDE.....	53
1.6 CARACTERÍSTICAS DE UMA POLÍTICA PÚBLICA DE JUVENTUDE .....	59
1.7 POLÍTICAS A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA DE/PARA/COM A JUVENTUDE .....	63
<b>2 A JUVENTUDE PELAS LENTES DOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS: paz, respeito mútuo e compreensão entre as pessoas. ....</b>	<b>67</b>
2.1 INTRODUÇÃO .....	67
2.2 A JUVENTUDE APÓS A PÓS-GUERRA .....	67
2.3 TRAÇANDO O CAMINHO PARA O ANO INTERNACIONAL DA JUVENTUDE .....	70
2.4 SOBRE O TRABALHO ANTERIOR AO ANO INTERNACIONAL DA JUVENTUDE (AIJ) .....	74
2.5 GENERALIDADES DAS REUNIÕES REGIONAIS.....	75
2.6 A MESA REDONDA COSTINESTI.....	87
2.7 UM OLHAR PARA O FUTURO.....	94
2.8 ANO DA JUVENTUDE NA AMÉRICA LATINA.....	98
2.9 COMEMORANDO O ANO INTERNACIONAL DA JUVENTUDE NA AMÉRICA LATINA (1985) .....	101
<b>3 A TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DA JUVENTUDE: Do AIJ de 1985 à Carta Ibero-Americana dos Direitos da Juventude em 2000. ....</b>	<b>109</b>
3.1 INTRODUÇÃO:.....	109
3.2 O PERCURSO DAS AÇÕES POLÍTICAS DE JUVENTUDE: INSTITUIÇÕES E REDES..	109
3.3 JUVENTUDE EM PERSPECTIVA: OS EVENTOS QUE AUMENTAM SEU DESTAQUE	112
3.4 CONFIGURAÇÃO DOS ATORES: AGÊNCIAS DE JUVENTUDE .....	117
3.5 AÇÕES CONCRETAS: O SURGIMENTO E CONSTITUIÇÃO DA ORGANIZAÇÃO IBERO-AMERICANA DA JUVENTUDE .....	121
3.6 A JUVENTUDE NO ESCOPO DOS ESPECIALISTAS: A REDE DE PESQUISADORES .	127
3.7 OS ESPECIALISTAS EM JUVENTUDE: EXPERIÊNCIAS DE ALGUNS PAÍSES.....	142
<b>4 AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE NA AMÉRICA LATINA....</b>	<b>161</b>
4.1 INTRODUÇÃO .....	161
4.2 INÍCIO DO SÉCULO: ASPECTOS GERAIS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: PARTICIPAÇÃO	161
4.3 POLÍTICAS E INSTITUIÇÕES DE JUVENTUDE NA AMÉRICA LATINA.....	171
4.4 PARA UMA AGENDA DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	174
4.5 POLÍTICAS NACIONAIS DE JUVENTUDE NA AMÉRICA LATINA .....	176
4.5.1 Tratados internacionais.....	178
4.5.2 Legislação juvenil e institucionalidade.....	180
4.5.3 Políticas integrais e políticas setoriais .....	186
4.6 AS JUVENTUDES E SUAS POLÍTICAS A PARTIR DE 2008 .....	190
4.6.1 O Ano Ibero-Americano da Juventude.....	193
4.6.2 A Juventude como agente de coesão social.....	195
4.7 INVESTINDO NA JUVENTUDE: O ANO INTERNACIONAL DA JUVENTUDE.....	197
4.7.1 Gasto público.....	199
4.8 PERSPECTIVA DA JUVENTUDE LATINO-AMERICANA.....	205

4.9	MERCADO DE TRABALHO JOVEM NA AMÉRICA LATINA .....	209
<b>5</b>	<b>A JUVENTUDE COMO TEMA DE POLÍTICA PÚBLICA: PERSPECTIVAS DE ESPECIALISTAS DO BRASIL E DA COLÔMBIA .....</b>	<b>214</b>
5.1	INTRODUÇÃO .....	214
5.2	PROCESSO METODOLÓGICO .....	215
5.3	UMA ABORDAGEM PARA O DESENVOLVIMENTO DA ANÁLISE DE CONTEÚDO .....	220
5.3.1	Fase de pré-análise .....	220
5.3.2	Fase de preparação de materiais. ....	223
5.4	TRATAMENTO DOS RESULTADOS, INFERÊNCIA E INTERPRETAÇÃO. ....	225
5.4.1	Apresentando os participantes: .....	226
5.4.2	Explorando o interesse pelo tema da juventude: Perspectivas e experiências .....	232
5.4.3	Colaboração em Políticas Públicas: Redes de Atores .....	238
5.5	O PAPEL DOS ACADÊMICOS NA FORMULAÇÃO E PROMOÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS. ....	246
5.6	INFLUÊNCIA GLOBAL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS: O PAPEL DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS .....	254
<b>6</b>	<b>PERSPECTIVAS DE ESPECIALISTAS: DESENVOLVENDO POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE NO BRASIL E NA COLÔMBIA. ....</b>	<b>272</b>
6.1	UMA VISÃO GERAL DAS AGENDAS POLÍTICA E PÚBLICA NA TOMADA DE DECISÕES. ....	272
6.1.1	Perspectivas na definição de problemas nas políticas públicas .....	274
6.1.2	Importância das Políticas de Juventude .....	275
6.2	CONCEPÇÃO E PAPEL DAS POLÍTICAS CENTRAIS PARA A JUVENTUDE POR MEIO DA CRIAÇÃO DE INSTITUIÇÕES ESPECIALIZADAS .....	283
6.3	POLÍTICAS PARA JOVENS: A NECESSIDADE DE UMA ABORDAGEM ABRANGENTE..	291
6.4	ALCANCE E A ABRANGÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE.....	295
6.5	SUSTENTABILIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE .....	301
6.6	O IMPACTO DA ALOCAÇÃO DE RECURSOS NA RELEVÂNCIA E SUSTENTABILIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS .....	304
6.7	PAPEL DOS JOVENS NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: PARTICIPAÇÃO...	307
6.7.1	Motivando os jovens na tomada de decisões políticas .....	309
6.7.2	Outros atores envolvidos nas políticas de juventude .....	315
6.7.3	Juventude em Ação: O Papel Central dos Movimentos Sociais. ....	319
6.7.4	Experiências de jovens em contextos de violência, conflito e vulnerabilidade:.....	323
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>332</b>
	<b>REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>345</b>
	<b>ANEXOS .....</b>	<b>362</b>
	Anexo 1: Roteiro Entrevista.....	362
	Anexo 2: Parecer consubstanciado do CEP .....	364

## INTRODUÇÃO

A temática da juventude tem desempenhado um papel de relevância social ao longo da história, atraindo a atenção de acadêmicos e pesquisadores em diversas áreas. Diante disso, antes de nos aprofundarmos no tema deste estudo, surge a questão essencial: por que dedicar-se à investigação da juventude? Em minha perspectiva, a resposta transcende o mero escopo da pesquisa; ela constitui uma parte fundamental de minha trajetória pessoal, profissional e acadêmica. Meu interesse pelo tema da juventude é fundamentado no campo de estudo da pedagogia reeducativa, que busca promover uma transformação positiva na vida de indivíduos enfrentando situações sociais adversas. Essa transformação é realizada por meio de processos educativos que incorporam diversas abordagens conceituais e disciplinares, com o intuito de efetuar uma intervenção abrangente e eficaz.

Dentro dessa perspectiva, a proposta inicial submetida ao programa de doutorado tinha como objetivo abordar a reinserção na sociedade de jovens infratores após a execução de medidas socioeducativas. Contudo, com a intenção de oferecer um estudo com maior impacto, reorganizamos o projeto inicial em conjunto com minha orientadora. Elaboramos uma proposta que descrevesse e analisara os processos e discursos relacionados à formulação de políticas públicas para a juventude, observando e examinando os contextos nos quais essas políticas, programas e instituições governamentais são desenvolvidos para atender à população jovem, especialmente no Brasil e na Colômbia.

Assim, este processo de investigação não esteve isento de enfrentar diversas dificuldades que, por vezes, levaram ao reajustamento dos objetivos do estudo. Da mesma forma, a pandemia da COVID-19 introduziu um nível adicional de complexidade. Embora parecia temporária, foi uma circunstância inesperada que nos levou a repensar o processo de pesquisa. Por exemplo, tivemos que reduzir o número de especialistas entrevistados, assim como reconsiderar a forma da coleta de dados, que passou de entrevistas presenciais para o modo remoto — uma estratégia que se tornou comum e frequentemente utilizada.

Dessa forma, ao enfrentarmos essas adversidades no processo de pesquisa, agravadas pela pandemia, percebemos que conceituar “juventudes” é, em si, uma tarefa complexa, repleta de diferentes nuances, uma vez que se apresenta de maneiras diversas e em vários contextos históricos. Essa intrincada complexidade inerente à definição do termo nos convida a explorar as múltiplas perspectivas sob as quais a juventude pode ser analisada. Tal exploração reconhece que houve uma mudança nas formas de percepção dos diversos sujeitos sociais pertencentes a

essa população, considerada conforme o grupo social, a época e a cultura em que estão inseridos (Fraga; Lulianelli, 2003; Lulianelli, 2003; Margulis, 2001; Muñoz, 2007; Novaes; Cara; Moreira, 2006; Reina, 2015).

De fato, as reflexões sobre as noções de adolescência e juventude tiveram um desenvolvimento notável, especialmente nas últimas décadas. Isso é válido tanto do ponto de vista analítico quanto da perspectiva prática. Essa evolução visa estender ações consideradas eficazes, bem como políticas públicas destinadas a fomentar, desenvolver, proteger e promover as condições sociais em que os diferentes grupos de adolescentes e jovens participam (Dávila, 2004). Nessa lógica, o presente estudo tem como objetivo entender a questão da juventude e sua inserção na agenda das políticas públicas.

Os jovens enfrentam novos desafios, dificuldades e diversas oportunidades, visto que eles experimentam tempos de uma modernidade segmentada e dualista. As atuais transformações sociais tornam menos nítidas as fronteiras entre a elite juvenil dos diferentes países e aumentam as distâncias entre os jovens de origens mais abastadas e aqueles oriundos de contextos mais desfavorecidos (Labastida, 1994). Portanto, não se pode negar que os jovens vem passando por um processo acelerado de adultização. Eles estão expostos a várias vulnerabilidades sociais e a diversas situações que representam novos desafios. São esses jovens que encaram as maiores incertezas e riscos provenientes dos processos de globalização. Esse conjunto de transformações influencia os componentes que moldam o desenvolvimento de suas próprias características, criando diferenças entre culturas e estratos sociais.

É daí que, surge a questão: por que abordar o tema da Juventude e a construção das Políticas Públicas? Ao explorar o tema da juventude, ficou claro que nas últimas décadas na América Latina aumentou as situações de vulnerabilidade enfrentadas pelas populações jovens. Isso resulta do aumento de contextos violentos e ambientes arriscados. As sociedades latino-americanas estão passando por transformações estruturais e políticas que têm levado a diferentes abordagens sobre a juventude. Essas vão desde perspectivas conservadoras e funcionalistas até versões mais abrangentes e progressistas (Werthein *et al.*, 2004).

Portanto, é fundamental abordar o conceito de juventude, seus atores e os sujeitos jovens por meio de uma compreensão plural e multicultural. Isso permitirá considerar as expressões de identidade, bem como suas produções culturais e contraculturais, estimuladas pelas constantes incursões dos jovens em várias esferas e campos de participação social nas diversas sociedades e estratos no continente. Desde 1965, a “participação dos jovens” tem ganhado relevância, com discursos preparatórios para a celebração do Ano Internacional da Juventude (AIJ) pelas Nações Unidas. O objetivo era promover melhores condições educacionais,

profissionais e de bem-estar para os jovens, incentivando sua participação ativa no desenvolvimento das sociedades e na formulação de políticas relacionadas à população jovem. Como resultado, em 1985, a Assembleia Geral das Nações Unidas declarou o Ano Internacional da Juventude, com o lema “Participação, desenvolvimento, paz” Isso ratificou a importância da juventude no progresso da sociedade.

Essa participação tem contribuído para a visibilidade das necessidades que os jovens como grupo social apresentam. Isso destaca a incapacidade da maioria das organizações e instituições sociais, tanto públicas quanto privadas, em responder aos requisitos e necessidades desse grupo social. Isso permite coletar evidências variadas e rigorosas sobre a heterogeneidade, focando nas subjetividades juvenis. A abordagem das distinções no campo da juventude é crucial, dado que há diferenças marcantes entre ser jovem rico e jovem pobre, homem jovem e mulher jovem, bem como entre áreas rurais e urbanas. Portanto, abordar a questão da juventude requer perspectivas mais dinâmicas e amplas (Duarte, 2000).

A juventude é um componente fundamental de cada país e, como tal, seu cuidado e investimento são indispensáveis. Isso permite buscar, desenvolver e expandir o potencial dos jovens, fornecendo as ferramentas adequadas para melhorar suas condições e oportunidades de participação na construção da democracia. Como dito, a população jovem da América Latina tem sido moldada pelas mudanças temporais, pelos modelos socioeconômicos predominantes e pela evolução dos diferentes paradigmas de abordagem juvenil. É necessário, portanto, um aprofundamento em relação às políticas de juventude, para diferenciar entre respostas específicas às preocupações governamentais e ações estatais concretas voltadas para os jovens, que podem ser consideradas políticas de juventude (Krauskopf, 2004).

Ao abordar as políticas públicas de juventude, uma revisão foi realizada em relação ao estado de seus avanços, dificuldades e projeções. Destaca-se a observação de Krauskopf (2004) de que, no processo de simplificação das políticas, muitas vezes o caráter real das políticas é obscurecido, ignorando-se as diferenças na abordagem entre políticas governamentais e políticas estatais, bem como entre políticas e planos de ação.

Por sua parte, Rodríguez (2001), em seus escritos sobre juventude e políticas sociais, sociais, nos indicou a importância de considerar a situação desse grupo populacional na América Latina. Ele aponta que o principal problema enfrentado pelos jovens é a “exclusão social” Essa exclusão se manifesta na esfera do trabalho e é perceptível em outros níveis. Portanto, diante dessas dificuldades, cabe aos governos apresentar soluções que promovam a integração social, incluindo esforços nas áreas da educação, inserção no mercado de trabalho,

promoção de estilos de vida saudáveis e motivação constante para a participação dos jovens na dinâmica democrática.

Além disso, desequilíbrios provocados pelo mercado, Estado e sociedade influenciam os jovens, aumentando a probabilidade de exclusão social. Esses desequilíbrios resultam em um aumento da pobreza entre a população jovem, afastando-os do centro do sistema social. Isso se manifesta na falta de acesso a recursos materiais ou simbólicos, bem como na ausência de oportunidades em áreas básicas como educação, saúde, trabalho e cultura. Essa falta de acesso limita constantemente os jovens no exercício de seus direitos e em suas possibilidades de desenvolvimento pessoal (Abramovay; Castro, 2015).

Assim, é perceptível que, além da exclusão social enfrentada pelos jovens devido à falta de igualdade nas sociedades e às lacunas intergeracionais, eles também enfrentam sérios conflitos sociais devido à falta de emprego e ao aumento da insegurança cidadã. Por essa razão, eles se tornam o foco das estratégias de desenvolvimento que “apostam no investimento em capital humano, como uma chave para ganhar competitividade e recuperar o crescimento econômico estável necessário para ter sociedades mais prósperas.” (Rodríguez, 2001, p. 27).

Apesar do diagnóstico geral, a delimitação deste estudo e a seleção dos casos que foram abordados ficaram restritas à América do Sul, uma região com uma população de aproximadamente 425 milhões de habitantes, representando cerca de 6% da população global, de acordo com o Banco Mundial<sup>1</sup>, e onde documentar os processos de proteção e integração das novas gerações na agenda pública é de grande interesse. A maioria dos países sul-americanos enfrenta sérias dificuldades, com a população jovem, que está exposta a desigualdades sociais acentuadas e cenários precários, como a ineficácia do sistema educacional formal e informal, o desapego ao mercado de trabalho e a capacidade limitada de se tornar um agente de mobilidade social. Isso é exacerbado pela violência, privações, perda de esperança, gravidez na adolescência, discriminação étnica ou de gênero e a falta de incentivos e programas nas áreas rurais (Hopenhayn, 2004). Especialmente, a investigação concentra-se no caso do Brasil e da Colômbia por serem os países com a maior população jovem da região, representando um quarto da população em cada país, ou seja, aproximadamente 51,3 milhões de jovens no Brasil<sup>2</sup> e 13 milhões na Colômbia<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> Disponível em: Banco Mundial. <https://datos.bancomundial.org/indicador/SP.POP.TOTL>. Acesso em 10/08/2020

<sup>2</sup> Disponível em: IBGE - Censo Demográfico. <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1209>. Acesso em 10/08/2020

<sup>3</sup> Disponível em: JUACO. Proyecciones de población jóvenes 14-28 años. [http://obs.colombiajoven.gov.co/Observatorio/Observatorio.aspx?rpt=Buyel7PqAptVw9lwUXO\\_Fw%3D%3D](http://obs.colombiajoven.gov.co/Observatorio/Observatorio.aspx?rpt=Buyel7PqAptVw9lwUXO_Fw%3D%3D). Acesso em 10/08/2020

Nesses países, conforme Trucco e Ullmann (2015) mostram os parâmetros de inclusão social estudados a partir do sistema educacional e do mercado de trabalho por jovens entre 15 e 29 anos em 2012, são expressivos: jovens que estavam estudando e trabalhando (13% no Brasil; 11% na Colômbia), apenas estudando (22% no Brasil; 24% na Colômbia), apenas trabalhando (13% no Brasil; 11% na Colômbia) e outros que não estudam nem trabalham (21% no Brasil; 23% na Colômbia). Da mesma forma, a taxa de desemprego corresponde a 12% no Brasil e 18% na Colômbia. No que se refere às taxas de frequência do ensino superior de jovens entre 20 e 24 anos, é de 16% no Brasil e 22% na Colômbia.

Além disso, em 2005, a Convenção Ibero-Americana sobre os Direitos dos Jovens (CIDJ) foi assinada por dezesseis dos vinte e um países que fazem parte do OIJ. Em 2014, o Brasil aderiu, assumindo a responsabilidade de iniciar o processo para que esta Convenção seja legalmente ratificada; A Colômbia faz parte do grupo de países que ainda não assinaram e nem ratificaram o referido tratado (OIJ, 2016).

Por fim, a escolha dos dois países deveu-se ao fato de que, por um lado, em 2013, o Brasil e a Colômbia promulgaram suas principais Leis da Juventude, o Estatuto da Juventude (Lei nº 12852) e o Estatuto da Cidadania Juvenil (Lei nº 1622), respectivamente. Por outro lado, com as políticas de privatização, o âmbito da ação do Estado tem sido redefinido, proporcionando espaços à sociedade civil que antes pertenciam à esfera pública. Portanto, pode-se afirmar que diante da crise das formas tradicionais de fazer política, tem havido o surgimento de novos movimentos sociais que começaram a assumir tarefas que antes eram próprias e exclusivas dos organismos do Estado.

Assim, o setor público, com menor carga do que no passado, reforçou sua presença nas áreas estratégicas de interesse geral, em que a participação exclusiva da sociedade civil não era suficiente ou tinha sido superada pela geração de práticas de risco social. Nessa perspectiva, a abordagem das políticas de juventude nos permite observar que, apesar dos esforços e conquistas, especialmente em termos de abrangência e crescimento do investimento global, ainda apresentam vários problemas. Isso se relaciona à qualidade dos serviços que possibilitam a inclusão dos jovens, à equidade no acesso a alguns benefícios e aos poucos impactos das ações na redução da exclusão e dos comportamentos de risco (Chillán, 2001; Santos, 2001).

Portanto, é importante questionar as responsabilidades que enfrentam as respostas e intervenções aos problemas dos adolescentes e jovens. Muitos jovens não têm oportunidades para construir um mundo que atenda às suas necessidades, compreendendo-o como espaço de interação, desenvolvimento, participação e expressão.

Pressupõe-se que a esfera pública se torne um espaço de articulação dos diferentes esforços individuais e coletivos, privados e governamentais, nacionais e internacionais, que visam ao cuidado de adolescentes e jovens, à criação de oportunidades e à promoção da expressão e participação dos jovens em todas as áreas. Por essa razão, cabe aos governos formular democraticamente políticas públicas abrangentes para a juventude.

A questão da juventude tornou-se mais proeminente na agenda política de cada governo. Assim, os jovens são considerados uma força que promove mudanças, por meio de suas diferentes manifestações, aglomerações, expectativas e necessidades, têm impactado os diferentes eventos políticos e sociais de cada país, posicionando-se como protagonistas na cena pública. Ao mesmo tempo, as dificuldades enfrentadas pelos jovens para alcançar esse ponto de reconhecimento não podem ser ignoradas, visto que por muito tempo eles fizeram parte da exclusão social em nossas comunidades, situação evidente em várias esferas sociais da América Latina, especialmente no campo do trabalho, da academia e da segurança. Apesar de ter um grande número de jovens envolvidos no mundo do trabalho, muitos deles estão mal ou pouco preparados para essas atividades. No que diz respeito ao campo acadêmico, muitos têm baixos níveis de treinamento ou simplesmente uma educação incompleta. Isso se reflete em diferentes processos de exclusão, desigualdade e pobreza que perpetuam as brechas sociais do continente.

Os estudos acerca da juventude podem ser divididos em duas grandes perspectivas. Numa a população jovem foi vista como sujeita a uma cultura alternativa, em uma fase de rebeldia e pouca responsabilidade, por exemplo, a partir das abordagens sociológicas predominantes na década de 1950 na América Latina, a juventude era percebida como um problema. Numa outra perspectiva, nas décadas seguintes, a juventude foi reconhecida como um grupo etário revolucionário que liderou e protagonizou movimentos pacifistas, feministas e contrários à ordem estatal (Feixa, 2006; Pontes, 2016).

Deve-se ressaltar que a juventude adquire grande relevância caso se pretenda produzir mudanças de impacto social em cada uma das comunidades. No entanto, as necessidades e prioridades determinadas nem sempre se traduzem em políticas ou programas específicos que suportem as condições em que os jovens desenvolvem suas habilidades e competências em relação aos projetos que foram planejados. Assim, quando se fala em políticas e programas, a maior parte da referência é feita a políticas públicas ou governamentais da juventude. Estas se caracterizaram na América Latina pelo fortalecimento das políticas setoriais, como educação, saúde, recreação, esportes e segurança. Isso leva os jovens a serem abordados como um grupo em situação de risco. Por outro lado, foram propostas soluções por agências estatais que abordam a questão da juventude, embora existam poucas experiências bem-sucedidas que

integram tanto as políticas setoriais quanto o trabalho das agências governamentais (Acevedo *et al.*, 2016).

A Política Pública da Juventude deve visar à promoção, proteção, restituição e garantia dos direitos humanos dos jovens, com base em seu exercício efetivo, progressivo e sustentável. Isso ampliará as oportunidades e fortalecerá o potencial individual e coletivo. Nessa perspectiva, as políticas públicas da juventude tendem a influenciar as condições materiais, sociais, políticas e culturais que os jovens produzem como parte do sistema estrutural da sociedade (Puentes, 2004; Werthein *et al.*, 2004).

Portanto, a partir desse contexto, é conveniente observar as formas como o desenvolvimento da autonomia da população jovem e o pleno exercício da cidadania são abordados e impulsionados por meio dos mecanismos participativos. Isso inclui observar como diferentes condições sociais e econômicas frequentemente prejudicaram os processos de socialização dos jovens, afetando sua situação em relação à aquisição de oportunidades educacionais e no mercado de trabalho.

Por isso, é interessante perguntar: Qual é o contexto em que as políticas de juventude surgem dentro da agenda política de cada país na América do Sul, especialmente no Brasil e na Colômbia? É sabido que foi com base nas disposições aprovadas pela Organização das Nações Unidas, fundamentadas na Declaração sobre a promoção dos ideais de paz entre os jovens, respeito mútuo e compreensão entre os povos, que os países latino-americanos formularam e implementaram políticas para as suas juventudes.

Nessa perspectiva, o conceito de política de juventude deve ser enfatizado, já que nem todas as ações direcionadas aos jovens podem ser consideradas como uma política de juventude. Elementos que podem ser ambíguos ou interpretados como políticas de juventude podem se confundir, muitas vezes, com a ausência de políticas adequadas e pertinentes. Daí a necessidade de abordar as diferenças entre políticas governamentais e políticas de Estado referentes às realidades juvenis.

Em vista disso, a abordagem do problema pode ser sintetizada a partir de um estudo que permitiu, como já foi dito, identificar, revisar e analisar os processos de construção das políticas de juventude no Brasil e na Colômbia, a partir da Convenção internacional dos direitos das juventudes. Isso envolve considerar os atores sociais que participam de sua construção e suas representações de juventude, inicialmente com base em um olhar histórico, destacando a formulação das estratégias, programas e políticas sociais de atenção à população jovem.

No que diz respeito à definição do período de estudo, enfatiza-se três momentos: 1) começando com a celebração do Ano Internacional da Juventude em 1985; 2) a formulação das

políticas de Juventude na América do Sul no início dos anos 2000 e 3) finalizando na contemporaneidade, com o panorama das políticas públicas de juventude nas primeiras décadas do século XXI fazendo uso de uma abordagem sincrônica. Isso permitiu analisar diferentes fenômenos em momentos específicos, deixando de lado a linearidade temporal e enfatizando aspectos de inovação e incrementalismo.

A inovação no setor público, segundo Mulgan e Albury (2003), refere-se ao desenvolvimento e implementação de novas ideias por pessoas que, ao longo do tempo, se envolvem em transações com outros dentro de uma ordem institucional. Assim, essa ação fundamenta-se em novas propostas, lideranças, transações e contexto institucional. Da mesma forma, é motivada por fatores internos e externos da organização, que variam de mudanças nas políticas governamentais a demandas das juventudes e suas organizações. Especificamente no que se refere à inovação em políticas, leva os governos a assumirem responsabilidades maiores do que as organizações privadas, devido à complexidade dos problemas que eles não conseguem resolver. Eles devem estar atentos a onde, quando e como o setor público pode envolver melhor outras organizações para usar suas habilidades e experiências específicas. Dessa forma, a inovação permite uma melhoria de desempenho e resposta às expectativas e necessidades dos cidadãos. No caso da inovação nas políticas de juventude, ela tornou possível responder a necessidades e realidades particulares.

Com a revisão e a análise da construção de políticas para a juventude foi possível relacionar as variações mais significativas assumidas pelos governos, destacando o grau de incrementalismo na agenda pública ao longo do tempo, por meio dos vários programas em um período definido. As melhorias incrementais de algumas experiências significativas que foram resgatadas, sem a necessidade de modificações políticas e legislativas, mostraram que muitas vezes mudanças sistêmicas são necessárias para criar níveis mais elevados de inovação de sucesso (Cameron; Cameron; Hofferbert, 1976; Mulgan; Albury, 2003).

Esta tese levantou as seguintes hipóteses. A primeira foi a de que organizações multilaterais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização Ibero-Americana de Juventude (OIJ), entre outras, desempenharam um papel central na formulação de políticas públicas direcionadas à juventude nos países em análise. Essas organizações forneceram diretrizes, recomendações e informações que influenciaram as agendas nacionais de juventude, levando os países a adotar abordagens e estratégias alinhadas com padrões internacionais.

A outra hipótese correspondeu à influência de acadêmicos, especialistas e estudiosos no campo da juventude na formulação das políticas públicas direcionadas à juventude no Brasil e na Colômbia. Seus conhecimentos e pesquisas contribuíram para a identificação de

necessidades específicas dos jovens, assim como para a formulação de soluções embasadas em evidências. Nesse contexto, os sujeitos específicos para o desenvolvimento desta pesquisa são, inicialmente, os responsáveis pela formulação e execução das políticas sociais da juventude. No entanto, dado que o foco do estudo é a construção de políticas que afetam a vida dos jovens, é necessário abordar o processo seguido para estabelecer uma agenda de juventude em cada país.

De acordo com a perspectiva de Kingdon (2014), pode-se estabelecer que esse processo envolve a participação de atores visíveis e outros ocultos no que diz respeito à tomada de decisão. Os atores visíveis são aqueles que enfrentam pressão e atenção pública, referindo-se neste caso aos presidentes, ministros e diretores de programas específicos. Os atores ocultos, por outro lado, incluem acadêmicos, burocratas de carreira, organizações não governamentais e organizações de jovens. Estes últimos desempenham um papel nos mecanismos de negociação para incorporar na agenda política os problemas sociais e críticos enfrentados constantemente pela população jovem. Desta maneira, os sujeitos diretos de pesquisa são os atores participaram na consolidação das políticas de juventude, tentando apontar um fenômeno específico, de acordo com sua estrutura e características.

Diante disso, as problemáticas das políticas sociais são construções sociais que refletem perspectivas específicas da realidade. Portanto, a principal responsabilidade dos gestores das secretarias de juventude é abordar as necessidades deste setor da população. A implementação das políticas de juventude deve melhorar as condições e oportunidades dos jovens desde a formulação até a execução, abrangendo políticas governamentais, públicas e ações direcionadas aos jovens, em articulação nos níveis nacional, estadual e local.

Com base nos elementos mencionados, o objetivo geral proposto foi o de analisar os processos de construção das políticas públicas de juventude, com ênfase no contexto do Brasil e da Colômbia, a partir da preparação do Ano Internacional da Juventude de 1985. Isso envolveu compreender a concepção de juventude presente na agenda política desses países. Portanto, os objetivos específicos delineados neste estudo apresentam uma estrutura definida e coerente que buscou aprofundar aspectos-chave da relação entre juventude, agenda política e formulação de políticas públicas nos contextos do Brasil e da Colômbia. Cada um dos objetivos abordou aspectos particulares de forma focalizada e estratégica, que, quando combinados, visaram a uma compreensão abrangente das dinâmicas e processos envolvidos na criação de políticas voltadas para a juventude em ambos os países.

Considerando essas reflexões, esta tese discutiu as condições que permitiram o contexto em que as políticas de juventude emergiram na agenda política de cada país na América do Sul,

especialmente no Brasil e na Colômbia, conforme proposto nesta pesquisa, consistiu em compreender as juventudes como agentes dinâmicos presentes no aqui e agora.

Buscou-se conhecer como as experiências de cada país são estruturadas para favorecer as formas de expressão que promovem o desenvolvimento e crescimento dos jovens como sujeitos de direitos. Nesse sentido, esta pesquisa se interessa por aqueles processos e estruturas sociais que não estão em primeiro plano, portanto, na perspectiva de Angela Alonso, a pesquisa busca desvelar as lógicas pouco perceptíveis das realidades e contextos sociais, que escapam à observação direta e à compreensão dos indivíduos, uma vez que são fenômenos vastos e complexos. Portanto, “a assunção básica é que a sequência na qual os fenômenos sociais acontecem tem impacto sobre os seus resultados e, por isso, reconstruí-la é crucial para a sua compreensão.” (Alonso, 2016, p. 17).

Para abordar a concepção das políticas de juventude realizou-se uma revisão documental e bibliográfica que permitiu analisar as condições políticas que explicam a capacidade dos países da região em promover políticas sociais e governamentais que reduzam a desigualdade entre a população jovem. Além disso, destaca-se neste estudo o contributo esperado das diferentes análises e revisões para o reconhecimento da população jovem como sujeito de direitos e os avanços na formulação e execução de políticas públicas e governamentais, bem como nas formas de sua implementação.

Metodologicamente, esta tese tem natureza descritivo-qualitativa. A coleta de dados teve a ação diretamente dos sujeitos envolvidos na consolidação das políticas de juventude. Com isso, avançou-se na literatura sobre políticas públicas e sobre juventude ao compreender e descrever os discursos dos atores que participaram da construção da normativa e da institucionalidade em relação à população jovem. Conforme Lüdke e André buscou-se:

[...] estar sempre atento à acuidade e veracidade das informações que vai obtendo, ou melhor, construindo. Que ele coloque nessa construção toda sua inteligência, habilidade técnica e uma dose de paixão para temperar (e manter a têmpera!). Mas que cerque o seu trabalho com o maior cuidado e exigência, para merecer a confiança dos que necessitam dos seus resultados. (Lüdke; André, 2013, p. 90).

A abordagem qualitativa orienta-nos diante dos desafios no processo metodológico, no qual se incorporam as experiências, atitudes, crenças, pensamentos e reflexões dos participantes, tal como expressos por eles mesmos (Mella, 1998; Pérez, 1994).

Nesta lógica, a abordagem qualitativa possibilitou a compreensão das tomadas de decisão e do comportamento das políticas relacionadas à população jovem, permitindo aprimorar o conhecimento sobre as juventudes para descobrir suas reais necessidades, interesses e demandas. Isso é relevante, uma vez que os jovens frequentemente se mostram

apáticos e até mesmo rejeitam as formas tradicionais de ação política, ao mesmo tempo em que protagonizam mobilizações informais ou não-convencionais (Bogdan; Biklen, 1994).

Este estudo é de natureza descritiva, pois possibilita o aprofundamento nas representações construídas sobre as juventudes e como mencionado por Kornblit (2007, p. 9) implicará “[...] descrever e desvendar as ‘complexas estruturas conceituais’ em que se baseiam nas práticas, ideias e crenças das pessoas em estudo, que configuram as significações habituais com que passam suas vidas.” Ou seja, atribui-se valor à diferença e ao subjetivo da interpretação do pesquisador. Dessa forma, as conclusões extraídas da análise qualitativa fundamentam-se nesse aspecto.

Portanto, a tese é descritiva-qualitativa e foi executada em dois momentos. Primeiramente, por meio de uma pesquisa de análise bibliográfica, a qual permitiu registrar os detalhes, reinterpretar as fontes e desvendar a linearidade dos fatos. Essa releitura contribui para a compreensão do objeto de estudo: o surgimento da juventude como problema global e sua inserção nas políticas sociais de cada país da região.

A pesquisa bibliográfica desempenha um papel crucial nos estudos de políticas públicas, viabilizando a coleta e análise de informações provenientes de diversas fontes. Esse tipo de investigação envolve a pesquisa, seleção e análise de fontes bibliográficas para obter uma compreensão profunda e contextualizada. Além disso, a compreensão das raízes históricas e do desenvolvimento de questões políticas específicas é fundamental para identificar padrões, tendências e potenciais consequências das políticas atuais e propostas. A disponibilidade de informações por meio de meios eletrônicos democratiza o acesso à informação política, permitindo que um público mais amplo participe dos debates e tome decisões informadas (Gil, 2000; Lakatos; Marconi, 2008; Witter, 1990).

Para subsidiar a análise de dados, a construção de quadros de documentos e categorias-chave é relevante, bem como a correlação desses quadros e a definição das unidades de análise. O objetivo foi o de mapear e de compreender as trajetórias percorridas na construção da configuração das políticas de juventude nas agências internacionais, a partir das disposições aprovadas pelas entidades multilaterais, tais como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e a Organização Ibero-Americana da Juventude (OIJ).

Num segundo momento da pesquisa, foi adotada uma abordagem qualitativa baseada em entrevistas, focando nos protagonistas da construção, implementação e liderança das políticas públicas e governamentais para a juventude. Foram destacadas semelhanças e

diferenças, priorizando uma visão comparativa e integradora. A utilização da análise comparativa foi importante por permitir que fosse aprofundado o processo de compreensão das relações entre as experiências de políticas públicas de juventude nos países escolhidos como estudos de caso. A análise comparativa é apresentada como uma das estratégias analíticas mais apropriadas para abordar a informação, devido à sua contribuição não apenas descritiva, mas também explicativa (Lijphart, 1971; Sartori; Morlino, 2007).

No entanto, por meio da observação e comparação do processo de construção das políticas públicas e sua implementação na América do Sul, estabeleceu-se categorias de análise capazes de identificar relações por meio de estudos específicos. Tal comparação possibilitou a análise entre os casos selecionados, permitindo a identificação de linhas de estudo e condições potenciais para extrair e descobrir insights em relação aos atores envolvidos no planejamento e execução de políticas públicas voltadas para os jovens.

O objetivo da análise comparativa é descobrir regularidades e gerar normativas por meio da abordagem de semelhanças e diferenças entre as entidades governamentais dos países selecionados para o estudo de caso. Assim, por meio da comparação, controlou-se as possíveis fontes de variação, diferenças e semelhanças em relação à construção das políticas públicas de juventude (PPJ). Isso promoveu, como já mencionado, a identificação de regularidades que serão elucidadas por meio do estabelecimento ou interpretação de relações causais, permitindo verificar ou confirmar teorias e hipóteses existentes em relação à formulação de políticas para a juventude (Colino, 2007; Lijphart, 1971; Sartori; Morlino, 2007).

Dentre as estratégias metodológicas que foram utilizadas nesta pesquisa, destaca-se o uso de técnicas qualitativas para revisar as informações e os dados das principais normativas sobre juventude. Além disso, foram conduzidas entrevistas semiestruturadas com especialistas na temática de juventude, abordando a institucionalidade, a integralidade das políticas e as configurações dos paradigmas que as políticas de juventude assumem (Bertaux, 2010; Camargo, 1984; Haguette, 2013; Lima, 2016).

A estrutura da tese é a seguinte: o primeiro capítulo dedica-se a uma discussão teórico-conceitual a partir da revisão da literatura pertinente ao conceito de juventude, jovem e à sua problemática juvenil, bem como às circunstâncias que levam a juventude a emergir como uma questão social. No segundo capítulo, explora-se a relação entre a juventude e os ideais de paz, respeito mútuo e entendimento entre os povos. O objetivo é descrever as principais construções conceituais sobre a realidade da juventude, especialmente na América Latina, e relatar a entrada do tema Juventude na agenda pública internacional desde a proclamação do Ano Internacional da Juventude em 1985.

No terceiro capítulo, descreve-se como as ações resultantes do AIJ 1985 foram estabelecidas e concretizadas, analisando diversos eventos e a criação de organizações de nível internacional e regional dedicadas ao atendimento da população jovem. Isso estabelece o cenário para a formulação de políticas públicas de juventude em cada país. Este capítulo teve a intenção de analisar os tópicos indicados até a Carta Ibero-Americana dos Direitos da Juventude de 2000.

O quarto capítulo tem como objetivo analisar as condições atuais das políticas sociais nas quais os jovens se tornam o foco de atenção do Estado para integrar a agenda pública. Para isso, será realizada uma descrição minuciosa da evolução das políticas e instituições na América Latina. No entanto, antes de aprofundar a discussão das regulamentações regionais, abordaremos o papel dos jovens nas dinâmicas sociais, suas diversas formas de participação, bem como os desafios e obstáculos que enfrentam ao formular suas demandas.

O quinto capítulo descreve o processo metodológico realizado na segunda parte da pesquisa. Além disso, apresenta a primeira parte dos resultados obtidos a partir das entrevistas semiestruturadas realizadas com especialistas em juventude do Brasil e da Colômbia. O sexto capítulo apresenta a segunda parte dos resultados. Através dessas conversas, busca-se compreender como a questão da juventude tem ganhado importância na agenda política desses países, destacando o papel fundamental que os jovens têm desempenhado nesse processo.

Por fim, conclui-se este estudo reunindo os dados coletados em uma análise geral e apresentando as principais descobertas que esclarecem como a participação e a representação juvenil estão interligadas na formulação de políticas, bem como como essas políticas evoluíram ao longo do tempo. Por último, vale ressaltar que qualquer menção a jovens neste documento deve ser interpretada de forma inclusiva, abrangendo tanto os jovens como as jovens, reconhecendo a importância de considerar as experiências e necessidades de ambos os gêneros, a fim de alcançar uma compreensão abrangente e equitativa da juventude em todas as suas dimensões.

# 1 ENGAJAMENTO DA JUVENTUDE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A juventude é uma etapa da vida em que os indivíduos ‘tentam copiar as formas dos adultos, mas são tratados por lei como crianças’ enquanto moldam sua personalidade (Velázquez; Méndez, 2015).

## 1.1 INTRODUÇÃO

Para iniciar, é preciso enfatizar que, embora o tema central deste capítulo não busque fazer uma abordagem sobre os movimentos estudantis e juvenis, ele pretende interpelar e aproximar-se da juventude como uma questão de política pública. Esses processos de expressão juvenil são uma parte importante da compreensão do papel da juventude nas agendas políticas e de como elas funcionam e têm ganhado espaço, o que em muitos casos gera confrontações com os adultos.

Normalmente, pensa-se que as políticas públicas têm a função de construir a cidadania social, entendida como o direito que os cidadãos têm de se beneficiar do capital econômico, cultural e social, tendo pelo menos modelos mínimos de bem-estar como base para o exercício pleno da cidadania e dos direitos políticos. Portanto, o objetivo das políticas sociais seria promover a ampliação da cidadania, removendo os obstáculos práticos que impedem seu pleno desenvolvimento.

A seguir, a juventude, como ator principal na renovação permanente das sociedades, posiciona o papel da participação juvenil como aspecto fundamental de seu progresso. Isso, por sua vez, leva os Estados a aumentar o investimento no capital humano dos jovens. No entanto, para chegar a esse ponto, foi necessário passar por momentos de crise, como menciona Miguel Abad “que transformou os jovens em sujeitos de políticas sociais, como um grupo especialmente vulnerável, afetado por problemas específicos de saúde, desemprego e violência, e que tem mobilizado a ação do Estado na forma de políticas públicas.” (Abad, 2003, p. 18, tradução nossa).

Deste modo, como veremos a seguir, são muitos os casos em que os jovens fazem sentir sua participação na sociedade, muitas vezes em resposta a momentos de crise e conflito. Essa situação pode estar condicionada pelo grau de flexibilidade das instituições sociais responsáveis pela inserção dos jovens nos processos sociais e políticos, bem como pelas formas pelas quais o aparato repressivo da sociedade está destinado a controlar, com maior ou menor custo social, as maneiras pelas quais setores sociais marginalizados disputam espaços e direitos (Abad, 2003).

Atualmente, é possível perceber que as manifestações dos jovens não afetam apenas as consequências que causam dificuldades e impactos nos direitos econômicos e sociais básicos, como educação, saúde e moradia, mas também abordam as demandas ambientais e a crise climática que o mundo está vivenciando. Essas questões fazem parte das preocupações das gerações jovens.

A título de exemplo, podemos fazer referência aos seguintes casos: “Jovens de todo o mundo se fizeram sentir na sexta-feira, 15 de março de 2019, em um protesto contra a mudança climática, unindo-se à iniciativa da ativista sueca Greta Thunberg.” Esse aspecto teve maior destaque com as barracas montadas do lado de fora do parlamento em Estocolmo, com o objetivo de fazer o pedido em relação à ação dos líderes mundiais: “Jovens de todo o mundo saíram às ruas na sexta-feira em cidades da Ásia, África, Austrália e Europa, com o objetivo de estimular os líderes mundiais a agir na luta contra as mudanças climáticas.” (RFI, 2019a, tradução nossa).

CLIMA

### Huelga por el clima: marchan jóvenes de más de 100 países

Estudiantes de todo el mundo protagonizan este viernes una protesta contra el cambio climático, sumándose a la iniciativa de la activista sueca Greta Thunberg, que se dio a conocer cuando acampó frente al parlamento en Estocolmo el año pasado para pedir acciones a los líderes mundiales.

Primera modificación: 15/03/2019 - 11:17 Última modificación: 15/03/2019 - 15:28



Estudiantes marchan en Aarhus, Dinamarca, el 15 de marzo de 2019. Fuente: Reuters.

Ilustração 1 Greve climática: jovens de mais de 100 países marcham. Fonte: (RFI, 2019a).

Como consequência dos protestos na Suécia e inspirados nas ações da ativista Thunberg, as manifestações chegaram a muitas cidades espanholas, onde ocorreram protestos relacionados à greve global dos estudantes que lutam pela mudança climática. Assim, “Dezenas de grupos de jovens espanhóis agrupados sob o nome de 'Juventude pelo Clima' convocaram 60 comícios

e manifestações em 58 cidades por todo o país para participar do movimento *'Fridays for Future!'*” (EUROPAPRESS, 2019, tradução nossa).

### Aumentan a 58 las ciudades españolas con protestas este viernes por la huelga mundial de estudiantes por el clima



DDHH.- Estudiantes de más de mil ciudades participarán el viernes en una huelga  
- Matthias Oesterle/ZUMA Wire/dpa

Europa Press Sociedad

Actualizado: viernes, 15 marzo 2019 11:19  
@ep\_social

f t i Newsletter

Ilustração 2 Protestos aumentam para 58 cidades espanholas. Fonte: (EUROPAPRESS, 2019).

Na França, as mobilizações foram motivadas pela precariedade dos estudantes e jovens franceses após terminarem a universidade, juntamente com as dificuldades que enfrentam ao tentar encontrar moradia, comprar comida e até mesmo estudar. Todas essas questões se agravaram depois que um jovem estudante se imolou em 8 de novembro de 2019.

/ Europa

### Los jóvenes franceses se movilizan contra la precariedad estudiantil

La precariedad de los estudiantes y jóvenes franceses tras terminar la universidad se ha puesto de relieve luego que un joven estudiante se prendiera fuego el pasado 8 de noviembre. El Sindicato de Estudiantes en Francia pidió a los jóvenes que se organicen y hagan una campaña por sus derechos.

Primera modificación: 26/11/2019 - 23:47



Archivo: el campus de la Universidad de Rouen, Mont-Saint-Aignan, el 11 de octubre de 2017. AFP

Ilustração 3 Juventude francesa mobiliza-se contra a precariedade estudiantil. Fonte: France24, 2019.

O Sindicato dos Estudantes da França pediu aos jovens que organizassem campanhas por seus direitos, “O gatilho para as mobilizações estudantis contra a precariedade universitária que ocorrem na França foi a tentativa de imolação de Anas Kournif, que ateou fogo a si mesmo em frente à sede da Crous em Lyon, depois de ter sua bolsa acadêmica retirada, bolsa essa que ele utilizava para financiar seus estudos.” (FRANCE24, 2019, tradução nossa).

Do outro lado do hemisfério, em Hong Kong, muitos adolescentes e jovens foram detidos em manifestações a favor da democracia. A motivação dos jovens para se fazerem ouvir era a mesma: “responsabilidade de fazer algo.” No entanto, se as autoridades esperavam que prender os jovens manifestantes os fizesse desistir, isso teve o efeito oposto: “Eu realmente quero dar tudo o que tenho para Hong Kong”, disse um garoto de 13 anos com os olhos cheios de lágrimas. “Quando se busca a liberdade, os sacrifícios são inevitáveis.” Segundo relatos dos manifestantes, essas atividades consolidavam seu grupo e sua causa. Roderick disse que a solidariedade, a unidade e o apoio mútuo que ele experimentou eram as principais atrações do movimento (The Guardian, 2019, tradução nossa).

News Opinion Sport Culture Lifestyle



Hong Kong

● This article is more than 4 years old

### Children of the revolution: the Hong Kong youths ready to 'sacrifice everything'

Ilustração 4 Crianças da revolução: os jovens de Hong Kong pronto para 'sacrificar tudo'. Fonte: The Guardian, 2019.

A situação na África não é diferente. Lá, são os jovens que estão promovendo os movimentos dos protestos. Segundo as reportagens, aproximadamente metade da população da Argélia tem menos de 30 anos e expressam o desejo por uma mudança geracional. São os jovens que impulsionam esse movimento de protesto, tanto nas redes sociais quanto nas ruas. O dia

principal de protesto é sexta-feira, e os manifestantes ocupam os degraus do lado de fora do Grand Poste, na praça central. Ali, a multidão agita-se com energia e esperança, mas é confrontada por policiais à paisana. A repressão é uma parte fundamental desse contexto. Se a liberdade está prestes a triunfar aqui, “os rostos que existem há 20 anos têm que desaparecer”, disse Miriam Saoud, uma estudante de 19 anos, vestida com um capuz preto e um lenço na cabeça. “Queremos eleger pessoas que nos representem; queremos que nossas vozes sejam ouvidas e que tudo mude.” (BBC NEWS, 2019, tradução nossa).

## Algeria protests: Youth lead the movement for change

© 14 April 2019



Le Grande Poste in Algiers has become the focal point for protests

By Orla Guerin  
BBC News, Algiers

Ilustração 5 Protestos na Argélia: Jovens lideram o movimento pela mudança.  
Fonte: BBC NEWS, 2019.

No contexto latino-americano, no mesmo ano, ocorreram diversas e massivas manifestações sociais. Começando pelo Chile, ocorreu o que é conhecido como a explosão social ou “*Estallido Social*” em espanhol. O motivo que desencadeou esses protestos foi o aumento da tarifa do sistema de transporte público de Santiago, Chile. Diante disso, milhares de estudantes do ensino médio se organizaram para realizar ações que buscavam evitar o pagamento das passagens de metrô, fazendo o que chamam de “roletaços.” Essa onda de protestos de rua culminou na convocação de um processo constituinte.

Segundo Valentina Miranda, Coordenadora dos Estudantes Secundários (CONES) e militante da juventude comunista, afirma: “Não vamos permitir que passemos por mais 46 anos, vamos derrotar a Constituição de Pinochet, vamos para a assembleia constituinte, porque aparentemente Piñera tem um complexo de ditador e não se importa de matar nossos irmãos e

irmãs.” Ela convida ao processo constituinte, citando os motivos dos protestos: “Não podemos estudar porque a passagem é cara, não podemos ir ao médico porque o atendimento é muito caro neste país, não podemos nos aposentar dignamente porque os soldados recebem pensões milionárias e minha avó recebe apenas uma ninharia para sobreviver mensalmente.” (El Siglo, 2019, tradução nossa).

O Equador vivenciou uma situação semelhante. O custo da passagem aumentou devido à eliminação dos subsídios à gasolina, e os protestos estudantis foram ativados. Durante a Greve Nacional, os estudantes voltaram às ruas. Segundo relatos da imprensa, essa greve nacional “teve um rosto indígena, rosto de mulher, mas também rosto jovem.” Um fato lamentável corrobora isso: “70% das pessoas presas nos protestos são adolescentes e jovens com menos de 30 anos.”

Nesse sentido, embora não seja uma manifestação exclusiva dos jovens, o presidente nacional da Federação de Estudantes Universitários do Equador (FEUE), Mauricio Chiluisa, disse que a participação dos jovens na greve tem uma razão: “O movimento de jovens e estudantes sofreu um forte ataque do governo anterior. Por meio de sanções, um processo de intimidação foi gerado contra aqueles que saíram para protestar. Essa rebeldia que nos caracteriza como jovens fez com que nos rebelássemos contra as políticas neoliberais do governo Moreno.” (Wambra, 2019, tradução nossa).



Por: Redacción Wambra Medio Digital Comunitario @wambraec

El Paro Nacional en Ecuador tuvo rostro indígena, rostro de mujer, pero también rostro joven. Y un dato, lamentable, lo confirma: **70% de las personas detenidas en las protestas son adolescentes y jóvenes menores de 30 años.**

Ilustração 6 O protesto também foi jovem. Fonte: Wambra, 2019.

No contexto boliviano, os protestos foram motivados pelo descontentamento em relação à polêmica reeleição de Evo Morales, o único presidente que as jovens gerações deste país conheceram. Diferentes rotas e ruas foram bloqueadas na zona sul de La Paz, onde mora a classe média alta. Estudantes universitários lideraram o protesto no centro da cidade, próximo à

“Grande Casa do Povo”, uma moderna torre de 24 andares onde Morales tem seu escritório. Segundo Allyson Requena, estudante de arquitetura de 20 anos: “Acima de tudo, esperamos que o governo perceba que o povo está revoltado, que entenda que o povo está unido, que ninguém está desistindo.” Jennifer Quispe, colega de estudos de Allyson, de 18 anos, acrescentou: “É triste, ultrajante para muitos dos jovens aqui, porque somos uma geração que até hoje só viu um presidente, o presidente Evo Morales Ayma.” (RFI, 2019b, tradução nossa).

## Estudiantes bolivianos llevan la protesta cerca de Evo Morales

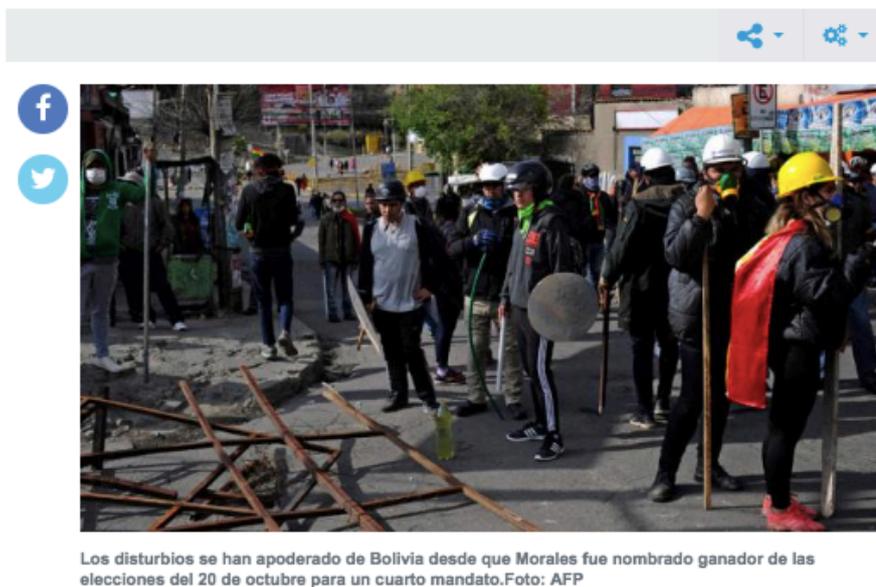


Ilustração 7 Estudantes bolivianos protestam perto de Evo Morales. Fonte: RFI, 2019b.

Na Venezuela, as manifestações estudantis voltaram às ruas após cinco anos, com a possibilidade de não sofrerem repressão ou obstáculos por parte das forças públicas. Convocadas pelo presidente interino do país, essas manifestações exigiram a participação dos grupos que contribuíram para buscar uma saída para a crise do país. Portanto, o papel dos jovens nessas propostas foi importante. Lustay Franco, líder estudantil, afirmou à mídia que os jovens voltaram a se manifestar porque “não querem abandonar o país.” Ela encoraja todos os participantes ao afirmar que “precisamos avançar e reconstruir, nos unir novamente como venezuelanos.” Da mesma forma, Luis Miguel González, presidente do Centro Estudantil da Faculdade de Direito da UCV, reitera que “a juventude não desiste, a juventude não se conforma, a juventude eleva a voz, a juventude é irreverente.” (VOA, 2019, tradução nossa).



Ilustração 8 Protesto estudantil encerra semana de ativismo de oposição. Fonte: VOA, 2019.

No que diz respeito à situação que a Nicarágua enfrenta com relação ao regime autoritário e à restrição das liberdades, durante uma mesa de diálogo realizada em 2018 para buscar uma solução pacífica para a crise entre o governo de Daniel Ortega e os setores da oposição, Lesther Alemán, um estudante de Comunicação Social de 20 anos da Universidade Centro-Americana, desempenhou um papel de destaque como porta-voz do movimento estudantil que se opõe a Ortega e exige sua saída do poder após a repressão aos protestos de rua, nos quais mais de cinquenta pessoas perderam a vida: “Esta não é uma mesa de diálogo. É uma mesa para negociar sua saída, e eles sabem muito bem disso, porque o povo é quem está pedindo. [...] Por que estou falando e por que estou desrespeitando sua palavra? Porque somos nós que listamos os mortos, nós listamos os desaparecidos, os sequestrados.” (BBC NEWS, 2018, tradução nossa).



Ilustração 9 Nicarágua: o discurso chocante de Lesther Alemán, o estudante que enfrentou Daniel Ortega. Fonte: BBC NEWS, 2018.

Na Colômbia, o cenário não foi melhor. O chamado “*estallido social*” ocorreu quando o governo nacional apresentou uma reforma tributária, mesmo quando ainda se vivia as adversidades da pandemia de Covid-19. O descontentamento geral dos cidadãos aumentou devido às ações que o Governo desejava promover, como implementar uma reforma tributária que afetaria a classe média e sua renda. As deficiências no sistema de saúde, as péssimas condições de trabalho, a falta de benefícios e garantias de acesso à educação formal também contribuíram para essa insatisfação.

Nesse sentido, a principal reivindicação dos estudantes que participaram dos protestos durante as diferentes manifestações ocorridas no governo Duque era o aumento do orçamento para a educação pública, segundo declarações de Alejandro Palacio, principal líder estudantil: “A violência, o desemprego e a falta de oportunidades nos dominam todas as noites e todos os dias. Diante disso, o Governo tem sido cego e surdo.” E é justamente uma das características dessas manifestações o abuso de força, violações de direitos humanos e confrontos violentos entre policiais e manifestantes, resultando em muitos feridos e mais de 80 mortos (El País, 2019, tradução nossa). Dentre eles, segundo dados do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento e a Paz (INDEPAZ), 45% dos manifestantes assassinados eram jovens entre 14 e 28 anos; 33% eram adultos. Há registros de crianças assassinadas e existe um percentual de 41% cuja idade não foi identificada. Quanto aos autores, assume-se que 46 das vítimas caíram nas mãos das forças públicas, 12 nas mãos de civis e outras 22 cujos autores ainda não foram identificados (INDEPAZ, 2021).

### **Las protestas ahondan la brecha entre Duque y los jóvenes**

El movimiento estudiantil es uno de los bloques que lidera las marchas contra el Gobierno, sumido en una crisis de popularidad



Jóvenes manifestantes marchan en Bogotá.  
CAMILO ROZO

Ilustração 10 Os protestos ampliam o fosso entre Duque e a Juventude. Fonte: El País, 2019.

Destarte, nos últimos tempos, a maioria dos países latino-americanos têm experimentado mudanças sociopolíticas significativas, entre as quais é importante destacar o estabelecimento de procedimentos e instituições democráticas, bem como a formulação de políticas públicas. Apesar do fato de a América Latina ser uma região acostumada às adversidades, retrocessos e contrariedades.

A crise é uma parte constante da agenda sociopolítica de cada país, sendo um tema recorrente em discursos e notícias. Esse conceito pode assumir diferentes significados, dependendo do contexto. Roitman, conforme mencionado em (BBC NEWS, 2019), vê a crise como uma característica estrutural das sociedades modernas, causando inquietação não apenas devido aos problemas sistêmicos, mas também devido às respostas normativas que podem gerar problemas socioculturais e normalizar suas consequências. Toda crise oferece oportunidades ambíguas tanto para indivíduos quanto para sistemas sociais, permitindo a reflexão sobre excessos não observados e tornando a sociedade objeto de análise detalhada.

A crise também pode estimular intervenções sociais para superar obstáculos e expectativas de experiências vividas (Cordero *et al.*, 2017; Cordero, 2018). Como os autores afirmam, “As crises não são o destino, mas um momento reflexivo para que os atores sociais questionem as normas e instituições que governam a sociedade atual, devido ao sofrimento humano que elas causam” (Cordero; Mascareño; Chernilo, 2017, p. 515, tradução nossa).

Qualquer abordagem objetiva das crises sociais não pode ser separada das intenções específicas de indivíduos e grupos que expressam suas necessidades. A América Latina viu diversos movimentos sociais desempenharem um papel importante na interpretação e transformação da realidade social, especialmente entre os jovens (Aguilera, 2014).

Apesar de o movimento estudantil ter se destacado nas últimas décadas ao combinar interesses acadêmicos e políticos para atender às expectativas coletivas, existe também uma perspectiva de apatia e desinteresse político entre os jovens, refletindo descontentamento com certas culturas ou expressões juvenis (Machado, 2015; Muñoz; Ponce, 2019).

A juventude, muitas vezes percebida como apática e desinteressada nas formas tradicionais de ação política, desempenha um papel de destaque em protestos e mobilizações informais. Esse protagonismo é ainda mais evidente hoje, à medida que as novas tecnologias são incorporadas às formas de organização, influenciando a cultura de participação (Della Porta, 2015).

Nos últimos anos, temos observado o surgimento de ações coletivas que buscam novos espaços de participação e organização. Segundo Juris; Pereira e Feixa (2012), os movimentos sociais, ao longo do tempo, compartilham características associadas a velhos, novos e

“novíssimos movimentos”, como o movimento antiglobalização, que está na origem dos movimentos sociais mais amplos. Esses movimentos apresentam tensões entre seus atores e dinâmicas internas. Hoje, vemos uma transição dos movimentos sociais da escala nacional para a transnacional, e os jovens desempenham um papel crucial nessa mudança. Eles participam da chamada globalização alternativa e dos “novíssimos” movimentos sociais, influenciando as mudanças por meio de conexões transnacionais (Juris; Pereira; Feixa, 2012).

Essas conexões são impulsionadas pelas novas tecnologias, que potencializam o protesto, a reunião e a organização de grupos, alterando os padrões da cultura de participação. As redes sociais, em particular, desempenham um papel importante na formação, convocação e organização de novos grupos, facilitando o engajamento político (Della Porta, 2015).

No entanto, é importante destacar que o uso das novas tecnologias não se limita aos jovens, mas é adotado pela sociedade em geral. Sua utilização generalizada permite que o público expresse suas opiniões e se envolva mais nas dinâmicas sociais, culturais e políticas. Os jovens, de acordo com (Maldonado, 2015), são especialmente hábeis em usar os novos canais de comunicação e coordenação, como as redes sociais virtuais, para gerar processos de mudança na política e nas políticas.

A participação digital dos jovens deu origem a diversas microculturas juvenis, que podem alcançar uma dimensão transnacional, mas se manifestam de maneira única em cada contexto. Conforme Juris; Pereira e Feixa: “De fato, dada a crescente insatisfação com a política institucional, os jovens são cada vez mais atraídos por essas formas informais e populares de participação política.” (2012, p. 34, tradução nossa).

Em 2011, ocorreram manifestações e protestos globais conhecidos como “movimentos de praças” ou “novíssimos movimentos sociais.” Começaram na Tunísia e se espalharam pelo Egito, Líbia, Síria e Iêmen. Posteriormente, houve mobilizações nos países ocidentais em resposta à crise econômica, política e social. Nos anos seguintes, protestos aconteceram em países como Venezuela, Brasil, Rússia, Bulgária e Turquia, onde os cidadãos protestaram contra governos percebidos como fonte de desigualdade e sofrimento (Della Porta, 2015, p. 25, tradução nossa).

Esses protestos vão além das questões tradicionais de conflito capital-trabalho e do movimento operário clássico, abrangendo causas diversas, incluindo movimentos ambientalistas, feministas e estudantis. A juventude desempenha um papel crucial na política contemporânea, demonstrando sua capacidade de organização e mobilização, impactando as agendas públicas em diferentes governos. Além disso, é importante destacar que, embora os jovens tenham desempenhado um papel ativo nas manifestações sociais, esses movimentos têm

se desenvolvido de maneiras distintas. Alguns são mais orgânicos e estruturados, como as organizações estudantis que buscam melhorias na qualidade da educação na América Latina. Por outro lado, movimentos como os “indignados” da Primavera Árabe e diversas organizações na Europa adotam estratégias mais reativas (Boltanski, 2011; Fraser, 2017; Rodríguez, 2012; Vommaro, 2015).

O ano de 2019 foi marcado por uma onda global de manifestações e passeatas em países como Argélia, Bolívia, Catalunha, Chile, Colômbia, Equador, Peru, França, Geórgia, Guiné, Hong Kong, Iraque, Irã, Líbano, Reino Unido, e essa lista só crescia. Muitos desses protestos tiveram a participação ativa de jovens, organizações juvenis e estudantis. Esses novos movimentos jovens buscavam espaços mais amplos, focando em questões locais, mas mantendo conexões globais para garantir maior visibilidade às suas ações. Como afirmou Carlos (Feixa, 2006), a juventude se tornou um dos primeiros grupos sociais a se globalizar, transcendendo fronteiras locais e nacionais em elementos culturais, como música e moda.

Hoje, os jovens são vistos como uma categoria social que se interessa por questões políticas, prioriza o presente em vez do futuro e não necessariamente se vê como os salvadores do país. Eles estão profundamente conectados em uma perspectiva global e sua especificidade é expressa não apenas em movimentos sociais, mas também em associações, sindicatos e até mesmo na política governamental por meio de políticas sociais (Aguilera, 2014).

Nesse contexto, é importante reconhecer a juventude como um ator social que reflete pontos de vista diversos, relacionados à classe e ao gênero, e que constantemente compartilha experiências presentes e visões de futuro. A realidade social da juventude é uma fonte importante de identidade social no mundo moderno e desempenha um papel estrutural significativo. Portanto, esta pesquisa não adota uma posição concluída sobre as concepções de juventude. Pelo contrário, tenta enriquecer suas ponderações a partir do reconhecimento de diferentes perspectivas. Pelo contrário, tenta enriquecer suas ponderações a partir do reconhecimento de diferentes perspectivas. Daí que a finalidade deste capítulo não é formular um conceito de juventude ou realizar uma revisão histórica do conceito. Ao invés disso, o propósito é analisar certas condições nas quais os jovens se tornaram objeto de intervenção estatal por meio de políticas sociais. Eles passam a integrar a agenda pública, ganhando espaço e importância, o que favorece a formulação de políticas públicas, programas e experiências juvenis em si mesmas.

## 1.2 ABORDAGENS CONTEXTUAIS NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Ao abordarmos a juventude como categoria conceitual, é crucial reconhecer sua complexidade e diversidade, que muitas vezes são contraditórias. Não pode ser reduzida a uma ideia única e definitiva, e sua compreensão depende de fatores sociais e históricos. A noção de juventude é dinâmica e varia de acordo com as características e experiências de cada sociedade, como apontado por (Sposito, 1994). É um conceito em constante evolução, influenciado tanto por fatores biológicos quanto sociais. A juventude não deve ser simplesmente associada às mudanças fisiológicas da puberdade, mas considerada como um produto social.

Sposito (1994) destaca quatro aspectos que determinam a juventude: redução, redefinição, transitoriedade e liminaridade. A “redução” implica que não se trata de uma juventude homogênea, mas sim de jovens individuais, cada um com suas próprias experiências. O segundo aspecto envolve uma juventude em constante “redefinição”, à medida que navega entre a dependência familiar e a autonomia, muitas vezes relacionada ao mercado de trabalho ou à formação de novas famílias.

O terceiro ponto diz respeito à “transitoriedade” entre a infância e a vida adulta, enquanto o último aspecto se refere à “liminaridade”, indicando que os jovens estão em constante transição, não se fixando em um único lugar. Sposito (1994) destaca que os jovens vivem no limiar, entre diferentes conjuntos de regras e entre as esferas familiar, escolar e o mundo da rua. Assim, a abordagem da juventude provém de diversas fontes, incluindo a academia, movimentos sociais e experiências de organizações estatais e civis. Tanto jovens quanto adultos têm contribuído para esses espaços sociais.

As várias perspectivas sob as quais os jovens são observados frequentemente resultam em desacordos. Por exemplo, Duarte (2011) descreve debates sobre jovens integrados no mercado versus excluídos, assim como discussões sobre se são uma ameaça ou representam o futuro, enfocando sua essência “jovem.” Consequentemente, as ciências sociais e outras disciplinas têm desenvolvido diversas abordagens para compreender essa diversidade juvenil. Essas abordagens refletem diferentes correntes teóricas em várias disciplinas. No entanto, é importante notar que essa categorização pode ser arbitrária e não pretende ser absoluta, como ilustrado no Quadro:

Quadro 1 - Abordagens que constituem a base teórica sobre o conceito de Juventude

Abordagem	Características
<b>Conservadores e adultocêntricos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A construção conceitual inicial da juventude foi fortemente influenciada pelas abordagens de algumas escolas de psicologia evolutiva e do desenvolvimento.</li> <li>• Essa perspectiva retrata os jovens como indivíduos em processo de preparação para</li> </ul>

	<p>a vida adulta, considerando essa transição como algo natural.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O período da juventude é definido pelas características psicobiológicas de desenvolvimento de cada pessoa e tem um limite temporal antes da entrada na vida adulta.</li> </ul>
<b>Construção social das juventudes</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Em contraponto à abordagem conservadora, a juventude é entendida como um processo cujas características mais relevantes são moldadas pelo contexto social, político, cultural e econômico no qual o tempo específico da juventude é definido por cada sociedade.</li> <li>• Aspectos identitários como classe social, gênero, origem racial, localização territorial e filiação (contra)cultural possuem grande importância na formação da identidade e na experiência vivida pelo jovem.</li> <li>• Dentro dessas perspectivas, reitera-se a lógica de poder presente na matriz adultocêntrica, que encara os jovens como sujeitos que aguardam para se tornarem algo, um estado que alcançarão ao se tornarem socialmente adultos.</li> </ul>
<b>Culturalistas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Essa abordagem é conhecida como volta à cultura porque enfatiza a formação do sujeito jovem dentro de um contexto cultural.</li> <li>• A juventude é examinada a partir de suas próprias expressões culturais, frequentemente usando a noção de tribos proposta por Michel Maffesoli na Europa.</li> <li>• No entanto, essa abordagem tem sido criticada em três aspectos: <ul style="list-style-type: none"> <li>a. Exagero no foco nos símbolos, considerados componentes centrais do estilo jovem.</li> <li>b. Falta de conexão substancial entre as realidades dos jovens estudados e suas condições de vida, incluindo fatores como classe social, gênero, raça e até mesmo geração.</li> <li>c. Uso mecânico das noções de neotribalismo e tribos urbanas, que também tem sido alvo de críticas.</li> </ul> </li> </ul>
<b>Geracional a partir da perspectiva juvenil</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Esta abordagem difere da matriz adultocêntrica, pois entende que a juventude é uma construção social.</li> <li>• Ela propõe uma perspectiva que considera a existência ou ausência de relações entre gerações como ponto central, permitindo: <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Desnaturalizar os conflitos geracionais e contextualizar essas tensões sociais em cada cultura e período histórico.</li> <li>b) Compreender as dinâmicas de poder existentes nas relações entre gerações.</li> <li>c) Enxergar a juventude como um conjunto de relações sociais em constante evolução.</li> <li>d) Orientar a elaboração de estratégias de ação a partir dos próprios contextos juvenis e através da colaboração com outros atores sociais.</li> <li>e) Analisar a sociedade a partir da perspectiva da juventude, em um olhar geracional, e, a partir daí, também compreender outros atores sociais, como adultos e crianças.</li> </ul> </li> </ul>

**Fonte:** Elaboração própria (Duarte, 2011, p. 23–26).

As abordagens mencionadas não devem ser vistas como categorias fixas, mas sim como representações em constante evolução moldadas por debates, pesquisas e trabalho de campo. Elas fornecem elementos para compreender as juventudes e as relações geracionais em nossa sociedade. A juventude é um conceito construído social, histórica, cultural e relacionalmente, adquirindo significados variados ao longo do tempo e em diferentes contextos históricos e sociais. Bourdieu (2003) argumenta que a juventude e a velhice são construções sociais que emergem na luta entre jovens e velhos, com relações complexas entre a idade social e a idade biológica. Nesse contexto, abordaremos a relação entre juventude, política e políticas sociais. Embora a idade biológica seja mencionada brevemente, é importante observar que essas etapas envolvem a resolução de questões de identidade, com a renúncia a certos aspectos do self e a síntese de novos elementos adquiridos, resultando em identidades instáveis. Bourdieu (2003)

destaca que a idade é um fato biológico sujeito a influências sociais, enfatizando a necessidade de analisar as diferenças entre as duas juventudes:

[...] poderíamos comparar sistematicamente as condições de existência, o mercado de trabalho, o uso do tempo, etc., dos 'jovens' que já estão trabalhando e dos adolescentes da mesma idade (biológica) que são estudantes: de um lado, as imposições, que apenas a solidariedade familiar pode atenuar um pouco, do universo econômico real; do outro, as facilidades de uma economia quase lúdica de assistidos, baseada em subsídios, com refeições e alojamento baratos, ingressos a preços reduzidos para o teatro e o cinema, entre outros. Encontraríamos diferenças análogas em todas as esferas da existência: por exemplo, os jovens mal vestidos, com cabelo muito comprido, que passeiam com suas namoradas em motocicletas de má qualidade nos sábados à noite, são esses jovens que os policiais perseguem (Bourdieu, 2003, p. 153).

Nesse sentido, ao se falar sobre juventude, é necessário especificar a perspectiva que está sendo abordada, pois ao assumir uma posição, é possível obter uma compreensão mais relevante do assunto. Portanto, Duarte (2000, p. 62, tradução nossa) menciona que “a nomeação singular da juventude não é suficiente, pois seus significados são diversos e se referem a várias representações do mesmo discurso com diferentes oradores.”

Assim, uma das formas pelas quais o tema da juventude geralmente tem sido debatido é por meio de sua descrição como uma fase da vida. Essa explicação possui dois sentidos intimamente relacionados. Por um lado, refere-se às etapas que eles vivenciam no ciclo de vida humano, como infância, idade adulta e velhice, tendo como ponto de partida as mudanças típicas da puberdade como o início de um novo momento no desenvolvimento do ciclo de vida.

Nesse contexto, Abramo (1997, p. 29) adiciona que “é o momento crucial em que o indivíduo se prepara para se tornar plenamente um sujeito social, livre, integrando-se à sociedade e sendo capaz de desempenhar os papéis para os quais se tornou apto por meio da internalização de seus valores, normas e comportamentos.” Conceitualmente, isso se configura como um campo de estudo dentro da psicologia evolutiva, sendo entendida como uma etapa importante do ciclo de vida, uma vez que é o momento em que as mudanças ocorrem rapidamente e a maturidade biológica do organismo é alcançada, resultando em mudanças nos níveis cognitivo, emocional, comportamental e relacional. Nessa perspectiva, Mannheim (1982) afirma que o aspecto biológico faz parte de uma das referências; no entanto, o processo histórico se destaca dos fatores biológicos mais básicos, que operam de forma mais subjacente e só podem ser compreendidos por meio dos fenômenos históricos e sociais que constituem uma esfera secundária (Abramo; Venturi, 2000; Clementino; Cordeiro, 2011; Dávila, 2004a; Duarte, 2000; Lobato, 2008; Mannheim, 1982; Tejeiro, 2005).

Essa fase é vista como uma preparação para a vida adulta, onde a maturidade física é considerada um fator que possibilita a integração adequada na sociedade adulta (Duarte, 2000).

A juventude é demarcada por aspectos biológicos e sociais, diferenciando-se da infância e da vida adulta. No entanto, a transição para a vida adulta não depende apenas da maturidade biológica, mas também das oportunidades de participação na produção e consumo. Os jovens se movem em direção à vida adulta, com suas próprias prioridades e responsabilidades distintas. Portanto, as características da juventude não devem ser descartadas, mas consideradas como parte de uma fase de preparação para a vida adulta (AA. VV, 2017).

Em resumo, essa abordagem enfoca os jovens como sujeitos que se preparam para a vida adulta, destacando a importância da educação e do planejamento para esse grupo populacional. Isso ressalta a necessidade de políticas sociais que estabeleçam bases sólidas para o desenvolvimento da sociedade (Cepal, 2012; Clementino; Cordeiro, 2011; Groppo, 2017).

Portanto, a juventude pode ser entendida como um período de desenvolvimento e amadurecimento biológico, psicológico e social que se manifesta por meio de mudanças de atitude em relação à necessidade de proteção da família, responsabilidade e busca de autonomia (Brito, 1998; Lozano, 2003).

A estruturação da juventude é um processo complexo, já que os jovens vivenciam experiências variadas e, por vezes, contraditórias, que os tornam atores plurais devido à socialização em diferentes contextos sociais. Os valores e comportamentos aprendidos em casa são confrontados com diferentes estilos de vida, especialmente pelos grupos de amigos, levando os jovens a pertencer simultaneamente a diversos universos sociais e ampliar suas referências (Lahire, 2002).

A condição de juventude refere-se à forma como a sociedade dá significado a essa fase do ciclo de vida. O que envolve uma dimensão histórica e geracional, enquanto a situação dos jovens reflete como essa condição é vivida nas várias camadas sociais, como classe, gênero e etnia, bem como nas trajetórias individuais dos jovens pertencentes à mesma geração. Em resumo, o status da juventude como categoria sociológica aponta para a estrutura social, valores e cultura específicos dos jovens em relação a processos de transformação social, educacional, de trabalho e econômica, entre outros. A juventude está relacionada às experiências vividas pelos jovens, resultando em um senso comum de pertencimento geracional (juventude singular) e, ao mesmo tempo, em diferenciações sociais entre os jovens (juventudes no plural) (Abramo, 2014).

É essencial destacar que a condição de juventude é vivenciada por jovens em contextos espaciais e temporais específicos. A situação social dos jovens permite uma análise específica em termos de território e tempo, possibilitando a combinação dos elementos relacionados ao conceito de juventude com a expansão da juventude como uma fase da vida, caracterizada pela

permanência prolongada na educação formal, entrada tardia no mercado de trabalho, formação de novas famílias ou busca pela independência residencial (Dávila, 2004a).

No entanto, a condição de juventude possui uma nuance social que visa abordar as diferentes variáveis que afetam e estão presentes na definição de juventude, com o objetivo de levar em consideração a diversidade social. Essa condição é uma forma de abordar a moratória social que, como menciona Mario Margulis “[...] embora insuficientes, têm o mérito de começar a tratar a 'juventude' como uma categoria histórica e não apenas biológica.” (Margulis, 2001, p. 43, tradução nossa).

O conceito de moratória social se aplica aos jovens que estão estudando ou se preparando para a vida adulta, período em que adquirem habilidades e conhecimentos. Durante esse tempo, os jovens começam a assumir mais responsabilidades financeiras e familiares. No entanto, é importante notar que esse conceito tende a ser mais relevante para os jovens de classe alta, já que nem todos têm a oportunidade de adiar as responsabilidades da vida adulta da mesma maneira (Abramo, 2014; Margulis, 2001; Pinheiro; Henríquez, 2014).

Dina Krauskopf (2003) define a moratória psicossocial como um período em que a sociedade oferece aos jovens a chance de experimentar e cometer erros enquanto se preparam para a fase adulta, tirando o peso das responsabilidades imediatas e representando-os como adultos no futuro. A moratória não tem um momento fixo, uma vez que alguns jovens a adiam devido ao tempo dedicado aos estudos no ensino superior, enquanto outros a adiam devido à necessidade de contribuir para a renda familiar ou buscar independência financeira, o que os leva a ingressar no mercado de trabalho. De acordo com a perspectiva de Mario Margulis (2001), a moratória pode ser experimentada de maneiras diversas:

[...] refere-se a um termo concedido a uma determinada classe de jovens, permitindo-lhes desfrutar de um período de menos pressão ao concluir sua educação e atingir sua maturidade social e econômica. É um período de permissividade, uma espécie de estado de graça, um estágio de indulgência relativa, no qual as pressões e demandas impostas aos adultos não são aplicadas com todo o rigor. (Margulis, 2001, p. 43, tradução nossa).

Neste contexto, a ideia da moratória social se revela exclusiva, pois não considera aqueles que não têm a oportunidade de continuar sua preparação para a vida adulta. Isso resulta em uma notável disparidade social que está relacionada às imagens preconcebidas da juventude, que refletem o estereótipo do jovem ideal promovido pela mídia. Esse estereótipo retrata a juventude como sinônimo de beleza, felicidade, despreocupação, esportividade e saúde, vestindo roupas na moda e envolvida em romances e casos amorosos, ignorando as dificuldades financeiras (Margulis, 2001).

Abad (2005) argumenta que o conflito geracional nas sociedades reflete o declínio do capitalismo tardio, manifestando-se como uma crise na predominância dos adultos no controle das instituições responsáveis pela transição dos jovens para a vida adulta. Isso resulta na desinstitucionalização gradual da condição de juventude, semelhante ao que ocorreu com outras estruturas extraeconômicas. Essa desinstitucionalização está alinhada com a tendência geral do capitalismo de tornar as pessoas mais intercambiáveis no mercado de trabalho, privando-as de uma identidade específica.

Para enfrentar esse processo de moratória social e promover a inserção no mercado de trabalho, bem como combater a discriminação geracional, políticas específicas para a juventude têm sido implementadas, colocando a juventude no centro da agenda pública e garante sua participação como agentes sociais.

Nesse sentido, o relatório da CEPAL; OIJ, (2014) destacou que a concepção de juventude estava tradicionalmente vinculada ao conceito normativo de moratória, que era característico das políticas públicas e da perspectiva adulta. De acordo com essa perspectiva, havia um período durante o qual os indivíduos deveriam se dedicar à aquisição de conhecimentos e habilidades para um futuro produtivo. Assim, “a sociedade deve estabelecer regulamentações que financiem essa moratória e fornecer serviços e recursos para permitir que os jovens desenvolvam suas habilidades e conhecimentos de forma adequada.” (2014, p. 239, tradução nossa).

No entanto, a moratória pressupõe que os jovens só se tornam sujeitos completos quando deixam de ser jovens, o que cria desconforto na própria juventude. Isto ocorre porque eles são partes essenciais das mudanças culturais, estéticas e organizacionais que redefinem a vida cotidiana. “A moratória implica uma hierarquia de autoridade que infantiliza a juventude: o mundo adulto e as políticas públicas sempre saberiam o que é conveniente ou não para os jovens, sem consultar os próprios jovens.” (CEPAL; OIJ, 2014, p. 239, tradução nossa).

### 1.3 A QUESTÃO JUVENIL: IMPLICAÇÕES PARA POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE

Ao abordar as noções sobre juventude e adolescência, é fundamental considerar que sua definição deriva de estudos oriundos de disciplinas como psicologia clínica, antropologia e psiquiatria. Portanto, em alguns momentos, esses termos são agrupados sob o nome “juvenil.” No campo da sociologia, a investigação sobre a juventude começa nos processos de reprodução da espécie humana e culmina quando a capacidade de reproduzir a sociedade é atingida. Conforme o desenvolvimento biopsicossocial, o início da juventude está vinculado à puberdade

e à adolescência, englobando transformações psicológicas e hormonais, como identificação sexual, desenvolvimento de características sexuais primárias e secundárias, além da busca por autonomia e independência (AA. VV, 2017; Brito, 1998).

Ademais, faz-se necessário distinguir entre esses conceitos não somente por suas dimensões sociais, culturais e emocionais; a adolescência está associada a aspectos biológicos, individuais e a uma demarcação cronológica, enquanto o conceito de juventude está mais relacionado a fatores sociais e culturais (Dávila, 2004a; Duarte, 2000; Lobato, 2008; Tejeiro, 2005; Waiselfisz, 1998).

A juventude é percebida como uma categoria etária, ou seja, é observada a partir de uma perspectiva sociodemográfica. Conseqüentemente, os jovens são definidos como um grupo de indivíduos em determinada faixa etária. Paralelamente, a juventude é encarada como um período de amadurecimento, destacando as mudanças fisiológicas e psicológicas que moldam as diferentes formas de ser jovem ((Dávila, 2005; Sandoval, 2007).

Nessa ótica, Duarte (2000) argumenta que ao considerar a temporalidade da “etapa juvenil” e sua relação com o mundo adulto, reforça-se a ideia de abordar o social a partir de uma perspectiva adultocêntrica<sup>4</sup>. Tal situação implica que o “juvenil” é aquilo que vivencia a juventude, sempre sob a perspectiva do que o adulto pensa a respeito, ou seja,

O termo “juvenil” refere-se às expressões culturais e contraculturais desenvolvidas ou restringidas por esses grupos sociais em suas vidas cotidianas. Por sua vez, “os e as jovens” dizem respeito a indivíduos específicos em sua singularidade e em suas interações coletivas. O conceito de “juvenilização” representa a expressão decorrente do processo pelo qual as representações sociais são formadas com base em modelos de jovens que circulam em nossas sociedades (Duarte, 2000, p. 63, tradução nossa).

Dessa maneira, o critério etário é uma das bases através das quais o grupo social referente à juventude pode ser categorizado. A idade é o elemento que viabiliza a nomeação de jovens em sociedades que identificam “o juvenil” como um estágio da vida. Conseqüentemente, a juventude é uma construção moldada por um contexto específico, com base no grupo de jovens em questão, evoluindo ao longo de uma dimensão histórica e sendo atravessada por

---

<sup>4</sup> A perspectiva adultocêntrica baseia-se na visão dos adultos como a referência central para definir a juventude. O que leva a considerar os jovens, suas atividades e suas contribuições como menos importantes no presente, pois são constantemente avaliados com base em um futuro idealizado. As expectativas em relação à juventude incluem a aquisição de maturidade, responsabilidade, integração na sociedade de consumo e produção, formação de família e participação cívica, entre outros (Vanderschueren *et al.*, 2009, p. 13). Essa perspectiva adultocêntrica muitas vezes cria representações distorcidas da juventude que não refletem suas experiências reais. Essas representações são resultado de uma socialização orientada para os adultos, na qual as normas culturais são moldadas. Muitos jovens internalizam essas imagens e discursos, o que influencia suas experiências individuais e coletivas, à medida que tentam corresponder às expectativas predefinidas. De acordo com Oscar Arévalo (1996), o adultocentrismo é uma forma de poder cultural que é considerada natural, mas na realidade é uma relação de autoridade baseada na suposta falta de experiência e maturidade dos jovens.

tensões existenciais que cada sociedade apresenta à sua juventude: ser conforme o desejado ou conforme as exigências sociais.

No tocante à compreensão da juventude e do juvenil, Duarte (2000) propõe quatro matrizes analíticas para abordar o jovem como sujeito-ator, seus grupos, expressões e discursos. O primeiro aspecto enfatiza a importância de compreender as juventudes como portadoras de diferenças e singularidades, construindo assim sua pluralidade e diversidade em variados contextos sociais. Além das variáveis de classe, gênero, religião e raça, é necessário levar em consideração os aspectos culturais e os subgrupos etários que compõem o grupo social da juventude. Os jovens entre 15 e 17 anos, que frequentemente estão no ensino médio e secundário, têm características distintas dos indivíduos entre 26 e 29 anos, que provavelmente estão se preparando para estabelecer famílias e ingressar no mercado de trabalho. A adesão a um determinado estilo cultural influencia a apresentação e representação do mundo juvenil no espaço.

O segundo aspecto requer um olhar caleidoscópico em direção à juventude, permitindo capturar a riqueza da pluralidade em vez de adotar abordagens fixas e distantes. Essa perspectiva ampliada possibilita apreender a complexidade da juventude em diferentes sociedades, compreendendo suas particularidades e diferenças.

O terceiro aspecto sublinha a necessidade de uma conexão direta e íntima com o mundo juvenil, a fim de gerar um conhecimento abrangente em nosso contexto. Isso implica deixar de lado abordagens puramente acadêmicas e envolver-se diretamente com os jovens, ouvindo suas vozes, observando suas ações e entendendo seus contextos específicos e globais. O diálogo contínuo com os jovens e a historicização de suas experiências são cruciais.

O último aspecto propõe a construção de conceitos relacionados ao mundo juvenil, evitando categorizações totalizantes e universais. Em vez disso, a busca é por conceitos dinâmicos e flexíveis que evoluam gradualmente para abordar os sujeitos em estudo: os jovens, as juventudes, as expressões juvenis e os processos de juvenilização. Essa construção conceitual deve ser contínua, uma vez que o campo da juventude é dinâmico. Embora não se possa atingir uma resposta definitiva, é possível aprofundar o conhecimento sobre diferentes realidades e contextos juvenis.

Nesse sentido, a estruturação do juvenil para permitir a manifestação de sua heterogeneidade depende da variável de classe social. De acordo com Marx, as classes estão fundamentadas na relação com os meios de produção, resultando nas duas classes existentes na sociedade capitalista: a burguesia, detentora do capital, e os assalariados, proprietários da força de trabalho (Bennett, 1999; Clarke Et Al., 2006; Hall, 1997).

Contudo, ao estudar a relação entre juventude e classes sociais, torna-se complexo definir como os jovens se relacionam com os meios de produção. Segundo Urteaga “[...] em sua definição moderna, juventude caracteriza-se pela sua não integração ou integração parcial nas estruturas produtivas e reprodutivas da sociedade.” (2017, p. 23, tradução nossa).

Algumas perspectivas sustentam que a questão juvenil não deve ser interpretada apenas pela lente geracional, já que uma abordagem limitada a essa dimensão não reconheceria sua importância. Quando se trata da juventude, é crucial entendê-la como uma força política historicamente relevante, o que vai além da simples categorização de classes economicamente definidas. Portanto, a questão da juventude se relaciona com a expressão sociocultural de um grupo demográfico específico, cujas aspirações são moldadas por uma idealização política (Reina, 2015; Rovirosa, 1985).

Seguindo essa linha, é claro que hoje dispomos de mais ferramentas para compreender os jovens e suas organizações. Reconhece-se que este é um processo em constante evolução, proporcionando uma saída para as circunstâncias vividas por esses grupos sociais. Nesse sentido, Duarte (2011) propõe três ferramentas analíticas que devem ser consideradas ao construir conhecimento sobre a juventude:

Os modos de expressão e materialização do processo de emergência das juventudes na história, juntamente com as condições diversas que possibilitaram essa emergência. As relações geracionais que emergiram nesse processo. As diversas e plurais maneiras de ser jovem e produzir o juvenil, que se modificam ao longo do tempo (Duarte, 2011, p. 17, tradução nossa).

Conforme o exposto, fica claro que quando nos aproximamos da juventude, sua emergência pode ser entendida como uma transição de identidades impostas para identidades próprias. Nesse sentido, a interpretação da juventude se centraliza no processo psicossocial de construção de identidade e vida cotidiana. Esse processo ocorre no contexto de relações e práticas sociais, influenciado por fatores ecológicos, culturais e socioeconômicos. Tal abordagem reconhece o papel dos jovens, incorporando a variável sociocultural às categorias demográficas, psicológicas e estruturais que moldam a experiência juvenil diária. A heterogeneidade e as realidades cotidianas distintas em que os jovens se inserem são identificadas, transformando-os em sujeitos em formação, reconhecendo suas oportunidades e limitações próprias (Freitas, 2005).

#### 1.4 REPENSANDO A JUVENTUDE COMO CONSTRUÇÃO SOCIAL

A juventude, enquanto categoria analítica, tem sobreposto o conceito de adolescência.

Esta é definida como o período da vida das pessoas entre a puberdade e o momento em que, além de atingirem a idade legal que lhes confere a plenitude dos seus direitos, concluem as etapas preparatórias da vida, acessando a possibilidade de formar sua própria família e assumir papéis até então reservados aos adultos (Gonçalves; Catharino, 2008).

A juventude é compreendida de acordo com o período histórico em cada sociedade, sendo assim, pode-se afirmar que existem diversas maneiras de ser jovem. Não é um fato dado, mas sim uma construção emergente das interações entre seus membros. No entanto, por ser uma construção histórica, sua democratização depende de condições sociais, muitas vezes se apresentando como uma estrutura social que demarca a transição entre a maturidade física e a maturidade social. Esta última é o ponto em que um indivíduo adquire as habilidades sociais exigidas pela sociedade para seu funcionamento. As qualidades esperadas da juventude variam de sociedade para sociedade (Coimbra; Nascimento, 2003; Freire Filho, 2006; Mannheim, 1982; Muñoz, 2003, 2011; Reina, 2011).

Consequentemente, a juventude não é uma noção fixa, mas sim uma construção sociocultural e histórica que molda as experiências daqueles que são considerados jovens no contexto específico. O conceito de juventude é, portanto, uma categoria histórica que surge em resposta a condições sociais específicas, muitas vezes ligadas às mudanças sociais que favoreceram o surgimento do capitalismo e permitiram a criação do espaço simbólico que abrigou a ideia de juventude (Freitas, 2005).

Dessa forma, a juventude é considerada na esfera pública tanto como um objeto de políticas sociais quanto como sujeito de direitos. Isso resulta na orientação da conformação da juventude através de acordos políticos ou projetos programáticos, em oposição à época em que os próprios jovens projetavam suas identidades e reivindicações perante o resto da população. Assim, os jovens são “definidos como ‘carentes’, ‘vulneráveis’, ‘capital humano’, população para proteger ou racionalizar, para empoderar ou controlar.” (Hopenhayn, 2004, p. 20 tradução nossa).

No entanto, as ações decorrentes dos programas implementados por cada país revelam as diferentes facetas da juventude, muitas vezes de maneira superficial, sem uma coordenação eficaz dos mecanismos institucionais para guiar a construção e desenvolvimento de políticas específicas para os jovens. Assim, é imperativo reconhecer que uma das dificuldades funcionais na formulação e planejamento das políticas de juventude reside na própria definição desse segmento da população. Embora a experiência de ser jovem seja complexa e compreendida como uma construção social e histórica, a noção de idade não pode ser descartada. Portanto, o critério de idade, embora limitado, é o mais utilizado na prática para o planejamento e

desenvolvimento dessas políticas sociais (AA. VV, 2017; Hopenhayn, 2004).

Por outro lado, diferentes representações de juventude coexistem com as noções de adolescência e final da infância. Por exemplo, o UNICEF define “criança” como qualquer pessoa entre 0 e 18 anos, o UNFPA define “adolescentes” como pessoas entre 10 e 19 anos, e a Assembleia Geral das Nações Unidas define como “jovens” todas as pessoas entre 15 e 24 anos. Essas definições foram aprovadas durante o Ano Internacional da Juventude em 1985 e são utilizadas por agências das Nações Unidas, enquanto cada governo nacional possui sua própria definição e limites de idade para crianças, adolescentes e jovens. (UNICEF, 2011)

Dina Krauskopf, (2003) aponta três paradigmas que coexistem nos programas e políticas que atendem às necessidades da população jovem. O primeiro destaca a adolescência como uma etapa preparatória para o futuro, o segundo enfoca a juventude como um período de crise, e o terceiro reconhece os jovens como cidadãos, produtores culturais e atores estratégicos no desenvolvimento.

Na primeira concepção, a juventude é definida como uma etapa de vida distinta, preparatória para a vida adulta. É um período de preparação dos indivíduos para entrar no mundo adulto, considerado como o amoldamento do desenvolvimento de qualquer indivíduo. Isso acentua a adolescência como uma fase de transição influenciada pelo conceito de “moratória psicossocial” de Erikson (1993). Essa perspectiva adia os direitos das crianças e adolescentes, considerando-os inexperientes e carentes de maturidade social, o que limita sua participação e gera distinções entre menores e adultos (Krauskopf, 2003; Vanderschueren *et al.*, 2009).

A segunda perspectiva aproveita a ideia de adolescência como uma etapa de transição para fundamentar uma visão do período como crise, ou, nas palavras da autora, “a idade difícil.” Nessa fase, são apresentados diversos comportamentos que, do ponto de vista dos adultos, são considerados arriscados e problemáticos. Essas razões justificam o início de sua abordagem programática em expressões de preocupação com a sociedade. Esses comportamentos conflitantes ou desviantes em relação à ordem estabelecida contrariam o que os adultos consideram um ideal juvenil, enfatizando a necessidade de intervenção e controle sobre os jovens. Isso nega a eles responsabilidade e autonomia (Vanderschueren *et al.*, 2009).

Essa perspectiva adulta da adolescência e juventude como crise é apresentada em relação a situações e dificuldades que os jovens frequentemente enfrentam, como gravidez, crimes, uso de drogas e evasão escolar, bem como envolvimento em gangues. Isso resulta na construção de uma percepção generalizada. Nesse contexto, a prevenção e o cuidado são direcionados para eliminar e reduzir esses problemas e perigos sociais, ao invés de promover o

desenvolvimento integral dos grupos de adolescentes e jovens.

A partir dessa perspectiva negativa, os jovens são percebidos como se estivessem predispostos a comportamentos negativos ao passar por essa fase. Eles são frequentemente associados a comportamentos relacionados a criminalidade e delinquência. De acordo com Esteves e Abramovay “como se o ser jovem implicasse, de forma potencializada e direta, no desvio e na transgressão criminosos, cujos desdobramentos seriam capazes de colocar em risco tanto a sua própria integridade física e moral quanto a de toda a sociedade.” (Esteves; Abramovay, 2007, p. 27).

Essa abordagem, centrada em uma perspectiva negativa, que foca em problemas e doenças específicas, não contribui para o crescimento saudável dos adolescentes. Além disso, ela estigmatiza e criminaliza os jovens, ao aceitar atitudes consideradas alarmantes ou perigosas de acordo com uma visão adultocêntrica (Vanderschueren *et al.*, 2009).

A terceira perspectiva considera os adolescentes e jovens como cidadãos e agentes estratégicos. Com base no enfoque dos direitos, os jovens são vistos como protagonistas e defensores da cidadania. O exercício da cidadania promove os direitos humanos, dando importância às relações cívicas e ao fortalecimento das capacidades e direitos da juventude (Krauskopf, 2003).

Essa abordagem rejeita a visão estigmatizante e simplista da juventude como um problema. Ela valoriza a ideia de juventude como um agente estratégico, reconhecendo sua capacidade de se adaptar e influenciar mudanças. Conforme Krauskopf “uma expressão-chave da sociedade e cultura globais, com capacidades e direitos para assumir um papel de liderança em seu presente, construir sua qualidade de vida democrática e participativamente e contribuir para o desenvolvimento coletivo.” (Krauskopf, 2000, p. 123, tradução nossa).

A participação juvenil é um dos elementos cruciais para o desenvolvimento da juventude, destacando seu papel protagonista na renovação contínua das sociedades. Isso impulsiona práticas e políticas que melhoram o potencial dos jovens por meio de habilidades inovadoras. Eles são considerados “sujeitos explícitos de direitos (políticos, civis, culturais, sociais e econômicos) e como agentes transformadores de suas próprias realidades e ambientes.” (Vanderschueren *et al.*, 2009, p. 14, tradução nossa).

Atualmente, várias perspectivas são apresentadas para conceber e representar a população jovem. Essas perspectivas abrangem diversas áreas e contextos sociais, como critérios de idade, sociais, culturais, de gênero e geracionais. Esses parâmetros buscam desenvolver uma visão abrangente, considerando os jovens em diversos processos e áreas de produção, envolvendo a disputa por reconhecimento, legitimidade e autonomia com outros

atores.

No caso dos jovens, esses processos não dizem respeito apenas à entrada na vida profissional, mas também à formação de famílias e à participação ativa na vida política. Tudo isso está relacionado à conquista de maior autonomia. Portanto, cada país estabelece uma definição institucional para as faixas etárias, embora essas descrições variem de acordo com a realidade local (CEPAL, 2012).

Apesar da existência de um critério geral estabelecido por organizações internacionais, definir uma categoria de juventude que leve em conta os limites de cada estágio da vida e suas particularidades sociais e históricas é uma tarefa complexa. A idade ainda é um critério aceito para distinguir os jovens e tem sido tradicionalmente usado como referência para políticas de juventude.

Dessa forma, a diversidade na definição das faixas etárias que caracterizam a juventude na América Latina é notável. Alguns países consideram a juventude em uma faixa etária mais jovem, enquanto outros estendem essa categoria até idades mais avançadas. Isso reflete que ser jovem não é apenas uma questão de idade, mas também envolve a representação que a sociedade atribui a essa condição juvenil, conforme mostra o quadro 2.

Essa diversidade talvez seja influenciada pela transição demográfica em muitos países da região. A população está concentrada nas idades produtivas, especialmente na faixa etária de 15 a 24 anos, o que representa um grande potencial de progresso. Embora a unificação dos limites de idade seja uma tarefa desafiadora e propensa a debates, um grupo predominante é o de 15 a 29 anos. A expansão da condição juvenil é vista de maneira diferente, dependendo de se estabelecer a entrada na categoria juvenil mais cedo ou mais tarde. Portanto, observa-se “no lado inferior, o contato mais precoce com aparelhos eletrônicos e tecnologias de informação, bem como a iniciação de processos biopsicológicos em idade mais jovem idade”, e quanto aos que a estabelecem em idade mais avançada, deparam-se com “o atraso na conquista da emancipação juvenil pela maior permanência na escola e os problemas de inserção plena e estável no mercado de trabalho.” (OIJ.; UNDP; CEPAL, 2013, p. 27).

Quadro 2 - Faixa etária juventudes Latino América

País	Idade	Definição de Jovens /Juventude	Adolescência Idade	Documento
Argentina	15-29 anos	<b>Jovens:</b> Refere-se a pessoas com idades entre 15 e 29 anos. <b>Juventude:</b> Este termo está no plural para abarcar a heterogeneidade e diversidade de trajetórias de vida na concepção e implementação de políticas públicas que promovam a inclusão social.	Pessoas até 18 anos.	Projeto de lei

<b>Bolívia</b>	16-28 anos	<b>Jovens:</b> Inclui os indivíduos com idades entre 16 e 28 anos, que habitam o território do Estado Plurinacional da Bolívia e as áreas sob sua jurisdição. <b>Juventude:</b> Representa o estágio do ciclo de vida humano que ocorre entre o fim da adolescência e o início da idade adulta, abrangendo as idades de 16 a 28 anos.	Dos 12 aos 18 anos.	Lei No. 342
<b>Brasil</b>	15-29 anos	<b>Jovens:</b> São consideradas jovens as pessoas com idades entre 15 e 29 anos.	Com idade entre 15 e 18 anos	Lei No 12.852
<b>Chile</b>	15-29 anos	<b>Jovens:</b> Engloba indivíduos jovens com idades entre 15 e 29 anos.	Pessoas menores de 18 anos	Injuv.cl
<b>Colômbia</b>	14-28 anos	<b>Jovens:</b> Qualquer pessoa entre 14 e 28 anos que está em processo de consolidar sua autonomia intelectual, física, moral, econômica, social e cultural. <b>Juventudes:</b> É um segmento populacional construído socioculturalmente, abrangendo práticas, relacionamentos, estéticas e características que são construídas e socialmente atribuídas.	Dos 12 até os 18 anos	Lei 1622 de 2013
<b>Equador</b>	18-29 anos	<b>Jovens:</b> Considera-se jovem a pessoa com idade entre 18 e 29 anos.	Pessoas entre 12 e 18 anos.	Lei no. 2001 - 49. R.o. 439
<b>Paraguai</b>	15-29 anos	<b>Jovens:</b> A faixa etária dos jovens é compreendida de 15 a 29 anos. <b>Juventude:</b> Em qualquer perspectiva, este não é um período de transição, mas sim um estágio bem definido, com sua própria e diferenciada identidade.	Até 18 anos.	Plano Nacional de Juventudes
<b>Peru</b>	15-29 anos	<b>Jovens:</b> É considerado o estágio do ser humano no qual a maturidade física, psicológica e social começa a se desenvolver, trazendo consigo avaliação e reconhecimento.	Dos 12 aos 18 anos.	Lei no 27802
<b>Uruguai</b>	14-29 anos	<b>Jovens:</b> Pessoas jovens são titulares de direitos que percorrem diversas trajetórias de vida. <b>Juventude:</b> Representa a objetificação da construção sociocultural do conceito, sendo utilizada como ferramenta para classificação social.	Maiores de 13 anos e menores de 18 anos.	Informe país Inju
<b>Venezuela</b>	18-28 anos	<b>Jovens:</b> São sujeitos com particularidades e capacidades, assumindo um papel proeminente no trânsito para a vida adulta e no processo de desenvolvimento nacional em diversas áreas de atuação.	Qualquer pessoa com 12 anos ou mais e menos de 18 anos	Lei no. 37404
<b>Costa Rica</b>	12-35 anos	<b>Jovem:</b> Pessoas jovens com idades entre 12 e 35 anos são conhecidas como adolescentes, jovens ou adultos jovens.	Pessoa com mais de 12 anos e menos de 18 anos.	Lei no. 8261
<b>Cuba</b>	Menos de 30 anos	<b>Jovem:</b> A sociedade valoriza a geração jovem como continuação daqueles que, com esforço, tenacidade e sacrifício, se dedicaram a proporcionar condições para construir uma nova sociedade, de cunho socialista e comunista.		Lei no. 16
<b>México</b>	12 - 29 anos	<b>Jovem:</b> A população com idades entre 12 e 29 anos será abrangida pelas políticas, programas, serviços e ações promovidos pelo Instituto, sem distinção de origem étnica ou nacional, gênero, deficiência, condição social, padrões de vida, saúde, religião, opiniões, preferências, estado civil ou quaisquer outros fatores.	Pessoas entre 12 anos e menos de 18 anos.	Lei do instituto mexicano da juventude
<b>Nicarágua</b>	18-30 anos	<b>Jovem:</b> Refere-se a qualquer pessoa, nacional ou estrangeira, que reside no território nacional, com idades variando de 18 a 30 anos.	Quem tem entre 13 e 18 anos.	Lei no. 392

<b>O salvador</b>	15-29 anos	<b>Jovem:</b> Uma pessoa na faixa etária de 15 a 29 anos é considerada jovem, sem distinção de nacionalidade, etnia, gênero, religião, situações de vulnerabilidade ou qualquer outra condição específica.	Que tem entre 12 e 18 anos.	Lei geral de juventude (Lgi)
<b>Guatemala</b>	13-30 anos	<b>Jovem:</b> Refere-se à pessoa que está em transição da adolescência para a idade adulta. Devido às suas características sociais, multiculturais, econômicas, sociológicas, psicológicas e biológicas. <b>Juventude:</b> Constitui um sujeito social heterogêneo, razão pela qual se utiliza o termo “juventudes” para explicar a diversidade e desigualdade.	A pessoa de 13 anos até os 18 anos.	Política Nacional de juventude
<b>Honduras</b>	12-30 anos	<b>Jovens:</b> A população com idades entre 12 e 30 anos é considerada jovem, conforme os efeitos e benefícios estabelecidos por esta Lei. Reconhecendo os jovens como atores estratégicos do desenvolvimento, é essencial garantir o respeito e promoção dos direitos e deveres inerentes a eles, fomentando sua participação plena no progresso dos recursos naturais, em respeito a todas as formas da nação.	Começa aos 12 anos nos homens e aos 14 anos nas mulheres e termina aos 18 anos	Decreto-lei no. 260-2005
<b>Panamá</b>	15-29 anos	<b>Jovem:</b> São indivíduos integrais em sua dimensão biológica, psicológica, afetiva, espiritual e sociocultural. Portanto, essa política deve assegurar o cumprimento dos direitos humanos dos jovens em todas as suas dimensões. <b>Juventude:</b> Os antigos paradigmas, que viam a juventude de maneira reducionista e estigmatizante.	Entre 12 e 18 anos.	Política pública de Panamá
<b>República Dominicana</b>	15-35 anos	<b>Jovem:</b> Pessoas com idades entre 15 e 35 anos. <b>Juventude:</b> Expressa-se por meio de um conjunto de valores, atitudes e perspectivas próprias. Sua principal característica reside na capacidade de gerar e adaptar-se às mudanças que ocorrem na sociedade.	De 13 a 18 anos.	Lei no. 49-00

**Fonte:** Elaboração Propria. Cfr. Documentos de cada país.

No quadro anterior, podem ser observadas as diferenças de idade pelas quais a população jovem é classificada de acordo com os países. Assim, 37% dos países da América Latina situam-se na faixa etária entre 15 e 29 anos. Analisando os dados separadamente, 16% estabelecem os 12 e 18 anos como a idade inicial para serem considerados jovens. 42% determinam que a juventude começa aos 15 anos. 16% afirmam que a juventude vai até os 28 anos, 21% até os 30 anos e 53% até os 29 anos. Destaca-se que Cuba não define uma idade mínima, considerando jovens aqueles com menos de 30 anos. A maior idade estabelecida para a juventude é de 35 anos na Costa Rica e na República Dominicana.

Um primeiro aspecto a ser detalhado é a diferença nas faixas etárias adotadas para definir os jovens em cada país, revelando a diversidade do assunto e destacando sua heterogeneidade. Além de Cuba, Honduras, México e Costa Rica abrangem uma maior faixa de idades jovens, enquanto Equador, Nicarágua e Venezuela incluem idades mais avançadas. Quanto ao período, em 42% dos países, a juventude compreende um intervalo de 14 anos.

Portanto, ser jovem não se limita apenas a uma questão de idade, mas envolve a representação que essa fase possui em cada contexto e sociedade. A juventude tornou-se um

segmento de destaque na agenda política, demandando uma análise minuciosa por parte dos governos na formulação de políticas sociais que atendam às necessidades de educação, capacitação profissional e extensão das trajetórias educacionais (Hopenhayn, 2004).

Um segundo aspecto diz respeito às definições de jovem e juventude. Ao se referir a um indivíduo jovem, a definição de adolescência é incluída na faixa etária da juventude em 19 países, onde a adolescência se estende até os 18 anos. As diferentes marcas legais deixam claro que essa delimitação muitas vezes substitui ou contradiz definições presentes em outros textos legais. Isso ressalta a importância dos códigos relacionados à infância e adolescência. Embora haja uma sobreposição conceitual, na prática, a adolescência muitas vezes é deixada de lado, excluindo períodos cruciais da experiência da juventude. Esse aspecto pode impactar a formulação de políticas públicas e a natureza das ofertas programáticas disponíveis para esses segmentos (Hopenhayn, 2004).

Dessa forma, a juventude, como construção social, pode ser entendida de maneira distinta ao longo das diferentes épocas. Trata-se de uma categoria dinâmica que enfrenta conflitos em relação à autonomia e à identidade. Logo, é essencial considerar a juventude como uma construção social que se desenvolve em uma fase específica da vida, a qual está em constante mudança em termos de forma e conteúdo ao longo do tempo e do espaço. Assim, a categoria “juventude” é moldada pelas regras e interações sociais que direcionam as ações dos jovens, além de ser influenciada pelos agentes de seus ambientes imediatos, incluindo adultos, idosos, jovens e crianças (Urteaga, 2017).

Vale ressaltar que a juventude é uma variável de análise social que está intrinsecamente ligada a outras variáveis, como gênero, classe, etnia e região. Nesse contexto, os caminhos que os jovens percorrem podem ser diversos, abrangendo desde questões de violência até delinquência, dependendo das decisões que eles tomam. Nesse sentido, Eugenio González, menciona “todo indivíduo é um criminoso em potencial, e apenas o medo de danos irreparáveis que o crime pode causar em seus relacionamentos interpessoais e institucionais os impede.” (González, 1998, p. 175, tradução nossa).

Portanto, é necessário reconhecer que o tema da juventude está imerso em discursos políticos, acadêmicos, midiáticos e corporativos, que o apresentam tanto como uma questão estatal quanto como um ideal de mercado. Os jovens frequentemente enfrentam carências em relação à educação, desemprego, dependência de drogas e delinquência. Embora esses problemas tenham natureza universal, eles também adquirem características específicas de acordo com o contexto em que se desenvolvem (Clarke *et al.*, 2006; Freire Filho, 2006; Kuasñosky; Szulik, 1996).

A partir da década de 1990, surgiram concepções limitadas, especialmente na América Latina, que influenciaram as políticas sociais voltadas para a juventude. Essas concepções apresentam duas representações contrastantes da juventude. Por um lado, a população jovem é vista como um problema social, frequentemente associada a perigo, violência e rebelião. Essa imagem foi amplamente utilizada para justificar ações no campo socioeducativo, fundamentadas no paradigma de proteção integral (Abramo, 1997; Groppo, 2017; Pinheiro; Henríquez, 2014; Sposito; Carrano, 2003; Vázquez, 2015).

Por outro lado, a juventude é vista como um sujeito social, destacando a importância de compreender, dar visibilidade e voz à população jovem em diversas esferas da sociedade. A juventude não é apenas uma fase de preparação para a vida adulta; ela permite que os jovens sejam reconhecidos como sujeitos que constroem seu próprio estilo de vida a partir de suas subjetividades. Isso se manifesta na expressão de ideias, preocupações e interesses, e na sua interação como agentes sociais nos coletivos e contextos em que estão inseridos. As identidades do mundo jovem são moldadas pelos jovens, contribuindo para a transformação cultural da sociedade, visto que eles estão ativamente construindo novos modelos sociais (Abramo, 1997; Groppo, 2017; Zarzuri, 2000).

## 1.5 A POLÍTICA PÚBLICA DE JUVENTUDE E A EVOLUÇÃO DOS PARADIGMAS DA ABORDAGEM DA JUVENTUDE

O conceito de política pública desempenha um papel central ao referir-se a um conjunto crucial de ações e decisões implementadas pelo governo ou instituições públicas. Essas ações visam abordar problemas e satisfazer necessidades da sociedade, ao mesmo tempo em que buscam objetivos de valor público. As políticas públicas transcendem a mera implementação de projetos governamentais. Em essência, são programas de ação governamental projetados para impactar áreas específicas da sociedade. Estas políticas caracterizam-se pelo fato de serem o resultado de um processo de acordo e construção de consenso, destacando-se a abordagem colaborativa e o objetivo de legitimidade (Abad, 2002; Balardini, 1999; Calderón Sánchez, 2016; Deubel, 2010; Dunn, 2012; Gerber; Balardini, 2004; Graglia, 2004; Heywood, 2014; Labrea; Vommaro; Proquest, 2014; Lasswell, 2017; Meny; Thoenig, 1992; Peters, 2018; Rua, 1998; Souza, 2006; Sposito; Carrano, 2003).

No entanto, as políticas públicas vão além das ações e decisões tomadas; implicam uma alocação sustentada de recursos, ressaltando a seriedade e o compromisso dos governos com sua implementação efetiva. Além disso, possuem um caráter coerente e contínuo, adaptando-se

às mudanças do ambiente e evoluindo para enfrentar desafios emergentes. Em última análise, buscam transformar as realidades sociais e resolver conflitos arraigados.

Vale destacar que a política pública como campo de estudo foi concebida nos Estados Unidos em meados do século XX. Nesse contexto, um aspecto facilitador do entendimento foi a divisão conceitual da palavra “Política” em três termos distintos em inglês: “*polity*”, “*politics*” e “*policy*.”

Assim, “*Polity*” refere-se à esfera política em geral, ou seja, uma sociedade politicamente organizada. “*Politics*”, por outro lado, abrange o processo de tomada de decisões políticas, o exercício do poder e a resolução de conflitos. “*Policy*” concentra-se nas decisões e ações concretas que derivam desse processo. Em outras palavras, “*politics*” é o pano de fundo, enquanto “*policy*” é a arena de ação. Essa distinção esclarece como as ações governamentais derivam da dinâmica da tomada de decisões (Deubel, 2010; Heywood, 2014; Labrea; Vommaro; Proquest, 2014; Lasswell, 2017; Souza, 2006).

As políticas públicas constituem a ponte entre a vontade política e a transformação da sociedade. São o resultado tangível do processo de tomada de decisão política e sua importância reside na capacidade de abordar problemas e promover o bem-estar público. Sua ênfase na colaboração, alocação de recursos e evolução contínua as torna ferramentas essenciais para os governos modernos.

Como resultado, as políticas sociais que atendem à população jovem são em parte moldadas pelas imagens construídas desse segmento da população. Observa-se que desde a década de 1990, as ações políticas voltadas para a juventude foram enquadradas na perspectiva da juventude como um problema social ou na posição oposta de considerar os jovens como sujeitos sociais. Isso significa que os jovens foram considerados como um problema a ser resolvido ou como um segmento necessitado de atenção.

Essas perspectivas moldam a direção na concepção de políticas públicas para a juventude. Política de juventude é definida como “é toda ação articulada que se orienta tanto para a conquista quanto para a realização de valores e objetivos sociais referidos no período vital juvenil, bem como aquelas ações destinadas a influenciar os processos de socialização envolvidos.” (Balardini, 1999, p. 90).

Refere-se, portanto, ao fato de que cada ato estruturado é concebido com o propósito de alcançar uma conquista. As políticas públicas envolvem decisões e escolhas de natureza política, derivando de sua concepção e exigindo que sua formulação, estruturação e execução sejam programáticas. Contudo, é um aspecto que ocasionalmente apresenta deficiências nas políticas públicas voltadas para a juventude. Isso ocorre uma vez que essas políticas

frequentemente adotam uma abordagem mais setorial, buscando atender a um grupo específico de jovens que compartilham necessidades particulares (Dávila, 2001, 2004b, 2004a).

Uma abordagem mais global das políticas públicas de juventude oferece vantagens, pois transcende perspectivas particulares e foca no desenvolvimento das expectativas e objetivos sociais da população jovem, juntamente com as ações que afetam seus processos de socialização (Balardini, 2000, 1999; Dávila, 2001; Groppo, 2017; Sposito; Carrano, 2003).

Segundo René Bendit, o conceito de política de juventude responde às disposições políticas e administrativas definidas no âmbito do setor da juventude; “as políticas de juventude são uma estratégia intersetorial que visa não apenas regular as condições de vida dos jovens, mas também enfrentar antigos e conhecidos problemas sociais nesse contexto de política juvenil” (Bendit, 2004, p. 41).

Na mesma linha, Sposito e Carrano, destacam que a estruturação de programas e ações públicas não é apenas influenciada pelas representações, mas também pode interferir nas imagens dominantes que a sociedade constrói sobre seus jovens. Portanto, “as políticas públicas de juventude não são apenas o retrato passivo das formas dominantes de conceber a condição juvenil, mas podem agir ativamente na produção de novas representações” (Sposito; Carrano, 2003, p. 18).

Dina Krouskopf também aponta que uma política se torna pública a partir do momento em que sua formulação envolve entidades do Estado e assume o compromisso de fornecer as condições necessárias para sua execução, incluindo ações que envolvam os jovens e os levem em consideração na tomada de decisões. Além disso, Abad (2002) destaca que as políticas públicas são instrumentos de governança democrática para as sociedades. Elas buscam favorecer e fortalecer a convivência cidadã, promovendo a interação entre o Estado e a Sociedade. No entanto, quando as políticas públicas são fragmentadas, é possível compreender melhor sua contribuição e reconfigurar os problemas políticos, especialmente os conflitos entre os jovens e a sociedade adulta.

Sendo assim, a política pública envolve atividades direcionadas à abordagem de situações específicas. Conforme apontado por Abad: “ela representa as escolhas feitas pelo governo diante de uma situação. Portanto, a política pública é a forma pela qual a ação estatal é concretizada” (Abad, 2002, p. 119, tradução nossa).

Desse modo, as políticas públicas são decisões políticas impregnadas de ideologia, manifestando mudanças sociais de forma explícita ou implícita. Suas decisões representam um compromisso tanto técnico quanto político. Como afirma Dina Krauskopf, “uma política de juventude deve ser um componente fundamental para o desenvolvimento nacional. Ela é o

principal ponto de referência para um sistema de ações voltadas para a juventude, que compreende vários componentes responsáveis por essa orientação comum” (Krauskopf, 2005, p. 142, tradução nossa).

No contexto das políticas para a juventude, é crucial que as ações enfatizem o fortalecimento das capacidades e oportunidades para a tomada de decisões autônomas. Isso inclui a capacidade de resolver problemas de forma independente, ou seja, a autonomia sociocultural e econômica. Portanto, é fundamental que os jovens participem ativamente das políticas que os afetam diretamente. Quando se trata de políticas públicas de juventude, é necessário considerar tanto a mudança e o desenvolvimento individual quanto o social. Isso porque a juventude representa uma fase transitória na vida das pessoas, que coincide com um período crítico para o desenvolvimento de seus projetos de vida. Além disso, “porque o desenvolvimento desses projetos de vida individuais resulta no progresso das comunidades e das sociedades.” (CEPAL, 2012, p. 9).

Nesse sentido, as Políticas Públicas de Juventude ganham relevância ao promover a participação dos jovens para uma melhor integração na sociedade. Elas compreendem várias propostas e ações destinadas a aprimorar o desenvolvimento da juventude. Essas políticas podem ser delineadas a partir de diferentes perspectivas sobre a juventude, que guiam o processo de construção de um quadro político que fundamenta a compreensão dos jovens e de suas realidades em termos conceituais, discursivos e programáticos. Dentro dessa lógica, uma política pública de juventude deve cumprir três funções básicas: reconhecer, priorizar e recomendar ações e programas sociais para atender às demandas e necessidades da população jovem. De acordo com Ortiz & Salamanca (2000, p. 3), “também é necessário desenvolver funções de coordenação técnica e assessoramento no nível executivo, como tarefas de gestão político-programática com os diferentes setores do governo e o monitoramento de iniciativas programáticas voltadas para os jovens.” (Apud Dávila, 2001, p. 14).

Para que uma política pública gere adesões e compromissos em todos os segmentos sociais, é essencial que, desde sua concepção, promova a complementaridade entre os recursos humanos e materiais de uma sociedade. Nesse sentido, destacam-se quatro pilares das políticas públicas de juventude: descentralização; busca e reconhecimento da participação juvenil; eficiência de gestão; e transparência das ações empreendidas (Paciello, 2004).

De acordo com Álvaro Paciello, a transparência é um dos fatores-chave das políticas públicas nas últimas décadas. Esse pilar é vital, pois as ações necessárias devem motivar e atender às expectativas dos jovens, “Sabe-se que, mesmo com características distintas, as diferenças entre os jovens de uma comunidade para outra podem resultar em resultados muito

diferentes em programas com a mesma base” (Paciello, 2004, p. 50). O reconhecimento e a promoção da participação juvenil, como segundo pilar, buscam “visualizar e compreender que as múltiplas formas de participação dos jovens são muito mais profundas, autênticas e valiosas do que aquilo que é percebido através dos meios de comunicação e da percepção geral” (Paciello, 2004, p. 51).

A eficiência é crucial para validar os resultados. É fundamental avaliar as experiências, verificar o sucesso ou insucesso para reforçar ou reformular os objetivos. “De nada adiantam as intenções e a metodologia a ser utilizada se não formos capazes de atingir níveis satisfatórios de sucesso nas ações empreendidas” (Paciello, 2004, p. 52). Por fim, a transparência ganha relevância devido ao fato de que a juventude é um segmento da sociedade com níveis mais baixos de confiança nas instituições. Assim, a transparência é essencial em todos os estágios, desde o planejamento até a execução e tomada de decisões. “Qualquer quebra de confiança nos processos de abordagem de programas de políticas públicas pode resultar em um distanciamento e retração difíceis de superar, podendo afastar gerações inteiras, desinteressadas em empreendimentos coletivos” (Paciello, 2004, p. 52).

Portanto, na configuração das políticas públicas de juventude, os paradigmas e abordagens com os quais a juventude é observada desempenham um papel determinante. As políticas de juventude têm evoluído e progredido positivamente, com um aumento na participação dos jovens. Isso lhes permite influenciar projetos, programas e políticas que os afetam, envolvendo-se ativamente na tomada de decisões e na gestão de recursos.

Dina Krauskopf é uma das autoras mais citadas nesse contexto, traçando os paradigmas que têm delimitado a concepção de juventude em quase todos os países da região. Isso tem impacto no desenho de políticas públicas, uma vez que o papel atribuído aos jovens na formulação de estratégias e ações políticas reflete as representações, percepções e paradigmas sobre as necessidades e o protagonismo dos jovens e das instituições que os atendem. No quadro 3, é apresentada a relação estabelecida pela autora entre paradigmas, políticas e programas. Utilizaremos as referências com a adaptação feita por CEPAL (2008), que agrega informações sobre os tipos e objetivos dos paradigmas.

Quadro 3 - Paradigmas da fase da juventude nas abordagens de políticas e programas

Paradigma da fase juvenil	Políticas	Características dos programas	Tipos	Objetivos
Transição à vida adulta	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Voltado para a preparação para a vida adulta.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Universais.</li> <li>• Indiferenciados</li> <li>• Isolados.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Programas educacionais.</li> <li>• Programas para uso do tempo livre, atividades</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Jovens integrados.</li> <li>• Fortalecimento dos fatores de proteção na</li> </ul>
Estágio de	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Extensão da cobertura</li> </ul>			

preparação	educacional. <ul style="list-style-type: none"> <li>• Lazer saudável e recreativo, com baixa cobertura.</li> <li>• Serviço militar.</li> </ul>		esportivas, recreativas ou culturais. <ul style="list-style-type: none"> <li>• Programas de reabilitação.</li> </ul>	adolescência. <ul style="list-style-type: none"> <li>• Estágio pré-delinquência.</li> <li>• Prevenção da violência.</li> </ul>
Risco e transgressão  Estágio de problema para a sociedade	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Compensatórias.</li> <li>• Setoriais (predominantemente e justiça e saúde).</li> <li>• Focalizadas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Assistência e controle de problemas específicos.</li> <li>• Relevância dada à juventude urbana popular.</li> <li>• Dispersão de ofertas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Programas de reinserção social.</li> <li>• Programas em torno do sistema prisional.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Controle social de setores juvenis mobilizados.</li> <li>• Prevenção da violência.</li> </ul>
Juventude cidadã  estágio de desenvolvimento social	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Articuladas em políticas públicas intersectoriais.</li> <li>• Inclusão de jovens como sujeitos explícitos de direitos políticos, sociais, culturais e econômicos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Integrais.</li> <li>• Participativos.</li> <li>• Extensão de alianças.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Políticas nacionais de redução da pobreza.</li> <li>• Programas de transferência direta ou condicionada de recursos.</li> <li>• Programas de voluntariado.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estratégia comunitária.</li> <li>• Prevenção da violência.</li> <li>• Estratégias participativas.</li> <li>• Capital social.</li> </ul>
Juventude: ator estratégico do desenvolvimento  Estágio de formação e contribuição produtiva	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Articuladas em políticas públicas</li> <li>• Intersectoriais.</li> <li>• Orientadas para a incorporação da juventude como capital humano e desenvolvimento do capital social.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Equidade e transversalidade institucional.</li> <li>• Enfrentamento da exclusão.</li> <li>• Contribuição dos jovens para estratégias de desenvolvimento</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Programas emergenciais de emprego.</li> <li>• Programas de treinamento.</li> <li>• Programas de desenvolvimento produtivo e empresarial.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Prevenção da violência.</li> <li>• Inserção no mercado.</li> <li>• Capital econômico.</li> </ul>

Fonte: (CEPAL, 2008) “*Juventud y cohesión social en Iberoamérica. un modelo para armar*”, sobre la base de (Krauskopf, 2003) “*La construcción de las políticas de juventud en Centro américa.*”

Desse modo, o conjunto das políticas nacionais de juventude norteia sua atuação com base em quatro paradigmas que se relacionam com as características da fase juvenil.

No primeiro paradigma, a juventude é retratada como um período de preparação, delineado pelas crises. Nesta abordagem, a ênfase recai na educação, sendo o sistema educacional responsável pela construção do capital humano. Além da educação, são destacadas ações que fomentam o aproveitamento do tempo livre e o voluntariado, contribuindo para aprimorar a formação. Conseqüentemente, políticas direcionadas ao esporte e ao voluntariado são implementadas, fundamentadas em organizações juvenis oficiais isoladas e com alcance limitado. Este paradigma alinha-se à ideia de moratória psicossocial, vista como a principal contribuição da sociedade para o período juvenil. O serviço militar também é mencionado como uma política subjacente à juventude, sendo uma estratégia para o desenvolvimento de competências relacionadas aos deveres de cunho nacional, porém “com formas autoritárias de

integração e efeitos discutíveis no desenvolvimento juvenil” (Krauskopf, 2003, p. 21, tradução nossa).

O segundo paradigma caracteriza a juventude como uma fase problemática nas políticas, apresentando uma visão negativa marcada por questões como criminalidade, drogas, violência e evasão escolar. Em decorrência “na ausência de visibilidade do sujeito juvenil em sua transição para a idade adulta, a juventude parece surgir apenas quando perturba a ordem social” (Krauskopf, 2003, p. 22, tradução nossa). Consequentemente, a raiz das “patologias” juvenis é identificada no próprio jovem, levando a intervenções focadas no indivíduo jovem, negligenciando o contexto. Isso, por sua vez, amplia a estigmatização criminalizadora da juventude. Essas estratégias baseiam-se em políticas setoriais e compensatórias.

O terceiro paradigma é a juventude cidadã como agente das políticas. Essa perspectiva ampla enfatiza os plenos direitos dos jovens em participar de políticas e programas juvenis, resultando na consideração do jovem como titular de direitos, não definido pelo que lhe falta. Nesse contexto, o desenho de políticas fortalece as abordagens de juventude ao dar destaque à participação juvenil e ao reconhecer a importância desta fase no desenvolvimento social.

Por fim, o quarto paradigma retrata o jovem como um ator estratégico do desenvolvimento. Esta perspectiva cria espaço para a formulação de programas que fomentem a integração social de jovens excluídos. Essa visão está centrada na formação de capital humano e social, promovendo competências e habilidades para guiar o próprio desenvolvimento e contribuir produtivamente. Essas ações são refletidas na articulação de políticas públicas de forma transversal e equitativa, promovendo inclusão (Krauskopf, 2003).

No entanto, a autora diferencia duas abordagens que moldam as políticas: a tradicional e a avançada. As abordagens tradicionais são caracterizadas por uma abordagem centrada no adulto (adultocêntrica) e na visão normativa do desenvolvimento juvenil. Dentro dessa abordagem, os paradigmas que enfocam a juventude desde a preparação até os problemas podem ser identificados. As abordagens avançadas direcionam o desenvolvimento como um processo de transformação e otimização pessoal e social da juventude por meio de interações. Dentro dessa perspectiva, enquadra-se o paradigma da cidadania e do jovem como ator estratégico do desenvolvimento, reconhecendo-o como produtor de cultura (Krauskopf, 2004).

## 1.6 CARACTERÍSTICAS DE UMA POLÍTICA PÚBLICA DE JUVENTUDE

Ao abordar as políticas voltadas para a juventude, é imprescindível identificar as dificuldades e desafios que tanto os jovens quanto os gestores de políticas públicas devem

enfrentar ao propor alternativas e estratégias capazes de atender às demandas de uma sociedade globalizada. Também é importante considerar o impacto que as novas tecnologias e a cultura do consumo podem ter sobre a população jovem, que apresenta disparidades em termos de acesso e oportunidades para exercer seus direitos sociais.

As iniciativas e propostas que surgem como políticas de juventude devem ser articuladas de modo a envolver tanto a atuação do Estado quanto da sociedade civil. O objetivo é estruturar a juventude em sua totalidade, abrangendo sua diversidade e heterogeneidade, e incorporá-la nos processos de transformação econômica, social, política e cultural. Nesse contexto, é esperado que os jovens sejam considerados atores essenciais no desenvolvimento das nações, usufruindo plenamente de seus direitos. Isso revela que tais políticas devem se basear especialmente na participação, estratégias consultivas e ações validadas pelas distintas juventudes nos diversos setores do Estado e da sociedade civil. Conforme Krauskopf enfatiza, “É importante que incorporem suas diretrizes no quadro geral das políticas socioeconômicas de forma que se favoreça um trabalho integral e se criem oportunidades e condições para a população jovem.”(2004, p. 18, tradução nossa).

Nesse cenário, é crucial distinguir entre uma política de juventude que é uma política pública e aquela que se configura como uma política de Estado. A autora ressalta que:

Como política pública para jovens, é uma estrutura orientadora de ações que promovem o bem comum. Considera os interesses de vários setores da sociedade, refletindo perspectivas compartilhadas por instituições governamentais e sociedade em geral. Isso requer participação ativa de diversos atores, com jovens desempenhando um papel crucial. Envolve a colaboração intergovernamental, coordenação com atores sociais e integração de conhecimentos da sociedade civil. Deve ser acompanhada pela criação de espaços para a participação responsável dos jovens (Krauskopf, 2004, p. 18, tradução nossa, grifo do autor).

Quando nos referimos a uma política de juventude como política de Estado, isso “pretende ser um marco e um compromisso político de longo prazo, que possibilite os processos sociais necessários para a consolidação de um contexto nacional integrado e equitativo.” (Krauskopf, 2004, p. 18, tradução nossa).

Portanto, a política de juventude assume a responsabilidade de ser a estrutura coordenadora das políticas e do arcabouço jurídico nacional. Seu propósito é viabilizar e concretizar, por meio de um Plano de Ação, a atenção integral, estratégica e real à população jovem. O Plano de Ação tem a função de implementar a política, delineando como ela será executada, quem são os responsáveis por sua implementação e quais recursos serão alocados. A elaboração desse plano deve ser participativa, conforme as diretrizes da política de juventude aprovada.

Todo o planejamento estratégico traz consigo novos desafios, que se traduzem em propostas abrangentes de políticas públicas voltadas à juventude. A autora sugere que uma política de juventude precisa incorporar atributos de coerência e aplicabilidade. Nesse sentido, a representação da juventude deve ser livre de estereótipos e discriminações, seu arcabouço regulatório deve favorecer a cidadania jovem, expressa através de legislações ou estatutos específicos para a juventude. Além disso, a gestão da política deve estimular o exercício dos direitos sociais, culturais e econômicos da juventude. Outro ponto fundamental é o estabelecimento de um Sistema de Juventude que promova a participação dos jovens, fomentando o diálogo nas tomadas de decisões junto às instituições juvenis e entidades responsáveis. Esse sistema também deve englobar mecanismos institucionais e redes de gestão, apoiados por uma liderança clara e eficaz. Além disso, é necessário considerar os recursos humanos e financeiros para a implementação da política, promovendo o uso responsável desses recursos. A promoção de pesquisas que envolvam a participação dos jovens, possivelmente por meio da criação de Observatórios da Juventude, também deve ser um componente essencial (Krauskopf, 2003, 2004).

Nessa mesma linha, as principais diretrizes para a concepção e implementação de políticas de juventude emergem dos Compromissos de Baku, que foram delineados no Primeiro Fórum Global de Políticas de Juventude em 2014, no Azerbaijão. Mais de 700 participantes de 165 países foram convocados para o evento, incluindo ministros responsáveis pela juventude, especialistas, defensores da juventude e representantes da sociedade civil (Youthpolicy.Org, [s.d.]).

A convocação desse Fórum partiu das Nações Unidas, UNESCO e PNUD, sendo organizado pelo Ministério da Juventude e Desportos do Azerbaijão, sob a Presidência do Comitê de Ministros do Conselho da Europa. O objetivo central era “discutir as políticas para a juventude por meio de três lentes diferentes (temática, estrutural e específica da região), o Fórum respondeu à importância crucial de analisar o trabalho das políticas para a juventude em uma perspectiva holística e de múltiplas partes interessadas.” (Youthpolicy.Org, [s.d.]).

Além disso, o evento buscou criar espaços para que os atores envolvidos e interessados nas políticas de juventude pudessem compartilhar experiências positivas, identificar lacunas e desafios e, principalmente, avaliar o desenvolvimento, implementação, acompanhamento e avaliação dessas políticas.

As discussões produziram um consenso, resultando na formulação de princípios orientadores cruciais para o desenvolvimento de políticas de juventude inclusivas e integradas. Esses princípios serviram como base para definir e exemplificar os requisitos necessários para

avançar no desenvolvimento e implementação de políticas de juventude direcionadas aos jovens. O documento destaca alguns pressupostos para o design de políticas de juventude, ressaltando sua base em direitos, sua inclusividade, promoção da qualidade de vida, participação ativa, adequação aos contextos de desenvolvimento, sensibilidade de gênero, abrangência, documentação e responsabilidade (Youthpolicy.Org, [s.d.]).

De acordo com os aspectos discutidos e analisados pelos participantes do Fórum Global de Políticas de Juventude em Baku, comprometem-se a: a) Continuar apoiando a implementação do Programa de Ação Mundial para a Juventude. b) Promover ações conjuntas entre a Política Pública de Juventude (PPJ) e as políticas gerais. c) Estabelecer uma Iniciativa Global sobre a Política Pública de Juventude para apoiar o seu desenvolvimento e execução. d) Convocar periodicamente encontros internacionais com interessados na Política Pública de Juventude, por meio do escritório do Secretário-Geral para a Juventude da ONU. e) Projetar e implementar processos, bem como fomentar parcerias que permitam a participação inclusiva de múltiplas partes interessadas na Política Pública de Juventude. f) Fortalecer a promoção e a aplicação de mecanismos de governança que incentivem a coordenação e a colaboração transversal e intersetorial, além de eficiente e eficaz implementação em âmbito nacional e local. g) Continuar desenvolvendo ferramentas práticas, indicadores, metodologias e pesquisas para criar e manter uma base sólida de conhecimento e evidências para políticas eficazes, inclusivas e sensíveis ao gênero destinadas à juventude. h) Estimular e apoiar o engajamento cívico dos jovens, bem como a participação significativa nos processos e instituições políticas e de tomada de decisão. i) Permitir maior participação dos jovens em sistemas de monitoramento e avaliação de políticas para a juventude robustas, sólidas e inclusivas.

Em resumo, segundo os argumentos apresentados pela professora Dina Krauskopf, com base na Política para a Juventude da Costa Rica e nos compromissos firmados em Baku, as políticas voltadas para a juventude devem atender a várias características fundamentais, conforme ilustrado no quadro 4.

Quadro 4 - Características fundamentais que as políticas para jovens devem atender

Fórum Global de Bakú	Políticas públicas para pessoas jovens na Costa Rica
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Baseada em direitos:</b> devem ser projetadas e implementadas dentro de uma estrutura fundamentada nos direitos humanos, alinhando-se aos compromissos globais e regionais do país.</li> <li>• <b>Inclusiva:</b> devem garantir igualdade de oportunidades para que todos os jovens alcancem seu potencial máximo na vida. Isso implica permitir a participação cívica de todas as pessoas e a remoção de barreiras à exclusão, especialmente para grupos vulneráveis.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Visibilizadora:</b> Tem como objetivo comunicar e divulgar as contribuições que os jovens fazem permanentemente à sociedade em diferentes áreas.</li> <li>• <b>De Inclusão:</b> Ambiciona tornar-se o principal instrumento de referência para os esforços do Estado e da sociedade civil, com o intuito de reduzir as condições de exclusão dos jovens e dar relevância ao seu contributo para o progresso, através de estratégias de</li> </ul>

<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Participativa:</b> devem ser concebidas, desenvolvidas, implementadas, monitoradas e avaliadas com a significativa participação dos jovens e de todas as partes interessadas. Isso deve ocorrer tanto em âmbito local quanto nacional, considerando contextos rurais e urbanos, bem como situações pós-conflito e de transição.</li> </ul>	<p>inclusão social.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Participativa:</b> Favorece a participação efetiva dos jovens na tomada de decisões, execução e avaliação das diversas ações direcionadas a eles.</li> <li>• <b>Das juventudes:</b> A política pretende ser um instrumento das diversas juventudes.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Ter perspectiva de gênero:</b> devem incorporar ações específicas para promover a igualdade de gênero. Isso significa garantir que as mulheres jovens sejam parceiras igualitárias dos homens jovens e abordar as disparidades baseadas em gênero em todas as esferas, desde a política até as dimensões socioeconômicas e culturais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Específica:</b> Aspira a responder às múltiplas dimensões das situações, diversidades e contextos dos jovens.</li> <li>• <b>Concertada:</b> Pretende envolver os jovens e os atores governamentais e da sociedade civil, direta ou indiretamente relacionados ao processo.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Integral:</b> devem adotar uma abordagem holística para o desenvolvimento da juventude, através de uma colaboração ampliada entre setores políticos, ministérios e outras entidades relevantes. Isso se dá a partir de um quadro estratégico integrado que oriente a legislação e as medidas que afetam a juventude.</li> <li>• <b>Baseada no conhecimento e na evidência:</b> devem ser continuamente desenvolvidas e atualizadas com base na coleta, análise e divulgação de informações quantitativas e qualitativas sobre a situação, necessidades, desafios e oportunidades dos jovens de ambos os sexos em um determinado contexto.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Universal:</b> Abrange toda a população jovem residente no país e está orientada para cumprir os direitos à vida, saúde, educação, habitação, segurança social, justiça, emprego, etc.</li> <li>• <b>Prioritária:</b> Deve priorizar o cumprimento das metas estratégicas dos setores-chave, garantindo a sustentabilidade das ações de desenvolvimento dos jovens.</li> <li>• <b>Descentralizada:</b> Visa fomentar iniciativas nacionais e regionais, além de dar forte prioridade aos esforços no nível local. Buscar-se-á que as iniciativas sejam articuladas, mas que também possuam independência.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Com recursos completos:</b> devem contar com recursos adequados, transparentes e dedicados para implementação, monitoramento e avaliação. Além disso, devem maximizar os recursos disponíveis por meio da coordenação entre as partes interessadas.</li> <li>• <b>Responsáveis:</b> devem ser direcionadas e monitoradas tanto em níveis nacional quanto local. Regularmente, devem ser avaliadas em relação a metas e indicadores específicos de desenvolvimento juvenil, contando com a participação ativa dos próprios jovens.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>De afirmação positiva:</b> Aspira a identificar os jovens que se encontram em condições de vulnerabilidade, bem como todos aqueles que enfrentam contextos de exclusão ou sofrem algum tipo de discriminação que viole seus direitos. O objetivo é garantir o efetivo cumprimento desses direitos e estabelecer ações especificamente necessárias.</li> </ul>

**Fonte:** Elaboração Própria. Tomado de (Costa Rica; Krauskopf, 2004; Youthpolicy.Org, [s.d.]).

## 1.7 POLÍTICAS A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA DE/PARA/COM A JUVENTUDE

As políticas públicas direcionadas à população jovem frequentemente se restringem a abordagens específicas, seja através de medidas voltadas para a educação, saúde, trabalho ou ressocialização. Apesar da presença de várias políticas interconectadas, na prática, a articulação e integração efetivas frequentemente são ausentes. Contudo, as políticas transversais de juventude abordam questões de grande importância para esse grupo demográfico. Embora possuam um escopo amplo, acabam sendo limitadas em última instância, visto que, embora incluam ações voltadas aos jovens, têm uma orientação setorial. Isso ocorre pois são concebidas a partir de um setor específico, não do sujeito da política em si.

Nesse contexto, Balardini retoma os postulados propostos por Juan Sáez Marín (1988). Ele destaca que a relação entre o sujeito e os objetivos da política de juventude desempenha um papel crucial na formulação de políticas específicas, baseada em dois aspectos: “a natureza e a essência do Estado que a concebe, de um lado, e as características ou o status sociopolítico da juventude, incluindo sua consciência e comportamento político, conforme o desenvolvimento evolutivo dos movimentos juvenis.” (Balardini, 1999, p. 92, tradução nossa). Assim sendo, Balardini (1999) identifica diversos tipos de políticas para a juventude propostos por Sáez e sugere um novo modelo fundamentado nas mudanças que o Estado experimenta em termos de progresso social, novas práticas culturais e alianças institucionais. Essa perspectiva pode ser visualizada no quadro 5, apresentado por ele.

Quadro 5 - Perspectiva de/para/com juventude

<b>Políticas</b>	<b>Características</b>
<b><i>PARA</i> Juventude</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Essas políticas são regularmente marcadas por um viés assistencialista e paternalista.</li> <li>• Elas tendem a relegar os jovens à periferia do corpo social ativo.</li> <li>• Sob essas políticas, os jovens frequentemente são considerados vulneráveis e inexperientes, sendo submetidos a um controle social rigoroso.</li> <li>• A confiança nesses casos reside predominantemente nos resultados dos processos educacionais, que são rigidamente direcionados sob orientação dos adultos.</li> <li>• A esperança reside em associações de jovens, porém essa esperança acaba prolongando-se, perpetuando um controle que se estende da família para a escola e até para o tempo de lazer dos jovens.</li> <li>• Tudo isso resulta em um dirigismo social, impulsionado pela constante tutela dos adultos, o que acaba encorajando um comportamento passivo e conformista nos jovens.</li> </ul>
<b><i>Pela</i> juventude.</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Há também políticas que se desenvolvem por meio dos jovens, utilizando-os como um recurso central.</li> <li>• Elas se caracterizam por apelar à mobilização, pela doutrinação e pela retórica heroica. O objetivo é dinamizar o mundo juvenil e instrumentalizar o idealismo dos jovens.</li> <li>• No entanto, essas políticas frequentemente são passivas da parte dos jovens, sendo impostas de cima para baixo, sem verdadeiramente servir aos interesses dos jovens, mas sim se aproveitando deles.</li> <li>• Em muitos casos, essas políticas buscam garantir a continuidade do sistema, recrutando os jovens como uma ferramenta essencial para a mobilização em massa.</li> <li>• Essa abordagem é característica de regimes totalitários e autoritários, que dependem da participação dos jovens para manter seu controle</li> </ul>
<b><i>COM</i> juventude</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Por outro lado, existem políticas modernas e inovadoras, fundamentadas no princípio da solidariedade.</li> <li>• Estas são essencialmente participativas, não apenas na implementação, mas também na análise e tomada de decisões.</li> <li>• Elas têm um enfoque ativo desde a juventude e promovem uma interação dinâmica entre a juventude e a sociedade.</li> <li>• Ao contrário das abordagens anteriores, essas políticas não são impostas de cima para baixo, mas sim criadas de forma criativa, aberta e sujeita a debates críticos.</li> <li>• Além disso, essas políticas são respeitosas e não excludentes, buscando engajar jovens em atividades e iniciativas que eles mesmos concebem e executam, em um ambiente auto-gerenciado.</li> </ul>
<b><i>DESDE</i> juventude</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Uma abordagem mais recente incorpora tendências pós-estatistas, que enfatizam o papel da sociedade civil na gestão de projetos sociais e culturais.</li> <li>• Essas políticas dão destaque aos coletivos de ação juvenil, valorizando a autonomia desses grupos.</li> </ul>

- |  |  |
|--|--|
|  | <ul style="list-style-type: none"> <li>• São iniciativas autônomas, muitas vezes formais, que podem ser observadas em locais como Casas da Juventude.</li> <li>• Essas iniciativas podem receber subsídios do Estado ou de outras fontes, visando promover a participação jovem de maneira mais eficaz e direcionada.</li> </ul> |
|--|--|

**Fonte:** Elaboração Própria. Tomado de (Balardini, 1999; Hopenhayn, 2004).

Por outro lado, Regina Novaes, também destaca que é responsabilidade do Estado desenvolver ações que alcancem todos os jovens, especialmente aqueles que enfrentam alguma exclusão econômica e política. Esses compromissos devem ser cumpridos levando em consideração a efetiva participação de jovens e adultos que fazem parte dos processos juvenis. Portanto, a autora afirma que “Na intercessão entre o ‘para’ e ‘com’ surge o ‘de juventude’, que melhor se realizará quanto mais o tema estiver no primeiro plano da agenda nacional e quanto mais se ampliarem os canais de participação dos distintos segmentos juvenis.” (Novaes, 2007, p. 259).

No âmbito dos jovens, é essencial promover sua organização política a partir de várias esferas. Deve-se incentivar a criação de redes e coletivos, assim como a formação de conselhos e fóruns de jovens, estimulando o diálogo entre eles, organizações civis e instituições estatais. Isso possibilitará que eles articulem e coordenem ações, acompanhem planos e assegurem investimentos na abordagem intergeracional dos diversos programas. Além disso, é fundamental combinar políticas compensatórias com políticas efetivas e dinâmicas. Nesse sentido, “O debate sobre políticas com juventudes passa, nessa linha, pela formação política dos jovens no sentido de aprender a zelar pela coisa pública, acompanhar e cobrar a ação do Estado — exercício de cidadania” (Castro; Abramovay, 2002, p. 21).

Qualquer ação coordenada entre os agentes das políticas, a juventude e as organizações que apoiam seu desenvolvimento pode garantir melhores resultados na formatação e implementação das políticas e programas. Além disso, a abordagem integral e transversal deve garantir que os jovens sejam os principais beneficiários de sua participação e representação em diversos contextos. Assim, de acordo com Werthein *et al.*, (2004), as políticas de juventude podem ser entendidas como políticas **de/para/com** a juventude. Elas são “da Juventude” porque dizem respeito a uma geração diversificada, considerando sua raça, gênero e classe social, o que deve ser levado em conta na elaboração de políticas. O termo “de” direciona uma política em que o fator integrador “considere que há referências que singularizam os jovens – juventude – que, por sua vez, têm vivências variadas – juventudes.” (Castro; Abramovay, 2002, p. 21).

É uma política “para a juventude”, considerando o papel do Estado e sua responsabilidade na oferta de bens e serviços, na distribuição de recursos e no atendimento aos grupos vulneráveis, bem como na preocupação com as desigualdades de uma sociedade

estratificada (Castro; Abramovay, 2002; Werthein *et al.*, 2004).

É uma política “com os jovens”, porque deve capacitar e envolvê-los, levando em consideração a importância da colaboração entre instituições e o papel tanto dos adultos quanto dos jovens. Isso requer recursos que permitam uma participação harmoniosa com outros grupos. Além disso, é essencial investir na formação e conscientização dos adultos que trabalham com jovens (Castro; Abramovay, 2002; Werthein *et al.*, 2004).

Em suma, o desenho e a formulação de políticas públicas sob uma perspectiva **de/para/com** os jovens têm o objetivo de colocar os jovens no centro das estratégias de construção do Estado. Isso é alcançado reconhecendo a existência dos jovens e seu papel como agentes não apenas na formulação, mas também no monitoramento e controle das políticas públicas direcionadas a eles. Isso requer investimentos na formação participativa e no empoderamento para elaboração e controle das políticas, além de reconhecer a importância de políticas universais que levem em conta suas singularidades (Castro; Vasconcelos, 2007).

## **2 A JUVENTUDE PELAS LENTES DOS ORGANISMOS INTERNACIONAIS: paz, respeito mútuo e compreensão entre as pessoas.**

Olhar para os adolescentes e jovens desde o mundo adulto implica correr o risco de cometer erros ou interpretar maus sinais e símbolos cujos significados mudam (e têm mudado), pelos eventos históricos e sociais que preenchem as distâncias entre ‘nossa juventude’ e a era atual (Donas, 2001, p. 23, tradução nossa).

### **2.1 INTRODUÇÃO**

Falar sobre a juventude hoje é reconhecer seu papel de liderança e potencial para contribuir ativamente ao desenvolvimento da sociedade. Apesar das mudanças recentes na percepção dos jovens, persistem problemas estruturais de desigualdade, falta de oportunidades, acesso a emprego e serviços públicos. É relevante lembrar que a noção de juventude está ligada ao papel histórico de diferentes grupos sociais e idades, fundamentais para analisar a evolução dos jovens como agentes de mudança social. Portanto ressalta-se a necessidade de políticas públicas adequadas às condições e demandas dos jovens (AA. VV, 2017).

Este capítulo visa explorar as construções conceituais sobre a juventude na América Latina, especialmente após o Ano Internacional da Juventude em 1985. É essencial considerar que os jovens fazem parte de uma formação social e, portanto, devem ser analisados em seu contexto social. Como ponto de partida para este trabalho, refere-se de maneira geral a situações que os jovens enfrentaram nos períodos das guerras mundiais, por ser o grupo populacional com a maior taxa de participação nesses conflitos. Isso levou a grande maioria das mulheres a desempenhar um papel produtivo no cuidado da família e nas atividades de trabalho, aspecto decisivo para as mudanças culturais relacionadas ao lugar da mulher e do homem na sociedade.

### **2.2 A JUVENTUDE APÓS A PÓS-GUERRA**

Em cada geração, adultos frequentemente confundem o desconforto juvenil com um rito de passagem emocional. No entanto, a história mostra que os adolescentes rebeldes não apenas reivindicam sua independência, mas também moldam o futuro. Balardini (2000b) afirma que os jovens enfrentam contradições entre os valores de seus pais e as realidades que vivenciam, juntamente com a acelerada modernização, levou à construção de perspectivas únicas sobre sua situação e relação com a geração anterior.

No documentário “Teenage” de Matt Wolf (2014), é apresentada uma visão da vida dos adolescentes durante a Segunda Guerra Mundial e sua luta por um estilo de vida próprio. Cada geração sente que é o futuro da sociedade e encontrar seu lugar é uma constante preocupação.

O documentário retrata a alegria pelo fim da guerra e o desejo dos jovens de iniciar uma nova era. O filme descreve não apenas o significado de viver em tempos de conflito, mas também como os jovens encontraram maneiras de se expressar e definir uma nova etapa da vida, incluindo seu estilo de maquiagem e moda: “[...] antes de Pearl Harbor, estava brincando com bonecas de papel, depois de Pearl Harbor, nunca mais brinquei com bonecas, agora eu faço parte do esforço da guerra, trabalhando pela vitória” (“Teenage”, 2014).

Após a Segunda Guerra Mundial, os jovens ganharam uma posição cada vez mais importante em várias áreas, incluindo ciência, Estado, igreja, mercado e mídia. Nesse período, surgiu um discurso jurídico e uma indústria em crescimento, reconhecendo os jovens como sujeitos de direitos e consumidores. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, estabeleceu um ideal comum, incentivando indivíduos e instituições a promoverem o respeito pelos direitos e liberdades por meio da educação. Isso contribuiu para o reconhecimento e aplicação progressiva desses direitos em nível nacional e internacional. No pós-guerra, começou o processo de reconstrução e implementação dos Estados de Bem-Estar e crescimento econômico. Os jovens, agora com recursos, puderam gerenciar seu dinheiro de acordo com seus interesses e gostos. Anteriormente, eles contribuíam para o sustento de suas famílias e idosos devido à falta de segurança social.

As décadas de 1960 e 1970 foram marcadas pela crescente demanda popular por maior satisfação das necessidades, o que resultou em uma crise no Estado de Bem-Estar Social. Nas palavras de Sergio Balardini:

[...] inflação aqui, instabilidade política por ali. O establishment cria e redige documentos como o chamado Consenso de Washington, que propõe uma saída que denominaremos de 'saída neoliberal da crise': privilegiar as exportações, abrir a economia de forma irrestrita, descentralização e modificação da estrutura tributária (Balardini, 2000b, p. 18, tradução nossa).

Após a aprovação da Declaração sobre a Promoção dos Ideais de Paz, Respeito Mútuo e Compreensão entre os Jovens pela Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) em 1965, surgiu a preocupação com os danos causados pelos conflitos bélicos e o papel crucial da juventude na construção do mundo contemporâneo. A Resolução 2037 (XX) de 1965 da Assembleia Geral das Nações Unidas proclamou a Declaração sobre a Promoção de Ideais de Paz, Respeito Mútuo e Compreensão entre os Jovens. Nesse documento, destacou-se a importância dos direitos especiais da juventude e seu papel nas sociedades atuais. A resolução enfatizou o compromisso dos Estados membros com a preservação das futuras gerações contra

os horrores da guerra, baseado na Carta das Nações Unidas e nos direitos fundamentais do ser humano.

A Resolução 110 (II) também foi mencionada, promovendo a eliminação da discriminação racial e condenando qualquer propaganda prejudicial à paz. Os Estados membros foram incentivados a adotar medidas concretas para promover relações amigáveis entre as nações. A Resolução 1572 (XV) de 1960 abordou a educação dos jovens no espírito da paz entre os povos, incentivando o livre intercâmbio de ideias entre jovens de diferentes países. Para construir a paz e a segurança estáveis, a cooperação internacional nas áreas da educação, ciência e cultura foi enfatizada, com ênfase em ações bilaterais e regionais. A promoção dos ideais de paz, compreensão e respeito mútuo entre os jovens foi destacada como um elemento essencial (ONU, 1960).

Nesse contexto, a Declaração sobre a Promoção de Ideais de Paz, Respeito Mútuo e Compreensão entre os Jovens foi proclamada, baseada nas experiências dos conflitos bélicos em que os jovens foram os mais afetados. Estratégias para evitar situações semelhantes apontam para a responsabilidade dos jovens em moldar seu próprio futuro por meio de treinamento específico:

A Juventude deve ser educada no espírito de paz, justiça, liberdade, respeito e compreensão mútuos, a fim de promover a igualdade dos direitos de todos os seres humanos e de todas as nações, progresso econômico e social, o desarmamento e manutenção da paz e segurança internacionais (ONU, 1965, p. 45, tradução nossa).

Portanto, uma educação que cultive valores morais, como paz, liberdade, dignidade e igualdade, é essencial para criar ambientes pacíficos. A família desempenha um papel crucial nesse processo. Em 1979, a Assembleia Geral das Nações Unidas designou 1985 como o Ano Internacional da Juventude (AIJ), com foco em três temas principais: “Participação, desenvolvimento e paz.” Isso visava conscientizar o mundo sobre o papel dos jovens na sociedade, destacando seus problemas e promovendo sua participação, desenvolvimento econômico e social, e a paz.

Durante esse período, as mobilizações estudantis e o surgimento de grupos hippies preocuparam governos, levando à busca de alternativas para atender às necessidades dos jovens. Isso resultou na criação de espaços institucionalizados para a participação dos jovens em todos os níveis (AA. VV, 2017).

A década de 1980 foi crucial para a legislação relacionada à infância, adolescência e juventude. A partir de 1981, ações concretas foram implementadas em relação aos problemas enfrentados pelos jovens, como desemprego, educação precária, violência, criminalidade,

abuso de drogas e deterioração dos valores culturais e familiares. Nesse sentido, a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança foi assinada para a proteção da infância, enquanto 1985 foi declarado o Ano Internacional da Juventude, marcando uma mudança de paradigma em relação à legislação.

### 2.3 TRAÇANDO O CAMINHO PARA O ANO INTERNACIONAL DA JUVENTUDE

Até recentemente, a discussão sobre a juventude era considerada relativamente nova. No entanto, durante a Guerra Fria, especialmente na década de 1960, surgiram diversos movimentos juvenis, incluindo grupos de estudantes, que ganharam destaque tanto na Europa quanto na América Latina. Conforme esses movimentos juvenis se diversificavam, a representação da juventude se espalhava. Isso levou à ideia de que a juventude era um período de crise e mudanças, tanto psicológicas quanto biológicas, relacionadas a comportamentos rebeldes em relação às estruturas sociais dominantes. A juventude passou a ser vista não apenas como um assunto interno, mas também com importância internacional.

Nos anos 1980, a juventude ganhou destaque como tema de interesse para várias organizações supranacionais, marcando sua transformação em um assunto de intervenção por meio de políticas públicas em muitos países europeus e além. Isso se refletiu em resoluções das Nações Unidas, como a Resolução 32/134, intitulada “A Juventude no Mundo Contemporâneo”, que destacou a importância da participação direta dos jovens na construção do futuro da humanidade. A resolução afirmou: “Convencida da necessidade urgente de aproveitar as energias, o entusiasmo e a capacidade criativa dos jovens nas tarefas de construção nacional, avanço econômico, social e cultural dos povos” (ONU, 1977a, p. 164, tradução nossa).

Para celebrar um Ano Internacional da Juventude, a Assembleia realizou uma mobilização abrangente de esforços nos níveis local, regional, nacional e internacional. O objetivo era melhorar a qualidade de vida dos jovens em várias dimensões, incentivando uma participação mais ativa no desenvolvimento de cada sociedade. Isso resultou na formulação de novas políticas e programas para a população jovem, adaptados à realidade de cada Estado. A resolução também pediu uma revisão abrangente das atividades das Nações Unidas relacionadas à juventude desde 1965.

Em 16 de dezembro de 1977, a Resolução 32/135, intitulada “Formas de Comunicação com a Juventude e Organizações Juvenis”, reconheceu a necessidade de melhorar a participação dos jovens em relação aos objetivos da Carta das Nações Unidas. Foi destacado que os jovens têm potencial para contribuir para a cooperação entre os Estados e para uma nova ordem

econômica baseada em equidade e justiça. Esperava-se que os jovens e suas organizações participassem do trabalho das Nações Unidas por meio de várias formas de comunicação (ONU, 1977b).

A partir de 1977, a Assembleia das Nações Unidas incluiu na sua agenda a celebração de um “Ano Internacional da Juventude”, dando alta prioridade a essa iniciativa. Isso resultou na aprovação de resoluções com base nos relatórios da Comissão Terceira (C. 3) sobre o Ano Internacional da Juventude. A Comissão Terceira é responsável por questões relacionadas a assuntos sociais, humanitários e culturais, incluindo direitos humanos. Essa Comissão elabora relatórios separados para cada tópico atribuído ao programa e propõe versões finais de projetos de resolução para adoção. Embora essas resoluções sugiram ações ou possibilidades, elas não impõem obrigações expressas aos Estados Membros. No entanto, a repetição dessas sugestões ao longo das sessões pode transformá-las em ações concretas. Para mais detalhes, consulte o quadro a seguir:

Quadro 6 - Lista de resoluções das sessões das Nações Unidas

<b>Resolução N°</b>	<b>Data</b>	<b>Comissão</b>	<b>Título</b>	
<u>A/RES/110(II)</u>	03/11/1947	C. 1	Medidas a serem tomadas contra a propaganda de uma nova guerra e contra seus instigadores	
<u>A/RES/1572(XV)</u>	18/12/1960	C. 3	Medidas destinadas a promover entre os jovens os ideais de paz, respeito mútuo e entendimento entre os povos	
<u>A/RES/2037(XX)</u>	07/12/1965	C. 3	Declaração sobre a promoção entre os jovens dos ideais de paz, respeito mútuo e entendimento entre os povos	
<u>A/RES/32/134</u>	16/12/1977	C. 3	A Juventude no mundo contemporâneo	
<u>A/RES/33/7</u>	03/11/1978	C. 3	Ano Internacional da Juventude: participação, desenvolvimento, paz	
<u>A/RES/34/151</u>	17/12/1979	C. 3		
<u>A/RES/35/126</u>	11/12/1980	C. 3		
<u>A/RES/36/28</u>	13/11/1981	C. 3		
<u>A/RES/37/48</u>	03/12/1982	C. 3		
<u>A/RES/38/22</u>	22/11/1983	C. 3		
<u>A/RES/39/22</u>	23/11/1984	C. 3		
<u>A/RES/40/14</u>	18/11/1985	C. 3		
<u>A/RES/33/8</u>	03/11/1978	C. 3		Educação física e intercâmbio esportivo entre jovens
<u>A/RES/36/16</u>	09/11/1981	C. 3		Esforços e medidas para garantir que os jovens exerçam e desfrutem de seus direitos humanos, particularmente o direito à educação e ao trabalho
<u>A/RES/36/29</u>	13/11/1981	C. 3		
<u>A/RES/37/49</u>	03/12/1982	C. 3		
<u>A/RES/38/23</u>	22/11/1983	C. 3		
<u>A/RES/39/23</u>	23/11/1984	C. 3		
<u>A/RES/40/15</u>	18/11/1985	C. 3		
<u>A/RES/32/135</u>	16/12/1977	C. 3	Formas de comunicação entre as Nações Unidas, a Juventude e as organizações de jovens	
<u>A/RES/33/6</u>	03/11/1978	C. 3		

<b>A/RES/36/17</b>	09/11/1981	C. 3	
<b>A/RES/37/50</b>	03/12/1982	C. 3	
<b>A/RES/38/26</b>	22/11/1983	C. 3	
<b>A/RES/39/24</b>	23/11/1984	C. 3	
<b>A/RES/40/17</b>	18/11/1985	C. 3	
<b>A/RES/40/16</b>	18/11/1985	C. 3	Oportunidades para a Juventude

Fonte: Elaboração própria. Biblioteca Nações Unidas  
<https://www.un.org/es/sections/general/documents/>.

A assembleia da ONU reconheceu a importância da juventude e sua contribuição para diversos setores da sociedade, enfatizando a necessidade de promover ideais de paz, respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais. Em 3 de novembro de 1978, a resolução 33/7 estabeleceu 1985 como o Ano Internacional da Juventude - Participação, Desenvolvimento e Paz (resolução 34/151, de 17 de dezembro de 1979).

Todos os Estados, agências especializadas, órgãos das Nações Unidas, organizações internacionais, intergovernamentais, não-governamentais e organizações de jovens foram convocados a colaborar na preparação para o Ano Internacional da Juventude. Um Comitê Consultivo composto por 23 Estados membros foi estabelecido para orientar esses esforços. Três sessões do comitê consultivo ocorreram entre 1981 e 1985, com o objetivo de formular um programa de atividades para o Ano da Juventude (ONU, 1978, 1979).

O Secretário-Geral das Nações Unidas também teve um papel importante, sendo responsável por usar meios de comunicação disponíveis para divulgar amplamente as atividades relacionadas à juventude. Além disso, instou os Estados e organizações a contribuir financeiramente para o programa do Ano Internacional da Juventude. A participação direta da juventude e das organizações juvenis em atividades locais, nacionais, regionais e internacionais foi enfatizada (ONU, 1983, 1984, 1985).

Outro tópico importante foi a “Educação Física e Intercâmbio Esportivo entre Jovens”, baseado na Declaração sobre a promoção de ideais de paz, respeito mútuo e compreensão entre os povos. A UNESCO teve a responsabilidade de promover programas de educação física, especialmente entre os jovens, com base nos princípios de igualdade entre homens e mulheres. A Assembleia instou os Estados a evitarem contatos esportivos com países que praticam o apartheid.

As Resoluções sobre “As Formas de Comunicação entre as Nações Unidas e a Juventude e Organizações de Jovens” buscaram estabelecer canais de comunicação entre a organização e a população jovem, reconhecendo sua contribuição para a cooperação entre Estados e a nova ordem econômica internacional. A participação dos jovens em atividades lideradas pelas

Nações Unidas foi incentivada em todos os níveis, com ênfase na sua participação na preparação e implementação de políticas e programas relevantes:

Quadro 7 - Recomendações feitas pelas Nações Unidas

<b>Contexto Nacional</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Analisar procedimentos que possibilitem a participação das organizações juvenis em atividades de desenvolvimento promovidas pelas Nações Unidas em âmbito nacional.</li> <li>• Divulgar as ações da ONU de modo a despertar o interesse dos jovens em aplicar os ideais e princípios da Carta das Nações Unidas.</li> <li>• Estabelecer um centro nacional de conexão e coordenação das atividades relacionadas à juventude, utilizando as redes de correspondentes nacionais nas áreas ligadas ao desenvolvimento social, estabelecidas para facilitar a comunicação entre diferentes países e as Nações Unidas.</li> <li>• Explorar a possibilidade de incluir representantes jovens nas delegações nacionais da Assembleia Geral e em outras reuniões relevantes das Nações Unidas.</li> </ul>
<b>Contexto Regional</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Focar na participação ativa dos jovens no processo de desenvolvimento nacional.</li> <li>• Analisar formas adequadas para as comissões regionais apoiarem os governos no estabelecimento de contato com jovens e organizações juvenis.</li> <li>• Rever a ligação com organizações juvenis não-governamentais regionais para facilitar a cooperação entre elas.</li> <li>• Especial atenção deve ser dada à participação ativa dos jovens no desenvolvimento, colaborando de maneira mais estreita com os programas internacionais da Organização Internacional do Trabalho, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, a fim de oferecer serviços de emprego aos jovens.</li> <li>• Considerar a promoção e coordenação de todas as atividades relacionadas à integração e participação dos jovens no desenvolvimento de suas respectivas regiões.</li> <li>• Realizar workshops regionais sobre temas de juventude.</li> <li>• Fortalecer a colaboração com organizações de jovens.</li> </ul>
<b>Contexto Internacional</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ampliar o alcance da revista <i>Youth Information Bulletin</i>, publicando-a não somente em inglês, mas também em espanhol e francês.</li> <li>• Permitir que organizações governamentais e não-governamentais que lidam com jovens contribuam com informações para serem divulgadas por meio dessa revista, visando atingir o maior número possível de jovens e organizações juvenis.</li> <li>• Aumentar o trabalho do Escritório de Informações Públicas e do Centro de Informações Econômicas e Sociais da Secretaria, a fim de desenvolver programas apropriados de rádio e televisão sobre as Nações Unidas e suas atividades, dentro dos limites do orçamento disponível.</li> <li>• Promover a prática de oferecer estágios aos jovens, com o intuito de proporcionar a um grupo representativo de jovens de todas as regiões do mundo a oportunidade de entrar em contato com as Nações Unidas e, assim, adquirir conhecimento sobre suas atividades.</li> <li>• Levantar em consideração as opiniões das organizações de jovens que representam todas as regiões do mundo em todas as fases da produção de publicações das Nações Unidas de interesse para a juventude</li> </ul>

**Fonte:** Elaboração própria. A/RES/33/1978; A/RES/36/1981.

O tópico final das Assembleias da ONU aborda os “Esforços e Medidas para Garantir que os Jovens Exercam e Desfrutem de Seus Direitos Humanos, Especialmente o Direito à Educação e ao Trabalho.” Essas medidas visam garantir que os jovens desfrutem plenamente dos direitos consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos e acordos internacionais, abrangendo os aspectos econômicos, sociais, culturais, civis e políticos, com ênfase em educação e emprego.

Houve incentivos para que os Estados e organizações que lidam com questões da juventude revissem detalhadamente o planejamento e a implementação de medidas destinadas a resolver o problema do desemprego entre os jovens. Nesse contexto, cabe aos Estados e agências especializadas, encarregadas de desenvolver políticas e programas para a juventude, priorizar o acesso à educação e ao emprego após a conclusão das atividades planejadas para o Ano da Juventude (ONU, 1981, 1982).

#### 2.4 SOBRE O TRABALHO ANTERIOR AO ANO INTERNACIONAL DA JUVENTUDE (AIJ)

Para concretizar as recomendações das resoluções do Ano Internacional da Juventude - que abrangem participação, desenvolvimento e paz - a UNESCO, no contexto do Plano de Médio Prazo (1977-1982), realizou uma série de atividades para abordar questões relacionadas à juventude. A UNESCO é a principal agência da ONU envolvida em questões juvenis, mantendo um programa dedicado aos jovens desde 1955, promovendo pesquisa, disseminação de informações relevantes e contribuindo para políticas que estimulem a participação jovem em todas as áreas da sociedade.

A UNESCO também se destaca por incentivar a cooperação entre organizações de jovens, especialmente em áreas rurais, e por abordar o problema do desemprego juvenil em colaboração com o PNUD. Esses esforços visam criar oportunidades alternativas. O combate ao analfabetismo na juventude é uma prioridade fundamental da UNESCO, que promove a formação e preparação dos jovens para interações nas mídias sociais. Adicionalmente, as reuniões regionais planejadas no âmbito do Primeiro Plano de Médio Prazo da UNESCO (1977-1982)<sup>5</sup> focalizaram a análise de aspectos específicos da situação da juventude. Além disso, a UNESCO organizou várias reuniões regionais, como a “Mesa Redonda sobre a Juventude na década de 1980” em Costinesti (Romênia) e encontros na Europa, Ásia, África, América Latina,

---

<sup>5</sup> Após minuciosas deliberações, a Conferência Geral da UNESCO reconhece a necessidade de uma completa reavaliação do processo de programação de médio prazo, conforme expresso na resolução 17C/34. O plano em questão apresenta objetivos que abordam questões globais nas áreas de foco da UNESCO durante o período sexenal proposto (1977-1982). Esses objetivos foram distribuídos e agrupados com base nos problemas a serem tratados, os quais foram organizados em quatro áreas principais: I) Promoção do respeito pelos direitos humanos e estabelecimento de um regime de paz; II) Avanço do conhecimento, intercâmbio de informações e comunicação entre indivíduos e nações; III) Desenvolvimento humano e social; IV) Alcançar equilíbrio e harmonia entre o ser humano e a natureza. Dessa maneira, a temática da juventude se enquadra na quarta área mencionada, a qual postula que “todos os seres humanos nascem livres e iguais.” Reconhecendo o papel fundamental que a juventude desempenha na promoção do desenvolvimento das nações e na mobilização dos jovens para a construção da identidade nacional, a UNESCO assume uma função de destaque na mitigação das desigualdades sociais (UNESCO, 1976, 1977).

Caribe e Estados Árabes para discutir desafios socioeconômicos enfrentados pelos jovens, especialmente em áreas urbanas.

## 2.5 GENERALIDADES DAS REUNIÕES REGIONAIS

Em todas as reuniões, a relação fundamental entre juventude e sociedade foi analisada para definir o conceito, considerando elementos de heterogeneidade e possibilidades de homogeneidade. A descrição do conceito de juventude abrange a faixa etária correspondente, situação jurídica, participação no mundo do trabalho, relações familiares, papel como grupo social e outros. Em algumas situações, a juventude pode parecer inexistente, especialmente em áreas rurais, devido à incorporação precoce de meninos no trabalho e casamentos precoces para meninas, levando-as da infância à vida adulta rapidamente (UNESCO, 1985).

Embora a heterogeneidade possa parecer um obstáculo na conceitualização da juventude, as reuniões destacaram que o grupo geracional jovem apresenta características com critérios diversos em diferentes comunidades, moldados por contextos histórico-culturais. Ainda que, não analisemos os documentos dos encontros regionais, é relevante mencionar sua intenção. Não buscamos detalhar biografias de expositores, mas oferecemos uma breve trajetória acadêmica e profissional de alguns autores selecionados, com base na apresentação de documentos de trabalho em cada encontro, para destacar sua relevância no contexto das juventudes.

### 2.5.1 Encontro da Europa

De acordo com o encontro europeu em Veneza, Itália, em 1977, “a juventude é um dos principais impulsionadores da evolução da sociedade e um dos primeiros a revelar suas crises” (UNESCO, 1979, p. 12, tradução nossa). O tema do encontro foi “Juventude e Trabalho: O Impacto da Situação Econômica no Acesso dos Jovens à Educação, Cultura e Trabalho.” Quanto aos participantes, o documento consultado destaca que, mesmo os membros presentes estando a título pessoal, suas atitudes e pensamentos estavam influenciados pela experiência que adquiriram em seus países ou organizações de origem.

Os 38 delegados presentes, incluindo 7 mulheres, e 9 observadores de diferentes países, trouxeram perspectivas diversas, influenciadas por suas experiências em seus países ou organizações de origem. A reunião também contou com 7 observadores da Itália (país anfitrião), 2 das Nações Unidas e 7 da UNESCO. Os países representados incluíam Áustria (1), Bélgica (5), Chipre (1), Checoslováquia (3), República Federal da Alemanha (2), Finlândia (2), França

(5), República Democrática Alemã (1), Hungria (2), Irlanda (1), Itália (6), Portugal (1), Romênia (1), Escócia (1), Suíça (1), Países Baixos (1), União Soviética (3), Reino Unido (1) e Estados Unidos (1). O professor de história Dr. Thomas Forstenzer, da Universidade Estadual Rutgers de Nova Jersey, representou os Estados Unidos e apresentou o documento de trabalho “O Impacto da Crise Econômica nas Universidades e Estudantes Europeus.”

Forstenzer abordou a situação das universidades na Europa e na América do Norte, observando mudanças significativas relacionadas ao papel dessas instituições como promotoras das elites existentes, em detrimento da qualidade da formação para as classes médias, baixas e trabalhadoras. Ele destacou a inadequação desses programas diante da conjuntura econômica, mencionando que a elite econômica tende a influenciar negativamente a programação educacional. Ele afirmou: “A própria universidade, que recentemente passou por reformas e expansões notáveis, agora é alvo de cortes orçamentários que reduzem a oferta de cursos e limitam o acesso de alunos qualificados ao ensino superior.”(UNESCO, 1979a, p. 115, tradução nossa).

Nessa reunião, os documentos de trabalho apresentados pelo Professor Franco Ferrarotti<sup>6</sup> e Zoya Malkova, vice-diretora do Instituto de Pesquisa Científica de Pedagogia Geral da União Soviética, foram o foco central. Franco Ferrarotti abordou o tema “Emprego Juvenil na Europa: Problemas e Perspectivas.” Ele argumentou que a juventude é uma invenção social relativamente recente, atribuindo-a à sociedade industrial. Dado o caráter inovador desse conceito, havia desafios em compreendê-lo e abordá-lo, necessitando de um estudo rigoroso e detalhado com uma abordagem pragmática e flexível.

Nascido em 7 de abril de 1926 em Palazzolo Verellese, Itália, Franco Ferrarotti cresceu em uma família de proprietários de classe média. Em San Remo, ele se familiarizou com autores do primeiro positivismo, que influenciaram sua crítica ao idealismo abstrato predominante na Itália. Ele publicou ensaios baseados em sua tese na Rivista di Sociologia, que foi objeto de crítica por parte do filósofo Benedetto Croce, que a considerou uma “ciência doente.”

Ferrarotti, em colaboração com Abbagnano, iniciou a publicação do “*Quaderni di Sociologia*” em 1951, uma revista que abordava tanto questões teóricas quanto relatórios de pesquisa de campo. Ele desenvolveu um projeto ambicioso, buscando estabelecer uma sociologia crítica baseada em conceitos operacionais, orientando a pesquisa por meio de parâmetros e indicadores que permitissem a identificação e aprofundamento de temas sociais.

---

<sup>6</sup> Disponível em: <http://www.francoferrarotti.com/archivio/biografia.htm> Acesso em: 17/09/2020

Sua abordagem visava combinar observação científica com uma orientação conceitual na sociologia.

Em 1959, Adriano Olivetti renunciou ao cargo na Câmara dos Deputados, e Franco Ferrarotti o sucedeu no Movimento Comunitário. Ele atuou como deputado por cinco anos, concentrando-se principalmente em questões sindicais, no Mercado Comum Europeu e em assuntos econômicos. Durante esse período, ele equilibrou suas atividades políticas com sua carreira intelectual e acadêmica, ministrando aulas de sociologia. Entre 1953 e 1963, Franco Ferrarotti desempenhou quatro papéis distintos simultaneamente: organizador industrial, diplomata internacional, professor universitário e deputado. Ele manteve seu interesse pelo marxismo por muitos anos e explorou diversas áreas de pesquisa, incluindo o poder, o problema das drogas (com um foco atual nas experiências de jovens dependentes químicos), crenças religiosas e a natureza da violência, tratando-a como um fenômeno histórico em seus escritos.

Por outro lado, Zoya Malkova<sup>7</sup> apresentou um trabalho sobre o “Desenvolvimento da Educação nos Países Socialistas.” Ela começa por refletir sobre as condições que levaram à repressão do indivíduo, apesar das esperanças de uma era humanista. Seu trabalho se concentra na educação em países que buscam a construção de uma sociedade comunista.

Zoya Malkova, nascida em 1921 na cidade russa de Kizel, teve uma trajetória notável. Após concluir seu ensino secundário perto de Moscou em 1939, ingressou no Instituto de Aviação de Moscou. Durante a Segunda Guerra Mundial, ela se voluntariou como técnica de aviação no 586º Regimento de Combate Feminino. Após a guerra, ela se formou no Instituto Pedagógico de Línguas Estrangeiras de Moscou e começou a ensinar inglês em uma escola secundária. Ela também realizou estudos de pós-graduação no Instituto de Teoria e História da Pedagogia, obtendo seu título de candidata em Ciências em 1956. Sua carreira a levou a ser diretora do Instituto de Teoria e História da Pedagogia. Zoya Malkova concentrou suas pesquisas em teorias pedagógicas e educação nos Estados Unidos, mantendo comunicações frequentes com acadêmicos norte-americanos. Ela liderou grupos de pesquisa internacionais e promoveu programas de formação acadêmica. Seu trabalho influente ajudou a moldar uma nova geração de pesquisadores na área da educação.

#### Quadro 8 - Agências que participaram da reunião regionais Europa

Associação Juventude	Associações Juvenis: Grupo Religioso
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Federação Mundial da Juventude Democrática</li> <li>• Juventude Federalista Mundial</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conselho Escocês da Associação Cristã de Moças da Grã-Bretanha</li> </ul>

<sup>7</sup> Disponível em: <https://www.nie.edu.sg/research/cieclopedia-org/cieclopedia-org-a-to-z-listing/malkova-zoya-alekseevna>. Acesso em: 19/09/2020

<ul style="list-style-type: none"> <li>• União Internacional da Juventude Socialista</li> <li>• União Internacional de Estudantes</li> <li>• WAGGGS: Associação Mundial de Guias e Escoteiras</li> <li>• Movimento Escoteiro Mundial</li> </ul> <p><i>Observadores:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Secretariado Internacional da AIESEC</i></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Federação Mundial da Juventude Católica</li> <li>• Juventude Operária Católica</li> <li>• União Internacional da Juventude Democrata Cristã</li> </ul> <p><i>Observadores:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Associação Mundial de Jovens Cristãos</b></li> </ul>
<b>Educação: Instituições</b>	<b>Educação: Professor</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Centro de Estudos de Investimento Social</li> <li>• Centro Europeu de Lazer e Educação (2)</li> <li>• Centros de treinamento em métodos educacionais</li> <li>• Colegial da União U.S. S.R</li> <li>• Instituto de Pesquisa Científica de Pedagogia Geral</li> <li>• Instituto de Pesquisa de Sociologia da Universidade de Colônia</li> <li>• Universidade de Veneza -Instituto de Política Econômica</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Professor universitário</li> <li>• Professor de sociologia</li> <li>• Professor do Instituto Técnico</li> <li>• Sociólogo</li> </ul>
	<b>Educação: Programas</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ajuda universitária mundial</li> </ul> <p><i>Observadores:</i></p> <p><i>Programa de Educação Técnica, Conselho da Europa</i></p>
<b>Grupo político</b>	<b>Sindicatos</b>
Grupo Democrata-Cristão	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sindicatos Cristãos</li> <li>• Confederação Internacional de Sindicatos Livres</li> </ul>
<b>ONG: Juventude</b>	<i>Observadores:</i>
Jeunesses Musicales International (JMI), ONG de música jovem	<i>Federação Sindical Mundial, Representação à Unesco</i>
<b>ONU</b>	
Associação das Nações Unidas da Áustria	
<b>Órgão Governamental: Cultura</b>	<b>Órgão Governamental: Governo</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Escritório Federal de Assuntos Culturais</li> </ul> <p><i>Observadores:</i></p> <p><i>Vereador da Cultura e Belas Artes da Câmara Municipal de Veneza</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Câmara do Parlamento</li> </ul> <p><i>Observadores:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico,</i></li> <li>• <i>Departamento de Relações Econômicas e Sociais-Fiat</i></li> <li>• <i>Direção-geral do Emprego e Assuntos Sociais</i></li> <li>• <i>Ministério das Relações Exteriores (2)</i></li> </ul> <p><i>Região Autônoma de Veneza</i></p>
<b>Órgão governamental: Juventude</b>	<b>UNESCO</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conselho Nacional da Juventude (2)</li> <li>• Secretaria de Estado da Juventude e Esportes</li> <li>• Centro da Confederação para a Juventude</li> <li>• Comitê Nacional da Juventude (2)</li> </ul> <p><i>Observadores:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Comitê Nacional da Juventude para o Conselho de Ministros.</i></li> <li>• <i>Ministério da Juventude</i></li> </ul>	<p><i>Observadores:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Comissão Nacional Italiana para a Unesco.</i></li> <li>• <i>Setor de Ciências Sociais da Comissão Nacional Italiana para a Unesco</i></li> </ul> <p><i>Divisão Juvenil (4)</i></p>

**Fonte:** Elaboração própria. (UNESCO, 1979a) *Youth and work: the incidence of the economic situation on the access of young people to education, culture and work.*

## 2.5.2 Encontro da Ásia

Na Ásia, a concepção de juventude também estava enraizada na cultura tradicional, com os jovens frequentemente subjugados. Eles não formavam um grupo homogêneo, pois diferenças sociais, religiosas e de gênero os separavam. A reunião aconteceu em Katmandu, Nepal, em 1978, com o tema “Mobilização Juvenil para o Desenvolvimento em Contextos Asiáticos.” Participaram 33 pessoas, incluindo 7 mulheres, representando diferentes países.

Além disso, 21 observadores de organizações governamentais, não governamentais e das Nações Unidas estiveram presentes.

Os países representados incluíam Austrália (1), Bangladesh (2), Birmânia (2), Filipinas (3), Índia (4), Indonésia (2), Japão (1), Malásia (1), Nepal (10), Nova Zelândia (2), Nova Guiné (1), R.D.P. da Coreia (2), Singapura (1), Sri Lanka (3), Tailândia (9), URSS (2), Vietnã (2), França (1), Hungria (1), Itália (1), Inglaterra (1) e Tchecoslováquia (2). Os participantes tinham uma ampla gama de experiências, provenientes dos setores público e privado, além de acadêmicos. Eles ocupavam diferentes níveis de responsabilidade, desde altos funcionários até trabalhadores de base.

A reunião asiática se destacou por não considerar os jovens apenas como um problema isolado da sociedade, mas como agentes de mudança dentro dela. As discussões enfatizaram temas como a concepção de juventude nas culturas asiáticas, teorias e práticas de desenvolvimento, políticas e programas para jovens, orientações futuras e cooperação entre países asiáticos e internacionais.

Wilfrido Villacorta, um professor de política, participou deste encontro e apresentou o documento “Le Kabataang Barangay des Filipinas.” O Movimento Juvenil Nacional (Kabataang Barangay), estabelecido em 1975 nas Filipinas, adotou um modelo de desenvolvimento que enfatizava o equilíbrio social e uma análise estrutural da sociedade. Buscava definir o papel da juventude como uma oportunidade para expressar pontos de vista, aspirações e esperanças, alinhando-se com a filosofia da “Nova Sociedade.” Wilfrido V. Villacorta<sup>8</sup> nasceu em 1945 em Manila, Filipinas. Ele lecionou Ciência Política e Relações Internacionais na Universidade De La Salle de Manila, atuou como ex-secretário-geral adjunto da ASEAN e presidiu o Centro Yuchengco para o Leste Asiático, um centro de pesquisa da Universidade De La Salle. Ele se formou em Ciência Política na Universidade das Filipinas e obteve mestrado e doutorado em Política, com ênfase em Direito e Relações Internacionais, na Universidade Católica da América, em Washington D.C.

Além disso, ele foi membro da Comissão Constitucional de 1986, que elaborou a atual constituição das Filipinas. Também atuou como Reitor da Faculdade de Artes Liberais da Universidade De La Salle de 1983 a 1986 e como vice-presidente sênior de 1986 a 1992. Ele desempenhou o papel de pesquisador visitante em diversas instituições acadêmicas, foi embaixador e representante permanente das Filipinas na ASEAN e se destacou em várias

---

<sup>8</sup> Disponível em: <http://www.pass.va/content/scienze-sociali/en/academicians/former/villacorta.html>  
<https://biography.omicsonline.org/philippines/de-la-salle-university/dr-wilfrido-v-villacorta-1850733>. Acesso em 23/09/2020

organizações internacionais. Suas áreas de atuação abrangem política externa, cultura política e economia política no Nordeste e Sudeste Asiático.

Quadro 9 - Agências que participaram da reunião regionais Ásia

<b>Associação Juventude</b>	<b>Associações Juvenis: Grupo Religioso</b>
Associação Popular (Juventude) (2) Comitê Central da Organização Juvenil de Lanzin Federação Juvenil Vietnamita Federação Mundial da Juventude Democrática União Internacional de Estudantes WAGGGS: Associação Mundial de Guias e Escoteiras Observadores: Escoteiros do Nepal Vishal Nagar Lainchaur RATH Federação Mundial da Juventude Democrática União Internacional de Estudantes	Associação Cristã da Aliança Mundial de Rapazes Associação Mundial de Mulheres Jovens Cristãs-YWCA Federação Mundial da Juventude Católica Jovens Trabalhadores Cristãos da Malásia
	<b>Educação: Professor</b>
	Antropóloga Professor Universidade de Paris Observadores: Universidade Chulalongkorn Faculdade de Administração de Empresas
<b>Educação: Instituições</b>	<b>Educação: Programas</b>
Associação de Universidades e Colégios Cristãos na Ásia Universidade de Moscou Observadores: Faculdade de Ciências da Universidade Mahidol (2) Instituto de Estudos da Ásia da Academia de Ciências do Extremo Oriente da URSS Universidade Chulalongkorn	Serviço de Desenvolvimento Nacional Tribhuvan University (2) Observadores: Assuntos Estudantis da Universidade Ramkamhaeng BANGKO Departamento de Estudos Orientais Universidade de Artes e Ciências
<b>Organização Internacional</b>	<b>Órgão governamental: Juventude</b>
Serviço Voluntário Internacional (CCIVS) Sociedades da Liga da Cruz Vermelha da Cruz Vermelha Juvenil da Nova Zelândia Observadores: Federação Internacional de Planejamento Familiar Corpo de Paz dos Estados Unidos / Nepal Organização Mundial da Saúde Assuntos Sociais Desenvolvimento Juvenil CESPAP. Programa FAO para Jovens Rurais	Escritório de Preparação Profissional do Conselho Nacional de Mão de Obra e Jovens South Superhighway Tagnig Conselho Nacional de Juventude (3) Desenvolvimento Juvenil Ministério da Juventude Escritório de Assuntos Juvenis Lombard House Centro Juvenil da Unesco, Comissão Nacional da Coreia da Unesco Observadores: Programa Juvenil da Federação Internacional de Planejamento Familiar Associação de Planejamento Familiar do Sri Lanka
<b>Órgão Governamental: Governo</b>	<b>Órgão Governamental: Cultura</b>
Serviço de Desenvolvimento Nacional. Ministério das Relações Exteriores da Coreia Observadores: Embaixada da Democracia da República Popular da Coreia no Nepal Comitê de Coordenação Regional para o Serviço Voluntário de Coordenação Internacional Associação de Planejamento Familiar Nepal Kantipath	Ministério da Cultura e do Esporte.
	<b>Órgão governamental: educação</b>
	Ministério da Educação (3)
	<b>UNESCO</b>
	Comissão Nacional da Unesco

**Fonte:** (UNESCO, 1979b) *La mobilisation des jeunes pour le développement dans les contextes asiatiques.*

### 2.5.3 Encontro da África

O encontro africano, realizado em Nairóbi, Quênia, em 1979, com o tema “Juventude, Tradição e Desenvolvimento na África”, reuniu 32 representantes de alto nível do governo e de organizações não governamentais de juventude, incluindo quatro mulheres. Além disso, houve 13 observadores de diferentes países e organizações, bem como 4 representantes do sistema das Nações Unidas e 10 da UNESCO. Eles representavam vinte e um estados membros da região. Todos provenientes de vinte e um estados membros da região, incluindo Botswana (1), Comores (1), Costa do Marfim (1), Etiópia (1), Gana (3), Guiné (1), Quênia (9), Lesoto (1), Liberal (1), Maurício (1), Nigéria (2), República de Haute-Volta (3), Madagascar (1), República das Seychelles (2), República do Gabão (1), República do Senegal (5), República Popular do Benin (2), República Popular do Congo (2), República Unida da Tanzânia (3), Sri Lanka (1), Zaire (1), Zâmbia (2) e Estados Unidos (1), França (1), Hungria (1), Índia (1), Itália (1).

Uma característica notável deste encontro foi a ampla representação das diversas políticas e programas de juventude desenvolvidos no continente. As discussões abordaram conceitos socioculturais e econômicos relacionados a temas como “Juventude Africana entre Tradição e Modernidade” e “Juventude e Emprego na África.” Os participantes referiram-se tanto a documentos de trabalho quanto a experiências e projetos em suas práticas nos diferentes países (UNESCO, 1982).

A pedido da UNESCO, Boubakar Ly, da Universidade de Dakar, preparou um dos documentos discutidos no encontro, que abordou a juventude africana e enfatizou a importância de entender a relação entre a juventude moderna e a tradição, observando que existem maneiras diferentes de ser jovem, embora haja elementos comuns entre os jovens de todas as culturas. Boubakar Ly<sup>9</sup> nasceu em 7 de junho de 1936 em Dakar e teve uma carreira acadêmica ativa, incluindo seu envolvimento no ativismo estudantil e contribuições significativas para o ensino de sociologia. Ele completou seus estudos de doutorado em 2001 e permaneceu ativo na universidade até 2012.

#### Quadro 10 - Agências que participaram das reuniões regionais de juventude África

Associações Juventude	Organização Internacional
-----------------------	---------------------------

<sup>9</sup> Disponível em: <https://maitron.fr/spip.php?article170686> Acesso em: 23/09/2020

<ul style="list-style-type: none"> <li>Associação de Estudantes e Jovens das Nações Unidas (GUNSA) - Gana</li> <li>Associação Mundial de Mulheres Jovens</li> <li>Federação da Juventude da Libéria</li> <li>Federação Mundial da Juventude Democrática (FMJD)</li> <li>Organização Mundial do Movimento Escoteiro</li> <li>Associação de Guias e Escoteiras Femininas do Botswana</li> <li>Secretário Geral é o jovem do Movimento Popular da Revolução JMPR</li> <li>Observadores: <ul style="list-style-type: none"> <li>Encontro Regional de Jovens da Ásia.</li> <li>Encontro Regional de Jovens da Europa.</li> </ul> </li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Associação Internacional SIX S</li> <li>Sociedade da Cruz Vermelha da Tanzânia, Sede Nacional. Upanga Road.</li> <li>Observadores: <ul style="list-style-type: none"> <li>Serviço Voluntário Internacional (CCIVS).</li> <li>Federação Europeia para a Aprendizagem Intercultural</li> <li>Organização Mundial da Saúde</li> </ul> </li> </ul>
<b>Educação: Professor</b>	<b>ONU</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Escritor togolês.</li> <li>Professor assistente de sociologia. Universidade de Dakar</li> <li>Professor de Filosofia, Gamal Abdel Nasser Polytechnic Institute.</li> </ul>	<p><i>Observadores:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Divisão de Assuntos Sociais</li> <li>Programa para o Desenvolvimento (2)</li> <li>Voluntários das Nações Unidas.</li> </ul>
<b>Associações Juvenis: Grupo Religioso</b>	<b>Órgão governamental: Juventude</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Federação Mundial da Juventude Católica.</li> <li>Movimento Internacional de Estudantes Católicos.</li> <li>Observadores: <ul style="list-style-type: none"> <li>Organização Mundial de Jovens Esperantistas</li> </ul> </li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Secretaria principal Juventude e Desenvolvimento Comunitário</li> <li>Ministério Federal do Desenvolvimento Social, Juventude, Esportes e Cultura.</li> <li>Ministério da Juventude e Esportes (10)</li> <li>Departamento de Serviços Sociais.</li> <li>Observadores: <ul style="list-style-type: none"> <li>Comitê Coordenador da Juventude.</li> <li>Ministério da Juventude da República Popular do Congo</li> </ul> </li> </ul>
<b>Educação: Professor</b>	<b>Órgão governamental: Juventude</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Escritor togolês.</li> <li>Professor assistente de sociologia. Universidade de Dakar</li> <li>Professor de Filosofia, Gamal Abdel Nasser Polytechnic Institute.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Secretaria principal Juventude e Desenvolvimento Comunitário</li> <li>Ministério Federal do Desenvolvimento Social, Juventude, Esportes e Cultura.</li> <li>Ministério da Juventude e Esportes (10)</li> <li>Departamento de Serviços Sociais.</li> <li>Observadores: <ul style="list-style-type: none"> <li>Comitê Coordenador da Juventude.</li> <li>Ministério da Juventude da República Popular do Congo</li> </ul> </li> </ul>
<b>Educação: Instituições</b>	<b>UNESCO</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Centro de treinamento para métodos de educação ativa (CEMEA).</li> <li>Instituto Internacional de Pesquisa e Treinamento para Educação e Desenvolvimento (IIFEDI)</li> <li>Educação: Programas</li> <li>Observadores: <ul style="list-style-type: none"> <li>Congresso Pan-africanista (PAC).</li> <li>Programa Juvenil da Commonwealth.</li> </ul> </li> </ul>	<p>Comissão Nacional da República do Alto Volta pela Unesco.</p> <p>Observadores: Associação de Clubes Meru. Consultoria regional em educação populacional. Desenvolvimento Juvenil e Comunitário, Unesco Divisão Juvenil (2)</p> <p>Escritório Regional de Educação na África</p> <p>Escritório Regional de Ciência e Tecnologia na África (2)</p> <p>Secretaria de Unesco (2)</p>
<b>ONG: Juventude</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Comitê de Coordenação do Serviço Voluntário Internacional. UAC-VAO.</li> </ul>	
<b>Sindicatos</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Organização dos Sindicatos Livres.</li> </ul>	

Fonte: (UNESCO, 1982). *Juventud, tradición y desarrollo en África.*

#### 2.5.4 Encontro da América Latina

Na América Latina e no Caribe, a juventude é compreendida como um grupo sociodemográfico sujeito a um processo de socialização em determinadas condições estruturais, tanto socioeconômicas quanto culturais (UNESCO, 1981, p. 12, tradução nossa).

O encontro realizado em Bridgetown, Barbados, em 1980, com o tema “Novas abordagens para a juventude rural na América Latina e no Caribe”, reuniu 35 participantes, incluindo 14 mulheres. Doze observadores de programas juvenis nacionais e internacionais, além de 7 representantes do sistema das Nações Unidas e 5 da UNESCO, também estiveram presentes. Os colaboradores representaram 24 países: Argentina (2), Barbados (13), Bolívia (1), Chile (2), Costa Rica (2), Cuba (1), Equador (2), Granada (1), Guiana (2), Honduras (1), Jamaica (2), México (1), Nicarágua (1), Peru (3), Panamá (1), República Dominicana (3), São Cristóvão (2), Santa Lúcia (2), São Vicente (1), Trinidad e Tobago (1), Venezuela (1), França (3), Hungria (1) e Suíça (4).

A reunião abordou questões essenciais relacionadas à juventude rural, como sua definição, localização demográfica, influência das estruturas socioeconômicas, participação em atividades sócio-políticas, eficiência do sistema educacional, cultura como fator de progresso e as políticas de juventude dos governos. A principal questão levantada no encontro foi se a “juventude rural” é sinônimo de “juventude camponesa” ou “juventude provincial.” Foram propostos critérios que ajudassem a caracterizá-la, incluindo sua localização demográfica e sua inserção na estrutura agrária. A definição resultante foi que “juventude rural” é uma “categoria 'biopsicossocial' que, apesar de fazer parte de um sistema de relações econômicas, sociais e culturais em nível nacional, mantém sua própria personalidade devido ao seu trabalho em natureza (vegetal, animal ou mineral)” (UNESCO, 1981, p. 61, tradução nossa).

Edgar Montiel<sup>10</sup>, economista e filósofo, funcionário das Nações Unidas, desempenhou um papel importante na preparação da síntese dos documentos deste encontro e dedicou sua carreira ao desenvolvimento econômico e social, além de contribuir para políticas de atendimento à juventude em diversos países da América Latina e Caribe. Ele também teve um papel significativo como membro da UNESCO e da ONU.

#### Quadro 11 - Agências que participaram das reuniões regionais América Latina

Associações Juventude	Organização Internacional
-----------------------	---------------------------

<sup>10</sup> Disponível em: <http://www.librosperuanos.com/autores/autor/1757/Montiel-Edgar>. Acesso em 24/09/2020

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolvimento da Comunidade Juvenil</li> <li>• Federação Mundial da Juventude Democrática</li> <li>• Movimento Geral da Juventude</li> <li>• Movimento Internacional de Jovens e Estudantes sobre Assuntos das Nações Unidas (ISMUN)</li> <li>• Chicos Aprestas Peruanos CHAP</li> <li>• União Internacional da Juventude Socialista</li> <li>• WAGGGS: Associação Mundial de Guias e Escoteiras (2)</li> <li>• Observadores:</li> <li>• WAGGGS: Associação Mundial de Guias e Escoteiras</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Centro Regional Latino-Americano de Serviço Voluntário CENTROSEV</li> <li>• Liga das Sociedades da Cruz Vermelha</li> <li>• Liga Internacional de Ensino, Educação e Cultura Popular</li> <li>• Secretaria da América Latina</li> <li>• Serviço Civil Internacional (S.C.I.)</li> <li>• Observadores:</li> <li>• Consultor do BID</li> </ul>
	<b>Órgão governamental: educação</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ministério de Educação (7)</li> </ul>
	<b>Educação: Professor</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Professor e trabalhador jovem</li> </ul>
<b>Associações Juvenis: Grupo Religioso</b>	<b>Educação: Programas</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Associação Cristã de Moças</li> <li>• Observadores:</li> <li>• Adventista do sétimo dia desbravadores</li> <li>• Associação de Jovens Anglicanos Barbados (2)</li> <li>• Conferência dos Adventistas do Sétimo Dia do Caribe Oriental</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado Monchy</li> <li>• Programa de Orientação Educativa e Profissional dos Institutos do Nível Médio Direção Geral de Planejamento e Reforma Educacional</li> <li>• Observadores:</li> <li>• Educação e desenvolvimento de recursos humanos da USAID/CARIBE</li> </ul>
<b>Órgão Governamental: Governo</b>	<b>Educação: Instituições</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ministério das Finanças, Política, Pesquisa e Planejamento Trinidad</li> <li>• Deputada Rio Guadalquivir- México</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Centro de Formação de Monitoras para os Centros de Formação Rural</li> </ul>
	<b>Grupo político</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Movimento New Jewel (Novo esforço unido para o bem-estar, educação e libertação)</li> </ul>
<b>Órgão governamental: Juventude</b>	<b>Órgão governamental: Trabalho</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ministério da Juventude e Esportes</li> <li>• National Youth Corps Guyana National Service</li> <li>• Comissão Governamental da Juventude</li> <li>• Secretaria Nacional da Juventude (2)</li> <li>• Observadores:</li> <li>• Centro Caribenho do Programa Juvenil da Commonwealth</li> <li>• Federação de Desenvolvimento Comunitário de Jovens</li> <li>• Conselho Juvenil de Barbados (2)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ministério do Trabalho e Serviços Comunitários</li> <li>• Observadores:</li> <li>• Consultor da Organização dos Estados Americanos para o Ministério do Trabalho de Barbados</li> </ul>
	<b>UNESCO</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Comissão Cubana da Unesco</li> <li>• Observadores:</li> <li>• Secretaria de Unesco (5)</li> </ul>

**Fonte:** (UNESCO, 1981). Nuevos enfoques sobre la juventud rural y el desarrollo en América Latina y el Caribe.

### 2.5.5 Conclusões

Finalmente, ocorreu o encontro dos países árabes, organizado na Tunísia em 1981, com o tema “Juventude, urbanização e cultura na região árabe.” Foram discutidos os problemas dos jovens fora do ambiente urbano e o papel que eles podem desempenhar no desenvolvimento cultural. Participaram 27 pessoas, incluindo 2 mulheres, de 14 países, além dos integrantes da Organização de Libertação da Palestina e observadores e representantes da Liga dos Estados Árabes, assim como 4 membros de agências especializadas do sistema das Nações Unidas. Não foi possível encontrar um documento específico para complementar as informações dessa reunião. Em relação às instituições de origem dos participantes dos diferentes encontros, estes

foram organizados de acordo com a sua finalidade, como pode ser observado na tabela 1. Para apresentar de maneira mais clara as diferentes agências governamentais e não governamentais, foram estabelecidas as seguintes categorias e subcategorias: Associações Juvenis, Organização Cultural, Educação, Grupos políticos, Instituição governamental, ONGs, Sindicatos, ONU e UNESCO.

Tabela 1 - Origem Instituições dos participantes aos Encontros da Unesco

Categorias	EUROPA		ÁSIA		ÁFRICA		AMÉRICA L.	
	Part.	Obs.	Part.	Obs.	Part.	Obs.	Part.	Obs.
Associações Juventude	6	1	7	4	7	2	8	1
Associação Juventude: <i>Grupo Religioso</i>	4	1	4		2	1	1	4
Organização Cultural		1						
Educação: <i>Instituições</i>	8		2	4	2		1	
Educação: <i>Professor</i>	4		2	2	3		1	
Educação: <i>Programas</i>	1	1	1	2		2	2	1
Grupo Político	1						1	
Órgão governamental: <i>Educação</i>			3				7	
Órgão governamental: <i>Cultura</i>	1	1	1					
Órgão governamental: <i>Juventude</i>	6	2	8	1	13	2	5	4
Órgão governamental: <i>Trabalho</i>	2						1	1
Órgão governamental: <i>Governo</i>	1	6	2	3			2	
ONG: Juventude	1				1			
Sindicatos:	2	1			1			
Organização Internacional			2	5	2	3	5	1
UNESCO		7	1		1	10	1	5
ONU	1	2				4		7
Intérpretes		5				3		4
<b>Total</b>	<b>38</b>	<b>28</b>	<b>33</b>	<b>21</b>	<b>32</b>	<b>27</b>	<b>35</b>	<b>28</b>
Part.: Participantes Obs.: Observadores								

Fonte: Elaboração própria. (UNESCO, 1979b, 1979a, 1981, 1982).

A respeito das agências representadas pelos diferentes participantes nas reuniões regionais, é possível identificar aspectos como: na Europa, as categorias mais representativas foram as associações juvenis, com destaque para a participação das associações e movimentos de Guias e Escoteiros, além da União Internacional de Estudantes. Logo em seguida, temos a subcategoria de grupos religiosos, incluindo as associações juvenis cristãs e católicas. Posteriormente, encontramos a categoria de Educação: Instituições, com destaque para a delegação dos centros de pesquisa e o centro de Lazer e Educação, entre outros.

Na subcategoria de professores, foram identificados 4 professores, sendo especificado que 2 deles são da área de sociologia. Na Categoria de Órgãos Governamentais, o maior número de participantes veio da subcategoria Juventude, representando conselhos, secretarias,

comissões e um observador de um Ministério da Juventude. Por último, houve representantes das áreas de cultura, trabalho e sindicatos cristãos e livres.

No contexto asiático, também se verificou a presença de associações juvenis, como a associação popular, o movimento de Guias e Escoteiros e a União Internacional de Estudantes. De forma semelhante, na subcategoria de grupos religiosos, constatou-se a atuação de associações juvenis cristãs, católicas e mulheres jovens cristãs. Outra categoria com maior participação foi a de Órgãos Governamentais: Juventude, representando conselhos, Secretarias de Juventude, programas juvenis e o Ministério da Juventude. Na subcategoria de organizações governamentais ligadas à educação, foram observadas ações dos Ministérios da Educação.

Na África, as agências com maior presença foram as associações juvenis, sendo destacada a presença de observadores dos representantes dos encontros regionais da Europa e Ásia. A associação e movimento de Guias e Escoteiros também tiveram representação significativa. A subcategoria com mais representantes foi a de Órgãos Governamentais: Juventude, envolvendo comissões, secretarias e Ministérios da Juventude.

Na América Latina, também houve um número substancial de participantes através das associações de juventude, com destaque para o movimento geral da juventude, a Federação Mundial da Juventude Democrática e a Associação Mundial de Guias e Escoteiras. Dentro da subcategoria de grupos religiosos, observadores de diversos grupos de jovens cristãos estiveram presentes. Na categoria de organizações governamentais ligadas à educação, 7 Ministérios da Educação enviaram delegados. Na subcategoria Juventude, membros das comissões, secretarias e o Ministério da Juventude participaram.

Em resumo, nos quatro encontros estiveram presentes representantes da Federação Mundial da Juventude Democrática (FMJD) e da Associação Mundial de Guias e Escoteiras. A Federação Mundial da Juventude Católica participou em três encontros, exceto na América Latina. Da mesma forma, a Liga das Sociedades da Cruz Vermelha não teve representantes na reunião europeia. Os sindicatos estiveram presentes em todas as reuniões, exceto na Ásia. Duas das reuniões, Europa e Ásia, contaram com a presença da União Internacional de Estudantes. No encontro da Europa e América Latina, membros da União Internacional da Juventude Socialista atuaram. Na reunião da Europa e da Ásia, foi constatada a presença de representantes da área cultural. Ásia e América Latina tiveram representação dos Ministérios da Educação em seus encontros.

Quanto às reuniões da África e América Latina, não houve representantes das Universidades. Os professores que participaram dos encontros regionais eram sociólogos, antropólogos, filósofos e escritores. Europa e América Latina tiveram representantes do Grupo

Democrata-Cristão e do Movimento *New Jewel*, respectivamente. A África foi o continente com maior número de membros dos Ministérios da Juventude (11). A Ásia e a América Latina contaram com um delegado de um Ministério da Juventude cada, enquanto a Europa teve apenas um observador nesse contexto. As informações sobre as organizações que participaram dos encontros estão nos respectivos quadros.

## 2.6 A MESA REDONDA COSTINESTI

Este encontro teve três objetivos: analisar os resultados de encontros anteriores, revisar as questões relacionadas à juventude global e lançar perspectivas para 1985, o Ano Internacional da Juventude. Além disso, visou criar recomendações para políticas de juventude, em especial na América Latina, em colaboração com o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (CEPAL) e outras agências regionais, como o Centro Juvenil da América Latina (García; Liguori, 2015; UNESCO, 1984).

A conferência abordou os desafios do mundo, incluindo conflitos e a corrida armamentista, que impactaram negativamente a juventude. Reconheceu que os jovens enfrentam desvantagens devido à violência em várias áreas, incluindo economia, cultura, liberdades e direitos humanos. As condições de vida precárias enfrentadas pelos jovens em diferentes países afetam sua motivação e vão contra seu papel como força regenerativa da humanidade. A juventude desempenha um papel fundamental no desenvolvimento, e a cooperação internacional baseada na igualdade e justiça entre as nações é crucial.

Para promover o direito dos jovens de criar suas próprias instituições e torná-los visíveis, organizações supranacionais devem sugerir a formação de entidades juvenis onde atualmente não existem. A cooperação internacional foi identificada como uma estratégia para melhorar o futuro dos jovens. Isso levou à proclamação de 1985 como o Ano Internacional da Juventude, à formação do Comitê Consultivo Intergovernamental das Nações Unidas e ao lançamento de um Plano de Ação Mundial. Essas ações passaram da retórica dos discursos para medidas concretas com base em programas bem-sucedidos em alguns países.

Na Mesa Redonda de Costinesti, os principais objetivos incluíram a divulgação das atividades da UNESCO relacionadas à juventude, com foco nos resultados das reuniões regionais entre 1977 e 1981. Além disso, buscou-se criar um espaço para discutir o programa da UNESCO e suas atividades de pesquisa juvenil, aprofundando temas relacionados ao Ano Internacional da Juventude: Participação, Desenvolvimento e Paz. Isso se baseou nos principais aspectos abordados nas reuniões regionais. A mesa redonda também promoveu a troca de

opiniões, resultando em sugestões e recomendações, especialmente nas áreas de educação, ciência e cultura, e na preparação do Programa e Orçamento para 1984-1985 (UNESCO, 1985).

Na Mesa Redonda de Costinesti, três temas foram discutidos. O primeiro abordou o papel dos jovens na promoção da paz, compreensão mútua e respeito entre povos e nações, particularmente relevante em um contexto de conflitos globais e ameaças nucleares. Por exemplo, destaca-se a intervenção do representante da Iugoslávia, Furio Radin, que “deliberadamente escolheu falar em capacidade pessoal e esclareceu que tentaria abordar o problema sob a perspectiva dos princípios do idealismo humanista” (UNESCO, 1985, p. 20, tradução nossa). Seu argumento demonstra que, embora os jovens acreditem em valores e princípios, eles também expressam desconfiança em relação às instituições oficiais encarregadas de concretizar esses valores, criando assim um clima de prevenção por parte dos jovens que enfrentam o mundo dos adultos envolvido na política e na paz.

Portanto, falar sobre a juventude em contextos de guerra geralmente implica que os jovens são frequentemente afetados por conflitos, não como instigadores, mas como vítimas. Isso nos leva a entender a juventude não apenas através de explicações acadêmicas, mas também sob a perspectiva de Erich Fromm, que define a juventude como alguém cujo foco é “ser” em vez de “ter” (UNESCO, 1985, p. 21, tradução nossa). Essa abordagem ajuda a compreender a essência da juventude, transcendendo diferenças sociais e culturais.

Realisticamente, vivemos em um estado constante de conflito, já que o conflito é uma parte intrínseca da natureza humana e não pode ser ignorado. Portanto, é crucial reconhecer todas as formas de violência, pois essa questão pode afetar negativamente os esforços relacionados à educação, cultura e lazer. No entanto, ao discutir a juventude, é importante evitar generalizações excessivas, pois os jovens respondem a processos culturais diversos.

A juventude representa o futuro, mas suas oportunidades muitas vezes são limitadas, já que a transição para a idade adulta e o envolvimento nas decisões sociais, econômicas e culturais são desafios complexos. Nesse contexto, as organizações de jovens desempenham um papel crucial ao promover a cooperação e o entendimento mútuo em busca da paz. A participação dos jovens em debates que levam em consideração suas perspectivas, especialmente na formulação de programas educacionais, é fundamental para esse processo.

Furio Radin<sup>11</sup> (1950-) é um político croata que representa a minoria nacional italiana no Parlamento croata desde 1992. Ele preside o Comitê de Direitos Humanos e Direitos

---

<sup>11</sup> Disponível em: <https://www.revolvy.com/page/Furio-Radin> . <https://www.biografija.com/furio-radin/>  
<https://www.sabor.hr/en/members-parliament/radin-furio-9-term> Acesso em 21/12/2019.

Minoritários do Parlamento desde 2000. Radin é formado em Psicologia pela Faculdade de Humanidades e Ciências Sociais de Zagreb e possui um doutorado na mesma área. Antes de sua carreira política, ele foi membro ativo da União das Juventudes Socialistas da Iugoslávia e liderou atividades científicas juvenis. Radin é casado com Helena Štimac Radin, diretora do Gabinete para a Igualdade de Gênero do Governo da República da Croácia e membro do HSLS (Partido Social Liberal Croata). Juntos, eles colaboraram em pesquisas no Instituto de Pesquisas Sociais e coescreveram o livro “Juventude: um problema ou um recurso.” Radin é um membro ativo do parlamento desde 1992 e ocupou várias funções importantes.

O segundo tópico abordado na Mesa Redonda discutiu o papel dos jovens no desenvolvimento. Conforme a UNESCO, o desenvolvimento deve ser equilibrado, abrangendo todas as esferas da vida social e buscando equidade, eliminando qualquer tipo de desigualdade social, sexual, étnica ou segregação que afete a juventude. Além disso, o desenvolvimento deve ser endógeno, permitindo a manifestação das expressões culturais e mantendo o equilíbrio entre a preservação do original e a abertura a inovações (UNESCO, 1985).

Ao analisar o papel da juventude no desenvolvimento, o representante da Nigéria, Herbert Onitiri, destaca a importância desse tópico, uma vez que o papel da juventude está intrinsecamente ligado “com o que pode desempenhar na busca da paz, liberdade e justiça e esse desenvolvimento é condição *sine qua non* da paz.” (UNESCO, 1985, p. 26).

Foi questionada a situação da população jovem, reconhecendo que as desigualdades, o êxodo rural e as necessidades econômicas e sociais em diferentes países tiveram pouca redução. Embora não se pretenda subestimar o trabalho de organizações internacionais ou centros de pesquisa universitários, muitas vezes seus esforços resultam em exercícios teóricos que não se traduzem diretamente em melhorias reais. Isso destaca a necessidade de estabelecer estratégias de desenvolvimento autênticas.

Nesse contexto, a educação e a participação são fundamentais para transformar ideais em realidade. Uma questão foi levantada sobre o papel das autoridades monetárias internacionais, especialmente o Fundo Monetário Internacional, que frequentemente influenciam as políticas nacionais, percebidas como uma forma de dominação por aqueles com recursos financeiros. Os países em desenvolvimento devem reconhecer a importância de encontrar soluções para seus problemas sem depender exclusivamente da ajuda internacional. No entanto, isso não deve levar ao isolamento, mas sim a uma busca por autonomia, sem negligenciar a interdependência. Um programa de desenvolvimento é eficaz quando envolve os jovens como um fator significativo no desenvolvimento social, reconhecendo-os não apenas como futuros cidadãos, mas como participantes ativos.

Herbert Maurice Adebola Onitiri<sup>12</sup> (1928-2016), professor de economia e pesquisador sênior, desempenhou um papel significativo no debate sobre estratégias de comércio justo e relações econômicas entre países desenvolvidos do Norte e países em desenvolvimento do Sul. Ele atuou como consultor da Comissão das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), da ONU, e da Comunidade das Nações. Além disso, foi o primeiro diretor executivo do Instituto Nigeriano de Pesquisa Econômica e Social (NISER) e contribuiu para o Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais na África (CODESRIA), uma organização pan-africana de pesquisa com sede em Dakar, Senegal. Ele preparou o plano econômico para a transição do Zimbábue de um regime de apartheid para uma nação viável e independente e se tornou o primeiro Representante das Nações Unidas no novo país.

O terceiro tópico da Mesa Redonda discutiu a participação dos jovens na sociedade. Foi destacado que, nesse período, os jovens são frequentemente vistos como distantes das questões sociais, resultando em baixa participação. Kenneth Keniston, representante dos Estados Unidos, abordou esse tema e destaca que “Somente após da Segunda Guerra Mundial os movimentos de juventudes se desenvolveram até obter - como atualmente sabemos - proclamar e reivindicar sua autonomia e, em muitos casos, modificar a política de seus países” (UNESCO, 1985, p. 29, tradução nossa).

Nesse sentido, três causas explicam a apatia dos jovens em relação à sociedade. A primeira está ligada à educação, que pode prolongar sua transição para a vida adulta, mantendo-os afastados da força de trabalho. Uma segunda causa é econômica: o desemprego resultante de trabalhos não qualificados os isola ainda mais. A terceira envolve sua relação com a mídia contemporânea, que frequentemente difere das experiências de suas famílias, o que pode afetar seu envolvimento. Ao mesmo tempo, a juventude é vista como uma fase de autodescoberta, construção de identidade e busca em um mundo em constante mudança, o que torna sua integração na sociedade mais desafiadora (UNESCO, 1985).

No entanto, os jovens também são um grupo sociológico capaz de expressar o “não” e lembrar os adultos de promessas não cumpridas. Isso mobiliza outras gerações a abraçar causas negligenciadas. Essa capacidade de agir frequentemente é mal compreendida pelos adultos devido a ambiguidades na aceitação da continuidade da sociedade e na disposição de transformá-la.

---

<sup>12</sup> Disponível em: <https://www.independent.ng/professor-herbert-maurice-adebola-onitiri-life-strides-of-socio-economic-titan/> Acesso em 21/12/2019.

Muitas vezes, os adultos se sentem desconfortáveis com a participação dos jovens, permitindo apenas uma contribuição indireta. Além disso, alguns jovens que protestam por paz e desarmamento eram rotulados como suspeitos e até tratados como criminosos. Governos frequentemente tentam controlar a energia dinâmica da juventude, que é temida. Segundo Keniston, quatro grupos distintos de jovens podem ser identificados na sociedade da época: os inicialmente alienados, marginalizados, delinquentes ou apáticos; os conformistas; os dissidentes, que lideram movimentos revolucionários; e os jovens que podem contribuir ativamente para mudanças na sociedade. Mobilizar e incentivar esse último grupo a investir no desenvolvimento de seus contextos e abraçar várias causas é um desafio importante.

Kenneth Keniston<sup>13</sup> (1930-), psicólogo social americano, educado no Colégio Nacional de Buenos Aires, formou-se magna cum laude pelo Harvard College. Sua pesquisa concentra-se na interseção entre tecnologia, personalidade e cultura. Isso inclui estudos sobre educação e carreiras em engenharia nos EUA e na França, bem como o financiamento e a organização da pesquisa científica e de engenharia em universidades americanas. Nos últimos anos, sua pesquisa tem se concentrado principalmente na tecnologia da informação e desenvolvimento na Índia.

A Mesa Redonda gerou discussões contrastantes sobre a juventude, explorando perspectivas futuras em que a paz e a guerra desempenham papéis significativos no desenvolvimento dos jovens e seus contextos. Apesar de enfrentar obstáculos, a esperança de um futuro melhor para a juventude sempre esteve presente. Além disso, a participação dos jovens destacou a necessidade de estratégias para expandir oportunidades educacionais e de emprego. Um outro ponto discutido envolveu a noção de uma juventude apática e conformista, que foi desafiada, evidenciando sua diversidade e propensão à agressividade, muitas vezes relacionada às condições socioeconômicas e políticas regionais. Outros tópicos abordados na reunião em Costinesti incluíram os principais problemas enfrentados pelos jovens, abrangendo áreas como desenvolvimento, emprego, educação, cultura, família, igualdade de gênero, moradia e comunicação. A abordagem visava identificar elementos comuns e evitar posições fatalistas.

Embora os desafios enfrentados pela juventude tenham dimensões sociais globais, eles se manifestam de maneira específica, dependendo da experiência dos jovens. Alguns jovens podem demonstrar instabilidade e vulnerabilidade, enquanto outros exibem sensibilidade, abertura à novidade e habilidades analíticas para compreender fenômenos sociais complexos.

---

<sup>13</sup> Disponível em: <http://web.mit.edu/kken/Public/FILES/bio.htm> Acesso em 21/12/2019.

As reflexões resultaram na apresentação dos aspectos mais relevantes de cada área problemática.

Em relação ao tema do desenvolvimento, as regiões caracterizadas pelo subdesenvolvimento desempenham um papel crucial. É fundamental estabelecer uma nova ordem econômica internacional que aproveite os recursos gerados pelo progresso tecnológico, com o potencial de superar a divisão do trabalho e as desigualdades. O subdesenvolvimento não é apenas uma falta de progresso; é uma consequência de uma estrutura econômica internacional injusta que o mantém e perpetua. Para mobilizar a juventude, tanto urbana quanto rural, para contribuir para o desenvolvimento, é essencial que a maioria dos jovens perceba os benefícios desses projetos. Além disso, é crucial convidá-los a participar ativamente e de maneira criativa nesse processo (UNESCO, 1985).

O desemprego entre os jovens é um dos problemas mais graves que afetam essa faixa etária, representando a maioria do desemprego total em termos globais, o que pode ser denominado o Desafio do Emprego Jovem. Além disso, há desafios adicionais, como a falta de qualificações adequadas e a discrepância entre os empregos disponíveis e as aspirações e habilidades dos jovens, o que torna o fenômeno do desemprego complexo. É importante notar que durante o encontro europeu, foi observada uma realidade distinta nos países socialistas. Eles conseguiram garantir o pleno emprego e aumentar a produtividade do trabalho, aspectos que se mostraram exclusivos e complementares. Embora alguns desses países tenham enfrentado escassez de mão-de-obra, houve setores com alta demanda por trabalhadores (UNESCO, 1985).

De acordo com o relatório da Federação Mundial de Sindicatos, foram apresentadas soluções para lidar com os desafios decorrentes da modernização, reorganização e radicalização da economia em benefício dos trabalhadores:

A economia está a serviço da sociedade como um todo, que tem controle total do sistema, e é esse fato que nos permite usar descobertas científicas e tecnológicas e planejar a economia de maneira racional. Não é simples nem fácil de fazer, porque tem mais no socialismo do que isso, mas é um primeiro passo importante (UNESCO, 1979a, p. 111, tradução nossa).

Enfatizou-se a necessidade de assegurar o direito contínuo ao trabalho. Nos países socialistas, o emprego foi abordado com foco na qualidade em vez de na quantidade. Os jovens foram incentivados a participar nos sindicatos e foram criados comitês de jovens nos órgãos governamentais sindicais. O Movimento Sindical desempenhou um papel importante em resolver os desafios da juventude e em alinhar as necessidades individuais com as demandas sociais (UNESCO, 1979a).

Um outro aspecto refere-se ao ambiente em que vivem os jovens. Nesse cenário, a característica principal é a vida precária de milhões de jovens, tanto em áreas rurais quanto urbanas. Muitos vivem em bairros resultantes de urbanização desordenada ou orientada pelo lucro, nos quais a falta de serviços é evidente. Como resultado, jovens trabalhadores frequentemente aceitam habitações precárias, o que afeta negativamente a saúde, segurança e higiene (UNESCO, 1985).

O papel da educação, um dos tópicos analisados, esteve presente como uma constante em todas as reuniões regionais. A contradição entre as aspirações dos jovens e os sistemas educacionais predominantes foi um ponto recorrente. Na Europa, a crise econômica afetou o financiamento da educação e dificultou o acesso ao ensino superior, resultando em níveis de escolaridade mais elevados, mas sistemas considerados elitistas. Na América Latina e no Caribe, o foco estava nas disparidades no conteúdo educacional. Muitas vezes, o sistema educativo não promovia a consciência crítica nem incentivava mudanças, mantendo o “status quo.” Na reunião africana, houve críticas ao sistema educativo herdado do período colonial, que substituiu a educação tradicional e era caracterizado por elitismo e individualismo.

Ficou claro em todas as reuniões que a educação estava desconectada da realidade e das perspectivas de emprego futuro. Ela não era motivadora nem encorajava a participação dos alunos, nem estabelecia conexões entre os estudos e o trabalho. Essa lacuna era ainda mais acentuada em áreas rurais, onde a falta de instalações educacionais e de alternativas de educação informal agravava a situação. Era urgente uma reforma educacional orientada pelas necessidades e aspirações dos jovens. As mudanças nos sistemas educativos deveriam ser implementadas por meio de programas de alfabetização adaptados às condições locais e do estabelecimento de sistemas educacionais não elitistas. Além disso, era necessário reforçar os orçamentos para atender às necessidades reais dos países, com a participação ativa de educadores e alunos. (UNESCO, 1985).

O impacto cultural também é considerado, uma vez que os desafios culturais afetam os jovens de maneiras diversas. Em países em desenvolvimento, esses desafios frequentemente se manifestam como conflitos entre tradição e modernidade. Os jovens podem ver a modernização como uma imposição externa de elementos culturais que resulta em relações de dominação e dependência socioeconômica, em vez de um desenvolvimento positivo.

Além disso, a influência da família aparece como outro dos temas considerados. Para os jovens, as questões culturais estão estreitamente ligadas à instituição familiar, especialmente em regiões como a Ásia, África e os Estados Árabes, onde as famílias tradicionais são numerosas e possuem extensas redes de parentesco que historicamente desempenharam um

papel crucial na socialização dos jovens. As análises destacam que os processos de urbanização e industrialização tiveram um impacto significativo nas relações entre os jovens e suas famílias. Os participantes das reuniões expressaram grande preocupação com a confusão de valores resultante dessas mudanças e as possíveis consequências de desintegração social e moral que isso poderia acarretar para a juventude (UNESCO, 1985).

Também, o Papel da Mulher, embora não tenha sido tratado exaustivamente, foi unanimemente reconhecido que os desafios enfrentados pelas jovens deveriam ser abordados seriamente em todos os aspectos. As mulheres jovens em todas as regiões se destacaram como o grupo majoritário nas estatísticas de desemprego, desqualificação e baixos salários. Além disso, elas enfrentavam uma exploração mais intensa e eram frequentemente excluídas das responsabilidades socio-políticas. Em certas regiões, essa situação era agravada por concepções sociais e históricas que subordinavam as mulheres aos homens, manifestando-se por meio de atitudes de “machismo” e formas mais severas de dominação. O Desafio da Comunicação

Finalmente, o problema de comunicação estava relacionado à escassez de intercâmbio entre os jovens e à ausência de canais de informação direcionados “para” os jovens e gerenciados “por” eles. A principal característica desse problema era a falta de informações sobre as questões que afetam a juventude, dificultando a troca de experiências entre os jovens e enfrentando obstáculos na divulgação de suas reflexões e propostas através dos meios de comunicação de massa. Frequentemente, esses meios não davam a devida importância à juventude, apresentando uma visão caricatural e negativa desse público (UNESCO, 1985).

## 2.7 UM OLHAR PARA O FUTURO

Na reunião, reconheceu-se a dinâmica da questão da juventude, ressaltando que a abordagem de tópicos específicos não deveria negligenciar outros problemas que afetam os jovens. Foram apontadas deficiências nos estudos sobre os jovens, incluindo categorias analíticas inadequadas. Esses problemas devem ser compreendidos em seus contextos históricos, econômicos, antropológicos e linguísticos.

Apesar de não abordar todas as complexidades da realidade dos jovens da época, a análise global foi realizada para discutir seus direitos e aspirações, bem como formas de garantir esses direitos. Os encontros serviriam como base para direcionar atividades voltadas para a juventude, abordando questões econômicas, sociais, políticas e culturais. As discussões também destacaram a demanda por mudanças estruturais na sociedade, visando à justiça, solidariedade,

redução de desigualdades, distribuição de riqueza, erradicação do desemprego, exploração, analfabetismo e miséria.

A participação dos jovens foi considerada crucial para resolver os problemas que os afetam. Eles buscam soluções e valorizam organizações juvenis, com governos responsáveis por alocar recursos para atender às demandas da juventude, evitando abordagens burocráticas, conforme orientado pela UNESCO em 1985. A Mesa Redonda contou com a participação de representantes de trinta e três países da América Latina, Europa, Ásia e África, além de observadores de várias organizações intergovernamentais, governamentais e não-governamentais, incluindo a UNESCO e a ONU (detalhes na Tabela 2).

Tabela 2 - Origem Instituições dos participantes aos Encontros da Unesco

<b>Instituições</b>	<b>Participante</b>	<b>Observador</b>
Associações Juvenis	7	3
Associação Juventude: Grupo Religioso	2	
Educação: Instituições	4	
Educação: Professor	2	2
Instituição governamental: Educação	3	1
Instituição governamental: Cultura		
Instituição governamental: Juventude	14	11
Instituição governamental: Governo	2	4
Organização Internacional	2	6
UNESCO		12
ONU	1	3
Intérpretes		11
Jornalistas		12
	<b>37</b>	<b>65</b>

**Fonte:** Elaboração Própria. (UNESCO, 1985). *Hacia el Año Internacional de la Juventud*.

Na Mesa Redonda de Costinesti, é importante ressaltar que foram abordados diversos temas relacionados à paz, ao desenvolvimento, à participação, bem como tópicos de pesquisa, educação e organizações juvenis. Também houve foco na necessidade de reconhecer as ideias proeminentes relacionadas à juventude na década de 1980. Esse período destacou a representação dos jovens como um reflexo do contexto histórico, enfatizando singularidades e homogeneidades que ignoram as diferenças.

No que se refere aos participantes, é válido mencionar que apenas quatro indivíduos estiveram presentes em um dos encontros regionais e na Mesa Redonda de Costinesti. Um deles foi o sociólogo argentino Ricardo Dominice, que participou do encontro regional da América

Latina e da própria Mesa Redonda. Além disso, ele ocupou o cargo de Secretário Geral do Movimento Internacional de Jovens e Estudantes sobre Assuntos das Nações Unidas (ISMUN).

Outro participante foi Thomas Forstenzer, professor de história na Rutgers University e consultor da UNESCO. Ele é autor dos livros “A Juventude nos Anos 1980”, “Polícia Provincial Francesa e a Queda da Segunda República: Medo Social e Contrarrevolução, 1981.” Forstenzer atuou como palestrante no encontro regional da Europa e como observador na reunião da África, representando o Encontro Regional de Jovens da Europa. O terceiro participante presente em dois dos encontros foi Roberto Ruffino. Ele atuou como observador no encontro regional da África, representando a Federação Europeia para a Aprendizagem Intercultural (EFIL). Além disso, ele desempenhou o papel de assistente principal na Mesa Redonda de Costinesti na qualidade de diretor da EFIL. Ruffino ocupou a posição de secretário-geral da EFIL de 1967 até 2016 e recebeu um doutorado honorário da Universidade de Pádua por seu trabalho intercultural, assim como o “Prêmio Interculturalista Sênior” da Sociedade para a Educação Intercultural, Treinamento e Pesquisa (SIETAR).

O quarto representante foi Helmut Weyers, que também atuou como observador na reunião da África e na Mesa Redonda. Ele representou o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, ocupando o cargo de Gerente Sênior do Serviço de Desenvolvimento Doméstico (DDS) e Programas Juvenis. Por último, tivemos os observadores da Divisão de Juventude da UNESCO: Françoise Duros, Arthur Gillette e Pierluigi Vagliani. Eles participaram de todas as reuniões como representantes desta organização. Além disso, as representações da juventude em relação aos adultos foram discutidas. Reconheceu-se que a experiência juvenil difere conforme o gênero, sendo que os estudos da época frequentemente focavam no sexo masculino. A violência também era mais presente entre os jovens, em comparação com as questões relacionadas à paz. As lacunas na pesquisa sobre juventude eram evidentes, devido à falta de compartilhamento de experiências entre as diferentes regiões.

Da mesma forma, ocorreram deficiências na comunicação e cooperação entre as organizações juvenis. No entanto, esses foram aspectos recomendados para estudo e aprofundamento, visando a preparação e fortalecimento das atividades planejadas para o Ano Internacional da Juventude (UNESCO, 1985). Outro ponto abordado nessa reunião foi a questão do emprego e os desafios que os jovens enfrentavam. A UNESCO e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) uniram esforços para oferecer alternativas que aprofundassem as ações visando à proteção, treinamento e promoção dos jovens trabalhadores, além de combater o desemprego e a falta de correspondência entre educação e emprego, considerando as necessidades e aspirações da juventude.

Com a celebração do Ano Internacional da Juventude, houve uma oportunidade para abordar a questão da juventude em diversos campos. Isso levou à criação de espaços para discussão de políticas e estabelecimento de áreas governamentais voltadas ao apoio à juventude. Nesse contexto, surgiu a opção nas Nações Unidas de considerar a criação de uma instituição internacional para coordenar pesquisas científicas sobre a juventude. Para a região Ibero-Americana, essa instituição tomou forma na Organização Ibero-Americana da Juventude – OIJ (Balardini, 2004; UNESCO, 1984, 1985).

Quadro 12 - Agências que participaram da Mesa Redonda Costinesti

<b>Associação Juventude</b>	<b>Associação Juventude: Grupo Religioso</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Comitê Central da União da Juventude Comunista (2)</li> <li>• Comitê de Coordenação de Serviço Voluntário Internacional (CCSVI)</li> <li>• Comitê de organizações juvenis</li> <li>• Movimento Internacional de Jovens e Estudantes das Nações Unidas (ISMUN)</li> <li>• Movimento Juvenil Pan-Africano</li> <li>• Movimento Popular da Revolução</li> <li>• Observadores:</li> <li>• Centro Europeu da Juventude, Conselho da Europa</li> <li>• Projeto Oregon Youth Work Alliance BP a27</li> <li>• Associação Internacional de Magistrados de Jovens e Família (AIMJF)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Movimento Internacional de Estudantes Católicos</li> <li>• União Internacional de Jovens Democratas Cristãos</li> </ul>
	<b>Educação: Instituições</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Instituto Francês da África Negra (IFAN)</li> <li>• Instituto de Pesquisa Social da Universidade de Zagreb.</li> <li>• Faculdade de Letras e Ciências Humanas da Universidade de Dakar</li> </ul>
	<b>Educação: Professor</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Professor de Desenvolvimento Humano Instituto de Tecnologia de Massachusetts</li> <li>• Professor, artista italiano</li> <li>• Professor, Departamento de Psicologia e Ciências da Educação</li> <li>• Observadores:</li> <li>• Professor Academy “Stefan Gheorgiu”</li> <li>• Escritor da Associação “Romênia”</li> </ul>
<b>Órgão governamental: Juventude</b>	<b>Órgão governamental: educação</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Centro de Pesquisa Juvenil (2)</li> <li>• Chefe do Departamento Internacional do Conselho de Assuntos Juvenis do Conselho de Ministério da RDA da Alemanha</li> <li>• Comissão de Pesquisa Social sobre Juventude Cuba</li> <li>• Comitê Juvenil do Departamento de Estado Internacional</li> <li>• Conselho Estadual de Jovens</li> <li>• Diretor de Juventude, Esportes, Bem-estar e Cultura</li> <li>• Instituto de Estudos da Juventude Bulgária</li> <li>• Ministério da Juventude (4)</li> <li>• Programa CEESTEM Juventude e Desenvolvimento</li> <li>• Serviços Juvenis Nacionais</li> <li>• Observadores:</li> <li>• Conselho Juvenil dos Estados Unidos (USYC)</li> <li>• Relações externas e JMPR</li> <li>• Centro de Pesquisa Juvenil da Romênia (9)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ministério da Educação e Cultura (3)</li> <li>• Observadores:</li> <li>• Conselho Internacional de Esporte e Educação Física C.C.F.S.</li> </ul>
	<b>Órgão Governamental: Governo</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Militar Índia</li> <li>• Poeta, Diplomata</li> <li>• Observadores:</li> <li>• Agência Cooperativa Cultural e Técnica</li> <li>• Divisão de Assuntos Sociais e Trabalho</li> <li>• Ministério de Relações Exteriores Romênia</li> </ul>
<b>Organização Internacional</b>	<b>ONU</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Escritório de Planejamento e Coordenação OISCA-International</li> <li>• Observadores:</li> <li>• Liga das Sociedades da Cruz Vermelha</li> <li>• Federação Internacional de Correspondência e Organizações de Intercâmbio Escolar (FIOCES)</li> <li>• Federação Internacional de Jovens Musicais</li> <li>• EFIL Federação Europeia para a Aprendizagem Intercultural</li> <li>• Aliança Cooperativa Internacional (AIC) CENTROCOOP</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento</li> <li>• Observadores:</li> <li>• Centro para o Desenvolvimento Social e Assuntos Humanitários do Centro Internacional de Viena</li> <li>• Centro de Desenvolvimento Social e Assuntos Humanitários Centro Internacional de Viena</li> <li>• Programa de Desenvolvimento das Nações</li> </ul>

Jornalistas	Unidas para DDS e Programas Juvenis • Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
Observadores: • Jornalista: Correspondente Agerpres • Jornalista: Le Monde, Paris • Jornalista: Novosti • Jornalista: RTV, Bucareste (5) • Jornalista: Scinteia Tineretului (2) • Jornalista: serviço de inter-imprensa, Bureau parisien • Jornalista: The Guardian, Londres	<b>UNESCO</b> Observadores: • Comissão Nacional para a Unesco Secretário-geral da Romênia • Divisão Juvenil (5) • Intérpretes da Unesco (5) • Setor de Ciências Sociais e suas Aplicações, • Federação Mundial de Clubes e Associações da UNESCO

**Fonte:** (UNESCO, 1985) *Hacia el Año Internacional de la Juventud*.

## 2.8 ANO DA JUVENTUDE NA AMÉRICA LATINA

No âmbito da preparação e celebração do Ano Internacional da Juventude, destaca-se o Encontro Regional Latino-Americano realizado em San José, Costa Rica, em outubro de 1983. Convocado pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e liderado pela Secretaria do Ano Internacional da Juventude, vinculada ao Centro das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social e Assuntos Humanitários (CDSAH), o evento visava promover a participação regional conforme o Programa de Medidas e Atividades Concretas do AIJ.

O encontro reuniu diversas entidades intergovernamentais, organizações não-governamentais e representantes de agências especializadas da ONU, incluindo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Organização para a Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO), a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), a Organização Mundial da Saúde/Organização Pan-Americana da Saúde (OMS/OPAS), o CDSAH, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquent (ILANUD), o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e a Universidade das Nações Unidas (UNU).

Neste contexto, representantes de diversos Estados membros da Comissão, como Argentina, Barbados, Brasil, Canadá, Costa Rica, Cuba, Chile, Equador, El Salvador, Espanha, Estados Unidos, França, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Holanda, Panamá, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela, participaram da reunião, juntamente com Estados associados, incluindo as Antilhas Holandesas. Observadores da Romênia e da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) também estiveram presentes (CEPAL, 1984).

O propósito da celebração do Ano Internacional da Juventude na América Latina era obter uma resposta positiva e vigorosa, considerando a região como jovem e com jovens desempenhando um papel crucial em todas as esferas da sociedade, incluindo a integração da força de trabalho. A juventude não apenas refletia os valores da sociedade e da civilização, mas também abrigava novos valores sociais e movimentos idealistas relacionados à paz, liberdade, democracia e utopias de grande magnitude (CEPAL, 1984).

A reunião enfatizou o compromisso dos governos da região com a juventude, notando a criação de Ministérios e Secretarias da Juventude que possibilitaram abordagens específicas às necessidades dos jovens, fomentando seu envolvimento ativo. O Ano Internacional da Juventude ofereceu às novas gerações a oportunidade de enfrentar as mudanças em curso, assumindo a responsabilidade de guiar processos de transformação. No documento “Situação e Perspectivas da Juventude na América Latina,” surgiram desafios na definição da juventude sob perspectivas sociais, biológicas ou de pertencimento a grupos específicos nos países. Isso está intrinsecamente ligado às transformações sociais, especialmente em uma América Latina frequentemente abalada por crises. A longo prazo, isso implica buscar novas abordagens para a organização social, destacando a importância de envolver os jovens na análise e formulação de programas e projetos (CEPAL, 1984).

Historicamente, os jovens não tinham espaços dedicados a eles, mas as mudanças nas estruturas sociais promoveram a socialização entre pares, gerando expressões culturais que, por vezes, os isolam das outras gerações. O encontro também abordou elementos demográficos e seu impacto na participação dos jovens no mercado de trabalho, com foco especial nas mulheres. Isso inclui a análise de desafios relacionados ao desemprego e subemprego, bem como mudanças no sistema educacional, enfatizando a formação cidadã e o desenvolvimento de habilidades profissionais.

A marginalização da juventude foi uma preocupação central. Apesar do crescimento econômico e mudanças nas estruturas sociais, ainda existiam grupos excluídos dos benefícios do progresso. Os jovens marginalizados careciam de educação que lhes permitisse participar no mercado de trabalho, muitas vezes recorrendo a ocupações informais com baixa renda e poucas perspectivas de mobilidade social (CEPAL, 1984).

É importante destacar que os temas discutidos na reunião estavam intimamente ligados ao Ano Internacional da Juventude: Participação, Desenvolvimento e Paz. A participação da juventude deve ser vista em relação ao desenvolvimento e seus processos de tomada de decisão. Portanto, a questão da juventude deve ser compreendida como um desafio de desenvolvimento

integrado, exigindo ampliação das formas de planejamento setorial e incentivo à participação dos jovens como atores e não apenas objetos das políticas sociais.

Contudo, os jovens na América Latina enfrentam quatro desafios significativos que impactam a região. Primeiramente, a alta dívida externa recairá sobre eles, afetando o crescimento e desenvolvimento dos países. Em segundo lugar, o rápido crescimento populacional na região pressupõe um aumento considerável da população. Terceiramente, as mudanças nos papéis sociais tornam incertos os processos que levaram ao desenvolvimento. Por fim, essas condições tornam a manutenção da paz, tanto interna quanto externamente, um desafio, destacando a necessidade de analisar adequadamente as causas das guerras e os fatores relacionados ao armamentismo (CEPAL, 1984). Como mencionado, qualquer subdesenvolvimento ou prejuízo às condições econômicas e sociais derivados da crise global afeta diretamente os jovens, pois sua capacidade de participação está diretamente ligada ao desenvolvimento da sociedade.

No que diz respeito ao desenvolvimento, destacou-se a contribuição da juventude nas tarefas sociais, adaptadas à realidade de cada país. As formas de convivência democrática têm facilitado a participação dos jovens, seja através da revitalização de partidos políticos em alguns países, ou, em contrapartida, da diminuição da participação dos jovens em atividades institucionais em outros países. Isso ocorre porque muitos jovens consideram as formas tradicionais de participação ineficazes para alcançar progresso e justiça social.

Para os participantes do encontro, a postura dos jovens não foi considerada rebelde, “a juventude busca um funcionamento mais autônomo dentro das instituições estabelecidas e demonstram forte resistência à possibilidade de serem manipulados” (CEPAL, 1984, p. 10, tradução nossa). Quanto à paz, os delegados destacaram a crescente responsabilidade dos jovens em um mundo cada vez mais voltado ao armamentismo. Reconhece-se o envolvimento ativo da juventude em iniciativas de paz, desarmamento e conservação do meio ambiente.

Analisando a relação dos jovens com a mídia, percebe-se que eles estão expostos a mensagens unidirecionais que limitam sua criatividade, representando um risco para seu desenvolvimento. O consumo de material de países desenvolvidos distorce sua herança cultural, destacando a necessidade de maior envolvimento na vida nacional para promover amor à nação e solidariedade comunitária e regional. Além disso, discutiu-se a importância de programas de juventude abrangentes, que não negligenciem políticas para crianças e famílias, pois esses elementos são cruciais para definir a juventude. O desemprego afeta especialmente as mulheres jovens na América Latina, impactando áreas como formação de famílias, comportamentos irregulares, migração forçada, educação e marginalização (CEPAL, 1984).

Em conclusão, os participantes da reunião reconheceram o Ano Internacional da Juventude como um catalisador para impulsionar esforços em âmbito nacional, regional e global por meio das atividades propostas. Eles enfatizaram a importância de que esses esforços não se limitassem a um período específico, mas se tornassem uma tarefa contínua, destacando o papel central da juventude na liderança desse movimento. No cenário internacional, discutiu-se os nonos Jogos Pan-Americanos e a criação do Centro da Juventude da América Latina e do Caribe, visto como uma ferramenta para desenvolver e dar continuidade ao Plano de Ação Regional para a Juventude. Como mencionado anteriormente, a maioria dos países na época já havia estabelecido agências nacionais para coordenar a implementação das atividades do AIJ. Alguns haviam até criado ministérios e secretarias de Estado dedicados à juventude, e aqueles países que ainda não o tinham feito se comprometeram a fazê-lo em um futuro próximo (CEPAL, 1984).

## 2.9 A COMEMORAÇÃO DO ANO INTERNACIONAL DA JUVENTUDE NA AMÉRICA LATINA (1985).

Em 1985, o Ano Internacional da Juventude assumiu um papel de destaque na América Latina, refletindo o interesse em integrar as novas gerações na agenda global. Isso impulsionou pesquisas e estudos para uma compreensão mais profunda desses grupos e levou à criação de agências governamentais voltadas para políticas públicas. Esse período é considerado o início das políticas de juventude modernas na América Latina. A celebração da ONU nesse momento foi crucial, pois deu origem a diversas iniciativas políticas voltadas para a população jovem. Isso ocorreu porque os jovens têm características distintas da infância e da idade adulta (AA. VV, 2017; CEPAL; OIJ, 2014; Scagliola, 2018).

Quando mencionamos as “políticas modernas da juventude,” estamos destacando sua característica única: não visam apenas impactar a vida dos jovens, mas também construir um “sujeito jovem” que demanda respostas, participação e intervenção.

Na década de 1980, a América Latina passou por transformações políticas, sociais e econômicas. Diversos movimentos juvenis surgiram, muitos focados na defesa dos direitos humanos. A celebração do Ano Internacional da Juventude ocorreu em um contexto de recuperação democrática após ditaduras militares na América do Sul e guerras civis na América Central. As várias regiões da América Latina estavam divididas devido a processos radicais, marcados por lutas sociais, resistências, violências, torturas e desaparecimentos, enquanto as ditaduras estavam chegando ao fim. O Equador retomou a democracia em 1980, Bolívia e Brasil

em 1982, Argentina em 1983, Uruguai em 1985 e Paraguai em 1989. O Chile, um pouco mais tarde, restaurou um governo eleito democraticamente em 1990 (García; Liguori, 2015; Rodríguez, 2008; Scagliola, 2018).

É importante destacar que, ao analisar as principais tendências que emergiram nos encontros regionais de juventude organizados pela UNESCO em resposta às aspirações dos jovens, surgiram propostas para abordar questões que afetavam a população jovem. Durante a reunião para a América Latina e o Caribe, surgiu a recomendação de que a UNESCO apoiasse a iniciativa de um “Ano Internacional para a Paz, Detenção e Desarmamento,” promovido pelas Nações Unidas, com o propósito de reafirmar os direitos dos jovens. Alguns participantes também propuseram a criação de um instrumento relacionado a esses direitos (UNESCO, 1981, 1985).

Nesse contexto, em resposta às estratégias regionais de preparação para o AIJ (1985), a CEPAL conduziu um estudo em 1983 que examinou a situação e as perspectivas dos jovens na região. Esse estudo resultou na formulação de um plano de ação regional e na convocação, em parceria com outras instituições, do primeiro Encontro Regional da América Latina e do Caribe. O objetivo desse encontro foi preparar o terreno para o Ano Internacional da Juventude, promovendo a participação ativa de todos os países na organização do evento, destacando o dinamismo jovem da América Latina (CEPAL, 1985b).

O encontro baseou-se em estudos nacionais que serviram como diagnóstico da condição juvenil. Esse processo contribuiu para a compreensão da diversidade dos contextos nacionais e sub-regionais em que os jovens viviam. Além disso, permitiu identificar seus desafios, dificuldades e fatores cruciais a serem considerados nas políticas nacionais e regionais, como ilustrado no quadro a seguir:

Quadro 13 - Tópicos das Reuniões Nacionais

<b>Aspectos</b>	<b>Descrição</b>
<b>Dimensões demográficas</b>	Volume populacional, participação dos jovens na população total, distribuição espacial, migração interna e internacional.
<b>Família</b>	Organização familiar, capacidade de socialização, distâncias culturais entre gerações, tipos de famílias (rurais, urbanas, integradas e marginais), constituição de famílias pelos jovens.
<b>Níveis de educação</b>	Ampliação, homogeneidade e segmentação no sistema educacional, educação de acordo com grupos sociais.
<b>Emprego</b>	Atividade dos jovens, diferenças na idade de incorporação ao trabalho de acordo com grupos sociais, trabalho feminino jovem, setores de atividade específicos nos quais os jovens estão inseridos.

<b>Exclusão social e marginalidade</b>	Diferenças entre a juventude rural marginalizada e suas transformações na juventude urbana marginal, excluída e explorada; condições socioculturais da juventude marginal e da juventude trabalhadora, problemas específicos de reprodução social, exclusão educacional, falta de inserção social e outros.
<b>Juventude altamente educada</b>	O efeito da transformação da universidade, a perda do caráter elitista do ensino superior, a origem social dos jovens estudantes universitários e as contradições sociais e políticas da juventude universitária.
<b>Mulheres jovens</b>	Avanços educacionais e a permanência dos papéis tradicionais, formas de incorporação feminina no mundo da família e do trabalho, diferentes condições femininas de acordo com os grupos sociais.
<b>Participação política</b>	Relação entre gerações, opções políticas e conflitos geracionais, tradição histórica dos movimentos sociais da juventude, possíveis temas do atual movimento juvenil, formas de participação política e comportamento eleitoral.
<b>Comportamentos anômicos</b>	Crime, dependência de drogas e atitudes de rejeição ou exclusão em relação ao sistema social.
<b>Cultura</b>	Abrangência da expressão cultural jovem, internacionalismo e manifestações culturais locais, espaços para criação cultural.
<b>Atenção dada aos jovens</b>	Situação e serviços de saúde, oportunidades de moradia; apoio a projetos para jovens, organizações cooperativas, trabalhistas e de produção.
<b>Juventude e futuro</b>	Incertezas do futuro, falta de uma imagem precisa sobre a mudança, preocupação com a juventude como reflexo da incerteza, o relacionamento da sociedade com os jovens.
<b>Integração social</b>	A transformação da sociedade e a participação dos jovens, a precariedade da situação da juventude, a crise econômica e sua influência na juventude.

**Fonte:** Elaboração própria. (CEPAL, 1985b). *Año Internacional de la Juventud: actividades de la CEPAL en el cumplimiento del Plan de Acción Regional*

Os estudos seguintes, conduzidos por especialistas acadêmicos e técnicos de cada país, com experiência em juventude, buscam aprofundar aspectos com pouca informação oficial disponível. Os autores tiveram liberdade em suas análises, o que introduz alguma subjetividade. É importante observar que o mesmo autor preparou os relatórios do Chile e do Equador, enquanto não temos informações documentadas para o Paraguai e a Venezuela, como indicado abaixo:

Cecilia Braslavsky (1952-2005) representou a Argentina. Formada em Ciências da Educação pela Universidade de Buenos Aires em 1973, lecionou na Universidade Nacional de Río Cuarto. Na década de 1970, obteve uma bolsa de estudos na Alemanha, onde concluiu seu doutorado na Universidade de Leipzig, aprofundando seus estudos em história e ciências sociais, com foco na história da educação primária na América Latina. Também lecionou História da Educação na Universidade de Buenos Aires. Entre 1984 e 1992, atuou como coordenadora educacional na Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO).

Na reunião regional, a Professora Braslavsky apresentou um estudo sobre a juventude argentina, intitulado “Juventude e sociedade na Argentina.” Nele, analisou os impactos das estruturas sociais e da socialização, tanto familiar quanto não familiar, na educação da geração jovem. Explorou as atividades dos jovens e seu potencial para contribuir a um desenvolvimento nacional sustentável e democrático. Além disso, destacou a estratificação social, desindustrialização e desmobilização política e sindical. O objetivo principal era identificar as atividades centrais dos jovens na época.

A Bolívia foi representada por Gloria Ardaya, socióloga formada na Universidade Mayor de San Andrés, Bolívia, e com pós-graduação na Universidade Belgrano e FLACSO, Argentina. Ela obteve um doutorado na L'École des Hautes Études en Sciences Sociales, França. Atuou como professora em várias instituições, incluindo UMSA (Universidade Mayor de San Andrés), Universidade de Buenos Aires, Pontifícia Universidade Católica do Equador, Programa de Mestrado CESU/UMSS, FLACSO/Bolívia, FLACSO/Equador e Universidade Andina Simón Bolívar.

Além de seu envolvimento político, Gloria Ardaya escreveu diversos artigos em publicações especializadas e participou como palestrante em seminários e workshops nacionais e internacionais. Durante o encontro, ela apresentou o documento “Juventude: Situação e Perspectivas na Bolívia.” Neste texto, enfatizou a diversidade entre os jovens, categorizando-os por classe social, etnia e gênero. Destacou a importância da situação ocupacional dos jovens, que desempenha um papel crucial em sua posição na sociedade. A educação foi um tema central, com foco nas oportunidades educacionais para os jovens. Além disso, examinou os movimentos juvenis, com ênfase nos jovens universitários, e analisou a visão do Estado em relação à juventude. Gloria Ardaya propôs diretrizes para políticas que respeitassem a autonomia dos jovens, abordando questões culturais, valores e o papel das mulheres jovens na Bolívia.

Quanto ao Brasil, a representante foi a socióloga, demógrafa e pesquisadora da Fundação Carlos Chagas, Felícia Reicher Madeira. Ela possui um doutorado incompleto em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), foi diretora de Análise Socioeconômica na Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) e consultora da CEPAL.

Sua contribuição para o encontro foi apresentada no documento “Os Jovens e as Mudanças Estruturais no Brasil na Década de 1970.” Este trabalho destacou que as tendências de transformação dos últimos trinta anos foram particularmente acentuadas durante essa década. Na década de 1980, um período recessivo, houve um aumento nos níveis de

desemprego, subemprego e deterioração dos padrões de vida nos setores de trabalho. Dois aspectos ligados ao recente processo de transformação foram examinados: o papel da juventude na formação da estratificação social brasileira e suas consequências na disseminação da identidade da “juventude” na sociedade. Além disso, o conceito de “juventude” foi explorado, incluindo informações sobre o tamanho e a distribuição da população jovem, bem como as atividades de trabalho predominantes entre os jovens. O processo de expansão e acesso à educação foi analisado, juntamente com a relação entre juventude e família, considerando dimensões de solidariedade e conflito.

Na Colômbia, a representação coube a Rodrigo Parra Sandoval, sociólogo formado pela Universidade Nacional da Colômbia em 1963, com mestrado e pós-doutorado em Sociologia pela Universidade de Wisconsin, EUA, concluídos em 1965 e 1972, respectivamente. Atuou como professor assistente no departamento de sociologia da Universidade Nacional da Colômbia, ministrando aulas de metodologia de pesquisa e seminários sobre questões educacionais na Colômbia e na América Latina. Sua obra inclui diversos artigos abordando o sistema educacional do país.

No encontro, ele apresentou o documento “Juventude e Sociedade na Colômbia.” Neste texto, Parra Sandoval concentrou-se na relação entre juventude e sociedade, explorando seu desenvolvimento e os efeitos das rápidas mudanças e incertezas em relação ao futuro. A partir de 1970, identificou um vácuo conceitual em relação à juventude, decorrente do desgaste do modelo modernizador e da ausência de um novo modelo de sociedade. O relatório apresentou indicadores demográficos relevantes sobre a importância da juventude e sintetizou aspectos relacionados à família, trabalho e escola, descrevendo a situação da juventude no contexto mais amplo do processo social e sua influência sobre a juventude.

Em seguida, Javier Martínez, consultor da CEPAL, apresentou os documentos de trabalho do Chile e do Equador. No entanto, informações detalhadas sobre sua trajetória profissional e acadêmica são escassas. Sabe-se que ele atuou como diretor da SUR (Corporação de Estudos Sociais e Educação) de 1982 a 1984. Essa organização, fundada em 1978 por um grupo de profissionais e intelectuais, tinha como objetivo estudar e pesquisar a realidade do Chile e da América Latina.

As primeiras publicações da SUR incluíram dois boletins, “Correio do Sul” e “Fatos Urbanos”, juntamente com a revista *Proposiciones*. A revista teve uma primeira fase sob a direção de Javier Martínez (1980-1983). Durante esse período, oito números da revista foram publicados, circulando de forma semiclandestina devido à ditadura militar que vigorava no Chile na época.

No estudo sobre o Chile, dois documentos foram apresentados: “Modernização da Estrutura Econômica e Emprego da Juventude Urbana Popular no Chile: Evolução para o Presente e Perspectivas para o Futuro” e “Juventude e Exclusão Social: O Caso Chileno.” O objetivo era diagnosticar a situação da juventude chilena na década de 1980, com foco na exclusão social. Foram analisados os desafios decorrentes da estagnação econômica e da contradição entre as tendências demográficas e educacionais que centralizavam a juventude chilena no processo de desenvolvimento, e as tendências econômicas opostas. As transformações na estrutura das posições sociais, definidas pelas ocupações, foram estudadas, assim como o surgimento de uma nova segmentação dos mercados de trabalho para os jovens. As consequências das mudanças foram analisadas do ponto de vista da integração social, considerando duas situações específicas: a rebelião juvenil e a desintegração social.

No estudo sobre o Equador, o texto intitulado “A Estratificação Social da Juventude: O Caso do Equador” analisou os efeitos do rápido processo de escolarização nas últimas duas décadas na estratificação social da juventude urbana. Foi proposto um método para superar as limitações dos estudos de estratificação baseados principalmente em dados ocupacionais. Observou-se que, em 1982, o nível máximo de escolaridade atingido aos 21 anos de idade foi de 11 anos de estudo. O estudo destacou a importância da idade de entrada na força de trabalho na determinação da posição social atual e futura dos jovens, devido à associação entre carreiras ocupacionais e níveis de escolaridade.

Júlio Syuñik Cotler Dolberg (1932 - 2019), representando o Peru, foi um renomado antropólogo, sociólogo e cientista político. Ele se formou em antropologia na Universidade Nacional Mayor de San Marcos e obteve seu doutorado em sociologia na University of Bordeaux, na França. A partir de 1966, desempenhou um papel importante no Instituto de Estudos do Peru, tornando-se diretor em 1985. Além de ser professor na Universidade Nacional Mayor de San Marcos, ele também foi professor visitante em instituições como a Universidade de Bolonha, o Instituto Universitário Ortega y Gasset, o Centro de Estudos Constitucionais de Madri, a Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais em Quito, a New School for Social Research e a École Libre des Hautes Études.

No encontro, ele apresentou o trabalho intitulado “Radicalização Política da Juventude Popular do Peru.” Neste estudo, Cotler explorou as transformações nos setores populares e os modelos políticos vigentes no país durante a década de 1970. Destacou a conscientização política dos jovens desse segmento durante esse período de mudanças, assim como a representação que assumiram durante a transição no país. Esses processos estavam intrinsecamente ligados à deterioração da situação econômica, que começou em 1976 e

continuou a se agravar. Dentro desse contexto, as posições dos jovens, que eram mais diretamente afetados pelos efeitos da recessão e pelas dificuldades de participação, mostraram-se radicalizadas.

A experiência do Uruguai foi apresentada por Juan Pablo Terra, arquiteto nascido em Montevideu (1925-1991). Formado na Faculdade de Arquitetura da Universidade da República em 1949, atuou como professor de sociologia e metodologia de pesquisa na Faculdade de Arquitetura de 1958 a 1987, com uma interrupção durante a intervenção da universidade pela ditadura. Terra também foi membro do Conselho de Administração da Faculdade de Arquitetura e do primeiro Conselho de Administração da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade da República.

Na reunião regional, apresentou o documento “Jovens Uruguaios no Processo Nacional dos Últimos Vinte Anos.” Neste texto, analisou a questão da juventude, focando nos principais eventos das últimas duas décadas e situando-os no atual contexto de transição para a democracia. Foram abordados temas como taxas de crescimento, migração do campo para a cidade e do exterior para o Uruguai, envelhecimento da estrutura do país e o desafio do crescimento sustentado da população jovem, especialmente no grupo de 15 a 19 anos. Terra também examinou as mudanças na família, incluindo seu tamanho e seu papel na socialização dos jovens. O sistema educacional e o mercado de trabalho foram abordados em detalhes, com destaque para o papel crucial do movimento estudantil, especialmente o movimento universitário.

Em resumo, a celebração do AIJ na região deu origem a várias estratégias, incluindo a criação de instituições públicas dedicadas ao planejamento e implementação de políticas para jovens. Surgiram espaços de colaboração com organizações sociais e grupos de jovens, como os Conselhos da Juventude, juntamente com uma série abrangente de políticas públicas voltadas para a juventude em geral. Naquela época, apenas Costa Rica, Espanha, México e Venezuela tinham tais instituições. Como resultado notável da AIJ, a partir de 1987, começaram as Conferências Ibero-americanas da Juventude, e algumas experiências nacionais, como na Argentina, Colômbia e Peru (CEPAL; OIJ, 2014; García; Liguori, 2015; Scagliola, 2018).

Portanto, a partir de 1985, houve um aumento nas iniciativas de gestão pública voltadas para jovens em todo o continente. Isso se traduziu na criação de diversos programas e organizações governamentais para jovens em muitos países da América Latina. Foi feito um esforço significativo para alinhar os mandatos e acordos supranacionais relacionados à juventude com as operações dos Estados nacionais. Alguns países conseguiram aprovar ou iniciar a aprovação de leis específicas para jovens e avançaram na consolidação de políticas

nacionais que reconheciam a juventude como uma questão de direitos. No entanto, houve uma grande variação nos avanços alcançados nesse período.

### **3 A TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DA JUVENTUDE: Do AIJ de 1985 à Carta Ibero-Americana dos Direitos da Juventude em 2000.**

Retraçar a gênese das políticas públicas é, portanto, ao mesmo tempo, compreender tanto os processos a partir dos quais as sociedades modernas “inventaram” as políticas públicas quanto a forma como foram progressivamente elaborados novos conhecimentos sobre a ação pública que permitiram pensar sobre essa nova relação com o mundo (Muller, 2018, p. 11).

#### **3.1 INTRODUÇÃO:**

Neste capítulo, refletimos sobre o desenvolvimento das Políticas de Juventude, analisando eventos desde o Ano Internacional da Juventude em 1985 até a aprovação da Carta Ibero-americana de Direitos da Juventude em 2000. Nele é descrito como a juventude se tornou parte da agenda regional, identificando instituições-chave que emergiram. Reconhecemos o papel de eventos que debateram as necessidades dos jovens e a formação de redes que ampliaram o conhecimento e apoiaram a elaboração de políticas públicas relacionadas à juventude na América Latina.

É importante salientar que não pretendemos apresentar as informações apenas como uma linha do tempo, pois nosso foco principal foi o de compreender os eventos que contribuíram para a formação da visão institucional sobre a juventude na América Latina no contexto das Conferências Ibero-americanas de Juventude. Tentaremos estabelecer conexões entre esses diversos eventos, ou seja os processos históricos que, em palavras de Reinhart Koselleck, ao citar Kant: “[...] a História é mais que a soma temporal de dados individuais, que, em última instância, se alinham num tempo natural” (Koselleck, 2013, p. 127).

#### **3.2 O PERCURSO DAS AÇÕES POLÍTICAS DE JUVENTUDE: INSTITUIÇÕES E REDES.**

A década de 1980 foi crucial para a juventude como objeto de estudo. O Ano Internacional da Juventude em 1985 conferiu relevância ao tema, atraindo a atenção de organizações internacionais e nacionais. A juventude ganhou destaque devido ao seu papel em vários setores de desenvolvimento, conforme a opinião de Ernesto Rodríguez:

Os principais indicadores dessa época incluem a institucionalização da mudança e a centralidade do conhecimento como motor de crescimento. Ambos os fatores colocam a juventude em uma posição privilegiada para contribuir com o desenvolvimento. Assim, a juventude passa a ser o segmento populacional cuja dinâmica segue naturalmente o ritmo dos tempos, ao contrário do que ocorre com a população adulta, para a qual a velocidade das transformações no mundo da produção reduz o valor de mercado de sua experiência acumulada e coloca suas habilidades em risco permanente

de obsolescência. Dessa forma, o foco da dinâmica se desloca para as novas gerações (Rodríguez, 2013, p. 80, tradução nossa).

Rodríguez sugere que o protagonismo dos jovens está ligado ao processo de modernização das dinâmicas políticas, gerando transformações e novas oportunidades para a juventude. Isso levou os Estados nacionais a repensar a juventude e implementar políticas sociais específicas para esse grupo. Assim, a compreensão da juventude como um “sujeito de direitos” surgiu em meados da década de 1980, demandando a criação de políticas sociais para atender às suas necessidades.

De acordo com Bango (2003), a ascensão da juventude na agenda pública no final da década de 1980 ocorreu devido à visibilidade que os jovens alcançaram nos processos de democratização, especialmente na América Latina, participando de movimentos estudantis, partidos políticos e movimentos sociais. Eles desempenharam um papel significativo na restauração da democracia em países como o Brasil, onde a campanha “Diretas Já!” teve lugar entre 1984 e 1985. Esse movimento populacional contou com a “participação fundamental dos estudantes e dos políticos progressistas, para a volta das eleições diretas para presidente no Brasil” (Moraes, 2008, p. 140).

Assim, os jovens também se tornaram atores determinantes nas mudanças estruturais em prol de uma democracia mais participativa, como ocorreu na Colômbia no final da década de 1980 com o movimento da “*Séptima Papeleta*”<sup>14</sup>, que culminou na constituinte que redigiu a Constituição política de 1991. Logo, como afirma Bango: “Esse fato não passou despercebido pelos sistemas políticos reinstitucionalizados, já que essas gerações de jovens haviam depositado grande esperança na democracia, nas vias de solução dos agudos problemas sociais que os afetavam mais particularmente” (2003, p. 40, tradução nossa).

Por outro lado, surgiram desafios que afetaram negativamente o desenvolvimento da juventude, demandando uma abordagem diferente dos governos. De acordo com Abramo

---

<sup>14</sup> Na década de 1980, a Colômbia enfrentou um período extremamente violento, resultado de corrupção política, narcotráfico e assassinatos de figuras políticas proeminentes. A “*Séptima Papeleta*” surgiu em 1990 como uma proposta do movimento estudantil. O assassinato de Luis Carlos Galán, candidato presidencial liberal, por ordem de Pablo Escobar, motivou o maior movimento estudantil do país, reunindo estudantes de universidades públicas e privadas. Havia uma notável distinção política entre universidades privadas e públicas na época. Enquanto as primeiras eram consideradas apolíticas, as últimas frequentemente testemunhavam confrontos com a força policial. O movimento estudantil ousou incluir uma sétima cédula eleitoral para convocar uma assembleia constituinte, o que exigiu que os eleitores trouxessem suas próprias cédulas para depositar nas urnas. Em seu livro, Julieta Lemaitre menciona a influência da violência na atitude dos jovens colombianos. Ela destaca a complexidade de ser jovem na Colômbia durante esse período. A década de 1980 não inspirava muita esperança nos estudantes, que eram frequentemente vistos como apáticos e desinteressados em política. No entanto, essa atitude pode ser atribuída aos anos difíceis que a juventude enfrentou, uma vez que a violência afetou todos de maneira intensa e variável (Lemaitre, 2009).

(2014), os jovens enfrentaram mudanças tecnológicas e a crescente globalização dos mercados.

A CEPAL (1992) identificou diversas origens para as necessidades não atendidas dos jovens latino-americanos, que compartilhavam problemas essenciais, como a falta de participação ativa na formulação de políticas que moldariam seu futuro adulto. Os governos e organizações supranacionais direcionaram sua atenção para questões urgentes da década e propuseram estratégias para enfrentar desafios como a pobreza e desigualdades no acesso à educação de qualidade e empregos bem remunerados. Além disso, muitos jovens enfrentaram uma perspectiva limitada de futuro, impactando particularmente a juventude rural, os marginalizados e aqueles em risco de doenças e dependência de drogas, com poucas oportunidades em atividades esportivas e culturais. Isso pressionou os governos a abordar questões como a participação dos jovens, acesso à educação, qualidade, inserção no mercado de trabalho e cuidados de saúde.

Na década de 1980, muitos países passaram por transições democráticas e crises econômicas, recorrendo a empréstimos internacionais e implementando políticas neoliberais. Essas estratégias resultaram em cortes nos gastos públicos, afetando diretamente os jovens e ampliando desigualdades, aumentando a exclusão social (Labrea; Vommaro, 2014).

Para alguns autores, as repercussões do AIJ foram decisivas; para outros, este evento não teve o resultado esperado. No entanto, este não foi o único acontecimento durante 1985. De acordo com Rodríguez, o “Ano Internacional da Juventude (1985) teve um impacto favorável sobre essas questões, na medida em que produziu um salto quantitativo e qualitativo considerável” (2010, p. 11, tradução nossa).

Conforme Ottone (1987), o AIJ na América Latina impactou significativamente a juventude, impulsionando o avanço teórico na compreensão desse grupo como relevante, embora com variações entre os países. Em nações onde a democratização não estava consolidada, o AIJ serviu de referência para grupos jovens não governamentais, incentivando o desenvolvimento e revisão de políticas de juventude. Conforme o autor “Essas políticas, superando visões estereotipadas do passado, tendem a ser construídas com bases interinstitucionais e interdisciplinares e têm como componente importante a participação dos jovens” (Ottone, 1987, p. 94, tradução nossa).

Ao longo de 1985, ocorreram outros encontros que permitiram dar continuidade às reflexões relacionadas à juventude, resultando no surgimento de instituições voltadas para o atendimento das necessidades da população jovem e na formulação de políticas sociais específicas para esse segmento populacional.

No âmbito nacional, foram criados os Institutos Governamentais da Juventude. É

importante destacar que, naquela época, na América Latina, apenas Costa Rica, México, Cuba e Venezuela contavam com instituições dessa natureza (CEPAL, 2012; Rodríguez, 2010).

Da mesma forma, com a criação dos Institutos Governamentais da Juventude, foram promovidos espaços de encontro entre pesquisadores especializados na temática, que elaboraram e implementaram os primeiros inquéritos aplicados a este segmento populacional. A nível internacional, isso resultou na criação da Organização Ibero-americana da Juventude, do Fórum Latino-Americano da Juventude e da Rede de Especialistas em Juventude.

### 3.3 JUVENTUDE EM PERSPECTIVA: OS EVENTOS QUE AUMENTARAM SEU DESTAQUE

Na década de 1980, a juventude ganhou destaque em seu contexto histórico, desempenhando papéis significativos em várias esferas da sociedade, embora enfrentasse desafios generalizados. Esse foco internacionalmente reconhecido levou à inclusão dos jovens nas agendas nacionais e internacionais. A partir desse momento, organizações internacionais, agências de cooperação, governos, organizações não governamentais e instituições acadêmicas passaram a monitorar de perto os jovens e seus ambientes, reconhecendo o papel crucial que desempenhariam nas políticas de desenvolvimento.

Na perspectiva de González (2016), os jovens latino-americanos gradualmente passaram a ocupar espaços de proteção em organizações sociais, sendo reconhecidos como sujeitos de direitos e consumidores em um contexto de modernização e desenvolvimento de políticas sociais específicas. Essa mudança levou à identificação de questões cruciais que representavam obstáculos ao desenvolvimento juvenil. Como resultado, os estados nacionais e agências internacionais passaram a debater questões que visavam atender melhor às necessidades e expectativas dos jovens. Foram realizados diversos encontros e eventos abordando temas como participação juvenil, qualidade da educação, empregabilidade e acesso à saúde, entre outros.

As Jornadas Mundiais da Juventude, iniciadas por Papa João Paulo II em 1985 para demonstrar o compromisso da Igreja Católica com os jovens, são eventos notáveis. A primeira reunião ocorreu em Roma, com a participação de cerca de 300.000 jovens. Posteriormente, decidiu-se realizar versões locais anuais em cada diocese após a primeira edição em 1986 (U. Guadalajara, 2020).

A Jornada Mundial da Juventude de 1987, em Buenos Aires, teve importância especial, coincidindo com a saída da Argentina de uma ditadura. Estes eventos, convocados por uma das

maiores religiões do mundo, adquirem status de encontros de Estado, atraindo a atenção de organizações governamentais e não governamentais. Assim, as Jornadas Mundiais da Juventude (JMJ) transcendem o âmbito religioso, refletindo o trabalho das comunidades locais e promovendo a organização e esforços para atender necessidades específicas, nas palavras de Franco:

A experiência destes vinte anos - afirmou Bento XVI na sua primeira Jornada em Colônia - ensinou-nos que cada Jornada Mundial da Juventude, de certa forma, é um novo começo para a pastoral juvenil. A preparação do evento mobiliza pessoas e recursos, e a sua celebração traz consigo uma onda de entusiasmo que deve ser fomentada da melhor maneira possível. É um enorme potencial de energias que pode aumentar cada vez mais, espalhando-se pelo território (Franco, 2012, p. 209, tradução nossa).

Em 1987, Buenos Aires sediou uma conferência que atraiu quase 900 mil jovens. Em 1989, Santiago de Compostela, na Espanha, foi palco de um encontro de peregrinação de jovens de todo o mundo, com cerca de três mil jovens da Espanha. Em 1991, Czestochowa, na Polônia, recebeu 1,5 milhão de jovens em um marco após a queda do Muro de Berlim. Denver, nos Estados Unidos, foi o local da conferência em 1993, e em 1995, Manila, nas Filipinas, reuniu cerca de 5 milhões de jovens, apesar dos recursos econômicos limitados. Paris sediou a conferência em 1997 e, em 2000, Roma foi a anfitriã.

Além disso, um evento importante foi o Seminário Internacional sobre Juventude e Unidade Humana realizado em fevereiro de 1985, em Auroville, na Índia. O seminário enfatizou a importância de aceitar a diversidade humana para construir um futuro sustentável e promoveu a união de ciência e consciência como um caminho para o progresso global.

Nas palavras de Agrawal e Aggarwal, este seminário foi uma importante contribuição para o cumprimento dos objetivos propostos no AIJ, “Nós, os jovens do mundo, acreditamos firmemente na unicidade da humanidade e que o mundo inteiro é nossa família e queremos que seja um lar feliz, onde os laços de amor unem e unem os seres humanos em sua interação harmoniosa com os outros e com a natureza” (Agrawal e Aggarwal 1988, p. 257, tradução nossa).

Em 1985, diversas atividades marcaram o Ano Internacional da Juventude. Houve a Conferência Internacional sobre a Juventude e o Festival Mundial de Arte da Juventude em Kingston, Jamaica. A conferência abordou três temas principais: juventude, participação, desenvolvimento e paz, alinhados com as diretrizes das Nações Unidas para o Ano da Juventude.

O Festival de Arte apresentou música internacional, clássica, religiosa, cinema, artes

visuais e teatro. Em maio, Pequim sediou o Encontro de Jovens da Ásia e do Pacífico, organizado pela UNESCO.

Em julho, o Conselho da Europa realizou o Seminário Europeu da Juventude, acompanhado pela primeira Conferência de Ministros Responsáveis pela Juventude em Estrasburgo. Esta conferência é uma das principais contribuições do Conselho da Europa para o Ano Internacional da Juventude. Ela serve como um espaço para a cooperação intergovernamental, reunindo ministros para discutir políticas relacionadas à juventude, incluindo mobilidade, participação, informação e aconselhamento, bem como pesquisas (UNESCO, 1984).

Em Barcelona, ocorreu o Congresso Mundial da Juventude, onde a situação e o papel dos jovens na sociedade foram discutidos. Aprovou-se a Declaração de Barcelona, enfatizando a importância da educação para a paz, democratização da educação e acesso dos jovens às novas tecnologias, respeitando suas identidades culturais. O congresso se concentrou em três comissões: Juventude, Educação, Trabalho, Desenvolvimento Cultural, Compreensão Mútua e Cooperação Internacional (Agrawal; Aggarwal, 1988; Pardo, 2008; U. Guadalajara, 2020).

Logo após, Moscou sediou o XII Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, abordando temas como solidariedade anti-imperialista, prevenção da guerra nuclear, desarmamento, direitos humanos e a nova ordem econômica mundial. Comemorando o 40º aniversário da Federação Mundial da Juventude Democrática (FMJD), a União Internacional de Estudantes, juntamente com a então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, realizou a décima segunda edição do festival, que atraiu 120.000 jovens de 118 países. Muitos deles eram militantes de organizações jovens de partidos comunistas, caracterizados por discussões políticas de tendência esquerdista (U. Guadalajara, 2020).

O festival foi uma iniciativa da FMJD e serviu como um espaço de encontro para o movimento estudantil e juvenil. Seu objetivo era promover valores como solidariedade, amizade, intercâmbio cultural, esportes e lazer entre jovens de diversas ideologias e regiões do mundo que se opunham ao imperialismo, ao fascismo, ao racismo, ao sionismo e outras formas de dominação e exploração. O evento era autofinanciado pelas organizações promotoras e pelos jovens envolvidos em sua preparação (Bodrov; Zakirov; Kolomyts, 2021).

O festival era considerado uma das maiores conquistas do movimento democrático, progressista e revolucionário internacional, proporcionando um importante espaço de participação, criatividade, movimento político e cultural. Em 1989, a décima terceira edição do festival aconteceu em Pyongyang, capital da Coreia do Norte, marcando a primeira vez que o evento ocorreu no continente asiático. Foi também a última edição antes da queda do bloco

socialista e do regime norte-coreano. A inauguração foi presidida por Kim Il-Sung, considerado o eterno presidente da República e avô do atual ditador norte-coreano, Kim Jong-un. A organização do festival enfrentou um boicote devido à lembrança do massacre na Praça Tiananmen, em Pequim, China.”

Na ocasião, a agenda do festival incluiu temas como paz e desarmamento, dívida externa, direitos humanos e proteção da natureza e do meio ambiente. Seu lema foi: “Pela solidariedade anti-imperialista, paz e amizade.” Este Festival reuniu 22.000 jovens de 177 países ao redor do mundo (Cuevas, 2014).

Em agosto de 1997, Cuba foi o anfitrião do XIV Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, marcando o retorno do evento após uma pausa de oito anos, devido à crise no movimento internacional de jovens e estudantes causada pela queda do bloco socialista. As comissões organizadoras garantiram as condições necessárias para o sucesso do evento e introduziram novos temas, além dos tópicos tradicionais abordados nos festivais anteriores, tais como paz, segurança, desarmamento nuclear, cooperação internacional, anti-imperialismo, solidariedade, libertação nacional, democracia, meio ambiente, emprego, educação, ciência, tecnologia, infância, mulher jovem, saúde, cultura, discriminação, racismo, neofascismo, movimento internacional de jovens e estudantes, direitos humanos e direitos dos povos. O festival reuniu 12.325 jovens de 136 países.

Em Rodas, Grécia, ocorreu a Consulta de Movimentos Juvenis, na qual cerca de 50 representantes de 40 organizações juvenis não governamentais internacionais se reuniram. Eles avaliaram e planejaram a continuidade do Ano Internacional da Juventude de 1985, utilizando dados coletados e analisados, conforme descrito por Agrawal & Aggarwal: “Nesta ocasião, jovens de 15 a 24 anos, que em 1984 eram 921 milhões, 734 milhões nos países em desenvolvimento, foram identificados como uma ‘categoria social permanente particularmente sensível às mudanças no mundo contemporâneo’” (1988, p. 112, tradução nossa, grifo do autor). Esse trabalho foi realizado graças à estreita colaboração entre as 71 ONGs de jovens que têm status consultivo com a UNESCO e sua Divisão de Juventude.

Em agosto de 1985, o México sediou o Primeiro Congresso Nacional da Juventude Mexicana, estabelecido por decreto presidencial em 13 de setembro, mais tarde designado como Jornada Nacional da Juventude. No mesmo ano, o Centro de Estudos sobre a Juventude Mexicana (CEJM) foi fundado sob a supervisão do Conselho Nacional de Recursos para a Atenção à Juventude (CREA).

É importante destacar que o CREA, criado em 1977, tinha como objetivo implementar políticas sociais e culturais voltadas para a população jovem do México. Por outro lado, o CEJM

tinha um foco mais acadêmico e procurava compreender de maneira contínua as necessidades e expectativas da juventude (Marcial, 2012; Mendoza, 2011; U. Guadalajara, 2020).

Assim, sob as diretrizes do CEJM, diversas atividades foram articuladas, apoiadas e projetadas, incluindo trabalhos de pesquisa dirigidos à população jovem. Esses estudos mais rigorosos sobre a condição juvenil mexicana resultaram em uma maior produção editorial, com publicações em revistas como *CREAtividad e In telpochtli, in Ichpunchtli*, a Revista de Estudos sobre Juventude, e nas coleções Grandes Mestres, Juventude Democrática e Biblioteca Jovem. “Essas atividades acadêmicas, que envolveram um grande esforço humano e a otimização de todos os recursos, se cristalizaram como a primeira política séria, em nível nacional, em torno da questão da juventude no México” (Marcial, 2012, p. 21, tradução nossa).

Na Argentina, a cidade de Córdoba sediou o primeiro Congresso Multissetorial da Juventude, um dos primeiros eventos nacionais dedicados à juventude. Seu propósito era fomentar a participação juvenil através de fóruns plurais para o diálogo e a troca de ideias sobre as necessidades e expectativas dos jovens argentinos. O congresso contou com a presença de diversos setores, incluindo a Juventude Política, a Federação Universitária Argentina, associações e federações agrárias, jovens sindicais e religiosos. Cerca de 1.500 jovens de todo o país compareceram. O evento seguiu as diretrizes da ONU, ganhando relevância a nível institucional, o que impulsionou o trabalho de agentes e autoridades envolvidas na questão da juventude.

No âmbito acadêmico, um ano depois, surgiram os primeiros estudos e publicações sobre juventude. A Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO) organizou o primeiro seminário de estudos da juventude, com o tema “Juventude, Educação e Trabalho” (García; Liguori, 2015; González, 2016).

Em novembro de 1986, a Conferência da Juventude Rural ocorreu em Accra, Gana, reunindo jovens de 31 países com foco na Mobilização da Juventude. Este evento fazia parte das atividades do Ano Internacional da Juventude, reconhecendo que a maioria dos jovens do mundo vivia em áreas rurais e que sua voz raramente era ouvida em níveis nacionais e internacionais. Durante o evento, experiências foram compartilhadas e estratégias para aumentar a participação da juventude rural no desenvolvimento foram discutidas, promovendo seu papel e incentivando a cooperação internacional (Agrawal; Aggarwal, 1988).

Como um desdobramento do AIJ, em 1987, o Instituto da Juventude da Espanha (INJUVE) organizou a Conferência Intergovernamental sobre Políticas da Juventude na América Latina, realizada em Madrid. Essa iniciativa foi resultado do compromisso de vários governos em promover atividades intergovernamentais e reuniões relacionadas a programas de

desenvolvimento juvenil (Pardo, 2008; Patiño; Amador, 2014).

A primeira conferência foi chamada de Ibero-americana, pois envolveu países latino-americanos, Espanha e Portugal. O objetivo era facilitar o diálogo entre todos os atores envolvidos no atendimento à juventude na Ibero-América, incluindo representantes governamentais e não governamentais, técnicos e líderes de todos os aspectos relacionados à juventude. Posteriormente, essas conferências passaram a ser conhecidas como conferências ibero-americanas de ministros da juventude (Graterol, 2014; Pardo, 2008; Plesnicar, 2013).

### 3.4 CONFIGURAÇÃO DOS ATORES: AGÊNCIAS DE JUVENTUDE

Uma das ações que permite a especificação de cada pacto, análise e estudo sobre a juventude é a participação ativa dos diversos atores institucionais envolvidos com os jovens, tanto em projetos nacionais em cada país como em redes e organizações internacionais que buscam unir esforços, conhecimentos, experiências e lutas. A América Latina possui uma variedade de agências de cooperação regional na área da juventude. Abaixo, forneceremos uma visão geral das agências de juventude em nível regional e internacional.

No ano de 1977, foi criado sob a direção da Presidência do Governo Espanhol, através da Subsecretaria da Família, Juventude e Esportes, “com as funções de gestão dos centros, serviços e estabelecimentos do Estado ao serviço da juventude, desenvolvendo atividades a favor dos jovens e estudando e pesquisando questões juvenis” (Espanña, 2005, p. 15887, tradução nossa).

Em 1985, o Injuve passou por uma reestruturação, tornando-se uma entidade privada atualmente vinculada ao Ministério da Saúde, Serviços Sociais e Igualdade. Embora as competências em questões de juventude estejam nas mãos das administrações regionais, o Injuve possui responsabilidades importantes, como coordenar os serviços de informação juvenil, os programas de mobilidade jovem, como o Juventude em Ação, e coordenar atividades voluntárias por meio da *Alliance of European Voluntary Service Organizations*.

As instituições juvenis espanholas desempenharam um papel significativo na promoção do conhecimento sobre juventude na Ibero-América. Em 1983, foi estabelecido o Conselho Juvenil Espanhol (CJE), uma plataforma composta por organizações juvenis e Conselhos Juvenis das Comunidades Autônomas, criada por lei. O CJE tem como missão principal fomentar a participação dos jovens no desenvolvimento político, social, econômico e cultural em nível global, além de contribuir para a formulação de políticas que afetam direta ou indiretamente os jovens, apresentando alternativas para os desafios que esse grupo enfrenta

(Espanha, 1983).

Em 1986, o Centro Latino-Americano da Juventude (CELAJU) foi estabelecido em Montevideu, desempenhando um papel relevante no cenário da juventude na América Latina. Enquanto os países mostravam interesse nas iniciativas pós-AIJ, a falta de recursos era um desafio para atender às necessidades dos jovens, como Gloria Graterol relata, “Aos poucos, o apoio aos comitês criados para possibilitar tais acordos foi se perdendo, uma vez encerrada a celebração da AIJ” (2014, p. 269, tradução nossa).

O CELAJU é uma organização internacional não governamental que fornece assistência técnica a governos e organizações não governamentais envolvidas no trabalho com jovens. Sua importância internacional cresceu devido à sua contribuição para a organização das Conferências Ibero-Americanas da Juventude e parcerias com as Nações Unidas, outras organizações internacionais, governos e redes da sociedade civil no campo da juventude. O CELAJU impactou o desenvolvimento de ações em três áreas institucionais: a Rede de Pesquisadores Especializados, a Rede de Organizações e Movimentos Juvenis e a Rede de Organizações Públicas Especializadas. Sua missão inicial era canalizar as propostas do AIJ para políticas públicas. Entre as organizações e movimentos juvenis, a Associação Cristã de Jovens e o Movimento Escoteiro se destacaram.

A primeira organização é a Associação Cristã de Jovens (YMCA), conhecida como La Asociación Cristiana de Jovenes (ACJ) em alguns países da América Latina e ACM em português, que significa Associação Cristã de Moços. Fundada na Inglaterra em 1844, o YMCA é uma das maiores e mais antigas Organizações Não Governamentais, com o objetivo de promover o Bem-Estar Social. Sua sede está em Genebra, Suíça, e é composta por mais de 119 organizações nacionais autônomas globalmente. Recebeu o Prêmio Nobel da Paz em 1946 por seu trabalho com refugiados e deslocados de guerra.

O foco principal do YMCA é promover valores fundamentais, especialmente entre crianças e jovens, aproveitando o potencial ilimitado desta faixa etária para alcançar objetivos significativos. Assume o “compromisso de empoderar os jovens, desde a infância até o início da idade adulta, com o apoio de que precisam para atingir seu potencial e criar um futuro melhor para todos” (YMCA, 2019).

As primeiras associações na América Latina surgiram com a mexicana em 1892, seguida pela Argentina em 1902, a brasileira em 1903 e a uruguaia em 1909. Elas se destacaram no fortalecimento dos movimentos nacionais para abordar questões sociais da juventude. A promoção da educação física, do tempo livre e do esporte era uma ênfase importante dessas associações, e é relevante observar que os membros do YMCA foram os criadores de esportes

como basquete, voleibol e futsal. O basquete foi inventado em 1891 por James Naismith, que atuou no Departamento de Educação Física da Springfield University (EUA). O voleibol foi concebido em 1895 por William Morgan, Diretor de Educação Física do YMCA de Holyoke, Massachusetts (EUA). O Futsal foi criado em 1930 por Juan Carlos Ceriani, Diretor de Educação Física para crianças na YMCA de Montevideú, Uruguai. Esses esportes surgiram do crescente interesse em jogos esportivos, tanto por adultos quanto por jovens, e se tornaram populares após o primeiro campeonato mundial de futsal (Guillén, 2014).

A Federação Mundial da Juventude Democrática (WFDY-FMJD) é uma das organizações juvenis que a ONU reconhece como ONG juvenil internacional. Sua criação remonta a Londres em 1945, no final da Conferência Mundial da Juventude após o fim da Segunda Guerra Mundial. Este evento reuniu pela primeira vez na história do movimento juvenil internacional quase mais de 30 milhões de jovens de diferentes ideologias políticas e religiosas de diferentes países.

Comprometendo-se a unir jovens de todas as raças, nacionalidades e crenças, promovendo a amizade global, paz duradoura e erradicação da miséria, conforme descrito por Rodríguez G. (2020), a Federação Mundial da Juventude Democrática (FMJD) surgiu como uma organização dedicada à paz, liberdade, democracia, independência e igualdade global. A FMJD é responsável pela organização do Festival Mundial da Juventude e do Estudante, um evento cultural, político e anti-imperialista significativo. Iniciando em 1947 na Tchecoslováquia, este festival teve dezenove edições. Além disso, a FMJD desempenha um papel importante na solidariedade internacional, apoiando povos oprimidos em todo o mundo e denunciando injustiças (Rodríguez G., 2020).

A organização Mundial do Movimento Escoteiro (OMME). Esta organização é uma entidade não governamental internacional que coordena e lidera várias associações de escoteiros ao redor do mundo, atualmente tem cerca de 50 milhões de membros. A *World Organization of Scout Movement* (WOSM), segundo seu nome em inglês, foi criada em 1920. Seu objetivo é cooperar com a educação da população jovem, de acordo com os métodos e procedimentos estabelecidos por Robert Baden-Powell, fundador do Escotismo.

Em 1908, Robert Baden-Powell fundou a organização dos Escoteiros após um acampamento experimental bem-sucedido, onde aplicou técnicas e valores adquiridos em sua carreira militar. Essa filosofia original combinava patriotismo, darwinismo social e enfatizava a juventude. Baden-Powell valorizava a imaginação e habilidades dos jovens na criação de rituais, canções e festivais. Segundo Murdock e Mccron (2002), a questão da juventude e sua consciência estavam intimamente ligadas à consciência e ao conflito de classes, uma vez que o

sistema educacional foi limitado em 1918, a idade estabelecida para o abandono da escola foi de quatorze anos. Por isso, muitas associações e organizações dedicaram seus esforços para alcançar esses “fugitivos” através de atividades relacionadas ao uso e organização do tempo de lazer de adolescentes da classe trabalhadora, incluindo as Boys Brigade, Church Boys Brigade, YMCA e, o mais influente de todos, os Boy Scouts.

Em janeiro de 1908, Robert Baden-Powell lançou a primeira edição de “Escotismo para Rapazes” com o objetivo de criar um método de treinamento que organizações juvenis existentes, como a Boys Brigade e a YMCA, pudessem adotar. No entanto, os jovens se organizaram, dando origem ao maior movimento voluntário do mundo, conhecido como Escoteiros. Em 1909, o livro foi traduzido para cinco idiomas e uma reunião em Londres atraiu mais de 11.000 escoteiros. O movimento escoteiro tem evoluído para atender às necessidades dos jovens, abordando temas como saúde, habitação, alfabetização, agricultura, habilidades para a vida, prevenção de drogas, inclusão de pessoas com deficiência, educação ambiental e promoção da paz (Scouts, 2018).

A Associação Mundial de Guias e Bandeirantes (WAGGGS), conhecida como WAGGGS em inglês, teve origem em 1909 quando um grupo de meninas autodenominadas Escoteiras começou a participar do movimento criado por Robert Baden-Powell. Isso levou à formação do movimento Guiding, que atendia às necessidades específicas de meninas e mulheres jovens. Um ano mais tarde, a Girl Guides Association foi oficialmente estabelecida no Reino Unido, sob a liderança de Agnes Baden-Powell, irmã do fundador dos Escoteiros.

Em 1920, a primeira Conferência Mundial na Inglaterra reuniu representantes de todo o mundo do Girl Guiding e do Girl Scouting para trocar ideias. O primeiro Acampamento Mundial ocorreu em 1924, coincidindo com a terceira Conferência Internacional, com 1.100 meninas e mulheres jovens de 40 países. A organização está estruturada em regiões e opera através de cinco centros mundiais em diferentes continentes. Ela também é membro ativo do European Youth Forum (YFJ) e participa dos organismos juvenis do Conselho da Europa e da União Europeia. Seu trabalho global é focado em meninas e mulheres jovens, oferecendo programas de educação não formal baseados em valores, promovendo habilidades essenciais, liderança e cidadania. (WAGGGS, 2021).

O Foro Latino-americano da Juventude (FLAJ). No contexto latino-americano, após o AIJ na década de 1980, surgiu a necessidade de criar uma agência para coordenar instituições juvenis. Isso resultou na formação do Fórum Latino-Americano da Juventude (FLAJ) com o objetivo principal de representar a juventude na região. O FLAJ reúne várias associações que permitem que os jovens se organizem e coordena entidades não governamentais e organizações

internacionais que operam na América Latina. Fundado em 1994, surgiu de acordos entre seus membros, que antes faziam parte da Consulta Coletiva Latino-Americana de Organizações Juvenis, apoiada pela UNESCO e pelo Conselho Juvenil da Espanha (CEPAL; CELADE, 2000; CJE, 2000).

As principais responsabilidades do FLAJ incluem servir como espaço de convergência para organizações juvenis governamentais e não governamentais, locais e internacionais, permitindo diálogo e debate. Além disso, o FLAJ promove o associativismo juvenil como meio de envolver os jovens nas estratégias de desenvolvimento de cada país, incentivando políticas, pesquisa e projetos colaborativos entre organizações juvenis.

Assim, por meio de uma colaboração entre organismos internacionais como a CEPAL, instituições não governamentais de juventude, como o Fórum da Juventude do Uruguai e o CELAJU, os primeiros estudos foram realizados para compreender aspectos gerais e específicos relacionados à população jovem. Esses esforços permitiram uma abordagem mais sistemática da juventude, levando-a a ter um papel mais destacado na agenda das principais instituições que se dedicam aos jovens. Além disso, essas agências ganharam importância nos âmbitos acadêmico, político e juvenil (CJE, 2000).

Essa visibilidade crescente da juventude resultou na criação de órgãos governamentais especializados na juventude, como os Institutos da Juventude em cada país da região. Em 2000, após a Conferência Ibero-americana de Ministros da Juventude, coordenada pelo OIJ, o Fórum Latino-Americano da Juventude reconheceu o esforço da OIJ, dos governos e das organizações juvenis da Ibero-América na redação da Carta Ibero-americana dos Direitos da Juventude. Essa carta desempenhou um papel fundamental no desenvolvimento das políticas de juventude, ajudando a estabelecer os direitos da população jovem. Nesse sentido, o FLAJ instou os governos dos países ibero-americanos a colaborar com as organizações juvenis na elaboração de instrumentos que garantam a fiel implementação da Carta (CJE, 2000).

### 3.5 AÇÕES CONCRETAS: O SURGIMENTO E CONSTITUIÇÃO DA ORGANIZAÇÃO IBERO-AMERICANA DA JUVENTUDE

A importância das Conferências Ibero-americanas da Juventude reside na relevância crescente dos estudos sobre a juventude e no interesse crescente pela formulação de políticas, como afirma Gloria Graterol: “Os debates sobre esse grupo tornaram-se mais formais e os

acordos passaram a ser traduzidos e refletidos em marcos legais que respaldam os direitos desse grupo. Além disso, os estudos voltados para a formulação de políticas de juventude possibilitaram o acompanhamento desses acordos” (Graterol, 2014, p. 270, tradução nossa).

De acordo com Pardo (2008), a oportunidade de manter um diálogo mais próximo e constante sobre os problemas da população jovem na região ibero-americana levou à convocação de encontros anuais. Cada uma dessas conferências resultou em acordos que orientaram a criação de políticas para a juventude e levaram à fundação da Organização Ibero-americana da Juventude, com base nas contribuições dos participantes que conheciam as realidades e políticas em cada país (Graterol, 2014; Plesnicar, 2010, 2009a).

Posteriormente, foram realizadas outras Conferências Intergovernamentais sobre Juventude, nas quais os governos demonstraram interesse constante na cooperação internacional e na implementação de políticas para a população jovem. As cinco conferências subsequentes ocorreram em Buenos Aires (1988), San José de Costa Rica (1989), Quito, Equador (1990) e Santiago do Chile (1991).

Uma das principais contribuições das conferências foi a construção do conceito de juventude a partir do conceito de “problema” na Primeira Conferência de 1985, nomeando e tratando os desafios enfrentados pela juventude como tal. Natalia Pleniscar, ao analisar o discurso das conferências, menciona: “A juventude enfrenta uma multiplicidade de problemas que são comuns a eles e que se expressam com maior ou menor intensidade em nossos países” (Pleniscar, 2009b, p. 1218, tradução nossa).

Os problemas comuns enfrentados pelos jovens, mencionados durante a Conferência, incluíam o desemprego, a toxicodependência, a marginalização, a delinquência, a prostituição, as dificuldades de acesso à educação e a falta de espaços de recreação. Plesnicar destaca em sua análise do discurso que a abordagem da juventude a retratava como um grupo separado do restante da sociedade, sem fazer referência a outras faixas etárias. Além disso, chama a atenção para a atribuição dos problemas aos jovens por meio do uso do adjetivo possessivo “seus.” Ela cita um trecho da Conferência que ilustra como as diferentes agências europeias, tanto governamentais quanto não governamentais, foram convidadas “a intensificar seus esforços de cooperação com a juventude ibero-americana e, assim, contribuir para a solução de **seus** problemas mais prementes” (Pleniscar, 2009b, p. 1219, grifo nosso, tradução nossa).

Nesse contexto, a autora observa que o documento passou de discutir os problemas dos jovens para retratar os próprios jovens como o problema. Ela cita expressões usadas na conferência, como: “Promover uma política destinada à formação de pessoal tecnicamente capacitado para enfrentar a problemática juvenil em nossos países (p. 2). [...] Que a

problemática da juventude que temos tratado e as ações [...] (p. 4)” (Plesnicar, 2009b, p. 1219, tradução nossa).

Portanto, é evidente que a juventude na Ibero-América recebe atenção especial, destacada pelas Nações Unidas. Há um foco no fortalecimento das estruturas de apoio à juventude, garantindo financiamento oportuno e políticas específicas. Na II Conferência Intergovernamental de Políticas para a Juventude na América Latina, discutiram-se as condições adversas que afetam os jovens latino-americanos, decorrentes de uma ordem econômica que oferece poucas garantias, levando ao atraso e marginalização. O narcotráfico, a participação de jovens em conflitos armados e as consequências da imposição econômica internacional são condenados, resultando em desigualdades no acesso a direitos básicos como saúde, educação, moradia, trabalho, alimentação e recreação. A ausência de representantes do Chile e do Paraguai devido à falta de governos democráticos também foi notada (Graterol, 2014; Plesnicar, 2009b).

Segundo Graterol (2014), as principais ações propostas por esta Conferência incluíam a continuação das políticas abrangentes de juventude e o estímulo a trabalhos especiais de acompanhamento das recomendações em áreas como pesquisa, saúde, educação, participação e emprego, para o planejamento e execução de políticas para jovens e mulheres jovens. Também foi promovida a criação de um Centro Juvenil Euro-Latino-Americano e uma Rede de Centros de Informação e Documentação de Juventude.

A terceira Conferência incentivou a elaboração do primeiro relatório sobre a juventude latino-americana, permitindo uma compreensão mais profunda do “fenômeno juvenil.” Os jovens foram vistos como portadores de soluções para os desafios regionais, um conceito que contrastava com abordagens anteriores que os viam como um problema a ser resolvido (Graterol, 2014; Hopenhayn, 2004).

Desta terceira conferência, em sua análise, Gloria Graterol (2014) registra duas ações concretas: a promoção de uma cooperação internacional cada vez mais dinâmica, o que contribui para fortalecer os processos de integração latino-americana e garantir a inclusão da juventude latino-americana como destinatária dos programas de ajuda ao desenvolvimento da cooperação internacional.

Na quarta Conferência, de acordo com a autora, prevaleceria o discurso econômico, pois era necessário que os jovens tivessem uma estrutura sólida que facilitasse e promovesse a participação dos jovens como atores de transformação dos povos ibero-americanos, destacando que a dívida externa teria um papel importante para os diferentes governos, pois seria um elemento que afetaria a sobrevivência dos jovens da região, no dizer de Graterol citando a IV

Conferencia (1990, p. 2) “Foi abordada sob o discurso da busca pela paz e justiça, visto que se considerava que esses valores democráticos eram instrumentos necessários para ‘um desenvolvimento econômico que melhore as condições de vida dos jovens’” (Graterol, 2014, p. 273, grifo do autor, tradução nossa).

O destaque também foi colocado nos problemas sociais que afetam a população, de modo que os membros participantes chegaram a um consenso de que era necessário desenhar políticas que abordassem os problemas da juventude, especificamente relacionados ao consumo de álcool, drogas e suicídio juvenil.

Plesnicar (2013a) em sua análise destaca como na estrutura dos depoimentos, algumas frases como “juventude, os jovens e nossa juventude” são utilizadas para se referir a este setor da população como forma de expressar unidade e homogeneidade aos jovens, mas subtrai outras diferenças que os identificam. No entanto, a autora destaca que um dos momentos específicos em que a palavra “juventudes” é usada para se referir aos jovens corresponde ao último parágrafo da IV Conferência:

Finalmente, os governos aqui reunidos podemos afirmar que, apesar de todas as dificuldades delineadas, as **juventudes** renovam dia a dia, na fábrica e na sala de aula, na oficina e no campo, a sua vocação e forte empenho para fazerem parte de um presente onde a democracia, justiça, convivência e paz são os valores que presidem às relações mais igualitárias entre homens e mulheres em todo o mundo (IV Conferência, 1990: 2) (Plesnicar, 2013a, p. 48, grifo nosso, tradução nossa).

Na quinta Conferência realizada em 1991, reconheceu-se a diferença da juventude de cada país e a diversidade dentro de cada contexto específico, situação que exigia uma mudança nos estilos de inserção e nas formas de intervenção que estavam sendo implementadas no momento de pensar as políticas de juventude. Iniciaram-se estudos de juventude com ênfase em mulheres jovens, jovens rurais e indígenas, bem como em alguns problemas como criminalidade, uso de drogas e desemprego. A participação dos jovens e seu status de cidadania também seriam incluídos como temas de discussão, conforme citado por Gloria Graterol:

[...] quando os jovens de nossos países assumem sua condição de cidadãos plenos e a sociedade lhes concede o protagonismo que legitimamente lhes corresponde, podemos dizer com plena satisfação que o motivo que nos congrega nesta Conferência Ibero-americana de Juventude tem começado a germinar como uma grande esperança para o futuro (V CIJ, 1991: 04). (Graterol, 2014, p. 274, tradução nossa).

Em 1992, a VI Conferência Ibero-americana de Ministros da Juventude em Sevilha, Espanha, destacou a necessidade de institucionalizar o encontro para promover o diálogo, acordos e cooperação em questões de juventude. Isso resultou na criação da Organização Ibero-americana da Juventude (OIJ) como uma organização internacional associada à Secretaria-

Geral da Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), com autonomia orgânica, funcional e financeira (Pardo, 2008).

A sede oficial da OIJ foi estabelecida em Madri em 1993, e, no mesmo ano, na III Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo realizada em Salvador, Bahia, a OIJ foi encarregada de elaborar um Programa Regional de Ações para o Desenvolvimento da Juventude na América Latina (PRADJAL). Esse programa se concentrou em áreas cruciais para a juventude, como educação, emprego, saúde, meio ambiente, participação, instituições públicas, legislação, cooperação e integração regional (Pilotti; Camacho, 2003).

Em 1994, na VII Conferência Ibero-Americana de Ministros da Juventude, os estatutos da OIJ foram aprovados, fortalecendo ainda mais a instituição. É importante destacar que a OEI apoiou esse esforço, colaborando especificamente em questões relacionadas à juventude nos países membros. Em 1995, durante a V Conferência Ibero-americana de Chefes de Estado e de Governo em Bariloche, um acordo de cooperação foi assinado, permitindo que a OIJ formalizasse sua existência como uma entidade com todas as capacidades e estrutura jurídica do direito internacional, capacitando-a para cumprir sua missão institucional. A consolidação da OIJ foi um processo gradual que se fortaleceu a cada ano. Em 1996, na VIII Conferência Ibero-Americana de Ministros da Juventude em Buenos Aires, os representantes plenipotenciários dos Estados membros assinaram o Ato de Fundação da OIJ, oficializando a organização como uma entidade independente com poderes para atuar no campo da juventude ibero-americana.

Na IX Conferência Ibero-americana de Ministros da Juventude, realizada em Lisboa em agosto de 1998, as reformas do Estatuto da Organização foram aprovadas. Nessa conferência, também foi proposto o desenvolvimento da Carta Ibero-Americana dos Direitos da Juventude, com base em conceitos e metodologias que visavam eliminar preconceitos e concepções depreciativas sobre os jovens. O objetivo era reconhecê-los como cidadãos plenos, sujeitos de direitos, promovendo a igualdade de gênero, participação social e política, políticas para o exercício pleno de seus direitos e reconhecendo sua importância no desenvolvimento (Pardo, 2008).

A Carta Ibero-Americana dos Direitos da Juventude se tornaria o reconhecimento jurídico da condição específica da juventude, atendendo às demandas de proteção e garantia de seus direitos. Entre 1998 e 2000, a OIJ conduziu consultas para elaborar um rascunho da Carta, que seria apresentado na X Conferência de Ministros da Juventude em 2000 (Pilotti; Camacho, 2003).

Neste documento, os delegados de cada país membro assumiram a responsabilidade de

dirigir as negociações internacionais para converter o Projeto de Carta em instrumento vinculativo. Segundo Pilotti e Camacho, nesta carta, se considera jovem e juventude a todas as pessoas entre 15 e 25 anos, nacionais ou residentes em um país ibero-americano. “Através de 31 artigos, o projeto de Carta define os jovens como sujeitos de direitos, titulares de um conjunto de direitos civis, econômicos, sociais e culturais” (Pilotti; Camacho 2003, p. 16, tradução nossa).

Em 1998, aconteceria também em Lisboa o Terceiro Fórum Mundial da Juventude e a Primeira Conferência Mundial dos Ministros responsáveis pela Juventude. O Fórum iria discutir a responsabilidade que tinha em relação à população jovem uma vez terminada a Guerra Fria, dada a necessidade de atenção em um mundo globalizado que exigia outros olhares sobre as formas de atender às suas expectativas e demandas, o que se refletiria em uma perspectiva de direitos humanos, passando a estruturar os direitos dos jovens, assim, segundo Morlachetti e Cardona, “no bosquejo da Declaração Final, foram feitas referências importantes ao desenvolvimento e especificação dos direitos dos jovens e recomendadas, entre outras coisas, a nomeação de um Relator Especial sobre os Direitos dos Jovens” (Morlachetti; Cardona, 2014, p. 10, tradução nossa).

Posteriormente, ocorreu a Conferência Mundial de Ministros da Juventude, com a participação de representantes de 140 países e aberta pelo Secretário-Geral das Nações Unidas. O objetivo era criar um fórum global de diálogo sobre questões cruciais para os jovens, visando gerar uma vontade política global para abordar suas dificuldades e melhorar seu bem-estar. A conferência buscou desenvolver estratégias que permitissem aos governos e à sociedade atender de maneira mais eficaz às necessidades econômicas, sociais, emocionais, culturais e espirituais dos jovens.

Os participantes se comprometeram a realizar ações em diversas áreas, abrangendo políticas nacionais de juventude, participação, desenvolvimento, paz, educação, emprego, saúde e prevenção do uso de drogas e substâncias, mas não houve menção específica aos direitos dos jovens ou à criação de um Relator Especial. Em 2000, a X Conferência Ibero-americana da Juventude ocorreu na Cidade do Panamá, com foco na situação dos jovens na América Latina. O diagnóstico apresentado revelou perspectivas sombrias devido à pior distribuição de riqueza na região e problemas significativos de saúde, educação, desemprego e renda enfrentados pela juventude (Morlachetti; Cardona, 2014; N.U., 1998).

É importante reconhecer a diversidade da juventude e os obstáculos que afetam sua participação e identidade. Promover a criatividade e a energia dos jovens é essencial para fortalecer a democracia e garantir seus direitos de cidadania. Os jovens têm múltiplas

identidades e afiliações culturais, socioeconômicas, políticas, étnicas e religiosas. Esta conferência busca adotar uma nova abordagem da cidadania integral, ampliando a visão clássica que se concentra em direitos políticos e liberdades. Isso implica reconhecer a falta de proteção e garantias dos direitos dos jovens, bem como a satisfação de suas necessidades essenciais.

As ações concretas desta reunião de ministros incluem a elaboração de um Livro Branco de Políticas Juvenis na Ibero-América, que analisará os problemas reais da juventude e fornecerá recomendações de políticas públicas a partir de 2002. Também reafirma a Declaração de Intenções do Projeto da Carta Ibero-Americana dos Direitos da Juventude, focando na nova abordagem da cidadania e na implementação de um Programa de Fortalecimento e Modernização Institucional. Outra medida importante é a criação de um Observatório Ibero-americano da Juventude, que realizará análises contínuas da realidade juvenil e acompanhará o processo de construção de políticas públicas de juventude. Além disso, promoverá o Ano Internacional do Voluntariado em 2001. O regulamento orgânico do OIJ foi aprovado, abordando questões como convocatórias, procedimentos de candidatura, comissões especializadas, recursos financeiros, entre outros (Graterol, 2014; Pardo, 2008).

### 3.6 A JUVENTUDE NO ESCOPO DOS ESPECIALISTAS: A REDE DE PESQUISADORES

Além das Conferências Ibero-americanas da Juventude, houve contribuições significativas para a construção teórica sobre a juventude como um sujeito social. Isso promoveu a coordenação interinstitucional e a formação da rede de estudos e políticas sobre juventude. Uma das primeiras redes de pesquisa e estudos sobre juventude e políticas públicas surgiu com a preparação do Seminário Internacional de Cooperação Regional realizado em Montevideu em 1986. O evento recebeu apoio de várias organizações, como o Instituto de Juventude do Uruguai, o Ministério das Relações Exteriores e o CELAJU, além do apoio da Secretaria de Estado de Cooperação Internacional e para a Ibero-América (SECIPI) da Espanha (Graterol, 2014).

No final da década de 1980, houve um avanço nos estudos sobre a juventude, superando abordagens superficiais e ideologicamente influenciadas. A perspectiva de que os jovens eram um grupo homogêneo, composto principalmente por estudantes, foi deixada para trás. De acordo com Gloria Graterol (2014), a discussão sobre políticas e instituições de juventude se fortaleceu nos países latino-americanos a partir de 1987, resultando na formação de redes de estudos e políticas de juventude, muitas vezes com o apoio de organismos internacionais e,

especialmente, por meio das Conferências Ibero-americanas de juventude (Graterol, 2014).

A partir dos acordos alcançados nas Conferências Ibero-americanas, a rede de estudos e políticas sobre juventude foi consolidada. Isso promoveu a coordenação interinstitucional em apoio a políticas abrangentes que visavam o desenvolvimento dos estudos sobre juventude. Isso motivou pesquisas em diversas áreas, incluindo saúde, emprego, educação, participação e formulação de políticas para mulheres jovens, entre outras. Uma ação concreta resultante desses acordos foi a criação de uma rede de centros de informação e documentação juvenil em nível regional.

Posteriormente, os estudos e pesquisas buscaram ser mais exaustivos, abrangendo vários setores da juventude, com foco específico na juventude popular urbana, enquanto a atenção dada à juventude rural diminuiu, bem como a disponibilidade de estudos sobre mulheres jovens. Pouca atenção foi dada aos jovens indígenas e afrodescendentes, e esses estudos eram difíceis de encontrar (Rodríguez, 2015).

De maneira semelhante, José Antonio Perez, faz referência à pesquisa sobre a juventude na América Latina durante um Seminário realizado em Bogotá em 1996. O evento visava mapear o estado da arte da pesquisa na área, reunindo trabalhos de pesquisadores altamente experientes, “estudiosos de primeira categoria, academicamente muito sólidos, desenvolvendo trabalhos de pesquisa inéditos, mas com uma falha original: uma grande fragmentação e poucas possibilidades de conexão, discussão e construção coletiva” (Pérez Islas, 2006, p. 146, tradução nossa).

No entanto, o autor destaca a dificuldade de articular grupos de pesquisa em um continente tão diverso, onde a América Latina compartilha uma história e um território, mas onde também coexistem realidades extremas e contextos variados. De acordo com Pérez Islas (2006), até o final da década de 1980, havia poucos documentos sobre a juventude na América Latina. O autor ressalta o trabalho de Cecilia Braslavsky por sua visão abrangente e análise do processo acadêmico em 1987, quando os primeiros passos foram dados para estabelecer a primeira Rede Latino-americana de Jovens Especialistas, cuja maioria dos trabalhos publicados se concentraria nos avanços em diversos países do continente.

Braslavsky (1989) discute as três etapas da pesquisa sobre juventude na América Latina e no Caribe, enfatizando que os estudos sobre juventude são mais recentes, inicialmente concentrando-se na adolescência, com uma idade limite de cerca de 21 anos. A primeira etapa, chamada de “etapa dos ensaios,” abrangeu o período de 1930 até a década de 1960. Nessa fase, foram analisados ensaios, aulas, conferências e reflexões sistemáticas de intelectuais de diversas áreas. Essas orientações foram divididas entre pioneiros da teoria geracional e

representantes de uma linha de pensamento crítico-social ou corrente crítico-histórica.

Os autores dessa fase caracterizaram-se por produzir conhecimento de acordo com suas particularidades, fazendo uso de suas próprias observações. A quantificação não era uma preocupação, e a demonstração das interpretações era rara. Eles não utilizaram estatísticas e censos, sendo encontradas poucas referências a esses dados em seus textos, pois, naquela época, as informações eram obtidas principalmente por meio de reflexões e debates ideológicos (Braslavsky, 1989).

Quadro 14 - Autores e publicações estudos sobre juventude: A fase dos ensaios: 1930 – 1960

<b>Autor/ Ano</b>	<b>Origem</b>	<b>Publicação</b>
Julián Marías <b>1961</b>	Argentina	<b>O método histórico das gerações.</b> Apoia suas ideias em Comte e Dilthey. para quem a renovação das gerações atuaria como o principal agente da dinâmica social.
José Martí <b>1963</b>	Cuba	<b>Obras Completas.</b> Descreve e explica os sentimentos de estranhamento e as dificuldades vivenciadas pelos jovens cubanos que vão estudar nos Estados Unidos no início do século 20.
Aníbal Ponce <b>1939</b>	Argentina	Na sua obra <b>Ambição e Angústia dos Adolescentes</b> , descreve e analisa as tendências fisiológicas da fase adolescente que estão intimamente ligadas ao desenvolvimento emocional.
Vicente Lombardo Toledano <b>1980</b>	México	<b>Juventude no mundo e no México.</b> Expressa conhecimentos adquiridos fundamentalmente por meio do exercício da gestão estadual e sindical e da participação política em congressos.
Zea, Leopoldo. <b>1985</b>	Nueva Sociedad N° 76.	<b>Criar o que eles nunca tiveram.</b> Entrevista na qual fala sobre a importância dada a 1985 como o Ano Internacional da Juventude e os principais problemas mais prementes para a juventude de hoje.
Martínez Moreno, Carlos. <b>1986</b>	Revista de la CEPAL,	<b>Meditações sobre a juventude.</b> Reflexões sobre as orientações e o papel da juventude universitária; linguagem juvenil e seu significado como meio de comunicação com o resto da sociedade; a relação dos jovens com a política.

**Fonte:** Elaboração Própria baseado em BRASLAVSKY, Cecilia. Estudios e investigaciones sobre juventud en América Latina: balance y perspectivas. 1989. CELAJU.; Repositório CEPAL [https://www.cepal.org/es/search?as\\_q=](https://www.cepal.org/es/search?as_q=)

A segunda etapa citada pela autora corresponde às décadas de 1960 e 1970, e é considerada o início do predomínio da sociologia e de uma abordagem latino-americana, tempo, onde haveria estudos dedicados à juventude universitária e depois estudos voltados para a juventude em termos gerais.

Quadro 15 - Autores e publicações estudos sobre juventude: A fase contemporânea

<b>Autor/ Ano</b>	<b>Origem</b>	<b>Publicação</b>
José Medina De Chavarría <b>1967</b>	México	<b>Primeiro Estado da Arte da região.</b> Vale a pena notar que as publicações têm uma abordagem sociológica marcada e que já não se concentram no problema da juventude, mas sim abordam o problema da juventude.
Aldo Solari <b>1971</b>	Uruguay	<b>Algumas reflexões sobre a juventude latino-americana.</b> Tenta responder a alguns dos desafios e questões de Medina Echavarría através de uma reflexão sistemática sobre a juventude na América Latina.

Gurrieri, Adolfo; <b>1971</b>	México	<b>Estudos sobre a juventude marginal latino-americana.</b> Reúne quatro textos que apresentam fortes referências empíricas em todos os casos. Autores: Torres Rivas, Edelberto; González, Janette; Elio de la Vega
Solari, Aldo y otros. <b>1968</b>	Monte Avila Editores	<b>Estudantes e política na América Latina.</b> Aborda questões sobre movimentos estudantis na América Latina, incluindo: universidades latino-americanas e mobilidade social. Compêndio de textos de Habbens, Jean; Glazer, Myron; Foracchi, Marialice; Hoecker, Loreto; Dillon, Soares.
Klubitschko, Doris. <b>1980</b>	CEPAL	<b>Origem social dos estudantes da Universidade de Buenos Aires.</b> O projeto “Desenvolvimento e educação na América Latina e no Caribe” tem dado atenção especial aos estudos relacionados à expansão e transformação dos sistemas universitários.
Fallat, O. <b>1967</b>	Barcelona	<b>A juventude de hoje, nosso futuro</b>
Sauvy, A. <b>1970</b>	Doposa,	<b>A rebelião dos jovens</b>
Goodman, P. <b>1971</b>	Península.	<b>Problemas da juventude da sociedade organizada</b>
Schieffelbein, B. Mecinn. <b>1975</b>	Ed.C.P.U. Chile.	<b>O sistema escolar e o problema do ingresso na Universidade</b>
Lombardo Toledano, V. <b>1980</b>	Ed. de la Juventud socialista.	<b>Juventude no mundo e no México.</b>
Unesco <b>1981</b>	Paris.	<b>Novas abordagens para juventude rural e desenvolvimento na América Latina e no Caribe.</b>
Rosenmayr, L. Y K. Allerbeck <b>1971</b>	Ed. Kapelusz/ Argentina	<b>Introdução à sociologia da juventude</b>
Mariás, Julián. <b>1967</b>	Reviste de Occidente Madrid	<b>O método histórico das gerações.</b>
Morio, Simone; Zocizoum, M. Yarisse. <b>1979</b>	UNESCO	<b>Dois estudos sobre o desemprego de jovens educados.</b>
Medina Echavarría <b>1967</b>	CEPAL	<b>A juventude latino-americana como campo de pesquisa social.</b>

**Fonte:** Elaboração Própria baseado em BRASLAVSKY, Cecilia. Estudios e investigaciones sobre juventud en América Latina: balance y perspectivas. 1989. CELAJU.; Repositório CEPAL [https://www.cepal.org/es/search?as\\_q=](https://www.cepal.org/es/search?as_q=)

A terceira fase corresponde ao trabalho investigativo realizado no período de 1982 a 1986, será denominado de etapa contemporânea segundo Braslavsky, pois revela o aumento da produção acadêmica em torno da juventude em relação às etapas anteriores. Cecilia Braslavsky, o interesse pela temática da juventude foi influenciado pelas transformações que estavam ocorrendo na juventude, bem como pelo impacto gerado pela celebração do ano internacional da juventude, outro fator foram as crises das sociedades latino-americanas e da renascimento das democracias no continente.

Quadro 16 - Etapas dos autores e publicações dos estudos sobre juventude: A fase dos ensaios: 1930 – 1960

<b>Autor/ Ano</b>	<b>Origem</b>	<b>Publicação</b>
Flasco <b>1983</b>	UNESCO	<b>Emprego, subemprego e desemprego juvenil no México.</b> A questão do emprego, subemprego e desemprego juvenil é exposta, do ponto de vista setorial (rural, urbano) e em relação ao desenvolvimento

		educacional.
Unesco <b>1983</b>	Paris	<b>Juventude dos anos oitenta.</b> Juventude na América Latina: dos números à realidade.
Martínez Moreno Carlos <b>1984</b>	CEPAL	<b>Meditação sobre a juventude e a cultura.</b> Apresenta um diagnóstico das causas do que acontece com os jovens, especialmente os das áreas urbanas da América Latina.
Cepal 1985, Arca/Foro Juvenil. <b>1985</b>	CEPAL	<b>Mulheres jovens na América Latina: contribuições para uma discussão.</b> Concentra escritos sobre: Juventude latino-americana: entre o estrutural e a incerteza do futuro. Autoras: Aranda B, Ximena; Ardaya S, Gloria; Madeira, Felícia.
Demo Pedro <b>1985</b>	CEPAL	<b>Juventude popular urbana e pobreza política.</b> Toma como referência a situação educacional no Brasil em 1980 para, inicialmente, discutir o problema da pobreza política na juventude urbana popular em particular, e na juventude em geral.
Ardaya Salinas, Gloria <b>1985</b>	Bolívia	<b>Juventude- situação e perspectiva em Bolívia.</b> O estudo sobre a Bolívia destaca a diversidade dos setores juvenis do país, definidos por classe, etnia e gênero. Ele aponta a situação ocupacional dos jovens como um fator importante.
Braslavsky, C. <b>1985</b>	Argentina	<b>Juventude e sociedade na Argentina.</b> Análises baseadas na utilização de dados censitários publicados e inéditos de 1960, 1970 e 1980, dados da Pesquisa Permanente de Domicílios em conglomerados urbanos e outras fontes quantitativas e documentais.
Cotler, Julio <b>1985</b>	Peru	<b>A radicalização política da juventude popular do Peru.</b> Analisa os problemas da juventude popular no Peru diante das mudanças demográficas, educacionais e econômicas que ocorreram nas últimas duas décadas.
Madeira, Felícia <b>1985</b>	Brasil	<b>Os jovens e as mudanças estruturais no Brasil ao longo da década de 70.</b> Examina a situação dos jovens no contexto das profundas transformações ocorridas no Brasil nas últimas décadas.
Martínez, Javier <b>1985</b>	Equador	<b>A estratificação social da juventude - o caso do Equador.</b> Examina as implicações do processo de escolarização na estratificação social da juventude equatoriana.
Parra, Rodrigo <b>1985</b>	Colômbia	<b>Juventude e sociedade em Colômbia.</b> Analisa alguns elementos que definem a situação e as perspectivas da juventude colombiana dentro dos marcos sociológicos e demográficos.
Terra, Juan Pablo <b>1985</b>	Uruguay	<b>A juventude uruguaia no processo nacional dos últimos vinte anos.</b> Analisa a crise do modelo tradicional uruguaio, a instauração de um regime burocrático autoritário e a transição.
Valenzuela, E., & Martínez, B <b>1985</b>	Chile	<b>Juventude e exclusão social- o caso chileno.</b> Analisa o processo de exclusão que afetou a juventude popular urbana chilena na última década devido à irregularidade do crescimento econômico.
Cepal <b>1985</b>	CEPAL	<b>Ano Internacional da Juventude.</b> Resume estudos nacionais, reuniões, seminários técnicos, metodologias e outras atividades relacionadas com a juventude na região.
Ardaya, Gloria <b>1985</b>	CEPAL	<b>Compilação de alguns estudos preliminares sobre a situação das mulheres jovens em quatro países latino-americanos:</b> Argentina, Bolívia, Colômbia e Chile. Autoras: Braslavsky, Cecilia; González Olga; Aranda Ximena.
Cepal <b>1985</b>	Chile	<b>Juventude na América Latina e no Caribe.</b> Contém dois documentos do Encontro Regional Latino-Americano de preparação para o Ano Internacional da Juventude.
Monroy De Velasco, Anameli. <b>1985</b>	Cora/ (OPS) - (OMS).	<b>Saúde, sexualidade e adolescência: guia, prática para integrar a orientação sexual na atenção à saúde do adolescente.</b> Os adolescentes vivem na atualidade.
Unesco <b>1985</b>	CRESALCIRLOIS, Caracas.	<b>Unidade Regional de Ciências Humanas e Sociais para a América Latina e o Caribe (URSHSLAC),</b> Pesquisa da UNESCO sobre o

		desemprego juvenil.
Bronfenmajer, Gabriela; <b>1986</b>	Venezuela	<b>Juventude e Sociedade na Venezuela.</b> Caracteriza a situação e perspectiva dos jovens venezuelanos de acordo com sua posição na evolução demográfica, família, educação, trabalho e o impacto cultural da modernidade. Autores: Casanova, Ramón; Zalcman, Elias Manuel.
Cassa, Roberto. <b>1986</b>	CEPAL	<b>Juventude e sociedade na República Dominicana.</b> Analisa a evolução da juventude na sociedade dominicana. Ele argumenta que isso surgiu da relação entre o fenômeno da modernização.
Cepal <b>1986</b>	Chile	<b>Entre os trilhos: uma experiência interdisciplinar em vídeo sobre a juventude popular urbana.</b> Descreve as etapas percorridas no desenvolvimento de uma “investigação em imagens.
Molina Chocano, G. <b>1986</b>	CEPAL, Stgo. de Chile,	<b>Juventude e sociedade em Honduras.</b> Ele seleciona uma série de indicadores econômicos e sociais que delimitam alguns aspectos do contexto demográfico, educacional, ocupacional e político da população jovem de Honduras.
Parra Sandoval, Rodrigo. <b>1986</b>	Revista de la CEPAL,	<b>Ausência de futuro: juventude colombiana.</b> Analisa os problemas da juventude colombiana em relação ao desenvolvimento, emprego, educação, participação política e migração.
Rama, Germán W. <b>1986</b>	Revista de la CEPAL,	<b>Juventude latino-americana entre o desenvolvimento e a crise.</b> Analisa o papel crucial da juventude latino-americana no processo de modernização que vai gerar um conjunto de mudanças nas estruturas sociais.
Revista Nueva Sociedad, Nº 76 <b>1985</b>	Caracas.	<b>Juventude latino-americana: uma ficção?</b> O ano de 1985 foi declarado o ano da juventude pelas Nações Unidas a fim de aprofundar as reflexões sobre o assunto. Analisa os problemas enfrentados pelos jovens na América Latina.

**Fonte:** Elaboração Própria baseado em BRASLAVSKY, Cecilia. Estudios e investigaciones sobre juventud en América Latina: balance y perspectivas. 1989. CELAJU.; Repositório CEPAL [https://www.cepal.org/es/search?as\\_q=](https://www.cepal.org/es/search?as_q=)

É também fundamental reconhecer o papel desempenhado pelos organismos multilaterais, “Teve como corolário a designação no âmbito das Nações Unidas de uma das suas organizações como promotora do conhecimento da Juventude Latino-Americana. Esse organismo foi a CEPAL, que se tornou a primeira organizadora e aglutinadora dos estudos e investigações desse período” (Braslavsky, 1989, p. 29, tradução nossa). No quadro 17 pode-se observar os principais documentos emitidos pela CEPAL.

Quadro 17 - Principais documentos emitidos pela CEPAL

Publicação	Serie	Ano	Autor
Los problemas de la infancia y la juventud en el proceso de desarrollo de Venezuela.	<u>E/LACCY/CS/L.3</u>	1965	CEPAL; N.U
Estudio de la política y de los criterios de planificación en cuanto a las necesidades de la infancia y la juventude.	<u>E/LACCY/CS/L.2</u>	1965	<u>Jamaica</u>
Informe de la Conferencia Latinoamericana sobre la Infancia y la Juventud en el Desarrollo Nacional	<u>ST/ECLA/CONF.20/L.20/REV.1</u>	1965	CEPAL; N.U
Plan de Acción Regional para América Latina y el Caribe en relación con el Año Internacional de la Juventud	<u>E/CEPAL/CONF.75/L.3</u>	1983	CEPAL; N.U
Informe de la Reunión Regional Latinoamericana	<u>G.1285</u>	1984	CEPAL; N.U

Preparatoria para el Año Internacional de la Juventud			
Juventud y sociedad en Colombia	E/CEPAL/R.334	1984	Parra, Rodrigo
Consideraciones Previas Para Un Estudio De La Juventud Popular Urbana En America Latina	LC/R.374	1984	Martínez, Javier
Consideraciones previas para un estudio de la juventud popular urbana en América Latina	LC/R.374	1984	Valenzuela, Eduardo; Martínez, Javier.
La estratificación social de la juventud: el caso de Ecuador.	LC/R.389	1984	Martínez, Javier.
Juventud y sociedad en la Argentina.	LC/R.401	1985	Braslavsky, Cecilia. “
Informe de la reunión regional de América latina y el caribe preparatoria para la conferencia mundial para el examen y la evaluación de los logros del decenio de las naciones unidas para la mujer: igualdad, desarrollo y paz	LC/G.1339	1985	CEPAL; N.U
Recopilación de algunos estudios preliminares sobre la situación de la mujer joven en cuatro países de América Latina: Argentina, Bolivia, Colombia y Chile	<u>LC/R.406</u>	1985	CEPAL; N.U
Contiene dos documentos de la Reunion Regional Latinoamericana Preparatoria para el Año Internacional de la Juventud (San Jose, Costa Rica, 1983): “Situacion y perspectivas de la juventud en America Latina”	<u>LC/G.1345</u>	1985	CEPAL; N.U
Juventud y exclusión social: el caso chileno.	LC/R 433	1985	Martínez, Javier; Eduardo Valenzuela
La radicalización política de la juventud popular del Perú.	LC/R 430	1985	Cotler, Julio.
La juventud uruguaya, en el proceso nacional de los últimos 20 años.	LC/R 432	1985	Terra, Juan Pablo.
Segunda Reunión Regional Latinoamericana y del Caribe para el Año Internacional de la Juventud. Temario	<u>LC/L.339(CONF.78/1)</u>	1985	CEPAL; N.U
Año Internacional de la Juventud: actividades de la CEPAL en el cumplimiento del Plan de Acción Regional	<u>LC/L.343(CONF.78/4)</u>	1985	CEPAL; N.U
Temario provisional. Seminario sobre Planificación de las Políticas de Juventud en los Países del Area Andina	<u>LC/R.455(SEM.27/1)</u>	1985	CEPAL; N.U
Planificación de las políticas sociales para la juventud en una época de crisis: versión preliminar	<u>LC/R.456(SEM.27/2)</u>	1985	CEPAL, N. U.; ILPES
Informe de la Segunda Reunión Regional Latinoamericana y del Caribe para el Año Internacional de la Juventud	<u>LC/G.1362(CONF.78/6)</u>	1985	CEPAL; N.U
Algunos Problemas Actuales De La Juventud. Esbozo Comparativo De La Juventud En Costa Rica, Honduras, Nicaragua, Republica Dominicana Y Venezuela	LC/R.647	1986	Torres, Rivas Edelberto
La juventud universitaria como actor social en América Latina	<u>LC/G.1427</u>	1986	<u>Revista de la CEPAL No.29</u>
Los jóvenes en el Brasil: antiguos supuestos y nuevos derroteros. Revista de la CEPAL No. 29	<u>LC/G.1427</u>	1986	Madeira, Felícia Reicher.
Actividades de la secretaria de la CEPAL con relación a la integración de la mujer en el desarrollo económico y social de América latina Y el caribe	LC/L.456(CRM.4/4)	1988	CEPAL; N.U
Políticas sociales en el Uruguay: educación y juventud		1989	CEPAL; N.U
Juventud y la desigualdad de oportunidades en educación y empleo en América Latina; informe preliminar	INT 1935	1990	CEPAL; N.U
Proyecto de declaración conjunta de las agencias del sistema de las Naciones Unidas sobre políticas de	<u>LC/R.1048(SEM.64/4)</u>	1991	CEPAL; N.U

juventud en América Latina y el Caribe: versión preliminar			
La generación de los noventa: ocho tesis erradas sobre juventud, educación y empleo en América Latina y sus implicancias para políticas de equidad	<a href="#">LC/R.1094</a>	1991	CEPAL; N.U
Tesis erradas sobre la juventud de los años noventa. John Durston.	<a href="#">LC/G.1717-P</a>	1992	<a href="#">Revista de la CEPAL No.46</a>
La situación de la juventud en América Latina	<a href="#">LC/MVD/R.99</a>	1992	<a href="#">Rama, Germán W.</a>
Declaración conjunta de organismos del sistema de las Naciones Unidas y otras organizaciones intergubernamentales sobre políticas relativas a la juventud en América Latina y el Caribe	<a href="#">LC/G.1730/REV.1</a>	1992	CEPAL; N.U
Participación de la juventud en las actividades laborales y el proceso de toma de decisiones en América Latina y el Caribe: desafíos a las políticas de juventud y a los actores sociales juveniles	<a href="#">LC/R.1777</a>	1998	<a href="#">Durston, John</a>
Informe de la Reunión Regional de Jóvenes de América Latina y el Caribe Preparatoria del Tercer Período de Sesiones del Foro Mundial de Juventud	<a href="#">LC/R.1847</a>	1998	CEPAL; N.U
Adolescencia y juventud en América Latina y el Caribe: problemas, oportunidades y desafíos en el comienzo de un nuevo siglo	LC/L.1445-P	2000	CEPAL, N. U.; OIJ.
Juventud, Población Y Desarrollo <sup>[1]</sup> En América Latina <sup>[2]</sup> Y El Caribe Problemas, Oportunidades Y Desafíos	LC/G.2113-P	2000	CEPAL, N. U.
Protagonismo juvenil en proyectos locales: lecciones del Cono Sur	<a href="#">LC/G.2098-P</a>	2001	CEPAL; N.U; UNESCO
Capital social de los y las jóvenes: propuestas para programas y proyectos	<a href="#">LC/L.1988/ADD.1-P</a>	2003	<a href="#">Miranda, Francisca; Arriagada, Irma; Italia. Gobierno</a>
La juventud en Iberoamerica Tendencias y Urgencias	<a href="#">LC/R.2180</a>	2003	Martín Hopenhayn; CEPAL, N. U.; OIJ.
Informe de la reunión de expertos sobre cohesión social: inclusión y sentido de pertenencia	<a href="#">LC/MEX/L.820(SE M.176/2)</a>	2007	<a href="#">NU. CEPAL. Subse de México</a>
Juventud y cohesión social en Iberoamérica: un modelo para armar	<a href="#">LC/G.2391</a>	2008	CEPAL; N.U
Informe regional de población en América Latina y el Caribe 2011: invertir en juventud.		2012	<a href="#">CEPAL, N. U., et al.</a>
Invertir para transformar: la juventud como protagonista del desarrollo.		2014	CEPAL; N.U
La salud y las juventudes latinoamericanas y caribeñas	<a href="#">LC/G.2647-P</a>	2015	<a href="#">Ullmann, Heidi</a>
Participación política, apego a la democracia y temas prioritarios de las personas jóvenes en América Latina, 2000-2013	<a href="#">LC/G.2647-P</a>	2015	<a href="#">Maldonado Valera, Carlos</a>
Juventud: realidades y retos para un desarrollo con igualdad	<a href="#">LC/G.2647-P</a>	2015	<a href="#">Trucco, Daniela; Ullmann, Heidi</a>
Políticas y prácticas de prevención de la violencia que afecta a la juventud en Centroamérica: análisis comparativo	<a href="#">LC/W.684</a>	2015	CEPAL; N.U
Hacia la inclusión social juvenil	<a href="#">LC/M.28</a>	2015	Soto, H., Trucco, D., & Ullmann, H.
Perspectivas económicas de América Latina 2017: Juventud, Competencias y Emprendimiento	<a href="#">LC/G.2689</a>	2016	<a href="#">CEPAL, N. U.; OCDE</a>
Institucionalidad social en América Latina y el Caribe	LC/PUB.2017/14-P	2017	Martínez, Rodrigo
Ciclo de vida y políticas sociales: las instituciones de	<a href="#">LC/PUB.2017/14-P</a>	2017	<a href="#">Trucco, Daniela</a>

juventud en la región			
Perspectivas económicas de América Latina 2019: desarrollo en transición	<u>LC/PUB.2019/14</u>	2019	CEPAL, N. U.; OCDE
Panorama Social de América Latina 2019	<u>LC/PUB.2019/22-P</u>	2019	CEPAL; N.U
Coyuntura Laboral en América Latina y el Caribe. La dinámica laboral en una crisis de características inéditas desafíos de política	<u>LC/TS.2020/128</u>	2020	CEPAL, N. U.; OIT
Juventud	<u>LC/TS.2021/55</u>	2021	Soto de la Rosa, Humberto; Gutiérrez, Elsa Lamotte, Citlalli

Fonte: Elaboração própria. <https://repositorio.cepal.org>

Nessa época, predominavam os estudos setoriais, abordando questões como emprego, saúde e participação política dos jovens. Além disso, havia um número menor de estudos que empregavam o trabalho de campo, incluindo entrevistas e pesquisas com jovens de populações urbanas marginais, estudantes do ensino médio, universitários e projetos de trabalho com jovens (Pérez Islas, 2006).

Com o apoio da UNESCO e do CELAJU em 1987, surgiu a iniciativa de criar a Rede Latino-Americana de Jovens Pesquisadores, responsável por compilar estudos e experiências com jovens nesses diversos contextos. Isso envolveu a realização de reuniões anuais com a participação de especialistas de todos os países da região, culminando na elaboração de vários documentos compilados em forma de livros (CELAJU, 2020).

Através das tarefas decorrentes da AIJ e das Conferências Ibero-americanas de Juventude desde 1988, a Rede Ibero-americana de Investigação Juvenil foi estabelecida. Ela surgiu como um espaço para propor e divulgar resultados acadêmicos que contribuíssem para a formulação de políticas públicas voltadas para os jovens, estabelecendo uma conexão crucial entre a pesquisa e o campo político, de acordo com Graterol (2014) “Por isso, na II CIJ concordou-se em criar uma Rede de centros de Informação e documentação de juventude nível regional (II CIJ, 1988), a fim de sistematizar toda a prolífica bibliografia que surgiu em conexão com o AIJ 1985” (Graterol, 2014, p. 273, tradução nossa).

Essa rede teve o apoio e o respaldo da UNESCO e, conforme Graterol (2014) relata, foi coordenada por Ernesto Rodríguez, membro do CELAJU. Ele, juntamente com Bernardo Dabezies, apresentou o Primeiro Relatório sobre a Juventude Latino-Americana em 1990. Este relatório foi o segundo documento a avaliar a situação da pesquisa sobre juventude no continente e foi apresentado na III Conferência Ibero-americana da Juventude. De acordo com Pérez Islas, “como afirmam os autores no prólogo da referida publicação, «se tornará a espinha dorsal sobre a qual a conferência articulará o processo investigativo nos anos subsequentes»”

(Pérez Islas, 2006, p. 149, tradução nossa, grifo do autor).

Rodríguez e Dabezies (1991) enfatizam os avanços conquistados nos estudos sobre juventude até a década de 1990. Eles afirmam que o conhecimento sobre os problemas enfrentados pela juventude latino-americana aumentou significativamente. A qualidade dos estudos melhorou, superando perspectivas ideológicas do passado e rompendo com paradigmas ultrapassados.

O progresso metodológico foi impulsionado pela partilha de novas experiências. Questões cruciais passaram a ser abordadas a partir de perspectivas críticas, graças à autonomia concedida pelas Nações Unidas como promotora do conhecimento. Além disso, um amplo e qualificado grupo de pesquisadores se dedicou à pesquisa especializada sobre questões de juventude, consolidando assim o campo, “trabalhando de forma inter-relacionada e com bom nível de continuidade, especialmente no campo da Rede Latino-Americana de Pesquisadores Especializados associados ao CELAJU, e -mais recentemente- de o Grupo de Trabalho da Juventude CLACSO” (Rodríguez; Dabezies, 1991, p. 12, tradução nossa).

O avanço no campo da pesquisa sobre juventude na América Latina também se refletiu na socialização das experiências. Isso incluiu a realização de seminários nacionais e regionais em vários países, abordando uma variedade de temas e envolvendo numerosos pesquisadores. O conhecimento gerado e adquirido foi amplamente divulgado por meio de revistas especializadas, elaboração de bibliografias e compilações sobre a juventude em cada país, além da publicação de diversos livros e documentos.

Além disso, a pesquisa sobre juventude levou à criação de instituições e órgãos dedicados a trabalhar com e sobre a juventude. Neste contexto acadêmico, os resultados e descobertas relacionados à população jovem foram especialmente destacados, condensando várias áreas de pesquisa da região. Esses esforços resultaram na identificação de sete desafios importantes para a década de 1990:

Desenvolver uma estatística básica em primeira mão; diversificar as análises de setores específicos da juventude; apoiar processos de inquérito em países com pouca atividade; expandir o número de disciplinas envolvidas na pesquisa de juventude para gerar trabalho interdisciplinar; estabelecer relações fortes com o campo das políticas de juventude; gerar mais espaços institucionais para que as equipes tenham um espaço de desenvolvimento mais estável e consolidar avanços teóricos na matéria (Pérez Islas, 2006, p. 149–150, tradução nossa).

Para enfrentar esses desafios, os autores recomendam a implementação de um Programa Básico de Pesquisa sobre juventude para a década de 1990. Esse programa baseia-se em dois aspectos principais: a exclusão, que afeta grande parte da população jovem devido à limitação das perspectivas de vida e de participação, e a inserção social dos jovens, com foco na relação

entre educação e emprego, bem como nas atitudes dos jovens em relação às instituições de socialização.

Os autores propõem dois eixos principais para o Programa. O primeiro é de natureza “retrospectiva” e aborda a juventude e a crise dos anos 1980, fazendo uso de instrumentos estatísticos básicos, como Pesquisas Domiciliares e Censos Nacionais. O segundo eixo é “prospectivo” e lida com a juventude e o desenvolvimento na década de 1990. A partir desses dois eixos, são identificadas as principais prioridades temáticas. O programa também especifica os instrumentos e metodologias a serem utilizados em sua execução. Uma ênfase é dada à integração da temática da juventude em programas prospectivos mais amplos, promovendo a reflexão acadêmica e técnica (Pérez Islas, 2006).

No contexto do Programa, são apresentadas propostas sobre a relação entre pesquisa básica e políticas de juventude, bem como formas de divulgar os resultados das pesquisas e estudos. Também são levantadas propostas relacionadas aos “atores” e “implementadores” do programa, juntamente com sugestões sobre financiamento. A implementação bem-sucedida do Programa é vista como dependente do trabalho realizado pela Rede Latino-Americana de Pesquisadores Especializados em Assuntos Juvenis, com base nos seminários e workshops realizados por essa rede (Rodríguez; Dabezies, 1991).

Os pesquisadores envolvidos nesse trabalho eram membros da Rede Latino-Americana de Pesquisadores Especializados em Assuntos Juvenis, conforme detalhado no quadro:

Quadro 18 - Lista De Membros Da Rede Latino-Americana De Pesquisadores Especializados Em Temas Juvenis Associados Ao Celaju

	<b>Pesquisador</b>	<b>Instituição</b>	<b>País</b>
<b>1</b>	Cecilia Braslavsky	FLACSO	Argentina
<b>2</b>	Silvia Llomovate	FLACSO	Argentina
<b>3</b>	Ana Wortman	UBA	Argentina
<b>4</b>	María Matilde Ollier	CEDES	Argentina
<b>5</b>	Germán Monroy	FLACSO	Bolívia
<b>6</b>	Huáscara Cajías	CEPAC	Bolívia
<b>7</b>	Godofredo Sandoval	FLACSO	Bolívia
<b>8</b>	Virginia Piérola	CEBIAE	Bolívia
<b>9</b>	Felícia Madeira	Fund. C. CHAGAS	Brasil
<b>10</b>	Eloisa Nogueira	POLIS	Brasil
<b>11</b>	Hernando Maldonado	C .JUVENTUD	Colômbia
<b>12</b>	Henry Botero	CEIS/INEDO	Colômbia
<b>13</b>	Bernardo Jaramillo	ANDIGRAF	Colômbia

14	Edelberto Torres Rivas	FLACSO	Costa Rica
15	Dina Krauskopf	IIS—UCR	Costa Rica
16	M <sup>a</sup> Antonia Ramos	CEJC	Cuba
17	Javier Martinez	Instituto Sul	Chile
18	Eduardo Valenzuela	Instituto Sul	Chile
19	José Auta	Instituto Sul	Chile
20	Luis Edo. González	PIIE	Chile
21	Salomón Magendzo	PIIE	Chile
22	José Weinstein	CIDE	Chile
23	Alexis Guerrero	CAJ	Equador
24	José Salcedo	CAJ	Equador
25	Xavier Andrade	FNJ	Equador
26	Mario Unda	CIUDAD	Equador
27	Paul Bonilla	LOGOS	Equador
28	Carlos Herrera	INFOC	Equador
29	Guillermo Molina Chocano	UNAH	Honduras
30	Sergio Zermeño	UNAM	México
31	José Antonio Pérez Islas	CEJM	México
32	Sara Henriquez	INJ	Nicarágua
33	Roberto Céspedes	CPES	Paraguai
34	M <sup>a</sup> Susana Villagra	CEDES	Paraguai
35	Susana Sottoli	GCS	Paraguai
36	José Giménez	GCS	Paraguai
37	Carlos Lezcano	GCS	Paraguai
38	Romero Grompone	IEP	Peru
39	Inés Quiles	CIJUP	Puerto
40	Homero Saltalamacchia	CIJUP	Puerto
41	Rodolfo Léméz	CIEP	Uruguay
42	Walter Menéndez	CELADU	Uruguay
43	Marcos Supervielle	ICS/UR	Uruguay
44	M <sup>a</sup> Elena Lournaga	FORO JUVENIL	Uruguay
45	Javier Lasida	FORO JUVENIL	Uruguay
46	Elías Zalcman	CENDES	Venezuela
47	Nelson Prato	CENDES	Venezuela
48	Ramón Casanova	CENDES	Venezuela

**Fonte:** RODRÍGUEZ, Ernesto; DABEZIES, Bernardo. Primer Informe sobre la juventud de América Latina. En *Primer informe sobre la juventud de América Latina*. 1991.

Embora a Rede tenha sido relevante durante anos, contribuindo com estudos comparativos, sua influência diminuiu gradualmente devido à falta de apoio acadêmico. Parte de suas atividades foi conduzida pelo Grupo de Trabalho sobre Juventude do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO) e pela Rede Ibero-americana de Especialistas em Juventude (RIEJ), promovida pela OIJ (CEPAL; CELADE, 2000).

Ernesto Rodríguez também destaca a produção acadêmica e técnica dos anos 90 e seguintes, fornecendo material valioso para entender a realidade dos jovens e o impacto das políticas de juventude na região. Em 1989, com o apoio da UNESCO e em parceria com Ernesto Ottone, Rodríguez publicou o livro “Mitos, Certezas e Esperanças: Tendências da Pesquisa

sobre a Juventude na América Latina.” Este trabalho reuniu reflexões de principais pesquisadores da região daquela época, contribuindo para os debates ocorridos em Buenos Aires (1987) e no México (1988) (Graterol, 2014).

Com o exposto, Cecilia Braslavsky, da Argentina, apresentaria o texto, Estudos e pesquisas sobre a juventude na América Latina: equilíbrio e perspectivas. Felícia MORENO, 2006, do Brasil, participou com os textos, Estudos sobre mulheres jovens na América Latina: enfim, o que é isso? E A produção de conhecimento e as formas de intervenção do Estado brasileiro no atendimento aos jovens. Pelo México, Sergio Zermeño e José Antonio Perez Islas, participaram do capítulo jovens mexicanos: uma discussão sobre seus saberes. Nelson Prato Barbosa, contribuiu com A consciência escrita sobre os jovens da Venezuela. Javier Martinez, apresentou Pesquisa sobre a juventude no Chile: primeiras notas para uma reformulação. Emília de León e María Elena Lournaga, colaboraram com o texto Juventude e pensamento social: reflexões para o caso uruguaio. Roberto Céspedes, contribuiu para a Análise da bibliografia sobre a juventude paraguaia, enfim, Ernesto Rodriguez juntamente com Bernardo Dabezies, escreveu Juventude, emprego e formação profissional na América Latina: equilíbrio e perspectivas e com Ernesto Ottone escreveram A crise e a juventude: um espaço para inovação? E em trabalhos individuais Rodríguez, entrega dois documentos, Juventude e Democracia na América Latina e A Pesquisa como ferramenta de ação no campo das políticas de juventude na América Latina.

Desse modo, pode-se afirmar que trabalhos como esses seriam documentos relevantes para pensar e formular políticas de juventude nos países da região. Segundo a análise realizada por Graterol, este seria um dos contextos em que os integrantes da rede de estudos e políticas de juventude estabeleceriam diversas relações e também daria lugar ao processo de institucionalização da juventude no continente. Para Rodríguez (1989), as instituições de juventude se delimitam em três modalidades, de um lado existem países que possuem centros dedicados à pesquisa onde são definidos os programas que atenderão aos jovens. Em outros países, os parâmetros são dados por peritos ou especialistas contratados pelos governos. A terceira modalidade é aquela que emerge do vínculo estabelecido entre o órgão governamental que conceitua a política e um instituto especializado em questões de juventude.

Assim sendo, em seu primeiro relatório sobre a juventude, eles indicam a criação de várias organizações dedicadas à juventude, como CELAJU, CIJUP (Centro de Pesquisa Porto-riquenha); CAJ (Centro Andino da Juventude) no Equador; IDEJ (Instituto Dominicano de Estudos Juvenis); o Centro de Estudos da Juventude Cubana; Fórum da Juventude Uruguaia e Centro de Estudos da Juventude Mexicana (CEJM/CREA), juntamente com a formulação de

programas de pesquisa sobre juventude em importantes institutos acadêmicos da região, como a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais FLACSO (Buenos Aires, Bolívia e Costa Rica), o Instituto SUR, CIDE e outros no Chile, a Fundação Carlos Chagas no Brasil, o Centro Paraguai de Estudos Sociológicos, o Instituto de Estudos Peruanos e o CENDES da Venezuela (Rodríguez; Dabezies, 1991).

Por sua vez, Braslavsky (1989) considerou que neste momento a pesquisa científica sobre juventude poderia ocorrer em vários tipos de instituições, assim classificou os grupos de instituições juvenis da seguinte forma: a) organizações internacionais e regionais não específicas, como a CEPAL, FLACSO, PISBAL, Centro Interamericano para o Desenvolvimento do Conhecimento em Formação Profissional (CINTERFOR), que é um serviço técnico da OIT; Escritório Regional de Educação da UNESCO (OREALC) e outros; b) Depois, existem organizações internacionais e regionais específicas, como o CELAJU; c) órgãos governamentais específicos, como CREA, ministérios da juventude e secretarias; d) Órgãos governamentais não específicos, Ministérios e Secretarias de Educação, Trabalho, Saúde e Ação Social, entre outros; e, finalmente, e) centros de pesquisa nacionais públicos e privados, universidades, institutos, centros membros do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais, CLACSO.

Em relação a esta categorização das instituições encarregadas do estudo da problemática juvenil, a autora nota que estas apresentam vantagens e desvantagens, mas centra o seu interesse em destacar algumas das condições que podem contribuir e estimular a investigação sobre a temática da juventude, situação que aumenta as oportunidades de articulação com outros estudos mais gerais; também pode ser estruturada com ações estatais e comunitárias para melhorar a qualidade de vida dos jovens; pode ser garantido o desenvolvimento de equipas de investigação com um grau adequado de estabilidade institucional e na área temática; cada projeto, programa ou estudo pode estar vinculado ao conjunto da produção da região e fora dela e a oportunidade de assegurar às equipas de pesquisa recursos institucionais e financeiros para seus trabalhos (Braslavsky, 1989).

Para o ano de 2022, José Antonio Pérez Islas publica seu texto “*Game of Glances*”, no qual praticamente atualiza e aprofunda o estado da arte da pesquisa sobre juventude na América Latina, desenvolvida em seu artigo “Traços para um mapa de pesquisa sobre juventude na América Latina” em 2006. O autor pretende, através de sua escrita, “olhar para as orientações que esses estudos tomaram no nível conceitual e/ou analítico, a fim de enquadrar o desenvolvimento do campo juvenil no continente latino-americano” (Pérez Islas, 2022, p. 24, tradução nossa).

Pérez Islas parte de estudos anteriores, destacando o trabalho de produção ensaística mencionado no documento de Braslavski (1989), afirmando que, embora seja fruto de um trabalho às vezes disperso e com conotações ideológicas, não pode deixar de reconhecer a atividade que estava sendo gerada no setor juvenil, especialmente aquelas relacionadas aos movimentos estudantis universitários.

Em relação à segunda etapa, chamada de predominância da sociologia, o autor destaca a proposta feita por José Medina Echavarría em 1965, sob os auspícios da UNICEF e do Instituto Latino-Americano de Planejamento Econômico (ILPES), onde foi elaborado um plano de trabalho para realizar estudos sistemáticos sobre a juventude. Pérez Islas afirma que se trata de uma escrita pouco reconhecida pelos estudiosos do tema da juventude, pois em sua perspectiva simboliza “uma porta de entrada muito interessante, ligada à teoria do desenvolvimento, onde as propostas temáticas e metodológicas que seriam reproduzidas e discutidas ao longo do século são explicadas como se fossem uma novidade” (2022, p. 25, tradução nossa).

O autor destaca o interesse em desenvolver metodologias relevantes para compreender os jovens, focando em dois aspectos que moldariam as discussões dos pesquisadores especializados em juventude nos anos seguintes: a análise das condições de vida 'objetivas' dos jovens e suas reações 'subjetivas,' relacionando-as com as representações sociais sobre a juventude (Pérez Islas, 2022, p. 26, tradução nossa).

Após um período de produção de conhecimento sobre a juventude, houve uma década com pouca pesquisa até o Ano Internacional da Juventude (AIJ), que impulsionou a produção de conhecimento sobre os jovens. A CEPAL desempenhou um papel crucial, produzindo relatórios que abordaram a demografia e a entrada dos jovens no mercado de trabalho. A segunda fase dos relatórios da CEPAL começou com o Primeiro Relatório sobre a Juventude na América Latina em 1990, de Rodríguez e Dabezies (1991). Este relatório focou na busca de uma definição de juventude, um desafio devido à heterogeneidade dos jovens na América Latina e à sua limitada participação na elaboração de políticas públicas (Pérez Islas, 2022; Rodríguez; Dabezies, 1991).

Outros três relatórios foram lançados pelo OIJ. O primeiro, chamado “Tendências e Urgências” (2004), apresentou um diagnóstico detalhado com base em estatísticas, destacando as mudanças enfrentadas pelos jovens em várias áreas. O segundo relatório, focado na coesão social e juventude na região (2008), explorou dimensões que requeriam intervenção, exigindo recursos e vontade política para reduzir as disparidades, promover o senso de pertencimento dos jovens à sociedade e envolvê-los na cidadania e democracia. O terceiro relatório, intitulado

“Investir para Transformar” (2014), forneceu informações para o processo político e compreensão das realidades dos jovens. Além de investir em recursos governamentais, econômicos, sociais e humanos, buscou subsidiar a tomada de decisões e abordar problemas públicos dos quais os jovens da região fazem parte.

Pérez Islas (2022) também destaca um projeto relevante, um dos poucos trabalhos de análise comparativa relacionados a políticas públicas em nível regional. Coordenado por Ernesto Rodríguez em 1995, com o apoio do Centro Internacional de Pesquisas para o Desenvolvimento (IDRC - CIID) do Canadá, o projeto não foi publicado integralmente devido a problemas políticos no OIJ. No entanto, tornou-se conhecido por meio de vinte estudos nacionais, quatro documentos sub-regionais, quatro estudos setoriais específicos e um relatório global comparativo de Julio Bango.

### 3.7 OS ESPECIALISTAS EM JUVENTUDE: EXPERIÊNCIAS DE ALGUNS PAÍSES

Pérez Islas sintetiza as experiências regionais de pesquisa sobre a juventude, destacando o trabalho realizado em diferentes momentos e formas. Ele ressalta que Ernesto Rodríguez e Ernesto Ottone (1989) foram os pioneiros a realizar a primeira revisão relevante da pesquisa sobre a juventude em vários países do continente. Nesse contexto, destaca o trabalho paradigmático de Cecilia Braslavsky, que dois anos antes havia realizado o primeiro levantamento abrangente na área (Pérez Islas, 2022).

Essas publicações também buscaram criar uma rede de pesquisadores em juventude ligada ao CELAJU, na qual participaram os chamados “especialistas” em juventude. Segundo Pérez Islas (2020), a categoria de “especialista” é a mais apropriada para descrevê-los, pois atuam no campo da juventude em diversas funções, incluindo atividades acadêmicas em universidades, trabalho em instituições públicas ou em organizações da sociedade civil. A seguir, serão apresentadas experiências acadêmicas em juventude de alguns países.

O Uruguai é um dos pioneiros nos estudos acadêmicos sobre a juventude. De acordo com Lovesio e Viscardi, no período de 1950 a 1989, pode-se identificar quatro fases que marcam o desenvolvimento dessa área na sociologia uruguaia. O primeiro período (1950-1967) é conhecido como “Estudos Globais” e abordou principalmente questões relacionadas à educação e à juventude, particularmente os estudantes. O segundo período, denominado “Emergência Social dos Jovens: Estudantes como Atores Políticos” (1968-1973), teve um caráter mais ensaísta e não gerou dados específicos sobre os jovens. O terceiro período, “Trabalho e Desemprego como Expressão da Estagnação da Estrutura Social” (1974-1984),

apresentou uma pausa de dez anos nas publicações entre 1968 e 1978 e trouxe uma nova definição de juventude, com foco em tópicos como mercado de trabalho, ocupação, mídia e participação política. O quarto período, “Dos Movimentos Sociais à Exclusão e à Violência” (1985-1989), marcou a consolidação de uma sociologia da juventude, indicando uma evolução significativa nessa área de estudos (Lovesio; Viscardi, 2003; Pérez Islas, 2022).

Quadro 19 - Autores especialistas em juventude Uruguai.

<b>Autor</b>	<b>Ano</b>	<b>Publicação</b>
Héctor Barbagelata	1955	Tres encuestas sobre problemas juveniles. Analisa uma pesquisa aplicada a jovens sobre o uso do tempo livre, seus estudos e vocação.
Aldo Solari	1959 1965	Problemas socioeconómicos de la juventud uruguaya. Educação e desenvolvimento das elites. Sistemas de ensino secundário.
Roberto Copelmayer Y Diego Díaz	1968	Montevideo 68. La lucha estudiantil. Analisa o pensamento e a ação política dos jovens.
Ares Pons	1968	Aproximaciones a la problemática de nuestra juventud. Analisa a forma como a crise econômica do país afeta as possibilidades de mobilidade social existentes no Uruguai.
Ernesto Rodriguez	1978 1985	Situación y perspectivas de la juventud uruguaya. La juventud como movimiento social. Elementos para o estudo do caso uruguaio.
José Luís Castagnola	1981	Comunicación masiva y sectores juveniles
Marcelo Boado	1983	La juventud en el empleo: estudio exploratorio de la participación juvenil en el empleo.
Francisco Pucci; Jorge Papadopoulos.	1983	Participación electoral juvenil: un estudio de caso
Juan Pablo Terra	1985	La juventud uruguaya, en el proceso nacional de los últimos 20 años
Rosario Aguirre	1987	La mujer en el mercado de trabajo en Montevideo
Germán Rama	1968 1989	Grupos sociales y enseñanza secundaria. La situación de la juventud y los problemas de su inserción en la sociedad.
Rafael Diez De Medina	1989	La estructura ocupacional y los jóvenes en Uruguay
Carlos Filgueira; Germán Rama.	1991	Los jóvenes de Uruguay: esos desconocidos. Análisis de la encuesta Nacional de Juventud.
Luis Caputo	1997	Juventud y transición política: actitudes y percepciones en un momento de tensiones no resueltas.
Guillermo Amoroso; Carlos H Filgueira; Alvaro Fuentes.	1997 1997	La percepción del Instituto Nacional de la Juventud (INJU) en el imaginario juvenil. Condiciones habitacionales de la juventud: elementos para el diseño de una política de vivienda.
Beatriz Lovesio; Nilia Viscardi	2003	Los estudios de la mujer y de los jóvenes en la construcción del conocimiento sociológico uruguayo.
Juan Romero	2004 2010	La Modernización Agraria en el Uruguay: los jóvenes rurales una asignatura pendiente Participación social de la juventud uruguaya en los últimos 20 años.
Juan Romero; Natalia Moreira		La Juventud en la Sociología Uruguaya: estado del arte
	2010	Participação social da juventude uruguaia nos últimos 20 anos.

Fonte: Elaboração própria. Cfr. (LOVESIO; VISCARDI, 2003; PÉREZ ISLAS, 2022)

No caso da Argentina, os estudos sobre juventude começaram de forma dispersa nos meados dos anos 80, com foco em questões como educação e emprego, especialmente em relação aos setores populares. A definição de juventude se destacou com base em critérios etários e na condição social de ser jovem. A maioria desses trabalhos foi realizada nos anos 90, tornando a Argentina o país mais documentado da região em relação à juventude.

Houve um primeiro período, denominado fase fundacional, que ocorreu entre 1985 e 1995, destacando o trabalho de Sergio Balardini e sua Fundação Ebert, juntamente com o Programa de Estudos Juvenis da FLACSO. Durante esse período, três discussões principais surgiram: a demográfica e sócio-jurídica, as condições que antecedem a autonomia e a emancipação, e a moratória vital e o estatuto da juventude Chaves (2009),

O segundo período, de 1995 a 2005, representou uma fase de estabilização dos estudos sobre a juventude, com uma mudança na percepção, passando a entender a juventude como uma entidade por si só, não apenas como uma fase de transição. Nesse período, o Grupo de Trabalho Juvenil da CLACSO ganhou destaque, realizando reuniões anuais e impulsionando iniciativas semelhantes. O terceiro período, chamado de 'Geração Jovem Promessa', iniciou em 2005 e continua até hoje. Nesta etapa, os encontros se organizam em redes e os vínculos são sistematizados, como o caso da 'Red de Investigadores en Juventudes de Argentina', REIJA (Chaves, 2009; Macri; Guemureman, 2013; Pérez Islas, 2022).

Quadro 20 - Autores especialistas em juventude Argentina.

<b>Autor</b>	<b>Ano</b>	<b>Publicação</b>
Cecilia Braslavsky	1986	Informe de situación de la juventud Argentina
Sergio Balardini; José Castillo; Javier Hermo	1986	Primer Informe de Juventud de la Ciudad de Buenos Aires
Silvia Llomovate	1988 1991	Adolescentes y pobreza Adolescentes entre la escuela y el trabajo
Comisión Nacional de Pastoral Juventud.	1989	Encuesta Nacional de los Jóvenes para los Jóvenes. Informe Nacional
Homero Saltalamacchia	1990	La juventud hoy: un análisis conceptual
Ana Wortman	1991	Jóvenes de la periferia
Víctor Mario Mekler	1992	Juventud, educación y trabajo
Mariela Macri; Solange Van Kemenade	1993	Estrategias laborales de jóvenes en barrios cadenciados.
Hartmut Hentschel; Berta Sperber; Eva Waldman	1993	La juventud Argentina. Una comparación de generaciones (Cómo son, qué piensan y qué quieren de la vida los jóvenes de hoy)
Mario Margulis	1994 1996	La cultura de la noche. Vida nocturna de los jóvenes en Buenos Aires La juventud es más que una palabra
Javier Hermo; Sergio Balardini; José Castillo	1994	Primer Informe de Juventud de la Ciudad de Buenos Aires

Sergio Balardini; Javier Hermo.	1995	Políticas de juventud en América Latina: evaluación y diseño, informe Argentina
Pablo Bonaldi	1998	Debilitamiento del tejido social y muertes violentas en jóvenes
Sergio Balardini	1999	Políticas de juventud: conceptos y la experiencia Argentina.
	2000	La participación social y política de los jóvenes en el horizonte del Nuevo Siglo
	2002	Córdoba, «Cordobazo» y después. Mutaciones del movimiento juvenil en Argentina
Hugo Edgardo Biagini	2000	Utopías juveniles. De la bohemia al Che
Marcela Román	2003	Los jóvenes rurales en Argentina. Elementos para una estrategia de desarrollo rural.
Agustín Salvia; Silvia Lé pore	2004	Problemática Juvenil en la Argentina Actual
Soledad García Conde, Wermus, Naomi y Arinci, Victoria.	2005	La situación de la juventud en la ciudad de Buenos Aires.
Mariela Macri; Silvia Guemureman.	2013	La configuración del campo de estudios sobre juventud, adolescencia e infancia en Argentina a partir de la recuperación de la democracia.
Mariana Chaves	2000	¿Vamos a la plaza? Usos y preferencias juveniles sobre la ciudad.
	2001	Los jóvenes a través (ando) de la ciudad.
	2003	Vivir juntos... pero separados. Hacia una socialización en espacios homogéneos.
	2004	Biopolítica de los cuerpos jóvenes: aproximación e inventario.
	2005	Juventud negada y negativizada: representaciones y formaciones discursivas vigentes en la Argentina contemporánea.
	2006	Los espacios urbanos de jóvenes en la ciudad de La Plata
	2009	Investigaciones sobre juventudes en la Argentina: estado del arte en ciencias sociales 1983-2006.
	2012	Jóvenes, territorios y complicidades. Una antropología de la juventud urbana

**Fonte:** Elaboração própria. Cfr. (Chaves, 2009; Pérez Islas, 2022).

Em relação ao Chile, a pesquisa sobre juventude apresenta uma contradição interessante, uma vez que o país mantém uma trajetória governamental-institucional e programas estatais sólidos relacionados à pesquisa sobre juventude. O Chile é notável por ser o único país que persistiu em conduzir pesquisas nacionais sobre juventude de forma contínua (Pérez Islas, 2022).

No entanto, as perspectivas disciplinares tiveram mais relevância em relação às transdisciplinares. Além disso, a integração institucional no campo acadêmico tem sido limitada, e não houve uma mudança geracional significativa entre os autores que contribuíram para a produção acadêmica na década de 1980. Oscar Aguilera (2009) realizou um estado da arte sobre os estudos da juventude chilena. Neste documento, ele diferencia o reconhecimento da juventude como uma identidade emergente e a sua constituição como um ator, bem como sua categorização como objeto de análise nas ciências sociais. Esses aspectos remontam ao início do século XX, com as organizações artísticas e literárias da época, e à formação e

desenvolvimento da Federação de Estudantes da Universidade do Chile em 1906.

Durante o regime ditatorial chileno (1973-1989), a literatura acadêmica mostrou pouco interesse pelos jovens, uma situação que persistiu por cerca de uma década. Muitos estudos foram realizados por organizações da sociedade civil ou agências vinculadas à Igreja Católica, pois as universidades estavam sob bloqueio militar. Os estudos predominantes eram qualitativos e exploratórios, focados nos jovens dos setores populares.

De acordo com Klaudio Duarte (2018), a pesquisa sobre juventude após a ditadura passou por três períodos distintos. O primeiro (1993 a 2000) é identificado pelo autor como a fase de reprodução de noções e mecanismos adultocêntricos, até a abertura para abordagens alternativas aos tradicionais conceitos. Nesse período, foram difundidas noções fundamentais, como idade, ciclo de vida e integração social, enquanto houve uma mudança de perspectiva em relação à construção social da juventude, incorporando elementos de historicidade, conflito e protagonismo juvenil. Durante essa fase, surgiu a revista especializada em questões juvenis “Última Década,” que é a mais antiga do continente, com publicações ininterruptas desde 1993.

O segundo período abrange o período de 2001 a 2006, coincidindo com o término da mobilização dos alunos do ensino médio. Nessa etapa, houve uma aprofundada análise da juventude, indo além da simples condição relacional, explorando o conceito de “juventude.” Isso enfatizou a heterogeneidade e a diversidade dos mundos juvenis, levando em consideração as diferenças nas formas de ser e tornar-se jovem, destacando a complexidade das pesquisas sobre a juventude (Duarte, 2018; Pérez Islas, 2022).

A terceira fase estendeu-se até o final de 2010, quando ocorreu um ressurgimento do movimento estudantil na educação universitária e secundária. A ação política dos jovens voltou a ser um mecanismo de análise, destacando os processos de construção democrática e o impacto das transformações culturais nos contextos juvenis (Duarte, 2018).

Quadro 21 - Autores especialistas em juventude Chile

<b>Autor</b>	<b>Ano</b>	<b>Publicação</b>
Irene Agurto; Gonzalo De La Maza; Manuel Canales	1985	Juventud chilena: razones y subversiones.
Andrés Undiks		Juventud urbana y exclusión social.
Eduardo Valenzuela.	1984	La rebelión de los jóvenes: un estudio sobre anomia social.
José Weinstein	1988	Los jóvenes pobladores en las protestas nacionales (1983-1984): Una visión sociopolítica.
Pablo Cottet; Ligia Galván.	1993	Jóvenes: una conversación social para cambiar.
Klaudio Orlando Duarte Quapper.	1994	Juventud popular: el rollo entre ser lo que queremos, o ser lo que nos imponen
	2001	¿Juventud o juventudes? Versiones, trampas, pistas y ejes para acercarnos progresivamente a los mundos juveniles.

	2005	Trayectorias en la construcción de una sociología de lo juvenil en Chile
	2005	Violencias en jóvenes, como expresión de las violencias sociales.
	2006	Cuerpo, poder y placer. Disputas en hombres jóvenes de sectores empobrecidos
Claudio Silva	1999	Ni héroes ni malvados, sólo jóvenes. Claves para iluminar la conversación sobre juventudes de los noventa
Mauricio Rodríguez Vásquez	2000	Reflexión sobre la experiencia de política de juventud en Chile
Alejandro Tsukame	1985	Drogas y sentido de la identidad juvenil hoy.
	2000	Discursos sobre los jóvenes.
Rodrigo Contreras	2002	Las imágenes del paraíso: juventud popular, liberalismo y sociabilidad en Chile
Gabriel Salazar; Julio Pinto	2002	Historia de Chile. V. 5. Infancia y juventud.
Yanko González Cangas	2002	Que los viejos se vayan a sus casas. Juventud y vanguardias en Chile y América Latina
	2004	Óxidos de identidad: memoria y juventud rural en el sur de Chile 1935-2003
Oscar Aguilera Ruiz	2003	Tan jóvenes, tan viejos. Los movimientos juveniles en el Chile de hoy
	2008	Movidas, movilizaciones y movimientos. Cultura política y políticas de las culturas juveniles en el Chile de hoy
	2009	Los estudios sobre juventud en Chile: coordenadas para un estado del arte
Manuel Vicuña	2010	La belle époque chilena.

**Fonte:** Elaboração própria. Cfr. (Aguilera, 2009; Pérez Islas, 2022).

Antes de 1982, o México tinha poucos estudos sobre juventude. A primeira revista latino-americana especializada em pesquisa sobre juventude foi publicada por meio do órgão governamental CREA, e o Centro de Estudos sobre a Juventude Mexicana foi estabelecido. Os estudos sobre juventude no México podem ser divididos em três momentos distintos. O primeiro, nos anos 60, caracterizou-se por uma definição simples da juventude com base na faixa etária. O segundo, na década de 70, passou a considerar a juventude como uma fase da evolução do ser humano. O terceiro momento ocorreu nos primeiros anos da década de 80, apresentando uma produção mais substancial. Nesse período, houve uma mudança no discurso, com a juventude sendo definida não apenas por sua idade, mas como um produto das relações sociais (Pérez Islas, 2022; Pérez Islas; Zermeño, 1989).

Os primeiros estudos podem ser divididos em duas partes. A primeira parte tinha uma abordagem empírica e focava na caracterização dos jovens, abordando temas como emprego, saúde e participação política. A segunda parte do estudo era mais conceitual e teórica, incluindo a elaboração do inquérito nacional sobre a juventude, coordenado por Roberto Brito Lemus. Esse inquérito visava preencher as lacunas de informações sobre a população jovem em geral, com o objetivo de entender os processos de sua integração na sociedade e destacar as particularidades dessa fase juvenil (Pérez Islas; Zermeño, 1989).

Na questão dos atores envolvidos na pesquisa sobre juventude, é importante notar que essa produção teórica não se origina apenas na academia, mas também envolve uma gama cada vez mais ampla da sociedade civil e até do âmbito político. Alguns atores abordam a juventude como uma categoria de estudo em nível teórico, enquanto outros a consideram um fenômeno social concreto. Além disso, há aqueles que se envolvem diretamente no movimento jovem. Esses atores incluem acadêmicos ligados a universidades e centros de pesquisa especializados, bem como o CREA e outras instituições públicas e privadas. Na história desse campo, destacam-se as contribuições da UNAM e de organizações com perspectivas militantes, como a igreja e entidades públicas (Pérez Islas; Zermeño, 1989).

O trabalho de Rossana Reguillo merece destaque, especialmente sua pesquisa sobre o tema da juventude. A autora observa que, desde o início dos anos 90, houve uma troca constante de ideias, bibliografias, informações e experiências empíricas, tanto do Sul para o Norte quanto do Norte para o Sul. Isso demonstra a abertura e a amplitude da disciplina e suas abordagens acadêmicas, representando “um movimento incessante em espiral que não cessava, enriquecido pelo trabalho não necessariamente visível de alguns colegas da área que atuaram como intermediários, impulsionadores e facilitadores de encontros.” (Reguillo; Feixa, 2004, p. 23, tradução nossa).

Em resumo, até 2004, havia um campo de estudo sólido e uma diversidade de trabalhos conduzidos pelo Centro de Pesquisas e Estudos sobre a Juventude do Instituto Mexicano da Juventude. Esse progresso permitiu estabelecer temas, abordagens, metodologias e setores da população jovem estudada. Além disso, houve um intenso diálogo na rede, onde ideias, acordos, divergências, notícias editoriais, anedotas e preocupações compartilhadas eram frequentes (Reguillo; Feixa, 2004).

De acordo com Susana Reguillo, no México, podemos identificar três gerações de “juvenologistas” ou autores dedicados ao estudo da juventude, cada uma com abordagens teóricas, tradições e preocupações distintas. A primeira geração de “juvenologistas” surgiu no final dos anos 1970 e início dos anos 1980. Essa geração estava concentrada na Cidade do México e focava em questões relacionadas à crise estrutural da sociedade mexicana na época, como bandas e o movimento estudantil, bem como suas formas de expressão (Pérez Islas, 2022; Reguillo; Feixa, 2004). Nas palavras de Nateras (2020) o que se destaca desse período é o início da construção teórico-conceitual da noção de juventudes.

A segunda geração de autores, surgindo nos anos 1980 e início dos anos 1990, realizou estudos em várias regiões do país. Nesse período, as “Culturas Juvenis” ganharam destaque, alterando a perspectiva dos Estudos Culturais sobre a juventude. A terceira geração, no final

dos anos 1990 e início dos anos 2000, formou-se com doutores de todo o país, fortalecendo o campo de estudo da juventude. Essa geração concentrou-se em dois eixos principais: a subjetividade dos jovens e suas articulações (políticas, afetivas, etc.), além dos processos estruturais influenciados pela globalização e pelo neoliberalismo. Esse período se caracterizou pela consolidação do conceito “juventude” como categoria de análise, o surgimento de publicações especializadas, redes de pesquisadores, programas acadêmicos, como o Curso de Pós-Graduação em Culturas Juvenis da UAM-I, e pela pesquisa coletiva Pesquisa Nacional da Juventude 2000, idealizada por um grupo interdisciplinar no ano anterior (Nateras, 2020; Pérez Islas, 2022; Reguillo; Feixa, 2004).

Quadro 22 - Autores especialistas em juventude México

<b>Autor</b>	<b>Ano</b>	<b>Publicação</b>
Sergio Zermeño.	1978	México: una democracia utópica. El movimiento estudiantil del 68.
	1987	Juventud estudiantil - Juventud popular: relación difícil, relación posible.
José Antonio Pérez Islas,	1982	Acceso de la juventud a la educación y sus efectos en el empleo
	1985	La juventude Mexicana: uma discussão sobre seu conhecimento.
José Manuel Valenzuela Arce.	1984	El cholismo en Tijuana. Antecedentes y conceptualización.
Francisco Gómez Jara; Franklin Villafuerte	1985	Pandillerismo en el estallido urbano.
Roberto Brito Lemus.	1985	La polisemia de la noción de juventud y sus razones: una aplicación históricas.
Luz María Guillén.	1985	Idea, Concepto y Significado De La Juventud.
Roberto Brito Lemus; Luz María Guillén.	1985	Situação da pesquisa social sobre conceptualização e história da juventude no México (1960-1984).
Leticia Méndez y Mercado	1985	¿La impertinencia de hablar de Juventud rural?
Héctor Cifuentes García y Socorro Rivera Valero		La situación actual de la Juventud en las Investigaciones sobre educación y empleo.
Celia Aramburu; Héctor Cifuentes, Socorro Rivera y Juan Valencia Bellavista	1986	Tres estudios sobre la mujer joven.
Héctor Cifuentes García	1987	Producción y reproducción de la juventud obrera.
Pérez Islas, J.; Sergio Zermeño.	1989	La Juventud Mexicana: Una Discusión Sobre Su Conocimiento.
Rossana Reguillo Cruz.	1991	En la calle otra vez: las bandas: identidad urbana y usos de la comunicación.
	1997	Culturas Juveniles. Producir la identidad: un mapa de interacciones
	2000	Emergencia de culturas juveniles. Estrategias del desencanto. Tiempo de Híbridos. Entresiglos: jóvenes México-Cataluña.
	2004	
José Antonio Pérez Islas; Maldonado, P.	1996	Jóvenes: Una evaluación del conocimiento. La investigación sobre Juventud en México 1986–1996.
Maritza Urteaga	1998	Por los territorios del rock: identidades juveniles y rock mexicano.

	2009	Juventudes, culturas, identidades y tribus juveniles en el México Contemporáneo.
Alfredo Nateras	2002	Jóvenes, culturas e identidades urbanas.
José Antonio Pérez Islas; Maritza Urteaga	2004	Historias de los jóvenes en México. Su presencia en el siglo XX.

**Fonte:** Elaboração própria. Cfr. (Nateras, 2020; Pérez Islas, 2022; Pérez Islas; Zermeño, 1989).

No Brasil, o estudo da juventude ganhou destaque na década de 1960 com temas como Rock'n Roll, liberação sexual, contracultura, movimento estudantil, luta pelos direitos civis e pela paz. As primeiras tentativas de sistematização resultaram na publicação da “Sociologia da Juventude” em 1968, organizada por Sulamita Britto em quatro volumes com várias contribuições.

Octavio Ianni (1968) destacou a politização da classe média universitária, argumentando que devido ao acesso à informação e ao contexto acadêmico, esses jovens eram mais politizados do que os jovens proletários. Ele afirmou que a consciência das contradições inerentes à situação é o que leva à ação política da juventude. Ele argumenta que o revolucionário surge “somente quando o indivíduo compreende intelectualmente sua condição de trabalhador alienado. A consciência das contradições inerentes à situação leva o jovem a direcionar sua ação de forma política.” (Ianni, 1968, p. 236).

No final da década de 1960, o historiador Arthur Poerner publicou “O Poder Jovem” (1968), que se tornou uma referência ao narrar a história do movimento estudantil brasileiro durante um período de grande tensão política e agitação cultural na oposição ao regime ditatorial. No entanto, esse trabalho foi oficialmente proibido por meio do Ato Constitucional nº 5, de dezembro daquele ano (Weisheimer, 2014).

Na década de 1970, Marialice Foracchi destacou-se nos estudos sobre a juventude no Brasil, fornecendo contribuições significativas na análise dos processos de socialização e integração dos jovens no mundo adulto, especialmente no contexto dos universitários e sua relação com o movimento estudantil. A autora também explorou como esse processo pode ser conflituoso, dado o comportamento rebelde típico da juventude. Nesse período, os estudos sobre a juventude no Brasil se concentraram principalmente na configuração dos jovens como uma geração em uma estrutura social dividida por classe e status social (Tavares, 2012).

Nas décadas de 1980 e 1990, houve uma abordagem semelhante aos estudos culturais, com foco na etnografia das subculturas juvenis. Os pesquisadores se concentraram principalmente na juventude urbana, abordando uma ampla gama de tópicos, desde questões relacionadas à violência e ao crime até atitudes rebeldes associadas ao movimento punk no Rio de Janeiro, movimentos estudantis e a juventude individualista, apática e apolítica.

Na década de 80, observa-se uma fragmentação conceitual na produção acadêmica sobre juventude, havendo um interesse acentuado em encontrar respostas sobre a participação política dos jovens ou o desinteresse pelo tema. Segundo Borelli *et al.* “Historicamente, os movimentos contraculturais e o Estado autoritário foram apontados como responsáveis pelo afastamento dos jovens da política e pela fragmentação da juventude em agrupamentos juvenis, como grupos, bandos, tribos, culturas e subculturas, coletivos.” (2010, p. 297).

Nos anos 1990, houve uma produção variada relacionada aos jovens, abordando seus comportamentos, resistência e micropolítica, o que fomentou a concepção de juventude no plural. O impeachment do presidente Fernando Collor de Melo em dezembro de 1992, desencadeado por denúncias de corrupção, levou o movimento estudantil das “caras-pintadas” às ruas em protesto contra o governo. Esse movimento fez surgir a necessidade de repensar a divisão entre a juventude apática/alienada, que evita a participação política, e a juventude transformadora, que se engaja em processos políticos (Borelli *et al.*, 2010).

Nesse período, a UNESCO desempenhou um papel influente nos estudos sobre juventude, contribuindo para a consolidação do campo institucional de pesquisa sobre juventude. Isso resultou na criação de órgãos institucionais voltados para o desenvolvimento de políticas públicas, como a Secretaria Nacional de Juventude em 2005. Além disso, destacam-se as publicações de diversos autores, como Paoli (1985), Motta (1986), Bivar (1982), Caiafá (1985), Rodrigues (1993), Marília Sposito (1994), Helena Abramo (1994), Angélica Madeira (1999) e Silvia Borelli, entre outros, que fizeram referência a dissertações e teses sobre o tema da juventude.

No início dos anos 2000 e subsequentes, os estudos sobre juventude abordaram temas como a cultura hip-hop, que combina expressões artísticas e culturais com uma atitude rebelde. Além disso, pesquisas com jovens de assentamentos rurais e indígenas buscaram analisar como suas ações contribuem para a transformação de suas subjetividades. A relação dos jovens com os novos meios de comunicação também foi um tema de estudo, com o objetivo de compreender como esses padrões de consumo influenciam na formação de redes sociais, hábitos e identidades. Além disso, a violência e a criminalidade na juventude foram abordadas de diversas maneiras, especialmente no contexto de políticas públicas, abrangendo prevenção, inclusão, privação de liberdade, enfrentamento de situações de risco e vulnerabilidade (Borelli *et al.*, 2010).

A abordagem de políticas públicas voltadas para a juventude é um tema relativamente recente que tem ganhado força. Entre as décadas de 1960 e 1980, a juventude era geralmente considerada como um segmento da população de classe média, com acesso à educação superior.

No entanto, houve uma série de momentos e mudanças na percepção da juventude, levando o Estado a reconhecer as questões e desafios enfrentados por esse grupo como sujeitos de direitos. Isso resultou em uma visão oscilante da juventude, que ora é vista como um problema, ora como um setor que requer atenção e políticas específicas.

Seguindo a análise de Borelli *et al.* (2010), quatro etapas históricas são identificadas em relação ao conceito de juventude no Brasil: A primeira ocorre entre 1950 e 1970, marcada pela expansão da educação e pelo uso do tempo livre. Nesse período, as políticas públicas estavam voltadas principalmente para o campo da educação, visando à reestruturação do sistema de ensino e à ampliação das vagas nas universidades. A segunda etapa, denominada “controle social dos setores juvenis mobilizados,” compreende o período de 1970 a 1985. Durante essa fase, o Brasil vivenciou um regime militar a partir de 1964. Os governos militares passaram a enxergar a juventude como um potencial foco de atividade revolucionária, o que levou ao controle e repressão dos movimentos estudantis e à perseguição de líderes políticos e estudantis.

A terceira fase, de 1985 a 2000, concentrou-se no combate à pobreza e na prevenção da criminalidade. Com a redemocratização do país em 1984, a sociedade civil começou a buscar políticas públicas para atender jovens em situação de vulnerabilidade. A nova Constituição Federal de 1988 reconheceu pela primeira vez os direitos da juventude, mas a crise econômica dos anos 80 afetou o progresso dessas políticas. A quarta etapa, de 1990 a 2000, priorizou a inserção dos jovens excluídos no mercado de trabalho. Sob o governo de Fernando Henrique Cardoso, as políticas públicas se concentraram em áreas como trabalho, educação, saúde e cultura. Posteriormente, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, a questão da juventude foi abordada com um enfoque na organização e centralização de projetos, incluindo a criação do Conselho Nacional de Juventude e da Secretaria Nacional da Juventude. Essas etapas refletem a evolução das políticas públicas voltadas para a juventude no Brasil, influenciadas por contextos históricos e políticos distintos (Borelli *et al.*, 2010).

Quadro 23 - Autores especialistas em juventude Brasil

<b>Autor</b>	<b>Ano</b>	<b>Publicação</b>
Octavio Ianni	1963	O Jovem Radical
Sulamita Britto	1968	Sociologia Da Juventude (4 Tomos)
Artur Poerner	1968	O Poder Jovem: História Da Participação Política Dos Estudantes Brasileiros
Marialice Foracchi	1964 1972	O Estudante E A Transformação Da Sociedade Brasileira. Juventude Na Sociedade Moderna.
Antonio Bivar	1982	O Que É Punk.
Janice Caiafa	1985	Movimento punk na cidade: a invasão dos bandos
Maria Célia Paoli	1985	Dossiê Movimento Estudantil Hoje.

Silvia Borelli, José Mario Ramos.	1985	Os office-boys e a metrópole: lutas, luzes e desejos
Gonzaga Motta	1986	Jovem Te Quero Jovem
Felícia Reicher Madeira	1986	Os jovens e as mudanças estruturais na década de 70: questionando pressupostos e sugerindo pistas.
Michel Maffesoli	1987	O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa.
Hermano Vianna	1988	Mundo funk carioca
Helena W Abramo	1994	Cenas juvenis: punks e darks, no espetáculo urbano
Marília Sposito; Helena Abramo; Angélica Madeira.	1998	Música, Estilo E Cultura Urbana: Juventude Brasiliense Dos Anos 90
José de Souza Martins.	1998	Florestan: Sociologia E Consciência Social No Brasil
Angélica Madeira	1999	Música, Estilo E Cultura Urbana: Juventude Brasiliense Dos Anos 90
Felícia Madeira & Alicia Bercovich	1992	A “Onda Jovem” E Seu Impacto Na População Economicamente Ativa De São Paulo
Marcia Regina Da Costa	1993	Os Carecas do Subúrbio: caminhos de um nomadismo moderno.
Alberto Rodrigues	1993	Estudantes na política, em tempos de mobilização e crise
Ann Mische	1997	De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política
Marília Sposito	1992 1997 1999 2002	Jovens e educação - Novas dimensões da exclusão” Estudos sobre juventude em educação Juventude e Educação Percepções sobre jovens nas políticas públicas de redução da violência em meio escolar
Regina Novaes	2002	Hip Hop: o que há de novo?
Regina Novaes; Marta E Porto, Ricardo Henriques	2002	Juventude, Cultura e cidadania.
Regina Novaes, Paulo Vannuchi	2004	Juventude e Sociedade. Trabalho, educação, cultura e participação.
Silvia Borelli; Rose Rocha	2004 2008	Urbanas Juvenildades: Modos De Ser E De Viver Na Cidade De São Paulo. Juventudes, Mdiatizações E Nomadismos: A Cidade Como Arena”
Marisa Feffermann	2006	Vidas arriscadas: o cotidiano dos jovens trabalhadores do tráfico.
Silvia Borelli; João Freire Filho	2008	Culturas Juvenis No Século XXI
Silvia Borelli; Rose Rocha; Rita Alves Oliveira	2009	Jovens na cena metropolitana: percepções, narrativas e modos de comunicação

**Fonte:** Elaboração própria. Cfr. (BORELLI et al., 2010).

A pesquisa sobre juventude na Colômbia começou mais tardiamente em comparação com países como o México e a Argentina, mas ganhou relevância regional, especialmente a partir de 1992, embora de maneira fragmentada e localizada. Um exemplo notável de estudos regionais é o projeto “Estado da Arte da Pesquisa Juvenil em Bogotá 1990-2000”, realizado na capital colombiana. Este projeto envolveu a revisão de 240 referências e 71 teses e tinha como objetivo identificar tendências, influências e avaliações metodológicas na produção acadêmica sobre juventude. Isso proporcionou ferramentas para o desenvolvimento e formulação de políticas públicas direcionadas à juventude em Bogotá.

Nessa pesquisa, foram abordadas duas áreas temáticas diretamente relacionadas a conflitos e imaginários, além de trabalhos que, de forma indireta, contribuíram para a compreensão das situações enfrentadas por segmentos da população colombiana que, embora não estejam em condições de exclusão, são afetados por muitos dos conflitos que afetam a sociedade do país. Esses estudos têm sido fundamentais para a compreensão das complexas questões relacionadas à juventude na Colômbia (Serrano *et al.*, 2003).

Por outro lado, no final da década de 1970, a categoria cultural da Juventude emergiu como campo de conhecimento. Aqui se destaca o livro “Ausência de Futuro” de Rodrigo Parra Sandoval, considerado um dos “clássicos dos estudos da juventude na Colômbia” porque deixa claro que a juventude é um campo de estudo. A juventude refere-se a uma característica que se consolida e transforma ao fazer parte do modelo de desenvolvimento que vincula família, escola e trabalho; Parra Sandoval é o pioneiro na Colômbia em propor uma análise da situação e perspectivas da juventude (Alvarado; Botero; Ospina, 2008).

Conforme apontam esses autores na publicação de Parra, a juventude é compreendida “do ponto de vista sociológico como um conceito cultural e histórico que surge vinculado à forma de desenvolvimento urbano-industrial, ao mesmo tempo em que conceitos como modernidade, mobilidade social, urbanismo e marginalidade.” (Alvarado; Botero; Ospina, 2008, p. 116, tradução nossa).

Em 2004, o documento “Estado da Arte do Conhecimento sobre Jovens 1985-2003” foi publicado, coordenado por Manuel Escobar e patrocinado pelo Programa Presidencial Colombiano Jovem, UNICEF e Universidade Central. Este trabalho é uma análise abrangente da produção de conhecimento que aborda as noções do sujeito jovem e constrói problemas a partir das realidades encontradas. Portanto, “as investigações, mais do que dar conta da realidade, configuram-na, criam significados e provocam a circulação de enunciados e apontamentos do jovem em diferentes instâncias sociais” (Escobar, 2004, p. 172, tradução nossa).

De acordo com os resultados expostos, as noções sobre os jovens na Colômbia estão ligadas principalmente à vulnerabilidade e ao risco, à busca de identidade e à mudança social, no entanto, outras representações como perigo social e cultura juvenil também foram abordadas como forma de enfrentar categorias iniciais.

Quanto ao sujeito vulnerável e em risco, essa noção predominou nos anos oitenta devido às preocupações geradas pelas condições de pobreza e marginalidade. Essas preocupações levaram as políticas públicas a focar em questões como gravidez na adolescência, doenças

sexuais, violência, criminalidade, insegurança nas áreas urbanas e rurais, consumo de drogas e agressividade (Escobar, 2004, 2006).

Nesse contexto, surgiu a imagem do jovem como sujeito perigoso, associada ao aumento dos fenômenos da violência. Os estudos se concentraram principalmente em dois atores: a insurgência e o narcotráfico, que foram rotulados como ameaças à segurança nacional e cidadã, com jovens envolvidos nessas formas de violência. Paralelamente, a representação da “juventude em busca de identidade” foi amplamente explorada, destacando o processo de construção de identidade nessa fase.

Em contraste com essas noções, surgiu a categoria de “juventude como motor de mudança social”, que via os jovens como o futuro do país e depositava expectativas de transformação social neles. Isso foi exemplificado pelo movimento da “Sétima cédula.” Os jovens também foram considerados protagonistas, agentes de renovação, descontentamento e resistência, ou seja, sujeitos políticos ativos.

Outros estudos abordaram a juventude como uma fase de transição em direção à representação de um sujeito histórico que constrói sua própria identidade cultural. Nesse sentido, a categoria de “cultura juvenil” começou a surgir na Colômbia na década de 1990, inspirada em teorias culturais sobre a juventude (Escobar, 2004).

De acordo com as representações apresentadas, estas se enquadram em categorias conceituais desenvolvidas nos discursos sobre juventude em estudos e pesquisas nacionais. As macrocategorias identificadas incluem: Adolescência, Moratória Social, Geração com Conflito Geracional, Cultura Juvenil e Subjetividade Juvenil. Essas categorias buscam reconhecer a diversidade dos sujeitos dentro da condição social “Juventude” considerando aspectos como localização urbana ou rural, acesso a diferentes recursos, gênero, etnia, orientação sexual e deficiências (Escobar, 2004, 2006).

Também é relevante mencionar o estudo de Botero *et al.* (2010) “Produção acadêmica sobre história, juventude e relação política na Colômbia”, que analisa a relação entre política e juventude sob uma perspectiva histórica. Nos anos 1970 e 1980, foram realizadas pesquisas sobre atitudes políticas nos processos formais, além de estudos sobre participação política e eleitoral que, indiretamente, se referiam aos jovens. Nos anos 1990 e 2000, surgiram estudos que exploraram a relação entre juventude e política considerando o contexto sócio-histórico e cultural, bem como pesquisas sobre violência e conflito juvenil como questões de interesse público. A produção de políticas públicas ganhou destaque nessa década, com um enfoque crescente nas áreas rurais, cidadania juvenil e comunicação (Botero *et al.*, 2010).

Estes autores, ao analisarem a obra de Perea (1998), estabelecem que na participação política dos jovens na Colômbia, há três momentos: a “juventude imaginária” de 1940 a 1950, a “juventude subversiva” entre 1950 e 1984 e a “juventude sem máscaras” de 1984 até o presente. Essa categorização torna perceptíveis outras formas de expressão e vivências da vida juvenil de acordo com os momentos históricos de transição da vida política e as formas como os jovens se envolvem e participam dos espaços públicos.

Nas palavras de Carlos Perea (1998) “a juventude mostra como a esfera pública e os atores coletivos vêm se transformando ao submeter a configuração de suas identidades à globalização, ao cotidiano e à fragmentação de seus capitais simbólicos” (Perea, 1998, p. 249, tradução nossa).

Quadro 24 - Autores especialistas em juventude Colômbia.

<b>Autor</b>	<b>Ano</b>	<b>Publicação</b>
Virginia Gutiérrez de Pineda	1978	El gamín: su albergue social y su familia.
J. C Tedesco; Rodrigo Parra,	1979	Escuela y marginalidad urbana.
María Eugenia Álvarez de Orjuela.	1981	¿Democracia sin participación? Tendencias y características en Colombia.
Mario Rueda Latorre, Gabriel Castaño Murillo.	1982	Consideraciones sobre la participación política y electoral, la percepción política y el liderazgo de la juventud colombiana.
Myriam Jimeno.	1982	Diagnóstico nacional de la juventud colombiana.
Lucero Zamudio; Hernando Clavijo,.	1983	El barrio popular: marginados o ejército industrial de reserva?.
Eduardo Vélez; Ricardo Santamaría; Gabriel Silva.	1983	La juventud universitaria y el sistema político: ¿caminos divergentes.
Fernando Leal Buitrago	1984	La participación política de la juventud universitaria como expresión de clase
Gabriel Murillo; Mario Latorre.	1984	Participación política, percepción política y liderazgo de la juventud colombiana: una perspectiva histórica
Rodrigo Parra Sandoval.	1985	Ausencia de Futuro: La Juventud Colombiana.
Ana Rico de Alonso.	1994	Niñas y jóvenes en Colombia, un diagnóstico orientado a recomendaciones de acción.
Ana Mercedes Pereira Souza.	1997	Jóvenes, producción y negociación cultural en los sectores populares urbanos.
Humberto Cubides; Laverde Maria Cristina, Carlos Eduardo Valderrama	1998	Viviendo a toda. Jóvenes, territorios culturales y nuevas sensibilidades
Alonso Salazar.	1998	Imaginaris, presencias y conflictos entre los jóvenes de Bogotá.
Juan Guillermo Ferro	1999	Jóvenes, coca y amapola. Un estudio sobre las transformaciones socioculturales en zonas de cultivos ilícitos.
Carlos Mario Perea Restrepo	1993 1993	Juventud: Un principito en búsqueda de su propio rostro. Los jóvenes frente a la democracia Melquiades, los astrolabios y la redondez de la Tierra. Una experiencia de animación juvenil”

	1998 1999 1999 2000	Somos expresión, no subversión. Juventud, Identidades y esfera pública en el suroriente bogotano. Juventud, identidad y esfera pública. Predicando mi mensaje: Testimonio rapero. De la identidad al conflicto: los estudios de juventud en Bogotá
Juan Manuel Galán	2000	Los jóvenes construyen un nuevo país.
Margarita Palacios	2000	Imaginario juveniles en torno a la participación cotidiana.
Adira Amaya Urquijo Martha Marín Caicedo.	20002001	Nacidos para la batalla Currículo silenciado: el saber hacer de las culturas juveniles para la transformación de los conflictos en la escuela.
Miguel Abad	2002	Jóvenes en Colombia: conflicto, condición juvenil y convivencia.
Muñoz, Germán; Martha Marín.	2002	Secretos de mutantes: música y creación en las culturas juveniles
Luis Daniel Santos	2001	“Las políticas públicas de juventud en Colombia: una mirada histórica Pinzón Jóvenes Constructores de Paz.”
José Fernando Serrano A.,	2003	Saber joven: miradas a la juventud bogotana, 1990-2000”
Manuel Escobar; Nydia Mendoza; Marlén Cuestas; Gary Muriel.	2003	¿De jóvenes? Una mirada a las organizaciones juveniles y a las vivencias de género en la escuela.
Germán Muñoz,	1999 2003	Cultura de los derechos humanos en la escuela desde una perspectiva juvenil Temas y problemas de los jóvenes colombianos al comenzar el siglo XXI.
Yvonne E Keairns	2004	Voces de jóvenes excombatientes Colombia.
Manuel Roberto Escobar	2004	Estado del arte del conocimiento producido sobre jóvenes en Colombia 1985- 2003”
Sara Victoria Alvarado; Carlos Valerio Echavarría	2006	La partición: una mirada desde la niñez y la juventud.
Gabriel Bustamante	2006	Políticas de juventud desde la afro- colombianidad
Ángela Garcés Montoya	2006	Juventud-signo, entre los discursos publicitarios y los discursos de resistencia juvenil.
Liliana Galindo	2008	Lo político en las construcciones culturales de los y las jóvenes: hacia una exploración de la relación vigente jóvenes-política.”
Patricia Botero	2008	Juventud, violencia y política: narrativas del conflicto socio-político y cultural en contextos locales de Colombia”
Ángel Pardo; Ángel Urrego,	2008	El Movimiento Estudiantil de 1971 en Colombia
Nelson Javier Vera	2008	Culturas Juveniles Urbanas, Culturas Musicales y Conflicto armado: un canto al callejón
Carlos Arturo Reina Rodríguez.	2012	Historia de los jóvenes en Colombia 1903-1991

Fonte: Elaboração própria. Cfr. (BOTERO et al., 2010; ESCOBAR, 2004; PÉREZ ISLAS, 2022)

Em relação a outros países, pode-se dizer que os estudos e pesquisas sobre juventude na região não tiveram o mesmo impulso e dinamismo. Cada país experimentou seu próprio processo. No entanto, graças aos diferentes especialistas em juventude que foram avançando, como Pérez Islas (2020) menciona, talvez haja estudos e pesquisas, mas não foram suficientemente divulgados, portanto, só temos algumas fotografias de certos momentos.

Assim, na Venezuela, as pesquisas sobre juventude começaram na década de 1970. Foi o primeiro país da região a criar o Ministério da Juventude, embora esta entidade tenha sido extinta em meados da década de 1980. A maioria dos trabalhos e pesquisas sobre o tema correspondem ao período entre 1973-1983, com destaque para a abordagem educacional (Pérez Islas, 2022) Ernesto Rodríguez em seu relatório “Políticas de Juventude na Venezuela: Equilíbrio e Perspectivas” apresenta uma bibliografia sobre os estudos em juventude neste período. Para informações mais recentes, pode-se consultar o livro “Políticas Públicas de Juventude na Venezuela: Percursos, Abordagens e Desafios” publicado pela Red de la Calle.

No que diz respeito à Bolívia, pouco se sabe. Pérez Islas (2022) faz referência à obra de José Baldivia (1997), “Diagnóstico de la Juventud Boliviana”, e à publicação de Guillermo Dávalos (1995), “Juventud Boliviana: Utopias y Realidades.” Também cabe mencionar o relatório nacional apresentado no projeto “Juventude e Integração Sul-Americana: Caracterização de Situações Típicas e Organizações Juvenis” organizado pela Universidade de Pesquisas Estratégicas da Bolívia, Polis e Ibase.

Da mesma forma, no Peru, na década de 1980, foram realizados alguns estudos que enfocavam a exclusão social que afligia adolescentes e jovens, bem como a complexa relação entre juventude e violência, que naquele momento tinha o Sendero Luminoso como protagonista, devido ao auge do conflito armado que assolou o país. Há também alguns estudos sobre juventude trabalhadora, como o texto de Fernando Rospigliosi (1998), “Juventude Trabalhadora e Partidos de Esquerda: da Ditadura à Democracia.” Na década de 1990, pouco se produziu em relação ao tema da juventude, até que, após a segunda metade da década de 1990, a Rede para o Desenvolvimento das Ciências Sociais no Peru retomou o tema, organizando o seminário “Juventude: Sociedade e Cultura.” No início dos anos 2000, os estudos sobre adolescência e juventude passaram a girar em torno das políticas públicas de juventude, em parceria com o esforço de algumas organizações da sociedade civil muito atuantes nesse campo (Rodríguez, 2016).

No contexto equatoriano, existe uma das sedes da FLACSO. No entanto, no Equador, não foi realizado um estudo que concentre dados, informações e conhecimentos produzidos sobre as várias dimensões que compõem o estudo da juventude. Foram realizadas algumas pesquisas e artigos nos quais as tendências e enfoques são descritos e analisados de forma genérica, abordando as abordagens mais comumente tratadas.

Chamam a atenção os estudos de Luciano Martínez Valle (2006), “Os Jovens e o Mercado de Trabalho no Equador”; Mauro Cerbino e Luis Barrios (2008), “Outras Nações: Juventude, Transnacionalismo e Exclusão”; Carlos Paladines (1991), “Juventude: Ensino

Regular, Formação Profissional, Formação e Trabalho-Emprego, numa Abordagem Integrada”; Berenice Cordero (2005), “Diagnóstico do Investimento Público do Governo Central em Emprego Decente para Jovens, Desenvolvimento Econômico Territorial e Investimento Econômico”; Yolanda Velazco & Pilar Larrea (2007), “Juventude no Equador: Desenvolvimento e a Nova Geração”; Francisco Cevallos e Cristian Cevallos (2005), “A Situação da Juventude no Equador”; Luciano Martínez (2006), “Mulheres Jovens: Uma Mercadoria Boa, Bonita e Barata no Mercado de Trabalho”; Norberto Murolo (2011), “Consumo de Identidade Juvenil. Construções de Comunicação Recíproca entre 'Chetos' e 'Cumbieros'”; Jorge Daniel Vásquez Arreaga (2014), “Identidades em Transformação. Juventude Indígena, Migração e Experiência Transnacional em Cañar, Equador”; René Unda (2014), “Estado da Arte sobre o Conhecimento Produzido sobre a Juventude no Equador.” Também existem publicações sobre “nações juvenis” que podem ser entendidas como uma nova etapa das gangues juvenis, como Mauro Cerbino (2011), “Além das Gangues: Violência, Juventude e Resistência no Mundo Globalizado”; Mauro Cerbino e Isabel Ramos (2008), “Jovens no Saber: Experiências no Equador” (Pérez Islas, 2022; Unda Lara, 2014).

Por último, no Paraguai, os estudos sobre juventude são mais recentes e com poucos avanços em relação a outros países da região. Uma das razões pode ser devida ao regime autoritário, já que durante o período do General Alfredo Stroessner (1954-1989), “a juventude e a sociedade paraguaia pagaram o alto preço da 'ideologia limitadora' do regime e da primazia de seus valores de 'ordem' e 'segurança', e, portanto, do controle de tudo que fosse diferente e pudesse colocar em risco os fundamentos do Estado” (Caputo, 2005, p. 4, tradução nossa).

Nos anos 80 e 90, será dada mais atenção à juventude no que respeita ao debate e reflexão, para que a juventude se torne uma área de ação e alcance crescentes, uma vez que o foco seja colocado nos problemas sociais que afetam muitos setores da população. Destaca-se, assim, o trabalho realizado por José Jiménez em 1995 para a OIJ no âmbito de seu Programa Regional de Ações para o Desenvolvimento da Juventude na América Latina, intitulado: “Políticas de Juventude na América Latina: Desenho e Avaliação. Informe Nacional Paraguaio.”

No final do século XX e início do século XXI, uma constante crise social faz com que as novas gerações, estudantes e jovens questionem sua situação em relação aos seus direitos econômicos, sociais e culturais, o que leva, conseqüentemente, a pensar a juventude como um “sujeito social.” Alguns dos autores que se destacam são: Gladys Casaccia e Roberto Céspedes (1988), “Bibliografia sobre a Juventude Paraguaia”; Carlos María Lezcano (1987), “Descrição

e Análise do Movimento Estudantil Paraguaio”; Luis Caputo (2005), “Bibliografia sobre a Juventude no Paraguai. Surgimento e Desenvolvimento desde os Anos Oitenta.”

Para concluir, a América Latina e o Caribe contam com uma ampla gama de instâncias de cooperação regional no campo da juventude, a partir das quais foram promovidas diferentes iniciativas que têm sido importantes para o processo de construção e consolidação de políticas que visam atender a população jovem nas últimas décadas. Sem querer fazer uma descrição exaustiva a esse respeito, é importante mencionar alguns dos grupos e organizações de pesquisa formados em alguns dos países e cujo objetivo é abordar o campo da juventude.

Dentre os quais podem ser citados: Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE); Instituto Polis; o Centro de Estudos Sociais CIDPA; Revista da Última Década; Centro de Pesquisa de Desenvolvimento Internacional IDRC/CDRI; Centro latino-americano sobre juventude, CELAJU; Rede de Pesquisadores em Juventude Argentina (ReIJA); Fundação Centro Internacional de Educação e Desenvolvimento Humano – CINDE; Centro de Estudos Avançados em Infância e Juventude (CINDE/Universidade de Manizales, Colômbia); O Observatório da Juventude na Ibero-América (OJI) como programa da Fundação SM; Observatório de Adolescentes e Jovens (OAJ); Instituto de Pesquisa Gino Germani IIGG; Observatório da Juventude para a América Latina e o Caribe; Divisão de Desenvolvimento Social, CEPAL Nações Unidas; Observatório da Infância e Juventude (Articulação entre a Rede Ibero-Americana de Pós-Graduação em Infância e Juventude RedINJU e o GT Infância e Juventude CLACSO: Hegemonias, Violências, Desigualdades e Mobilizações); CLACSO: Campo Temático: Movimentos sociais e ativismo na América Latina e no Caribe. Grupo de Trabalho: Crianças e Jovens.

## **4 AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE NA AMÉRICA LATINA**

### **4.1 INTRODUÇÃO**

A primeira década dos anos 2000 foi crucial para consolidar as políticas de Juventude na América Latina. A dinâmica participativa, recursos, inovação e capacidade de adaptação dos jovens são essenciais para desenvolver políticas eficazes que protejam seus interesses. Eles têm uma visão única e podem abordar problemas de forma distinta dos adultos.

Este capítulo analisa as políticas sociais em que os jovens se tornaram foco de intervenção estatal, começando com uma visão geral da estruturação das políticas e da institucionalidade na América Latina. Antes de abordar as regulamentações regionais, exploramos o papel dos jovens nas dinâmicas sociais, suas formas de participação, bem como os desafios que enfrentam na formulação de suas demandas. Discutimos ainda a importância de investir na Juventude e fortalecer políticas específicas para esse segmento da população.

A CEPAL destaca que os jovens devem ser considerados de forma mais ampla, não se limitando ao campo educacional e de formação em direitos. Eles são agentes de mudança na concepção, implementação e avaliação de políticas em níveis local, provincial e nacional, considerando suas necessidades e expectativas. Apesar das grandes expectativas, os jovens enfrentam desafios, sendo responsáveis pelo desenvolvimento econômico e social que combate a pobreza e a desigualdade socioeconômica. Essa tarefa é complexa, mas as novas gerações têm ferramentas e oportunidades para alcançar essas metas (CEPAL; OIJ., 2000).

Portanto, discutimos as vantagens e dificuldades dos jovens, destacando o papel das políticas públicas direcionadas a eles, além das barreiras na concepção e execução envolvendo diversos agentes sociais. A coordenação setorial é essencial para intervenções transversais.

### **4.2 INÍCIO DO SÉCULO: ASPECTOS GERAIS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: PARTICIPAÇÃO**

Quando se aborda a Juventude e políticas sociais, a participação torna-se crucial, pois é parte do processo de emancipação para muitos jovens que buscam estabelecer seu próprio caminho na vida e integrar-se ativamente nas dinâmicas sociais determinadas pela sociedade. Essa autonomia só pode ser alcançada através da participação ativa em todas as esferas. Nesse contexto, os estudos sobre a Juventude na América Latina se concentram em analisar a situação atual dos jovens e como eles podem contribuir para o desenvolvimento equilibrado, abrangendo aspectos econômicos, sociais e políticos.

A população jovem está ganhando espaço nas agendas políticas, assumindo posições determinadas e influenciando a dinâmica da sociedade com diversas respostas. Isso os capacita a se consolidarem como atores sociais e políticos. Agora, bem, este impulso e reivindicação de participação juvenil tem-se distinguido “[...] tem assumido ao longo da história tem-se caracterizado pela sua transitoriedade, alternando períodos de grande destaque e visibilidade pública com outros de forte retração e invisibilidade.” (CEPAL; CELADE, 2000, p. 36, tradução nossa).

A participação dos jovens tem sido objeto de análises aprofundadas por especialistas em Juventude, sendo um fenômeno estrutural independente das diferentes gerações e dos contextos temporais e espaciais em que o estudo se concentra. Esta participação está intrinsecamente ligada à transitoriedade da condição juvenil, se desdobrando ao longo dos anos. Portanto, as políticas públicas voltadas para os jovens devem ser concebidas com uma abordagem dinâmica e renovadora, considerando que muitos autores destacam que os jovens são influenciados pelas dimensões simbólicas de suas vidas.

Ao contrário de outras formas de participação social, em que grupos e organizações levantam demandas específicas, a participação dos jovens frequentemente é motivada por questões mais abrangentes, como a paz, a democracia, a defesa dos direitos humanos, a ecologia e outros ideais que são considerados justos por especialistas, “ainda são muito inespecíficas, só indiretamente ligadas à própria condição juvenil.” (CEPAL; CELADE, 2000, p. 37, tradução nossa).

Aqueles que tinham entre 15 e 24 anos no final dos anos 1990, muitas vezes referidos como a “geração do ajuste e da democratização”, cresceram em um contexto muito diferente do de seus pais. Eles não vivenciaram diretamente as revoltas estudantis dos anos 1970, as manifestações contra as ditaduras no Cone Sul ou a guerra civil na América Central. Como resultado, suas perspectivas sobre a juventude, o país em que vivem, a democracia, formas de participação social e suas expectativas futuras são únicas.

Em contraste com muitas gerações anteriores, a participação significativa da juventude latino-americana nessa época não ocorreu principalmente em movimentos ou organizações juvenis. Em vez disso, muitos jovens se envolveram em organizações esportivas ou religiosas. Também é importante notar que participavam menos de shows de rock e eventos musicais, optando por passar o tempo com amigos, assistir TV, filmes e dançar como parte de suas atividades de lazer. Conforme a CEPAL: “As mesmas pesquisas mostram que a presença de jovens em partidos políticos, movimentos estudantis, sindicatos e outras organizações sociais é insignificante.” (Cepal; Celade, 2000, p. 174, tradução nossa).

Os níveis de participação, em vez de atender às expectativas, têm se tornado inconsequentes. As narrativas pós-ditadura que enfatizavam a importância da participação juvenil na defesa dos direitos humanos e outras causas perderam força. Isso levou à desilusão e à desaprovação de uma participação muitas vezes percebida como manipuladora e ilusória, que não envolvia os jovens diretamente nas decisões que os afetavam profundamente. Conseqüentemente, a participação ativa dos jovens em organizações, envolvendo tomadas de decisão significativas, é considerada relativamente baixa, como destacado por Sergio Balardini: “Complementarmente, as organizações que parecem ter maiores índices de associação apresentam baixo grau de comprometimento com os problemas públicos.” (Balardini, 2000, p. 11, tradução nossa).

Isso sugere que os jovens têm interesse em participar, desde que se sintam autônomos e não manipulados. A autonomia é crucial para compreender os jovens, já que buscam se desvincular das relações de dependência que tinham com seus pais ou responsáveis na infância. Portanto, as organizações e movimentos juvenis que se assemelham a essas relações são pouco atrativos para eles.

Uma característica marcante dessa participação é a falta de persistência dos jovens em diferentes organizações. Em muitos casos, sua participação se limita a atividades específicas e a curtos períodos, em vez de um compromisso constante e estável com as organizações das quais fazem parte. Os jovens vivem intensamente o presente, muitas vezes sem preocupações a longo prazo, o que pode ser contraditório em relação à visão mais orientada ao futuro dos adultos.

Até o ano de 2023, os dados sobre a participação dos jovens são usados como fonte de informação em estruturas mais tradicionais, como organizações e movimentos juvenis. No entanto, essas estruturas geralmente não capturam as formas mais informais e efêmeras de participação dos jovens, como os grupos de amigos, conhecidos como “parches.”

No início dos anos 2000, as categorias predominantes na área de organização e participação juvenil começaram a se desenvolver com base em lógicas diferentes. As formas de participação criadas pelos jovens buscam garantir a participação, fortalecendo seu caráter inclusivo e democrático. Nesse contexto, a autonomia é promovida através de pequenas coordenações que se revezam, evitando a formação de grupos hegemônicos, como comitês executivos ou de gestão. Nesse contexto, Leslie Serna (1998) esquematiza as características da participação juvenil a partir da perspectiva de Offe Claus, conforme abordado em seu livro “Partidos políticos e novos movimentos sociais.”

Quadro 25 - Participação Juvenil: Velhos e Novos Paradigmas

VELHO PARADIGMA	NOVO PARADIGMA
<b>Atores:</b> Identidades coletivas baseadas em códigos socioeconômicos ou ideológico-políticos, tais como estudantes, jovens urbanos de origens populares, jovens socialistas, e outros.	<b>Atores:</b> Identidades construídas em relação aos espaços de ação e mundos da vida, como sexo, preferência sexual, sobrevivência da humanidade, incluindo ecologistas, feministas e outros.
<b>Conteúdos:</b> Busca pela melhoria das condições sociais e econômicas em diversos âmbitos, incluindo escola, bairro e local de trabalho.	<b>Conteúdos:</b> Envolvimento com temas como democracia, meio ambiente, direitos sexuais, igualdade de gênero, direitos humanos, direitos indígenas e paz.
<b>Valores:</b> Adoção da centralização e centralismo como princípios fundamentais. Manifestação de messianismo derivado de uma perspectiva de mudança revolucionária. Acreditação de que a mudança social deve modificar a estrutura para que os indivíduos possam mudar.	<b>Valores:</b> Defesa de valores como autonomia e identidade. Promoção da descentralização e autogoverno em oposição à burocratização e regulação. Crença de que a mudança social envolve o indivíduo, enfatizando que as atitudes individuais devem ser mudadas aqui e agora.
<b>Formas de atuação:</b> Envolvimento em ações altamente institucionalizadas. Priorização do protesto em massa como estratégia. Estrutura organizacional piramidal, com ênfase na centralização e no centralismo.	<b>Formas de atuação:</b> Adoção de formas pouco ou nada institucionalizadas. Busca por organização horizontal e promoção de redes vinculativas e flexíveis como estratégias de atuação.
<b>Nota:</b> Se esclarece que as características mencionadas não são exclusivas ou excludentes de um ou outro paradigma, mas sim que recebem destaque notoriamente diferente em momentos distintos. Isso ressalta a flexibilidade e a complexidade das identidades coletivas e das abordagens adotadas pelos atores em diferentes contextos e momentos históricos.	

**Fonte:** SERNA, Leslie. Globalización y participación juvenil. Jóvenes. Revista de estudios sobre Juventude, 1998, vol. 4, no 5.

Em resumo, o novo paradigma enfatiza perspectivas mais amplas para ações concretas e específicas, com a participação juvenil centrada no indivíduo como motor da mudança social. Essa abordagem destaca os territórios onde os jovens estabelecem seus espaços de organização e promovem atividades cotidianas, enfatizando a autonomia e a descentralização. Isso contrasta com o paradigma anterior, que se baseava principalmente na participação institucionalizada, visando transformar as estruturas para, conseqüentemente, transformar os indivíduos.

Dina Krauskopf (2000) destaca a participação juvenil como um fator determinante no desenvolvimento da Juventude, tendo impacto na renovação constante das sociedades. Ela observa que as oportunidades da juventude não dependem apenas dos recursos de seus pais, mas também estão ligadas aos recursos sociais de seus grupos. Portanto, as políticas devem visar consolidar o capital social. Krauskopf menciona um relatório do Banco Mundial apresentado por Miriam Schneidman (1996), que enfatiza a importância de investir no capital humano dos jovens, promovendo o desenvolvimento de habilidades e competências que lhes permitam agir de maneiras inovadoras. Isso é crucial, pois a população jovem se tornará a força de trabalho que sustentará uma sociedade envelhecida. Portanto, é fundamental garantir que eles adquiram o capital humano necessário para seu próprio bem-estar e o bem-estar das

gerações mais velhas da sociedade. As razões para investir nos jovens se baseiam nos seguintes objetivos:

[...] (i) Alívio da pobreza e fortalecimento do capital social, ou seja, melhorando os ambientes familiares, redes comunitárias e fornecendo modelos positivos, que muitas vezes impedem os jovens de colher os benefícios dos investimentos em capital humano. (ii) Prevenção de externalidades negativas relacionadas a comportamentos de risco, como delinquência juvenil, toxicodependência, evasão escolar e gravidez na adolescência. (iii) Promoção da justiça social, garantindo os direitos humanos e facilitando a integração social e política. A principal mensagem é que investir em jovens em situação de risco não apenas resultará em altos retornos no nível individual, mas também em altos retornos para suas famílias e para a sociedade como um todo. (SCHNEIDMAN, 1996, p. 32-33. tradução nossa).

Desta forma, os jovens assumem um papel vital no capital humano de diversas sociedades e se tornam um elemento essencial para a adoção de novas estratégias de desenvolvimento. Assim, as sociedades estão direcionando uma atenção especial às capacidades e necessidades desse segmento jovem da população, uma vez que esses indivíduos precisam ser capazes de aprender constantemente e agir de forma proativa. Esse enfoque é ainda mais relevante em um contexto de mudanças rápidas acompanhadas por transformações sociais e culturais significativas, o que leva a novas formas de interação entre gerações, entre os sexos e entre instituições sociais.

Consequentemente, as formas de participação juvenil estão passando por mudanças significativas. De acordo com o relatório da CEPAL (2004), podem ser observadas sete tendências em relação à participação da população jovem. A primeira delas está relacionada à desconfiança nas instituições políticas e à redefinição da concepção de um sistema democrático por parte dos jovens. A perda de prestígio das organizações políticas tradicionais é mais evidente entre os jovens, que percebem que o sistema político e partidário não reflete as demandas da juventude, o que resulta em falta de motivação para promover uma maior igualdade. É relevante destacar que, embora valorizem a democracia como um espaço para moldar seus próprios projetos, os jovens não encontram as condições necessárias nas democracias formais. Em contraste com gerações anteriores, observa-se uma baixa participação em movimentos estudantis, sindicais, partidos políticos e organizações comunitárias. Além disso, há uma rejeição a formas tradicionais de envolvimento político, uma vez que os jovens sentem que estão sendo manipulados por outros e por causas que não representam suas próprias lutas.

Uma maneira concreta pela qual essa rejeição se manifesta é a baixa participação nas eleições e a recusa em considerar o voto como um instrumento eficaz de participação cidadã. De acordo com a ONG Latinobarómetro, quando questionados sobre seu interesse pela política,

os jovens de 15 a 25 anos responderam:

Tabela 3 - Interesse pela Política

País	Muito interessado			Algo interessado			Pouco interessado			Nada interessado		
	2000	2010	2020	2000	2010	2020	2000	2010	2020	2000	2010	2020
<b>Argentina</b>	13%	7%	5%	25%	20%	32%	33%	27%	27%	29%	46%	35%
<b>Bolívia</b>	5%	5%	7%	24%	23%	29%	41%	33%	31%	30%	40%	34%
<b>Brasil</b>	4%	11%	7%	18%	25%	21%	45%	33%	39%	33%	32%	33%
<b>Chile</b>	7%	7%	5%	25%	25%	11%	33%	30%	40%	34%	39%	44%
<b>Colômbia</b>	3%	6%	6%	27%	20%	30%	44%	39%	35%	27%	36%	28%
<b>Costa Rica</b>	10%	9%	8%	18%	15%	31%	37%	36%	31%	36%	40%	31%
<b>Equador</b>	6%	2%	7%	22%	21%	21%	38%	35%	35%	33%	42%	37%
<b>El Salvador</b>	8%	5%	9%	27%	23%	21%	45%	38%	38%	19%	34%	32%
<b>Guatemala</b>	9%	8%	7%	18%	16%	18%	50%	32%	33%	24%	44%	42%
<b>Honduras</b>	6%	6%	6%	20%	21%	12%	35%	30%	19%	39%	43%	62%
<b>México</b>	10%	6%	7%	27%	22%	31%	47%	35%	33%	15%	38%	29%
<b>Nicarágua</b>	8%	9%	10%	22%	12%	16%	42%	40%	28%	28%	40%	47%
<b>Panamá</b>	9%	9%	9%	31%	21%	17%	35%	25%	28%	25%	45%	46%
<b>Paraguai</b>	10%	11%	4%	22%	27%	19%	47%	32%	36%	21%	31%	41%
<b>Peru</b>	7%	7%	11%	29%	19%	37%	43%	32%	27%	21%	43%	25%
<b>Uruguai</b>	10%	7%	14%	30%	24%	27%	37%	41%	28%	24%	27%	31%
<b>Venezuela</b>	14%	10%	6%	23%	20%	18%	36%	36%	26%	27%	34%	50%

Fonte: Latinobarometro: <https://www.latinobarometro.org/latOnline.jsp>

Comparando os dados entre os países, pode-se constatar que, em 2000, 10% dos jovens da Costa Rica, México, Paraguai e Uruguai estavam muito interessados; na Argentina, 13%; e na Venezuela, 14%. Mais de 30% dos jovens panamenhos e uruguaios estavam “algo interessados” em política, enquanto Brasil, Guatemala e Costa Rica somavam 18%. Entre 50% e 44% dos jovens de Guatemala, México, Paraguai, El Salvador, Brasil e Colômbia responderam que estavam pouco interessados. Honduras tinha 39% de jovens desinteressados, e o México tinha 15%.

Em 2010, 11% dos jovens no Brasil e no Paraguai estavam muito interessados, enquanto nesses mesmos países, 27% no Paraguai e 25% no Brasil estavam “algo interessados”, em comparação com 2% no Equador “muito interessados” e 12% “algo interessados.” Quarenta por cento dos jovens do Uruguai e da Nicarágua mostraram pouco interesse, em contraste com 25% dos jovens do Panamá.

Já em 2020, 14% dos jovens no Uruguai estavam muito interessados em política, a maior porcentagem, enquanto o Paraguai tinha apenas 4% como mínimo. Em relação aos “um tanto interessados,” o Peru tinha a maior porcentagem (37%), enquanto o Chile tinha a menor (11%). Quanto aos “pouco interessados”, Chile (40%) e Brasil (39%) lideravam, enquanto Honduras

tinha o menor (19%). Honduras também liderou na categoria “nada interessados,” com 62%, seguido pela Venezuela com 50% e Nicarágua com 47%. Isso é notável, considerando a atual situação política nesses países, com Venezuela e Nicarágua sendo consideradas ditaduras modernas e tendo experimentado protestos liderados por jovens nos últimos anos. O Chile também registrou 44% de “nada interessados” após o “estalido social” de 2019-2020, liderado em grande parte por estudantes. Semelhante foi o resultado na Colômbia, com 28%, que também enfrentou um “estalido social” em 2021, semelhante ao que ocorreu no Chile. O Peru teve o menor resultado da região, com 25% de “nada interessados” em 2020.

É interessante observar que, no caso da Argentina, Paraguai e Venezuela, o percentual de “muito interessados” diminuiu 8 pontos entre 2000 e 2020, embora seja importante considerar que os entrevistados são de gerações diferentes. O mesmo ocorreu com o “algo interessado,” com uma diminuição de 8 pontos no Chile, Honduras e Panamá, enquanto houve um aumento na Argentina, Costa Rica e Peru, variando de 7 a 13 pontos percentuais de 2000 a 2020. No quesito “pouco interesse,” apenas o Chile registrou um aumento de 2010 a 2020; nos demais países, houve uma queda em relação ao pouco interesse dos jovens pela política. Quanto ao item “nada interessado,” houve um aumento considerável nos percentuais de 2000 a 2010, e a tendência se manteve em 2020, com exceção da Costa Rica, que apresentou uma queda de 40% em 2010 para 31% em 2020.

Outro aspecto abordado foi o impacto do voto e sua perspectiva futura. Os dados apresentados na tabela 4 correspondem a 2005 e 2016, uma vez que foi o último ano em que este aspecto foi questionado. “Algumas pessoas dizem que a forma como você vota pode mudar as coisas no futuro. Outros dizem que não importa como você vote, isso não vai melhorar as coisas no futuro. Qual frase está mais próxima do seu modo de pensar?”

Tabela 4 - A forma como você vota pode tornar as coisas diferentes no futuro

15- 25 anos País do estudo	2005		2016	
	A	B	A	B
Argentina	65%	35%	69%	31%
Bolívia	56%	44%	61%	39%
Brasil	69%	32%	67%	33%
Chile	46%	54%	33%	68%
Colômbia	64%	36%	62%	38%
Costa Rica	50%	51%	50%	51%
Rep. Dominicana	68%	32%	58%	42%
Equador	51%	49%	66%	34%
El Salvador	69%	32%	47%	53%
Guatemala	52%	48%	57%	43%
Honduras	47%	53%	45%	55%
México	70%	30%	45%	55%
Nicarágua	60%	40%	50%	50%

Panamá	60%	40%	44%	56%
Paraguai	53%	47%	69%	31%
Peru	61%	39%	66%	34%
Uruguai	83%	17%	60%	40%
Venezuela	74%	26%	83%	18%

**A:** O jeito como você vota pode melhorar as coisas no futuro.

**B:** Não importa como você vote, isso não vai melhorar as coisas no futuro.

**Fonte:** Latinobarometro: <https://www.latinobarometro.org/latOnline.jsp>

Segundo os resultados de 2005, os jovens uruguaios são os que mais confiam no voto como forma de influenciar o futuro, com 83%, seguidos por México e Venezuela, ambos com 70% ou mais. O Brasil apresenta 69%, enquanto a Colômbia registra 64%. Com menos de 50%, encontramos Costa Rica e Equador, enquanto Chile (46%) e Honduras (47%) são os países com menor confiança no voto como meio de mudança.

Já em 2016, os resultados mostram que a juventude venezuelana continua acreditando que o voto pode melhorar as coisas no futuro. No entanto, houve mudanças significativas em outros países, com um aumento no número de países onde menos de 50% dos jovens acreditam nisso. El Salvador, México e Panamá destacam-se por essa queda significativa nas expectativas em relação à votação. Honduras mantém seus números e o Chile apresenta um aumento, mas ainda permanece abaixo de 50%.

A segunda tendência observada é que certas práticas culturais tradicionais, especialmente as religiosas e esportivas, são as que concentram os maiores níveis de associatividade entre os jovens. No entanto, a participação nessas experiências culturais é condicionada por variáveis socioeconômicas e de gênero. Embora haja uma receptividade secular, os índices de associatividade em relação às práticas religiosas são altos, principalmente entre atividades católicas e evangélicas. A tabela a seguir apresenta os resultados da pergunta feita em 2005 aos jovens entre 15 e 25 anos: “Em quais dessas organizações e atividades, se houver, você participa ativamente ou faz trabalho voluntário?”

Tabela 5 - Organizações e atividades nas quais você participa ou trabalha ativamente. Jovens de 15 a 25 anos.

País	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14
<b>Argentina</b>	18%	9%	1%	-	-	1%	1%	1%	-	66%	1%	1%	2%	-
<b>Bolívia</b>	28%	8%	10%	3%	1%	2%	2%	5%	1%	14%	4%	16%	4%	2%
<b>Brasil</b>	5%	4%	0%	1%	0%	1%	1%	4%	-	9%	1%	4%	1%	69%
<b>Chile</b>	24%	4%	0%	0%	-	0%	0%	3%	-	5%	1%	1%	3%	60%
<b>Colômbia</b>	12%	6%	0%	3%	1%	0%	2%	3%	1%	5%	2%	5%	1%	59%
<b>Costa Rica</b>	10%	5%	-	2%	-	0%	2%	2%	1%	8%	0%	4%	1%	65%
<b>R. Dominicana</b>	14%	6%	2%	2%	1%	0%	0%	2%	-	12%	3%	3%	1%	53%
<b>Equador</b>	15%	2%	1%	1%	1%	1%	2%	2%	2%	5%	1%	6%	1%	61%
<b>El Salvador</b>	7%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	2%	1%	28%	2%	4%	2%	47%
<b>Guatemala</b>	8%	1%	-	1%	1%	-	2%	2%	1%	11%	1%	2%	-	71%

<b>Honduras</b>	8%	1%	0%	1%	-	1%	0%	0%	-	18%	3%	2%	0%	65%
<b>México</b>	10%	11%	1%	1%	1%	1%	7%	4%	4%	7%	4%	5%	2%	44%
<b>Nicarágua</b>	13%	3%	0%	1%	1%	1%	2%	3%	1%	14%	1%	1%	1%	60%
<b>Panamá</b>	11%	5%	2%	1%	1%	1%	2%	4%	1%	7%	2%	2%	3%	59%
<b>Paraguai</b>	14%	3%	1%	0%	0%	1%	0%	4%	1%	20%	1%	12%	1%	43%
<b>Peru</b>	17%	6%	1%	1%	-	0%	2%	4%	0%	8%	1%	11%	2%	46%
<b>Uruguai</b>	8%	8%	2%	0%	0%	2%	2%	1%	-	1%	2%	2%	1%	71%
<b>Venezuela</b>	8%	2%	-	-	-	-	1%	2%	1%	3%	2%	3%	3%	76%
<b>Total pop.</b>	7%	3%	2%	1%	0%	1%	1%	3%	1%	15%	2%	6%	2%	55%
<b>Jovens</b>	12%	4%	1%	1%	1%	1%	2%	3%	1%	12%	2%	5%	1%	55%
<b>Categorias:</b>														
1	Organização/clube de atividades esportivas ou recreativas.									7	Ecologista, proteção ambiental, direitos dos animais.			
2	Artístico, musical, educativo.									8	Caridade ou bem-estar.			
3	Sindicatos.									9	Org. de tempo livre e defesa dos direitos da terceira idade.			
4	Profissional, empresarial.									10	Organizações religiosas, independentemente da prática religiosa.			
5	Organização de consumidores.									11	Organização ou partido político.			
6	Organização Internacional, ajuda ao desenvolvimento ou organização de direitos humanos.									12	Comunidade, organização de bairro.			
										13	Outras organizações.			
										14	Nenhum.			

**Fonte:** Latinobarometro. <https://www.latinobarometro.org/latOnline.jsp>

A terceira disposição mostra que, além além do associativismo gerado pelas práticas culturais tradicionais, há um aumento de novas modalidades informais de associatividade. Desde a década de 1980, os jovens promovem sua inserção nas estruturas sociopolíticas por meio de outras formas de organização mais alternativas, efêmeras e flexíveis, como grupos de grafiteiros, skatistas, okupas e bandas musicais. No entanto, há também uma versão negativa ou violenta dessas outras formas de associações, que inclui gangues, grupos de protesto e organizações criminosas.

A quarta tendência mostra que os jovens, embora expressem preocupação e consciência com questões emergentes, não conseguem traduzir essa inquietação em níveis significativos de participação. Mesmo atraindo a atenção dos jovens, temas como direitos humanos, paz, feminismo, ecologia e culturas de etnias ou povos originários não conseguem articular modalidades associativas que expressem teoria e prática de forma concreta. Há um aumento incipiente e gradual da participação nessas questões, preferencialmente entre os jovens de 15 a 25 anos.

A quinta disposição é o impacto exercido pelos meios de comunicação, especialmente a televisão, na criação de novas formas de associativismo juvenil. Neste momento, os jovens são importantes consumidores de televisão, de acordo com o relatório da CEPAL e OIJ: “A centralidade da experiência audiovisual parece implicar uma ‘televisação’ da vida pública e a participação nela através da tela, o que os transformaria em tele cidadãos.” (2004, p. 273, tradução nossa). Mesmo que haja consumo de informações que lhes permite tomar conhecimento dos problemas públicos, não há uma reação diante dos mesmos. Pode ser algo

contraditório, pois, embora a informação televisiva não tenha bons níveis de credibilidade, influenciou na desvalorização da política. A Tabela 6 mostra a confiança que as instituições têm para melhorar nossa qualidade de vida, com dados correspondentes ao ano de 2018. A pergunta feita foi: “Por favor, olhe para este cartão e diga-me, para cada um dos grupos, instituições ou pessoas da lista, quão confiante você está de que eles trabalham para melhorar nossa qualidade de vida: Mídia?”

Tabela 6 Confiança de que as instituições atuam para melhorar nossa qualidade de vida: Média correspondente ao ano de 2018, (15-25 anos)

País	Muita	Algo	Pouca	Nenhuma	(N)
Argentina	11%	29%	30%	30%	0,0%
Bolívia	17%	40%	31%	12%	0,0%
Brasil	17%	38%	36%	9%	0,0%
Chile	1%	47%	37%	16%	0,0%
Colômbia	12%	32%	37%	19%	0,0%
Costa Rica	17%	39%	30%	14%	0,0%
Rep. Dominicana	19%	28%	28%	25%	0,0%
Equador	11%	38%	37%	14%	0,0%
El Salvador	9%	20%	36%	35%	0,0%
Guatemala	25%	21%	38%	17%	0,0%
Honduras	20%	27%	32%	20%	0,0%
México	11%	31%	41%	17%	0,0%
Nicarágua	14%	36%	31%	19%	0,0%
Panamá	19%	31%	32%	18%	0,0%
Paraguai	24%	49%	23%	4%	0,0%
Peru	14%	42%	32%	13%	0,0%
Uruguai	16%	33%	34%	17%	0,0%
Venezuela	9%	45%	22%	23%	0,0%
Total	15%	35%	33%	18%	0,0%

Fonte: Latinobarometro. <https://www.latinobarometro.org/latOnline.jsp>

Diante do nível de confiança refletido na mídia, jovens entre 15 e 25 anos na Guatemala (25%), Paraguai (24%) e Honduras (20%) dizem que têm muita confiança, enquanto no Chile esse percentual é de apenas 1%. Já no item “nenhuma”, os países com maior percentual foram El Salvador (35%), Argentina (30%) e República Dominicana, com 25%. Com o menor percentual está o Paraguai (4%). Destaca-se o caso da Argentina, cujas porcentagens nos resultados de alguma confiança dificilmente chegam a 30%.

A sexta tendência diz respeito ao exercício da cidadania nas redes virtuais. O uso das redes virtuais é maior entre os jovens, principalmente quando se trata de organização coletiva. Portanto, estamos presenciando o início de um novo modo de participação, no qual os jovens estão cada vez mais ativos nas redes virtuais e menos ativos no mundo real. Isso significa que

os jovens podem estar mais preocupados com causas globais e gerais, como paz mundial, direitos humanos, justiça e meio ambiente, do que com questões mais concretas, como emprego, saúde ou educação. A sétima tendência é a participação em grupos de voluntariado. Essa disposição demonstra o interesse dos jovens em exercer sua autonomia, uma vez que, por meio do voluntariado, eles expressam seu desejo individual de ajudar e contribuir sem se sentirem condicionados por grupos ou organizações. O fato de terem participado de atividades voluntárias leva os jovens a se verem como protagonistas, em vez de marginais, sem qualquer tipo de influência dos adultos (Hopenhayn, 2004).

Após entender os desafios enfrentados pelos jovens ao participar, fica claro que eles valorizam a colaboração e a contribuição em diversos processos. Importante notar que os jovens preferem agir de maneiras não convencionais, guiados por suas próprias intenções. As organizações e coletivos de jovens não encontram receptividade no cenário político, mas demonstram criatividade e dinamismo ao enfrentar os desafios do desenvolvimento de projetos e posições políticas. Eles têm experiências diversas, que os levam a buscar novas formas de participação em seus contextos imediatos, agrupando-se sob diferentes bandeiras. Os jovens estão dispostos a participar, mas essa participação deve ser integrada às políticas, especialmente aquelas que visam a juventude como objeto e sujeito.

As dinâmicas e motivações mudam com o tempo, portanto, é necessário criar articulações onde as linguagens divergem, especialmente entre os gestores de políticas públicas e os grupos juvenis. A cultura, comunicação, linguagem e desejo de autonomia dos jovens devem ser incorporados, uma vez que fazem parte da nova lógica comunicacional das políticas públicas para a juventude (CEPAL, 2008).

Portanto, é responsabilidade dos gestores e formuladores de políticas públicas para a juventude criar espaços de participação, promover diálogos para entender as realidades e expectativas dos jovens, construindo pontes com base no entendimento mútuo. É nesses espaços de diálogo que os jovens encontram significado e compromisso com as propostas públicas, percebendo-as como mais alinhadas com suas vidas cotidianas e, assim, tornando programas e políticas mais acessíveis a eles.

#### 4.3 POLÍTICAS E INSTITUIÇÕES DE JUVENTUDE NA AMÉRICA LATINA.

No cenário dos meados dos anos 2000, observam-se mudanças na participação dos

jovens e em sua condição de cidadãos. Essa transformação pode ser explicada como uma transição dos jovens de protagonistas da mudança política e social para serem reconhecidos como sujeitos de direitos e alvos de políticas públicas. Neste momento histórico, os jovens se encontravam na fronteira entre esses dois modelos, ocasionalmente vistos como principais agentes de mudança política, mas nem sempre como detentores plenos de direitos. Isso resultou em uma reconfiguração dos espaços e motivações que influenciam o envolvimento dos jovens no âmbito político e público (Moreno, 2017).

Como mencionado anteriormente, uma das mudanças na dinâmica de participação dos jovens foi a desvinculação da política da ideia de mudança social. Isso abriu espaço para novos contextos de participação política, mais locais e independentes de partidos políticos, com objetivos de impacto mais concreto e modesto. Outra mudança significativa ocorreu no exercício da cidadania. É importante destacar que o valor atribuído à cidadania pelos jovens naquela época diferia do sentimento e da importância que os adultos davam a ela. Na primeira década dos anos 2000, os jovens não se sentiam representados pelos sistemas políticos, principalmente devido às dificuldades de estabilidade no mercado de trabalho. Eles não tinham as mesmas oportunidades de emprego estável que as gerações anteriores, o que afetou sua capacidade de participação política constante.

A crise no mercado de trabalho, o aumento do desemprego e a precarização das condições de trabalho contribuíram para que os jovens não tivessem experiências de emprego estável, uma realidade que não afetava tanto a geração anterior, que tinha empregos formais e a capacidade de exercer seus direitos sociais e participação política. Assim, o trabalho deixou de ser o elo central entre a vida privada e pública, entre a atividade econômica e o engajamento político, entre o pessoal e o coletivo (CEPAL; OIJ, 2004, p. 218, tradução nossa).

Do ponto de vista dos direitos, os jovens se sentiam como cidadãos de segunda classe, enfrentando discriminação no mercado de trabalho, apesar de estarem mais educados e preparados do que as gerações anteriores. Possuíam habilidades avançadas em informática, no entanto, as taxas de desemprego dobraram, e quando conseguiam emprego, as condições contratuais geralmente eram desfavoráveis. Eles frequentemente não faziam parte de sindicatos para proteger seus interesses, resultando na falta de representação de suas demandas na política. Além disso, sentiam-se estigmatizados, muitas vezes sendo vistos como potencialmente disruptivos no espaço público por autoridades.

Essas dificuldades eram exacerbadas pelo fato de que, em termos de políticas públicas e garantia de direitos, a juventude ainda não era tratada de maneira abrangente, em comparação com outros grupos. A juventude assumiu um papel mais proativo, não apenas buscando garantir

seus direitos fundamentais, mas também atendendo a necessidades mais amplas, incluindo sua educação e formação para melhor lidar com as mudanças sociais. Isso requer uma revisão das políticas sociais existentes e uma compreensão mais profunda das implicações das políticas voltadas para a juventude nas estratégias futuras de desenvolvimento.

No entanto, a formulação de tais políticas enfrenta desafios que podem limitar seu alcance e eficácia, especialmente em relação à superação da exclusão dos jovens e à aceitação social dessa questão. Isso abrange todos os níveis, e enquanto as principais políticas setoriais muitas vezes veem os jovens apenas como um grupo de risco, existem abordagens que buscam uma visão mais abrangente. Essas abordagens são promovidas por instituições especializadas que reconhecem os jovens como detentores de direitos e como atores estratégicos no desenvolvimento, como ilustrado na tabela a seguir:

Tabela 7 - Taxa de desemprego Desempregados/mão-de-obra

	2006 - Out-Nov-Dez				2012 - Out-Nov-Dez				2018 - Out-Nov-Dez			
	Total	15-24	25-64	65+	Total	15-24	25-64	65+	Total	15-24	25-64	65+
<b>País</b>	8,6	21,6	6,0	4,8	7,1	18,6	5,2	3,6	9,1	22,2	7,0	5,7
<b>Argentina</b>	9,2	21,0	6,3	1,4	4,9	12,1	3,6	0,7	11,6	27,1	8,6	3,6
<b>Brasil</b>	5,3	13,7	4,2	1,4	6,3	17,3	4,9	2,0	7,0	18,4	6,0	2,4
<b>Chile</b>	11,6	23,4	8,9	4,2	8,9	18,5	6,6	3,7	8,8	18,8	6,9	3,2
<b>Colômbia</b>					9,8	23,7	6,6	10,5	12,0	31,7	8,2	6,0
<b>Costa Rica</b>	5,3	12,4	3,6	2,4					4,2	11,0	3,3	0,3
<b>Equador</b>	3,2	5,4	2,6	1,8	3,8	6,3	3,2	1,2	3,6	7,8	2,5	0,7
<b>El Salvador</b>					2,7	4,6	2,0	0,9	1,7	3,4	1,1	0,0
<b>Guatemala</b>	3,6	7,2	2,7	1,2	4,9	8,9	4,0	1,8	3,3	6,8	2,7	1,1
<b>México</b>					7,7		5,6		5,7	13,3	3,6	2,9
<b>Paraguai</b>	7,4	14,2	5,2	6,6	5,7	12,2	3,8	1,4	6,1	15,2	4,0	3,2
<b>Peru</b>	7,4	14,2	5,2	6,6	5,7	12,2	3,8	1,4	6,1	15,2	4,0	3,2
<b>Uruguai</b>	9,4	25,2	6,2	4,0	6,1	16,5	4,2	2,3	8,1	25,6	5,2	3,1

Fonte: LABLAC (CEDLAS e Banco Mundial)” ou “Fonte: Banco de Dados de Trabalho para a América Latina e o Caribe – LABLAC (CEDLAS e Banco Mundial).”

De acordo com os resultados de 2006, as taxas de desemprego na região para jovens entre 15 e 24 anos situavam-se entre 20% e 25%. Isso pode ser observado no Uruguai (25%), Colômbia (23%), Argentina (22%) e Brasil (21%), enquanto a menor taxa de desemprego foi registrada em El Salvador (5%). Em 2012, houve uma queda nas taxas de desemprego, com apenas a Costa Rica apresentando uma taxa de 24%. O Brasil e o Uruguai experimentaram uma queda de 9 pontos de 2006 a 2012, enquanto Argentina e Colômbia registraram uma queda de 5 pontos. Por outro lado, Chile e México aumentaram suas taxas de desemprego em 5 pontos.

Quando analisamos os resultados por faixas etárias, as taxas de desemprego juvenil triplicam as das demais faixas etárias. De 2012 a 2018, destaca-se o aumento considerável das taxas de desemprego no Brasil, que subiu 15 pontos, ultrapassando o resultado de 2006. Da

mesma forma, a Costa Rica teve um aumento de 8 pontos percentuais e o Uruguai de 9 pontos, voltando aos 25% que tinham em 2006. A Colômbia permaneceu em 18%, com altas taxas de desemprego juvenil na região em geral. Apenas El Salvador (8%), México (7%) e Guatemala (3%) apresentaram taxas de desemprego de um dígito. Costa Rica (31%), Brasil (27%) e Uruguai (26%) registraram as taxas mais altas. Esses dados correspondem ao último trimestre de 2018, antes da pandemia.

#### 4.4 PARA UMA AGENDA DE POLÍTICAS PÚBLICAS.

No início dos anos 2000 na América Latina, uma agenda específica estava sendo seguida para a formulação de políticas de juventude. Os países enfrentaram desafios ao tentar estabelecer os parâmetros necessários para criar essas políticas. Esse processo foi lento e marcado por obstáculos, tornando a formação de uma política de juventude originalmente planejada uma tarefa árdua. Vale ressaltar os esforços dos governos na área da educação, que avançaram a seu próprio ritmo, mas globalmente apresentaram resultados positivos. A maioria dos países da região aumentou os benefícios oferecidos aos jovens, principalmente no nível educacional básico, e, em alguns casos, no ensino superior.

O investimento na educação era uma estratégia fundamental para a integração das novas gerações, uma vez que o acesso à educação representava uma ferramenta de mobilidade social. No entanto, ao longo do tempo, essa estratégia enfraqueceu, diminuindo as oportunidades de mobilidade educacional para os jovens, especialmente para aqueles de famílias menos favorecidas. Diante desse cenário, os governos buscaram proporcionar oportunidades para que os jovens utilizassem seu tempo livre de maneira construtiva. A suposição era de que, uma vez que a educação ocupava grande parte do tempo dos jovens em sua preparação para a vida adulta, o tempo restante deveria ser direcionado para atividades recreativas. Isso visava prevenir comportamentos indesejados, como o uso de drogas ou comportamentos sexuais irresponsáveis (Bango, 2000).

Consequentemente, muitas atividades esportivas, culturais e recreativas foram promovidas como parte das políticas de juventude. No entanto, essas políticas beneficiaram predominantemente os jovens já integrados à sociedade e ao sistema educacional, deixando de lado os jovens excluídos. Para este último grupo, as estratégias não se mostraram eficazes e, em vez disso, houve uma abordagem de controle social, já que eram frequentemente associados à criminalidade em vez da pobreza.

Conforme mais jovens ingressavam no sistema educacional, principalmente no ensino

superior, o movimento estudantil organizado ganhava força. Os jovens, na condição de estudantes, assumiam uma postura contestatória em relação ao sistema político e social, respondendo às preocupantes condições enfrentadas pelas sociedades latino-americanas (Bango, 2000).

Na América Latina, houve tentativas de associar a mobilização estudantil aos movimentos populares, especialmente aqueles liderados por sindicatos. A organização e mobilização dos estudantes universitários também influenciaram a formação de grupos políticos de esquerda. Nesse período, era evidente a influência da polarização global, com o estabelecimento reagindo e tomando medidas para conter os movimentos juvenis em ascensão.

Como resposta a essas mobilizações, os movimentos estudantis foram em grande parte contidos nos âmbitos educacionais, a fim de evitar sua expansão para outras esferas da sociedade e a fusão com outros setores e demandas juvenis. Conforme apontado por Bango (2000), as demandas e discursos dos jovens eram frequentemente caracterizados por dimensões mais simbólicas, diferenciando-se de outros movimentos orientados por circunstâncias materiais. Embora as demandas dos estudantes estivessem relacionadas ao desenvolvimento de suas próprias comunidades educacionais, as lutas estudantis poderiam se transformar rapidamente em reivindicações relacionadas ao funcionamento geral da sociedade e ao confronto com as estruturas de poder.

Por outro lado, a preocupação com a prevenção da pobreza e da criminalidade era uma prioridade para a maioria dos governos democráticos desde a década de 1980. Muitas vezes, esses governos buscavam fortalecer seus regimes políticos por meio de medidas econômicas que nem sempre beneficiavam os mais vulneráveis. Isso levou ao surgimento de outros movimentos juvenis, não mais restritos ao ambiente estudantil, mas compostos por jovens pertencentes a setores mais marginalizados, especialmente em áreas urbanas. Esse grupo é frequentemente denominado de “Juventude Popular Urbana” por especialistas e está associado ao fenômeno das gangues juvenis (Bango, 2000).

Em outros países, a atenção se voltou para conflitos armados envolvendo exércitos e movimentos guerrilheiros, que eram majoritariamente compostos por jovens. Isso gerou problemas sociais com consequências significativas, incluindo o aumento da violência e suas implicações, especialmente para esse segmento da população. Além disso, os problemas decorrentes da pobreza generalizada passaram a se tornar mais visíveis, refletindo-se no aumento de atos de vandalismo em várias áreas habitadas por populações marginalizadas em diferentes cidades do continente. Também é relevante mencionar casos em alguns países da região, como a Colômbia, onde o narcotráfico estava envolvido em práticas criminosas.

No início dos anos 2000, surgiu uma preocupação com a inserção dos jovens marginalizados no mercado de trabalho por meio das políticas públicas de Juventude. O Chile, por exemplo, implementou o Programa de Formação Profissional para Jovens “Chile Joven” desde a redemocratização, beneficiando mais de 115.000 jovens dos 40% mais pobres da sociedade chilena, com um investimento superior a oitenta milhões de dólares” (Bango, 2000, p. 24, tradução nossa).

Essa experiência se expandiu para Argentina, Uruguai e Venezuela, adaptando-se às realidades específicas de cada país. Esses programas buscam oferecer treinamento de curto prazo e estratégias inovadoras, com foco na pertinência das ocupações oferecidas e na integração dos jovens no mercado de trabalho. Ações voltadas para a juventude passaram a ser articuladas, priorizando o desenvolvimento dos jovens em vez de apenas atender a demandas juvenis ou controlar esse segmento da sociedade. Esses programas representam uma mudança significativa em relação às abordagens tradicionais de promoção da juventude, visando o desenvolvimento de recursos humanos devidamente capacitados como um fator fundamental para a transformação produtiva.

#### 4.5 POLÍTICAS NACIONAIS DE JUVENTUDE NA AMÉRICA LATINA

No final da década de 1990, na América Latina, houve avanços nas políticas públicas de Juventude, embora em ritmos diferentes devido à diversidade dos países da região. Isso resultou em uma variedade de políticas que variam de acordo com a percepção dos jovens, os fundamentos legislativos, os níveis administrativos de cada Estado e, principalmente, a forma como as necessidades e expectativas dos jovens são gerenciadas e atendidas em cada país.

Nesse período, as políticas nacionais de Juventude ainda não reconheciam plenamente os jovens na maioria das constituições, tratando-os com base em uma regulação parcial de direitos. O reconhecimento dos jovens como sujeitos de direitos ainda não estava tão consolidado. Em contrapartida, instrumentos internacionais de direitos humanos reconheciam mais claramente os jovens como sujeitos de direitos.

Ao contrário dos direitos das crianças e dos menores de 18 anos, que já contavam com declarações e convenções específicas, os direitos dos jovens careciam desse tipo de reconhecimento. Na maioria dos sistemas jurídicos, os jovens com menos de 18 anos de idade não são considerados criminalmente responsáveis por seus atos e, conseqüentemente, não são levados a julgamento em tribunais criminais. Além disso, muitos Estados estabeleceram sistemas de justiça juvenil, os quais às vezes fixam um limite de idade inferior a 18 anos para

determinar a responsabilidade criminal, conhecido como a Idade Mínima de Responsabilidade Criminal (IMRC), um tópico em discussão em muitos países.

Quadro 26 - Idade de Atribuição Penal e Regime Penal Juvenil

País	Idade mínima imputabilidade juvenil	Legislação o Código de Infância	Ano
Argentina	16*	Lei 26.061 de Proteção Integral dos Direitos da Criança e do Adolescente e Decreto 415/2006	2006
Bolívia	14 -18	Lei 548. Código de Meninas, Meninos e Adolescentes.	1999
Brasil	12 -18	Lei 8.069. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).	1990
Chile	14 -18	Não tem lei. **	n.d.
Colômbia	14 -18	Lei 1098. Código da Infância e Adolescência da Colômbia.	2006
Costa Rica	12 -18	Lei 7739. Código da Infância e Adolescência	1998
Cuba	16*	Lei 16. Código da Criança e do Adolescente.	1978
Equador	12 -18	Lei 100. Código da Infância e Adolescência,	2003
El Salvador	12 -18	Decreto 27/03. Lei de Proteção Integral da Criança e do Adolescente.	2009
Guatemala	13 -18	Decreto 27. Lei de proteção integral da criança e do adolescente	2003
Honduras	12 -18	Código da infância e adolescência (decreto 73-96)	2013
México	12 -18	Lei Geral dos Direitos de Meninas, Meninos e Adolescentes (alterada em 23 de março de 2022)	2014
Nicarágua	13 -18	Código da Infância e Adolescência. LEI Nº 287	1998
Panamá	12 -18	Lei de Proteção à Primeira Infância	2020
Paraguai	14 -18	Código da infância e adolescência (lei 1680)	2001
Peru	14 -18	Código de Meninos, Meninas e Adolescentes (Lei 27.337)	2000
Rep. Dominicana	13 -18	Lei nº 136/2003. Código de Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente	2003
Uruguai	13 -18	Código da infância e adolescência (lei 17823)	2004
Venezuela	14 -18	Lei Orgânica de Proteção à Criança e ao Adolescente.	2007

\* Na Argentina, é importante destacar que o método de determinação da responsabilidade penal em menores, estabelecido pela Lei Penal Juvenil, considera inimputável o sujeito que tem quinze anos e onze meses de idade. No entanto, esse mesmo sujeito é considerado imputável apenas um mês depois, quando completa 16 anos de idade.

\*\* No Chile, existe um Sistema de Responsabilidade de Adolescentes por Infrações Penais, conforme estabelecido na Lei 20084 de 2005.

**Fonte:** Elaboración propia con base en: Unicef: <https://www.unicef.org/lac/informes/edades-m%C3%ADnimas-legales>.

CEPAL, OIJ. Juventude y cohesión social en Iberoamérica: un modelo para armar. Santiago de Chile, CEPAL, Naciones Unidas, 2008.

Nesse contexto, as constituições políticas dos países da região focam principalmente nos direitos dos jovens menores de 18 anos, enfatizando seus direitos fundamentais, como proteção, alimentação, saúde, educação, integridade física e recreação. Poucos países têm disposições constitucionais claras para a população jovem acima de 18 anos que não abordam seus direitos fundamentais. Além disso, alguns países têm leis que tratam da responsabilidade penal dos jovens, criando assim uma lacuna legal em relação aos direitos específicos dos jovens adultos (CEPAL, 2008; Hopenhayn, 2004).

Essa ênfase na idade tem implicações significativas ao discutir políticas de juventude, afetando a definição e o caráter dos programas oferecidos. A faixa populacional dos 18 aos 30 anos obtém a condição de cidadã, uma vez que a partir dos 18 anos, as pessoas são consideradas maiores de idade e podem votar. No entanto, os jovens muitas vezes enfrentam tratamentos contraditórios, sendo esperado que ajam como adultos em algumas situações, enquanto em outras são marginalizados e associados a comportamentos de risco, violência e criminalidade. Essa dicotomia no tratamento dos jovens se reflete em seu cotidiano, uma vez que os programas destinados a eles contribuem para o desenvolvimento, mas não abrangem completamente a faixa etária. As políticas nacionais de juventude estabelecem diferentes critérios de idade dependendo da faixa etária no país, como pode ser visto no quadro 1 do Capítulo 2.

Nas últimas duas décadas, juntamente com a criação de várias instituições governamentais encarregadas de desenvolver planos e programas para jovens, os países da região têm criado, implementado e redesenhado diversos instrumentos para aumentar o conhecimento e a percepção sobre os jovens, bem como para melhorar a eficácia e a orientação das políticas públicas voltadas para eles.

#### 4.5.1 **Tratados internacionais**

Ao mesmo tempo em que surgiram diversas instituições responsáveis pelo desenvolvimento de programas para a juventude, os países ibero-americanos também implementaram outras estratégias. Eles reconheceram a necessidade de incluir a questão da juventude nas agendas nacionais, levando em consideração as realidades dos jovens e enfatizando a importância dos tratados multilaterais. Comprometeram-se a promover um acordo internacional especialmente voltado para a população jovem.

Assim, em 2005, a Convenção Ibero-Americana dos Direitos da Juventude (CIDJ) foi assinada em Badajoz, Espanha, por dezesseis dos vinte e um países que fazem parte da Organização Ibero-Americana de Juventude (OIJ), incluindo Bolívia, Costa Rica, Cuba, Espanha, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, República Dominicana, Uruguai e Venezuela. O Brasil aderiu à Convenção em outubro de 2014, e ela entrou em vigor em 1º de março de 2008, com a ratificação de vários países, incluindo Bolívia, Costa Rica, Equador, Espanha, Honduras, República Dominicana e Uruguai. Países como Argentina, Chile, Colômbia e El Salvador não assinaram ou ratificaram a convenção (OIJ, 2012, 2016).

A vigência da Convenção Ibero-Americana é fundamental para proteger os direitos dos

jovens, pois serve como um instrumento de apoio ao processo de transição da infância para a adolescência e, em seguida, para a juventude. Ela também destaca as dificuldades enfrentadas por esses jovens durante essa transição. De acordo com o relatório da CEPAL (2008), a Convenção é fundamentada no reconhecimento de que os jovens são um grupo social com características específicas, incluindo fatores psicossociais, físicos e de identidade que requerem cuidados especiais. Eles estão em uma fase da vida em que estão moldando sua personalidade, adquirindo conhecimento, buscando segurança pessoal e planejando seu futuro.

Os países membros da OIJ, portanto, reconhecem os jovens como sujeitos de direitos, atores estratégicos do desenvolvimento e pessoas capazes de exercer com responsabilidade os direitos e liberdades delineados por este tratado. A Convenção também se torna uma ferramenta legal, pois, sendo resultado de um acordo internacional, está inserida no Direito Internacional dos Direitos Humanos. Ela insta os Estados da região a se comprometerem a respeitar e garantir os direitos de todos os jovens, além de enfatizar a praticidade do documento, pois garanta que os jovens conheçam e exijam seus direitos, como pode ser interpretado em seu preâmbulo:

**Artigo 2. Jovens e Direitos Humanos.** As partes na presente Convenção reconhecem o direito de todos os jovens a usufruir e apreciar todos os direitos humanos, comprometendo-se a respeitar e garantir aos jovens o total benefício e exercício de seus direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais.

**Artigo 3. Contribuição dos Jovens para os Direitos Humanos.** As partes na presente Convenção comprometem-se a criar políticas e a propor programas que incentivem e mantenham, de forma permanente, a contribuição e o compromisso dos jovens para com uma cultura de paz e respeito pelos direitos humanos, bem como na divulgação dos valores de tolerância e justiça (OIJ, 2017, p. 4, tradução nossa).

Por ser a CIDJ um tratado internacional vinculante, ela se torna um recurso fundamental para orientar o desenvolvimento de políticas públicas. Na III Conferência Extraordinária de Ministros e Responsáveis pela Juventude realizada no México em 2015, a Convenção foi revisada e atualizada, cumprindo uma das responsabilidades do plano de ação da OIJ. Isso reforça sua condição de norma obrigatória para os Estados que a ratificaram, conforme mencionado anteriormente, e a consolida como um guia para o planejamento e implementação de políticas, programas, projetos e iniciativas relacionadas à juventude e seus direitos.

Assim, a assinatura e ratificação da Convenção Ibero-Americana sobre os Direitos da Juventude, juntamente com o processo de aprovação das leis da Juventude, o planejamento e o acompanhamento de planos e programas destinados aos jovens, tornam-se elementos essenciais para fortalecer, apoiar e implementar as ações e determinações propostas nas políticas voltadas para a juventude. Vale ressaltar que em 2006 também foi consolidada a Carta da Juventude Africana, estabelecendo as responsabilidades dos países membros em relação ao

desenvolvimento dos jovens no continente. Isso colaborou com governos, organizações juvenis, sociedade civil e os próprios jovens, fornecendo instrumentos para promover os direitos, deveres e liberdades dos jovens, bem como facilitou o desenvolvimento de planos e programas estratégicos nacionais para a formação da juventude (Africa, 2006).

#### 4.5.2 **Legislação juvenil e institucionalidade.**

A legislação juvenil na América Latina no início dos anos 2000 era caracterizada pela sua dispersão, inorganicidade e fragilidade, resultando em instabilidade jurídica. As leis que se relacionavam com os jovens frequentemente careciam de correlação e rastreabilidade entre a legislação de desenvolvimento constitucional e as leis ordinárias que implementavam os direitos reconhecidos. Os direitos da juventude, em muitos casos, derivavam de declarações mais gerais, com as constituições mencionando esses direitos de maneira genérica, sem detalhar suas disposições. Assim, as regulamentações frequentemente surgiam da necessidade de regular serviços que envolvem obrigações públicas, como educação, saúde e trabalho, como mencionado por Bernales:

Essas leis lidam tangencialmente com a Juventude e não tratam esses serviços como vinculados aos problemas da Juventude. Em outros casos, as leis vêm da vontade unilateral dos legisladores ou do capricho ocasional dos governantes; Podem até advir das reivindicações dos movimentos juvenis, mas qualquer uma dessas fontes não gera uma legislação orgânica e consistente, mas sim uma dispersão e até uma desordem que atinge os jovens. (Bernales, 2001, p. 28, tradução nossa).

O autor destaca as dificuldades resultantes da falta de coordenação entre ações e políticas presentes na legislação relacionada à juventude na América Latina no início dos anos 2000. Essas dificuldades não se referem à quantidade de leis existentes, mas à relevância e organização que a legislação oferece no reconhecimento de direitos e no apoio proporcionado pelas instituições na execução de estratégias, políticas e programas destinados aos jovens. Por exemplo, todos os países possuem leis gerais relacionadas à educação, regulamentação do trabalho, saúde, segurança e participação eleitoral dos cidadãos, abrangendo a população em geral, incluindo os jovens que se beneficiam de serviços relacionados à educação e saúde.

Em resposta a esse cenário, vários países da região aprovaram leis de juventude que serviriam como marcos legais gerais para as políticas nacionais de juventude. Isso inclui Colômbia, Costa Rica, Equador, Nicarágua, República Dominicana e Venezuela. Outros países, como Bolívia, Honduras e El Salvador, iniciaram discussões para o desenvolvimento de diretrizes centrais para uma lei de juventude. Além disso, há um grupo de países, como Argentina, Cuba, Chile, Espanha, Panamá, Peru, Portugal e Uruguai, que, embora não possuam

legislação específica sobre juventude, contam com instituições especializadas em políticas públicas de juventude regulamentadas por lei (CEPAL, 2008).

Por exemplo, na América Central, a Nicarágua estabeleceu o Instituto Nicaraguense de Juventude e Esportes, subordinado ao Ministério da Educação. Em 1999, a implementação de uma Política Nacional de Juventude foi iniciada, liderada pela presidência por meio da Secretaria de Ação Social. Em 2001, aprovou-se a Lei de Promoção do Desenvolvimento Integral da Juventude, que levou à elaboração e aprovação da Política Nacional de Juventude e à criação da Secretaria de Juventude da Presidência da República. O objetivo dessa lei era articular as ações do Estado com a sociedade para permitir que os jovens tivessem maior protagonismo na transformação econômica, social, política e cultural do país (Hopenhayn, 2004).

A Costa Rica avançou na institucionalização da juventude na década de 1990 após a ratificação da Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC, 1990). Em 1996, aprovou-se a lei do Movimento Juvenil Nacional e criou-se uma organização homônima para orientar questões de juventude. Em 2002, aprovou-se a Lei Geral da Pessoa Jovem, definindo jovens de 12 a 35 anos como sujeitos de direitos. Isso levou à criação do Sistema Nacional de Juventude, compreendendo o Vice-Ministério da Juventude, o Conselho Nacional de Políticas Públicas para a Juventude e a Rede Consultiva Nacional (OIJ; CELAJU, 2007).

Na República Dominicana, após os preparativos para a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento de 1985, a comissão responsável passou a se chamar Direção Geral de Promoção Juvenil (DGPJ) em 1992. Embora não houvesse políticas de juventude estáveis, a Lei Geral da Juventude foi promulgada em julho de 2000, criando a Secretaria de Estado da Juventude para formular, coordenar e monitorar políticas públicas de juventude (Hopenhayn, 2004).

O México também atendeu à juventude com o decreto presidencial que estabeleceu o Instituto Nacional da Juventude Mexicana (INJM), focado em jovens de 15 a 25 anos e na promoção da formação profissional em áreas como trabalho, cultura, esporte e cidadania. O INJM, originalmente denominado Instituto Nacional da Juventude, expandiu suas funções da formação técnica para instrução em nível de extensão universitária durante a década de 1970 (Marcial, 2012).

Em 1977, foi constituído o Conselho Nacional de Recursos para a Atenção à Juventude (CREA) com o objetivo de implementar políticas sociais e culturais voltadas para a população jovem em âmbito federal, articulando, pela primeira vez, uma política social em nível nacional. Conforme mencionado por Marcial (2012), de 1988 a 1999, foi uma década perdida em relação

às políticas de juventude.

Em 1999, foi criado o Instituto Mexicano da Juventude (IMJ), um órgão encarregado de elaborar e aplicar a primeira Pesquisa Nacional sobre a Juventude, a fim de obter informações necessárias para compreender a diversidade da população jovem e, assim, formular políticas públicas mais eficazes. Esse trabalho foi liderado por José Antonio Pérez Islas, que criou a Rede Nacional de Pesquisadores sobre Juventude (Marcial, 2012).

Na Argentina, em 1987, a Subsecretaria de Juventude foi estabelecida sob a Secretaria de Desenvolvimento Humano e Família do Ministério da Saúde e Ação Social. Devido à estrutura federal do país, optou-se pela criação de organizações juvenis provinciais e locais específicas. A Comissão Interministerial de Juventude foi criada em 1988 para coordenar programas de interesse da juventude em todo o país. Em novembro de 1989, a Subsecretaria da Juventude tornou-se a Direção Nacional da Juventude, que, por sua vez, evoluiu para a Secretaria da Juventude. Alguns meses depois, em julho de 1990, transformou-se no Instituto Nacional da Juventude (INJ). O Conselho Federal de Organizações Governamentais da Juventude foi criado no mesmo ano para desenvolver políticas públicas de juventude em nível nacional e provincial, mas não conseguiu se consolidar.

Em 1993, o Instituto Nacional da Juventude foi extinto, substituído pela Subsecretaria de Juventude, vinculada à Secretaria de Assuntos Institucionais do Ministério do Interior. No entanto, como observado por Balardini, “a organização juvenil entrou em um período de transição em que as sucessivas mudanças não se complementaram e a frágil legitimidade conquistada foi perdida” (Balardini, 1999, p. 116, tradução nossa). Em 1996, tornou-se a Direção Nacional da Juventude, mas já havia perdido proeminência.

Na Bolívia, várias discussões e propostas relacionadas à juventude não se concretizaram em uma lei ou instituição específica dedicada a ela. Após a Primeira Pesquisa Nacional de Juventude em 1996, o Diagnóstico da Juventude Boliviana reconheceu a falta de coesão nas políticas nacionais de juventude e a necessidade de um enfoque mais específico, muitas vezes guiado por lógicas de adultos em detrimento das necessidades dos jovens. Em seguida, a Subsecretaria para os Assuntos Geracionais elaborou o Plano Nacional Concertado para o Desenvolvimento Sustentável da Adolescência e Juventude, 1998-2002, com foco na faixa etária dos 10 aos 24 anos. Em 1999, um Decreto Supremo foi promulgado para estabelecer o marco legal dos direitos e deveres da população jovem, tornando-se o referencial institucional para as políticas de juventude. Nesse período, o Ministério do Planejamento e Desenvolvimento Sustentável era responsável pela definição e implementação das políticas de juventude (Bolívia, 2008).

Em 2002, foi elaborado um anteprojeto de Lei da Juventude, mas não foi aprovado pelo Congresso. O essencial do Decreto Supremo, com foco na proteção dos direitos dos jovens, foi mantido, e os jovens foram definidos na faixa etária de 18 a 30 anos, considerando a juventude como a transição da adolescência para a idade adulta. O Sistema Nacional de Juventude foi estabelecido como um conjunto de instituições do Estado boliviano. Em 2005, foi proposto um Plano de Juventude, e o Vice-Ministério da Juventude, Criança e Idoso foi criado para liderar o desenvolvimento de políticas públicas de juventude, subordinado ao Ministério do Desenvolvimento Sustentável (Hopenhayn, 2004).

No Chile, em 1991, foi promulgada a lei que estabeleceu o Instituto Nacional da Juventude, responsável por apoiar o desenvolvimento e planejamento das políticas públicas de juventude. Este instituto possui uma estrutura descentralizada, permitindo a presença de um escritório regional do Instituto Nacional da Juventude em cada região. No mesmo ano, o Programa Oportunidades para Jovens (PROJOVEN) foi criado para articular diversas iniciativas setoriais em direção a uma abordagem mais abrangente de desenvolvimento e oportunidades para os jovens.

No entanto, nesse período, foi evidente a dificuldade de conceber a intervenção na juventude como uma política social juvenil que transcende a simples agregação de medidas e se transforma em uma visão construtiva das políticas de juventude. Também surgiu uma relutância do Estado em adotar políticas juvenis que não se encaixassem no modelo clássico e que não abordassem efetivamente as necessidades dos jovens. Em 1993, através do Instituto Nacional da Juventude, o Programa de Democratização Local foi desenvolvido, com a criação das Oficinas Municipais de Juventude (OMJ), destinadas a conceber e implementar políticas locais de juventude (Silva, 2000).

A partir de 1997, as políticas públicas de juventude enfrentaram um cenário de estagnação e até mesmo retrocesso. Houve uma crise institucional no Instituto Nacional da Juventude (INJ) em 1997, com algumas partes do setor público duvidando da eficácia das entidades responsáveis pela juventude. Acredita-se que o avanço na política de juventude é inviável sem o fortalecimento de um quadro institucional sólido para lidar com questões relacionadas à juventude (Dávila; Silva, 1999).

No Equador, em 1998, a Direção Nacional de Juventude foi estabelecida dentro do Ministério de Bem-Estar Social. Esta iniciativa tinha como objetivo a estruturação de uma política estratégica para atender à população jovem, incluindo a realização de um diagnóstico da realidade juvenil para orientar ações concretas. No entanto, a Lei da Juventude, que definiu as políticas de promoção dos direitos dos jovens e estabeleceu parâmetros públicos, só foi

promulgada no final de 2001. Com essa lei, também foi criado o Sistema Nacional de Promoção da Juventude, encarregado de formular e promover políticas, planos e programas de desenvolvimento da juventude e sua implementação. O Instituto Nacional da Juventude foi designado como o executor desse sistema (Ayala, 2014; Hopenhayn, 2004).

Já no Paraguai, é importante observar que havia pouca atenção às políticas públicas voltadas para a população jovem nesse período. Um marco significativo desse período foi o “Março Paraguai”, uma crise política desencadeada por violência política contínua, agravada pelo assassinato do vice-presidente do país. Isso levou a uma série de mobilizações de grupos urbanos e camponeses que se concentraram nas principais praças. Os “Jovens pela Democracia” se destacaram nesses protestos, tornando os jovens um ator poderoso e visível na defesa do sistema democrático (López, 2011).

Em 1994, houve um primeiro esforço com a criação da Subsecretaria de Juventude, que posteriormente se tornaria o Vice-Ministério de Juventude. Vale ressaltar que o Paraguai não possui uma agência especializada em juventude, o que representa uma lacuna significativa no que diz respeito à atenção e promoção da participação dos jovens (Caputo, 2005).

No Peru, a Diretoria da Juventude (DIJUV) surgiu em 1985 no âmbito da Direção Geral de Educação Extracurricular do Ministério da Educação, fornecendo uma abordagem não escolar para a educação de jovens. Em 1986, o Conselho de Promoção da Juventude foi estabelecido como um espaço de participação das organizações juvenis, mas foi descontinuado no ano seguinte.

As políticas de juventude no Peru foram frequentemente fragmentadas e careciam de uma coordenação efetiva. A década de 1990 testemunhou o aumento de programas públicos voltados para a juventude, mas muitas vezes operavam de forma independente e com funções sobrepostas. No final dos anos 90, foi lançado o programa “Juventude em Defesa da Vida” para prevenir a violência e o uso de drogas. Em 1992, a Direção Geral de Promoção Educacional Comunitária substituiu a Diretoria da Juventude (Montoya, 2001).

Até 2000, a Secretaria da Juventude (OJUV) liderou consultas para definir as políticas de juventude. Em 2001, foi anunciada a criação do Conselho Nacional de Juventude (CONAJU). Finalmente, em 2002, foi promulgada a lei que estabeleceu o Conselho Nacional de Juventude, encarregado de propor políticas de estado e um plano nacional de juventude, bem como coordenar e articular iniciativas nacionais.

No Uruguai, o pioneirismo na implementação de políticas de juventude teve início em 1987 com a formação da Comissão Coordenadora de Juventude. Em 1990, o programa “Tarjeta Joven” foi lançado para informar jovens sobre as oportunidades oferecidas pelo Estado e pela

sociedade. Nesse mesmo ano, começou a se concretizar a criação do Instituto Nacional da Juventude, que foi estabelecido em 1991 (Cristar; Palumbo, 2021).

O Instituto Nacional da Juventude (INJU) coordena programas e atividades para a juventude. Inicialmente vinculado ao Ministério da Educação e Cultura, passou em 2000 para o Ministério de Esportes e Juventude, trabalhando em conjunto com ministérios em ações setoriais. O Programa “Projoven,” lançado em 1994, focou na capacitação e inserção laboral de jovens entre 17 e 24 anos. Em 1997, a Lei do Emprego Juvenil incentivou a contratação de jovens inexperientes. Esses marcos fortaleceram a necessidade de políticas direcionadas à juventude (Hopenhayn, 2004; INJU, 2018).

A Venezuela foi pioneira na concentração de políticas para a juventude. O Ministério do Poder Popular para a Juventude foi estabelecido em 1977 para unificar a política de juventude dispersa em vários órgãos. Embora o ministério tenha sido extinto em 1984, a Venezuela aprovou sua primeira Lei Nacional da Juventude em 2001, definindo direitos e responsabilidades para jovens entre 18 e 28 anos. Criou o Sistema Nacional de Promoção da Juventude, incluindo o Instituto Nacional de Juventude de 2003, o Conselho Interinstitucional e o Conselho Nacional de Juventude (Hopenhayn, 2004; Unes, 2012).

Os casos do Brasil e da Colômbia serão explorados em detalhes posteriormente. A Colômbia seguiu a tendência regional, criando o Vice-Ministério da Juventude em 1994 e, em 1995, estabelecendo a Política Nacional de Juventude por meio do CONPES. Isso resultou na aprovação da Lei da Juventude em 1997. Em 2000, o Programa Presidencial Colômbia Jovem assumiu as funções do Vice-Ministério da Juventude após uma reforma presidencial.

Enquanto no caso do Brasil, na década de 1990, ainda não existiam regras que permitissem agrupar as legislações juvenis, nem um órgão governamental que possibilitasse coordenar o número de programas e projetos voltados ao atendimento de jovens. No entanto, existem várias políticas setoriais voltadas para a população jovem em áreas como educação, cultura, emprego, esporte, saúde e lazer. De acordo com Werthein, “Para a doutrina legal brasileira, baseada na legislação e na jurisprudência (decisões dos tribunais), o segmento compreendido entre os 18 e 24 anos é incluído na categoria ‘maioridade’ ou ‘adulto’, sem ter uma delimitação cronológica específica” (Werthein *et al.*, 2004, p. 83).

Na década de 1990, a legislação brasileira para jovens carecia de resposta eficaz e abrangente, sendo predominantemente setorial, fragmentada e desarticulada. Falhava em abordar estrategicamente as necessidades dos jovens, frequentemente criada de modo emergencial e de curto prazo. Os diversos países da região seguiam processos históricos variados, mas havia um compromisso, embora variável, para estabelecer leis de juventude que

oferecessem políticas e instituições estáveis como políticas de Estado. Isso permitiria uma melhor coordenação entre as políticas setoriais, entidades locais e comunicação eficaz no aparato estatal (CEPAL, 2008).

#### 4.5.3 Políticas integrais e políticas setoriais

A análise e a exposição resumida da legislação e do marco institucional das políticas públicas de Juventude na América Latina revelam o processo experimentado pelos países da região. O que nos leva a refletir sobre as considerações sociais, políticas, jurídicas e institucionais que especificam os avanços e as pendências nesse campo.

No que diz respeito às instituições públicas de juventude, não é possível generalizar o progresso, pois varia em diferentes contextos. Elementos comuns incluem ministérios, vice-ministérios, subsecretarias, institutos e diretorias de juventude, cada um com suas próprias hierarquias e funções diversas, abrangendo supervisão, aconselhamento, tutela e promoção de atividades e serviços para jovens. Em alguns casos, a oferta de programas para jovens é setorial, enquanto em outros países, não existem órgãos governamentais específicos para questões juvenis. O papel desempenhado por organizações juvenis também varia, com algumas encarregadas de executar, coordenar e avaliar políticas públicas, enquanto outras se concentram no planejamento e coordenação. Apesar da diversidade das instituições, uma ampla variedade de programas e projetos para jovens foi considerada a partir da Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) (Hopenhagen, 2004).

Em termos gerais, todos os países latino-americanos têm legislação de políticas públicas de Juventude aprovada de acordo com os parâmetros específicos de cada país. Isso implica que eles também têm órgãos governamentais responsáveis por questões relacionadas aos jovens, conforme ilustrado nos quadros 27 e 28.

Quadro 27 - Marco legal nacional na área da juventude América Latina

País	Lei de juventude	Ano	Objetivo declarado
<b>Argentina</b>	Lei nº. 26227. Conselho Federal da Juventude	2007	Colaborar com o desenho e coordenação interjurisdicional das políticas de juventude, criando mapas de gestão estratégica para promover a cidadania baseada em valores.
<b>Bolívia</b>	Lei nº. 342. Lei da Juventude	2013	Garantir aos jovens o pleno exercício de seus direitos e deveres, o desenho do quadro institucional, as instâncias de representação e deliberação da juventude e o estabelecimento de políticas públicas.
<b>Brasil</b>	Lei nº. 12852. Estatuto da Juventude	2013	Estabelecer os direitos dos jovens e as diretrizes das políticas públicas de juventude e do Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE).

<b>Chile</b>	Lei nº. 19042. instituto da juventude.	1991	Colaborar com o Poder Executivo na concepção, planeamento e coordenação das políticas relacionadas com a juventude, nos termos da presente lei.
<b>Colômbia</b>	Lei nº. 1622. Estatuto da Cidadania Juvenil	2013	Estabelecer o marco institucional para garantir a todos os jovens o pleno exercício da cidadania juvenil nas esferas civil ou pessoal, social e pública, o gozo efetivo dos direitos reconhecidos no ordenamento jurídico interno e ratificados nos tratados internacionais.
<b>Costa Rica</b>	Lei nº. 8261. Lei Geral do Jovem	2002	Desenvolver, promover e coordenar políticas públicas para jovens, integrando-as às estratégias nacionais de desenvolvimento, visando criar oportunidades, ampliar o acesso a serviços e fortalecer as capacidades dos jovens.
<b>Cuba</b>	Lei nº. 16. Código da Criança e do Adolescente	1978	Regular a participação de jovens com menos de 30 anos na construção da nova sociedade, estabelecendo obrigações para pessoas, organizações e instituições envolvidas em sua educação com o propósito de promover a formação de uma personalidade comunista na geração jovem.
<b>Equador</b>	Lei nº. 2001 - 49. R.O. 439. Lei da Juventude	2001/ 2011	Reconhecer as necessidades particulares dos jovens e promover o pleno exercício de seus direitos. Em 2011 a Lei foi atualizada para refletir a nova constituição (2008), fortalecendo a garantia real de direitos.
<b>El Salvador</b>	Decreto nº 910. Lei Geral da Juventude.	2012	Implementar políticas, programas, estratégias e planos para o desenvolvimento integral dos jovens e promover sua participação ativa em todos os aspectos da vida nacional.
<b>Guatemala</b>	Decreto nº 78. Código da Criança e do Adolescente.	1996	Este Código é um instrumento jurídico de promoção social que busca alcançar o desenvolvimento integral e sustentável das crianças e jovens guatemaltecos em um marco democrático e de respeito irrestrito aos direitos humanos.
<b>Honduras</b>	Decreto nº 260. Lei-Quadro para o Desenvolvimento Integral da Juventude.	2005	Estabelecer o quadro jurídico, político e institucional que promova o pleno desenvolvimento dos jovens, a definição de políticas de Estado para a Juventude, orientar as ações do Estado, da sociedade e da família nesta matéria, bem como incentivar a participação ativa e permanente dos jovens em seu próprio desenvolvimento.
<b>México</b>	Lei do Instituto Mexicano da Juventude.	2012	Promover o desenvolvimento integral e equitativo da juventude, em conformidade com a Constituição Mexicana, leis e tratados internacionais.
<b>Nicarágua</b>	Lei nº. 392 Lei de Promoção do Desenvolvimento Integral da Juventude	2001	Promover o desenvolvimento humano de jovens, garantir o exercício de seus direitos e deveres, estabelecer políticas institucionais e mobilizar recursos do Estado e da sociedade civil para a juventude.
<b>Panamá</b>	Lei nº 14. Lei da Secretaria Nacional da Criança, do Adolescente e da Família.	2009	Criar a Secretaria Nacional da Criança, do Adolescente e da Família. Fortalecer o marco institucional para a proteção e promoção dos direitos de crianças e adolescentes, por meio da consolidação das bases e princípios orientadores para o funcionamento do Sistema de Proteção Integral de Crianças e Adolescentes da República do Panamá.
<b>Paraguai</b>	Decreto nº. 262. Portaria da Secretaria Nacional da Juventude.	2013	Estabelecer a Secretaria Nacional da Juventude (SNJ) como órgão público encarregado de guiar as políticas para atender às necessidades dos jovens, promovendo sua participação nas decisões, em substituição à Lei de 2005 restrita ao Ministério da Educação e Cultura.
<b>Peru</b>	Decreto Supremo n. 001-2008-ED.	2008	Estabelecer a Secretaria Nacional de Juventude (SENAJU) para formular políticas de Estado visando ao desenvolvimento abrangente dos jovens, incluindo emprego, qualidade de vida, inclusão social e participação, e supervisionar programas para seu benefício.

<b>República Dominicana</b>	Lei nº 49. Lei Geral da Juventude.	2000	Estabelecer o enquadramento legal, político e institucional para orientar o Estado e a sociedade na formulação e execução de políticas destinadas a atender às necessidades e expectativas dos jovens, bem como promover sua participação nas decisões.
<b>Uruguai</b>	Lei nº 16170.	1990	Criar o Instituto Nacional da Juventude (INJU), que terá como atribuições a formulação, execução e avaliação das políticas nacionais de juventude, em articulação com os demais órgãos do Estado; e promover, planejar e coordenar as atividades do Centro de Informação Juvenil, que dependerá do referido Instituto, assessorando e capacitando o pessoal das unidades locais de informação.
	Lei nº. 18270. Convenção Ibero-Americana dos Direitos da Juventude.	2008	
<b>Venezuela</b>	Lei nº. 37404. Lei Nacional da Juventude.	2009	Regular, garantir e promover os direitos e deveres da juventude venezuelana, capacitando-os a contribuir como um Poder Popular da juventude para o seu desenvolvimento integral, abrangendo aspectos físicos, psicológicos, sociais, espirituais, multiculturais e multilíngues.

**Fonte:** D. Trucco y H. Ullmann (eds.), *Juventud: realidades y retos para un desarrollo con igualdad*, Libros de la CEPAL, N° 137 (LC/G.2647-P), Santiago, Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), 2015; CEPAL, “Institucionalidad social. Base de datos para América Latina y el Caribe” [en línea] <https://dds.cepal.org/bdips/seg21.php>. CEPAL, N. U., et al. Informe regional de población en América Latina y el Caribe 2011: invertir en juventud. 2012.

Muitos programas, planos e projetos enfrentaram dificuldades durante a execução, devido a objetivos amplos e abstratos, bem como questões políticas e mudanças de governo. No entanto, alguns programas tiveram sucesso, graças aos esforços de instituições governamentais mais consolidadas. Segundo Ernesto Rodríguez (2011), os documentos de políticas públicas costumam adotar duas abordagens: ver os jovens como “sujeitos de direitos” ou como “atores de estratégias de desenvolvimento.” Além disso, a falta de programas específicos para jovens rurais, com foco de gênero ou para grupos com deficiência era evidente na maioria dos países. Esses programas também enfrentavam desafios relacionados à focalização, cobertura e falta de avaliações regulares CEPAL (2004).

Quadro 28 - Instituições de Juventude na América Latina

País	Principal instância de proteção à juventude	Objetivo declarado	Autoridade que coordena ou exerce liderança
Argentina	Instituto Nacional das Juventudes	Supervisionar políticas sociais para a juventude. Presidir o Conselho Federal da Juventude conforme a Lei nº 26.227. Estimular a participação comunitária e valores nos jovens, incluindo solidariedade, equidade, memória, responsabilidade e identidade nacional.	Chefe de Gabinete de Ministros.
Bolívia	Conselho Plurinacional da Juventude	Trabalhar com a juventude boliviana, articular organizações juvenis no país.	Ministério da Justiça
Brasil	Secretaria Nacional da Juventude (SNJ)	Formular, coordenar, integrar e articular políticas públicas de juventude, além de promover programas de cooperação com organizações nacionais e internacionais, públicas e privadas, com foco em políticas de juventude.	Vinculada à Secretaria Geral da Presidência da República.

Chile	Instituto Nacional da Juventude (INJUV)	Colaborar com o poder executivo na concepção, planejamento e coordenação de políticas relacionadas com assuntos juvenis.	Ministério do Desenvolvimento Social e Família
Colômbia	Direção do Sistema Nacional de Juventude “Colômbia Jovem”	Promover políticas públicas para a juventude. - Fomentar a participação dos jovens em instituições. - Consolidar o Sistema Nacional de Gestão de Informação e Conhecimento (SNIGCAJ). - Coordenar a oferta pública voltada para os jovens. - Impulsionar oportunidades socioeconômicas para esse grupo.	Conselheira Presidencial para a Juventude
Costa Rica	Vice-Ministério da Juventude	Coordenar atividades internas e externas do Ministério da Cultura e Juventude. - Garantir o cumprimento da reitoria do Conselho da Juventude (12 a 35 anos).	Ministério da Cultura e Juventude
Equador	MIES - Direção Nacional da Juventude e Adolescência	Incentivar a participação juvenil e promover a prática democrática, reconhecendo os jovens como atores sociais que contribuem para a transformação social no século 21, através de um processo de acompanhamento, com o objetivo de fortalecer organizações, coletivos e grupos juvenis.	Ministério da Inclusão Econômica e Social
El Salvador	Instituto Nacional da Juventude (INJUVE)	Dirigir as ações do Estado na implementação de políticas públicas, programas, estratégias e planos para o desenvolvimento integral da população jovem do país.	Gabinete Descentralizado da Presidência da República
Guatemala	Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE)	Coordenar e promover estratégias juvenis que estimulem o fortalecimento e a participação dos atores envolvidos em prol da juventude.	Presidência da República
Honduras	Instituto Nacional da Juventude	Coordenar e articular os programas de formação e participação da população juvenil para seu desenvolvimento integral e plena incorporação ao desenvolvimento sustentável da nação.	Gabinete Descentralizado da Presidência da República
México	Instituto Mexicano da Juventude	Formular políticas públicas em favor dos jovens para dotá-los das ferramentas necessárias em educação, saúde, emprego e participação social.	Órgão Descentralizado da Secretaria do Trabalho e Previdência Social
Nicarágua	Ministério da Juventude	Formular e implementar políticas, programas e estratégias para envolver a juventude nicaraguense no desenvolvimento do país com base em valores cristãos, ideais socialistas e solidariedade.	Ministério da juventude
Panamá	Secretaria Nacional da Criança, do Adolescente e da Família	Promover e proteger os direitos das crianças e adolescentes, de acordo com a Constituição e as leis, por meio de políticas públicas abrangentes e interdependentes.	Ministério do Desenvolvimento Social
Paraguai	Secretaria Nacional da Juventude	Promover a participação igualitária da juventude na política, cultura e economia, com um sistema institucional sólido para políticas públicas.	Presidência da República
Peru	Secretaria Nacional de Juventude (SENAJU)	Desenvolver, implementar e avaliar políticas de juventude para o desenvolvimento integral de jovens, com foco em grupos vulneráveis, alinhado às políticas estaduais.	Ministério da Educação
República Dominicana	Ministério da Juventude	Liderar e apoiar a integração da perspectiva jovem nas políticas de diferentes setores em todos os níveis de governo, colaborando com parceiros públicos e privados para a implementação de iniciativas voltadas para os jovens.	Ministério da juventude

Uruguai	Instituto Nacional da Juventude	Formular, coordenar e monitorar a política do Estado Dominicano em relação à juventude e fazer cumprir a Lei 49-00.	Ministério do Desenvolvimento Social
Venezuela	Instituto Nacional do Poder Juvenil Popular	Desenvolver, implementar e monitorar políticas nacionais de juventude em colaboração com outras entidades governamentais; planejar e coordenar as operações do Centro de Informação Juvenil, incluindo treinamento e suporte para as unidades locais de informação.	Ministério do Poder Popular para a Juventude e Esportes

**Fonte:** Elaboração Própria baseado em: CEPAL, “Institucionalidad social. Base de datos para América Latina y el Caribe.” CEPAL, N. U., et al. Informe regional de población en América Latina y el Caribe 2011: invertir en juventud. 2012. CEPAL, OIJ. Juventud y cohesión social en Iberoamérica: un modelo para armar. Santiago de Chile, CEPAL, Naciones Unidas, 2008.

Os documentos de formulação de políticas públicas frequentemente resultaram de consultas com jovens e partes interessadas, mas podem carecer de análises rigorosas de viabilidade e compromissos institucionais para uma implementação eficaz. As instituições juvenis muitas vezes surgem simultaneamente com as políticas públicas, mas a conexão e articulação entre elas podem ser inadequadas. Alguns programas voltados para a juventude conseguiram impactar positivamente os jovens, mesmo sem a participação efetiva das organizações governamentais de juventude.

As políticas de juventude na região podem ser classificadas em abrangentes e setoriais. As políticas abrangentes consideram os jovens como “sujeitos de direitos” ou “atores estratégicos do desenvolvimento”, enquanto as políticas setoriais são mais práticas e tendem a tratar as novas gerações como “grupos de risco.” No entanto, as políticas setoriais muitas vezes têm um impacto mais significativo na prática, apesar de enfocarem os jovens de maneira mais limitada (Rodríguez, 2011).

Embora haja avanços retóricos nas políticas de juventude, os progressos práticos podem ser limitados, como evidenciado na abordagem à prevenção da violência juvenil, onde as respostas governamentais ainda dependem, em grande parte, da aplicação da força, apesar de evidências de benefícios na prevenção.

#### 4.6 AS JUVENTUDES E SUAS POLÍTICAS A PARTIR DE 2008

Até 2008, a juventude na América Latina era vista como uma força ligada ao desenvolvimento. Eles eram mais educados do que os adultos e tinham acesso fácil à tecnologia e informações. Nesse período, a dinâmica demográfica indicava uma redução no número de jovens em várias nações da região, o que melhoraria a oferta de educação, empregos e assistência à saúde. Os jovens desfrutavam de maior mobilidade, buscando novas oportunidades e se adaptando bem a mudanças. No entanto, enfrentavam desafios, como taxas de desemprego

mais altas e salários mais baixos, dependendo do nível de escolaridade. Também eram mais propensos a acidentes e homicídios. A gravidez na adolescência era comum, indicando deficiências nos direitos reprodutivos. O uso de drogas e riscos associados era um problema, e a migração frequentemente expunha os jovens a empregos precários.

Do ponto de vista político, muitos jovens não se identificavam com o sistema representativo e as estruturas do Estado, considerando que as burocracias estatais não atendiam às suas necessidades. Além disso, o acesso a oportunidades e exposição a riscos eram frequentemente determinados pelo nível de renda, planejamento territorial, raça e gênero (CEPAL, 2008).

Nas duas primeiras décadas do século XXI a maioria dos países da região fez progressos notáveis em suas políticas de juventude, estabelecendo instituições governamentais encarregadas do planejamento, formulação de planos e programas e serviços para a juventude. Também foram promulgadas leis e implementadas reformas no sistema de justiça, aprimorando a gestão pública e acompanhamento das políticas de juventude. A questão da juventude foi assimilada pela agenda política, resultando em políticas públicas mais eficazes e direcionadas para os jovens. Conforme relatado pela CEPAL (2008), essas políticas evoluíram positivamente, com a aprovação de legislações específicas, planejamento e monitoramento de programas, pesquisas nacionais e a criação de observatórios juvenis.

Entretanto, as políticas de juventude ainda apresentam fragilidades. Faltam abordagens abrangentes que se integrem completamente às políticas setoriais, considerando os jovens como participantes ativos. Além disso, diferentes abordagens para a concepção e reformulação de políticas de juventude influenciam a forma como os problemas e estratégias são tratados e se refletem na criação de instituições variadas. A abordagem da juventude como um problema ou um potencial tem implicações significativas na legislação e nas políticas públicas.

A esse respeito, afirma a CEPAL: “Há um consenso de que a juventude tem especificidade e que a ideia que se tem de juventude influencia o tipo de política e institucionalidade que se propõe” (CEPAL, 2008, p. 312, tradução nossa). Para motivar os Estados a reexaminar a institucionalidade dedicada aos jovens e a delinear a especificidade da juventude nas políticas setoriais, é necessário considerar as expectativas crescentes da juventude, que estão buscando uma participação mais ativa e efetiva.

Em suma, as leis de juventude foram elaboradas com base em contextos e circunstâncias específicas que evoluem ao longo do tempo, refletindo as demandas e o momento histórico dos jovens. Essas leis visam ordenar e modernizar as disposições relacionadas à juventude, aproveitando ferramentas como pesquisas nacionais, observatórios juvenis, programas setoriais

e centros de informação juvenil para coletar, gerenciar e transformar informações relacionadas à juventude (CEPAL, 2008).

As pesquisas nacionais com jovens têm sido conduzidas desde 1990, com o Uruguai sendo o pioneiro na região ao implementá-las, realizando quatro edições das pesquisas. O Chile lidera em número de pesquisas nacionais com jovens, conforme demonstrado no Quadro 29. Embora essas pesquisas não sejam padronizadas nem obrigatórias, muitos países latino-americanos buscaram aplicar técnicas semelhantes. No entanto, devido à sua diversidade, a comparação entre as pesquisas é desafiadora. Em todos os casos, as pesquisas foram conduzidas por várias entidades governamentais, em particular pelas organizações juvenis oficiais.

Quadro 29 - Enquetes Nacionais de Juventude na América Latina

País	Año	Nombre	Muestras
<b>Argentina</b>	2018	Estudo de Juventude Argentina	1.686 Personas entre 15 a 25 anos
<b>Bolívia</b>	1996	Enquete Nacional de Juventudes	1.774 entre 13 y 24 anos
	2003	Enquete de Juventudes, 2003	3.921 entre 10 y 24 anos
<b>Brasil</b>	2003	Perfil da Juventude Brasileira. Pesquisa de Opinião Pública	3.501 entre 15 y 24 anos
<b>Chile</b>	1994	1ª Enquete Nacional de Juventude	3.792 entre 15 a 29 anos
	1997	2ª Enquete Nacional de Juventude	3.455 entre 15 y 29 anos
	2000	3ª Enquete Nacional de Juventude	3.701 entre 15 y 29 anos
	2003	4ª Enquete Nacional de Juventude	7.189 entre 15 y 29 anos
	2006	5ª Enquete Nacional de Juventude	6.345 entre 15 y 29 anos
	2009	6ª Enquete Nacional de Juventude	5.017 entre 12 y 29 anos.
	2012	7ª Enquete Nacional de Juventude	8.352 entre 15 y 29 anos.
	2015	8ª Enquete Nacional de Juventude	9.393 entre 15 y 29 anos (incluem 1 modulo para adultos (30 y 59 anos)
	2018	9ª Enquete Nacional de Juventude	9.700 entre 15 y 29 anos (incluem 1 modulo para adultos (30 y 59 anos)
	2022	10ª Enquete Nacional de Juventude	9.700 entre 15 y 29 anos (incluem 1 modulo para adultos (30 y 59 anos)
<b>Colômbia</b>	2000	Enquete Nacional de Jovens	1.020 entre 12 y 26 anos
<b>Costa Rica</b>	2008	1ª Enquete Nacional de Juventude	2.500 entre 15 y 35 anos
<b>Cuba</b>	2012	4ª Enquete Nacional sobre Juventude	entre 15 y 29 anos
<b>Equador</b>	2011	1ª Enquete Nacional sobre Jovens e Participação Política	4.249 entre 16 y 29 anos
<b>El Salvador</b>	2005	Enquete Nacional de Juventude	1.200 entre 15 y 24 anos
<b>Guatemala</b>	2007	Enquete Nacional de Juventude	1.234 entre 15 y 24 anos
	1999	Jovens guatemaltecos a finais do século 20.	2.003 entre 15 y 25 anos
<b>Honduras</b>	2011	Enquete Nacional de Juventude em Guatemala	4.260 moradias com jovens de entre 15 y 29 anos
	2008	Enquete Nacional de percepção sobre desenvolvimento Humano 2008: Juventude, Desenvolvimento	4.223 entre 12 y 30 anos.
<b>México</b>	2000	Enquete Nacional de Juventude	54.500 lares, jovens entre 12 y 29 anos
	2005	2ª Enquete Nacional de Juventude	12.815 entre 12 y 29 anos
	2010	3ª Enquete Nacional de Juventude	40.000 entre 12 y 29 anos
	2019	Enquete de Jovens em México	2.000 Entrevistas em moradia a pessoas de 15 a 29 anos
<b>Nicarágua</b>	2009	Enquete Nacional sobre as percepções de adolescentes y jovens	Entre 13 y 29 anos
<b>Paraguai</b>	1988	Enquete Nacional da Juventude	2.200 entre 15 y 24 anos
	1998	La voz dos jovens	1.000 entre 12 y 17 anos

	2003	Juventude em números	15 y 29 anos. Entrevistas de casa.
	2006	Enquete à Juventude	3.110 entre 15 y 29 anos
<b>Peru</b>	2011	1ª Enquete Nacional da Juventude 2011	6.900 moradias com jovens de entre
		Enquete de Juventude, 2012	15 y 29 anos 5.000 entre 15 y 29 anos
	1989	Enquete Nacional de Juventude	6.547 entre 15 a 29 anos
<b>Uruguai</b>	2008	Enquete Nacional de Juventude - 2008	5.017 entre 12 y 29 anos.
	2014	Enquete Nacional de Juventude 2014	6.547 entre 15 a 29 anos
	2018	4ª Enquete Nacional de Juventude	6.534 personas de 12 a 35 anos
<b>Venezuela</b>	2013	2ª Enquete Nacional de Juventude	10.000 entre 15 y 30 anos.

**Fonte:** CEPAL, N. U., et al. Invertir para transformar: la Juventud como protagonista del desarrollo. 2014.

A aplicação dessas pesquisas demanda um investimento significativo de recursos, exigindo que as instituições disponham de orçamentos adequados para garantir sua sustentabilidade. Nos países com Institutos da Juventude, a implementação é facilitada, pois pode ser incorporada ao orçamento geral dessas instituições. Além disso, é fundamental considerar a utilização das informações obtidas nas pesquisas, pois o investimento deve resultar em dados de alta qualidade que sirvam como base para estudos específicos e decisões políticas relacionadas à juventude. A integração das pesquisas de juventude com outros sistemas estatísticos também deve ser avaliada.

Observatórios juvenis desempenham um papel crucial na coleta, análise e disseminação de informações sobre a situação dos jovens, fornecendo diagnósticos sobre questões relacionadas à juventude, avaliando programas e projetos, e influenciando o desenvolvimento de políticas públicas e o bem-estar da população jovem. Por outro lado, os Centros de Informação Juvenil (CIJ) desempenham um papel importante nas políticas de juventude em alguns países desde a década de 1980. Eles têm sido fundamentais na busca de informações sobre a juventude, ajudando a caracterizá-los e capacitá-los como atores que precisam de atenção em várias áreas de suas vidas. Inicialmente liderados pelo governo central, os municípios assumiram sua implementação para alcançar áreas remotas.

Com o avanço das tecnologias de informação e comunicação (TIC), o espaço físico foi complementado pelo espaço virtual, à medida que a internet se tornou uma ferramenta mais econômica, flexível e de acesso rápido para coletar e atualizar informações. Portanto, muitas instituições públicas, em especial os institutos de juventude, estabeleceram presença online, permitindo uma comunicação mais dinâmica com os jovens para entender e atender suas aspirações e demandas (CEPAL, 2008).

#### 4.6.1 O Ano Ibero-Americano da Juventude

Em 2007, a XVII Reunião de Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de

Governo foi realizada em Santiago, tendo como tema principal a “Coesão social e as políticas sociais para alcançar sociedades mais inclusivas na Ibero-América.” Na ocasião, a Presidente Michelle Bachelet destacou a importância da Cúpula como “um poderoso passo para a construção de um novo pacto social em nossos países e entre nossos países” (SEGIB, OIE, 2007, p. 62, tradução nossa). A tarefa era colocar o ser humano no centro das políticas públicas, mediando por sociedades mais democráticas, integradas e congruentes, deixando para trás todas as injustiças e desigualdades.

Dessa Cúpula, destaca-se o acordo 3 da Declaração de Santiago, no qual os Estados membros se comprometem a “Desenvolver programas e políticas específicas e desenhar instrumentos jurídicos que reflitam o compromisso dos Estados ibero-americanos com a Juventude, a fim de dar oportunidades de contribuir para a coesão social” (SEGIB, OIE, 2007, p. 69, tradução nossa).

Reconhece-se igualmente o papel crucial da juventude ibero-americana, considerando-a uma força vital em cada sociedade. Embora enfrentem diversos desafios, o futuro da região depende das oportunidades que a juventude tem para contribuir para o desenvolvimento econômico e social de cada país. Em conclusão, esta Cúpula concordou em designar 2008 como o “Ano Ibero-Americano da Juventude”, uma ação que recebeu reconhecimento na imprensa e internacionalmente.

Em abril de 2008, uma reunião extraordinária dos Ministros e Responsáveis pela Juventude dos países ibero-americanos foi realizada em comemoração ao Ano Ibero-Americano da Juventude. Uma das principais realizações dessa reunião foi a apresentação do Plano Ibero-Americano de Cooperação e Integração da Juventude 2009-2015. Esse plano se tornaria o elemento integrador para coordenar esforços entre Estados, sociedade civil e cooperação internacional na implementação de políticas e planos para a inclusão social da juventude ibero-americana. Após sua aprovação, a liderança e direção ficariam a cargo da Organização Ibero-Americana da Juventude (OIJ). Foi enfatizado o compromisso de promover a Convenção Ibero-Americana dos Direitos da Juventude (SEGIB, OIE, 2008).

Em novembro de 2008, El Salvador sediou a XVIII Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, que teve como tema central “Juventude e desenvolvimento.” Essa reunião marcou o encerramento das diversas Reuniões Ministeriais Setoriais realizadas ao longo do ano e destacou o interesse em estabelecer e fortalecer colaborações e integração, conforme mencionado pelo Secretário-Geral Ibero-Americano, Enrique Iglesias:

Ao longo do tempo, o tema central deste ano é a Juventude. Nossos 110 milhões de jovens entre 15 e 24 anos representam o melhor reservatório de energia, criatividade

e comprometimento que esta comunidade de nações já teve. Essa Juventude de hoje é a mais bem preparada e mais comunicada da história da região. No entanto, é importante ressaltar que essas conquistas beneficiam apenas uma minoria da Juventude latino-americana. Na realidade dos fatos, não podemos falar simplesmente da Juventude, mas sim das Juventudes ibero-americanas. (SEGIB, OIE, 2008, p. 8, tradução nossa).

Nesse contexto, é notável o avanço representado pela aprovação e implementação do Plano Ibero-americano de Cooperação e Integração Juvenil durante a Cúpula Ibero-americana de Chefes de Estado e de Governo. Esse plano permitiu a identificação das necessidades fundamentais das diversas juventudes na região, facilitando um diálogo mais eficaz com os principais envolvidos na formulação de políticas para a juventude. Essa abordagem conjunta resultou na criação de recomendações estratégicas para fortalecer a agenda pública nessa área. É essencial destacar que essa agenda deve contar com o apoio da comunidade internacional, seja por meio de cooperação bilateral e multilateral ou por meio de iniciativas para sensibilizar sobre o papel central das políticas de juventude na promoção da coesão social.

#### 4.6.2 A Juventude como agente de coesão social.

Em seu documento “Juventude e Coesão Social na Ibero-América: um Modelo a Ser Construído”, a CEPAL desenvolveu uma análise dos temas tratados nas Cúpulas de Chefes de Estado de 2007 e 2008, de modo a posicionar e expor as políticas que tornam possível fortalecer os espaços de desenvolvimento juvenil como agentes de coesão social.

De acordo com Ottone e Sojo, “a coesão social é definida como o debate entre os mecanismos estabelecidos de inclusão e exclusão social e as respostas, percepções e disposições dos cidadãos sobre como eles operam” (Ottone; Sojo, 2007, p. 19, tradução nossa). Em outras palavras, a coesão social só é alcançada na medida em que há harmonia entre os mecanismos de inclusão social estabelecidos e a adaptação dos sujeitos sociais à lógica sistêmica.

A coesão social conecta dimensões da realidade antes consideradas opostas. Por exemplo, integra política social e solidariedade, equidade social e legitimidade política, competências transmitidas e empoderamento cidadão, e transformações socioeconômicas e mudanças na interação social. O objetivo das políticas públicas de coesão social é fazer com que todos os membros da sociedade se sintam parte dela, contribuindo e beneficiando-se igualmente (Ottone; Sojo, 2007).

Essas políticas se baseiam na eliminação de desigualdades objetivas, como pobreza e desigualdade, e na promoção de um maior senso de comunidade. Este estudo aborda áreas cruciais para a coesão social, desde iniciativas para a juventude até políticas setoriais que afetam

sua qualidade de vida (CEPAL, 2008).

A educação desempenha um papel fundamental, proporcionando igualdade de oportunidades, preparação para o emprego e para a sociedade do conhecimento. O desafio é garantir que os jovens prossigam na educação terciária após o ensino médio, exigindo políticas que compensem a falta de recursos financeiros e tempo. O compromisso dos governos é essencial para promover um sistema educacional mais justo e meritocrático, reduzindo as disparidades entre jovens de diferentes estratos sociais, regiões e etnias. A educação deve estreitar a lacuna entre gerações e facilitar a transição para o mercado de trabalho, colocando o conhecimento a serviço da sociedade.

Garantir conectividade nas escolas é essencial, proporcionando acesso à tecnologia para crianças e jovens sem acesso em casa. Isso envolve investimentos em equipamentos e redes nas escolas, treinamento de professores e integração da tecnologia na educação regular. A educação não deve apenas preparar para o mercado de trabalho, mas também promover valores democráticos e o multiculturalismo para combater a discriminação e respeitar a diversidade. “Educação na diversidade implica superar definitivamente os vieses homogeneizadores da educação em que a escolarização implicava aculturação e desenraizamento” (CEPAL, 2008, p. 332, tradução nossa).

O emprego é fundamental para permitir que os jovens apliquem suas habilidades, alcancem bem-estar e proteção social. A empregabilidade dos jovens requer formação profissional e oportunidades de experiência no mercado de trabalho. As políticas de emprego jovem devem abordar desigualdades de gênero e discriminação, melhorando o acesso das mulheres ao mercado de trabalho e ampliando seu acesso a diferentes ocupações. Muitos jovens enfrentam o dilema de precisar de experiência para conseguir emprego, mas não podem adquiri-la sem uma oportunidade de trabalho. É crucial oferecer oportunidades de primeiro emprego com perspectivas de crescimento na carreira.

O relatório da CEPAL (2008) destaca a importância de abordar riscos enfrentados pelos jovens, como violência, gravidez indesejada, abuso de álcool e drogas, e doenças sexualmente transmissíveis, exigindo políticas específicas de prevenção e proteção. Essas políticas visam não apenas ao desenvolvimento individual dos jovens, mas também à coesão social e ao fortalecimento da sociedade como um todo.

Políticas de saúde para jovens devem priorizar a prevenção, com enfoque na promoção de programas permanentes de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis (DSTs). Isso envolve a integração de políticas educacionais e o engajamento ativo dos jovens e seus pares nos cuidados de saúde. Os serviços de saúde devem estar prontos para fornecer atendimento,

profissionais e medicamentos necessários para atender às necessidades de saúde dos jovens.

No que diz respeito à questão da violência, é crucial abordar sua complexidade e múltiplas causas, reconhecendo que os jovens são frequentemente vítimas e perpetradores. A prevenção e proteção devem ser orientadas por uma abordagem de direitos humanos e envolver os jovens em todos os processos, enfatizando a prevenção, reabilitação e não apenas a repressão.

A maternidade na adolescência é outra realidade enfrentada pelos jovens na região, e as políticas de direitos reprodutivos devem apoiar as adolescentes grávidas, garantindo seu direito à educação e oportunidades de criação e instrução. É essencial fortalecer a capacidade de tomada de decisão e negociação dos adolescentes em relação à sua saúde reprodutiva, prevenindo comportamentos de risco por meio de programas de sensibilização e educação que envolvam adolescentes, bem como outros atores próximos. Isso garante que os jovens estejam cientes de seus direitos à saúde reprodutiva e possam exigí-los. Essas políticas de saúde visam proteger a saúde e o bem-estar dos jovens, garantindo que tenham acesso a serviços de saúde adequados e informações que lhes permitam tomar decisões informadas.

#### 4.7 INVESTINDO NA JUVENTUDE: O ANO INTERNACIONAL DA JUVENTUDE.

Nos últimos anos, temos testemunhado um aumento do envolvimento dos jovens na sociedade, assumindo um papel de protagonismo. Eles desempenham um papel fundamental na estruturação de seus projetos de vida e na criação de oportunidades que os afastem de situações de risco. No entanto, essa realidade também revela desafios significativos.

Conforme apontado por García Canclini (2008), os jovens são protagonistas do presente mais do que do futuro, dada a crescente presença deles em indicadores de desemprego, trabalho informal e violência urbana. Embora tenham oportunidades em várias áreas, como o empreendedorismo e a tecnologia, eles também enfrentam desafios significativos, incluindo altas taxas de desemprego e envolvimento em situações de violência.

A Juventude ibero-americana é caracterizada por sua grande diversidade e desigualdade, refletindo uma variedade de condições, perspectivas e práticas moldadas por fatores históricos, econômicos, políticos e culturais. Portanto, é fundamental reconhecer essa diversidade e falar sobre as múltiplas faces da juventude.

Nas palavras de Abarca, Espíndola e Hopenhayn: “os jovens constituem hoje o espelho em que as sociedades se olham” (Espíndola; Hopenhayn, 2008, p. 2, tradução nossa). Uma vez que as mudanças e inquietações quanto ao futuro se tornam uma constante nas sociedades e, conseqüentemente, “tendem a lançar sobre os jovens um conjunto de questões e rótulos que

oscilam entre a promessa do futuro e a ameaça do presente; entre discriminação e integração.”

É evidente que a Juventude está se tornando cada vez mais relevante no cenário político, dada a interseção de questões socioeconômicas que afetam o alcance dos objetivos de desenvolvimento globais. Investir em parcerias com os jovens é essencial para abordar esses desafios de maneira sustentável. A resolução 64/134 da Assembleia Geral das Nações Unidas, aprovada em dezembro de 2009, proclamou o Ano Internacional da Juventude, destacando a importância de integrar questões relacionadas à juventude nos programas de desenvolvimento global, regional e nacional. Com o tema “Diálogo e Compreensão Mútua”, o Ano Internacional da Juventude tem como objetivo promover a paz, o respeito pelos direitos humanos e a solidariedade entre gerações, culturas, religiões e civilizações.

As Nações Unidas instam todos os Estados Membros e organizações relacionadas à juventude a colaborar para alcançar esses objetivos em todas as áreas territoriais. Após as comemorações do Ano Internacional da Juventude 2010, é incumbência dos órgãos governamentais e das partes responsáveis pela juventude analisar as conquistas, oportunidades e principais desafios enfrentados pelos jovens na América Latina.

Nesse contexto, as Nações Unidas reconhecem a necessidade premente de fortalecer o investimento na juventude, identificando-os como atores estratégicos do desenvolvimento e promovendo sua participação ativa e liderança nos processos de tomada de decisão. O diálogo intercultural entre os jovens desempenha um papel vital na mudança de percepções em relação a eles, visando a integração e o avanço de suas perspectivas e aspirações:

As políticas de Juventude muitas vezes tendem a ser impulsionadas por estereótipos negativos dos jovens, especialmente no contexto do abuso de drogas, violência e delinquência. Devemos aproveitar a oportunidade que este ano apresenta para mudar essa percepção e reconhecer que a grande maioria dos jovens são membros produtivos da sociedade. Quando o abuso de substâncias e a delinquência juvenil constituem um problema, é frequentemente o resultado de uma incapacidade abrangente de oferecer oportunidades e serviços adequados aos jovens. (N.U., 2010, p. 2, tradução nossa).

É crucial que os jovens sejam integrados nas políticas de combate à pobreza e promoção do emprego, com recomendações específicas sobre supervisão e financiamento. Assim, em reuniões multilaterais, os Estados se comprometeram a implementar ações em benefício dos jovens. Essas ações visaram abordar a discriminação, com foco especial nas mulheres jovens indígenas e afrodescendentes. Isso envolve a promoção de uma cultura de prevenção e cuidado contra todas as formas de violência e exclusão, além de facilitar o acesso à saúde sexual e reprodutiva para afirmar suas decisões e direitos.

Portanto, é imperativo que os Estados orientem suas políticas para enfrentar todas as formas de exclusão e construam uma agenda de investimento na juventude com base em uma

perspectiva de direitos humanos. Essa agenda deve ser estruturada considerando um duplo ponto de vista: “que envolva medidas permanentes para o respeito às garantias, por um lado, e, por outro, medidas específicas para eliminar mecanismos de exclusão enraizados na sociedade e nas instituições” (CEPAL, 2012, p. 16).

#### 4.7.1 Gasto público

Em 2014, na América Latina, estava ocorrendo um fenômeno significativo chamado “bônus demográfico.” Esse fenômeno se desenrola durante uma transição demográfica, na qual a proporção de pessoas em idade ativa, ou seja, aquelas potencialmente produtivas (jovens e adultos), cresce em relação à proporção de pessoas potencialmente dependentes, como crianças e idosos. Em termos simples, o “bônus demográfico” se refere a um período em que o equilíbrio entre diferentes grupos etários cria oportunidades para o desenvolvimento (Saad *et al.*, 2012).

À medida que a taxa de fecundidade diminui no início desse período, há uma redução no número de crianças em comparação com o número de adultos em idade de trabalho, o que resulta em menos consumidores em relação aos produtores e, conseqüentemente, um aumento na renda relacionada ao trabalho e ao consumo. De acordo com Paulo Saad: “esse período, que pode durar várias décadas, tem sido chamado de ‘janela de oportunidade demográfica’” (Saad, 2012, p. 45, tradução nossa).

Nesse contexto, o investimento na população jovem assume um compromisso inequívoco com o presente e o futuro socioeconômico da região. Devido às rápidas mudanças na institucionalidade e no conhecimento, os jovens desfrutam de uma vantagem significativa, pois são o grupo populacional mais adaptável a essas dinâmicas em constante evolução (Saad *et al.*, 2012).

O relatório “Investir para transformar” da CEPAL analisou o gasto público, sua composição e classificação, identificando os tipos de investimento social em juventude e os procedimentos adotados para promover esse gasto social e sua distribuição. O relatório, no entanto, é condicionado pelas informações disponíveis, uma vez que alguns países não publicaram ou atualizaram seus dados. “Entre os países latino-americanos para os quais todas as informações e estimativas estavam disponíveis, o investimento social público atingiu cerca de 660 bilhões de dólares em 2012, equivalente a 19,1% do PIB” (CEPAL, 2014, p. 56, tradução nossa).

Neste contexto, destacam-se as diferenças macroeconômicas nos gastos públicos sociais. Por exemplo, na Guatemala e na República Dominicana, os gastos sociais representam

mais de 8% do PIB, em contraste com os 35% em Cuba. Essas disparidades refletem o grau de descentralização das execuções orçamentárias, que varia de país para país, de acordo com suas prioridades. De acordo com o relatório da CEPAL (2014), na América Latina, aproximadamente 82 bilhões de dólares são alocados para programas sociais que, em muitos casos, beneficiam os jovens. Portanto, um dos atributos essenciais dos Estados neste século é uma presença mais forte nas ações implementadas para garantir condições de vida dignas e justas. Isso é particularmente relevante na região, onde as políticas neoliberais adotadas nas décadas de 1980 e 1990 deixaram muitas pessoas sem garantias de acesso a direitos básicos, como educação e saúde.

No entanto, é importante notar como os Estados abordam as políticas compensatórias, que tendem a focar em corrigir resultados ou responder a problemas já existentes, em vez de se concentrar na prevenção. Por exemplo, muito gasto com saúde está relacionado à cura e reabilitação, em vez de medidas preventivas. Essa abordagem contradiz o conceito de investimento social, no qual o gasto social não é considerado um custo para a economia, mas sim uma série de investimentos que podem garantir um crescimento estável e sustentável capaz de atender às novas demandas sociais. Portanto, o investimento social pode incluir contribuições dos setores público e privado, sendo que o gasto público, principalmente o gasto público social, representa uma parcela significativa desse investimento, conforme definido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o gasto social é entendido como:

A provisão por instituições públicas e privadas de benefícios e contribuições financeiras dirigidas a famílias e indivíduos, a fim de fornecer apoio durante circunstâncias que afetem adversamente seu bem-estar, desde que o fornecimento de benefícios e contribuições financeiras não constitua um pagamento direto para um determinado bem ou serviço, nem um contrato ou transferência individual. (Adema; Ladaique, 2005, P. 7).

O gasto social público engloba a alocação de recursos pelo Estado para fornecer bens e serviços em várias esferas sociais, principalmente em educação, saúde, habitação e assistência social. Por meio do orçamento público anual, os governos apresentam suas prioridades e objetivos com base nas estimativas de receitas e despesas, refletindo as diversas necessidades do país (Guerrero; Valdés, 2003).

No entanto, a distribuição de orçamentos frequentemente envolve competições entre diferentes áreas e necessidades do país, o que pode criar tensões entre órgãos governamentais, programas e projetos, bem como entre os setores orçamentários. Conforme observado por Guerrero e Valdés, “esse processo orçamentário tem uma dimensão política, envolvendo a

capacidade de negociação e adaptação de todos os atores envolvidos” (Guerrero; Váldez, 2003, p. 12, tradução nossa).

Portanto, o processo de acordo orçamentário geralmente é conflituoso, uma vez que alguns grupos podem se beneficiar mais do que outros, e os recursos destinados à juventude precisam competir com outras questões sociais do país. No entanto, é importante notar que, além dos recursos direcionados diretamente à juventude por meio de organizações nacionais de juventude, os jovens também se beneficiam indiretamente por meio de políticas gerais ou programas que atendem a grupos mais amplos da população. No que diz respeito ao investimento social destinado à população jovem, a CEPAL (2014) categoriza esse investimento em quatro tipos distintos, dependendo de como os recursos públicos são alocados:

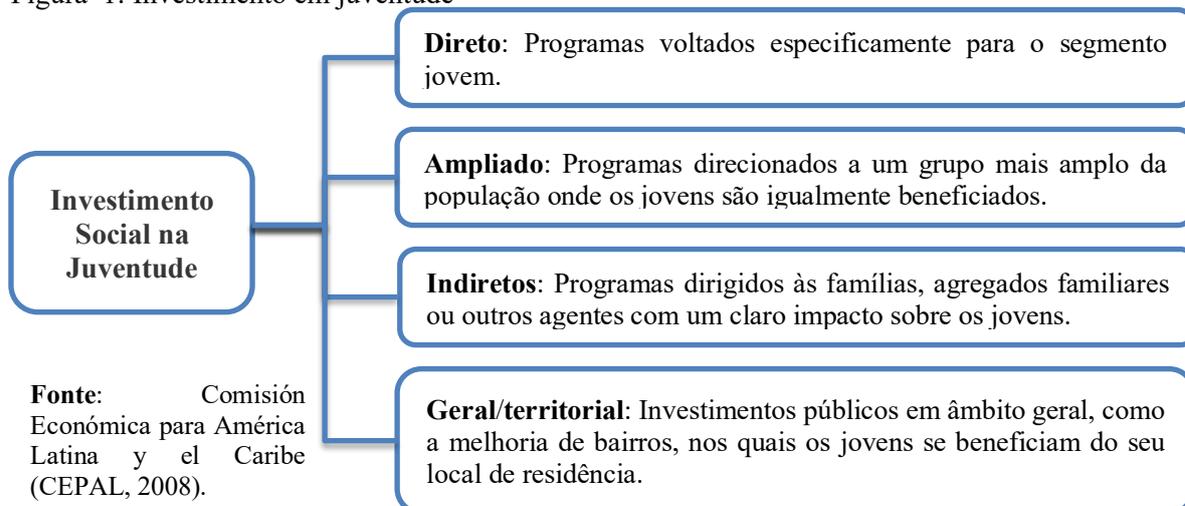
1) Investimento social direcionado especificamente à juventude, com programas e políticas que têm os jovens como público-alvo, tornando a condição de ser jovem um requisito fundamental para a elegibilidade nesses programas.

2) Investimento social por meio de programas que não são direcionados especificamente aos jovens, mas sim a uma população mais ampla da qual os jovens fazem parte. Portanto, os jovens se beneficiam juntamente com outros grupos da população. Um exemplo disso são os gastos com educação, que beneficiam todos os inscritos em diferentes níveis, bem como programas de formação para o emprego.

3) Uma fração dos gastos públicos considerada como parte do investimento social beneficia os jovens de forma indireta, somente quando eles fazem parte de famílias que são beneficiárias de programas governamentais voltados para famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza.

4) Também se considera como investimento na juventude a contribuição de programas cujos serviços e resultados não se destinam necessariamente à população jovem ou às suas famílias, mas sim às áreas geográficas em que residem. Isso pode incluir melhorias em bairros, investimentos em infraestrutura comunitária, como fornecimento de água e saneamento, e instalações esportivas, conforme ilustrado na figura 1.

Figura 1: Investimento em juventude



Na América Latina, a falta de estudos sobre gastos públicos sociais relacionados à juventude é notável. Portanto, ao analisar o investimento social, é importante considerar o financiamento do setor privado. É crucial destacar que a divulgação e avaliação dos gastos sociais privados enfrentam desafios. Em alguns países da região, ocorreram privatizações de serviços sociais e a implementação de sistemas de financiamento mistos. Isso significa que a participação do setor privado nos gastos sociais varia significativamente entre os países latino-americanos. Enquanto a contabilização dos gastos públicos sociais se concentra principalmente na monitorização dos recursos provenientes dos governos centrais, a contribuição dos governos estaduais, provinciais e municipais também é relevante e varia de acordo com as características de cada país (CEPAL; OIJ, 2014).

De acordo com os cálculos dos gastos públicos em investimento social na América Latina, cerca de 12,2% desses gastos foram destinados à juventude, o que equivale a aproximadamente 134 bilhões de dólares a preços de 2005 ou 217 bilhões de dólares quando expressos em Paridade de Poder de Compra (PPC). Esse montante representa cerca de 2,58% do PIB da região. No entanto, na América Latina, cerca de 102 bilhões de dólares são destinados a programas em que os jovens são beneficiários, totalizando 183 bilhões de dólares a preços de 2005 em PPC. Isso indica um aumento nos gastos públicos sociais no investimento direcionado à juventude em cerca de 13,8%, correspondendo a 2,65% do PIB dos países analisados (CEPAL; OIJ, 2014).

Cada país distribui seus gastos com investimento social de acordo com as prioridades e realidades de suas políticas de juventude e programas sociais voltados para esse segmento da população. Portanto, essa alocação varia entre os países. Por exemplo, na região, Argentina e

Brasil destinam 11,9% e 10,6% de seus gastos públicos sociais à juventude, respectivamente. Enquanto Bolívia, Cuba e Paraguai alocam mais de 24%, e o Equador destina mais de 30%. A Tabela 8 apresenta a importância dos diferentes setores nos gastos relacionados à juventude.

Tabela 8 - Distribuição percentual do investimento social em jovens por volta de 2012 (em percentuais)

País	Educação a/	Saúde b/	Assistência Social c/	Moradia e outros d/	Investimento na Juventude em percentagem da despesa social	Investimento na Juventude em percentagem do PIB	Jovens em percentagem da população total
Argentina	71,1	10,5	1,9	16,5	11,9	3,3	24,3
Bolívia	87,3	8,3	1,9	2,5	24,2	2,8	28,2
Brasil	62,9	13,9	3,3	19,9	10,6	2,8	25,7
Chile	80,1	13,4	0,9	5,6	15,5	2,3	24,9
Colômbia	57,9	25,8	4,9	11,5	12,5	1,6	26,3
Costa Rica	58,5	20,5	1,9	19,1	14,4	3,3	27,4
Cuba	82	8,7		9,2	26	9,7	20,4
Equador	79,5	8,2	8,9	3,4	31,4	2,6	26,7
El Salvador	57,8	25,5	0,3	16,3	12,1	1,6	30,2
Guatemala	28,9	14,5	3,9	52,7	19,1	1,8	28,4
Honduras						0,5	29,9
México	57,2	17,8	4,7	20,4	18	2,1	26,4
Nicarágua						1,4	30,2
Panamá	59,4	11,8	1	27,7	21,5	3,7	25,1
Paraguai	85,4	9,9	2,5	2,2	25,8	2,8	28,9
Peru	51,4	12,9	1,7	34	17,9	1,9	27,3
R. Dominicana	35,6	19,6	7,3	37,6	17,8	1,4	26,8
Uruguai	57,1	10,8	2,6	29,5	13	3,3	22,1
Venezuela	86,9	3,8	...	9,2	19,2	4	26,7
Latino América	59,9	22,4	2,6	15	13,8	2,65	26,3

CEPAL realizou esses cálculos com base nos seguintes dados e fontes: a/ Gastos públicos com educação no ensino médio, pós-secundário e superior. b/ Gasto público com saúde para todos os jovens de 15 a 29 anos. c/ Despesa total com programas de assistência social (transferências condicionadas) para jovens. d/ Gastos públicos com moradia, água e saneamento em jovens pertencentes a domicílios nos três quintis de renda mais baixos. Essas informações foram obtidas a partir da base de dados de gastos sociais e programas de transferências condicionadas da CEPAL, bem como de dados oficiais da UNESCO-UIS, OPAS-OMS e BID. Essas fontes e dados foram utilizados para calcular os gastos públicos relacionados à juventude na América Latina.

**Fonte:** CEPAL, U.N. Juventude y Cohesión Social en Iberoamérica: un modelo para armar. Santiago, Comisión Económica para América Latina y el Caribe, Organización Iberoamericana de Juventude, 2008.

A análise das prioridades de gastos com a juventude na América Latina está relacionada à proporção da população jovem em relação ao total da população. De acordo com o relatório da CEPAL, a relação entre o gasto público com a juventude e a proporção de jovens na população é de 0,53, indicando “um déficit de mais de 50% em comparação com uma distribuição equitativa do gasto por faixas etárias. A média simples dos países é em torno de 32%” (CEPAL, 2014, p. 75, tradução nossa). No entanto, o Brasil e a Colômbia, apesar de

terem uma alta proporção de jovens em sua população, têm uma das menores relações entre gasto e jovens, com valores de 0,41, 0,48 e 0,40, respectivamente.

A distribuição dos gastos mostra que a educação é o setor que mais recebe recursos públicos, representando 60% do gasto total. Em seguida, vêm a saúde com 22%, habitação e serviços básicos com 14%, e assistência social com 2,3%. “No total, em 2012, o setor educacional absorveu cerca de 135.000 milhões de dólares PPC a preços de 2005.” (CEPAL; OIJ, 2014, p. 74, tradução nossa).

No entanto, é importante destacar as significativas variações entre os países. Guatemala e República Dominicana alocam menos de 40% dos recursos destinados à juventude para o setor educacional, com percentuais de 29% e 36%, respectivamente. Essa disparidade pode ser atribuída a desafios relacionados à baixa cobertura, acesso e retenção de jovens nos níveis de ensino médio e pós-secundário nos sistemas públicos de ensino desses países. Por outro lado, Brasil e Colômbia direcionam 63% e 58% dos gastos com juventude para o setor educacional, evidenciando a priorização da educação nesses países. No entanto, é crucial notar que a alocação significativa de recursos para a educação pode, em alguns casos, obscurecer a necessidade de priorizar outros aspectos sociais igualmente importantes.

Por outro lado, alguns países latino-americanos, como Bolívia, Chile, Cuba, Paraguai e Venezuela, investem mais de 80% dos recursos destinados à juventude no setor educacional. Embora isso possa sugerir uma priorização da educação, é essencial considerar que outros aspectos igualmente relevantes podem não receber a mesma atenção e financiamento (CEPAL; OIJ, 2014).

Quanto à área da saúde, existe uma notável variação na distribuição das despesas entre os países da região, devido em parte aos diferentes níveis de envelhecimento da população e aos padrões de maternidade. Alguns países destinam mais de 20% de seus gastos com saúde aos jovens, como Colômbia (26%), El Salvador (25%) e Costa Rica (20%). No entanto, o Brasil alocou 14% de seus recursos para a saúde dos jovens.

É importante observar que a relevância dos gastos com saúde direcionados aos jovens tende a diminuir em países onde os jovens geralmente apresentam melhores condições de saúde em comparação com outros grupos etários, refletindo-se nos baixos percentuais de gastos com saúde destinados aos jovens em países como Bolívia (8%), Cuba (9%), Equador (8%) e Venezuela (4%). De acordo com a CEPAL, eventos de saúde como “maternidade, HIV e assistência à saúde relacionada a acidentes e uso de drogas ganham relevância em termos de mobilização de recursos, totalizando pouco mais de 48.000 milhões de dólares em paridade do poder de compra na região.” (CEPAL, p. 75, tradução nossa).

No que se refere à participação dos jovens como beneficiários diretos ou indiretos de programas de habitação, saneamento e outros serviços básicos associados, também existem algumas diferenças notáveis entre os países. Alguns países alocam uma parte significativa de recursos para habitação e serviços básicos para os jovens, como a Guatemala (53%), República Dominicana (38%) e Peru (34%). Em contrapartida, o Brasil alocou 20% e a Colômbia 11%.

Por outro lado, existem países que destinam menos de 10% de seus recursos para jovens nessa categoria, como Bolívia (2%), Chile (6%), Cuba (9%), Equador (3%), Paraguai (2%) e Venezuela (9%). Essas diferenças podem refletir as prioridades e as necessidades percebidas em relação à habitação e aos serviços básicos para os jovens em cada país (CEPAL; OIJ, 2014).

Por fim, em relação à assistência social, este é o setor que menos recebe investimento, representando cerca de 4.800 milhões de dólares PPC em toda a América Latina. A alocação de recursos é direcionada para programas de combate à pobreza e vulnerabilidade. Alguns países, como a República Dominicana e o Equador, destinam mais de 7% dos gastos com juventude para esse fim, enquanto El Salvador, Chile e Panamá alocam 1% ou menos. O Brasil e a Colômbia têm valores de 3% e 5%, respectivamente, de acordo com o relatório da CEPAL.

#### 4.8 PERSPECTIVA DA JUVENTUDE LATINO-AMERICANA

O relatório “Perspectivas Econômicas da América Latina,” apresentado durante a XXV Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo em Cartagena, em 2016, concentrou-se na juventude, habilidades e empreendedorismo para promover um crescimento mais inclusivo e sustentável na América Latina. Ele analisou a participação dos jovens em atividades produtivas, considerando sua entrada no mercado de trabalho, as habilidades adquiridas e suas iniciativas empreendedoras. Além disso, abordou a integração social, política e econômica dos jovens na região, com foco especial na educação (CEPAL; CAF; OCDE, 2016).

A educação e as competências desempenham um papel fundamental no apoio ao desenvolvimento inclusivo e na promoção da participação das pessoas no mercado de trabalho. O progresso na educação está intrinsecamente ligado ao crescimento econômico, à inclusão social e à igualdade. As competências são essenciais para o acesso à educação de qualidade. No contexto das competências, os termos habilidade e competência são usados de forma intercambiável, sendo definidas como “um grupo de conhecimentos, atributos e capacidades que podem ser aprendidos e permitem que os indivíduos executem atividades ou tarefas com sucesso e consistência, podendo ser desenvolvidas por meio da aprendizagem” (OECD, 2012,

p. 12, tradução nossa).

Portanto, as competências têm um impacto significativo na vida cotidiana das pessoas e no bem-estar dos países, com repercussões muitas vezes difíceis de mensurar no crescimento econômico. Elas desempenham um papel crucial na redução da desigualdade e na promoção da mobilidade social. Embora a região tenha feito avanços na área da educação nos últimos anos, ainda existem desafios relacionados à conclusão dos processos acadêmicos, à qualidade do ensino, ao financiamento e à adaptação às demandas do mercado de trabalho. Essas adversidades afetam particularmente os setores socioeconômicos desfavorecidos, as áreas rurais e as mulheres (CEPAL; CAF; OCDE, 2016).

O principal desafio no campo da educação e competências na América Latina continua sendo a redução da desigualdade em várias dimensões da formação e competências da população. Portanto, promover o desenvolvimento econômico e social sustentável requer uma força de trabalho mais qualificada e com experiência em níveis de ensino superior, incluindo ensino universitário e ensino pós-secundário técnico e profissional. O acesso a um ensino superior de qualidade oferece aos jovens mais oportunidades de integração na vida produtiva, política e social.

De acordo CEPAL *et. al* (2016), mais de 70% dos jovens não têm preparação adequada para acessar um emprego de boa qualidade. As taxas de evasão são altas na educação formal, sem que tenham adquirido as habilidades apropriadas. Dos jovens entre 25 e 29 anos, apenas 30% frequentaram o ensino superior ou compareceram a uma escola técnica ou profissional, e apenas 59% dos jovens da região concluíram o ensino médio.

Este relatório fornece dados sobre jovens de 15 a 29 anos que não completaram o ensino secundário até 2014. Constatou-se que 31% dos jovens, equivalentes a 43 milhões de pessoas, não finalizaram o ensino secundário e não estão matriculados para prosseguir seus estudos, conforme demonstrado na Tabela 9. Destaca-se que Honduras possui o segundo maior índice de evasão escolar, com 39% dos jovens em 2013, totalizando mais de 3 milhões de pessoas. Guatemala e El Salvador lideram as taxas de evasão na América Central. Quanto à América do Sul, Brasil, Colômbia e Argentina têm o maior número absoluto de jovens que abandonam a escola devido ao seu grande bônus demográfico. No entanto, quando se consideram as taxas proporcionais, Uruguai, Peru e Paraguai ocupam a liderança.

Tabela 9 - Jovens que abandonaram a escola sem concluir o ensino médio (entre os 15 e os 29 anos), 2014

País	Numero de Jovens	Proporcional
Brasil	13 871 335	28

Honduras	12 858 300	42
Colômbia	3 014 028	26
El Salvador	2 762 432	54
Argentina	1 654 149	25
Guatemala	1 432 290	59
Panamá	1 321 225	19
Equador	1 159 725	28
Perú	806 024	44
Bolívia	757 821	28
Republica Dominicana	756 999	27
Paraguai	616 897	32
México	560 874	41
Chile	548 896	13
Costa Rica	381 314	30
Uruguai	349 852	46
Nicarágua	292 989	32
<b>Total ALC 17</b>	<b>43 145 150</b>	<b>31</b>
<b>Nota:</b> Os números da Argentina são representativos apenas dos centros urbanos com mais de 100.000 habitantes (Fonte: Tabulações da OCDE e do Banco Mundial com dados da SEDLAC - CEDLAS e Banco Mundial).		

**Fonte:** CEPAL, N. U., et al. Perspectivas económicas de América Latina 2017: Juventude, competencias y emprendimiento. CEPAL, 2016.

Este panorama motiva a considerar duas áreas de atuação: em primeiro lugar, as políticas públicas devem enfrentar essa problemática e fornecer aos jovens as competências e os recursos necessários para enfrentarem o mundo do trabalho e a vida política e social de seus países. Como segunda medida, os governos devem desenvolver estratégias para melhorar a educação das gerações futuras (CEPAL; CAF; OCDE, 2016).

Por outro lado, é importante reconhecer que o nível educacional na América Latina estava aumentando. Até 2014, as taxas da população de 15 a 64 anos com apenas o ensino fundamental completo ou menos caíram de 34% para 21%, em favor de níveis de educação mais elevados. O ensino médio incompleto já ultrapassou o ensino fundamental completo como a subcategoria com maior percentual. No caso do ensino superior, a taxa passou de 16% para 23%. O ensino superior abrange o ensino universitário, o ensino técnico e profissional pós-secundário. Ou seja, os jovens dessa época estão mais escolarizados do que as gerações anteriores, como demonstrado na Tabela 10.

Tabela 10 - População de 15 a 64 anos de acordo com o nível educacional mais alto obtido na América Latina, 2004-2014. Porcentagens

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Fundamental (primário) completo ou menos	34%	33%	31%	29%	28%	27%	26%	24%	23%	22%	21%
Ensino Fundamental e médio incompleto	31%	31%	32%	32%	33%	32%	33%	33%	34%	34%	34%

Ensino Fundamental e médio completo	19%	19%	20%	20%	21%	21%	21%	22%	22%	22%	22%
Terciária Superior incompleta	11%	12%	12%	13%	14%	14%	14%	15%	15%	16%	16%

Tabulaciones de la OCDE y el Banco Mundial con datos de SEDLAC (CEDLAS y Banco Mundial).

**Fonte:** CEPAL, N. U., et al. Perspectivas económicas de América Latina 2017: Juventude, competencias y emprendimiento. CEPAL, 2016.

Assim, como demonstrado no gráfico, as taxas de conclusão dos estágios educacionais são baixas, com 34% dos indivíduos não concluindo o ensino médio e 16% da população abandonando o ensino superior. Isso reflete a necessidade de revisar as políticas públicas de educação, aprimorar as estratégias para melhorar a qualidade dos processos educacionais e tornar as medidas de retenção mais eficazes na redução das taxas de evasão escolar (CEPAL; CAF; OCDE, 2016).

Em 2016, já se observam avanços significativos nos aspectos mencionados. Segundo relatórios, houve aumento na cobertura e conclusão escolar, bem como uma diminuição na evasão e no atraso escolar. De acordo com a CEPAL (2019), atualmente, a educação primária é universal na América Latina, e o ensino fundamental é de acesso maciço, embora muitos desafios ainda persistam na conclusão deste nível de formação. Assim, 59,5% dos jovens entre 20 e 24 anos concluíram o ensino fundamental e médio.

Com base nas avaliações e no acompanhamento do progresso educacional, é possível constatar que as dificuldades relacionadas ao acesso e à evasão escolar no ensino fundamental e médio estão principalmente concentradas nos estratos socioeconômicos mais baixos. De acordo com os dados de 2017, apenas 34% das pessoas pertencentes a esses estratos com 25 anos ou mais não concluíram o ensino fundamental, um percentual significativamente menor em comparação aos 45% que se encontravam nessa condição em 2002, como pode ser observado na Tabela 11.

Tabela 11- Nível de escolaridade alcançado pelas pessoas de 25 anos ou mais segundo grandes estratos de renda per capita, por volta de 2002, 2008 e 2017. Em percentuais

Estratos	Baixos			Médios			Altos		
	2002	2008	2017	2002	2008	2017	2002	2008	2017
Terciário (4 anos ou mais)	1,9	1,8	2,5	11,6	12,5	13,1	40,4	45	46,2
Terciário incompleto (4 anos)	3,8	4,5	6	16	16,2	17	24,7	23,5	24
Ensino fundamental II completo	9,7	12,5	16,2	16,9	18,7	20,3	13,4	12,8	11,9
Ensino fundamental II completo	39,4	40,6	41,5	33,8	33,4	32,7	14,7	12,7	13,5
Ensino fundamental I incompleto	45,2	40,6	33,8	21,7	19,2	16,8	6,9	6	4,4

Os países incluídos no estudo são: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

**Fonte:** Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), sobre la base de Banco de Datos de Enquetes de Hogares (BADEHOG). CEPAL, N. U. Panorama social de América Latina 2019. Cepal, 2019.

Em contrapartida, nos estratos superiores, desde o início dos anos 2000, observa-se um aumento significativo na proporção de pessoas que concluíram o ensino superior. Em 2002, 65% das pessoas desse estrato estavam cursando o ensino superior, e em 2017, esse percentual aumentou para 70%. Isso representa um aumento percentual na proporção de pessoas que concluíram o ensino universitário, passando de 40% para 46%. No entanto, também é importante notar que neste estrato, há um percentual significativo de 18% de pessoas que possuem nível de escolaridade inferior ao ensino médio completo.

Os números nos estratos médios têm se mantido relativamente constantes, com alguns progressos observados no ensino fundamental e médio. Em relação ao ensino superior, a taxa aumentou de 28% em 2002 para 30% em 2017 (CEPAL, 2019).

#### 4.9 MERCADO DE TRABALHO JOVEM NA AMÉRICA LATINA

Nos últimos anos, os jovens latino-americanos parecem estar em condições mais favoráveis para seu pleno desenvolvimento em diversas áreas da vida. No entanto, também enfrentam vários desafios, sendo os problemas de inserção no mercado de trabalho predominantes. Isso ocorre porque, para a maioria das atividades de trabalho, o emprego torna-se a principal ferramenta para a integração social e o suporte para explorar seu potencial de autonomia como jovens adultos (Weller; CEPAL, 2006).

A entrada no mundo do trabalho é amplamente influenciada pelas oportunidades que os jovens conseguem acumular em termos de capital humano, social e cultural. No entanto, essas oportunidades são distribuídas de forma desigual. Portanto, a escassez de oportunidades de emprego adequadas é um dos principais fatores que dificultam a integração dos jovens na sociedade. Isso ocorre porque os jovens estão entre os grupos mais afetados pelo enfraquecimento dos mercados de trabalho e enfrentam dificuldades na busca por empregos produtivos e formais. É fundamental ter em mente que a realidade socioeconômica dos jovens é altamente diversificada, e as oportunidades de emprego variam amplamente entre diferentes grupos e regiões.

O crescimento da oferta de trabalho pode gerar maiores rendimentos e melhorias nas

condições de bem-estar, desde que o emprego seja produtivo, com condições salariais adequadas e proteção social para os trabalhadores. Isso se reflete na otimização das oportunidades de emprego e no estímulo às habilidades e competências necessárias para aproveitar essas possibilidades. Portanto, o trabalho é um dos ativos mais importantes para os setores mais pobres e incentivar os jovens a participar de atividades produtivas é uma maneira de contribuir para a redução da pobreza (CEPAL; CAF; OCDE, 2016; CEPAL, 2019; CEPAL; OIT, 2017; Weller; CEPAL, 2006).

Além disso, o desafio do emprego juvenil avança de forma evidente, e, conseqüentemente, a necessidade de políticas que o regulamentem se torna mais premente. Isso permite uma análise mais profunda do papel dos jovens em diferentes contextos e das circunstâncias que estão alterando as demandas do mercado de trabalho. No entanto, é importante reconhecer que, apesar das dificuldades, os jovens possuem a vitalidade que lhes permite aproveitar as mudanças na oferta de empregos, especialmente no que diz respeito ao seu nível de escolaridade e habilidades diante das novas tecnologias. É claro que esse cenário não se aplica universalmente a todos os jovens, mas é mais prevalente entre aqueles em melhores condições econômicas (CEPAL, 2015; Weller; CEPAL, 2006).

A implementação de políticas específicas busca facilitar o acesso dos jovens ao mercado de trabalho, e embora haja avanços, é fundamental manter uma atualização constante das abordagens políticas e ferramentas para aumentar as oportunidades e reduzir os riscos de exclusão. Portanto, ao envolver os jovens nos processos de desenvolvimento, busca-se alcançar uma sociedade mais igualitária, especialmente durante a juventude, quando se estabelece de maneira crucial a ligação entre a educação e o trabalho:

Este período, que abrange desde o momento em que uma pessoa deixa de frequentar um estabelecimento de ensino, independentemente de ter concluído sua escolaridade ou não, até o momento em que consegue um emprego, é considerado uma fase crucial na vida das pessoas. Durante essa fase, ocorrem mudanças fundamentais e são estabelecidas as bases essenciais para o desenvolvimento pessoal e o tipo de inclusão social que marcará a vida adulta. (CEPAL; OIT, 2017, p. 13, tradução nossa).

Este aspecto, precisamente, é uma das chaves para a inclusão social e a igualdade, pois frequentemente o esforço para continuar a formação coincide com a necessidade ou o desejo de trabalhar e ganhar a vida. No entanto, essa transição não é um processo fácil, pois não é linear. Não se resume a um aluno que sai do sistema educacional, busca um emprego e é facilmente contratado ou encontra um emprego decente. Existem inúmeras variáveis envolvidas, como alguns jovens que conseguem seu primeiro emprego enquanto ainda estão estudando, enquanto outros não enfrentam tanta pressão para encontrar emprego e podem continuar estudando

(CEPAL; CAF; OCDE, 2016; CEPAL; OIT, 2017).

De acordo com a CEPAL, a participação dos jovens no mercado de trabalho tem se mantido constante nos últimos anos, mas há heterogeneidade entre os países, como demonstra a tabela a seguir:

Tabela 12 - Situação dos jovens no mercado laboral (15-29 anos)

País	Mulheres jovens	Homens jovens	Mulheres adultas	Homens adultos
Argentina	41,320583	59,162502	63,414188	91,802765
Bolívia	49,800213	69,980194	75,655487	97,276093
Brasil	57,971874	75,134613	64,65921	88,219765
Chile	40,43668	54,015606	58,997559	91,555016
Colômbia	53,893024	72,462959	68,157188	94,014107
Costa Rica	43,393055	63,868679	55,275795	91,961441
R. Dominicana	33,693077	60,084724	54,701599	89,811874
Equador	39,175724	64,304985	62,283337	95,643593
Guatemala	36,987026	79,993042	48,371292	95,360687
Honduras	38,791157	76,70237	56,236027	94,231865
México	41,679642	70,583885	55,638432	93,98877
Nicarágua	40,969807	79,467346	60,684357	93,90712
Panamá	41,150948	68,327888	62,445419	94,193428
Peru	63,014389	73,925156	78,047714	95,240974
Paraguai	51,193428	77,379227	65,755486	93,082832
El Salvador	37,386879	66,356659	58,818375	91,479897
Uruguai	56,450554	71,133972	74,081512	92,050278
ALC	49,71041873	71,22948245	62,65070573	91,71015507

**Fonte:** CEPAL, N. U., et al. Perspectivas económicas de América Latina 2017: Juventude, competencias y emprendimiento. CEPAL, 2016. <http://oe.cd/disclaimer>

De acordo com as informações apresentadas na tabela, a diferença entre homens e mulheres é mais pronunciada em países de baixa renda, como Honduras, Guatemala, República Dominicana e Nicarágua. Por outro lado, os países com menor disparidade de gênero são Uruguai, Chile e Peru. Em relação à participação na força de trabalho e às taxas de emprego, elas aumentam com a idade, o que pode ser considerado positivo, pois quando os jovens adiam sua entrada no mercado de trabalho, têm a oportunidade de permanecer mais tempo no sistema educacional e, conseqüentemente, aprimorar sua formação e competências (CEPAL; CAF; OCDE, 2016).

O relatório “Situação do Trabalho na América Latina e no Caribe” de outubro de 2017, elaborado pela CEPAL e pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), apresentou uma análise detalhada da “transição dos jovens da escola ao mercado de trabalho.” Neste documento, aprofundam-se os processos de transição dos jovens da escola para o trabalho. De acordo com o relatório, muitos jovens enfrentam dificuldades ao tentar prosseguir com as fases de estudo ou busca por emprego, uma vez que essas situações frequentemente se alteram de acordo com

as circunstâncias do contexto em que os jovens se encontram. Normalmente, quando se analisam processos como a transição da escola para o trabalho, é possível observar jovens que enfrentam maiores dificuldades ou riscos ao ingressar no mercado de trabalho, tais como aqueles que abandonaram a escola, os desempregados ou os chamados “nem-nem,” que não estudam nem trabalham. No entanto, por outro lado, existe um grupo de jovens que se esforça constantemente para conciliar os estudos com o trabalho.

Para uma análise mais detalhada da realidade dos jovens que conciliam estudo e trabalho, eles foram divididos em três faixas etárias. O primeiro grupo inclui jovens entre 15 e 19 anos, geralmente nos últimos anos do ensino secundário e já em idade legal para trabalhar. Em seguida, há o grupo de jovens entre 20 e 24 anos, que normalmente já concluíram o ensino fundamental e ainda não decidiram se continuarão ou não com os estudos superiores. Por último, há o grupo de jovens entre 25 e 29 anos, que é mais diversificado, pois alguns estão concluindo o ensino superior, outros já estão totalmente envolvidos no mercado de trabalho em tempo integral, e outros decidiram não ingressar no mercado de trabalho (CEPAL; OIT, 2017). Vamos examinar alguns dados da América Latina:

Tabela 13 - América Latina: proporção de jovens que estudam e trabalham, por faixa etária e sexo, por volta de 2014 (em percentuais)

País	15 a 19 anos			20 a 24 anos			25 a 29 anos		
	Total	Homes	Mulheres	Total	Homes	Mulheres	Total	Homes	Mulheres
Argentina *	4,6	5,1	4,1	13,2	12,7	13,6	12,3	12,5	12,2
Bolívia	20,3	22,3	18,3	13,2	15,1	11,4	9,2	10,2	8,2
Brasil	16,9	20,1	13,6	13,9	13,8	14	8	8	7,9
Chile	4	4,9	3,1	9,9	10,6	9,2	8,7	10,6	6,8
Colômbia	11,4	13,1	9,6	11,9	12,1	11,8	9	8,9	9,1
Costa Rica	5	6,2	3,7	18,3	19,1	17,6	16,5	16,4	16,6
Equador	7,5	9,8	5	8,5	9,2	7,8	5	5,9	4,2
El Salvador	10,1	13,4	6,7	5,6	6,4	4,8	4,1	5,6	2,6
Guatemala	11,3	15	7,6	5,7	6,6	4,9	4,7	5,6	3,9
Honduras	8,8	10,6	6,9	8,3	8,5	8	5,8	5,4	6,1
México	10,7	13,3	7,9	8,3	9,3	7,3	4,1	5,1	3,1
Panamá	9,4	12,9	6	11,6	11,3	11,9	7,9	7,7	8,1
Paraguai	18,5	22	15,1	18,5	18,2	18,8	11,3	10,4	12,1
Peru	15,3	16,7	13,7	12,6	12,7	12,6	7	7,8	6,2
R. Dominicana	11	14,3	7,7	16,5	18	14,9	12,2	12,7	11,8
Uruguai *	7,3	7,5	7,1	17,6	15,7	19,6	15	13,4	16,5

\* Zonas Urbanas

Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e Organização Internacional do Trabalho (OIT), com base em tabulações especiais das Pesquisas Domiciliares dos países.

**Fonte:** CEPAL, OIT. Coyuntura Laboral en América Latina y el Caribe: la transición de los jóvenes de la escuela al mercado laboral. 2017.

De acordo com os dados, há diferenças evidentes na influência da combinação de trabalho e estudo em diferentes subgrupos etários. Na faixa etária de 15 a 19 anos, os países

com a maior proporção de jovens que trabalham e estudam são Bolívia, Paraguai e Brasil, enquanto Costa Rica, Argentina e Chile têm a menor proporção, com 5% ou menos. No grupo de 20 a 24 anos, Paraguai, Costa Rica e Uruguai têm a maior proporção de jovens que estudam e trabalham, enquanto Honduras, Guatemala e El Salvador têm a menor proporção. O Paraguai possui a mesma proporção de jovens que estudam e trabalham nesses dois grupos. Para a faixa etária de 25 a 29 anos, Costa Rica, Uruguai e Argentina apresentam a maior proporção (CEPAL; OIT, 2017).

Assim, o trabalho desempenha um papel crucial na inclusão dos jovens na dinâmica social, pois favorece o acesso à proteção social e a uma renda estável que promove a autonomia dos jovens e lhes permite atender às suas necessidades básicas. Dessa forma, “o trabalho está associado à construção da identidade e pode ser uma fonte de autoestima e um espaço para adquirir habilidades socioemocionais” (N.U. GTJ; CEPAL, 2021, p. 50, tradução nossa).

Além disso, é importante mencionar as dificuldades enfrentadas pelos jovens que vivem em áreas rurais, principalmente as jovens nesses territórios. Também é evidente que o fenômeno dos jovens que não estudam nem trabalham é mais prevalente entre as mulheres do que entre os homens. Quanto ao processo de transição entre a educação e a entrada no mundo do trabalho, observou-se que ao longo do tempo ele se tornou mais complexo, envolvendo situações novas em comparação com períodos anteriores.

## **5 A JUVENTUDE COMO TEMA DE POLÍTICA PÚBLICA: PERSPECTIVAS DE ESPECIALISTAS DO BRASIL E DA COLÔMBIA**

### **5.1 INTRODUÇÃO**

A questão da juventude e sua inserção na agenda de políticas públicas está se tornando cada vez mais relevante nas sociedades, especialmente à medida que reconhecemos a diversidade de identidades dentro desse grupo. No entanto, as medidas e recursos dedicados ao cuidado e investimento na juventude variam amplamente entre os países, apesar de sua importância como parte fundamental de cada nação.

Várias políticas públicas foram implementadas para desenvolver o potencial da juventude e equipá-los com as ferramentas necessárias para melhorar suas condições e participação na cidadania. No entanto, na América Latina, esses desafios são agravados por mudanças temporais e pelo modelo econômico neoliberal<sup>15</sup> predominante na região, juntamente com a evolução dos paradigmas no tratamento da juventude discutidos anteriormente. Portanto, é crucial aprofundar a análise das políticas direcionadas à juventude para garantir que elas forneçam o apoio necessário para melhorar suas condições e oportunidades de participação cidadã. Isso envolve a diferenciação entre respostas específicas às preocupações governamentais e as iniciativas de políticas de Estado voltadas para os jovens, bem como a identificação daquelas que se mostraram eficazes nas políticas voltadas para a juventude.

Nesse contexto, este capítulo tem como objetivo apresentar as perspectivas de especialistas em juventude do Brasil e da Colômbia. Através dessas entrevistas, pretendemos aprofundar nossa compreensão sobre como a questão da juventude se tornou importante na agenda política desses países, destacando o papel fundamental desempenhado e ainda desempenhado pelos jovens no processo de concepção e desenvolvimento dessas políticas.

---

<sup>15</sup> O neoliberalismo é um modelo econômico e político baseado na eficácia do mercado livre e na mínima intervenção estatal na economia. Originou-se da modernização das ideias liberais do século XIX, caracterizado pela desregulamentação dos mercados, abertura comercial, redução do papel do Estado e promoção da concorrência e privatização das empresas estatais. Na América Latina, surgiu nos anos 80 como resposta à crise econômica e à dívida externa, promovido pelo Consenso de Washington, um conjunto de políticas e reformas econômicas formuladas como respostas à crise. Incluía disciplina fiscal, reformas fiscais, liberalização financeira, taxa de câmbio competitiva, liberalização comercial, investimento direto estrangeiro, privatizações, desregulação e direitos de propriedade. No entanto, sua aplicação variou na região, com diferentes intensidades e ritmos em cada país. Por exemplo, no Brasil e na Colômbia, consolidou-se nos anos 90, levando a sacrifícios da autonomia de política externa. No Brasil, buscou-se controlar a inflação através do Plano Real, com desafios como a crise asiática e o aumento das taxas de juro. Na Colômbia, incluiu liberalização comercial, privatização de empresas estatais e flexibilização do mercado de trabalho, resultando em crescimento econômico em alguns setores, mas também intensificando desigualdades econômicas e sociais, gerando controvérsias e protestos. (Bandeira, 2002; Estrada, 2006; Martínez; Reyes, 2012; Morales; Oliveira, 2016; Naím, 2000).

## 5.2 PROCESSO METODOLÓGICO

A seguir, apresentamos o processo de investigação, esclarecido por meio da explicação de algumas das informações que podem ser relevantes para a compreensão da metodologia empregada. Nesta seção, serão expostos os dados e as considerações analíticas referentes às informações desenvolvidas nos outros capítulos deste estudo. Como mencionado anteriormente, a abordagem metodológica da pesquisa é descritivo-qualitativa, sendo fundamental para compreender em profundidade o processo de elaboração e consolidação das políticas voltadas para a população jovem. Esse tipo de abordagem busca captar as perspectivas, experiências e opiniões dos atores envolvidos na formulação das políticas para a juventude, proporcionando uma visão mais completa de como essas políticas foram desenvolvidas e quais discursos as fundamentam.

O processo metodológico da pesquisa foi concebido e desenvolvido em dois momentos. Inicialmente, a pesquisa baseou-se em uma análise bibliográfica, facilitando a compreensão de uma questão complexa como o surgimento da juventude como um problema global e a sua integração às políticas sociais regionais. Por meio da revisão da literatura acadêmica e de fontes documentais relevantes, foi possível coletar dados, identificar tendências históricas e contrastar diferentes perspectivas sobre a questão. O vínculo entre o surgimento da juventude como um problema ou questão relevante a ser considerada e a sua inserção na agenda política e a formatação de políticas para a juventude em cada país da região é um elemento-chave. Assim, por meio da análise bibliográfica, buscou-se examinar como os países têm respondido às questões da juventude, quais abordagens têm adotado em termos de políticas públicas e como essas respostas têm variado de acordo com fatores culturais, econômicos e políticos.

No desenvolvimento dessa análise bibliográfica, foram considerados vários aspectos que resultaram na produção dos capítulos iniciais desta pesquisa. Nesse sentido, abordamos inicialmente a contextualização histórica, o que nos conduziu a explorar como e por que a percepção da juventude como um problema, a ser considerado por diferentes Estados, evoluiu ao longo do tempo. Identificamos momentos-chave e eventos históricos que influenciaram essa concepção.

Em segundo lugar, apresentamos a comparação do processo de desenvolvimento das políticas de juventude. Exploramos as abordagens adotadas por diferentes países da região em relação à inclusão de jovens em suas políticas sociais. Em terceiro lugar, consideramos o papel das organizações internacionais e o reconhecimento das contribuições teóricas dos atores acadêmicos envolvidos nos debates relacionados à formulação da agenda de políticas para a

juventude. Isso é levado em conta na estruturação das políticas, assim como os fatores transnacionais e as questões globais, como tecnologia, migração e desafios ambientais, que impactaram as políticas para a juventude em nível regional e nacional.

Um quarto aspecto a ser considerado é a participação dos jovens, analisando até que ponto as políticas sociais incorporaram a participação ativa dos jovens em sua concepção, implementação e avaliação. Isso considera sua capacidade de influenciar as decisões que os afetam e projeta possíveis tendências na relação entre os jovens como uma questão de agenda política e as políticas sociais. Também consideramos como as mudanças na dinâmica podem exigir adaptações nas estratégias governamentais.

Por outro lado, a segunda parte da pesquisa envolveu a realização de entrevistas semiestruturadas conduzidas com especialistas em juventude sobre o papel dos jovens no processo de concepção das Políticas Públicas de Juventude (PPJ). Os resultados apresentados neste texto decorrem de uma análise de conteúdo que revela a compreensão dos entrevistados e a partir da qual as categorias analíticas foram identificadas.

A entrevista constitui uma técnica amplamente empregada nas ciências sociais. De acordo com Farr (1982), essa técnica possibilita a descoberta de perspectivas e pontos de vista distintos dos do entrevistador. Nesse contexto, destaca-se o valioso papel dos acadêmicos na formulação de políticas públicas voltadas para a juventude. Tal relevância advém de suas contribuições por meio de pesquisas, análises e consultoria técnica. A participação dos acadêmicos revela-se fundamental na abordagem de questões complexas e na elaboração de estratégias embasadas em evidências. Essa colaboração possibilita atender de maneira mais eficaz às necessidades dos jovens. Portanto, é inegável o impacto positivo que a pesquisa qualitativa e a sinergia entre acadêmicos e formuladores de políticas exercem na construção de políticas públicas inclusivas e favoráveis à juventude.

Nesta pesquisa, adotou-se uma abordagem qualitativa com perspectiva descritiva, visando coletar dados diretos dos sujeitos envolvidos no processo de formulação de políticas públicas de juventude. Essa abordagem permitiu uma análise profunda e contextualizada do fenômeno, ressaltando sua estrutura e principais características. O objetivo principal consiste em fornecer uma base sólida para a tomada de decisões e a elaboração de políticas que atendam de maneira adequada às necessidades e demandas da juventude.

De maneira similar, considera-se que a entrevista é essencial para o desenvolvimento e compreensão das relações entre os atores sociais e suas situações, como afirmado por Bauer e Gaskell (2008). Sendo assim, a pesquisa contribui para o campo das políticas públicas voltadas para a juventude, esclarecendo os movimentos e escolhas dos valores e das ações de

especialistas em juventude que conseguiram colocar na agenda de seus países os problemas e desafios enfrentados por suas juventudes.

Com o propósito de atingir uma compreensão detalhada e uma descrição das experiências e conhecimentos provenientes dos principais atores envolvidos na formulação da agenda e na configuração de Políticas Públicas para a Juventude (PPJ), foram conduzidas um total de dez entrevistas semiestruturadas. Essas entrevistas abrangem especialistas em juventude que participaram tanto do meio acadêmico quanto da gestão pública na elaboração das PPJ sendo quatro provenientes do Brasil e quatro da Colômbia. Ademais, foram entrevistados dois especialistas com experiências em outros países da região. A escolha de incorporar esses dois acadêmicos fundamenta-se na intenção de realizar uma análise da situação na América Latina. Por essa razão, considerou-se valioso contar com uma amostragem empírica que envolvesse diversos contextos regionais.

A seleção dos entrevistados foi realizada por meio de um processo criterioso, que se baseou, sobretudo, na revisão bibliográfica, e também foi consultado o site da CLACSO<sup>16</sup> 2019-2022 GT: Infância e Juventude. Foram identificados e selecionados de maneira ponderada os atores que desempenharam um papel relevante no desenvolvimento das políticas em questão. Portanto, os participantes selecionados são especialistas em juventude com trajetória reconhecida, cuja experiência e conhecimento podem otimizar o estudo sobre os processos de construção e consolidação de políticas públicas de juventude em ambos os países. Para essa seleção, também utilizou-se a técnica de amostragem “bola de neve” e o critério de relevância no meio acadêmico. No quadro a seguir, apresenta-se a listagem da seleção geral de especialistas.

Quadro 30 - Lista de candidatos gestores e acadêmicos para entrevistas

	<b>Atores/Nome</b>	<b>Organização</b>	<b>País</b>
1	Natalia Lorena Pleniscar	Universidade Nacional do Pampa	Argentina
2	Dina Krauskopf	Consultora Internacional Juventude ONU CELAJU / CLACSO	Costa Rica
3	Ernesto Rodríguez	Diretor do Centro Latino-Americano de Juventude (CELAJU)	Uruguai
4	Pablo Vommaro	Instituto de Pesquisas Gino Germani. Universidade de Buenos Aires. CLACSO	Argentina
5	Gloria Lisbeth Graterol	Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM)	México
6	José Antonio Pérez Islas	Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM)	México
7	Sergio Balardini	FLACSO (Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais)	Argentina
8	Julio Bango	Diretor da Secretaria Nacional de Atenção.	Uruguai
9	Miriam Abramovay	Universidade de Ribeirão Preto. CLACSO	Brasil
10	Silvia Helena Simões Borelli	Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. CLACSO	Brasil

<sup>16</sup> Grupo de Trabalho GT: Infância e juventude. Disponível em: <https://www.clacso.org/grupos-de-trabajo/grupos-de-trabajo-2019-2022/>

11	Eliane Ribeiro Andrade	Professora da UNIRIO, atuando no Sistema de Monitoramento e Avaliação. Diretor SNJ (2012-2013)	Brasil
12	Paulo César Carrano	Observatório da juventude, UFF	Brasil
13	Reginaldo Lázaro de Oliveira Lopes	Frente Política Parlamentar da Juventude da Câmara dos Deputados	Brasil
14	Helena Abramo.	Coordenadora Geral de Políticas Sociais da SNJ	Brasil
15	Regina Novaes	Director Adjunta SNJ	Brasil
16	Maria Virgínia de Freitas	CONJUVE. Vice-presidente SNJ 2005-2009	Brasil
17	Severine Macedo	Secretaria Nacional da Juventude	Brasil
18	Danilo Moreira	Secretaria Nacional da Juventude	Brasil
19	Sara Victoria Alvarado Salgado	Coordenadora da Rede Ibero-Americana de Pós-Graduação em Infância e Juventude, REDINJU. CLACSO	Colômbia
20	Germán Muñoz	Centro de Estudos Avançados em Infância e Juventude do CINDE e da Universidade de Manizales. CLACSO	Colômbia
21	Álvaro Díaz Gómez	Universidade Tecnológica de Pereira. CLACSO. Subjetividade Política, Juventude.	Colômbia
22	Armando Estrada Villa	Autor do projeto de lei 375 de 199. Senador	Colômbia
23	Diana Teresita Espinosa	Vice-presidente de assuntos de treinamento da mesma organização. (Pacto Global RED Colômbia)	Colômbia
24	Yuri Chillan Reyes	Vice-Ministro da Juventude Gob Samper 1994-1998	Colômbia
25	Dulfary Calderón S.	Cientista político da Universidade Nacional da Colômbia.	Colômbia
26	Julio César Orozco O.	Secretário de Juventude Medellín / Diretor Antioquia Jovem	Colômbia
27	Claudia Mejía Betancur	Cientista Político pela Universidade EAFIT	Colômbia
28	Fulvia Márquez V.	Consultora independente en juventud y políticas públicas	Colômbia
29	Yuri Chillan Reyes	Viceministro de la Juventud (1998)	Colômbia
30	Ralf Dillmann Trau.	Colômbia Jovem	Colômbia

Fonte: Elaboração própria.

O método da “bola de neve” é uma estratégia que possibilita o progressivo acúmulo de participantes com base nas recomendações dos entrevistados anteriores. Segundo Julia Lynch “Este método de construção de amostra amplia o acesso aos entrevistados, visto que não requer contatos diretos, podendo ser utilizado em conjunto com outras formas de amostragem intencional, de conveniência ou até mesmo aleatória, em adição à bola de neve” (Lynch, 2013, p. 42).

No nosso contexto, a escolha dessa técnica mostrou-se adequada, uma vez que se revelou mais eficaz no estabelecimento de contato com os entrevistados por meio de indicações do que através de abordagens diretas. Por exemplo, para a seleção dos participantes, primeiro foi enviado um convite por e-mail a seis especialistas do Brasil, da Colômbia e da América Latina, de acordo com a lista acima. Este foi um processo que durou meses, alguns e-mails foram respondidos e as respectivas reuniões foram marcadas. Outros convites também foram recebidos, mas, devido a problemas de agenda dos especialistas, não foi possível realizar as entrevistas. É nesse ponto que a estratégia “bola de neve” foi importante para o nosso processo, como foi o caso da professora Sara Victoria Alvarado, que, embora não tenha podido participar, sugeriu outros nomes a serem considerados para o estudo. Da mesma forma, a professora Fulvia Márquez indicou o professor Julio Cesar Orozco. A professora Eliane Ribeiro nos forneceu os

dados de contato dos professores Severine Macedo e Danilo Moreira. A professora Dulfary Calderón nos indicou o professor Edwin Ruiz. Assim, uma vez completado o número da amostra, encerramos o processo de entrevistas.

Para a análise das informações coletadas nas entrevistas, optou-se pelo uso da análise de conteúdo (AC), devido à sua capacidade de aprofundar a compreensão das experiências e narrativas dos participantes. Dessa forma, é possível desvendar a estrutura e o desenvolvimento das políticas públicas de juventude em ambos os países. Através dessa técnica, torna-se viável identificar padrões, temas recorrentes e formas de expressão que têm favorecido o crescimento e o desenvolvimento dos jovens como titulares de direitos nos dois contextos. Laurence Bardin define a análise de conteúdo como um conjunto de técnicas empregadas para analisar as comunicações, por meio de procedimentos sistemáticos e objetivos, visando a descrição do conteúdo das mensagens. Ela salienta que a análise de conteúdo não é um instrumento único, mas sim um conjunto variado de ferramentas adaptáveis a diversos contextos comunicativos. Segundo Bardin “Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações” (Bardin, 2016, p. 48).

O propósito deste estudo é realizar inferências acerca do conhecimento relacionado às mensagens por meio de indicadores específicos que permitam compreender e extrair significados relevantes dos dados analisados. Em sua essência, a análise de conteúdo visa desvendar informações implícitas ou explícitas presentes nas mensagens analisadas, proporcionando uma base para a compreensão e interpretação dos fenômenos comunicativos dentro de um contexto específico. Neste caso, estamos focando na concepção das políticas públicas de juventude. De acordo com Bardin (2016), a análise de conteúdo é subdividida em três fases distintas, cada uma correspondendo a um momento específico do processo: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

Inicialmente, a pré-análise representa a etapa inaugural do processo. Seu intuito é operacionalizar e sistematizar as ideias iniciais a fim de desenvolver um esquema preciso que viabilize a execução das etapas analíticas. Esta fase é composta por atividades iniciais, distintas da exploração sistemática dos documentos. Conforme Bardin (2016), as principais atividades da pré-análise incluem: leitura “flutuante”; seleção dos documentos; formulação de hipóteses e objetivos; identificação dos índices e criação de indicadores; e preparação do material, como pode ser observado no quadro a seguir.

<b>Atividades</b>	<b>Descrição</b>
a) leitura “flutuante”	Estabelece-se o contato inicial com os documentos a serem analisados, permitindo obter impressões e orientações acerca do material. Gradualmente, a leitura “flutuante” torna-se mais precisa à medida que surgem hipóteses e teorias relacionadas ao conteúdo.
b) A escolha dos documentos	O universo de documentos destinados à análise pode ser determinado antecipadamente com base nos objetivos. Pode ser definido em primeiro lugar, e os documentos são selecionados para fornecer informações relevantes. É de suma importância estabelecer um corpus seguindo regras como exaustividade, representatividade e homogeneidade.
c) A formulação das hipóteses e dos objetivos	As hipóteses são suposições provisórias que serão verificadas durante a análise, enquanto os objetivos representam a finalidade geral do estudo. Algumas análises podem ser conduzidas sem hipóteses pré-definidas, utilizando procedimentos exploratórios.
d) A referenciação dos índices e a elaboração de indicadores	Índices relevantes nos textos a serem analisados são identificados e, a partir deles, elaboram-se indicadores para medir características importantes para a análise. Os indicadores são testados e preparados para facilitar a manipulação durante a análise.
e) A preparação do material	Antes da análise propriamente dita, o material coletado deve ser preparado, podendo incluir a transcrição de entrevistas gravadas, recorte de artigos de imprensa ou anotações em fichas. Essa preparação facilita o manuseio do material durante a análise, especialmente quando se utiliza tratamento tecnológico.

**Fonte:** Elaboração própria. Tomado de (Bardin, 2016, P. 125–132).

Em segundo lugar, entra em cena a fase de “exploração do material”, na qual o conteúdo coletado é minuciosamente examinado. Nesse ponto, as técnicas e procedimentos de análise, definidos durante a pré-análise, são aplicados para extrair dados relevantes e significativos. É nesse estágio que as informações são codificadas e agrupadas em categorias ou redes temáticas, facilitando a identificação das principais tendências e características.

Na sequência, a terceira fase engloba o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. Nessa etapa, as categorias e redes temáticas identificadas são analisadas para se chegarem a conclusões significativas. As inferências baseiam-se em indicadores previamente estabelecidos, o que conduz à interpretação dos resultados obtidos. Esta fase desempenha um papel crucial ao conferir sentido aos dados e permitir a formulação de conclusões substanciais, contribuindo para o conhecimento no âmbito da área de estudo.

Assim sendo, as fases da análise de conteúdo encontram-se integradas de maneira sequencial e criteriosa, a fim de se alcançarem resultados rigorosos e significativos a partir do material analisado (Bardin, 2016).

### 5.3 UMA ABORDAGEM PARA O DESENVOLVIMENTO DA ANÁLISE DE CONTEÚDO.

#### 5.3.1 Fase de pré-análise

Esta seção do estudo corresponde ao que chamamos de segundo momento da investigação, em que foi proposta uma fase empírica que assume a forma de entrevistas. O método de Análise de Conteúdo utilizado neste ápice permitiu uma análise a partir de deduções extraídas dos conteúdos produzidos a partir da participação dos principais atores envolvidos na construção, aplicação e liderança de políticas públicas e governamentais relacionadas à juventude.

O primeiro momento desta pesquisa contribui e permite estruturar a fase de pré-análise, uma vez que esta etapa se concentra na organização e sistematização das primeiras ideias e é composta por cinco etapas conforme o método proposto por Bardin (2016).

Desta forma, depois de concluída a primeira fase através da leitura flutuante, procedeu-se à segunda fase que envolveu a criteriosa seleção dos documentos que serão submetidos à análise. Entendemos por corpus “um conjunto de dois documentos levados em consideração para serem submetidos aos procedimentos analíticos. Sua constituição implica, muitas vezes, escolhas, seleções e retornos” (Bardin, 2016, p. 126).

Assim, a seleção de documentos que se apresenta corresponde também à pesquisa bibliográfica realizada para apoiar o desenvolvimento dos capítulos iniciais, como já foi mencionado. Conforme Oliveira (2013), por meio da pesquisa bibliográfica, informações relevantes e fundamentadas são obtidas diretamente das fontes citadas. Num primeiro momento, foram determinadas as fontes e documentos necessários ao estudo, com o objetivo de mapear e compreender as trajetórias percorridas na construção da configuração das políticas de juventude em organismos internacionais.

Para conduzir esta pesquisa, foram principalmente utilizadas bibliotecas e acervos digitais, especialmente da ONU, CEPAL e UNESCO, além dos principais buscadores, como o Google Acadêmico, Scopus, Jornais Capes e as bases de dados mais comumente usadas na área socioeducacional. Esses recursos forneceram uma base teórica e documental sólida para o desenvolvimento deste estudo.

Ademais, as fontes foram devidamente registradas por meio da elaboração de uma planilha Excel com uma lista suspensa, contendo as seguintes informações em colunas: 1) Pasta; 2) Autores; 3) Título; 4) Origem da publicação; 5) Ano publicação; 6) Tipo de publicação; 7) Referência. Todos os documentos foram arquivados em pastas digitais à medida que eram coletados, através da criação de uma biblioteca digital no aplicativo de gestão de referências bibliográficas (Zotero). A organização dos documentos em pastas facilitou sua categorização e gerenciamento. Conforme destacado por Pimentel (2001), a organização do material envolve a análise do conteúdo da leitura e o uso de técnicas como arquivamento, contagem e análise de

palavras e tópicos relevantes, além da criação de códigos e rótulos para facilitar o rastreamento e gerenciamento dos dados.

Quadro 32 - Organização dos documentos usados na pesquisa

Pastas	
Resoluções Convenções	ONU Resoluções;
	Conferência Ibero-Americana de Ministros da Juventude
	Declarações da OEA
Normativa de Juventude na Ibero-America	Documentos Legais: Brasil - Colômbia
Ano Internacional da Juventude	
Convenções Juventude	Eventos Juventude
	Movimentos Juventude
Juventude e Políticas Públicas	Dados estatísticos sobre juventude (Excel)
Conceito de juventude	Revistas de juventude
Documentos da CEPAL	Documentos Políticas Públicas
Juventude Sul-Americana	Metodologia de Pesquisa

**Fonte:** Elaboração própria.

Em terceiro lugar, foram formuladas as hipóteses e objetivos que nortearam a posterior análise e redação dos capítulos subsequentes deste estudo. Nesse estágio do processo, houve uma revisão e adaptação das hipóteses e objetivos da pesquisa. Foi também elaborado um esboço preliminar para traçar um roteiro que permitisse a estruturação do documento final.

Em quarto lugar, realizou-se a referência bibliográfica após uma leitura minuciosa, antecedendo assim o desenvolvimento de índices e indicadores. Os índices correspondem aos termos, palavras e expressões destacados na leitura, enquanto sua frequência é denominada indicador. Dessa forma, foram estabelecidos índices e indicadores essenciais para a interpretação e obtenção de resultados significativos em nosso estudo. Essa etapa foi crucial para estabelecer os fundamentos metodológicos e conceituais necessários para uma análise minuciosa e eficaz.

Nesse ponto, a abundante informação coletada foi utilizada para elaborar o roteiro de entrevista e compilar uma lista de especialistas em juventude que poderiam ser entrevistados. Nos anexos, é apresentada uma lista filtrada de possíveis especialistas a serem contatados. O roteiro de entrevista foi elaborado não apenas como um guia, mas suas perguntas foram cuidadosamente formuladas para refletir os objetivos e hipóteses de nossa pesquisa (Gaskell, 2008; Lima, 2016; Minayo, 2012; Rocha, 2021).

Essas questões também nos permitiram estruturar categorias, o que se mostrou muito útil durante a análise subsequente. Dessa forma, avançamos para uma investigação sistemática, apoiada por uma seleção de indicadores e um roteiro de entrevista taticamente planejado para

responder aos objetivos de nosso estudo. Para mais detalhes sobre este assunto, consulte o anexo intitulado “Roteiro de entrevista.”

As categorias foram desenvolvidas posteriormente, após uma intensa leitura e análise dos documentos resultantes da pesquisa bibliográfica, e o título de cada categoria foi definido após agrupamento por assunto, a partir das pastas criadas para sua organização. Foram elaboradas oito categorias, levando em consideração os aspectos temáticos das políticas públicas de juventude. As categorias e subcategorias desenvolvidas estão apresentadas no quadro seguinte:

Quadro 33 - Categorias e subcategorias de análise.

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>
C1: Perfil Especialistas	Sc1: Experiência com juventudes
C2: Interesse Juventude	Sc2: Interesse Juventude
C3: Redes de Juventude	
C4: Organizações multilaterais	
C5: Participação dos Acadêmicos	Sc5.1: Participação acadêmica
C6: Agenda Política	Sc6.1: Conceitos gerais sobre PPJ. Sc6.2: Atores e processos no gerenciamento de PPJ Sc6.3: Estrutura Institucional e Temática das PPJ. Sc6.4: Problemas no gerenciamento do PPJ
C7: Formulação, Construção de Políticas	Sc7.1: Formulação e gerenciamento de PPJ Sc7.2: Atores na implementação de PPJ. Sc7.3: Problemas no gerenciamento de PPJ Sc7.4: Perspectivas sobre a Juventude
C8: Papel, Participação dos Jovens na Construção de PPJ	Sc8.1: Participação Juvenil Sc8.2: Organização Juvenil Sc8.3: Violência e Vulnerabilidade Sc8.4: Institucionalidade

**Fonte:** Elaboração própria.

O objetivo da categorização foi estabelecer fronteiras, por vezes sutis, entre os temas abordados, com a finalidade de atender ao princípio da exclusão, onde cada elemento é atribuído a apenas uma categoria (Bardin, 2016).

### 5.3.2 Fase de preparação de materiais.

Após a realização das entrevistas, procedeu-se à digitalização e edição das gravações. Nesse processo, incorporamos notas de rodapé para complementar as informações fornecidas pelos entrevistados, principalmente quando mencionam dados que poderiam ser de seu conhecimento, como nomes de instituições, personagens, eventos e relatos históricos. Essas anotações foram de grande ajuda para enriquecer o conteúdo e facilitar uma compreensão mais completa das entrevistas.

Na fase imediata, denominada “a exploração do material”, segundo Bardin (2016), procedeu-se à reorganização das informações por meio da aplicação de códigos e, posteriormente, estabeleceram-se as categorias pertinentes. É importante ressaltar que, para realizar este processo, utilizamos o software Atlas.ti. Uma vez dentro do programa, passamos a inserir as transcrições das entrevistas e criamos uma série de códigos.

Com um esquema previamente definido para as categorias a serem utilizadas, procedeu-se à seleção e organização dos índices ou códigos em grupos para análise. O software possui uma função chamada “*code groups*” que permite organizar os códigos em uma rede semântica, proporcionando uma visualização geral dessas categorias. Nesta primeira análise, foram gerados um total de 85 índices ou códigos, que podem ser consultados no quadro a seguir:

Quadro 34 - Primeiros índices ou códigos criados durante a pré-análise

Códigos categoria 1		Códigos categoria 2		Códigos categoria 3	
Sc.1	Experiência em Gestão pública	Sc.2	Interesse Juventude	Conectivos juvenis	
Sc.1	Experiência profissional	Sc.2	Interesse circunstancial	Organismos associativos	
Sc.1	Experiências em Instituições de Juventude	-	Assessorias Gestor Público	Rede de Observatórios	
-	Formação acadêmica	-	Enfoque multidisciplinar	Redes de Acadêmicos	
-	Pesquisa / Grupos de pesquisa			Redes de Juventude	
				Redes locais	
Códigos categoria 4		Códigos categoria 5		Códigos categoria 6	
Fortalecimento de políticas		Sc.5.1	Papel e importância da Academia nas PPJ	Sc.6.1	Políticas públicas
Organismos Multilaterais		Sc.5.1	Participação acadêmica Academia	Sc.6.1	Orçamentos, financiamento
Pesquisas nacionais de juventude		-	Terceiro imparcial	Sc.6.1	Políticas centrais para juventude
Rede Ibero-Americana de Juventude				Sc.6.1	Políticas implícitas e explícitas
Códigos categoria 7				Sc.6.1	Problema público
Sc.7.1	Construção, formulação de Políticas	Sc.7.3	Potencial rebelde nas PPJ	Sc.6.2	Atores envolvidos nas PPJ
Sc.7.1	Importância das PPJ	Sc.7.3	Falta de credibilidade nas PPJ	Sc.6.2	Burocratas de rua
Sc.7.1	Necessidade de abordagem integral	Sc.7.3	Clientelismo	Sc.6.2	Implementação de políticas
Sc.7.1	Plano de gestão	Sc.7.4	Jovem Sujeito de direitos	Sc.6.2	Negociação Política
Sc.7.2	Capacitação dos implementadores de PPJ	Sc.7.4	Agente em condição juvenil	Sc.6.3	Conferências NJ
Sc.7.2	Acompanhamento nas PPJ	Sc.7.4	Atores de desenvolvimento estratégico	Sc.6.3	Atualização da PPJ
Sc.7.2	Duração e avaliação das PPJ	Sc.7.4	Jovens vistos como sujeitos perigosos	Sc.6.3	Agenda Política
Sc.7.2	Criação da institucionalidade	Sc.7.4	Jovens vistos como sujeitos para guerra	Sc.6.3	Abrangência da PPJ
Sc.7.2	Participação dos Atores	Sc.7.4	Definição Juventude	Sc.6.3	Enfoques transversais da PPJ
Códigos categoria 8				Sc.6.3	Lei da juventude
Sc.8.1	Baixa participação juvenil	Sc8.2	Organização Juvenil	Sc.6.3	Saúde mental como problema público
Sc.8.1	Participação Juvenil	Sc8.2	Mobilizações sociais	Sc.6.3	Temas relevantes nas PPJ
Sc.8.1	Protagonismo juvenil	Sc8.2	Movimento estudantil	Sc.6.4	Problemas das PPJ
Sc.8.1	Participação Política dos jovens	Sc8.2	Política de repressão	Sc.6.4	Políticas de papel
Sc.8.1	Jovens pesquisando jovens	Sc8.3	Preparação da juventude	Sc.6.4	Desarticulação nas políticas
		Sc8.3	Violência / Vulnerabilidade		
		Sc8.3	Juventude negra		
		Sc8.3	Necropolítica	Sc.6.4	

Sc.8.1	Casas/Clubes de Jovens	Sc8.3	Juvenicídio	Sc.6.4	Programas educacionais Projeção das PPJ Juventude em risco
Sc.8.1	Conselhos/mesas de juventude	Sc8.4	Institucionalidade	Sc.6.4	
Sc.8.1	Estallido social	Sc8.4	Políticas locais e nacionais		
		Sc8.4	Tripé		

Fonte: Elaboração Própria.

A organização dos grupos de códigos corresponde às categorias estabelecidas, resultando em um total de oito grupos. Nesse sentido, classificamos os códigos dentro do grupo de códigos com base em sua aproximação e relevância. Ao revisar os resultados, verificamos que alguns códigos apresentaram menor frequência e ocorrência em determinados relatórios, portanto, decidimos agrupá-los em pré-categorias semelhantes que surgiram durante a análise e os identificamos com o prefixo (Sc) como forma de distinção, como mostra o quadro 34. Além disso, identificamos que alguns códigos pertencem a várias redes, o que pode ser observado nos respectivos gráficos dos grupos de códigos ou categorias.

Posteriormente, passamos a revisar o agrupamento e organização desses códigos em subcategorias e realizamos uma nova codificação para finalmente estabelecer 35 índices ou códigos, que são apresentados no quadro a seguir.

Quadro 35 - Índices (códigos) criados durante a pré-análise

Academia Terceiro imparcial	Experiência com Juventude	Organização Juvenil	Rede de Observatórios
Consultorias Gestor Público		Participação acadêmica	Rede Ibero-Americana de Juventude
Atores e processos no gerenciamento de PPJ	Formação acadêmica	Participação Juvenil	Redes de Acadêmicos
Atores na implementação de PPJ.	Formulação e gerenciamento de PPJ	Perspectivas sobre a Juventude	Redes de Juventude
Conceitos gerais sobre PPJ	Fortalecimento de políticas	Pesquisa / Grupos de pesquisa	Redes locais
Conectivos juvenis	História das PPJ	Pesquisas nacionais de juventude	Sistema Institucional
Desafios na formulação das PPJ	Informações gerais		Vinculação Acadêmica
Enfoque multidisciplinar	Interesse Juventude	Políticas de papel	Violência e Vulnerabilidade
Estrutura Institucional e Temática das PPJ.	Organismos associativos	Pressão juvenil	
	Organismos Multilaterais	Problemas no gerenciamento do PPJ	

Fonte: Elaboração Própria.

#### 5.4 TRATAMENTO DOS RESULTADOS, INFERÊNCIA E INTERPRETAÇÃO.

A fase da juventude é um período crucial no desenvolvimento das pessoas, marcada por mudanças significativas em diversos aspectos, como físico, emocional, social e cognitivo. Nessa fase, os indivíduos constroem suas identidades, adquirem competências e tomam decisões que moldam seu futuro.

Trabalhar com jovens implica promover sua participação ativa nas decisões que impactam suas vidas, fornecer educação de qualidade, garantir acesso a serviços de saúde, criar

oportunidades de emprego e empreendedorismo, e assegurar o respeito pelos seus direitos humanos. Investir no desenvolvimento e bem-estar dos jovens não apenas garante um futuro promissor para eles, mas também beneficia gerações futuras e contribui para o progresso da sociedade como um todo. Ao analisar as entrevistas, é importante reconhecer o papel central dos participantes. Embora um roteiro tenha sido utilizado para estruturar as entrevistas, cada participante desempenhou um papel fundamental. As conversas foram moldadas pelas experiências individuais de cada entrevistado, com espaço para a linguagem deles emergir dentro do contexto de interação.

Portanto, este trabalho de campo teve como objetivo compreender a subjetividade e as perspectivas individuais de cada participante em relação à juventude. Buscamos capturar suas experiências pessoais e profissionais, explorando as complexidades e nuances envolvidas na elaboração de políticas públicas para jovens. É essencial observar que nosso objetivo não foi generalizar ou chegar a conclusões definitivas, mas sim contextualizar as experiências à luz de eventos históricos e sociais, identificando padrões, temas recorrentes e significados compartilhados.

Conforme Daniel Bertaux, “Para narrar bem uma história e preciso delimitar os personagens, deslizar suavemente as relações recíprocas, explicar suas razões de agir, deslizar contextos dos contextos de ações e inconscientes e até mesmo formular julgamentos (aparelhos) sobre as ações e os atores.” (Bertaux, 2010, p. 47).

Nesse sentido, para apresentar de forma organizada a análise das conversas realizadas com especialistas em juventude e políticas públicas, vamos delimitar os personagens, descrever suas relações mútuas, explicar suas motivações para agir, descrever os contextos em que as ações são realizadas, as ações e interações, e até mesmo fazer interpretações ou avaliações sobre as ações e os próprios atores. O objetivo é ressaltar a relevância desses elementos narrativos na construção de uma história eficaz e envolvente. Tais elementos auxiliam os leitores a compreender e se conectar com as personagens e acontecimentos, conferindo uma experiência mais abrangente e significativa.

#### **5.4.1 Apresentando os participantes:**

Ao analisarmos a trajetória de cada um dos participantes, é possível confirmar a relevância dos especialistas no campo das políticas públicas de juventude. No quadro a seguir, apresenta-se a relação dos intelectuais que foram entrevistados.

Quadro 36 - Especialistas em juventude entrevistados

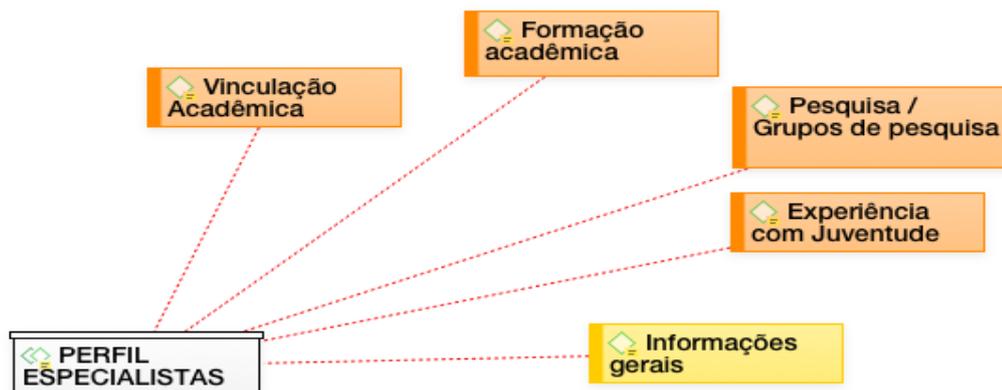
	<b>Entrevistado</b>	<b>Instituição</b>	<b>Ator</b>	<b>País</b>
<b>1</b>	Eliane Ribeiro Andrade	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro-UNIRIO	Acadêmico	Brasil
<b>2</b>	Danilo Moreira	Secretaria de educação Maranhão – Subsecretário	Político	Brasil
<b>3</b>	Severine Carmen Macedo	Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ.	Político	Brasil
<b>4</b>	Paulo Cesar Rodrigues Carrano	Universidade Federal Fluminense	Acadêmico	Brasil
<b>5</b>	Álvaro Díaz Gómez	Universidade Tecnológica de Pereira	Acadêmico	Colômbia
<b>6</b>	Germán Muñoz González	Cinde	Acadêmico	Colômbia
<b>7</b>	Dulfary Calderón Sánchez	Universidade Católica de Colômbia	Político	Colômbia
<b>8</b>	Julio César Orozco Ospina	Jóvenes por la vida-Antioquia Joven	Político	Colômbia
<b>9</b>	Glória Lisbeth Graterol Acevedo	Universidade Nacional Autónoma de México UNAM	Acadêmico	México Venezuela
<b>10</b>	José Antonio Pérez Islas	Universidade Nacional Autónoma de México UNAM	Acadêmico	México

**Fonte:** Elaboração própria.

Além de uma sólida formação, expertise e experiência nesse âmbito, os intelectuais em juventude possuem uma ampla, interessante e pertinente produção acadêmica direcionada à temática da juventude, políticas públicas e outros aspectos relacionados. Essa rica bagagem proporciona uma diversidade de perspectivas e áreas de aprofundamento, por meio das quais esses especialistas enriquecem o estudo e a promoção de políticas voltadas para a juventude.

Nesse sentido, estruturou-se a categoria “perfil especialistas.” Esta categoria refere-se aos intelectuais que influenciam e participam do processo de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas de juventude. Isso inclui atores governamentais e não governamentais que desempenham papéis importantes no cenário político e administrativo. Como já mencionado, os especialistas entrevistados possuem experiência na área de gestão pública e acadêmica.

Figura 2: Categoria Perfil dos especialistas



O professor Germán Muñoz, tem uma formação acadêmica abrangente, incluindo um mestrado em Comunicação e Educação do Institut Du Langage, um PhD da Ecole Des Hautes Etudes en Sciences Sociales, e um Doutorado em Ciências Sociais, Infância e Juventude do CINDE e da Universidade de Manizales. Atualmente, ele é o diretor do Mestrado em Comunicação, Educação e Cultura na Universidade Minuto de Dios, UNIMINUTO. Além disso, ele é professor e pesquisador no doutorado em Ciências Sociais, Infância e Juventude na Universidade de Manizales e no CINDE, onde lidera a pesquisa sobre “Jovens, culturas e poderes.” Essas pesquisas abordam questões relevantes, como necropolítica e juvenicídio na Colômbia e na América Latina. Anteriormente, o professor Muñoz também esteve associado ao doutorado em educação da Universidade Distrital Francisco José de Caldas, em Bogotá. Ele tem uma ampla experiência e atuou como assessor de políticas de juventude no Distrito de Bogotá de 2004 a 2013, entre outros cargos e instituições relevantes.

O Professor Álvaro Díaz, possui formação em Psicologia pela Universidade INCCA da Colômbia e doutorado em Ciências Sociais, Infância e Juventude pela Universidade de Manizales - CINDE. Ele é professor titular na Universidade Tecnológica de Pereira, onde leciona nos programas de Doutorado em Educação e Didática, além de realizar pesquisas no mestrado em educação. Suas pesquisas contribuíram para a compreensão do conflito armado no Departamento de Risaralda, focando nas contribuições dos Sujeitos Políticos Contra-hegemônicos no período de 2019 a 2021. Ele também investigou o impacto do Laboratório

Educacional para a Paz na formação de sujeitos políticos, enfatizando seu potencial para capacitar agentes comprometidos com a mudança social. Anteriormente, lecionou na Universidade Católica de Pereira e na Universidade Nacional da Colômbia, em Manizales.

O Professor Julio César Orozco, é graduado em Comunicação Social e Jornalismo pela Universidade de Antioquia, com formação em Direito pela Universidade de Medellín e um mestrado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Bolivariana. Ele é o diretor do programa Jovens pela Vida (Antioquia Jovem) e contribuiu para o desenvolvimento de políticas, planos e programas de juventude na Secretaria de Juventude de Medellín e no Departamento de Infância, Adolescência e Juventude do Governo de Antioquia. Além disso, atuou como professor na Faculdade de Comunicação da Universidade de Antioquia e foi editor do Plano Estratégico Juvenil de Medellín e da coleção Dicionários Mutantes da Juventude.

A professora Dulfary, é cientista política pela Universidade Nacional da Colômbia, com mestrado em Gestão e Políticas Públicas da Universidade do Chile, onde se destacou na área de Gestão Institucional. Ela também possui um Doutorado em Ciência Política e Relações Internacionais pela Universidade Complutense de Madrid. Atualmente, exerce a função de coordenadora geral do Observatório de Políticas Públicas Territoriais (OSEPP) na Faculdade de Governo e Relações Internacionais da Universidade Santo Tomás de Bogotá, onde leciona e lidera a pesquisa na área de “Governança e instituições públicas.” Dulfary é membro do grupo de pesquisa “Governo e Relações Internacionais” (Gegri) e possui experiência prévia como funcionária pública no Instituto Distrital de Proteção à Infância e Juventude (IDIPRON) em Bogotá.

Eliane Ribeiro, formou-se em Jornalismo pela Universidade Estácio de Sá (UNESA) e em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Possui especialização em Programas Sociais e Educacionais pelo International Development Research Center (IDRC), mestrado em Educação pelo Instituto de Estudos Avançados em Educação da FGV (IESAE) e doutorado em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil. Realizou pós-doutorado em sociologia no Grupo de Pesquisa Estudos Urbanos e Geracionais, vinculado ao Departamento de Sociologia da Universidade de La República, Uruguai. Foi Professora Convidada do Diploma Juvenil no Mestrado em Sociologia da Universidade de La República (UDELAR), Uruguai, e atuou como Coordenadora da Estação Supervisionada do Curso de Ciências Sociais da UNIRIO. Atualmente, é professora na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), lecionando nas áreas de Políticas Públicas para Educação e Juventude, Sociologia da Educação e Juventude, Educação de Jovens e Adultos e Educação Popular. Eliane também teve experiência de ensino em instituições como a Universidade

Federal da Bahia (UFBA), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade de La República (UDELAR), Uruguai, e na Fundação SM, Espanha. Ela colaborou com o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), Brasil, e atuou como consultora sênior da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), Brasil, entre outras organizações. No período de 2012 a 2013, ocupou o cargo de diretora da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), Brasil.

Danilo Moreira, é engenheiro elétrico pela Escola Técnica Estadual de Feira de Santana e historiador pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Ele foi diretor do Centro de Estudos e Memórias da Juventude (CEMJ) e envolveu-se com a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a União da Juventude Socialista (UJS). A partir de 2003, concentrou-se em políticas públicas de juventude. Em 2005, tornou-se membro da Secretaria Nacional de Juventude e do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), ocupando diversos cargos. Também foi assessor da Comissão Especial da Juventude na Câmara dos Deputados e representou o Brasil em várias instâncias internacionais. Entre 2007 e 2010, atuou como secretário adjunto da Secretaria Nacional de Juventude, vinculada à Presidência da República.

Professora Severine Macedo, é graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS). Possui Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Estado do RJ (UNIRIO) e Doutorado pelo PPGEdU/UNIRIO. Ela é membro do Grupo de Pesquisa Juventude: Políticas Públicas, Processos Sociais e Educação, com experiência em Políticas Públicas, Educação, com foco no Ensino Médio, juventude rural, agricultura familiar, gestão pública e avaliação de políticas públicas. Entre 2011 e 2014, integrou o Conselho Nacional da Juventude – CONJUVE. Participou do Conselho Nacional da Juventude como representante jovem da FETRAF (Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar). Foi a Conselheira mais jovem daquela primeira composição do Conselho que se iniciou em 2005. Atuou como Secretária Nacional de Juventude na Secretaria Geral da Presidência da República SNJ/SG/PR. Também teve uma passagem pela Organização Ibero-Americana da Juventude - OIJ (2012/2014) e foi encarregada de Ações Territoriais na Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário- MDA. Ela participou da Rede Mercocidades de Cooperação Sul-Sul (RMCSS) no Uruguai. Atualmente, Severine é funcionária pública da Prefeitura Municipal de Niterói, onde supervisionou o Pacto Niterói contra a Violência, desempenhando papéis como Subcoordenadora do Núcleo de Gestão Estratégica do NGE e Subsecretária de Avaliação e Gestão da Informação de Políticas Públicas na Secretaria de Planejamento, Organização e Modernização da Gestão - SEPLAG.

Professor Paulo Cesar Rodrigues Carrano, graduou-se em Educação Física e Esportes pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Possui especialização em Educação e Reeducação Psicomotora pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ. É mestre e doutor em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e realizou pós-doutorados no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal, e na Universidade de São Paulo, Brasil. Atualmente, é professor na Universidade Federal Fluminense, na Faculdade de Educação, Departamento de Sociedade, Educação e Conhecimento, e leciona no programa de pós-graduação em Educação, com foco na linha de pesquisa Intelectuais, Juventude e Educação Democrática (IJED). É bolsista de Produtividade do CNPq e faz parte da Diretoria da Associação Nacional de Pesquisas (ANPEd). Anteriormente, trabalhou na Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SME/RJ), onde combinou a docência em Educação Física com cargos de gestão e avaliação. Também participou do Comitê Científico da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), no Brasil.

Professora Glória Graterol, formou-se em Pedagogia na Universidade Central da Venezuela. Possui especialização em Serviços de Informação Juvenil e Informação ao Cidadão pela Universidade de Salamanca, com apoio da Organização Ibero-Americana da Juventude e do Instituto Espanhol da Juventude. Realizou estágios de pesquisa no desenho de políticas territoriais para a juventude no Instituto Latino-Americano e Caribenho de Planejamento Econômico e Social (ILPES) da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) em Santiago do Chile (2013) e na Organização Ibero-Americana da Juventude (OIJ), Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB) em Madrid, Espanha (2009). É mestra e doutora em Estudos Latino-Americanos, Diversidade Cultural e Complexidade Social pela Universidade Autônoma de Madri. Coordena o Seminário Interinstitucional de História da Juventude (SIHJ) e leciona na Licenciatura em Pedagogia da Universidade Aberta e Sistema de Educação a Distância (SUAYED) da Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM), onde coordena o projeto PAPIME: Educação social e juventude: ferramentas teórico-práticas para educadores na concepção de projetos em ambientes não escolares.

Professor José Antonio Pérez Islas, é bacharel e mestre em Sociologia pela Universidade Ibero-americana e doutor em Estudos Sociais pela UAM-Línea de Estudos Trabalhistas. Possui especialização em Políticas de Juventude pela Organização das Nações Unidas (ONU). Trabalhou internacionalmente como consultor para a UNESCO, OIJ e CEPAL. Ocupou vários cargos públicos, incluindo Diretor do Centro de Pesquisas e Estudos sobre a Juventude (CIEJ) e Diretor da Revista Jovens do Instituto Mexicano da Juventude (IMJ) de 1996 a 2006. Dirigiu projetos nacionais e internacionais na área de juventude e políticas públicas e coordenou as

Pesquisas Nacionais da Juventude 2000 e 2005. Atualmente, é Coordenador do Seminário de Pesquisas da Juventude e professor de pós-graduação na Escola Nacional de Serviço Social da UNAM.

Após analisar o perfil dos participantes, destacam-se quatro aspectos essenciais. Primeiramente, a presença de acadêmicos com formação diversificada em filosofia, ciências sociais, comunicação e educação, enriquecendo as perspectivas em áreas como educação, sociologia, psicologia e política, com experiência em programas de mestrado e doutorado em instituições renomadas. Em segundo lugar, a valiosa experiência desses intelectuais em diversas instituições acadêmicas, governamentais e não governamentais, demonstrando seu compromisso com a geração de conhecimento e políticas públicas para a juventude. Terceiramente, a ampla variedade de temas de pesquisa abordados por esses especialistas, como percursos biográficos, necropolítica, sujeito político, políticas públicas territoriais, governança e educação de jovens. Por fim, a diversidade geracional dos intelectuais, abrangendo desde o grupo “máster” (acima de 58 anos) até os “especialistas sênior” (40 a 50 anos), permitindo a partilha de experiências e conhecimentos entre duas gerações.

Destaca-se também a participação significativa de intelectuais em grupos eclesiais, movimentos juvenis, militância política e sindicatos. Por exemplo, a professora Severine compartilhou: “Eu comecei minha militância muito cedo; meus pais eram militantes na agricultura familiar. Minha mãe, além da agricultura, era professora; meu pai é professor. Eles eram das comunidades eclesiais de base ligadas à igreja católica.” (Macedo, 2023, informação verbal). Ela também mencionou que fez parte do grupo de jovens de sua comunidade no interior de Santa Catarina e coordenou a Pastoral da Juventude. Posteriormente, trabalhou com o sindicato dos trabalhadores rurais, hoje chamado de sindicato da agricultura familiar.

Da mesma forma, o professor Danilo iniciou seu envolvimento no movimento estudantil desde cedo, sendo membro da juventude política e filiado ao PCdoB, o Partido Comunista do Brasil. O professor Álvaro, em sua primeira experiência de trabalho, mencionou: “Comecei a trabalhar e estudar e, no trabalho, entrei para um sindicato que existia na empresa.” (Moreira, 2023, informação verbal). Embora essa experiência não esteja diretamente relacionada ao trabalho com jovens, é relevante, pois representa uma valiosa vivência durante a juventude.

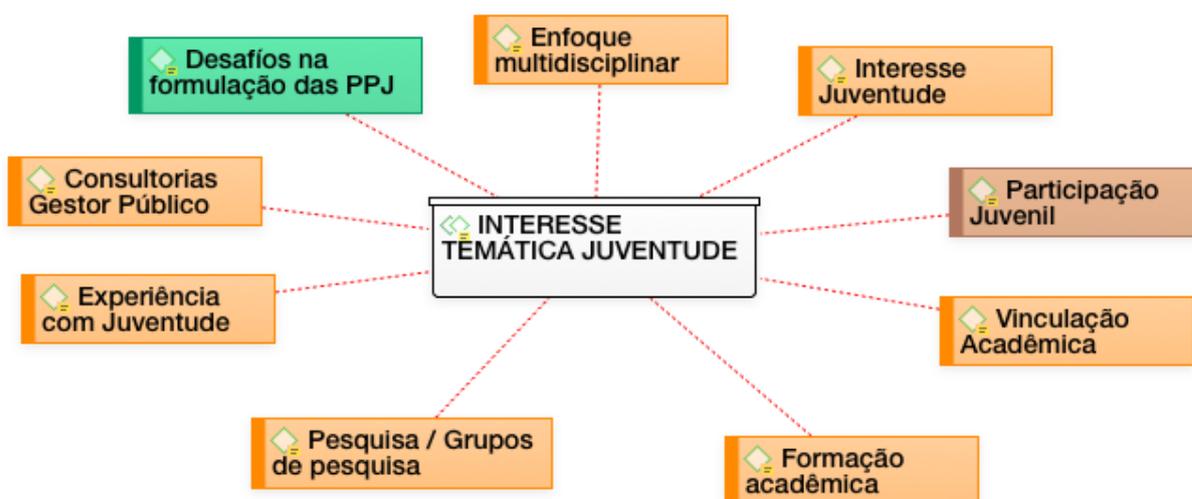
#### **5.4.2 Explorando o interesse pelo tema da juventude: Perspectivas e experiências**

Trabalhar com questões relacionadas à juventude implica compreender e atender às suas necessidades específicas. Os jovens enfrentam desafios únicos, como a transição para a vida

adulta, a escolha de caminhos educacionais e profissionais, o estabelecimento de relações interpessoais e a formação de sua visão de mundo. Além disso, estão sujeitos a diversos fatores de risco, incluindo violência, uso de substâncias, escassez de oportunidades e discriminação.

A importância de abordar a juventude reside em seu potencial transformador para a sociedade. Os jovens são agentes de mudança, trazendo novas ideias, energia e perspectivas únicas que podem contribuir para a construção de um futuro mais inclusivo, equitativo e sustentável. Portanto, ao fornecer as ferramentas, oportunidades e apoio necessários, podemos ampliar seu desenvolvimento integral. A categoria “Interesse Temático na Juventude” concentra-se no grau de preocupação, comprometimento e envolvimento dos intelectuais com questões que afetam os jovens. Dentro dessa categoria, encontramos várias subcategorias que oferecem diferentes perspectivas e abordagens para entender e se envolver com a realidade da juventude, como ilustra a Figura 3.

Figura 3: Interesse temática Juventude



A análise desta categoria destaca a complexidade e a importância de compreender a realidade dos jovens a partir de múltiplos pontos de vista. Dado os desafios na formulação de políticas públicas baseadas em pesquisas sólidas, promover a participação juvenil, aproveitar a experiência direta e a formação acadêmica, bem como incentivar a colaboração entre diferentes atores, são aspectos fundamentais para desenvolver políticas públicas eficazes e equitativas que beneficiem a juventude e a sociedade como um todo.

Nas entrevistas, perguntou-se aos pesquisadores qual era o interesse deles pelo tema da juventude. É interessante perceber que as trajetórias de cada um dos intelectuais os levam a trabalhar com a juventude, e a forma como se envolveram com o tema difere com base em

diferentes motivações e experiências, levando-os a investigar, trabalhar e promover políticas neste campo. É fundamental realçar que o assunto da juventude é multidisciplinar e envolve várias áreas. Embora suas abordagens e perspectivas possam diferir, todas compartilham um interesse comum em compreender e melhorar a realidade dos jovens.

Assim, nas trajetórias expostas pelos participantes, vários elementos comuns podem ser identificados em relação ao interesse e ao trabalho que desenvolvem no campo da juventude. Um dos aspectos mais relevantes é o vínculo acadêmico: Todos os participantes tiveram uma formação acadêmica relacionada às ciências sociais e humanas, seja por meio de doutorado, mestrado ou graduação. Esta formação forneceu ferramentas teóricas e metodológicas para abordar a questão da juventude a partir de várias perspectivas.

Chama a atenção o interesse nas questões juvenis que surge no caso do professor Paulo Cesar, formado em Educação Física durante o período de redemocratização do Brasil após a ditadura militar dos anos 1964-1985. Isso se deve ao fato de que a formação em Educação Física sofreu transformações políticas e culturais, adquirindo um caráter mais antropológico:

Minha formação é bastante diversificada e não linear. Inicialmente, me graduei em Educação Física na UFRJ nos anos 1980, um período de redemocratização no Brasil. Nessa época, a Educação Física estava passando por transformações políticas e culturais, adotando uma abordagem mais antropológica e sociológica. Isso a distanciou da abordagem militar e do higienismo médico. A disciplina tornou-se mais orientada para questões políticas e antropológicas, levando-me a trabalhar com lazer comunitário (Carrano, 2023, Informação verbal).<sup>17</sup>

Em seu relato, o professor Paulo descreve sua jornada desde a experiência prática em comunidades de favela até a formulação e implementação de políticas públicas eficazes. Ele destaca a importância de combinar o conhecimento acadêmico com a compreensão das realidades locais para abordar questões complexas, como o tempo livre das crianças em um contexto de estudo e trabalho. O professor Paulo também demonstra como uma iniciativa bem-sucedida pode ter um impacto duradouro nas comunidades e na qualidade de vida dos jovens envolvidos. Após sua experiência na área, ele decidiu realizar um mestrado em educação e, por meio de sua dissertação, formulou um projeto que se tornou uma política pública no município do Rio de Janeiro, conhecida como clubes escolares, que ainda está em vigor.

Outro aspecto notável é a experiência como docente compartilhada pelos intelectuais, com exceção do Professor Danilo, que desenvolveu sua expertise em outras áreas. Os demais atuaram como docentes em instituições universitárias, o que envolve um contato direto com os

---

<sup>17</sup> Informação concedida em 2023 pelo Dr. Prof. Paulo Cesar Rodrigues Carrano, Universidade Federal Fluminense.

jovens e a oportunidade de explorar temas relacionados à juventude a partir de uma perspectiva acadêmica. A pesquisa também é um tema relevante, pois os participantes conduziram pesquisas na área da juventude, seja como parte de seus estudos de pós-graduação ou como parte de seu trabalho em instituições acadêmicas. Essas investigações abordaram diversos aspectos da juventude, como escuta biográfica, jovens em coletivos, culturas juvenis, subjetividade política, políticas públicas juvenis, educação de jovens e adultos, educação rural, juventude e seus contextos sociais, juventude, cidadania e democracia, entre outros.

Sob esse ponto de vista, a professora Eliane Ribeiro expressa seu interesse pelo tema da juventude devido à sua formação inicial em Ciências Sociais com ênfase em Sociologia, ao convite para participar do projeto de alfabetização de jovens e adultos baseado em Paulo Freire, e à sua direção para a Sociologia da Educação, resultando em sua obtenção de mestrado e doutorado nessa área:

Eu fiz minha primeira formação em Ciências Sociais, foi em Sociologia. Mas na época que eu estava fazendo sociologia eu fui convidada pra participar de um projeto inspirado em Paulo Freire, sobre alfabetização de jovens e adultos. Ai eu fui para sociologia da educação e iniciei minha jornada de trabalho nessa área. Fiz mestrado e doutorado na educação, na perspectiva da sociologia da educação e quando eu comecei a estudar fui me influenciando por dentro da educação de jovens e adultos, os jovens, a juventude. Então comecei a querer olhar quem eram esses jovens. Porque eles estavam lá nas classes de jovens e adultos, e comecei a trabalhar o perfil desses jovens (Ribeiro, 2023, Informação verbal).<sup>18</sup>

Neste diálogo, a professora Eliane relata que sua tese de doutorado focava na juventude e na educação de jovens e adultos, também conhecidos como “outsiders.” Foi por meio de sua tese que seu interesse pela educação de jovens e adultos, abordada de uma perspectiva sociológica, foi reforçado. Posteriormente, ela foi convidada pela UNESCO no final da década de 1980 e início da década de 1990 para pesquisar no campo da juventude, principalmente relacionada à violência.

Ela também menciona suas conexões profissionais e acadêmicas com outros especialistas em juventude, como Helena Abramo, Regina Novaes, Miriam Abramovay (com quem desenvolveu projetos na UNESCO), Maria Virgínia Freitas, Renato Souza (da Ação Educativa), Sônia Draibe (da UNICAMP, que trabalhava em um projeto da Antropóloga Ruth Cardoso da Comunidade Solidária sobre juventude), Maria Carla Corrochano (que abordou políticas de trabalho para juventude) e Laís Abramo (que trabalhou no ILPES/CEPAL e coordenou a Comissão de Movimentos Trabalhistas da CLACSO).

---

<sup>18</sup> Informação concedida em 2023 pela Dra. Prof.<sup>a</sup> Eliane Ribeiro Andrade, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO.

A atuação em instituições governamentais também é um dos aspectos que contribuem para o interesse em trabalhar com jovens. Alguns participantes tiveram experiência de trabalho em instituições governamentais em nível nacional e internacional, onde estiveram envolvidos na concepção e implementação de políticas e programas para a juventude, proporcionando uma abordagem prática e aplicada em seu trabalho com jovens.

No Brasil, todos os intelectuais fizeram parte de alguns dos organismos nacionais de juventudes, Conselho Nacional da Juventude - CONJUVE e da Secretaria-Geral da Presidência da República SNJ/SG/PR ou PROJOVEM. Já na Colômbia, o trabalho dos participantes tem sido mais regional e setorial, abrangendo territórios como Bogotá, Antioquia e a região cafeeira de Manizales e Pereira, além de outras regiões do país por meio de consultorias prestadas por instituições universitárias a órgãos de serviço público.

Comparando as trajetórias dos intelectuais em juventude de ambos os países, observa-se que no Brasil há uma maior participação de agentes acadêmicos em entidades governamentais, não apenas fornecendo serviços de consultoria e acompanhamento, mas também sendo membros ativos de diversas instituições, especialmente no CONJUVE e na Secretaria Nacional de Juventude. O professor José Antonio também destacou que atuou tanto na academia quanto no serviço público:

Já tive experiência em ambos os lados, tanto na academia quanto no serviço público. Minha principal preocupação sempre foi conectar a tomada de decisões à geração de conhecimento. Durante minha carreira no serviço público, essa abordagem foi central no meu trabalho. No entanto, essa relação é complexa e, por várias vezes, enfrentei desafios, incluindo críticas da academia em relação ao trabalho no setor público. Essas críticas eram necessárias, mas é importante destacar que conseguimos alcançar resultados que, em outras circunstâncias, seriam difíceis de obter (Pérez Islas, 2023, informação verbal, tradução nossa).<sup>19</sup>

Nesse sentido, destacamos a vinculação da “tomada de decisão” com a geração de conhecimento, devido à importância de conectar as determinações do governo com a geração de saberes, considerando que é uma perspectiva fundamental na política pública. Uma vez que as decisões informadas por pesquisas sólidas tendem a ser mais eficazes e baseadas em evidências. Nessa sequência, o professor compartilha uma experiência específica: “A montagem das duas primeiras pesquisas de juventude foi graças a essa disfunção, por um lado, do governo em exercício, das autoridades em exercício, e, por outro lado, do trabalho dos acadêmicos que participaram da concepção da própria pesquisa.” (Pérez Islas, 2023, informação verbal, tradução nossa).

---

<sup>19</sup> Informação concedida em 2023 pelo Dr. Prof. José Antonio Pérez Islas, Universidade Nacional Autónoma de México UNAM.

Já na Colômbia, embora os entrevistados mencionem que a academia exerce um importante papel consultivo, essa participação parece ser mais burocratizada. A esse respeito, a professora Dulfary comenta:

A experiência da Colômbia Jovem acabou sendo decepcionante, já que se tornou uma entidade altamente burocratizada, administrada por indivíduos sem experiência em questões de juventude. Por exemplo, durante meu período de estudos no Chile em 2006 e 2007, lembro-me de uma colega que era engenheira industrial e tinha ligações próximas com Uribe. Ela ocupou o cargo de diretora da Colômbia Jovem na época. Quando ela me revelou sua posição, questionei sua experiência em assuntos relacionados à juventude, à qual ela admitiu não ter nenhuma. Sua gestão durou apenas cerca de seis meses, durante os quais ela nomeou um amigo arquiteto como assessor simplesmente por ser jovem, sem considerar se ele tinha qualquer qualificação para o cargo (Calderon, 2023, informação verbal, tradução nossa).<sup>20</sup>

No caso do Brasil, não é que se afirme que não houve burocratização, mas sim que, como menciona o professor Danilo, a questão da juventude começou a ganhar importância na agenda política. Não foi uma questão que surgiu do nada, porque se reconheceu que havia trabalho feito por governos anteriores.

Então, quando o Lula ganhou a eleição em 2002 e tomou posse em 2003, liderou muitas energias políticas e democráticas. Vários temas começaram a ser fortalecidos, como a igualdade racial, a política para mulheres, entre outros. No caso da juventude, houve uma diferença significativa. Havia um discurso, mas não havia tanto acúmulo para justificar a criação de um órgão dedicado à juventude. Assim, a Secretaria de Juventude só foi criada em 2005. Por que estou destacando esse marco temporal? Para demonstrar o nível de acúmulo na sociedade civil e o poder de convencimento dos tomadores de decisão naquele momento (Moreira, 2023, informação verbal).<sup>21</sup>

Em resumo, o professor descreve uma abordagem estratégica adotada por Lula para desenvolver políticas públicas voltadas para a juventude, usando o Instituto Cidadania como uma base e envolvendo uma variedade de partes interessadas, incluindo líderes jovens, intelectuais e acadêmicos, com um foco tanto na formulação acadêmica quanto na estratégia política. Isso destaca a importância da colaboração e da flexibilidade na elaboração de políticas públicas eficazes: “Ele começou a contatar esse grupo de lideranças juvenis, especialistas e acadêmicos e desenvolveu um projeto chamado “Projeto Juventude.” Foi um esforço conjunto, não apenas de formulação acadêmica, mas também de estratégia política.” (Moreira, 2023, informação verbal).

Por outro lado, encontramos a abordagem multidisciplinar: embora cada um tenha tido uma perspectiva específica em seu trabalho com os jovens, todos reconhecem a importância de abordar o tema da juventude de forma diversificada. Isso implica estar aberto para discutir

<sup>20</sup> Informação concedida em 2023 pela Dra. Prof.<sup>a</sup> Dulfary Calderón Sánchez, Universidade Católica de Colômbia.

<sup>21</sup> Informação concedida em 2023 pelo Dr. Danilo Moreira, Subsecretário de Estado da Educação no Governo do Maranhão.

diferentes abordagens teóricas e metodológicas a fim de compreender a complexidade dos fenômenos relacionados à juventude. Há também um elemento comum relacionado à busca de novas possibilidades e experiências, pois ainda há muito a fazer no campo da juventude, e eles reconhecem que estão constantemente aprendendo e buscando novas oportunidades para expandir e fortalecer seu trabalho. Por fim, no caso do Professor Álvaro, pode-se concluir, com base em seu relato, que seu interesse pelo tema da juventude surgiu mais de forma circunstancial do que de uma intenção ou experiência anterior, como é evidente nos outros entrevistados:

Foi um pouco ao acaso, não houve intenção, não que eu tivesse interesse em trabalhar com o tema dos jovens, mas foi por causa da possibilidade de um doutorado... por acaso me foi dada a oportunidade de ser contemplado com uma bolsa de estudos, porque eu aceitei, por estar próximo do tema das ciências sociais e da linha de pesquisa em subjetividade política da juventude, foi mais por uma faixa etária que poderia me servir como ponto de referência para investigar, não foi esse o motivo; no entanto, depois disso, começaram a surgir algumas pesquisas sobre juventude, talvez qualificando-as um pouco pela circunstância de ter o título de doutor nessa perspectiva particular da juventude (Díaz, 2023, informação verbal, tradução nossa).<sup>22</sup>

Como já mencionado, o interesse inicial do professor Álvaro pela temática da juventude não foi intencional, mas surgiu pela possibilidade de cursar o doutorado e pela opção por uma bolsa de estudos, o que o levaria posteriormente a aprofundar sua linha de pesquisa na subjetividade política da juventude e, portanto, em projetos e produção acadêmica.

No entanto, esta seção da entrevista chama a atenção porque toca em um aspecto que, embora não seja aprofundado nesta investigação, tem a ver com uma realidade que se vive na Colômbia em relação ao acesso ao Ensino Superior, ainda que, segundo a Constituição Política Colombiana estabeleça em seu artigo 67 que “a educação é um direito da pessoa e um serviço público que tem uma função social.” O acesso ao ensino superior na Colômbia tem sido desigual e limitado para muitos segmentos da sociedade. Apesar dos esforços para expandir o ensino superior, ainda existem barreiras socioeconômicas que impedem o acesso de grandes setores da população.

#### 5.4.3 Colaboração em Políticas Públicas: Redes de Atores

A formação de redes desempenha um papel fundamental na formulação, implementação, avaliação e monitoramento de políticas públicas. As redes de políticas públicas, conhecidas como *policy networks*, são ferramentas práticas que descrevem o processo decisório contemporâneo. Segundo Gaskell (2008), as redes representam a interconexão entre

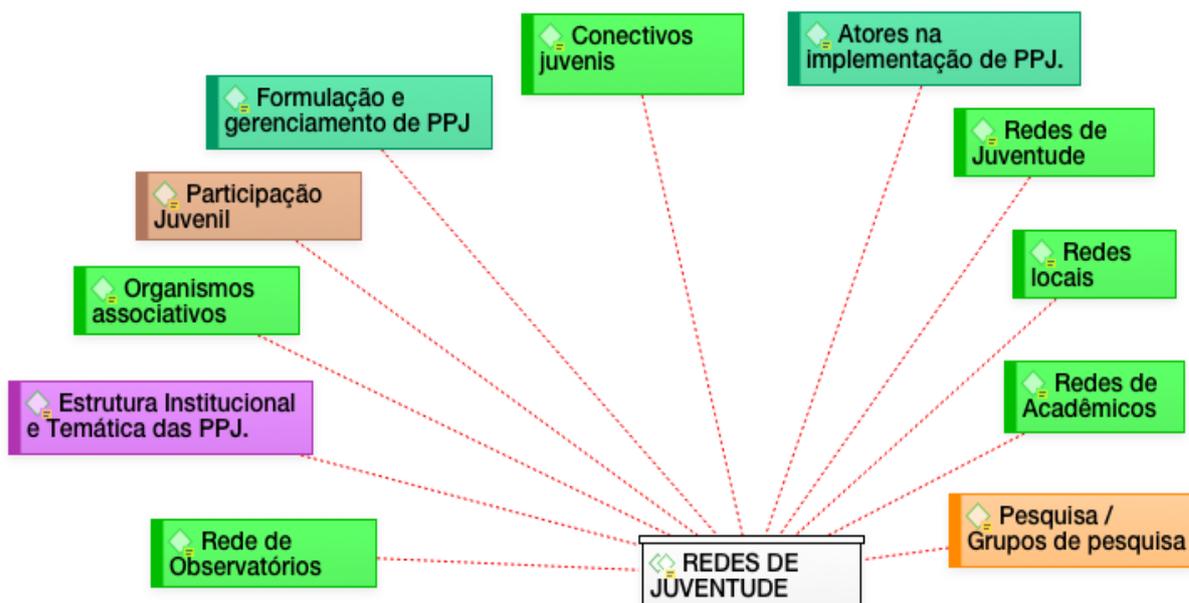
---

<sup>22</sup> Informação concedida em 2023 pelo Dr. Prof. Álvaro Díaz Gómez, Universidade Tecnológica de Pereira.

diversos atores, como burocratas, políticos, especialistas e grupos de interesse, dentro de organizações públicas e privadas que governam um setor político específico. A importância das redes reside na capacidade de discutir questões públicas e gerar soluções por meio das interações contínuas entre os atores, resultando em laços parcialmente institucionalizados. Essas redes conectam o Estado, organizações da sociedade civil e o setor privado, eliminando as fronteiras entre essas esferas e promovendo uma dinâmica colaborativa (Zurbriggen, 2003, 2011).

O conceito de redes é essencial para compreender a diversidade de atores envolvidos em políticas públicas, a descentralização dos Estados, a interdependência crescente dos sistemas de informação e as mudanças nas relações entre os participantes. Essa abordagem transcende as visões clássicas de ação pública, oferecendo uma compreensão mais ampla e complexa dos sistemas de tomada de decisão. As redes se caracterizam por sua horizontalidade, falta de hierarquia e comunicação informal entre os envolvidos. Elas vão além dos grupos administrativos tradicionais, permitindo um intercâmbio mais descentralizado de recursos técnicos e políticos. Essas redes fornecem a estrutura necessária para entender como os atores se conectam e estabelecem relações mais estáveis, em contraste com modelos puramente pluralistas (Muller, 2015, 2018).

Figura 4 Redes de Juventude



A importância das redes reside na facilitação da coordenação e troca de informações entre os atores na tomada de decisões, integrando conhecimentos de várias áreas no processo de formulação de políticas públicas. Isso pode resultar em soluções mais eficazes e legítimas,

além de contribuir para a prestação de contas e transparência. A categoria “Redes de Juventude” engloba ferramentas essenciais que reúnem pesquisadores, acadêmicos e instituições em colaborações estratégicas, tanto sistemáticas como espontâneas. Essas redes buscam melhorar a compreensão dos problemas que afetam os jovens, fornecendo uma base de evidências sólidas para políticas públicas mais informadas e impactantes.

Os intelectuais destacam a importância da colaboração, conhecimento e participação juvenil na abordagem dos desafios e oportunidades que os jovens enfrentam na sociedade atual. Além disso, no campo acadêmico, essas redes são essenciais para o progresso científico e acadêmico, promovendo a integração e a troca de informações. Elas fornecem recursos financeiros, estimulam a reflexão e promovem o apoio interpessoal (Reynaga; Farfán, 2004).

Durante as entrevistas, os participantes compartilharam suas experiências em redes acadêmicas, enfatizando a importância da cooperação, da troca de conhecimento e da execução de projetos colaborativos. Eles mencionaram sua participação em diversas redes e grupos de trabalho, ressaltando a diversidade de vínculos e alianças existentes no campo da juventude. Por exemplo, o professor Álvaro menciona que faz parte do Grupo de Trabalho (GT) sobre crianças e jovens em CLACSO:

O doutorado formou um grupo de trabalho sobre infância e juventude que permitiu que nós, como alunos, fizéssemos parte dele. Desde então, faço parte desse GT, que é responsável por realizar reuniões anuais ou semestrais para discutir tópicos ou temas específicos do GT sobre juventude, a fim de avançar a pesquisa que está sendo realizada coletivamente. (Díaz, 2023, informação verbal, tradução nossa).

No caso do professor Germán, ele expressou que fez parte de diferentes redes juvenis, incluindo a *International Sociological Association* (ISA), que possui escritórios ou agências que trabalham com sociologia juvenil em vários países, incluindo a Colômbia. Além disso, participou de outras redes como a Organização Internacional da Juventude Ibero-Americana (OIJ), bem como redes locais e grupos de trabalho de pesquisadores em universidades que se concentram no estudo da juventude. Ele também menciona outras redes e como elas operam:

As redes locais operam com base em projetos de pesquisa locais, como os observatórios de juventude. Em Bogotá, há um na Universidade Javeriana; há um na Universidade Nacional da Colômbia; um menor na Universidade Central; e um, que era o regional na região cafeeira, centrado na Universidade de Manizales, onde as redes são criadas, a rede de observatórios, por exemplo, e essas redes são locais ou regionais (Muñoz, Germán, informação verbal, tradução nossa).<sup>23</sup>

Em relação a essa questão, durante a entrevista com a professora Eliane, ela abordou seu interesse pelo tema da juventude e mencionou outros intelectuais no campo, destacando a

---

<sup>23</sup> Informação concedida em 2023 pelo Dr. Prof. Germán Muñoz González, Universidad de Manizales - CINDE

importância que esses têm no âmbito acadêmico devido ao seu trabalho investigativo e contribuições para o setor público. A professora também fez menção à existência de um grupo de discussão sobre juventude, educação e políticas públicas. Embora não constituísse uma rede formalmente estabelecida, trata-se de um coletivo que reúne acadêmicos especializados de diferentes gerações e regiões do Brasil, todos unidos por uma preocupação comum:

Temos um grupo denominado PPJs, que se trata de um coletivo focado nas políticas públicas voltadas para a juventude. Este grupo promove discussões extremamente enriquecedoras, uma vez que é um grupo intergeracional. Nele, encontramos tanto experientes pesquisadores, como a Magi, Helena e Regina, quanto membros da nova geração. Essa diversidade proporciona uma troca geracional muito interessante e enriquecedora. (Ribeira, 2023, informação verbal).

Durante o período de confinamento imposto pela pandemia de Covid-19 e no contexto político que então se desenrolava, conforme destacado pela Professora Eliane, as políticas públicas voltadas para a juventude sofreram um forte revés e desmantelamento. Foi nesse contexto que surgiu o grupo PPJs, conforme relatado pela Professora:

É algo bastante informal. Não tem caráter formal. Surgiu durante a pandemia, coincidindo com o desastroso governo Bolsonaro e os ataques às políticas de juventude. Diante desse cenário, sentimo-nos perdidos e com vontade de nos reunir para discutir e nos organizar. Uma iniciativa notável é a nossa planejada publicação de um livro, com artigos de cada um de nós, o que será uma conquista importante. (Ribeiro, 2023, informação verbal).

No contexto das políticas públicas voltadas para a juventude, vários autores destacam a importância da colaboração em redes para alcançar impactos significativos. Isso envolve redes em âmbito nacional, regional e internacional, enfatizando a diversidade e amplitude das conexões no campo da juventude. A professora Gloria, por exemplo, aborda a formação de redes entre jovens e sua relevância nos estudos sobre a juventude. Em suas pesquisas, ela analisa como as políticas públicas de juventude na América Latina foram institucionalizadas, destacando o papel das relações internacionais, cooperação e acordos ibero-americanos em seus estágios iniciais. Além disso, ela explora o desenvolvimento acadêmico e político dos estudos sobre juventude na região, bem como o impacto de organizações internacionais e pactos regionais.

Ao aprofundar suas pesquisas sobre a juventude, ela observa o surgimento de uma rede incipiente, embora não formalmente organizada. Essas conexões se formaram por meio de oportunidades para criar grupos de trabalho, em vez de se configurarem como uma rede consolidada. As reuniões e discussões, impulsionadas em parte pela Organização Ibero-Americana da Juventude, permitiram que indivíduos de diferentes países, especialmente da América Latina, estabelecessem contatos, resultando em uma conexão regional:

A formação dessa rede de estudos sobre juventude parece ser um processo espontâneo, não orquestrado por um indivíduo em particular. Ela se desenvolve à medida que surgem oportunidades, ainda não atingindo o status de uma rede consolidada no sentido estrito, mas tomando forma por meio de diversos grupos de trabalho. Reuniões e discussões, frequentemente impulsionadas pela Organização Ibero-Americana da Juventude, facilitam o encontro de pessoas de diferentes países, principalmente da América Latina. (Graterol, 2023, informação verbal, tradução nossa).<sup>24</sup>

Nesse sentido, a professora sugere um avanço na relação entre os países latino-americanos, apontando uma crescente interconexão ou colaboração entre esses países no campo da pesquisa sobre juventude, comentando assim: “No México, alguém está fazendo isso, e na Colômbia também. Então, há um pequeno click, como fiz mais ou menos na tese, há alguma publicação conjunta.” (Graterol, Gloria, informação verbal, tradução nossa).

Essa situação leva à conclusão de que existe cooperação em pesquisas acadêmicas que pode impactar a abordagem das políticas públicas. Ele também menciona o CELAJU como precursor desse processo: “Acredito que um dos primeiros grupos, que não se poderia chamar de rede, mas sim de um grupo de trabalho, foi o CELAJU, originado no Uruguai e promovido por Ernesto Ottone e Ernesto Rodríguez” (Graterol, 2023, informação verbal, tradução nossa). Esse tipo de colaboração regional pode ser benéfico para a partilha de conhecimentos e para uma implementação mais eficaz de políticas em toda a região.

No capítulo 3, esse aspecto já foi aprofundado. No entanto, a professora, em seu trabalho de tese, introduz o conceito de “Rede de Estudos e Políticas sobre Juventude”, referindo-se às relações estabelecidas entre diversas organizações e pesquisadores desde os anos 1980, que promoveram o campo da juventude como disciplina dos estudos sociais, bem como sua relação com as políticas públicas (Graterol, 2014).

Acredito que tanto Ottone quanto Rodríguez têm sido impulsionadores na promoção da perspectiva da juventude, mas essa liderança evoluiu ao longo do tempo. No Chile, à medida que a democracia se estabeleceu e os jovens desempenharam um papel mais significativo na institucionalização do governo em relação à juventude, o cenário começou a mudar. Foi nesse contexto que surgiu uma revista notável chamada “Última Década” no início dos anos 90, que ainda está em circulação atualmente. (Graterol, 2023, informação verbal, tradução nossa).

A professora Glória comenta como, ao longo do tempo, em países como México, Chile, Uruguai e Brasil, diferentes redes e grupos de trabalho foram se formando. Essas redes permitem a troca de conhecimento, a colaboração em pesquisas conjuntas e o estabelecimento de relações entre pesquisadores de diferentes países. Sua tese de doutorado buscou desvendar

---

<sup>24</sup> Informação concedida em 2023 pela Dra. Prof.<sup>a</sup> Glória Lisbeth Graterol Acevedo, Universidade Nacional Autónoma de México UNAM

a construção da cidadania juvenil na América Latina; no entanto, seu estudo não se aprofundou no Brasil por questões metodológicas:

Na minha tese, foquei na Costa Rica e excluí o Brasil por razões metodológicas. No entanto, conduzi uma pesquisa sobre o Brasil como ponto de referência comparativa, embora tenha sido considerada inviável para a tese devido a dimensões e questões metodológicas. Apresentarei esse trabalho em um seminário de pesquisa sobre juventude para aproveitar o esforço investido. (Graterol, 2023, informação verbal, tradução nossa).

Um aspecto a ser destacado é a ausência de conexão entre determinados grupos e a necessidade de perseverar no fortalecimento dessas redes em âmbito regional. Entretanto, as revistas acadêmicas proporcionam uma oportunidade valiosa para estabelecer conexões entre os autores, possibilitando-lhes adquirir conhecimento sobre distintas realidades da juventude em diferentes geografias. Por um lado, algumas obras podem se perder, enquanto outras se concretizam e são publicadas. Assim, comenta a autora:

Os mexicanos, em particular, foram mais específicos e desenvolveram uma rede mais elaborada, com a contribuição significativa de José Antônio Pérez Islas. A partir de 2013, ele iniciou reuniões nacionais e encontros de jovens pesquisadores na área da juventude. Além disso, ele estabeleceu conexões com jovens de outros países, como Costa Rica e Espanha, incluindo Carles Feixa, autor renomado do livro “Jóvenes, bandas y tribus.” (Graterol, 2023, informação verbal, tradução nossa).

Também é mencionada a Rede CLACSO, uma importante rede acadêmica na América Latina voltada para as ciências sociais. Ela é particularmente dirigida por Pablo Vommaro e tem conexões com o grupo CINDE na Colômbia, especificamente com o professor Germán Muñoz e a Dra. Sara Victoria Alvarado. Isso indica um processo de expansão e colaboração dentro da rede. No entanto, a professora destaca uma observação interessante: embora o grupo relacionado ao CLACSO tenha conexões com outros grupos em outros países, “o que realmente me chamou a atenção é que esse grupo que depende do CLACSO não tem vínculos diretos com o grupo que está sendo formado aqui no México.” (Graterol, 2023, informação verbal tradução nossa). Isso pode sugerir que as colaborações e conexões em políticas públicas geralmente são complexas e regionais.

Em seguida, ela menciona a importância dos “*brokers*” na construção da rede, que são indivíduos ou entidades que desempenham um papel central na criação e manutenção de conexões em uma rede. Ela identifica o professor Carles Feixa como um possível elo fundamental entre os dois grupos citados, uma vez que participa de atividades relacionadas à juventude em diversos países, inclusive no Brasil. Por outro lado, para o professor José Antonio, é claro o quão crucial é o crescimento das redes de investigação na área da juventude. Essas

redes têm permitido estabelecer espaços de encontro e cooperação a nível nacional e ibero-americano para intelectuais de diferentes nações e áreas:

No final do século passado, aproximadamente de 1998 a 2005 ou 2006, estabelecemos uma rede ibero-americana de pesquisadores de juventude, associada à Organização Ibero-Americana da Juventude, embora operasse de maneira relativamente autônoma. Realizávamos encontros informais uma ou duas vezes por ano para discussões e trocas de ideias. Embora tenhamos colaborado em alguns projetos, não o fizemos de forma regular. Éramos cerca de 20 pesquisadores representando diversas regiões da América Latina, Portugal e Espanha, tornando essa rede a mais central. (Pérez Islas, 2023, informação verbal, tradução nossa).

O professor José Antonio, em seu artigo intitulado “Trazos para um mapa da pesquisa sobre juventude na América Latina”, menciona que, naquela época, não era possível falar da existência de um campo consolidado de conhecimento sobre a juventude na América Latina, devido à falta de mecanismos adequados para seu desenvolvimento. Em sua entrevista, o autor comenta:

Formamos uma rede e também estabelecemos uma rede nacional no México. Essa rede nacional era composta por pesquisadores de juventude com os quais colaboramos nos projetos da primeira e segunda Pesquisa Nacional de Juventude, conduzidas em 2002 e 2005. Durante esse período, publicamos extensivamente, incluindo a criação da revista “Joven Es”, uma das mais duradouras, exceto pela “Última Década” no Chile, que ainda está em circulação. “Joven Es” foi publicada por quase 12 anos, com 25 edições abordando tópicos de pesquisa. Também desenvolvemos uma coleção de livros, integrando-a à Rede Nacional. (Pérez Islas, 2023, informação verbal, tradução nossa).

Além disso, ele menciona que estabeleceu uma conexão mais recente com outras redes, como a Rede de Infância e Juventude da CLACSO, abrindo perspectivas de cooperação e troca de conhecimento:

Atualmente, coordenamos uma rede ativa a partir do Seminário de Pesquisa sobre Juventude da UNAM. Nosso trabalho principal envolve grupos de pesquisa e análise. Temos quatro grupos em andamento: transições para a vida adulta, escola, família e mercado de trabalho, cultura, feminismo e música, e tecnologias digitais, juntamente com questões de migração e juventude. Cada grupo colabora com membros de instituições nacionais e internacionais, especialmente da América Latina. Este ano, estamos retomando nossas conexões, principalmente por meio da Rede de Crianças e Jovens da CLACSO, embora não fisicamente, mas por meio de comunicações em rede. (Pérez Islas, 2023, informação verbal, tradução nossa).

Essas redes e associações ampliam o campo da pesquisa juvenil, permitindo uma abordagem mais abrangente e variada das questões e pontos de vista que afetam a juventude atualmente. O professor José Antônio também foi questionado sobre o tema abordado em seu artigo, no qual discute o trabalho da rede latino-americana.

Nesse contexto, é realizada uma análise dos principais esforços presentes nas discussões centrais por meio de relatórios regionais. Além disso, questiona-se por que é menos complexo

coordenar grupos de pesquisadores aparentemente imersos em realidades mais afastadas do que aqueles que residem no mesmo continente, mas se deparam com situações relativamente diversas e compartilhadas.

No México, é desafiador conectar com pesquisadores nacionais. Recentemente, na reunião do CLACSO deste ano, tentamos unir grupos independentes focados em juventude, incluindo temas como violência e migração. Infelizmente, temos tido pouco contato entre esses grupos. No entanto, a pandemia nos aproximou, permitindo colaborações com grupos de pesquisa da Colômbia, Brasil e FLACSO que estudam pandemias e juventude. Às vezes, a distância facilita a colaboração, pois o conhecimento prévio pode complicar o trabalho conjunto. (Pérez Islas, 2023, tradução nossa).

Essas dificuldades ressaltam a complexidade das colaborações entre pesquisadores locais e a relativa facilidade de trabalhar com grupos de pesquisa estrangeiros, devido à distância e à capacidade de focar em tópicos específicos, como a pandemia. No nível local, as colaborações podem ser afetadas por históricos, posições políticas e conhecimento prévio, tornando o trabalho em equipe desafiador. Esse relato destaca aspectos da realidade, indo além de idealizações. Outro desafio mencionado por Paulo Cesar é a falta de financiamento ou recursos limitados para manter e desenvolver redes, o que dificulta a colaboração em nível nacional, apesar de sua importância e alcance. “Eu acho que o campo de estudo da juventude nunca abdicou da ideia de construir redes. De construir diferentes iniciativas em rede. Sempre com muita dificuldade do ponto de vista da interação nacional, de realizar encontros, é custoso, é caro.” Além do exposto, o professor defende que uma das vantagens do trabalho em rede é a pluralidade que oferece no campo de estudo da juventude, por meio das diferentes iniciativas propostas durante esse exercício:

Então nós não temos por exemplo, um grande congresso específico. Tem um que é o JUBRA<sup>25</sup>, que mais se constituiu. Mas ele não é um congresso tipicamente acadêmico, ele mistura vários atores sociais é importante porque mostra também a pluralidade do campo, mas ele não tem esse enfoque específico em redes de pesquisas, então muitas iniciativas começaram, desapareceram e sempre há uma latência dos atores que voltam a se encontrar. Eu, por exemplo, agora estou participando de um esforço de construção de uma rede nacional, rede dos pesquisadores de juventude, Rede JUVE que está se dando a partir da confluência de dois organismos associativos no campo da pesquisa que é a ANPED<sup>26</sup>, especialmente o GT três; que é o GT de movimentos sociais, sujeitos e processos educativos e o GT recém-criado de juventude da Sociedade Brasileira de Sociologia, vão se reunir inclusive agora no Pará

<sup>25</sup> O JUBRA – Simpósio Internacional sobre a Juventude Brasileira é um evento científico, que congrega pesquisadores e professores brasileiros e estrangeiros, profissionais, estudantes, jovens, gestores públicos e agentes comunitários para a discussão de pesquisas, programas e projetos sociais referentes à juventude. <https://eventos.ufjf.br/evento/vi-simposio-internacional-sobre-a-juventude-brasileira-vi-jubra/>

<sup>26</sup> ANPED. É uma entidade sem fins lucrativos que visa reunir programas de pós-graduação stricto sensu em educação, professores, alunos e pesquisadores da área. Seu objetivo é promover o desenvolvimento da ciência, educação e cultura, com base nos princípios de participação democrática, liberdade e justiça social. <https://www.anped.org.br/>

no mês de julho. Está se organizando um site. Vai se lançar esse site esse ano ainda. Então é uma retomada de algo que desde os anos 2007 que é criar Rede Nacional. (Carrano, 2023, informação verbal).

No entanto, um aspecto que deve ser aprofundado é a sua amplitude e maior conexão, permitindo que, eventualmente, os participantes se reencontrem e planejem ações que levem ao fortalecimento das redes de pesquisa e à formação de novos pesquisadores na área da juventude:

Atualmente, existem diversas redes operando em diferentes áreas geográficas do Brasil, como o Nordeste, Sul e Sudeste. Isso é benéfico, pois fortalece o conceito de rede. O princípio-chave de uma rede é que seus nós devem ser conectados de maneira sólida, mas ao mesmo tempo permitindo diversidade. Portanto, a constante formação de redes tem sido uma prática constante e tem desempenhado um papel vital na formação de novos pesquisadores e atores, incluindo jovens que pesquisam jovens. Esse cenário é motivo de otimismo, visto que novos sujeitos e pesquisadores emergem no campo, o que é crucial para seu desenvolvimento contínuo. (Carrano, 2023, informação verbal).

Em conclusão, os autores destacam a importância do trabalho em rede na área da juventude, enfatizando a colaboração, a partilha de conhecimentos, os projetos conjuntos e o apoio emocional que essas redes proporcionam. Por sua vez, ressaltam a necessidade de fortalecer e continuar promovendo o “trabalho em rede” para ter um impacto positivo no campo da juventude. A existência dessas redes permitiu o estabelecimento de espaços de encontro e cooperação, tanto no âmbito acadêmico quanto na formulação de políticas públicas relacionadas à juventude. Essas redes ampliam o campo de pesquisa e permitem uma abordagem mais abrangente dos desafios e realidades da juventude na América Latina.

## 5.5 O PAPEL DOS ACADÊMICOS NA FORMULAÇÃO E PROMOÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS.

A formulação de políticas públicas é um processo complexo e diversificado que requer a colaboração de diversos atores e especialistas. Os acadêmicos desempenham um papel fundamental nesse processo, gerando propostas e alertando para problemas relevantes. Como membros de comunidades especializadas, eles trazem soluções inovadoras, muitas das quais resultam de pesquisas acadêmicas. Esses intelectuais oferecem uma perspectiva crítica e imparcial sobre as políticas existentes e suas consequências. Eles avaliam o impacto potencial de diferentes propostas e discutem suas vantagens e desvantagens. Essa experiência é crucial para evitar soluções simplistas ou motivadas por interesses particulares, contribuindo para decisões mais informadas.

Figura 5 Participação dos atores acadêmicos nas PPJ.



Nessa categoria, destacamos como a academia e outros atores desempenham um papel fundamental na melhoria da qualidade e eficácia das políticas públicas, especialmente as voltadas para os jovens. Isso enfatiza a necessidade de uma colaboração sólida entre academia, gestores públicos e outros envolvidos na concepção, implementação e avaliação de políticas para a juventude. Essa combinação de pesquisa baseada em evidências, imparcialidade e envolvimento ativo dos jovens pode contribuir para o desenvolvimento de políticas adaptadas às realidades específicas de cada contexto, atendendo às necessidades e aspirações dos jovens de maneira mais eficaz. Nesse sentido, o papel da academia é fundamental na construção de políticas públicas. No campo da juventude, alguns intelectuais têm contribuído significativamente, como será mostrado a seguir:

A função da Academia, creio eu, tem sido fundamental e ela tem tido várias funções. Às vezes, eles são contratados para questões específicas, bem, como três ou quatro funções, a Academia sempre será um ator importante a ser consultado, por exemplo, nos processos de consulta do grupo de foco, para que eles possam nos dar sua visão sobre educação e juventude é, digamos, um desses compromissos. (Orozco, 2023, informação verbal, tradução nossa).<sup>27</sup>

Em seus relatos, os pesquisadores destacam a importância da academia no contexto da juventude e das políticas públicas. Ambos revelam como a academia desempenha um papel relevante e consultivo nos processos de reflexão, consulta e desenho de políticas relacionadas à juventude. A academia é considerada um ator consultado para contribuir com sua perspectiva e conhecimento no desenho, monitoramento e avaliação de políticas públicas. Além disso, é

<sup>27</sup> Informação concedida em 2023 pelo Dr. Prof. Julio César Orozco Ospina. Diretor Jóvenes por la vida-Antioquia Joven.

considerada um terceiro imparcial que pode atuar como mediador entre os diferentes segmentos e o Estado:

Acho que a academia tem desempenhado um papel importante porque, se ela quiser atuar como uma terceira parte, uma terceira parte entre o movimento juvenil e o estado ou o governo, que reivindica políticas públicas e pode até mesmo aparecer como uma terceira parte imparcial ou desinteressada nos interesses de cada um dos setores, isso ajuda a dinamizar esse processo de reflexão de fato. (Díaz, 2023, informação verbal, tradução nossa).

Durante a gestão da professora Severine no Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE), uma iniciativa de grande relevância foi a integração de acadêmicos e intelectuais na área de pesquisa de juventude. A participação desses renomados intelectuais foi fundamental para fornecer uma base sólida e atualizada para ações e programas voltados para a juventude, sendo isso um aspecto positivo, pois traz profissionais que podem contribuir com conhecimentos sólidos e insights valiosos para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a juventude. Assim, a professora destaca exemplos específicos de intelectuais que foram envolvidos, como Elisa Guaraná Castro, pesquisadora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, e Helena Abramo, que é uma das referências em pesquisa de Juventude no Brasil, e que coordenaria o Estação Juventude:

No CONJUVE, a decisão que, na minha opinião, foi correta desde o início, foi envolver esses vários segmentos e tinha ali grandes nomes de referência na academia que faziam parte do Conselho e que a gente justamente dialogava para além do Conselho. Fizemos várias reuniões com um grupo de especialistas, por exemplo, para desenvolver e elaborar o Estação Juventude. Sentamos com o grupo de especialistas várias vezes e fizemos a pesquisa nacional e a agenda juventude Brasil para entender melhor o perfil e as percepções da juventude brasileira. (Macedo, 2023, informação verbal).

Nesse sentido, sempre se buscou envolver diversos segmentos e setores na elaboração das políticas de juventude. Essa abordagem inclusiva é fundamental para assegurar que as políticas atendam às variadas necessidades e demandas da juventude brasileira, uma vez que permite a complementação das perspectivas dos jovens e dos intelectuais. Isso pode ser considerada como uma abordagem pertinente, pois reconhece que diferentes pontos de vista podem enriquecer a tomada de decisões e a formulação de políticas.

Segundo a perspectiva da pesquisadora, “Sempre buscamos promover a aproximação e escutar tanto o jovem quanto a avaliação de quem estudou o tema. Acredito que eles se complementam, à medida que o jovem traz suas perspectivas do seu contexto, e o especialista contribui com sua visão própria.” (Macedo, 2023, informação verbal). O que torna isso uma combinação enriquecedora. Essa inclusão permite uma abordagem mais assertiva e específica

na busca de soluções efetivas para os desafios enfrentados pelos jovens e pelas instituições juvenis.

Portanto, do ponto de vista do professor Álvaro, a academia, ao desempenhar o papel de terceiro imparcial e desinteressado, pode dinamizar o processo de reflexão ao fornecer uma perspectiva neutra que auxilia no equilíbrio dos interesses de ambas as partes:

Em 2010, a prefeitura de Pereira estabeleceu uma parceria com a Universidade Tecnológica de Pereira para desenvolver diretrizes. Além disso, na década de 2000, a prefeitura de Manizales contou com a colaboração da Universidade de Manizales para criar uma Política Pública de Juventude. Esses exemplos demonstram que as universidades ainda desempenham um papel fundamental, contribuindo para organizar debates, sistematizar ideias e dar formato às diretrizes e políticas públicas. (Díaz, 2023, informação verbal, tradução nossa).

A participação ativa da esfera acadêmica e de seus institutos de estudos políticos tem sido de extrema importância no desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a juventude. Ao contribuir para a elaboração de documentos que abordam questões específicas, o meio acadêmico tem fornecido informações especializadas e fundamentadas, enriquecendo o debate e tornando a formulação de políticas mais eficaz, conforme afirma o professor Julio:

As faculdades e institutos de estudos políticos desempenham um papel significativo na elaboração de políticas públicas para a juventude. Isso inclui instituições como a Faculdade de Ciências Políticas, a Faculdade de Ciências Sociais (com cursos em sociologia e serviço social) e a Universidade EAFIT, que abriga a Faculdade de Ciências Políticas e a Escola. A perspectiva acadêmica enriquece nossas abordagens, aprimorando nossas ações, frequentemente baseadas em intuições. (Orozco, 2023, informação verbal, tradução nossa).

O professor Julio César destaca um ponto essencial na relação entre a academia e o governo, mencionando que a Universidade EAFIT foi contratada pela Secretaria da Diretoria de Planejamento de Medellín para conduzir um estudo sobre políticas públicas municipais. Esse exemplo evidencia uma prática bem-sucedida de colaboração entre a academia e o setor público, abordando problemas específicos e contribuindo para a definição de problemas públicos, indicadores e orçamento relacionados a políticas públicas:

A Universidade reuniu todas as políticas de todas as secretarias da prefeitura para analisá-las detalhadamente, aplicando uma série de instrumentos para verificar se: a política define o problema público; se a política possui indicadores; se a política estabelece o orçamento em sua gestão. Portanto, acredito que essa abordagem tem sido extremamente benéfica, especialmente na elaboração de instrumentos de avaliação de políticas públicas. Esses instrumentos são fundamentais para medir o impacto e a eficácia das políticas implementadas, auxiliando na tomada de decisões informadas e na melhoria da gestão governamental. (Orozco, 2023, informação verbal, tradução nossa).

Logo, o professor sugere que essa colaboração tem sido benéfica, especialmente na elaboração de instrumentos de avaliação de políticas públicas, pois esses instrumentos são

essenciais para medir o impacto e a eficácia das políticas implementadas, o que pode ajudar a tomar decisões informadas e melhorar a gestão do governo.

Além disso, a atuação da academia tem se destacado no desenvolvimento de instrumentos de avaliação de políticas públicas, contribuindo para uma análise criteriosa e melhoria contínua. Da mesma forma, o professor Paulo Cesar destaca a relevância da participação de intelectuais e gestores acadêmicos no processo de estruturação e construção de políticas públicas voltadas para a juventude:

Identifico pelo menos duas questões de grande importância. A primeira se relaciona à formação de novos pesquisadores, essenciais para a contínua compreensão da juventude. Mesmo com inúmeras pesquisas já realizadas, é fundamental reconhecer que a juventude é altamente dinâmica. Não podemos afirmar que esgotamos todas as áreas de pesquisa, pois a cada nova geração e faixa etária surgem desafios e questões inéditas. Esse dinamismo é especialmente notável em nosso mundo acelerado e interconectado. Assim, é crucial manter a pesquisa contínua e atualizar regularmente as agendas de investigação. Nesse contexto, a academia desempenha um papel fundamental na formação de novos pesquisadores. Como exemplo, coordenamos dois estudos de estado da arte sob a liderança da professora Maria Sposito, buscando compreender como a academia aborda a temática da juventude. (Carrano, 2023, informação verbal).

No entanto, é importante destacar a relevância da pesquisa acadêmica na área da juventude e seu impacto na formação de novos pesquisadores e gestores de políticas públicas. É preciso alertar que a juventude desempenha um papel fundamental na formação desses novos pesquisadores e gestores, contribuindo para a consolidação e o aprimoramento do campo dos estudos da juventude. Portanto, uma das aportes mais significativas da academia é a formação de jovens pesquisadores. A pesquisa acadêmica proporciona a oportunidade para mestrandos e doutorandos investigarem profundamente questões relacionadas à juventude. Isso ajuda a expandir o corpo de conhecimento na área e a preparar a próxima geração de intelectuais:

O último estudo que fizemos foi de 1999 a 2006, com teses e dissertações, e basicamente o que emerge são jovens pesquisadores mestrandos e doutorandos pesquisando jovens. Portanto, você possui uma contribuição importante da academia, que é na formação de novos pesquisadores e também de novos gestores. Muitos gestores de políticas públicas para jovens hoje são mestres e doutores formados nesse amplo campo de interesse e estudo na juventude. (Carrano, 2023, informação verbal).

Dessa forma, a referência a um amplo campo de interesse e estudo na juventude destaca a complexidade e a importância das questões relacionadas à juventude. Isso implica que a pesquisa acadêmica nessa área não se limita a um único tópico, mas abrange uma variedade de questões que afetam os jovens. Além disso, a pesquisa acadêmica fornece dados e informações fundamentais para subsidiar políticas públicas efetivas, permitindo uma compreensão mais profunda da realidade dos jovens.

A academia desempenha um papel crucial na pesquisa e geração de dados para fundamentar políticas públicas eficazes. Compreendemos que uma compreensão profunda da realidade é essencial para orientar mudanças e influenciar políticas. A academia contribui com pesquisas em várias áreas, abrangendo a análise do Estado, instituições, legislação e o impacto das políticas, além do estudo dos indivíduos e seus grupos. Uma ampla variedade de estudos está em andamento, incluindo nosso terceiro estudo de estado da arte, com base em artigos científicos sobre jovens. Este estudo explora diversas perspectivas, como a juventude no mercado de trabalho, na escola, em movimentos sociais e nas redes sociais, visando compreender como a academia interpreta a juventude, tanto em nível individual quanto coletivo. (Carrano, 2023, informação verbal).

No entanto, é importante destacar os desafios enfrentados, como a falta de recursos financeiros para a realização de pesquisas integradas em nível nacional. A maioria das pesquisas realizadas é localizada e fragmentada, o que limita a obtenção de uma visão abrangente e aprofundada das questões e da diversidade da juventude brasileira:

No Brasil, enfrentamos um desafio em termos de pesquisa nacional abrangente, devido à falta de recursos. A maioria de nossas pesquisas é altamente localizada. Dependemos fortemente de fontes nacionais de conhecimento, como dados de pesquisas de opinião em jornais. Embora tenhamos órgãos importantes, como o IBGE, o IPEA e o INEP, que desempenham um papel fundamental na produção de dados estatísticos, enfrentamos um déficit significativo no financiamento de pesquisas nacionais que poderiam proporcionar uma compreensão mais completa do país, considerando sua diversidade regional, tanto em áreas urbanas quanto rurais, bem como a multiplicidade de comunidades jovens e trajetórias de vida (Carrano, Paulo, 2023, informação verbal).

Por outro lado, encontramos elementos de autocrítica em relação ao papel que a academia e seus intelectuais podem desempenhar. Vários professores apontam desafios e áreas a serem aprimoradas na academia em relação ao estudo da juventude e suas políticas públicas. O professor José Antonio, por exemplo, destaca a dispersão e a falta de comunicação entre os grupos de pesquisa que lidam com questões relacionadas à juventude, bem como a ausência de estudos empíricos sólidos e a necessidade de mais reflexão teórica e conceitual:

O campo da pesquisa sobre juventude cresceu consideravelmente, abordando novos temas anteriormente negligenciados. No entanto, há dispersão e falta de comunicação entre grupos de pesquisa, ocorrendo em países como Argentina, Chile e Colômbia. Apesar de sua importância, falta reflexão teórica em questões abstratas, como as definições de juventude e adolescência, distinções entre jovens e juventude, ou relações entre juventude e gênero. O campo carece de estudos empíricos sólidos, mas pode preencher essa lacuna com trabalho conceitual. (Pérez Islas, 2023, informação verbal, tradução nossa).

Por sua vez, o professor Germán destaca que determinados modelos ou abordagens de políticas públicas não são amplamente reconhecidos ou valorizados pelo meio acadêmico. Isso pode ser um desafio para aqueles que trabalham em áreas emergentes ou não tradicionais, já que o meio acadêmico geralmente tende a favorecer abordagens mais convencionais e teóricas:

A questão da juventude ganhou destaque em todos os países do continente. Hoje, os jovens desempenham um papel de liderança, diferente de décadas passadas. Na Colômbia, nos anos 70, os estudantes desempenharam um papel fundamental, notadamente o movimento estudantil, como a MANE (Mesa Ampla Nacional Estudantil). No contexto da política da juventude, da teoria da política da juventude e da pesquisa das subjetividades juvenis, destacamos nossos esforços em Manizales. No entanto, essa contribuição pode não ser reconhecida como merece, principalmente devido à falta de valorização acadêmica e seriedade em relação aos modelos mencionados. (Muñoz, 2023, informação verbal, tradução nossa).

Além disso, o professor destaca a importância de sair das bibliotecas e teorizar com base na interação com a sociedade real. A referência a “sair para as discotecas, sair para a rua e sair para as redes sociais” sugere a necessidade de estar conectado com a realidade e as tendências sociais atuais para abordar eficazmente os desafios da juventude na política pública:

A academia ainda tende a acreditar que devemos nos isolar para trabalhar em teorias produzidas em bibliotecas. No entanto, como Humberto Eco já disse, acreditamos que é importante sair para as discotecas, sair para a rua e entrar nas redes sociais. Para nós, isso é fundamental, especialmente quando tratamos de coletivos jovens e sua conectividade. A questão da conectividade tornou-se central, mas ainda não recebeu a devida atenção na academia. Nos últimos anos, tem sido um tema central em nosso grupo de pesquisa, o juvenicídio. (Muñoz, 2023, informação verbal, tradução nossa).

Neste contexto, aborda-se uma questão que faz parte da dinâmica atual, não apenas dos jovens, mas de forma mais abrangente, que é a “conectividade.” Reconhece-se que os jovens se organizam de maneira diferente na era digital, e as políticas públicas devem se adaptar para compreender e abordar essas novas formas de participação e mobilização da juventude. A problemática do juvenicídio também é destacada, uma vez que tem sido um tema central de pesquisa para o seu grupo, representando o compromisso de enfrentar problemas sociais graves que podem ser negligenciados.

O professor Álvaro faz referência ao fato de que a academia se concentra principalmente no aspecto normativo e na necessidade de mais reflexão e teorização antes de se envolver no processo de acompanhamento de políticas públicas. É importante reconhecer que o campo da política para jovens exige uma abordagem interdisciplinar e holística, “Às vezes, a academia enfatiza excessivamente o aspecto normativo, necessitando de mais reflexão e teorização prévia antes do envolvimento no acompanhamento. É possível que os formuladores de políticas públicas não sejam intelectuais acadêmicos em política ou juventude, muito menos em ambas” (Díaz, 2023, informação verbal, tradução nossa).

Além disso, o professor José Antônio aborda a complexidade que pode surgir na relação entre o meio acadêmico e o serviço público, uma vez que as críticas do meio acadêmico ao serviço público podem gerar conflitos e, em alguns casos, até mesmo ameaçar a permanência do indivíduo em sua função como servidor público. Essa dinâmica apresenta desafios

importantes em termos de como alcançar uma colaboração eficaz e mutuamente benéfica entre as duas esferas, favorecendo a participação ativa da academia na formulação de políticas públicas para enfrentar os desafios sociais, como é o caso específico da juventude:

Trabalhei em ambas as trincheiras, público e acadêmico, visando vincular decisões à geração de conhecimento. Enfrentei desafios devido às críticas da academia ao serviço público, mas essa disfunção gerou avanços, como as primeiras pesquisas de juventude, resultado da colaboração entre governo e acadêmicos. Embora proveitoso, não é um caminho fácil. Agora, estou na trincheira acadêmica. (Pérez Islas, 2023, informação verbal, tradução nossa).

Retornando ao contexto do CONJUVE, a professora Severine comenta sobre a relação complementar entre jovens e adultos, baseada em seus contextos individuais, e os intelectuais que trazem suas experiências diferenciadas. Essa complementaridade buscou unir esforços em vez de gerar conflitos. No entanto, é importante reconhecer que havia disputas no dia a dia, como ela relata neste depoimento:

Acho que eles se complementam na medida em que os jovens trazem questões de seu lugar, e o especialista traz de seu próprio lugar, então deve somar mais do que antagonizar, digamos assim. Mas é fato que no dia a dia do CONJUVE havia disputas, especialmente no campo que vinha do terceiro setor, organizações não governamentais e alguns setores da academia, como os movimentos e organizações juvenis que tinham vínculo partidário. Essa foi uma disputa que existiu desde 2005. (Macedo, 2023, informação verbal).

A importância da complementaridade entre os jovens e os intelectuais na formulação de políticas públicas é fundamental. Cada jovem traz consigo questões oriundas de suas experiências pessoais, enquanto os profissionais contribuem com seu conhecimento técnico e histórico. No entanto, também reconhece a existência de disputas no CONJUVE, especialmente entre atores do terceiro setor. Além disso, há também um conflito geracional que não se baseia apenas na idade, mas sim nas diferentes origens e trajetórias de cada ator:

Às vezes, este campo considerava a juventude partidária e seus movimentos demasiadamente focados em bandeiras, carecendo de formulação. No entanto, houve preconceito, dada a diversidade de trajetórias. Paciência é crucial, já que jovens de diferentes origens não possuem a mesma experiência de elaboração que pesquisadores ou ONGs. Uma disputa se desenrolou, onde os jovens não vinculados aos partidos tradicionais se sentiam paternalizados, enquanto os mais experientes queriam ditar o certo e o errado. Esse conflito não era apenas geracional, mas também baseado na origem de cada ator. Apesar das disputas, a presença de ambos foi fundamental, complementando-se. (Macedo, 2023, informação verbal).

Essas tensões refletem a complexidade das interações no processo de formulação de políticas públicas, o que nos leva a reconhecer a importância de não idealizar a juventude ou qualquer grupo, enfatizando que todos têm suas contradições e desafios. Nesse sentido, uma das tentativas foi criar um ambiente de debate construtivo no CONJUVE, reconhecendo que

nem tudo é preto e branco. Isso é importante para promover políticas públicas que reflitam a diversidade de perspectivas e desafios enfrentados pela juventude:

Não defendo a ideia de que a juventude seja uniformemente bela, assim como não podemos generalizar sobre a beleza de todas as mulheres ou todos os negros e a perfeição. Como seres humanos inseridos em uma sociedade capitalista repleta de contradições, é natural termos nossas próprias contradições. Não é realista pensar que todo protagonismo juvenil seja sempre correto, já que a juventude reflete as contradições sociais. O equilíbrio, não os extremos, é o cerne da questão. Tentamos estimular essa abordagem e considero isso um acerto do Conselho, uma diretriz que procuramos implementar durante nossa gestão. (Macedo, 2023, informação verbal).

A participação ativa dos acadêmicos na formulação de políticas públicas é de grande importância. Um dos destaques é a capacidade de sensibilização para questões específicas, graças ao acesso a dados e pesquisas relevantes. Isso lhes permite identificar problemas emergentes e entender suas implicações para a sociedade em geral. Além disso, sua experiência lhes comporta gerar soluções inovadoras e avaliar o impacto potencial das políticas propostas.

Seu conhecimento especializado é fundamental na elaboração de políticas públicas, pois podem fornecer informações respaldadas por evidências e criar propostas sólidas. Eles fazem parte das chamadas *epistemic communities* ou comunidades epistêmicas, desempenhando um papel crucial na formulação de políticas baseadas em evidências e na construção de soluções efetivas para os desafios da sociedade. Assim, Massardier (2006, p 3, nota 4, tradução nossa), citando Haas (1992), as define como “uma constelação inteira de crenças, valores e técnicas compartilhados pelos membros de uma comunidade determinada.”

Da mesma forma, esses atores desempenham um papel fundamental na conscientização sobre os problemas emergentes. Ao compartilhar seus conhecimentos e destacar a importância desses problemas, contribuem para gerar um debate informado e incentivar a adoção de medidas adequadas. Portanto, os acadêmicos não apenas enriquecem o processo de tomada de decisão, mas também fortalecem a legitimidade e a qualidade das políticas aplicadas. Seu aporte garante que as políticas sejam respaldadas por pesquisas rigorosas e adaptadas às necessidades e realidades atuais. Em suma, a colaboração entre a academia e a política é essencial para enfrentar com eficácia os desafios sociais e promover o bem-estar geral.

## 5.6 INFLUÊNCIA GLOBAL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS: O PAPEL DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS.

Quando se trata de políticas públicas, a influência dos organismos internacionais não pode ser ignorada, uma vez que essas políticas vão além das fronteiras nacionais. Elas são moldadas por diversos atores, sejam indivíduos, organizações ou instituições, atuando em

diferentes níveis, incluindo esferas inter, trans, supranacionais e globais. Esses atores contribuem com ideias e abordagens para aprimorar a eficácia e legitimidade das ações governamentais (Faria, 2018).

No âmbito global, as organizações multilaterais desempenham um papel crucial na formulação de políticas públicas, abordando desafios que transcendem fronteiras, como migração, pobreza e violência. Essas organizações têm o poder de influenciar a implementação de políticas nos Estados nacionais, promovendo a incorporação de ações, normas e diretrizes em políticas locais. Além disso, como agentes proativos, elas desempenham um papel fundamental na promoção de soluções, políticas e medidas para enfrentar desafios sociais em escala regional e global, fomentando a cooperação e o diálogo entre os Estados.

Uma das ações dos organismos multilaterais é influenciar a implementação das políticas locais por meio da criação e promoção de normas e padrões internacionais. Eles estabelecem diretrizes para os Estados Membros, promovendo a harmonização e coerência no desenvolvimento das políticas locais. Por exemplo, a Organização Ibero-Americana da Juventude (OIJ) coordena a colaboração global relacionada à juventude, apoiando os governos na implementação de políticas públicas para esse segmento da população.

Esse tipo de organização exerce uma importante influência sobre os Estados Membros para que adiram às normas e padrões internacionais estabelecidos por meio de seu consenso. Essas Organizações Internacionais também atuam como comunidades de especialistas onde se compartilham experiências, conhecimentos e crenças em diversos campos de interesse dos países, com impacto na definição de problemas, no desenho de políticas e no estabelecimento de acordos entre os diferentes Países (Barnett; Finnemore; Duvall, 2005; Faria, 2018).

As organizações internacionais também podem monitorar e influenciar a elaboração de políticas públicas, restringindo a autonomia dos Estados. No entanto, elas oferecem oportunidades para que os Estados participem na tomada de decisões regionais e globais, catalisando a convergência de interesses e colaborando com outras entidades, como organizações da sociedade civil e o setor privado, para promover políticas públicas mais inclusivas e equitativas. É importante considerar que a eficácia desses mecanismos varia dependendo do contexto, da vontade política dos países, da implementação de normas e acordos, da adaptação das políticas às circunstâncias nacionais e dos recursos disponíveis, bem como da existência de mecanismos de monitoramento e prestação de contas.

Como já mencionado, as ações das organizações internacionais têm um impacto significativo nos Estados e na configuração da agenda política mundial. Embora esse impacto

possa variar em função de diversos fatores, é inegável a sua influência na definição de normas, na identificação de problemas globais e nas relações entre os Estados.

Figura 6 Organizações Multilaterais



As organizações multilaterais desempenham um papel fundamental ao fornecer plataformas de diálogo e cooperação entre os países membros, possibilitando o enfrentamento de desafios globais e regionais, como a participação juvenil na esfera política. A análise desta categoria concentra-se no campo das políticas públicas para a juventude (PPJ) e na sua implementação no contexto de organizações multilaterais. A relação entre as subcategorias apresentadas na figura 5 demonstra a complexidade e interligação de elementos-chave na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas para a juventude. O desenvolvimento a partir de uma abordagem integral e colaborativa é essencial para enfrentar os desafios de forma eficaz e aproveitar as oportunidades que a juventude apresenta para a sociedade como um todo.

É crucial levar em consideração o contexto regional e global sem perder a perspectiva do papel das instituições e processos nacionais. Embora o contexto global tenha adquirido relevância na interação com as esferas locais e nas relações externas de cada país, a preocupação com os problemas locais e específicos continua sendo significativa. Segundo Yeates (2005), à medida que os Organismos Multilaterais aumentam sua autonomia e burocratização, eles exercem um impacto sobre as políticas públicas nacionais, por vezes enfatizando a soberania dos Estados. Isso nos leva a questionar se as políticas públicas de Juventude na América Latina, especialmente no Brasil e na Colômbia, têm sido formuladas mais em resposta às necessidades específicas de cada país ou em decorrência de demandas de organismos internacionais.

Praticamente todos os participantes concordam que a formulação de políticas públicas nos países é influenciada de várias formas pela atuação de organismos multilaterais. No caso

específico das políticas de juventude, sua formulação ocorre em resposta a demandas de instituições como as Nações Unidas, conforme discutido nos capítulos iniciais. Por exemplo, o professor Álvaro destaca que, em uma sociedade complexa, a presença e a pressão exercida pelos Organismos Internacionais sobre os governos desempenham um papel fundamental na promoção de políticas públicas favoráveis aos setores específicos, como a juventude:

Se considerarmos a complexidade da sociedade, isso implica que estamos em várias situações, tornando importante o elemento de presença internacional para exercer pressão sobre governos que podem não priorizar políticas públicas específicas, como as voltadas para jovens. Nesse caso, devido a convenções internacionais e aos compromissos do país, ele é obrigado a responder ao apelo, embora seja em âmbito internacional, o governo ainda está ciente do que ocorre em um determinado grupo populacional. (Díaz, 2023, informação verbal, tradução nossa).

As organizações internacionais desempenham um papel muito importante no campo dos direitos da juventude. Sua influência e atuação são extremamente significativas, uma vez que estabelecem diretrizes fundamentais para a formulação de políticas públicas, como afirmou o professor Paulo Cesar:

Os organismos internacionais possuem uma relevância conceitual, notadamente após o Livro Branco da Juventude de 1995, que propôs expandir essa compreensão para outros países, reconhecendo os jovens como sujeitos de direitos. As ações dos organismos multilaterais desempenham um papel crucial no desenvolvimento de políticas essenciais. Contudo, é fundamental observar que em diferentes regiões e realidades surgem necessidades específicas, exigindo abordagens adaptadas. (Carrano, 2023, informação verbal).

O interesse em temas relacionados à juventude vem crescendo. Mesmo sob uma perspectiva mais dominada pela abordagem adultocêntrica e beneficente, não se pode ignorar que a UNESCO e a CEPAL tiveram um papel importante na análise da situação dos jovens na América Latina. Elas promoveram estudos sobre a juventude, abordando temas como saúde, emprego, educação, pobreza e problemas sociais, como o uso de drogas e gangues. Isso é ressaltado pela professora Glória:

Aqueles que iniciaram a discussão sobre o que fazer com os jovens, mesmo que inicialmente a abordagem fosse adultocêntrica e assistencialista, deram o primeiro passo. Em 1965, em Grenoble, a UNESCO realizou uma conferência sobre infância e juventude. Na América Latina, antes desse evento, a CEPAL começou a organizar uma conferência interna com o mesmo propósito (Graterol, 2023, informação verbal, tradução nossa).

Na mesma linha, a professora Eliane afirma que a UNESCO desempenhou um papel relevante nas décadas de 1980 e 1990. O que se refletiu em uma série de ações que tiveram um impacto significativo no desenvolvimento de políticas públicas. Portanto, a professora reconhece que, durante o período mencionado, os organismos internacionais desempenharam

um papel significativo na definição das políticas públicas brasileiras, representando uma tendência global, onde organizações internacionais frequentemente fornecem orientações e recursos financeiros para países em desenvolvimento:

Quando a UNESCO inicia essas pesquisas, ocorre uma influência dos organismos internacionais. Naquela época, nas décadas de oitenta e noventa, esses organismos internacionais ainda tinham um peso significativo, o qual não sei se é tão pronunciado nos dias de hoje. No entanto, exerciam uma influência considerável na elaboração de políticas e em como elas eram implementadas. O Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), por exemplo, desempenhavam papéis importantes nesse contexto. (Ribeiro, 2023, informação verbal).

Igualmente, aborda-se o tema da violência, argumentando que sua inclusão na agenda de políticas públicas pode ter sido impulsionada pela influência desses organismos internacionais. Nesse sentido, é importante observar que os organismos internacionais frequentemente identificam desafios comuns a vários países e incentivam a adoção de abordagens específicas para resolvê-los. Portanto, “A ênfase na questão da violência foi amplamente influenciada pelos organismos internacionais, embora o Brasil também enfrentasse esse problema. No entanto, os organismos internacionais destacaram esse tema, considerando o contexto brasileiro” (Ribeiro, 2023, informação verbal).

Da mesma forma, aponta a importância de atender às demandas internas na formulação de políticas públicas, sugerindo que, embora os organismos internacionais possam desempenhar um papel importante, as políticas públicas devem ser adaptadas às necessidades e contextos específicos de cada país ou continente, como aconteceu com a influência dos organismos internacionais na África, que, em comparação com a influência no Brasil, pode ser considerada mais leve, uma vez que pode estar relacionada à gravidade de certos problemas e à capacidade de resposta dos países às recomendações desses organismos.

Esses organismos têm uma influência. No entanto, acredito que essa influência não seja tão marcante como em outros continentes, como na África, por exemplo. Na África, essa influência dos organismos internacionais é avassaladora, enquanto aqui é algo mais sutil, por assim dizer. No entanto, creio que eles ainda têm influência, mas não exclusivamente. Acredito que seja importante reconhecer também uma série de demandas internas que precisam ser consideradas. (Ribeiro, 2023, informação verbal).

Considerando o contexto da influência das Organizações Internacionais na concepção e formulação de Políticas de Juventude, a questão da violência é mencionada por vários entrevistados como um dos problemas abordados por essas entidades multilaterais. Elas buscam analisar e compreender a relação entre esse problema e seu impacto nas realidades locais, bem como definir estratégias globais para enfrentar essa complexa situação.

O professor German concorda que as políticas de juventude frequentemente são elaboradas em resposta a demandas de instituições como as Nações Unidas. No entanto, ele observa que essas políticas não costumam considerar as necessidades e ações dos próprios jovens. Em vez de garantir seus direitos e proteção, essas políticas buscam controlá-los.

É bastante desafiador transformar documentos em realidade, pois a formulação de políticas para jovens é elaborada com base nas diretrizes de instituições como as Nações Unidas ou suas equivalentes em cada região. De fato, a formulação de políticas públicas, em termos gerais, é uma demanda das instituições governamentais. (Muñoz, 2023, informação verbal, tradução nossa).

De maneira semelhante, a professora Glória ressalta a relevância da CEPAL nos estudos relacionados à juventude, “Em 1965, Medina Echavarría iniciou uma pesquisa e identificou a ausência de estudos sobre a juventude na região, levando a CEPAL a promover pesquisas específicas sobre jovens na região” (Graterol, 2023, informação verbal, tradução nossa).

A CEPAL, então, iniciou a promoção de estudos sobre a juventude, abrangendo temas demográficos, setoriais e relatórios nacionais. Essas questões incluíam tópicos centrais, como emprego, saúde reprodutiva, educação e pobreza, além de problemas sociais como dependência de drogas e gangues, “Nem todos os países abordaram esses temas, mas existem pequenos relatórios para reuniões subsequentes, que tratam da situação sociodemográfica dos jovens. A CEPAL está liderando esse esforço” (Graterol, 2023, informação verbal, tradução nossa).

Conforme mencionado pela professora Eliane, embora a violência seja um problema presente no Brasil, ela foi enfrentada, em grande parte, devido à pressão das organizações internacionais, em vez de ser uma iniciativa das entidades responsáveis no país: “Por exemplo, a questão da violência, considero que foi amplamente influenciada pelos organismos internacionais. Não significa que o Brasil não tenha esse problema, mas sim que os organismos internacionais também o abordam devido à sua presença no país.” Contudo, a maneira como essa pressão se traduz em intervenção é motivo de questionamento: “Mas hoje, por exemplo, acredito que devemos refletir sobre como abordamos a questão da violência. Talvez tenha sido mais influenciada do que compatível com a nossa realidade.” (Ribeiro, 2023, informação verbal).

Nesse contexto, estabelece-se uma correlação entre as políticas internacionais, as políticas públicas locais e as necessidades específicas. É de suma importância reconhecer essa inter-relação a fim de formular respostas mais pertinentes às realidades e aos contextos, como salientado pelo Professor Álvaro. Tema que se torna especialmente relevante diante dos compromissos decorrentes dos acordos internacionais, assinados por cada país, que impõem a responsabilidade de atender às demandas e apelos internacionais, “o fato de emergir de um

grupo populacional não significa que não esteja relacionado ao âmbito internacional e ao que pode ser solicitado. É um elemento de inter-relação que às vezes não é devidamente observado no nível operacional, não é muito reconhecível.” (Díaz, 2023, informação verbal, tradução nossa).

Assim, destaca-se a importância dos estudos e reflexões que podem emergir da observação dessas inter-relações quando analisadas no campo de estudo e formulação de políticas públicas, enfatizando: “No âmbito da pesquisa, parece-me que deveria ser mais explícito e reconhecido que são elementos inter-relacionados na teoria da complexidade. Como podemos unir o que é desarticulado, como políticas internacionais, políticas públicas locais e necessidades específicas.” (Díaz, 2023, informação verbal, tradução nossa).

Na mesma linha de pensamento, o professor Paulo afirma que cada país deve traçar seu próprio caminho a partir de sua realidade e necessidades específicas ao conceber suas políticas públicas. No entanto, não se pode negar a importância da atuação de organismos internacionais, “Cada país, como a Colômbia, tem um caminho próprio marcado pela violência, influenciando políticas de paz e formação de novos atores comprometidos com a esperança. Observo os avanços que ocorreram.” (Carrano, 2023, informação verbal).

De forma semelhante, a professora Dulfary destaca que a pressão ou influência das Organizações Multilaterais se faz presente nas respostas que os países oferecem a problemas ou situações locais específicas:

Acredito que isso decorre da pressão que surge e afeta a questão da juventude. Muitas das câmeras municipais pedem políticas públicas para a juventude em resposta a manifestações. As manifestações do *estallido* social na Colômbia quebram mitos, geram mudanças e colocam a questão na agenda pública. (Calderón, 2023, informação verbal, tradução nossa).

Em outras palavras, está se tornando cada vez mais difícil para os governos evitar a participação dos jovens nas decisões políticas. Os jovens desempenham um papel ativo na demanda por políticas públicas, e as autoridades competentes devem atender a essas demandas específicas, inclusive em situações extremas, como já abordado nas manifestações dos movimentos sociais no capítulo um, mencionadas pela professora ao se referir ao “*estallido social*”:

Há também uma questão de pressão, pois os jovens estão no centro, por assim dizer, assumindo a responsabilidade na tomada de decisões políticas. É sabido que um prefeito que não tem políticas públicas que atendam a essa necessidade pode desencadear movimentos sociais entre seus próprios jovens. (Calderón, 2023, informação verbal, tradução nossa).

Portanto, a professora oferece um exemplo de como os jovens podem colocar questões na agenda política, em alguns casos, devido à ineficácia dos governos frente a acordos firmados em instâncias internacionais. Isso se aplica, por um lado, à questão do acesso ao ensino superior:

Por exemplo, na área da educação, levou Bogotá a construir uma política pública em que, no momento, a prefeitura tem um programa muito semelhante ao “*Jóvenes en la U*”, que se assemelha ao programa “*Ser Pilo Paga*”, com o objetivo de envolvê-los, alcançando a matrícula zero. Em outras palavras, Duque tomou a decisão de zerar a matrícula, mas isso se deve a um levante social. (Calderón, 2023, informação verbal, tradução nossa).

Além disso, referir-se-á à formação de conselhos de juventude, quando comenta que: “e as câmaras municipais, por assim dizer, começam a perceber isso e também são organizados conselhos de juvenis, nos quais o conceito de conselhos de juventude é criado para a participação dos jovens.” (Calderón, 2023, informação verbal, tradução nossa).

Com referência à questão da educação, como mencionado anteriormente, as dificuldades enfrentadas em relação ao acesso ao ensino superior na Colômbia não são um problema recente, tem sido persistente ao longo do tempo. Embora os últimos governos tenham apresentado estratégias para sua atenção, é um problema que pode culminar em manifestações como a vivida na Colômbia pelo surto social.

Nesse sentido, os programas<sup>28</sup>: *Jóvenes en la U*, *Ser Pilo Paga* e *Matrícula cero*, dos quais fala a professora Dulfary, buscam facilitar o acesso e a permanência no ensino superior de estudantes de baixa renda, por meio de apoio financeiro para o custeio das mensalidades e, em alguns casos, oferecem ajuda adicional para despesas durante os estudos, como no caso do programa “*Jóvenes a la U*” vinculado à secretaria de educação de Bogotá. Os outros dois programas são de abrangência nacional.

Enquanto o ensino superior na Colômbia não garante a educação pública gratuita no nível superior, como tem sido o caso no Brasil desde 1996, através da Lei No. 9.394, ou Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, onde a educação gratuita é estabelecida em todos os

---

<sup>28</sup> Esses programas têm como objetivo principal ampliar as oportunidades educacionais e reduzir as barreiras econômicas para alunos em situação de vulnerabilidade. O programa *Jóvenes en la U* proporciona acesso e apoio aos jovens, permitindo que eles ingressem e permaneçam no ensino superior de forma gratuita. Visa cobrir as despesas de matrícula dos beneficiários em programas de instituições públicas e privadas, além de fornecer apoio financeiro por semestre letivo. O programa *Ser Pilo Paga* possibilita que os melhores alunos do país, com recursos financeiros limitados, tenham acesso a instituições de ensino superior de qualidade. O Governo Nacional cobre o valor total da mensalidade por meio de créditos perdoáveis e também oferece suporte financeiro durante todo o período de estudo. O programa *Matrícula Cero* cobre o valor da mensalidade dos alunos de graduação dos estratos 1, 2 e 3 em instituições públicas de ensino superior do país. Busca beneficiar pessoas que já ingressaram na universidade e que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

<https://www.mineducacion.gov.co/portal/Educacion-superior/Politica-de-Gratuidad/409830:Politica-de-Gratuidad-en-la-Educacion-Superior>

níveis. Já na Colômbia, o atual presidente, Gustavo Petro, está perto de sancionar um projeto de lei que busca garantir a gratuidade da graduação nas instituições públicas de ensino superior do país.

Porém, e continuando com o tópico anterior sobre os conselhos de juventude, é importante mencionar que isso faz parte das disposições aprovadas na XV Cúpula Ibero-Americana de Ministros e Responsáveis pela Juventude, na cidade de Santo Domingo, em dezembro de 2010. O principal objetivo dessas disposições é fortalecer o papel da juventude no desenvolvimento de nossas nações. Enquanto os governos devem promover a cooperação, a justiça, a paz, a solidariedade, a igualdade, a equidade de gênero e os princípios da não discriminação (OIJ, 2010).

A partir desta reunião, os Estados membros da OIJ se comprometem, entre outras disposições, a: “Reconhecer que a política local e municipal de juventude deve ser fortalecida por meio do fornecimento de instrumentos institucionais e orçamentários para alcançar uma abordagem efetiva das políticas públicas de juventude e para a juventude.” (OIJ, 2010, p. 2, tradução nossa).

Pois bem, voltando à discussão sobre o papel dos Organismos Internacionais nas políticas públicas de juventude, o professor José Antônio assegura que a OIJ deixou de ter a liderança, relevância e presença de outros momentos e passou a ser um organismo que se desviou de seu objetivo original como organização de juventude e, portanto, pode ser entendido como uma mudança em seu foco e funções ao longo dos anos:

De fato, a OIJ praticamente desapareceu do mapa. Ela se tornou algo bem diferente. A Organização Ibero-Americana da Juventude é uma organização de governos, então tínhamos, de fato, três linhas de trabalho: os funcionários públicos. Na verdade, eu participei em algum momento como funcionário público. Os pesquisadores, aos quais eu me juntei, e os jovens. No início, durante duas ou três reuniões, trabalhei com os três níveis, com os jovens, a reunião de funcionários públicos e a reunião de pesquisadores. (Pérez Islas, 2023, informação verbal, tradução nossa).

A OIJ tinha linhas de trabalho diversificadas, cada uma direcionada a um grupo específico (funcionários públicos, pesquisadores e jovens). Essa diferenciação reflete um esforço para atender às necessidades e preocupações de diversos segmentos da população jovem. Portanto, como responsável pela elaboração dos relatórios regionais, ele reconhece o quanto os relatórios foram valiosos para entender melhor a dinâmica dos jovens na região ibero-americana e para desenvolver políticas baseadas em evidências:

Minha responsabilidade era principalmente a geração de relatórios regionais. Na verdade, isso costumava ser uma prática regular, a cada quatro anos. No entanto, acredito que essa prática tenha sido descontinuada. Talvez isso tenha ocorrido devido à complexidade envolvida, uma vez que esses relatórios eram ibero-americanos.

Portanto, era necessário comparar a Espanha e Portugal com a América Latina e o Caribe, o que, por vezes, era desafiador devido às grandes distâncias envolvidas. (Pérez Islas, 2023, informação verbal, tradução nossa).

Apesar dos avanços tecnológicos, aparentemente a OIJ não conseguiu tirar o máximo proveito da tecnologia para manter-se ativa e continuar seu trabalho: “A próxima sessão será muito interessante, pois envolverá interações com pesquisadores e intelectuais. Essa colaboração foi muito proveitosa no passado, mas agora parece que a única coisa que resta é a recordação desses momentos.” (Pérez Islas, 2023, tradução nossa). Isso pode ser uma indicação de dificuldades de adaptação a novas formas de colaboração e comunicação no ambiente digital: “Embora a tecnologia devesse ter nos auxiliado na coordenação desse tipo de atividade, ela parece ter sido esquecida, e não vemos mais a produção de relatórios regionais.” (Pérez Islas, 2023, informação verbal, tradução nossa).

Em resumo, destaca-se a transformação e, aparentemente, a desaparecimento da OIJ, uma organização que costumava lidar com questões relacionadas à juventude na região ibero-americana. A experiência do professor José Antonio concentrou-se na geração de relatórios regionais e na colaboração com funcionários e pesquisadores. Além disso, sugere-se que desafios logísticos e a falta de adaptação à tecnologia podem ter contribuído para a desaparecimento da organização. Este exemplo ilustra como as organizações intergovernamentais podem enfrentar desafios em sua evolução e adaptação ao longo do tempo.

Nesse sentido, por meio do relato, revela-se como essa instituição passou por um declínio e perdeu o impacto que possuía em momentos anteriores, especialmente no que diz respeito à convocação e à reunião dos Estados Membros. Situação que aponta para uma falta de continuidade e colaboração eficaz na promoção e análise de questões relacionadas à juventude. Nesse contexto, ele foi indagado sobre o papel atual do OIJ:

A administração atual da OIJ é problemática. Atualmente, é liderada por um mexicano. Isso ocorreu porque, em certa medida, se assemelha, no melhor dos casos, a uma ONG e, na pior das hipóteses, a uma agência privada. No passado, os pequenos eventos estavam fortemente ligados a promoções questionáveis. Era excessivamente voltada para o aspecto empresarial. Acredito que a importância da OIJ tenha sido principalmente na geração de informações. Quando conseguiu reunir as informações necessárias para elaborar relatórios regionais, permitiu que os países não se concentrassem apenas em suas próprias realidades, mas também avaliassem o desempenho dos outros. (Pérez Islas, 2023, informação verbal, tradução nossa).

Dessa forma, esse relato transmite uma sensação que também experimentamos durante o desenvolvimento desta pesquisa em 2018. No início da revisão bibliográfica, o site da OIJ exibiu em sua barra de navegação um mapa com os países membros. Ao clicar, era possível ser redirecionado para a página oficial da organização juvenil de cada país. No final de 2019, o

design do website passou por uma transformação completa, possivelmente visando torná-lo mais atrativo para um público jovem ou, talvez, mais profissional.

Outro aspecto relevante mencionado é a perda de sua função primordial de gerar informações para relatórios regionais. Pelo menos era de se esperar que a instituição mantivesse um arquivo ou biblioteca digital, como é o caso da CEPAL, UNESCO e ONU. Nesse contexto, o Professor acrescenta:

Acredito que a geração de informações seja fundamental. A CEPAL, por exemplo, tem como principal função nos manter informados sobre questões regionais. Ela nos permite compreender não apenas nossas circunstâncias locais, mas também as regionais e, poderia até dizer, globais. Isso foi praticamente perdido com a OIJ. Não estou certo sobre o término de seu mandato, mas questiono a possibilidade de recuperação dessa organização, pois, como mencionei, é composta por governos. (Pérez Islas, 2023, informação verbal, tradução nossa).

Além disso, o autor chama a atenção para a importância da presença e participação ativa dos governos em organizações como a OIJ, destacando mais uma vez a diminuição da relevância dessas Organizações Internacionais. Parece que elas já não despertam tanto interesse por parte dos atores políticos:

A presença dos governos deve ser relevante, como o foi em algum momento. De fato, foi tão significativa que houve uma disputa pela presidência da OIJ, pois isso garantia acesso a decisões regionais cruciais. Hoje, parece que poucos se interessam, refletindo o declínio das políticas de juventude, em parte devido à diminuição da importância de organizações como a OIJ. Elas não foram as únicas; havia duas organizações latino-americanas semelhantes. Uma delas, cujo nome me escapa, foi promovida pelo México e pela Venezuela nas décadas de 70 ou 80, quando esses países eram considerados ricos devido ao petróleo. Financiavam amplamente organizações dedicadas a questões de juventude. Quando enfrentaram dificuldades, especialmente México e Venezuela, durante a crise da dívida, o financiamento secou e essa organização de jovens, cujo nome não recordo, desapareceu. Parte do que essa organização fazia foi inicialmente absorvida pela OIJ. No entanto, não dispomos de uma organização regional capaz de convocar os governos. (Pérez Islas, 2023, informação verbal, tradução nossa).

Em relação ao exposto, Liguori e Beretta (2022) discorrem em seu artigo sobre o interesse comum que emerge na América Latina e no Caribe para estabelecer instâncias de cooperação e definir ações específicas para a juventude. Eles mencionam a criação do Centro Latino-Americano e Caribenho da Juventude (CLACJ) como uma primeira tentativa de uma Organização Internacional da Juventude na região, sendo uma das instituições a que o professor Jose Antônio quis se referir.

Esta entidade foi estabelecida em 1983, inicialmente contando com a participação da Argentina, Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, México, Nicarágua e República Dominicana. Embora o seu propósito fosse ser um mecanismo especializado em cooperação técnica internacional em assuntos juvenis, o seu funcionamento

foi prejudicado pela ausência de instituições governamentais voltadas para a juventude em muitos dos países membros. Durante os primeiros anos da década de 90, o CLACJ se desfez.

Posteriormente, ocorreram as Conferências Intergovernamentais sobre Políticas de Juventude, que atraíram a participação de grande parte dos países da região. De acordo com os autores, essas conferências alcançaram um “notável dinamismo e conseguiram centralizar o apoio e a participação dos governos nacionais em três grandes encontros regionais [...], nos quais a perspectiva ibero-americana é apresentada como linha central de ação para a abordagem estatal em relação às juventudes” (Liguori; Beretta, 2022, p. 78,79, tradução nossa).

As reuniões regionais ocorreram em Madrid, em 1987; Buenos Aires, em 1988; e San José da Costa Rica, em 1989. Esses encontros são considerados precursores da Organização Ibero-Americana da Juventude. Voltando à narrativa do Professor Jose Antônio, merece destaque a sua ênfase no fato de que os governos estão demonstrando um interesse reduzido, ou melhor, pouca vontade política em relação a iniciativas voltadas para a juventude. Essa falta de interesse se manifesta na carência de financiamento e no abandono de algumas ações orientadas para as juventudes:

Parece indicar que o interesse dos governos em políticas de juventude varia. O Uruguai e, em certa medida, o Chile ainda mantêm relevância, pois conseguem influenciar as ações de outros países, como manter a periodicidade das pesquisas nacionais sobre juventude, crucial para validar dados estatísticos. Por outro lado, no México, houve apenas três pesquisas e não está prevista a quarta devido à falta de interesse e recursos orçamentários. Portanto, atualmente, parece que não existe uma organização internacional dedicada à juventude capaz de reunir-se e abordar questões relevantes sobre jovens. (Pérez Islas, 2023, informação verbal, tradução nossa).

Consequentemente, observa-se a ausência de uma hegemonia central, o que tem diminuído a pressão externa sobre as questões relacionadas à juventude, juntamente com as divergências que emergem entre diversas entidades e grupos: “Uma vez, na Colômbia, em Manizales, durante um evento, fomos acusados de que a perspectiva dos jovens como atores estratégicos no desenvolvimento era uma imposição do Banco Mundial. Na realidade, essa ideia surgiu entre intelectuais e pesquisadores, e posteriormente a compartilhamos com alguns governos.” (Pérez Islas, 2023, informação verbal, tradução nossa).

Portanto, a influência das organizações multilaterais no âmbito da juventude se manifesta mais por meio de agências como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e a ONU do que pelas próprias organizações especializadas em juventude, como a OIJ. Essas agências impõem linhas de trabalho relacionadas aos jovens como atores estratégicos do desenvolvimento, principalmente em questões financeiras e no suporte a determinadas

estratégias das administrações locais. Contudo, elas não estão diretamente envolvidas no âmbito juvenil:

Não creio que as agências internacionais atuem nesse nível, ou seja, sua pressão geralmente envolve questões financeiras, apoio ou oposição a determinadas políticas locais, etc. Em minha experiência, nunca me informaram que o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional ou a ONU atuem dessa forma. Sempre há a opção, como nação, de recusar ou aceitar tais propostas, embora essa flexibilidade esteja diminuindo nos dias de hoje. Parece que o mundo bipolar que conhecíamos deu lugar a um mundo multipolar, onde muitos países estão direcionando seu foco internamente. (Pérez Islas, 2023, informação verbal, tradução nossa).

É inegável o papel desempenhado pelas organizações internacionais em várias esferas, apesar de, como salienta o Professor José Antonio, haver uma tendência ao ressurgimento do nacionalismo. É importante ressaltar alguns aspectos da atuação desses atores internacionais, como observado pelo Professor Paulo Cesar: “Os organismos exercem influência positiva na percepção dos jovens como sujeitos de direitos e construtores da paz, o que permeou a política ao promover a participação e protagonismo juvenil.” (Carrano, 2023, informação verbal). A influência dos organismos internacionais no contexto da juventude traz consigo tanto aspectos positivos quanto preocupações. Observa-se, contudo, uma mudança na abordagem dos jovens motivada por interesses econômicos, destacando-se as ideias do empreendedorismo e do neoliberalismo, que foram impulsionadas por ações do Banco Mundial e fortaleceram iniciativas políticas que passaram a enxergar o jovem não mais como um sujeito coletivo, mas como um indivíduo em busca de seu próprio futuro.

Na mesma linha de pensamento, encontramos o argumento da professora Severine, que atuou como diretora da Secretaria Nacional de Juventude do Brasil (SNJ). Ela destaca o papel dos organismos internacionais nas políticas de juventude. Nesse contexto, ela enfatiza a importância das alianças e articulações estabelecidas a partir da criação da Secretaria Nacional de Juventude em 2005. Durante esse período, houve um amplo desenvolvimento de relações e conexões nesse campo. No entanto, ela concorda com o que foi expresso por outros entrevistados ao apontar que essas relações entre Organismos Multilaterais e Estados constituem um jogo de trocas e benefícios mútuos:

Desde a criação da Secretaria, estabelecemos diversas relações. Logo após sua fundação em 2005, começamos a colaborar com a OIJ. Posteriormente, assumi a presidência da OIJ por dois anos. Estabelecemos uma parceria sólida com as Nações Unidas para criar um fórum permanente de juventude. Mantivemos diálogos intensos e reconhecidos, especialmente com o Fundo de Populações e a ONU Habitat. Também colaboramos com a UNESCO em questões amplas e com a OIT, o que foi fundamental, especialmente em relação à agenda nacional de trabalho decente para jovens. (Macedo, 2023, informação verbal).

A dinâmica das relações entre organizações governamentais e agências internacionais no contexto de políticas públicas de juventude é destacada devido à complexidade e aos desafios inerentes a essas relações. Ambas as partes têm seus próprios interesses e objetivos, o que frequentemente resulta em negociações complexas, conforme a Professora: “Tivemos altos e baixos, já que as agências frequentemente condicionam iniciativas. É um jogo político, onde ambos têm seus interesses. Às vezes, nossos interesses convergiam e colaborávamos, outras vezes, discordávamos e seguíamos caminhos separados.” (Macedo, 2023, informação verbal). Essas relações podem ser caracterizadas por momentos de cooperação e desacordo, sendo, portanto, voláteis. Em alguns casos, ocorre alinhamento de interesses, levando a uma cooperação eficaz, enquanto em outros momentos, surgem divergências que levam as partes a adotar abordagens distintas.

Já o professor Danilo que igualmente representou o Brasil na OIJ, quando questionado sobre se considerava que as políticas de juventude no Brasil eram formuladas em maior medida em resposta às necessidades da população jovem ou se eram influenciadas por agências multilaterais, enfatizou que tais políticas derivavam principalmente das particularidades do governo em si e dos movimentos sociais, ao invés de serem moldadas por influências externas: “Acredito que ele legitimou e proporcionou uma base teórica, oferecendo experiências que já existiam para que pudéssemos observar. No entanto, não acredito que tenha sido uma ação dos organismos multilaterais que tenha orientado o governo” (Moreira, 2024, informação verbal).

A importância das características intrínsecas do governo, seu vínculo com os movimentos sociais e sua afinidade com questões relacionadas à juventude foram destacadas como impulsionadoras iniciais de ações políticas nesse domínio. No entanto, a implementação da Secretaria Nacional da Juventude e do Conselho Nacional de Juventude introduziu um diálogo institucional que enriqueceu o conhecimento por meio da troca de experiências “Contudo, à medida que a Secretaria Nacional da Juventude foi implementada, juntamente com o Conselho Nacional de Juventude, passamos a dialogar institucionalmente, o que trouxe um grande enriquecimento de conhecimento por meio da troca de experiências.” (Moreira, 2023, informação verbal).

É relevante notar que a participação em reuniões do Mercosul se transformou em uma plataforma para discutir questões de juventude, indicando uma maior inclusão dessa temática na agenda regional. Isso ressalta como as políticas de juventude em âmbito nacional influenciam a promoção de discussões e ações em nível internacional, o que pode fortalecer a cooperação regional em prol dos interesses da juventude.

Consequentemente, ambos os professores concordam ao mencionar a importância dos espaços interinstitucionais no contexto da implementação de políticas e ações relacionadas à juventude, a exemplo da professora Severine, comenta: “No Brasil, para evitar ficarmos reféns dessas articulações e priorizarmos o que era estratégico, buscamos não ser totalmente influenciados. Na época, havia iniciativas fragmentadas, com cada agência focando em diferentes aspectos.” (Macedo, 2023, informação verbal).

Portanto, uma abordagem inovadora e estratégica foi demonstrada para enfrentar questões complexas ao propor a criação de um grupo interagencial que reunisse todas as agências relacionadas à juventude em uma única mesa. A definição de prioridades de atuação, como uma agenda voltada para jovens mulheres, saúde e outros temas, é essencial para direcionar os esforços e recursos de maneira eficaz.

A Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), como resultado de seu trabalho, estabeleceu prioridades temáticas como elemento fundamental de suas estratégias. Dentro dessas prioridades, foram definidas agendas que contemplam temas importantes, como a situação da mulher jovem, saúde, trabalho decente. Essas agendas desempenharam um papel crucial ao unir três agências sob um único guarda-chuva: “A articulação das Nações Unidas visando à criação de um fórum foi crucial. Criamos uma plataforma prioritária para evitar dispersão e garantir o foco das agências em colaborar conosco nos temas de interesse.” (Macedo, 2023, informação verbal).

Destaca-se a relevância das parcerias e colaborações internacionais no contexto das políticas públicas voltadas para a juventude: “Contamos com parcerias significativas, como a OIT, UTA e o Fundo de Populações naquele período, especialmente com organismos vinculados à UNESCO e às Nações Unidas.” No entanto, é igualmente feita uma observação crítica, destacando que algumas organizações internacionais desempenharam um papel na disseminação de políticas neoliberais na América Latina. É essencial reconhecer que a cooperação internacional desempenha um papel fundamental na partilha de boas práticas e na promoção de políticas que beneficiem os jovens. No entanto, a observação sobre a disseminação de políticas neoliberais realça a necessidade de manter uma postura vigilante e crítica em relação às influências externas, assegurando que as políticas adotadas estejam alinhadas com as necessidades e interesses da juventude local. Entretanto, discussões e polêmicas também surgiram, pois os interesses dos diferentes órgãos nem sempre coincidiam, o que gerava momentos de disputas e desacordos. Em alguns casos, foi possível estabelecer parcerias estratégicas e trabalhar em conjunto, enquanto em outros momentos cada agência seguiu seu próprio caminho, mantendo sua autonomia e foco específico:

Estabelecemos diversas parcerias, priorizando algumas delas. Durante a Rio+20, colaboramos significativamente com o PNUD e outras agências, cedendo o espaço do Blast no Brasil, o que ampliou a visibilidade das questões da juventude no evento, representando um avanço. A OIJ, embora com atribuições distintas das Nações Unidas e agências, proporcionou um valioso ambiente para a troca de experiências, apesar da ausência de uma parceria financeira direta. Contamos com a participação de muitos países latino-americanos, como o Uruguai, que já haviam percorrido um longo caminho em políticas de juventude, enquanto o Brasil estava nos estágios iniciais. Essa colaboração e intercâmbio desempenharam um papel crucial para o desenvolvimento das políticas de juventude no Brasil. (Macedo, 2023, informação verbal).

Nesse contexto de troca de experiências, o professor Danilo também destaca que houve reciprocidade de experiências e eventos conjuntos com outros países, com o objetivo de observar o desenho institucional e as políticas públicas relacionadas à juventude que já estavam sendo desenvolvidas. Essas trocas proporcionaram uma oportunidade inestimável para fortalecer e enriquecer o conhecimento sobre as políticas públicas relacionadas à juventude no Brasil:

Participamos de reuniões especializadas de juventude, onde coordenávamos pautas no MERCOSUL e promovíamos a troca de experiências com outros países. Isso ocorreu após o estabelecimento da institucionalidade brasileira em 2005. A Organização Ibero-Americana de Juventude (OIJ) teve uma abordagem semelhante. Lembro-me de Alejo Ramírez<sup>29</sup>, contemporâneo meu, como secretário executivo da OIJ, e Eugênio Ravinet<sup>30</sup>, possivelmente de nacionalidade uruguaia. (Moreira, 2024, informação verbal).

Assim, de acordo com os relatos dos professores Severine e Danilo, foi possível fortalecer as instituições e promover a troca de conhecimentos com outros países, principalmente aqueles que tinham mais experiência em políticas de juventude. Os professores mencionam que essas trocas foram benéficas para o desenvolvimento das políticas de juventude no Brasil. Por exemplo, o professor Danilo fala que “Realizamos trocas e eventos conjuntos, recebendo parceiros e analisando experiências de institutos nacionais de juventude, embora essa não tenha sido a escolha do Brasil. Observamos também as políticas públicas que eles já tinham desenvolvido e formulado.” (Moreira, 2023, informação verbal).

Desta forma, a professora Severine enfatiza o papel ativo do Brasil em compartilhar conhecimento e experiência com outros países: “Também compartilhamos conhecimento,

---

<sup>29</sup> Alejo Ramírez tem vasta experiência em políticas públicas de juventude desde 1999. Ocupou cargos importantes, incluindo Coordenador de Cooperação na Direção Nacional de Juventude do Ministério de Desenvolvimento Social da Argentina e Diretor Regional do Cone Sul na Organização Ibero-Americana da Juventude. (<https://www.segib.org/el-argentino-alejo-ramirez-nuevo-secretario-general-de-la-oij/>).

<sup>30</sup> Em 2001, aos 26 anos, Eugênio Ravinet foi nomeado pelo Presidente do Chile como Diretor do Instituto Nacional da Juventude (INJUV), tornando-se o mais jovem Chefe de Serviço (Secretária de Estado) do Estado chileno desde o retorno da democracia. Na qualidade de Diretor do Instituto, foi Presidente do Conselho Diretor da Organização Ibero-Americana da Juventude (OIJ) no período de 2002-2004.

embora alguns países tivessem mais experiência em políticas de juventude. Desde o início, o Brasil avançou em sua legislação institucional, permitindo uma troca valiosa de experiências e aprendizado mútuo.” (Macedo, 2023, informação verbal).

Ambos os professores destacam o fortalecimento de espaços regionais, como o MERCOSUL e a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), como resultado das colaborações internacionais. Isso sugere que a participação do Brasil nessas organizações regionais desempenhou um papel fundamental no desenvolvimento de políticas de juventude, como relatado pelo Professor Danilo: “Essa troca de experiências enriqueceu nossa agenda internacional, e posso falar em primeira pessoa, pois representei a Secretaria em eventos e sediamos encontros aqui. Cada um contribuiu com suas características únicas nessa troca de experiências.” (Moreira, 2023, informação verbal).

Por outro lado, a professora Severine assinala que o Brasil tinha uma base sólida para suas políticas de juventude desde o início: “O papel central da OIJ foi facilitar essas trocas e o aprendizado entre os atores. Paralelamente, fortalecemos os espaços no Mercosul, incluindo a reunião especializada de juventude, a capacitação de jovens líderes de todos os países e a organização da quarta bienal dos jovens criadores da CPLP.” (Macedo, 2023, informação verbal).

O objetivo principal era trabalhar em colaboração com os demais países latino-americanos, atuando como um bloco para promover questões progressistas internacionalmente: “Na agenda internacional, ampliamos nossa atuação, incluindo cooperação Sul-Sul<sup>31</sup>, focando na CPLP e na reunião de juventude do Mercosul, com um início de articulação na CELAC, embora incipiente. Essa abordagem envolveu um intenso intercâmbio na OIJ e o fortalecimento institucional, incluindo a colaboração com Secretarias e ministros de Estado, bem como com as agências das Nações Unidas, assim “Centralizamos as opiniões por meio do GT interagencial, facilitando o diálogo entre as agências, que muitas vezes tinham divergências” (Macedo, 2023, informação verbal).

Em suma, as organizações internacionais desempenham um papel fundamental na formulação de políticas de juventude, tanto global como regionalmente, por meio de alianças, trocas de experiências e colaborações. Seu objetivo é fortalecer instituições e promover ações

---

<sup>31</sup> A Cooperação Sul-Sul é definida como um processo no qual dois ou mais países em desenvolvimento se unem para alcançar objetivos comuns ou individuais por meio do intercâmbio de experiências, conhecimentos, competências e recursos. Essas parcerias podem envolver governos, sociedade civil, universidades, empresas e outras instituições nacionais, regionais ou internacionais. Quando a colaboração é facilitada por uma organização multilateral ou por um país desenvolvido, é conhecida como Cooperação Sul-Sul Trilateral <https://www.unicef.org/brazil/cooperacao-sul-sul>

concretas em prol dos jovens. No entanto, surgiram desafios e tensões devido aos diferentes interesses das agências envolvidas. Apesar desses desafios, reconhece-se a importância da influência dessas organizações na agenda pública e na geração de conhecimento e análises relacionadas às questões juvenis. É crucial destacar a necessidade de políticas públicas que atendam às reais necessidades dos jovens e garantam seus direitos, em vez de se concentrar apenas no controle e na penalização.

Torna-se fundamental que os governos assumam um compromisso ativo na promoção e desenvolvimento de políticas de juventude, considerando a diversidade de contextos e realidades locais. Nesse sentido, é importante ressaltar a participação dos jovens nas decisões políticas, bem como reconhecer o impacto das convenções internacionais e a pressão exercida por organizações internacionais para abordar questões como a violência e garantir o acesso à educação superior.

Embora tenha sido mencionada a diminuição da relevância da Organização Ibero-Americana da Juventude (OIJ), é crucial enfatizar a importância dos espaços interinstitucionais e da cooperação para a promoção de políticas voltadas para a juventude. De forma geral, os especialistas entrevistados concordam com a pertinência de continuar a análise e o debate sobre as políticas de juventude, considerando a inter-relação entre os atores internacionais, as políticas públicas locais e as necessidades específicas dos jovens.

## **6 PERSPECTIVAS DE ESPECIALISTAS: DESENVOLVENDO POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE NO BRASIL E NA COLÔMBIA.**

### **6.1 UMA VISÃO GERAL DAS AGENDAS POLÍTICA E PÚBLICA NA TOMADA DE DECISÕES.**

Quando se discute políticas públicas, é fundamental considerar dois conceitos essenciais: a Agenda Política e a Agenda Pública. Cada uma delas possui características e alcances distintos, abordando diferentes aspectos da tomada de decisão e da atenção a questões relevantes. A Agenda Política concentra-se na identificação e discussão de questões pertinentes pelos tomadores de decisão em um contexto político específico. Essas questões são cuidadosamente analisadas com o objetivo de implementar medidas e ações políticas, tanto no âmbito governamental quanto legislativo (Capella, 2005, 2018; Cobb; Elder, 1971; Dearing; Rogers, 1996; Deubel, 2010; Fischer; Forester, 1993; Iyengar; Kinder, 2010; Kingdon, 2014; Kwansah-Aidoo, 2005; Lippmann, 1922; Mccombs; Shaw, 1972; Muller, 2018; Parsons, 2004; Zahariadis, 2016; Zhu; Blood, 1996).

A Agenda Política é moldada por eventos políticos, pressões de grupos de interesse, mudanças na opinião pública e crises imediatas, desempenhando um papel vital na formulação e implementação de políticas públicas eficazes (Capella, 2018; Kingdon, 2014; Zahariadis, 2016). Por outro lado, a Agenda Pública abrange questões importantes em áreas como social, econômica, ambiental, saúde e educação, influenciada por meios de comunicação, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, opinião pública e reivindicações dos cidadãos (Capella, 2018; Cobb; Elder, 1971; Kingdon, 2014; Mccombs; Shaw, 1972).

É crucial notar que a Agenda Política e a Agenda Pública têm conexões, mas não são idênticas. A primeira foca em questões relevantes para atores políticos e governamentais, enquanto a segunda concentra-se em questões que geram interesse na sociedade. Questões na Agenda Política recebem mais recursos e atenção governamental, enquanto aquelas na Agenda Pública obtêm visibilidade e pressão por consideração e resolução pelas autoridades (Capella, 2018; Kingdon, 2014; Mccombs; Shaw, 1972; Parsons, 2004, 2013; Zahariadis, 2016).

Portanto, tanto a Agenda Pública quanto a Agenda Política desempenham papéis cruciais na arena política, influenciando questões relevantes para decisores e instituições governamentais (Dearing; Rogers, 1996). A formação da Agenda Política é influenciada por eventos políticos, mudanças administrativas, sentimentos nacionais e demandas de grupos de interesse. Aqueles que moldam a agenda legislativa podem aumentar sua influência,

direcionando o foco do sistema político. A Agenda Política também desempenha um papel crucial na seleção de questões que avançam para decisões políticas, como a elaboração de leis ou eleições presidenciais (Capella, 2018; Cobb; Elder, 1971; Kingdon, 2014).

É importante compreender que uma questão entra na agenda quando elementos do problema, propostas políticas e receptividade política estão alinhados para alcançar um objetivo comum. A formação da agenda é um processo fundamental no desenvolvimento de políticas, pois determina quais problemas e soluções são reconhecidos pelos decisores políticos e pelo público. Isso define os termos de referência e estrutura o debate em torno de problemas públicos, influenciando decisões políticas.

A definição da agenda política vai além de uma simples lista de problemas governamentais; ela abrange um conjunto de problemas, soluções e questões considerados relevantes em um dado momento. Nesse contexto, quatro conceitos-chave são apresentados: ambiguidade, fluxos, janelas de oportunidade e empreendedores políticos. A ambiguidade é crucial aqui, pois problemas públicos podem ter interpretações variadas, levando a múltiplas soluções possíveis. Os fluxos são influenciados por atores-chave, como formuladores de políticas, especialistas e grupos de interesse, que buscam promover suas agendas, podendo ser facilitados ou obstaculizados por instituições e regras formais e informais.

As janelas de oportunidade são momentos favoráveis para a adoção de políticas, onde condições políticas, econômicas ou sociais se alinham. Os empreendedores políticos desempenham um papel crucial na formação da agenda, sendo indivíduos ou grupos com preferências claras sobre problemas e soluções (Capella, 2018; Parsons, 2013; Zahariadis, 2016).

Além disso, problemas, política e participantes visíveis influenciam quais questões recebem atenção e como são abordadas. Participantes visíveis, como altos funcionários do governo, mídia e partidos políticos, têm um impacto significativo na definição da agenda, destacando certas questões e priorizando-as. Por exemplo, o presidente e seus nomeados exercem poder na definição da agenda, assim como os líderes dos partidos políticos e os presidentes dos principais comitês do Congresso. De acordo com Kingdon: “Pelo menos no que diz respeito à definição da agenda, os funcionários eleitos e seus representantes acabam sendo mais importantes do que os funcionários públicos de carreira ou os participantes fora do governo” (Kingdon, 2014, p. 199, tradução nossa).

Participantes ocultos, como acadêmicos, burocratas e assessores do Congresso, influenciam as alternativas de políticas, criando e refinando propostas e soluções em grupos técnicos. Embora sua influência seja menos visível, seu conhecimento e experiência são

fundamentais para o desenvolvimento de alternativas viáveis. Portanto, a Agenda Política desempenha um papel essencial na tomada de decisões políticas e na formulação de políticas públicas. Ela molda quais questões são consideradas prioritárias e quais recebem atenção e recursos do governo. Portanto, é importante garantir a transparência, a participação cidadã e a prestação de contas no processo de definição da agenda para fortalecer o processo democrático e evitar desequilíbrios e desigualdades na tomada de decisões.

### 6.1.1 Perspectivas na definição de problemas nas políticas públicas

A perspectiva dos formuladores de políticas públicas influencia a percepção e definição de problemas. Suas estruturas teóricas e crenças pessoais moldam a maneira como abordam questões e eventos. Isso, por sua vez, se baseia na premissa de que certos aspectos da atividade humana são coletivos, não apenas individuais (Parsons, 2013).

Essa perspectiva condiciona a definição de problemas. Por exemplo, uma abordagem econômica define problemas em termos de eficiência e custos, enquanto uma perspectiva social os aborda em termos de equidade e justiça social. Questões de segurança pública se concentram na aplicação da lei e na vigilância, enquanto problemas de saúde pública envolvem educação e assistência médica. Essas diferentes visões podem levar a definições e soluções conflitantes para um mesmo problema.

A definição do problema limita as opções políticas e influencia as soluções. Por exemplo, se um problema é visto como questão juvenil, as soluções podem envolver educação e desenvolvimento de habilidades ou programas de treinamento e oportunidades de emprego. Se for enquadrado como um problema de segurança pública relacionado à juventude, as soluções focarão na prevenção e reabilitação do crime. A definição do problema afeta as políticas, abordagens e soluções, seja no desenvolvimento holístico dos jovens ou na abordagem de criminalidade e violência juvenil.

Além disso, a definição de um problema pode ser moldada pelos interesses e influência de diversos grupos. Conforme Parsons observou, “um problema precisa ser delimitado, estruturado e rotulado. Como esse processo é conduzido é crucial para a formulação de respostas políticas” (Parsons, 2013, p. 120, tradução nossa). Algumas questões podem receber mais atenção e importância devido à influência de grupos específicos, enquanto outras podem ser negligenciadas.

O processo de definição da agenda política pode ser tendencioso, favorecendo certas questões e interesses devido à influência de grupos de interesse, orientação política e ideológica,

mídia e opinião pública. Os responsáveis pelo desenvolvimento de políticas públicas, como mencionado anteriormente, podem ser influenciados por suas crenças políticas e ideológicas, priorizando problemas alinhados com suas visões e ignorando outros. A mídia e a opinião pública também exercem influência na agenda de políticas públicas ao destacar problemas específicos e gerar pressão por ação (Parsons, 2013).

Por outro lado, a definição de um problema pode afetar a alocação de recursos para sua resolução. Se for considerado urgente e de alta prioridade, é mais provável que receba recursos substanciais. Em contraste, se for percebido como menos importante, receberá menos recursos e atenção. A forma como um problema é definido também pode influenciar o apoio político e social que recebe, bem como sua capacidade de mobilizar recursos e ação.

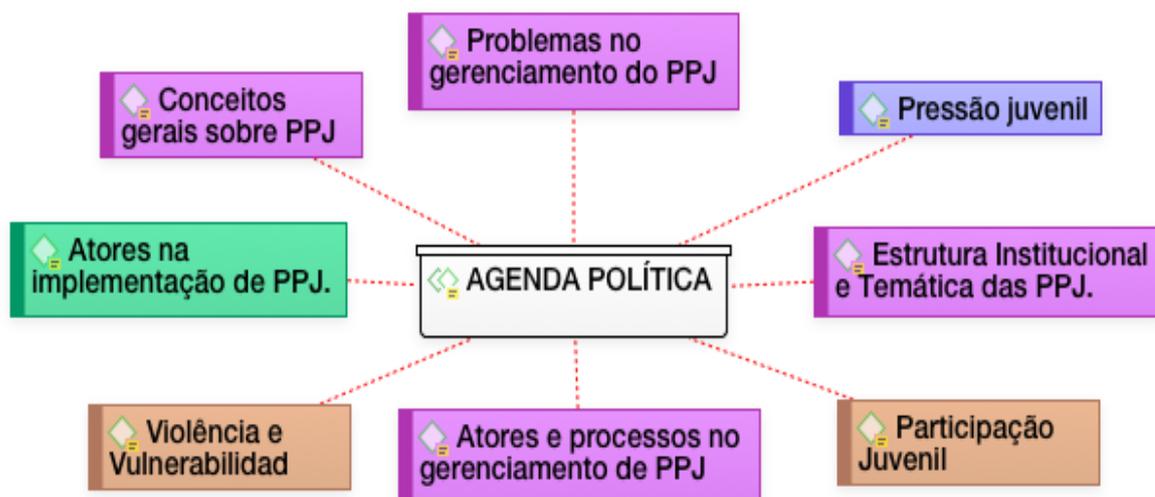
A escolha de um referencial teórico também influencia a percepção e seleção de problemas nas políticas públicas. Uma estrutura teórica fornece conceitos, suposições e perspectivas que moldam como os formuladores de políticas veem e compreendem as questões. A abordagem argumentativa em políticas públicas destaca a importância da argumentação e do debate na tomada de decisão, enfatizando a necessidade de considerar diferentes perspectivas e pontos de vista para uma avaliação crítica das políticas propostas e inclusão de diversas perspectivas (Dryzek, 2002; Fischer; Forester, 2002).

No entanto, é crucial reconhecer que o papel do conhecimento e dos especialistas na formulação de políticas públicas não está isento de críticas. Alguns argumentam que especialistas podem ter interesses ou preconceitos que afetam suas recomendações. Dependência excessiva de intelectuais pode limitar a participação cidadã e a diversidade de perspectivas na tomada de decisão. Portanto, é fundamental promover transparência, diversidade de perspectivas, avaliação crítica de evidências e participação cidadã para equilibrar o poder de grupos profissionais na definição de problemas sociais e garantir uma tomada de decisão imparcial e objetiva nas políticas públicas.

### **6.1.2 Importância das Políticas de Juventude**

A interconexão das subcategorias na Agenda Política revela a complexidade da formulação e gestão de políticas para jovens. Destaca-se a necessidade de uma abordagem integrada para atender às preocupações da juventude. Promover a participação política dos jovens é essencial para a democracia. Este tópico visa aprofundar a compreensão das dinâmicas políticas e sociais que moldam políticas para jovens, abordando conceitos e desafios em diferentes contextos locais, nacionais e regionais.

Figura 7 Agenda Pública



Na formulação de políticas públicas para jovens, a participação geralmente é impulsionada pelo Estado, destacando seu papel ativo nesse aspecto. No entanto, esse processo não é tão simples quanto pode parecer na literatura especializada e não acontece de imediato. Na verdade, possui uma história e complexidades específicas.

A pesquisadora Glória Graterol, com base em sua pesquisa sobre a juventude em diferentes países, enfatiza a necessidade de uma investigação mais profunda desses caminhos para obter uma compreensão completa. Estudos e experiências disponíveis documentam os resultados desses processos. A professora sublinha a importância da construção de políticas públicas que envolvam a participação dos jovens e a alocação de recursos em nível local:

A política de juventude na Costa Rica é construída pelos jovens, e, bem, há o reconhecimento da participação deles, o reconhecimento como sujeitos de direitos e o reconhecimento da participação cidadã, e também o reconhecimento econômico, porque cada Conselho administra seu próprio orçamento, que é alocado à prefeitura ou à delegação desse Conselho. Então, é assim que funciona, pelo menos até onde eu estudei, é assim que eles estão trabalhando. (Graterol, 2023, informação verbal, tradução nossa).

É fundamental aprofundar a análise em detalhes e contextos específicos para obter uma compreensão precisa dos desafios e oportunidades na elaboração de políticas públicas, especialmente considerando as particularidades de cada contexto. Além disso, é crucial lembrar que as políticas públicas requerem avaliações contínuas e ajustes constantes para garantir sua eficácia e relevância ao longo do tempo.

Por outro lado, o professor Germán, a partir de uma perspectiva histórica, examina a construção das políticas públicas para a juventude na Colômbia. Ele traça o início dessas

políticas com a criação de COLDEPORTES e destaca a importância desse contexto histórico para compreender o desenvolvimento das políticas relacionadas à juventude naquele período. Desde o princípio, essas políticas estavam focadas na promoção do esporte e da recreação como temas de interesse para os jovens, refletindo uma visão limitada da juventude. Nas palavras do professor: “Nesse mesmo momento histórico, o governo via os jovens como esportistas associados à recreação e ao esporte.” (Muñoz, 2023, informação verbal, tradução nossa).

O professor também destaca: “No início da década seguinte, houve uma mobilização massiva da juventude, particularmente das elites universitárias de classe média, em torno de questões universitárias e políticas de esquerda, gerando dois movimentos paralelos.” (Muñoz, 2023, informação verbal, tradução nossa). Assim, enfatiza a importância das dinâmicas sociais e políticas na formulação de políticas para jovens e a necessidade de considerar as diversas perspectivas e demandas dos jovens ao conceber políticas que atendam às suas necessidades e aspirações.

Na perspectiva histórica, no contexto do Brasil, os professores fazem referência ao governo do presidente Fernando Henrique Cardoso como um ponto de partida para o trabalho realizado nas políticas de juventude no país. O professor Danilo destaca que embora a história possa parecer começar quando alguém se envolve nela, já havia um acúmulo anterior. Os partidos de esquerda, como o PT<sup>32</sup> e até mesmo o PCdoB<sup>33</sup>, bem como os movimentos sociais, lideraram iniciativas importantes.

Ressalta-se a importância da perspectiva e da participação ativa na compreensão da evolução das políticas públicas, incluindo as políticas para a juventude. O professor Danilo enfatiza a complexidade e a história por trás do desenvolvimento das políticas para jovens no Brasil. Ele também destaca a influência de atores internacionais, o envolvimento de várias partes interessadas e a importância dos líderes políticos na promoção e no fortalecimento de políticas específicas. Segundo o professor, houve um debate em torno do sistema da Organização das Nações Unidas (ONU) que influenciou a criação de políticas de juventude no Brasil:

Havia todo um debate em torno do próprio sistema da ONU, que provocou isso, os Anos Internacionais de Juventude (AIJ) e a Organização Ibero-Americana de Juventude (OIJ), entre outros atores, que não tinham necessariamente afinidade com o campo dos movimentos sociais de esquerda, mas que já desenvolveram uma visão sobre política de juventude. (Moreira, 2023, informação verbal).

---

<sup>32</sup> O PT, Partido dos Trabalhadores, foi fundado em fevereiro de 1980 durante um período de intensas mobilizações sociais no Brasil, que ocorreram a partir da segunda metade dos anos 70 e tiveram um impacto significativo na história política, econômica e social do país.

<sup>33</sup> O Partido Comunista do Brasil (PCdoB) nasceu em 25 de março de 1922 como uma necessidade histórica. Representou um salto na organização política da classe trabalhadora.

As políticas públicas não surgem isoladas, mas são o resultado de uma série de fatores e eventos ao longo do tempo. Um ponto comum é a importância da implementação de políticas públicas voltadas para a juventude, reconhecendo os jovens como sujeitos de direitos, como mencionado pelo professor Paulo Cesar, que desempenhou um papel fundamental “no nascimento desse momento de emergência e preocupação com o tema da juventude.” Ele também relata que, em parceria com a professora Marília Espósito, escreveu um artigo importante e amplamente citado sobre políticas para a juventude, que ajudou a mapear as iniciativas federais e a fazer um diagnóstico preliminar durante a transição do governo Fernando Henrique Cardoso.

Essa pesquisa e análise são fundamentais para a formulação de políticas públicas baseadas em evidências. Além disso, a continuidade das políticas em diferentes administrações é destacada como essencial para alcançar um progresso sustentável na garantia dos direitos dos jovens. Abordar consistentemente questões de juventude a longo prazo é fundamental para que as políticas públicas tenham um impacto duradouro e positivo na vida dos jovens e na sociedade como um todo:

Da minha experiência, observo que o Brasil fez avanços significativos na representação dos jovens e no reconhecimento de seus direitos. Temos marcos importantes, como o Estatuto da Criança e do Adolescente, promulgado em 1992. Além disso, os governos democráticos e progressistas do PT, desde o início, adotaram a juventude como um campo de direitos. (Carrano, 2023, informação verbal).

No Brasil, houve avanços notáveis na representação dos jovens e no reconhecimento de seus direitos. Os governos democráticos e progressistas, desde o início, abraçaram essa ideia. No entanto, é crucial que o desenvolvimento dessas políticas leve em consideração as necessidades e particularidades dos jovens, visto que são direcionadas pelo Estado por meio de outras duas organizações territoriais.

Por outro lado, na Colômbia, a natureza das políticas públicas de juventude é discutida, com destaque para a falta de uma política única e a existência de políticas específicas em nível local. O professor Álvaro enfatiza que não podemos falar de uma única política pública de juventude na Colômbia, pois existem diretrizes gerais que são implementadas por meio de políticas específicas. Isso reflete uma abordagem descentralizada na formulação de políticas de juventude, onde diferentes regiões têm flexibilidade para adaptar as políticas às suas necessidades e realidades locais. No entanto, também sugere uma fragmentação na implementação das políticas de juventude no país.

A Colômbia é uma República unitária, administrativamente dividida em departamentos e municípios, com autonomia para governar a si mesmos. Cada departamento tem sua própria autonomia, mas os recursos fluem da nação para o departamento e, em seguida, para o município. Bogotá, como distrito capital, recebe financiamento direto da nação devido ao seu estatuto especial. Como resultado, nem todas as entidades territoriais na Colômbia possuem uma política pública de juventude, como apontam intelectuais colombianos.

O professor Álvaro enfatiza que as políticas públicas devem ser desenvolvidas com a participação ativa dos jovens, que devem contribuir com suas expectativas, necessidades e potencialidades. Ele destaca que “a política pública é feita para grupos que participam da sua construção, que deveriam mostrar suas expectativas, necessidades, potencialidades e ajudar de alguma forma a gerenciá-las.” (Díaz, 2023, informação verbal, tradução nossa).

O que ressalta a diversidade e adaptabilidade das políticas de juventude na Colômbia. A descentralização permite que as políticas se ajustem às realidades locais, o que pode ser benéfico para atender às necessidades específicas da população jovem em diferentes regiões do país. No entanto, também apresenta desafios em termos de equidade e acesso, uma vez que nem todos os departamentos podem ter políticas públicas específicas.

Em uma perspectiva mais local, os professores Dulfary e Julio Cesar falam sobre o trabalho desenvolvido a partir de duas experiências de Política de Juventude local. O professor Julio destaca o desenvolvimento histórico das políticas públicas relacionadas à juventude em Medellín e como esse processo está relacionado com a legislação nacional na Colômbia. É importante reconhecer o papel desempenhado pelas condições estruturais de violência em Medellín durante as décadas de 1980 e 1990, o que tornou as políticas públicas voltadas para a juventude uma questão crucial naquele momento. O Estado Nacional respondeu primeiro à demanda por políticas públicas para a juventude da cidade, antes do departamento de Antioquia e da Nação.

Dai que se sugira que o governo central reconheceu a urgência de enfrentar os problemas relacionados à juventude em Medellín. O professor Julio acrescenta que, na história das políticas, é um precedente importante o fato de Medellín ter promulgado em 1994 um acordo que criou o primeiro Conselho Municipal da Juventude, quatro anos antes da emissão da Lei 375 de 1997, que foi a primeira legislação nacional da juventude. Isso representou um passo significativo na promoção da participação dos jovens na tomada de decisões e na formulação de políticas locais. No entanto, é mencionado que esta lei não foi efetivamente implementada em muitos municípios até o surgimento da Lei 1.622 (Estatuto da Juventude), que regulamenta a participação dos conselhos de juventude e estabelece eleições nacionais. Portanto, a história

anterior mostra como os contextos e realidades específicas estão direcionando os governos a propor soluções mais específicas.

A professora Dulfary comenta que em Bogotá a política foi desenvolvida com base em concessões públicas e conhecimento da realidade local, destacando que uma política pública não começa do zero. Isso demonstra que as políticas públicas têm sido construídas com a participação ativa das partes interessadas e se baseiam na compreensão dos desafios e necessidades locais. Elas não são respostas espontâneas, mas sim produtos de um trabalho anterior e de experiências valiosas que informam a tomada de decisões e a adaptação das políticas existentes.

Da mesma forma, a professora destaca a importância de envolver estudantes e jovens no processo de formulação de políticas de juventude, observando que muitas vezes, infelizmente, na Colômbia, essas políticas são concebidas nos escritórios em vez de nas realidades locais. Essa inclusão é essencial porque as políticas que afetam os jovens devem refletir suas necessidades e perspectivas, e isso só pode ser alcançado se eles estiverem envolvidos no processo. Ela enfatiza que, onde já existe experiência em políticas públicas, já se sabe o que funciona ou não funciona.

No entanto, também se critica a tendência na Colômbia de criar políticas a partir do escritório, em vez de baseá-las na realidade do território. Esta crítica destaca a importância da participação dos cidadãos e a necessidade de as políticas serem contextualizadas e adaptadas às necessidades locais. Na mesma linha, o Professor José Antonio propõe uma mudança de enfoque nas políticas de juventude, centrando-se no trabalho ao nível local e territorial. Ele afirma que as políticas gerais são declarações amplas, mas o verdadeiro trabalho deve ser realizado no território e no nível local. Isso implica que, embora seja importante ter uma direção e objetivos gerais nas políticas de juventude, a implementação eficaz deve adaptar-se às condições específicas de cada localidade:

A afirmação de que as políticas públicas voltadas para a juventude devem ser desenvolvidas como declarações abrangentes, mas que o trabalho efetivo acontece no nível local e territorial, é crucial para garantir que essas políticas atendam às necessidades específicas dos jovens em diferentes contextos. Reconhecer que a realidade varia significativamente entre áreas urbanas e rurais, entre classes sociais e entre gêneros é fundamental para a eficácia das políticas de juventude. Portanto, a abordagem deve ser mais específica e adaptada às condições locais, garantindo que as políticas sejam verdadeiramente inclusivas e equitativas. (Pérez Islas, 2023, informação verbal, tradução nossa).

A consideração das particularidades, necessidades e realidades de diferentes grupos de jovens é essencial para o desenvolvimento de políticas de juventude eficazes. Como mencionado, o que funciona em um contexto pode não ser aplicável em outro, e políticas mais

específicas e focalizadas são necessárias para abordar as diversas situações enfrentadas pelos jovens. A metáfora usada pela professora Eliane sobre criar um ambiente propício para a construção de políticas destaca a importância de não apenas ter ideias e abordagens, mas também de garantir que as condições sejam adequadas para que essas políticas sejam eficazes. Isso inclui a necessidade de apoio, recursos e um contexto propício para a implementação bem-sucedida das políticas.

A menção à disputa entre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Estatuto da Juventude destaca os desafios que podem surgir quando diferentes legislações ou políticas têm objetivos ou abordagens divergentes. É importante que as políticas sejam coordenadas e coesas para evitar conflitos e garantir que os jovens sejam atendidos de maneira eficaz e abrangente. Ela afirma:

E eu sempre digo isso. Eu acho que houve uma grande disputa com o Estatuto da Criança e do Adolescente. Era como se o Estatuto da Juventude pudesse prejudicar o Estatuto da Criança e do Adolescente. Estou falando de uma discussão mais local, certo? Mais no Brasil. Na academia, isso era muito forte. Vários colegas do campo da psicologia e de outros campos da educação infantil. (Ribeiro, 2023, informação verbal).

Essa disputa sugere que havia preocupações de que as políticas destinadas à juventude pudessem entrar em conflito ou minar as políticas já em vigor destinadas às crianças e adolescentes. Esse aspecto destaca a importância de envolver intelectuais e acadêmicos na formulação de políticas para considerar as possíveis implicações e efeitos, tanto positivos como negativos:

Eles nos diziam que vocês iam acabar com o Estatuto da Criança e do Adolescente. Era como se fosse uma disputa, porque há uma parte ali que realmente encontra um conflito. Então, eu acho que havia primeiro essa discussão, que acabou gerando muita resistência ao Estatuto da Juventude. Acho que também havia uma segunda questão que também se colocava, a visão do que é ser jovem, a concepção de juventude. (Ribeiro, 2023, informação verbal).

A diferenciação entre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Estatuto da Juventude ressalta como a definição e compreensão dos jovens podem moldar as políticas públicas que os afetam. Ambos os estatutos têm suas próprias áreas de enfoque e escopo, refletindo objetivos distintos. O ECA concentra-se na proteção integral dos direitos de crianças e adolescentes, enquanto o Estatuto da Juventude amplia essa perspectiva para incluir a emancipação e autonomia dos jovens. Ambos reconhecem a diversidade cultural e social das populações jovens e contribuem para dar visibilidade a grupos historicamente negligenciados.

Uma das diferenças cruciais é o foco na faixa etária: o ECA aborda os direitos de crianças e adolescentes, enquanto o Estatuto da Juventude se aplica aos jovens de 15 a 29 anos.

Além disso, o Estatuto da Juventude enfatiza a participação ativa dos jovens na formulação de políticas públicas e no acompanhamento de seus direitos, enquanto o ECA, embora inclua mecanismos de participação, está mais centrado na proteção e tutela (Castro; Macedo, 2019).

Essas diferenças destacam a necessidade de considerar cuidadosamente as idades e as necessidades específicas dos jovens ao desenvolver políticas públicas. Ambos os estatutos enfrentam desafios, como tentativas de modificar a maioridade penal e reformas que podem afetar os direitos dos jovens, ressaltando a importância de manter uma abordagem cuidadosa e equilibrada em relação às políticas de juventude.

As disputas políticas desempenham um papel crucial no desenvolvimento das políticas públicas, e cada gesto e decisão contribuem para moldar a evolução dessas políticas ao longo do tempo. Um exemplo notável disso é a transição na gestão da Secretaria Nacional da Juventude (SNJ) no Brasil, quando houve uma mudança de governo do Partido dos Trabalhadores (PT) para a Secretaria da Juventude sob a liderança da presidente Dilma, em 2010. Essa transição permitiu à SNJ ampliar seu alcance e influência nas políticas de juventude no Brasil. A SNJ teve a oportunidade de contribuir ativamente para a formulação de políticas públicas e influenciar as decisões do governo relacionadas à juventude. Essa gestão facilitou a expansão de seu escopo de atuação e uma melhor articulação com os movimentos juvenis para influenciar a agenda do governo.

Por outro lado, o professor Germán adota uma abordagem crítica e desafiadora em relação ao modelo de formulação de políticas públicas e ao papel do Estado colombiano no que diz respeito aos jovens. Ele expressa sua opinião de forma direta e franca, questionando se as políticas públicas realmente visam promover os direitos e o bem-estar dos jovens ou se têm o objetivo de governá-los e subjugá-los. Essa perspectiva crítica ressalta a importância de examinar as motivações por trás das políticas públicas e de garantir que elas realmente atendam às necessidades e direitos dos jovens. Segundo o professor: “Qual é o propósito da formulação de políticas públicas? Conforme Michel Foucault argumentou, muitas vezes visa ao governo e controle dos jovens, em vez de promover seus direitos e bem-estar.” (Muñoz, 2023, informação verbal, tradução nossa).

O professor baseia seu argumento em Michel Foucault, famoso por sua análise do poder e controle nas sociedades modernas. Ele sugere que políticas públicas, incluindo as para jovens, são frequentemente usadas como instrumentos de controle e governança. Ele adiciona: “Nosso modelo de Estado e governança, em termos mais amplos, tende a ser mais punitivo do que orientado por direitos.” (Muñoz, 2023, informação verbal, tradução nossa). Assim, ele questiona o enfoque atual das políticas públicas de juventude, destacando a falta de atenção aos

jovens economicamente desfavorecidos. Sua perspectiva visa problematizar o modelo de governo estatal. Políticas públicas desempenham um papel fundamental na abordagem das necessidades da juventude, promovendo inclusão, acesso à educação, emprego digno e proteção contra violência e discriminação.

No entanto, as políticas públicas podem ser desenhadas com diversos objetivos, que podem incluir a proteção de direitos, a promoção do bem-estar, a regulação, entre outros. A interpretação de uma determinada política se destina a governar ou penalizar um grupo depende de vários fatores, incluindo o contexto político e as intenções dos responsáveis pela formulação de políticas. No caso específico, o Professor Germán baseia-se nas perspectivas das políticas estatais para jovens assumidas pelos últimos governos colombianos, o que destaca o papel que os jovens desempenharam no conflito armado interno, aspecto que será abordado mais adiante.

## 6.2 CONCEPÇÃO E PAPEL DAS POLÍTICAS CENTRAIS PARA A JUVENTUDE POR MEIO DA CRIAÇÃO DE INSTITUIÇÕES ESPECIALIZADAS

O processo de formulação de políticas públicas é essencial para abordar as necessidades da sociedade, incluindo a juventude. Envolve planejamento, metas específicas e consideração dos atores envolvidos no Programa de Políticas de Juventude (PPJ), desde a concepção até a implementação. A Participação Juvenil é fundamental, promovendo o engajamento político dos jovens e avaliando como as políticas afetam seu desenvolvimento. A análise da categoria de formulação das políticas de juventude fornece uma compreensão completa das dimensões e desafios envolvidos.

A democracia é definida por Dagnino (2004) como a capacidade de lidar com disputas políticas de forma construtiva e pacífica. Essas disputas são essenciais na formulação de políticas públicas que atendam às necessidades dos jovens. Além disso, é crucial estabelecer um quadro institucional e alocar recursos para implementar essas políticas. A escolha entre políticas globais e locais não é o cerne da questão, mas sim encontrar um equilíbrio e pontos de convergência entre essas estratégias. A categoria “Formulação e Construção de Políticas” explora os elementos-chave na criação dessas políticas, com base nas experiências dos entrevistados.

Figura 8 Formulação, Construção de Políticas



Portanto, a elaboração de políticas públicas para a juventude é um processo multidimensional que exige uma abordagem holística, a participação ativa dos jovens e uma avaliação contínua. Ao reconhecer os jovens como sujeitos de direitos, fica claro que é fundamental atender eficazmente às suas demandas. Nesse contexto, vários conceitos-chave se destacam como fundamentais para a compreensão e o desenvolvimento de políticas públicas eficazes para a juventude. Além disso, aspectos políticos, financeiros, sociais e participativos são abordados de maneira abrangente, destacando a necessidade de abordagens coordenadas e eficazes para atender às necessidades e aspirações dos jovens na sociedade.

Assim, o professor Álvaro enfatiza que a participação dos jovens nas políticas públicas de juventude permite que eles sejam reconhecidos como sujeitos políticos, cidadãos e deliberantes. Ele afirma que as políticas públicas devem ser conduzidas pelo Estado por meio de entidades governamentais, sejam elas nacionais ou regionais, enfatizando a importância desse direcionamento estatal. No entanto, é crucial que esse direcionamento seja transparente, inclusivo e democrático, considerando a participação dos cidadãos para garantir a eficácia e legitimidade das políticas públicas.

Portanto, fazer parte do desenho das políticas dá aos jovens espaço para participar, expressar suas expectativas, necessidades e potencialidades. O professor Paulo Cesar argumenta que a ideia de juventude como campo de direitos é uma nova geração de direitos humanos, comparável aos direitos das mulheres e das pessoas com deficiência. Isso implica em considerar os jovens como sujeitos de direitos, quebrando a concepção de que são um problema ou ameaça social. Essa mudança de paradigma destaca a importância de tratar os direitos dos jovens com a mesma seriedade dos direitos civis e políticos tradicionais, ampliando o escopo dos direitos humanos.

No entanto, apesar dos avanços em reconhecer os jovens como sujeitos de direitos, o professor Germán lembra que, no caso colombiano, isso só ocorreu a partir de 1995. Nos anos 90, os jovens foram vistos como sujeitos potencialmente perigosos ou em situação de risco, levando à criação de um conselho presidencial abrangendo juventude, mulheres e família. Essa mudança na percepção dos jovens resultou em políticas que consideram tanto a segurança quanto o bem-estar integral dos jovens, com ênfase na concepção de família.

A evolução das políticas públicas de juventude reconhece os jovens em duas dimensões: como sujeitos em situação de vulnerabilidade e como agentes potenciais do futuro:

Tanto nesse documento quanto nas perspectivas institucionais da época, os jovens são percebidos como vulneráveis e em risco, mas também como um recurso potencial, pois representam o futuro do país, para usar uma expressão comum. Os temas centrais dessa primeira política pública de juventude foram o trabalho e o emprego, questões fundamentais que evoluíram ao longo da Constituição de 1991. (Muñoz, 2023, informação verbal, tradução nossa).

Nesse contexto, surge uma visão ambivalente no tratamento das políticas públicas em relação aos jovens. Eles são reconhecidos tanto como sujeitos vulneráveis em situação de risco quanto como um recurso potencial para o futuro da sociedade. Isso enfatiza a importância de desenvolver políticas que não apenas atendam às necessidades imediatas, mas também às aspirações de longo prazo dessa população, adaptando-se às mudanças sociais e econômicas.

Dessa forma, ocorreram mudanças significativas que proporcionaram mais informações e contexto para uma melhor compreensão dos direitos e necessidades dos jovens no quadro legal e constitucional. Conforme destacado pelo professor Germán, “A Constituição de 1991 deu origem a estruturas como a Secretaria e agências descentralizadas da juventude, transferindo responsabilidades e orçamentos. Em 1994, surgiu o Vice-Ministério da Juventude, vinculado ao Ministério da Educação Nacional.” (Muñoz, 2023, informação verbal, tradução nossa).

A Constituição de 1991 incentivou a criação de órgãos governamentais específicos para atender às necessidades e aspirações dos jovens. A descentralização e a fundação do Vice-Ministério da Juventude refletem o interesse e o comprometimento com o desenvolvimento integral da juventude como parte essencial da política pública. De acordo com o professor:

Esse Vice-Ministério tem a missão de fornecer um mecanismo institucional estável para as políticas de juventude. Em 1995, a CONPES aprovou um novo documento sobre juventude, integrado ao plano nacional de desenvolvimento “Salto Social” A partir disso, uma política de juventude concreta foi estabelecida, reconhecendo os direitos do jovem como elemento crucial. (Muñoz, 2023, informação verbal, tradução nossa).

A criação do Vice-Ministério da Juventude destaca como a institucionalidade pode proporcionar estabilidade às políticas de juventude. No entanto, é importante observar que a eficácia e a sustentabilidade dessas estruturas podem depender da situação política vigente, seja um Vice-Ministério, um Escritório de Assessoria Presidencial, uma Secretaria ou um Ministério, como discutido anteriormente.

As professoras Dulfary, Severine e Eliane concordam e destacam a importância de uma Política Pública de Juventude (PPJ) dedicada a atender às necessidades dos jovens na agenda pública. Essas políticas buscam promover a participação ativa dos jovens, seu desenvolvimento integral e a garantia de seus direitos. A professora Dulfary sugere que a PPJ deveria partir do Colômbia Jovem, mas a desconfiança institucional devido aos resultados do governo de direita afetou a confiança dos jovens nas instituições. Essa desconfiança pode prejudicar a implementação das políticas de juventude, levando os jovens a adotarem uma atitude cética ou de distanciamento em relação às ações do governo. Isso afeta a legitimidade democrática, que está relacionada à percepção dos cidadãos de que as instituições políticas e o sistema democrático são adequados e aceitáveis para a governança.

A professora enfatiza que o Colômbia Jovem não inspira confiança entre os jovens, pois eles não se sentem participantes ativos na formulação dessa política pública em nível nacional. Muitas regiões na Colômbia já têm suas próprias políticas de juventude que atendem às suas necessidades locais. A perda de confiança nas instituições e a falta de conhecimento sobre as políticas governamentais podem ser atribuídas à percepção de que essas instituições não estão desempenhando adequadamente seu papel de proteger o bem-estar e a segurança dos cidadãos, especialmente dos jovens. Restaurar a confiança nas instituições é fundamental para a estabilidade e o funcionamento eficaz da sociedade, exigindo esforços significativos por parte do governo e das instituições para abordar as preocupações e necessidades dos cidadãos.

Portanto, é essencial abordar essa situação e trabalhar na reconstrução da confiança institucional, envolvendo os jovens na concepção, implementação e avaliação das políticas públicas que os afetam. Isso pode aumentar a legitimidade e eficácia das medidas adotadas. A Professora Severine acrescenta que, nacionalmente, o objetivo é que os municípios que ainda não implementaram suas políticas de juventude o façam, gerando seus próprios orçamentos ou recebendo recursos do governo central, dada a limitação de recursos disponíveis. Além da escassez de recursos, a concepção do que significa ser jovem está mudando, com novas perspectivas e abordagens emergindo para atender às necessidades e garantir a igualdade de direitos dos jovens. A alocação eficaz de recursos, seja pelo orçamento local ou central, é crucial para o sucesso na implementação das políticas públicas. Priorizar políticas e gerenciar

eficazmente recursos limitados são desafios essenciais na elaboração e implementação de políticas em nível local.

Enfatiza-se, ainda, a importância de uma abordagem abrangente e centrada na dignidade ao lidar com políticas para jovens, reconhecendo a diversidade de suas experiências. Isso sublinha a necessidade crucial de políticas inclusivas que se ajustem às mudanças na vida dos jovens, preservando sua autonomia e dignidade em todas as etapas:

Acredito que abordagens transversais, como a ênfase na dignidade, se aplicam amplamente à questão da juventude. É crucial considerar as mudanças na dinâmica da juventude, incluindo jovens viúvos(as), gravidez, convivência prévia ao casamento e casamento. Portanto, é fundamental compreender essas evoluções. (Calderón, 2023, informação verbal, tradução nossa).

Pensar em uma abordagem que prioriza a dignidade implica que esse princípio deve orientar todas as políticas e programas relacionados aos jovens. Isso significa promover o respeito à autonomia, aos direitos e ao valor de cada indivíduo, independentemente da idade ou de outras circunstâncias. Além disso, o reconhecimento da diversidade de experiências demonstra que não existe uma única vivência da juventude, o que requer políticas públicas flexíveis e adaptáveis às diversas realidades dos jovens. Portanto, ao elaborar políticas para jovens, é fundamental compreender e abordar as mudanças ao longo da vida juvenil e considerar as diversas realidades enfrentadas pelos jovens, garantindo que todos tenham acesso a recursos e apoio para alcançar seu pleno potencial.

A professora Severine também destaca a importância de atender às diversas categorias de juventude no Brasil e promover uma política pública de juventude inclusiva, que reflita a diversidade de experiências e desafios enfrentados pelos jovens. Ela enfatiza a organização de pautas relacionadas à diversidade, incluindo jovens mulheres, jovens rurais, jovens com deficiência, jovens LGBT e jovens vivendo com HIV e AIDS, como parte fundamental da abordagem da Secretaria e do Conselho. A colaboração e a consideração de diversas agendas são fatores-chave para o sucesso na formulação de políticas públicas direcionadas à juventude, tornando-se um tema crucial.

Portanto, a inclusão de múltiplas perspectivas e vozes é essencial para garantir a equidade e eficácia das políticas. Isso considera a necessidade de estabelecer agendas e políticas específicas para atender às demandas desses grupos de jovens diversos. Antes, esses aspectos eram muitas vezes negligenciados em questões mais abrangentes. Em resumo, “começamos a dar mais atenção a essas áreas que estavam em segundo plano, relacionadas aos tópicos mais

gerais. Esta foi a minha jornada na área de juventude, que teve seu início em um grupo de base rural sindical.” (Macedo, 2023, informação verbal).

Dessa forma, a experiência prévia em movimentos sociais, como no caso de pertencer a um grupo sindical de base rural, pode influenciar a abordagem e a perspectiva de um indivíduo em relação à política para jovens. Além disso, o histórico pessoal e a compreensão das realidades específicas de diferentes grupos de jovens podem desempenhar um papel fundamental na formulação de políticas públicas que atendam às suas necessidades e desafios específicos. Nessa mesma perspectiva, os professores Danilo e José Antonio discutem a importância da coordenação entre políticas em níveis local e nacional. O professor José Antonio, por exemplo, enfatiza a necessidade de uma articulação eficaz entre os níveis local, regional e nacional para que as políticas sejam verdadeiramente eficazes. Ele destaca uma mudança de estratégia, observando que, com base em sua experiência, trabalhar do nível nacional para o local não é mais a abordagem adequada:

Com convicção, posso afirmar que fui um dos proponentes do Plano Nacional da Juventude no México. No entanto, hoje, não o apoiaria novamente. De fato, aconselhei os atuais funcionários públicos a não elaborá-lo, pois provou ser ineficaz, baseando-se apenas em boas intenções. Acredito que devemos adotar uma abordagem inversa, começando localmente, onde os problemas estão profundamente enraizados. (Pérez Islas, 2023, informação verbal, tradução nossa).

Essa abordagem descentralizada na formulação de políticas para a juventude sugere a necessidade de políticas mais pragmáticas e orientadas para resultados, que se ajustem às realidades específicas de cada comunidade e região. A experiência do professor é relevante, pois ele compartilha suas vivências tanto na academia quanto no setor público, o que o leva a propor um processo de construção de baixo para cima, começando localmente e expandindo para níveis mais abrangentes. Isso destaca a importância de envolver as comunidades locais na definição e implementação de políticas que realmente atendam às necessidades dos jovens e produzam resultados tangíveis:

Nos municípios, problemas específicos relacionados à educação, emprego e saúde podem surgir. Portanto, é essencial abordá-los localmente, devido à proximidade com as questões. Em seguida, estabelecer uma articulação entre os níveis local e regional, seguida de conexão com o nível nacional. Estudos de administração destacam a importância de atender às necessidades do 'burocrata de rua', garantindo que as reformas beneficiem os profissionais que atuam diretamente no campo, como os policiais, para evitar ineficácia nas reformas. (Pérez Islas, 2023, informação verbal, tradução nossa).

Nesse sentido, o foco no nível local torna-se essencial, uma vez que as necessidades e os desafios podem variar significativamente de um lugar para outro. Para que as políticas

públicas sejam eficazes, é crucial adaptá-las às realidades locais, e para isso, a integração e coordenação devem ser garantidas a fim de que a implementação da política seja eficaz. Mesmo as reformas mais bem projetadas podem fracassar se não forem executadas adequadamente no nível operacional.

Assim, o enfoque no âmbito local pode levar, como argumenta Avritzer (2000), a uma abordagem de participação e deliberação. Isso se deve ao destaque dado à deliberação e à forma como ela pode ocorrer em diversos contextos, desde debates públicos até grupos de trabalho. Além disso, há o desafio de integrar a deliberação nas estruturas políticas já existentes. Isso enfatiza o papel crucial da participação cidadã, da deliberação e da adaptação de políticas públicas como elementos fundamentais para uma democracia efetiva e legítima. Portanto, é necessário refletir sobre como e onde essas práticas ocorrem e como podem contribuir para a tomada de decisões políticas que atendam às necessidades e expectativas de determinados segmentos da sociedade. No caso de nosso estudo, estamos direcionando nosso foco para os jovens.

Por conseguinte, evidencia-se que esse processo pode se revelar desafiador, demandando negociações e acordos de interesses. Contudo, acredita-se que ele pode ser mais eficaz do que as políticas tradicionais de cima para baixo, conhecidas como abordagem “top-down.” Com efeito, essa perspectiva tem se tornado um elemento recorrente nas análises de intelectuais, destacando o papel das políticas voltadas para a juventude em âmbito nacional e a presença de programas e políticas em diversos ministérios:

Em praticamente todos os ministérios, havia políticas públicas relacionadas à juventude. Lembro-me de um guia de políticas para a juventude. Por exemplo, durante o mandato da Ministra Marina, existia um programa voltado para a juventude e meio ambiente. No Ministério do Esporte, havia o programa Segundo Tempo, enquanto no Ministério do Trabalho, existia o programa Primeiro Emprego, além de um programa com foco na juventude no Ministério da Agricultura Familiar. Quanto à educação, dispensa-se comentários, dada a sua relevância. Portanto, várias políticas públicas estavam dispersas por diversos ministérios, oferecendo uma variedade de opções. No entanto, nem todas eram de alcance nacional; algumas permaneciam em estágios distintos, incluindo programas-piloto e outros de alcance mais amplo. (Moreira, 2023, informação verbal).

A diversificação das políticas públicas para a juventude reflete uma abordagem ampla e multifacetada para atender às necessidades e às aspirações da população jovem em diversos aspectos da vida e da sociedade. Essas ações variam em escala, indo desde programas-piloto até iniciativas de maior abrangência. Essa diversidade na implementação de políticas públicas é comum, uma vez que permite testar a eficácia de abordagens menores antes de ampliá-las em escala nacional. Além disso, esse processo descreve a criação de uma base para um quadro

institucional de políticas de juventude, composto pelo que é conhecido como “tripé.” Cada um desses componentes desempenha um papel fundamental na implementação das políticas de juventude.

O chamado “tripé” da política para a juventude representa uma estrutura abrangente que combina coordenação em nível executivo, participação social e programas específicos para atender às necessidades dos jovens. Essa abordagem estratégica aborda as diversas dimensões da juventude e assegura que as políticas sejam eficazes e adaptadas às circunstâncias específicas de diferentes grupos de jovens:

Quando se formulou a política para a juventude, criou-se o que denominávamos de “tripé da política de juventude,” com uma forte identidade. Esse tripé era composto por um órgão vinculado ao Poder Executivo, a Secretaria Nacional de Juventude; uma dimensão de participação social, representada pelo Conselho; e um programa de inclusão social, o PROJOVEM, com um enfoque claro no perfil de jovens que já haviam abandonado a escola, estavam ingressando na vida adulta e necessitavam recuperar seu percurso educacional, conciliando-o com o trabalho. Dessa forma, havia uma conexão essencial entre trabalho e juventude. (Moreira, 2023, informação verbal).

Na mesma perspectiva, a professora Eliane menciona o surgimento das organizações dedicadas à juventude no Brasil, destacando o conceito do “tripé” como uma parte fundamental dos elementos que forneceram institucionalidade e participação social na formulação das políticas de juventude. Além disso, a diversidade de representação no Conselho, incluindo jovens com deficiências, reflete uma abordagem inclusiva na elaboração das políticas públicas para a juventude.

Eu participo mais na construção da política do PROJOVEM. Decidiram por três grandes políticas: a criação da Secretaria para dar institucionalidade, o Conselho para atender às demandas sociais dos movimentos, e foi uma experiência rica, criando representação da juventude, incluindo movimentos estudantis e sindicais no início, e depois ampliando para jovens de diferentes origens, como os praticantes de religiões de matriz africana e jovens evangélicos. Isso gerou uma diversidade enriquecedora, inclusive a representação de jovens com deficiência. (Ribeiro, 2023, informação verbal).

Em conjunto, ressalta-se a riqueza da experiência do Conselho na promoção da criação de diversas representações juvenis, enfatizando a inclusão de jovens com diversas capacidades, bem como a institucionalização, a alocação de recursos financeiros adequados e o diálogo constante com a sociedade, bem como a participação coletiva na formulação de políticas públicas de juventude.

O Conselho chegou a ter 60 membros. A Secretaria visava institucionalizar a questão e incorporá-la ao Estado, tornando-a parte da agenda pública e garantindo recursos financeiros, pois é essencial ter financiamento. Portanto, para obter financiamento, foi

criada uma instituição real. Os conselhos mantinham um diálogo constante com a sociedade, promovendo a participação coletiva, um elemento fundamental para o governo da época. (Ribeiro, 2023, informação verbal).

O programa PROJOVEM buscou legitimidade e reconhecimento em resposta à pressão e representatividade da juventude, com foco na educação e qualificação profissional, considerado interessante pela professora Eliane. A compreensão subjacente é que a educação desempenha um papel fundamental na vida dos jovens, proporcionando ferramentas para seu desenvolvimento pessoal e profissional. Como mencionado por Ribeiro, Eliane, “surgiu devido à pressão por um projeto educacional, relacionado à representatividade da juventude.”

Outro aspecto destacado pelos professores colombianos são os conselhos de juventude, conforme destacado por Díaz, Álvaro, a criação dos conselhos municipais da juventude se deve à necessidade de estabelecer um mecanismo de comunicação e articulação entre o Estado colombiano e os jovens como um grupo específico. A professora Glória menciona a experiência da Costa Rica, onde os conselhos cantonais da juventude permitem que os jovens participem na construção do PPJ. Portanto, reconhecer os jovens como sujeitos de direitos é fundamental para estimular sua participação ativa na sociedade. A perspectiva dos jovens como detentores de direitos políticos é relevante para sua valorização como cidadãos deliberativos, rompendo com a ideia de considerá-los como um problema social ou uma ameaça.

### 6.3 POLÍTICAS PARA JOVENS: A NECESSIDADE DE UMA ABORDAGEM ABRANGENTE

No que diz respeito à necessidade de uma abordagem abrangente, os autores enfatizam o impacto da integração de diversas áreas nas políticas públicas para a juventude, incluindo setores como saúde, educação e trabalho. Eles reconhecem a importância de abordar integralmente as dimensões, tanto materiais quanto simbólicas, da juventude. Em resposta a isso, os professores Eliane e Paulo Cesar defendem que, no Brasil, é crucial propor políticas de curto e longo prazo para atender tanto às demandas imediatas quanto às mudanças e desafios em constante evolução.

A professora Eliane enfatiza: “É fundamental estabelecer políticas de longo prazo, universais e abrangentes. Contudo, é crucial compreender que as pessoas não permanecem na mesma faixa etária indefinidamente, especialmente quando se trata de infância e juventude.” Portanto, é imperativo garantir que todos os jovens, especialmente os segmentos mais vulneráveis, tenham igualdade de direitos e oportunidades, como mencionado pelo professor Paulo: “Outro ponto importante é a necessidade de mudar o paradigma, deixando de encarar os

jovens, especialmente os jovens pobres das classes populares, como um problema social, e passar a considerá-los como sujeitos de direitos.”

No contexto colombiano, existe uma carência de políticas públicas abrangentes para a juventude, o que se reflete na falta de ações concretas, no orçamento insuficiente e na ausência de uma abordagem nacional unificada, como destacam os professores Álvaro e Germán. Portanto, é essencial estabelecer uma política de Estado abrangente que atenda de forma coerente e eficaz às necessidades de todos os jovens. O professor Germán enfatiza que a política de juventude se resume a documentos desarticulados: “Na Colômbia, há várias políticas em prol dos jovens, porém, carecemos de uma política pública concreta para a juventude. Possuímos boas intenções, mas como diz o ditado, o inferno está cheio delas. Em resumo, precisamos de ações concretas e comprometidas.” (Muñoz, 2023, informação verbal, tradução nossa).

Porém, nesse sentido, o professor Álvaro afirma que, “Podemos nos mover em termos das diretrizes estabelecidas nessa política pública, e isso significa que o Estado e os governos do momento também devem se mobilizar para responder às novas demandas dos jovens.” (Díaz, 2023, informação verbal, tradução nossa). Portanto, é fundamental que o Estado e os governos respondam de forma eficaz às queixas dos jovens e se mobilizem para atender às suas preocupações, apesar das dificuldades como a alocação limitada de recursos e a falta de coordenação na implementação de políticas para os jovens.

Em consonância com o exposto, a professora Dulfary fala sobre a importância de compreender a dinâmica de mudança dos jovens, pois a juventude de hoje está mais determinada. As políticas públicas para a juventude devem seguir essa mesma abordagem, principalmente no que se refere às questões contemporâneas e complexas que a população jovem enfrenta atualmente, especialmente relacionadas à saúde e à identidade de gênero. Isso reforça a necessidade de políticas públicas integradoras e sensíveis às suas demandas, bem como programas educacionais e de prevenção eficazes. A professora afirma: “As condições dos jovens mudam, mas eles agora lidam constantemente com questões de identidade de gênero, gravidez, aborto, saúde pública, doenças sexualmente transmissíveis e uso de drogas, que sempre estiveram presentes.” (Calderon, 2023, informação verbal, tradução nossa).

Segundo o professor Julio, a política pública não se restringe ao que é formalmente estabelecido pelo Estado, compreendendo um conjunto mais amplo de disposições regulatórias e ações que afetam a juventude. Ele afirma: “A política pública transcende sua expressão escrita e envolve dispositivos normativos benéficos para a juventude. Organizações de base moldam

políticas não formalizadas, mas visíveis ao Estado, promovendo respostas eficazes antes mesmo de o Estado agir.” (Orozco, 2023, informação verbal, tradução nossa).

Isso enfatiza o papel ativo que as organizações de base desempenham na formulação de políticas públicas, defendendo questões relacionadas à juventude e pressionando o Estado a atender às necessidades e preocupações dos jovens, promovendo uma dinâmica interação entre a sociedade civil e o governo na concepção de políticas. A Lei da Juventude representa um marco legal significativo que amplia os direitos dos jovens e introduz novos conceitos relacionados à juventude no país. Isso demonstra um esforço por parte do governo colombiano em atender de forma mais integral às necessidades e preocupações dos jovens, por meio de um sistema coordenado que facilita a coleta e gestão de informações, a organização institucional e a participação ativa dos jovens na formulação e execução de políticas.

Da mesma forma, conforme se pode inferir das contribuições do Professor Danilo, é fundamental promover uma articulação efetiva entre os diferentes níveis de governo para garantir a coesão e complementaridade das políticas públicas para a juventude (PPJ). Isso permite uma abordagem integral e coordenada em benefício da população jovem. O Professor Danilo destaca a importância da implementação e da integralidade das políticas de juventude, bem como do impacto gerado pela articulação entre os diferentes níveis de governo, afirmando: “Múltiplas secretarias despertavam interesse. No Tocantins, havia uma secretaria exclusiva para a juventude. Em várias regiões, cerca de dez estados mantinham secretarias ativas, cujos secretários ocupavam assentos no Conselho Nacional de Juventude.” (Moreira, 2023, informação verbal). O que, ressalta a relevância de políticas de juventude abrangentes e do envolvimento de diversos atores na sua concepção e implementação.

No entanto, existem algumas dificuldades na implementação de algumas políticas em nível local, tornando visível a fragilidade das políticas de juventude nos estados e municípios, como relata a professora Severine: “Isso gerou intenso debate no ministério e na secretaria geral. Alguns, incluindo nosso secretário executivo na época, defendiam nosso papel como órgão de articulação, enquanto insistíamos em ser agentes de articulação e implementação de políticas, cruciais para o sucesso.” (Macedo, 2023, informação verbal).

Surge, então, uma discussão sobre se o foco deve ser a articulação ou a implementação de políticas. O foco aqui é entender que a articulação se refere à capacidade de coordenar e conectar diferentes atores e recursos para elaborar políticas eficazes, enquanto a implementação se concentra na execução dessas políticas na prática. Portanto, é preciso encontrar um equilíbrio entre essas duas abordagens, pois, em última análise, a decisão sobre a abordagem da entidade dependerá dos objetivos e das circunstâncias específicas de cada situação. Desta forma, através

de uma estruturação insistente, os altos níveis de governo foram convencidos da importância de um âmbito de ação mais específico, como exemplificado pelo Professor Danilo: “Conseguimos convencer a direção da presidência e a secretaria geral de que essa dimensão era importante. Assim, passamos a estimular, juntamente com essa articulação, programas específicos, como o Estação Juventude.” (Moreira, 2023, informação verbal, tradução nossa).

Na mesma linha, o Professor José Antonio sublinha que as reformas e as políticas devem chegar aos que as implementam no terreno, caso contrário não serão eficazes: “Uma reforma educacional só é eficaz quando impacta diretamente o professor em sala de aula, da mesma forma que um programa de saúde depende de alcançar médicos e enfermeiros nos consultórios. Este é o nível crucial para atender às necessidades das pessoas.” (Pérez Islas, 2023, informação verbal, tradução nossa).

Um princípio fundamental na implementação de políticas públicas é alcançar os implementadores no terreno, pois isso resulta em melhores resultados. Os gestores são agentes-chave para efetuar mudanças tangíveis nas comunidades que atendem, destacando a importância de abordar as necessidades da base da pirâmide, onde as políticas têm impacto direto. Portanto, é crucial considerar as políticas públicas a partir dos contextos locais, como enfatizado pelo professor José Antonio: “Devemos adotar uma perspectiva territorial e, posteriormente, construir de cima para baixo, embora seja mais desafiador.” (Pérez Islas, 2023, informação verbal, tradução nossa).

De acordo com as contribuições de outros intelectuais, é necessário coordenar e negociar os interesses individuais e coletivos que influenciam as políticas públicas para a juventude (PPJ), tornando-as exercícios políticos para obter um melhor desenvolvimento. O Pesquisador afirma: “É intrinsecamente político, pois envolve diversos interesses. Portanto, devemos concordar e negociar esses interesses. Isso pode funcionar melhor do que as chamadas políticas Top-Down, que foram estruturadas dessa forma e nos levaram a essa crise.” (Pérez Islas, 2023, informação verbal, tradução nossa).

Na mesma linha de pensamento, a professora Severine reforça a necessidade de uma mudança na abordagem das PPJ, destacando que: “foi um dos principais obstáculos e continuará sendo se não repensarmos esse modelo. Não é possível fazer política pública de cima para baixo, a menos que haja adesão e capacidade dos Estados e municípios de assumirem sua parte.” (Macedo, 2023, informação verbal). Portanto, é fundamental uma política de Estado que atenda de forma real e eficaz às necessidades de todos os jovens, garantindo a articulação entre os diferentes níveis de governo e a implementação objetiva das políticas de juventude.

#### 6.4 ALCANCE E A ABRANGÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE

Os participantes das entrevistas discutem o alcance e a abrangência das políticas públicas de juventude, bem como seu impacto na sociedade. Isso ocorre porque a população jovem representa um setor vital e dinâmico da sociedade, cujas necessidades, aspirações e desafios merecem atenção especial por parte de todos os governos e suas instituições. Portanto, o debate sobre como essas políticas realmente atendem às demandas da juventude é cada vez mais vital e essencial, e se conseguem gerar um impacto notável em seu desenvolvimento e bem-estar.

Os professores brasileiros entrevistados oferecem uma visão ampla do panorama das políticas públicas de juventude e seu impacto no país. Eles destacam a relevância da representação juvenil na agenda política, bem como o papel dos movimentos juvenis e das instituições criadas para incluir os jovens. Além disso, ressaltam a necessidade de políticas eficazes que apoiem a transição dos jovens para a vida adulta e facilitem sua participação na construção das políticas de juventude. No entanto, eles reconhecem que ainda existem desafios em termos de cobertura e abrangência das políticas públicas.

De acordo com o professor Paulo, a juventude está bem representada na agenda política, considerando a trajetória das políticas e movimentos juvenis, bem como as instituições criadas para promover a participação dos jovens. Ele afirma: “A ampla trajetória das políticas de juventude, dos movimentos juvenis e das instituições em esferas municipal, estadual e federal, junto ao que foi consagrado na Constituição e no Estatuto da Juventude, evidenciam a importância da juventude nas políticas públicas.” (Carrano, 2023, informação verbal).

No entanto, apesar dos avanços, ainda há desafios na implementação efetiva e no acompanhamento das políticas de juventude para garantir que atendam adequadamente às necessidades e aspirações dos jovens e promovam a participação significativa e inclusiva nos processos de tomada de decisão. O professor também destaca a importância de políticas eficazes que apoiem os jovens em sua transição para a vida adulta, citando a educação básica, especialmente o ensino médio, como um exemplo crucial. Ele afirma: “O desafio real é criar políticas eficazes que auxiliem os jovens em sua transição para a vida adulta. A educação básica, especialmente o ensino médio, é um exemplo crucial, embora nem sempre seja percebida como uma política de juventude.” (Carrano, 2023, informação verbal).

Nesse contexto, é essencial que as políticas de juventude apoiem os jovens em sua transição para a vida adulta, preparando-os para os desafios do mercado de trabalho e para uma participação ativa na sociedade. A professora Severine, concordando com o professor José

Antonio, destaca a importância de ouvir os atores diretamente envolvidos na questão da juventude. Muitas vezes, presumimos que sabemos o que é melhor para os jovens, mas deixamos de discutir essa questão com eles.

Segundo a professora: “A política de juventude tem um diferencial, que é o seguinte: todo mundo acha que sabe o que deve ser bom para os jovens.” (Macedo, 2023, informação verbal). Essa perspectiva colaborativa e inclusiva na formulação de políticas públicas é crucial para uma abordagem mais eficaz e favorável às necessidades da juventude. A participação ativa dos jovens no diálogo e na tomada de decisões não apenas fortalece sua autonomia, mas também enriquece a qualidade das políticas destinadas a moldar seu presente e futuro.

A professora discute a reforma que foi implementada sem consultar os jovens, resultando em problemas significativos. Ela afirma: “A recente reforma do ensino médio exemplifica essa problemática. O governo prometeu aos jovens o direito de escolha e melhorias, porém, sem discussão adequada. Resultado: caos no ensino médio, com aumento da evasão, maior precariedade e agravamento da desigualdade.” (Macedo, 2023, informação verbal).

Neste caso, a crítica é clara quanto à falta de um amplo processo de discussão e consulta com várias partes interessadas, incluindo os próprios jovens. Qualquer alteração nessa área pode afetar profundamente as oportunidades educacionais e, por consequência, as perspectivas de futuro dos jovens. Portanto, é fundamental envolver os jovens na elaboração e implementação de políticas que afetem diretamente suas vidas. Isso está alinhado com os princípios de participação e inclusão nas políticas públicas para a juventude, buscando assegurar a eficácia, justiça e relevância das políticas para essa faixa etária.

De certa forma, defende-se a ideia de que é crucial encontrar um equilíbrio entre o protagonismo juvenil e a compreensão das contradições sociais, evitando idealizações excessivas da juventude, como é o caso do Plano Juventude Viva<sup>34</sup>: “A medida em que envolvemos os atores políticos na discussão, nos aproximamos da realidade e afastamos das vozes internas. A leitura é sempre influenciada pela experiência pessoal, mas, cumprindo a função institucional, é essencial ouvir esses atores.” (Macedo, 2023, informação verbal).

---

<sup>34</sup> O Plano Juventude Viva é uma resposta do governo brasileiro à alarmante situação de violência enfrentada pela juventude negra no país. Iniciado em setembro de 2012, em Alagoas, seu principal objetivo é reduzir as vulnerabilidades enfrentadas por jovens negros, combatendo o racismo e garantindo seus direitos. A primeira etapa do plano abrangeu ações voltadas para a promoção de debates críticos sobre a vitimização da juventude negra, a mobilização de atores sociais e a ampliação de programas e ações específicas para aqueles em situação de vulnerabilidade, criando oportunidades de participação na transformação da cultura de violência. A implementação ocorreu por meio de uma estratégia piloto envolvendo diversos órgãos governamentais e organizações da sociedade civil, visando reduzir a vulnerabilidade da juventude negra (Brasil, 2018; Donato, 2014).

A participação ativa de atores e sujeitos políticos na discussão e formulação de políticas públicas aproxima essas políticas da realidade, reduzindo visões subjetivas. Isso as torna mais sensíveis às reais necessidades e perspectivas dos jovens. Portanto, uma abordagem participativa e colaborativa é crucial para a eficácia das políticas públicas na promoção do bem-estar e das oportunidades para a juventude.

No entanto, apesar do crescimento das organizações juvenis no país, a implementação das Políticas Públicas para a Juventude (PPJ) ainda enfrenta desafios, como a falta de um sistema articulado e a diversidade do Brasil. Essa diversidade requer abordagens diferenciadas por região para garantir uma cobertura ampla e uma atenção adequada às necessidades dos jovens em todo o país. O professor Danilo destaca que as PPJ no Brasil não cobrem todos os aspectos da política de juventude, mas conseguiram propor programas específicos, como o PROJOVEM, que tiveram um alcance significativo, atendendo principalmente os jovens excluídos:

O jovem que carece de alternativas muitas vezes carece até de perspectivas. Ele se sente desconectado dos demais jovens. O PROJOVEM foi um programa de inclusão social de grande magnitude, embora não tenha abrangido toda a política para a juventude, foi o carro-chefe. Quem o observava de fora enxergava o PROJOVEM, a Secretaria e o Conselho com um orçamento de escala nacional, quase continental dada a dimensão do Brasil. O programa contemplou diversas vertentes, como o PROJOVEM em Campo e o PROJOVEM Trabalhador, com diversos recortes, mas seu público-alvo eram jovens excluídos, muitas vezes mães com filhos. Eu visitei várias escolas noturnas e pude testemunhar a escala de alcance das políticas culturais. (Moreira, 2023, informação verbal).

O PROJOVEM, como uma iniciativa concreta voltada para jovens em situação de exclusão, destaca o papel fundamental das políticas públicas para a juventude na inclusão social. Ele oferece alternativas e perspectivas para jovens enfrentando diversos desafios. Além disso, ressalta a importância de políticas públicas em escala nacional para atingir um grande número de jovens.

No entanto, o professor também aponta assimetrias na cobertura dessas políticas, com programas que podem ter alcançado apenas as capitais, deixando grande parte dos municípios do país sem cobertura. Isso se deve à falta de orçamento e capilaridade, o que resultou em níveis variados de alcance, muitos deles bastante limitados. A professora Eliane enfatiza a importância de considerar a imagem dos jovens ao desenvolver políticas e observa que, frequentemente, os políticos acreditam estar agradando aos jovens, mas reconhecem que satisfazer todas as demandas pode ser um desafio complexo.

As políticas de juventude não devem ser concebidas apenas no contexto das instituições voltadas para a juventude. Um exemplo é o projeto que não foi totalmente implementado na Secretaria Nacional de Juventude, chamado Estação Juventude.

Esse projeto tinha como objetivo estabelecer uma base de juventude no território e conectá-la a diversas áreas temáticas. Assim, quando um jovem apresentasse preocupações relacionadas à saúde, educação, violência ou emprego, haveria uma ligação direta com a área correspondente. (Ribeiro, 2023, informação verbal).

No entanto, é crucial reconhecer a importância de abordar as políticas de juventude de maneira interconectada, indo além das estruturas institucionais específicas voltadas para a juventude. Deve-se adotar uma abordagem integrada e interdisciplinar ao lidar com as questões que afetam os jovens. Em vez de tratá-las como um domínio isolado, devemos considerar como conectar os jovens com diversas áreas de políticas, reconhecendo que os desafios que enfrentam muitas vezes transcendem as fronteiras tradicionais das políticas setoriais.

Além disso, é importante destacar que as políticas públicas para a juventude não devem se limitar apenas às necessidades básicas, como alimentação e educação. Devem também considerar as aspirações e demandas dos jovens. Como afirma a professora Eliane: “Alcançar esse ideal seria fantástico. Um território totalmente articulado para abranger as variadas demandas da juventude. Jovens não buscam apenas comida, mas também diversão e arte, como a música expressa. Suas necessidades são amplas, incluindo questões significativas de saúde.” (Ribeiro, 2023, informação verbal).

Ademais, as políticas públicas devem abordar questões de saúde mental entre a população jovem, por meio de programas de prevenção, serviços de atendimento e conscientização pública. Essa é uma necessidade que atravessa todas as classes sociais e deve ser priorizada. Conforme observam outros intelectuais, a saúde mental é uma das questões mais prevalentes na atualidade. Portanto, é fundamental adotar uma perspectiva abrangente e territorial nas políticas de juventude, conectando os jovens a diversos serviços e áreas para atender efetivamente às suas necessidades e demandas na sociedade. Essa abordagem busca maior coerência e eficácia na formulação e implementação das políticas públicas voltadas para a juventude.

No que diz respeito à Colômbia, os entrevistados concordam que o âmbito das Políticas Públicas para a Juventude (PPJ) revela uma falta de articulação e coordenação entre as entidades territoriais. É igualmente vital compreender as dinâmicas da juventude e a situação dos jovens envolvidos em grupos ilegais e clandestinos, uma vez que isso afeta profundamente a experiência de juventude. Em termos de impacto na sociedade, é importante destacar que as políticas de juventude podem gerar recursos e oportunidades adicionais, especialmente quando implementadas em municípios com maiores recursos financeiros. Nesse sentido, o professor Germán acrescenta que essas políticas não são exclusivamente formuladas pelo Estado, mas que o mercado também influencia por meio de “políticas implícitas”, transformando os jovens

em consumidores em vez de cidadãos. Isso pode interferir na ausência de uma política de Estado abrangente para os jovens. Adicionalmente, ele observa que as políticas públicas de juventude na Colômbia deixaram de ser concebidas como políticas públicas e passaram a ser políticas de governo, marcadas pelo estilo pessoal de cada prefeito, o que limita seu alcance e eficácia:

Houve uma transição das políticas públicas, inicialmente concebidas como políticas governamentais, marcadas pelo estilo pessoal de cada prefeito. Isso ocorreu devido ao choque com as práticas políticas nas organizações juvenis nos territórios, levando essas organizações a desenvolverem sua própria política local. Como resultado, os governos implementaram políticas que não garantem a proteção dos territórios nem dos jovens que neles vivem. É importante notar que a ESMAD desempenha um papel na formulação da política pública de juventude. (Muñoz, 2023, informação verbal, tradução nossa).

Frequentemente, nos deparamos com programas que inicialmente foram concebidos como políticas públicas, mas que posteriormente se transformaram em políticas governamentais. Essa mudança pode ser interpretada como uma alteração na natureza e no alcance das políticas, passando de uma abordagem voltada para o interesse público para uma abordagem mais centrada nas preferências pessoais. Isso resulta em inconsistências na elaboração e implementação de políticas ao longo do tempo e entre diferentes administrações. Como resultado, observamos conflitos com as práticas políticas nas áreas em que as organizações juvenis atuam nos territórios. Isso leva a políticas governamentais que não estão devidamente alinhadas com as necessidades e dinâmicas locais das comunidades jovens, resultando na ineficácia dessas políticas e na falta de aceitação por parte dos jovens.

Como evidenciado pelos relatos de especialistas, destaca-se a abordagem repressiva e autoritária que faz parte da história do país. Como mencionado pela professora Dulfary, isso leva os jovens a desconfiar das ações do Estado. Ela afirma: “Há muita desconfiança institucional entre os cidadãos, devido aos resultados deste governo de direita, o que fez com que os jovens perdessem a confiança nas instituições reais. Portanto, para os jovens, iniciativas como a Colômbia Jovem não representam confiança.” (Calderón, 2023, informação verbal, tradução nossa).

Além disso, é crucial considerar as diversas realidades enfrentadas pelos jovens, especialmente aqueles que lidam prematuramente com responsabilidades familiares, como os que trabalham, são pais jovens ou sofrem perdas, como a viuvez. Como destacado: “Ao reformular políticas públicas, não devemos apenas levar em consideração a condição de jovem, mas também as situações específicas em que vivem.” (Calderón, 2023, informação verbal, tradução nossa).

Portanto, é essencial não apenas considerar a condição de jovem, mas também as

situações de violência e os problemas associados. Esses elementos são fundamentais na formulação de políticas públicas relacionadas à juventude no contexto da Colômbia, incluindo questões como o deslocamento de jovens devido ao conflito armado, à violência e à migração venezuelana, bem como seu impacto na juventude:

Aqui, há outro elemento importante a ser considerado. Devido ao conflito armado e outras situações de violência em nosso país, temos testemunhado um significativo deslocamento de jovens que não estão envolvidos na política, simplesmente migrando para Bogotá sob certas condições. Além disso, devemos considerar a migração venezuelana, uma vez que a maioria desses migrantes é composta por jovens em uma proporção muito alta. (Calderón, 2023, informação verbal, tradução nossa).

As políticas públicas para a juventude devem levar em consideração as realidades específicas dos jovens, abrangendo aqueles afetados pelo deslocamento e migração, e exigindo estratégias e programas adequados às suas necessidades. Além disso, é fundamental contemplar a diversidade de experiências e contextos enfrentados pelos jovens na elaboração das políticas. O Professor Julio destaca que, frequentemente, as políticas de juventude se concentram em aspectos tradicionais. No entanto, ele ressalta a importância de incluir elementos como relações sociais, dimensão transcendental, cultura de paz e família, que às vezes são considerados menos prioritários. Reconhecer e abordar esses aspectos pode enriquecer e aprimorar as políticas públicas relacionadas à juventude:

Nós ousamos considerar novos aspectos, como juventude na comunicação, mobilidade, contexto rural e família, que frequentemente são negligenciados nas políticas. Além disso, temas como juventude, amizade, amor, dimensão transcendente e cultura de paz podem ser abordados em políticas públicas de juventude, complementando os aspectos tradicionais, como educação, trabalho, cultura, arte, esporte, direitos e bem-estar, bem como os mais recentes, como ecologia, sustentabilidade, alimentação, nutrição, segurança alimentar, habitação e serviços públicos. (Orozco, 2023, informação verbal, tradução nossa).

Em relação à abrangência e implementação dessas políticas, o Professor Julio menciona que, em algumas regiões, as instituições de juventude enfrentam restrições, muitas vezes limitadas a um coordenador juvenil com recursos escassos para organizar eventos e atividades. Ele enfatiza a necessidade de um “marco institucional claro, que estipule que o gestor da infância e juventude não pode abranger 25 municípios sem uma equipe adequada. Portanto, profissionais e cientistas políticos devem se dedicar diariamente ao desenvolvimento de políticas públicas de juventude.” (Orozco, 2023, informação verbal, tradução nossa).

Nesse sentido, é crucial priorizar a construção de uma institucionalidade sólida, contar com pessoal especializado e manter um compromisso constante com o desenvolvimento de políticas públicas eficazes para a juventude. Essa dedicação é fundamental para abordar os problemas e desafios que os jovens enfrentam de maneira apropriada e para garantir que as

políticas sejam relevantes e flexíveis o suficiente para se adaptarem às em constante evolução realidades da juventude. Por outro lado, o Professor José Antonio critica a falta de adaptabilidade das políticas públicas de juventude aos diferentes contextos territoriais. Ele argumenta que é nos níveis locais que a articulação eficaz de ações e programas pode ocorrer, graças ao conhecimento próximo da realidade dos jovens em cada região:

O problema está na política, seja em âmbito nacional ou estadual, não tenho certeza. A partir do nível intermediário, seria necessário estabelecer uma rede de proteção, pois as organizações da sociedade civil têm experiências diversas, algumas delas interessantes, mas não facilmente replicáveis devido às variações nas condições. Tentamos reunir essas organizações, mas é difícil devido à competição por recursos limitados, o que dificulta a colaboração. (Pérez Islas, 2023, informação verbal).

Indica também que os governos nacionais ou federais têm um papel fundamental a desempenhar na coordenação desses esforços, trabalhando em conjunto para garantir a prestação da assistência necessária:

Acredito que o papel dos governos federal e estadual seja criar uma rede de proteção e financiamento para experiências bem-sucedidas, possibilitando sua transferência e adoção em outros lugares. Isso requer assistência técnica e financeira, que deve ser parte da articulação entre os níveis federal e estadual. A operacionalização, por outro lado, deve ser realizada no nível territorial, pois eles têm um conhecimento mais próximo de seus jovens. (Pérez Islas, 2023, informação verbal, tradução nossa).

Destaca-se a importância da colaboração entre os governos federal e estadual para apoiar iniciativas bem-sucedidas voltadas para os jovens, fornecendo assistência técnica e financeira. Além disso, enfatiza-se que a tomada de decisões e a implementação efetiva devem ocorrer em nível local para se adaptarem às realidades específicas de cada território. A essência de uma política eficaz e sustentável para a juventude reside na coordenação e articulação entre os diferentes níveis de governo.

Portanto, é fundamental que a análise das PPJ leve a uma abordagem mais detalhada das realidades atuais e dos desafios emergentes, a fim de aproveitar as oportunidades e melhorar o desenvolvimento e o bem-estar da população jovem. Assim, o acompanhamento dos diversos aspectos, a articulação entre os diferentes níveis de governo e o apoio adequado são elementos fundamentais para a concretização de políticas públicas palpáveis e com resultados significativos para essa população.

## 6.5 SUSTENTABILIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE

Falar sobre políticas públicas de juventude em nossos países nos leva a refletir sobre vários aspectos cruciais para o desenvolvimento de políticas verdadeiramente eficazes,

abrangentes e consistentes. Tanto no Brasil quanto na Colômbia, ao longo de suas histórias, os movimentos juvenis e estudantis expressaram seu descontentamento e levantaram questões específicas, muitas vezes resultando em respostas do governo. No entanto, atender a essas demandas pode ser complexo, pois as políticas de juventude podem ser influenciadas pelo estilo pessoal dos líderes em exercício ou interrompidas devido a mudanças na administração pública, restrições orçamentárias ou falta de liderança.

É fundamental trabalhar em diversos contextos, nas comunidades e nos espaços frequentados pelos jovens, permitindo que os formuladores de políticas desenvolvam estratégias de curto, médio e longo prazo. A professora Eliane destaca a importância de políticas abrangentes de longo prazo, permitindo a elaboração de um plano estratégico que atenda a um público mais amplo e possa ser acompanhado de maneira eficaz. Ela afirma: “Devemos implementar políticas de longo prazo, abrangentes e abertas. Ao considerarmos a infância e a juventude, é importante lembrar que as pessoas não permanecem em uma única fase etária indefinidamente. Portanto, é fundamental abordar essa geração de maneira abrangente.” (Ribeiro, 2023, informação verbal).

A professora também ressalta que as políticas não podem ser inflexíveis e devem se adaptar às mudanças na realidade. Ela usa a analogia do avião em voo, destacando que as políticas públicas devem ser ágeis e flexíveis, respondendo às necessidades emergentes à medida que surgem. Por exemplo, menciona as políticas de inclusão para pessoas com deficiência, que exigiram uma adaptação ágil para garantir a presença de crianças e jovens com deficiência na escola pública. Além disso, a professora Eliane enfatiza a importância das políticas de curto prazo, reconhecendo que, em certas áreas, como a educação, a adaptação ágil pode ser desafiadora devido ao seu caráter de longo prazo.

A professora Dulfary destaca a necessidade de acompanhamento das políticas públicas em desenvolvimento, enfatizando a importância do fortalecimento dos instrumentos de monitoramento e da formação dos executores das políticas públicas. Ela também ressalta a necessidade de fornecer apoio adequado aos novos governantes para que possam tomar decisões informadas. Por outro lado, é importante realizar uma revisão crítica da duração excessivamente longa das políticas públicas na Colômbia, pois frequentemente são planejadas com horizontes temporais muito extensos. Essa prolongação pode resultar em desconexão entre as políticas e a realidade em constante mudança dos jovens ao longo do tempo:

Uma crítica que tenho, não apenas em Bogotá, mas em todo o país, é que as políticas públicas são estabelecidas com prazos excessivamente longos, muitas vezes de 20 ou 30 anos. Embora o processo de formulação de políticas públicas demande tempo, a ideia é que elas intervenham, resolvam e se encerrem. No entanto, aqui, elas são

prolongadas por muito tempo, como se fossem políticas de Estado. Isso está fazendo com que os jovens não se identifiquem com a política, pois as circunstâncias mudam. Os problemas enfrentados pelos jovens hoje são muito diferentes dos que tínhamos há 20 anos. (Calderón, 2023, informação verbal, tradução nossa).

Portanto, as políticas deveriam ser flexíveis e capazes de responder a desafios emergentes, sendo a participação dos jovens essencial para o desenvolvimento de políticas ágeis e concretas. Nas palavras da professora: “Políticas de juventude não devem ter horizontes de 20 anos; oportunidades podem escapar em uma população dinâmica. Grandes protestos liderados por jovens na América Latina aumentaram a visibilidade das questões da juventude na agenda política.” (Calderón, 2023, informação verbal, tradução nossa).

Além disso, o Professor Paulo afirma que poucas políticas estruturantes permitem aos jovens planejarem seu futuro de forma sustentável e decisiva. Ele vivenciou na pele a falta de apoio e proteção durante a transição para a vida adulta: “Muitos jovens abandonam a escola sem concluir seus estudos, carecendo de apoio para uma transição tranquila e bem-sucedida para a vida adulta, especialmente na conclusão do ensino médio. Persiste, assim, um descompasso entre representações positivas e políticas eficazes de apoio.” (Carrano, 2023, informação verbal).

Assim, as políticas podem parecer boas no papel, mas tornam-se impraticáveis na realidade. O ponto relevante é que existem sérios problemas a serem enfrentados nas políticas de juventude que precisam considerar o futuro dos jovens, não apenas com base em políticas voltadas para o futuro, mas também com políticas que ofereçam suporte aos jovens em seu presente real. Por exemplo, “Faltam políticas efetivas que garantam o primeiro emprego aos jovens. Apesar de algumas iniciativas, ainda não temos medidas sólidas e contínuas nesse sentido. Frequentemente, essa responsabilidade recai sobre o mercado de trabalho e o setor empresarial.” (Carrano, 2023, informação verbal).

O ponto relevante a destacar é a existência de problemas graves a serem resolvidos nas políticas de juventude. Essas políticas devem considerar o futuro dos jovens e apoiar concretamente seus projetos de vida no presente, em vez de focar apenas em políticas futuras abstratas. Como afirmado: “Por exemplo, políticas que possam auxiliar os jovens em sua emancipação familiar, como a conquista da primeira casa, que pode ser condição para ampliar sua autonomia, independência e construção como sujeitos e cidadãos.” (Carrano, 2023, informação verbal).

Portanto, enfatiza-se a necessidade de políticas pertinentes que combinem prevenção e apoio para garantir um desenvolvimento saudável e autonomia na transição para a idade adulta. Consequentemente, é evidente que existem problemas sérios que merecem atenção nas políticas

de juventude, relacionados às situações comuns e específicas dos jovens, bem como às suas aspirações. O papel das políticas públicas deve oferecer não apenas apoio financeiro, mas também apoio social para ajudá-los a conciliar suas responsabilidades parentais com a continuidade de sua educação e desenvolvimento pessoal:

Sabemos que isso afeta o percurso escolar. Quando uma jovem engravida e se torna mãe, quais políticas existem para apoiá-la? Participei de um debate defendendo apoio financeiro para jovens mães, mas fui confrontado com o medo de que isso incentivasse a gravidez precoce. Parece que estamos culpando, punindo em vez de oferecer suporte. Existem muitas políticas de prevenção, como a gravidez precoce, que precisam ser revistas. Por exemplo, antes, você ficaria em casa achando que tinha um problema, mas hoje em dia, há uma narrativa pública sobre saúde mental, e as pessoas buscam tratamento e apoio. (Carrano, 2023, informação verbal).

No entanto, esses desafios podem não ser viáveis para os governos, especialmente quando enfrentam restrições orçamentárias nas políticas sociais. Algumas propostas podem ser vistas como dispendiosas ou até mesmo inviáveis. Em resumo, é crucial encontrar um equilíbrio entre políticas de longo prazo e as necessidades imediatas dos jovens, oferecendo apoio concreto e realista aos seus projetos de vida. Os sérios problemas que os jovens enfrentam demandam atenção e soluções eficazes nas políticas de juventude.

## 6.6 O IMPACTO DA ALOCAÇÃO DE RECURSOS NA RELEVÂNCIA E SUSTENTABILIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Os orçamentos desempenham um papel central em todas as políticas públicas, especialmente na alocação de recursos financeiros, refletindo os conflitos de valores e prioridades. Para resolver essas disputas, é crucial usar técnicas orçamentárias que otimizem a distribuição de recursos entre as opções disponíveis. O financiamento de políticas públicas é essencial, especialmente na América Latina e no Caribe, onde a desigualdade econômica é um obstáculo significativo. Essa desigualdade não apenas dificulta o acesso aos serviços sociais, mas também prejudica a qualidade dos benefícios e perpetua a transmissão intergeracional da pobreza, como destacado por Uthoff (2007).

Uma crítica fundamental é a segmentação nos sistemas de proteção social, que divide setores contributivos e não segurados, deixando muitos grupos vulneráveis sem fontes solidárias de financiamento. Isso resulta em uma distribuição desigual de recursos e disparidades na qualidade da cobertura dos serviços sociais. A implementação de políticas sociais universais requer maior solidariedade no financiamento, com a participação do Estado, sociedade civil e mercado. Conforme proposto por Uthoff (2007), essa abordagem garantiria

direitos a todos os cidadãos, assegurando serviços de qualidade e adotando mecanismos de subsídio cruzado com base em risco e renda.

O financiamento adequado é essencial para combater a desigualdade nas políticas públicas de juventude na Colômbia. Há diferentes perspectivas sobre o financiamento. O professor Álvaro enfatiza a necessidade de uma base orçamentária para desenvolver propostas de políticas para jovens, afirmando que “sem dinheiro, não é possível implementar políticas públicas.” (Díaz, 2023, informação verbal, tradução nossa). Por outro lado, o professor Germán argumenta que não há orçamento específico para a política de juventude e que o Estado não demonstra interesse em tornar essas políticas eficazes. A mudança na política de juventude agora sob a presidência da república, do enfoque na gestão social para a cidadania juvenil, não foi acompanhada de orçamento. A professora Dulfary destaca o desafio de garantir recursos suficientes para a implementação das políticas públicas:

Essa política pública busca, a nível nacional, que os territórios sem políticas próprias, e quase posso garantir que 60% dos territórios da Colômbia possuem uma política de Juventude, abordem seus problemas locais. Assim, em municípios onde ainda não foi implementada, busca-se que adotem essa política e, a partir disso, gerem um orçamento, ou que recebam recursos do orçamento central para viabilizar a implementação, devido à escassez de recursos. (Calderón, 2023, informação verbal, tradução nossa).

Discute-se a intenção de uma política pública em nível nacional, sugerindo uma abordagem descentralizada para a tomada de decisões, reconhecendo as variações nas necessidades e desafios dos jovens em diferentes lugares. Apesar da existência de políticas locais, há municípios que ainda não implementaram políticas para jovens. A política nacional busca preencher essa lacuna, incentivando a adoção da política por esses municípios e possivelmente fornecendo recursos financeiros para sua implementação. Destaca-se a necessidade de equilibrar a alocação de recursos entre os diferentes grupos populacionais devido aos recursos limitados do Estado:

Por exemplo, em Soledad, no Atlântico, o orçamento destinado à formulação de políticas públicas é de 60 milhões de pesos<sup>35</sup>. Este é, de fato, um desafio significativo, como discuti com o prefeito. Expliquei ao prefeito que é uma situação complicada, pois requer a realização de oficinas, o estabelecimento de territórios e a participação ativa dos jovens. Este é um fator crítico em termos orçamentários. Às vezes, parece que os territórios estão cumprindo essa exigência simplesmente por obrigação, sem compreender plenamente a importância subjacente à questão de políticas públicas. (Calderón, 2023, informação verbal, tradução nossa).

---

<sup>35</sup> Este valor equivale a aproximadamente 15 mil dólares, o que corresponde a cerca de 70 mil reais.

Portanto, é um desafio alocar orçamentos adequados para a concepção de políticas públicas, especialmente quando a participação ativa dos jovens e atividades no terreno são necessárias. Isso destaca a importância de garantir que as políticas públicas sejam respaldadas por recursos suficientes e desenvolvidas com um compromisso genuíno de resolver os problemas reais enfrentados pelos jovens.

Essa questão também levanta a preocupação sobre como os recursos limitados do Estado afetam a capacidade de atender às necessidades de diferentes segmentos da população. Deve-se considerar as diferenças demográficas e as necessidades específicas de cada grupo ao alocar orçamentos e desenvolver políticas públicas. Isso garante uma abordagem mais equitativa que otimiza o uso dos recursos e atende às necessidades de cada comunidade.

A professora Eliane destaca que a construção de uma política pública envolve disputas constantes por recursos dentro do governo, uma vez que a implementação requer tanto recursos financeiros quanto a mobilização de muitas pessoas. O professor Danilo também menciona as disputas orçamentárias durante a elaboração do Plano Nacional de Juventude no Brasil, bem como a pressão sobre o governo e o Congresso Nacional para garantir recursos para políticas de juventude. Além disso, ressalta-se o papel dos jovens nos processos eleitorais, pois depositam esperanças na obtenção de recursos para políticas que os beneficiem diretamente:

Às vezes, a juventude é manipulada, explorando sua inocência e generosidade. Ela se engaja em apoio político, carrega bandeiras e faz todo tipo de trabalho voluntário, mas na hora de alocar orçamento para políticas públicas, geralmente fica desamparada. Mesmo apoiando candidatos jovens durante as eleições, raramente esses candidatos são eleitos. O mesmo ocorre quando se trata de estabelecer um ministério de juventude, onde a juventude muitas vezes é ignorada. (Moreira, 2023, informação verbal).

Em outras palavras, muitas vezes os jovens são mobilizados e incentivados a apoiar causas, mas as expectativas de alocar recursos para políticas públicas que beneficiem a juventude não são atendidas. A falta de orçamento e recursos adequados é um dos principais desafios na implementação das Políticas Públicas para a Juventude (PPJ), conforme destacado pela Professora Severine. Ela enfatiza que mesmo quando há um orçamento considerável disponível, a eficácia das políticas públicas depende da revisão do modelo de implementação e do comprometimento das autoridades locais e regionais, apesar das dificuldades econômicas que enfrentam.

Logo, tanto o Brasil quanto a Colômbia enfrentam desafios semelhantes na implementação de políticas de juventude, onde a disponibilidade de recursos financeiros adequados e sua alocação equitativa são elementos fundamentais. Além disso, é essencial estabelecer sistemas sólidos de monitoramento e melhorar a identificação de potenciais

beneficiários para garantir a implementação efetiva e equitativa das políticas. Ambos os países precisam fortalecer suas instituições e promover a participação ativa das diferentes partes interessadas para superar os obstáculos e garantir a eficácia das políticas públicas em prol da juventude.

## 6.7 PAPEL DOS JOVENS NA CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: PARTICIPAÇÃO

A diversidade de atores sociais em uma sociedade reflete a complexidade de seus desafios e necessidades. Os jovens, como parte dessa diversidade, desempenham um papel crucial na elaboração de políticas sociais, destacando questões importantes na agenda pública que poderiam passar despercebidas. Reconhecê-los como atores ativos com conhecimento, ideias e aspirações próprias é fundamental, pois suas preocupações podem ser abordadas nas políticas públicas para resolver os problemas que enfrentam. A participação ativa dos jovens é necessária para enfrentar os desafios da sociedade atual, promover mudanças sociais positivas e garantir a representação equitativa de todas as gerações na vida pública, contribuindo para sociedades mais democráticas.

No entanto, os jovens na região enfrentam obstáculos à participação efetiva na vida política e social de seus países. Transformações nos espaços e nas motivações para a participação geraram um sentimento de exclusão entre os jovens, que enfrentam dificuldades no acesso ao emprego e percebem a falta de representação de suas reivindicações na esfera política. Isso levou à desilusão em relação às instituições políticas e à falta de interesse em participar de processos democráticos, como eleições (Hopenhayn, 2004).

Novas formas de associação informal, promovidas por meios de comunicação como a televisão e as redes sociais, têm desempenhado um papel importante na geração dessas novas formas de associatividade juvenil. No entanto, muitas vezes, essas modalidades carecem de participação substantiva em questões emergentes e podem até incentivar a formação de grupos que buscam outras formas menos convencionais de se fazer ouvir.

Para enfrentar esses desafios, é fundamental implementar ações abrangentes que fortaleçam a formação política dos jovens, forneçam ferramentas para sua participação ativa nos processos políticos e promovam a criação de espaços de diálogo e deliberação para incluir as vozes juvenis na tomada de decisões e na formulação de políticas públicas. Isso ajudará a superar a exclusão e a decepção que atingem os jovens, construindo uma sociedade mais

participativa e democrática (Abarca; Espíndola; Hopenhayn, 2008; Hopenhayn, 2004; Rodríguez, 2013).

Os jovens têm habilidades e perspectivas únicas que trazem relevância, eficácia e sustentabilidade de longo prazo às políticas implementadas. O modelo de escolas abertas, onde os jovens têm maior autonomia e participação nas decisões sobre sua educação, fortalece sua liderança, pensamento crítico e participação cívica, capacitando-os como agentes de mudança em suas comunidades (Rodríguez, 2013).

No entanto, os movimentos juvenis enfrentam desafios significativos em sua participação, especialmente por meio das tecnologias de informação e comunicação. Embora essas ferramentas ofereçam um caminho poderoso para a participação, a exclusão digital e a disseminação da desinformação representam barreiras que devem ser superadas. É essencial garantir a igualdade de acesso a essas ferramentas e promover seu uso responsável e crítico entre os jovens.

Também é importante notar que os estudos sobre participação juvenil geralmente se concentram em jovens ativamente envolvidos, excluindo aqueles que não participam. Para promover uma participação mais inclusiva, é essencial prestar atenção a esses jovens e entender as barreiras que enfrentam em seu envolvimento, a fim de desenvolver estratégias que promovam sua inclusão na tomada de decisões.

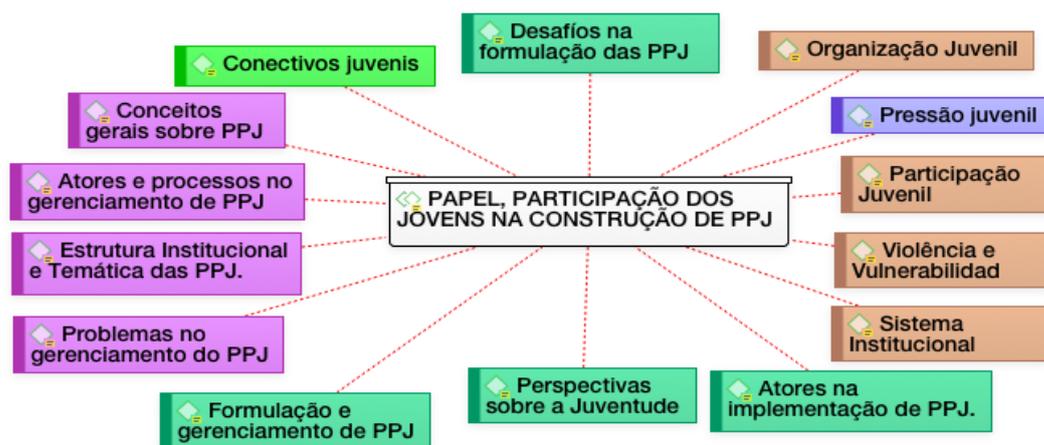
Da mesma forma, a relação dos jovens com o território desempenha um papel fundamental na construção de políticas públicas. Sua participação constante e proativa em iniciativas locais pode contribuir para a conservação do patrimônio natural e cultural. Portanto, é essencial integrar esse contributo nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, promovendo a participação juvenil nos processos de implementação e monitorização desses objetivos.

Neste contexto, destaca-se a importância do voluntariado juvenil e da participação nas políticas públicas como mecanismos para fomentar a participação e a cidadania dos jovens. Essas formas de engajamento cívico permitem que eles se sintam parte de um projeto coletivo e garantem que suas vozes sejam ouvidas. Além disso, ao considerar as mudanças culturais e as aspirações de autonomia dos jovens no desenho das políticas públicas, incentiva-se a sua inclusão e participação na tomada de decisões (Abramovay; Castro, 2015; Castro; Vasconcelos, 2007; Dávila, 2004; Hopenhayn, 2004; Rodríguez, 2013).

Portanto, a categoria “Papel e Participação dos Jovens na Construção de Políticas Públicas para a Juventude” aborda conceitos fundamentais no campo das políticas públicas voltadas para a juventude, com foco na participação ativa dos jovens na formulação,

implementação e avaliação dessas políticas, destacando seu empoderamento e a importância de levar em conta suas expectativas e perspectivas. Em geral, esta categoria enfatiza a importância de considerar ativamente os jovens em todas as fases do processo de formulação e gestão de políticas, bem como a necessidade de enfrentar desafios como a credibilidade, a participação política e a vulnerabilidade. O foco na construção de políticas inclusivas e representativas é crucial para garantir o desenvolvimento abrangente e o bem-estar dos jovens na sociedade.

Figura 9 - Papel, participação dos jovens na construção de PPJ



### 6.7.1 Motivando os jovens na tomada de decisões políticas

Segundo os entrevistados no âmbito das políticas públicas de juventude, a participação dos jovens tem sido observada, porém, embora seja notável, não se manifesta de forma ativa na gestão, administração e execução dessas políticas. Nesse sentido, destaca-se a necessidade de envolver os jovens de maneira mais ativa na gestão e administração das políticas públicas que os afetam:

Acredito que os jovens participam da formulação da política pública, mas não a gerenciam, administram ou executam. Mesmo quando um elemento da política pública é implementado, eles são vistos apenas como beneficiários. No entanto, acredito que devemos adotar uma abordagem mais ativa, envolvendo os jovens como protagonistas no desenvolvimento e gestão da política (Díaz, 2023, informação verbal, tradução nossa).

Dai a importância de mudar a abordagem e considerar os jovens como agentes de mudança, não apenas como receptores de serviços. O que, pode incluir a criação de espaços consultivos, conselhos de jovens ou outros canais de participação que ofereçam aos jovens a oportunidade de influenciar a formulação, implementação e avaliação de políticas. Quando os jovens se sentem envolvidos e capacitados para influenciar as políticas que os afetam, podem desenvolver um maior senso de responsabilidade cívica e liderança.

Os jovens frequentemente participam na formulação dessas políticas, mas seu papel, em grande parte, é mais estático do que funcional na tomada de decisões. No entanto, a professora Dulfary chama a atenção para a importância de conseguir uma participação mais ativa dos jovens na formulação de políticas públicas, reconhecendo que suas opiniões, necessidades e propostas são fundamentais para identificar as reais demandas e necessidades dessa população. Para isso, é necessário estabelecer espaços de diálogo, como grupos de trabalho e consultas, onde eles tenham voz e sua contribuição seja efetivamente recolhida. Referindo-se ao caso de Bogotá, ela menciona:

A reformulação da política pública de juventude demorou mais do que o esperado devido à participação dos jovens em mesas-redondas e ao trabalho realizado pela subdiretoria de juventude, vinculada à secretaria de integração social. Foi mais fácil reformular a política a partir do envolvimento ativo dos jovens nos centros de juventude e nas organizações juvenis. Além da idade, levou-se em conta a situação em que os jovens vivem. (Calderón, 2023, informação verbal, tradução nossa.)

Com o exposto, a professora destaca que, no desenho das políticas, não se deve considerar apenas a condição de “ser jovem”, mas também a “situação em que vivem.” Incluir as opiniões e perspectivas dos jovens é essencial para garantir que as políticas sejam relevantes e eficazes em satisfazer suas necessidades e aspirações. É importante que essas políticas não considerem apenas a idade dos jovens, mas também as realidades que enfrentam em seu ambiente, o que pode exigir uma abordagem mais abrangente e direcionada para atender às suas necessidades.

O professor Germán apresenta um conceito que vem desenvolvendo desde sua pesquisa de doutorado: “agentes em condição juvenil.” Ele argumenta que essa terminologia é mais apropriada, considerando a transitoriedade, a heterogeneidade e as diversas variáveis que moldam a experiência da juventude. Ele enfatiza a importância de reconhecer a diversidade e as múltiplas dimensões da experiência juvenil. Cada jovem pode enfrentar circunstâncias e desafios específicos. Embora ele mencione que os jovens foram consultados em mesas de diálogo para a elaboração de documentos de políticas públicas de juventude, não é claramente especificado em que medida suas propostas foram consideradas ou influenciaram na tomada de decisões. Isso levanta questões sobre a eficácia e a influência dos jovens na definição e concepção de políticas que os afetam diretamente, como ele próprio expressa:

Conforme mencionado, as mesas foram convocadas com o intuito de dar voz a todos. A dinâmica era participativa: eu participo, você participa, ele participa, nós participamos, e eles tomam decisões. Assim funcionou, resultando em decisões concretas. Portanto, possuímos informações específicas sobre os redatores e encarregados de sintetizar as discussões. A academia também teve algum envolvimento, embora seja importante observar que muitos dos indicados pelas

universidades não eram especialistas no assunto, pois naquela época não havia os chamados estudos da juventude. (Muñoz, 2023, informação verbal, tradução nossa).

Portanto, a participação diversificada na elaboração de políticas públicas é fundamental, envolvendo uma variedade de atores, inclusive aqueles que talvez não sejam intelectuais em uma determinada questão. Essa abordagem democrática pode contribuir para a legitimidade e eficácia da política pública, desde que seja equitativa e leve em conta o conhecimento especializado quando necessário. Isso indica como os campos de estudo podem evoluir em resposta às mudanças na sociedade.

Reconhece-se que os jovens são agentes fundamentais na promoção de políticas e programas, pois podem facilmente incorporar essas iniciativas em seu cotidiano. Sua participação e experiências são valiosas para identificar suas reais necessidades, permitindo uma abordagem mais alinhada com suas realidades. No entanto, como menciona o Professor Julio, os jovens muitas vezes não são ouvidos adequadamente:

Em 2013, promulgou-se a Lei 1622, que ampliou os direitos dos jovens e introduziu novos conceitos na área da juventude. Esta lei deu origem ao Sistema Nacional da Juventude, que inclui subsistemas como o de gestão do conhecimento, o institucional e o de participação juvenil. Contudo, o subsistema de participação juvenil enfrentou dois desafios fundamentais. Em primeiro lugar, é comum nas políticas públicas a imposição de como os jovens devem participar, sem envolvê-los na criação de seus próprios métodos de participação, o que representa uma abordagem problemática. Além disso, os conselhos de jovens, embora propostos, não tiveram sua eficácia prática claramente definida. (Orozco, 2023, informação verbal, tradução nossa).

Assim, existe um esforço contínuo para adaptar a legislação às necessidades em constante evolução dos jovens, proporcionando-lhes uma estrutura legal mais abrangente. Isso destaca o desafio comum das instituições em definir como os jovens devem participar sem incluí-los no processo de criação de seus próprios métodos de participação. Portanto, o envolvimento precoce dos jovens no processo de concepção das Políticas Públicas para a Juventude (PPJ) representa uma oportunidade para que suas vozes sejam ouvidas e suas preocupações consideradas. Trabalhando em conjunto com os decisores, os jovens podem contribuir para a criação de políticas mais inclusivas, relevantes e eficazes, adaptadas às suas necessidades e realidades.

A Professora Eliane destaca a importância da participação dos jovens na construção das PPJ, um aspecto fundamental reconhecido por diversos atores na esfera sócio-política. Nesse sentido, ressalta a existência do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) como um espaço de diálogo e representação dos diferentes movimentos juvenis, permitindo que suas opiniões sejam ouvidas e levadas em consideração na tomada de decisões. Ela afirma:

O Conselho, criado para atender às demandas dos movimentos juvenis, enriqueceu-se ao dar voz a diversas juventudes. Inicialmente, contava com representantes de movimentos estudantis e sindicatos, mas, com o tempo, incorporou jovens de diversas origens, incluindo os de terreiros de candomblé e evangélicos. Isso gerou uma ampla diversidade de perspectivas, tornando-se uma experiência notável ao considerarmos o conjunto. (Ribeiro, 2023, informação verbal).

Os espaços participativos, como o Conselho, são fundamentais para atender às demandas dos movimentos juvenis, promover a diversidade e a inclusão na elaboração de políticas públicas. Essas ações capacitam os jovens e enriquecem o processo de tomada de decisões, reconhecendo a variedade de perspectivas e experiências da juventude. Conforme o Professor Danilo, é importante destacar que os jovens também têm a oportunidade de participar de conselhos e organizações específicas de juventude, o que lhes permite influenciar a agenda pública e a formulação de políticas públicas. Essa participação pode ter um impacto significativo, influenciando prefeitos, governadores e o Governo Federal para garantir que suas demandas e necessidades sejam consideradas na agenda política: “Os conselhos de juventude e os jovens participantes influenciam a agenda da Conferência Nacional, que mobiliza centenas de milhares de pessoas. Essa influência se estende a prefeitos, governadores e até candidatos durante a campanha eleitoral, por meio do pacto pela juventude<sup>36</sup>” (Moreira, 2023, informação verbal).

A participação ativa dos conselhos de jovens e dos jovens tem um impacto significativo sobre as políticas públicas e a mobilização cívica relacionada à juventude. Essa participação é essencial para garantir a inclusão e relevância das políticas públicas para os jovens, demonstrando como a perspectiva da juventude pode influenciar diferentes níveis de governo e o processo eleitoral. Para a professora Severine é um erro presumir que se sabe o que é melhor para os jovens sem consultá-los. A participação dos jovens é essencial, dando-lhes voz e considerando suas perspectivas e experiências na construção das Políticas Públicas para a Juventude (PPJ). Decisões unilaterais devem ser evitadas, estabelecendo-se espaços de diálogo

---

<sup>36</sup> O Pacto pela Juventude é uma iniciativa da sociedade civil representada pelo Conselho Nacional de Juventude. Ele busca envolver os governos federal, estaduais e municipais no compromisso com políticas públicas para a juventude brasileira. Nas edições de 2008 e 2010, realizadas durante as eleições municipais e gerais, o Pacto fortaleceu os parâmetros da Política Nacional de Juventude, promovendo o debate sobre as resoluções da 1ª Conferência Nacional de Juventude. Isso resultou na inclusão da juventude na Constituição Federal, na institucionalização da Política Nacional de Juventude, na criação de órgãos e conselhos, e na aprovação de planos estaduais e municipais, além de marcos legais como o Estatuto e o Plano Nacional de Juventude. O objetivo central do Pacto é consolidar políticas públicas como políticas de Estado, garantindo direitos e promovendo a emancipação da juventude no Brasil.

<https://registrojuventude.wordpress.com/2011/02/23/pacto-pela-juventude-roda-pais-e-ganha-apoio-de-candidatos/>

e consulta com os jovens para que suas opiniões sejam consideradas e decisões que não reflitam suas necessidades e realidades sejam evitadas:

É vital ouvir esses atores, como demonstrado pelo Plano Juventude Viva, que tornamos uma prioridade na Secretaria. Se não escutarmos a sociedade, minha nomeação como secretária poderia ter sido arbitrária, assim como desconsiderar um conceito que vejo como uma grande falácia, como o empreendedorismo juvenil. No entanto, a Juventude Viva confrontou isso, pois era um grande problema nacional que persiste. Os jovens organizados conseguiram destacar isso como nosso maior desafio. Ouvimos essa demanda. Portanto, acredito que sem um diálogo direto com aqueles que vivenciam os desafios dessas políticas na base, a política pública tem uma probabilidade maior de fracassar. (Macedo, 2023, informação verbal).

A importância do diálogo e da escuta ativa dos atores envolvidos na formulação de políticas públicas está em sua capacidade de garantir que essas políticas sejam eficazes e relevantes para as reais necessidades da sociedade. Sem o diálogo direto com aqueles que enfrentam os desafios das políticas no dia a dia, há um risco maior de que as políticas públicas não atinjam seus objetivos e não tenham impacto para a população-alvo. Os coletivos e organizações juvenis têm papel fundamental na construção de políticas públicas para a juventude (PPJ) que atendam às necessidades e demandas dessa população. O professor Paulo Cesar frisa ainda que a participação juvenil se dá no âmbito territorial, nas cidades e municípios, onde os coletivos juvenis que atuam nos territórios impulsionam a demanda por políticas públicas específicas para suas realidades:

Um aspecto essencial relacionado ao lugar, ao território, ao município e às cidades não pode ser negligenciado. As iniciativas e políticas públicas, mesmo as mais avançadas, devem muito aos coletivos juvenis que atuam nesses territórios. São grupos de jovens organizados em torno do skate, buscando espaços para a prática desse esporte; grupos de jovens ligados ao hip-hop, lutando pela afirmação e reconhecimento de sua cultura na cidade; grupos de mulheres, batalhando por sua integridade física e direito de circulação no espaço público; e grupos LGBTQIA+, lutando por sua visibilidade. (Carrano, 2023, informação verbal).

A participação ativa de coletivos de jovens em diferentes áreas desempenha um papel fundamental na promoção de seus interesses e na busca por mudanças nas políticas públicas e práticas culturais. Isso demonstra como a mobilização dos jovens e a defesa de seus direitos e práticas culturais podem efetivamente impactar as decisões governamentais, ressaltando o valor das ações a nível local para a melhoria da qualidade de vida dos jovens.

Não se pode separar eventos como as paradas gays, que são grandes manifestações, da ocupação do espaço público. Isso inclui diversas áreas, como juventude, gênero, sexualidade e demandas de jovens rurais por políticas públicas, como nos assentamentos do MST<sup>37</sup> e no acesso à internet em áreas rurais. Assim, vemos uma

---

<sup>37</sup> O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é uma organização presente em 24 estados do Brasil, abrangendo todas as cinco regiões do país. Com cerca de 450 mil famílias envolvidas, o MST busca articular e

participação territorial significativa nas experiências dos grupos culturais. (Carrano, 2023, informação verbal).

A complexidade das demandas e manifestações na sociedade evidencia como questões como diversidade sexual, juventude e preocupações rurais estão interconectadas, destacando a necessidade de abordá-las de forma holística. A participação ativa dos jovens nessas questões é essencial para enfrentar as desigualdades, e a consideração das dinâmicas territoriais e culturais também se revela fundamental para compreender e abordar essas demandas de maneira eficaz.

O professor José Antonio, por sua vez, considera que, assim como as crianças, os jovens também têm voz e devem ter a oportunidade de expressar sua verdade em relação às questões que os afetam, e que sua participação na tomada de decisões é central e fundamental para garantir políticas mais inclusivas e adequadas às suas necessidades. No entanto, também chama a atenção para o fato de que a participação dos jovens na tomada de decisões sobre políticas públicas é baixa e limitada: “Digamos que a experiência que temos com a tomada de decisões de políticas públicas que têm os jovens como ponto de referência, muito raramente, eu diria quase nunca, eles estão participando da tomada de decisões” (Pérez Islas, 2023, informação verbal, tradução nossa).

São muitas vezes excluídos desses processos e impedidos de ter uma palavra a dizer ou de decidir sobre questões que lhes dizem diretamente respeito. Essa falta de participação limita sua capacidade de influenciar as políticas que os afetam e pode levar à implementação de ações que não refletem suas necessidades e realidades: “São políticas infantis frequentemente ignoradas. Crianças têm voz para expressar sua verdade. No caso dos jovens, a participação é central, mas as oportunidades para expressar opiniões e tomar decisões são extremamente limitadas, quase inexistentes.” (Pérez Islas, 2023, informação verbal, tradução nossa).

É raro que os jovens participem de forma significativa da tomada de decisões em políticas públicas voltadas para eles. Isso levanta a questão da falta de voz e representação dos jovens em assuntos que lhes dizem respeito diretamente. O ideal, em ambos os casos, é que a voz e as perspectivas dos jovens e das crianças sejam reconhecidas na tomada de decisões, pois suas necessidades e experiências são fundamentais. Promover uma maior participação dos jovens nesses processos é essencial para garantir que as políticas públicas sejam realmente adequadas e atuais.

### 6.7.2 Outros atores envolvidos nas políticas de juventude

No contexto das políticas públicas voltadas para a juventude, é evidente a participação de vários atores, como empresários, sindicatos, ONGs, igreja, polícia e, em menor escala, representantes das universidades. No entanto, o Professor Germán questiona se estes últimos eram intelectuais em questões relacionadas à juventude, uma vez que seus conhecimentos especializados são essenciais para atender às necessidades específicas deste segmento da população:

Insisto que não existem políticas apenas formuladas no papel, desconhecendo propostas dos jovens. O Estado, por meio de comissões nomeadas, desenhou esses documentos, com participação de empresários, sindicatos, ONGs, igreja e polícia. Jovens participaram em mesas de discussão, mas não foram determinantes na formulação desses documentos. (Muñoz, 2023, informação verbal, tradução nossa).

Isso destaca a importância de refletir adequadamente as opiniões e perspectivas dos jovens nas políticas públicas direcionadas a eles. Consultas devem resultar em ações concretas e incorporação das propostas dos jovens nas políticas finais. É crucial criar ambientes específicos para a participação juvenil, como conselhos juvenis, casas de juventude e clubes juvenis, para permitir discussões e contribuições às políticas que os afetam. O Professor José Antonio também ressalta a necessidade de avaliar a adaptabilidade de políticas implementadas por organizações da sociedade civil em diferentes contextos:

Vivemos um boom nas políticas de juventude nos anos 90 e início dos 2000, com conquistas notáveis. No entanto, atualmente, esse impulso está em declínio, com o desaparecimento das casas da juventude. Isso se deve, em parte, à implementação deficiente de políticas importantes para os jovens. As reformas educativas e programas de emprego não envolveram os institutos de juventude, resultando em desconexão entre as políticas de juventude e as políticas de Justiça relacionadas aos jovens. (Pérez Islas, 2023, informação verbal, tradução nossa).

Assim, a estruturação das políticas deve assegurar uma conexão adequada com as questões relevantes para os jovens e permitir que instituições juvenis específicas desempenhem um papel ativo na tomada de decisões. O declínio das políticas de juventude pode exigir uma reavaliação de como as necessidades e preocupações dos jovens são abordadas na esfera política. Os professores Dulfary e Julio Cesar destacam as casas da juventude e a promoção de organizações juvenis como espaços para jovens se encontrarem, discutirem e colaborarem na formulação de políticas. Além disso, é importante articular as políticas de juventude com outras políticas públicas, como infância, educação, saúde e emprego, entre outras, para uma visão abrangente das necessidades dos jovens e evitar a fragmentação das políticas:

Uma resposta surgiu na década de 1990, em reação à crise de violência em Medellín no início do século. Organizações sociais desempenharam um papel crucial ao criar Casas da Juventude, espaços acolhedores decorados para jovens, e programas abrangentes, que envolviam alfabetização, convivência, comunicação e liderança, para jovens em situações de conflito. (Orozco, 2023, informação verbal, tradução nossa).

As organizações sociais desempenham, portanto, um papel fundamental na formulação de políticas públicas direcionadas à juventude e na resposta a crises ou desafios específicos. Um exemplo disso é como a ação da sociedade civil pode servir como catalisador para abordar problemas sociais e melhorar a qualidade de vida dos jovens em suas comunidades. Assim, os centros de juventude representam um espaço crucial onde os jovens podem ter contato direto com as políticas públicas e conhecer iniciativas e programas. Isso favorece uma participação mais efetiva dos jovens na construção das políticas que os afetam diretamente. Como disse a professora Dulfary:

Realizamos um projeto para explorar as Casas de Cultura, parte da estratégia da política de juventude em Bogotá. Investigamos as experiências dos implementadores territoriais na apresentação da política pública, considerando que essas casas são centros de conhecimento das políticas locais para os jovens (Calderón, 2023, informação verbal, tradução nossa).

Portanto, a importância de os implementadores territoriais entenderem sua experiência em relação às casas de cultura e como elas desempenham um papel fundamental na política pública de juventude. Demonstra também como as políticas de juventude podem ter um impacto real nas comunidades em nível local, identificando desafios e oportunidades na implementação. Além disso, por meio da conexão entre a política pública de juventude e os centros culturais, estabelece-se uma ligação importante entre os jovens e a oferta de programas e atividades culturais:

Outra característica que encontramos em relação às questões juvenis na Colômbia é que os jovens sentem que a parte institucional não é deles. Eles percebem que essas casas juvenis são, na verdade, espaços para a comunidade juvenil. Isso representa uma vantagem, pois lhes proporciona o reconhecimento por serem jovens, onde não são estigmatizados pela sua forma de vestir, pela sua identidade sexual ou pelo seu gênero. Eles descobrem que nesses espaços eles podem ser verdadeiramente cidadãos. (Calderón, 2023, informação verbal, tradução nossa).

Assim, esses locais são percebidos como pontos de encontro e participação ativa dos jovens, o que pode ser uma vantagem na promoção da sua participação cívica e social, essencial para fomentar a inclusão e a participação efetiva dos jovens na vida da Colômbia.

Portanto, ao trabalhar em estreita colaboração com os executores territoriais, é possível considerar a realidade local e os desafios que surgem na implementação das políticas públicas.

Assim, para que as políticas públicas de juventude sejam eficazes, é fundamental estabelecer um diálogo direto com os jovens e demais atores envolvidos na prática dessas políticas. A escuta de suas demandas e experiências permite uma melhor compreensão das reais necessidades e desafios, contribuindo para a eficácia das políticas implementadas. A participação ativa da sociedade civil, a articulação com outras políticas públicas e a criação de espaços específicos para os jovens são aspectos fundamentais para promover a inclusão e a participação juvenil.

Por exemplo, o CONJUVE constitui um espaço fundamental de participação e diálogo entre diversos grupos juvenis, permitindo que as vozes das jovens feministas, rurais e com deficiência sejam ouvidas e refletidas nas políticas de juventude. Isso também fomenta a solidariedade e a troca de ideias entre esses grupos, que, apesar de existirem, não tinham oportunidade de interagir no seu cotidiano. Como mencionou a professora Severine:

Minha experiência me faz acreditar que o Conselho foi enriquecedor em minha trajetória na Juventude. Individualmente, conectei-me com grupos que não interagíamos diariamente. Jovens feministas passaram a discutir juventude rural, e a agenda rural incluiu jovens com deficiência. O Conselho não só influenciou políticas, mas também aprimorou conceitos. Em 2010, a professora Regina Novaes, vice-presidente do Conselho, coordenou o Livro Branco da Política de Juventude. (Macedo, 2023, informação verbal).

Nesse sentido, o Conselho é descrito como um espaço onde diferentes grupos e organizações juvenis tiveram a oportunidade de interagir e colaborar. Essa abordagem permite que diversas perspectivas se unam e trabalhem juntas no desenvolvimento de políticas de juventude, promovendo uma maior inclusão e contribuindo para a criação de políticas de juventude mais inclusivas e eficazes. O CONJUVE desempenhou um papel fundamental na formulação e no acompanhamento das políticas de juventude no Brasil, e sua importância também está centrada na participação de representantes de diferentes setores. Como afirmou a professora Severine: “O Conselho desempenhou um papel crucial, desde a formulação da política até o monitoramento. Além disso, promoveu aprendizado e solidariedade, destacando pautas secundárias. Essa dinâmica se aplica ao Conselho e às Conferências de Juventude.”

Vale destacar a importância dos Conselhos e Conferências de Juventude no processo de formulação e monitoramento das políticas de juventude no Brasil. Esses órgãos desempenham um papel integral em todo o ciclo de desenvolvimento de políticas, desde a fase inicial até a subsequente monitorização. Além disso, promovem a aprendizagem mútua, fortalecem a solidariedade e levantam questões relevantes para os jovens, contribuindo assim para o desenvolvimento de políticas públicas mais inclusivas e eficazes. Ainda, é necessário destacar

a relevância das conferências de juventude no contexto do CONJUVE, uma vez que essas conferências reuniam representantes do governo, da sociedade civil e diversas organizações:

Acredito que as conferências foram o ponto alto da escolha do CONJUVE, reunindo representantes do governo, da sociedade civil e de várias organizações. O CONJUVE não era apenas um conselho representativo, mas sim um representante desse amplo espectro de organizações. Além disso, as conferências proporcionaram oportunidades para que jovens eleitos, vinculados a diferentes movimentos, participassem, promovendo uma troca que ampliou a sensibilidade e a abertura das diversas juventudes em relação às suas diferenças. (Macedo, 2023, informação verbal).

As conferências juvenis, inseridas no âmbito do CONJUVE, desempenharam um papel fundamental na representação de uma vasta diversidade de organizações e perspectivas relacionadas à juventude. Ademais, tais conferências incentivaram a abertura e a sensibilidade em relação às divergências entre os jovens, o que culminou em uma participação mais inclusiva e representativa no cenário das políticas de juventude no Brasil.

Por sua vez, o Professor Danilo destaca que, ao contrário de outras políticas públicas no Brasil que buscam a paridade na composição dos conselhos, neste caso, foi deliberado que o Conselho teria uma presença significativamente maior da sociedade civil. Sua composição foi deliberadamente orientada para uma presença majoritária da sociedade civil, refletindo um esforço para assegurar que as vozes e perspectivas da sociedade civil, incluindo jovens de diversas origens, tivessem um papel fundamental na formulação das políticas de juventude: “No nosso caso, formamos um Conselho que deliberadamente possuía uma presença maior da sociedade civil, composto por dois terços da sociedade civil e um terço do poder público.”

O evento foi marcado pela diversidade dos participantes, refletindo a ampla variedade de interesses e experiências dos jovens no âmbito da política voltada para a juventude:

Assim, estavam representadas a juventude evangélica, a juventude católica, as centrais sindicais, os jovens atuantes na área cultural, o movimento hip-hop, entre outros. Portanto, na primeira composição do Conselho, já se evidenciava um panorama abrangente do que chamamos de campo das políticas públicas de juventude, que, embora não exclusivo aos jovens, era majoritariamente constituído por eles. (Moreira, 2023, informação verbal).

Da mesma forma, também foi evidenciada a colaboração de múltiplos interessados, enriquecendo a formulação de políticas ao oferecer diferentes perspectivas e recursos, segundo o especialista: “A academia, tinha muito a contribuir, assim como as fundações empresariais que compunham este conselho, todas elas tinham muito a colaborar. Cada uma delas, usando a expressão contemporânea, tinha seu ‘lugar de fala’ e colaborava, pois financiava projetos.” (Moreira, 2023, informação verbal).

Além disso, buscou-se a participação de influentes personalidades que demonstravam um genuíno interesse nas questões da juventude e que poderiam contribuir com suas experiências e visões: “artistas e personalidades, como na primeira composição do conselho, tivemos Marcelo Yuka<sup>38</sup>, o ex-vocalista do Rappa, e MV Bill<sup>39</sup>, uma figura amplamente reconhecida no meio do hip-hop.” Essas inclusões são significativas no contexto das políticas públicas relacionadas à juventude, pois fornecem perspectivas e experiências dos jovens que podem ser valiosas para a formulação e implementação de políticas e estratégias de disseminação para atingir esse segmento da população. Ele acrescenta: “Trouxemos figuras que tinham uma perspectiva juvenil, não necessariamente vinculada a um movimento juvenil, nem ao âmbito acadêmico, o que chamávamos de ‘especialistas em juventude’.” (Moreira, 2023, informação verbal).

Precisamente, embora esses números não estejam necessariamente vinculados a um movimento juvenil ou à academia, isso mostra uma abertura para uma variedade de perspectivas na tomada de decisões relacionadas aos jovens. Portanto, a designação dessas figuras como “especialistas em juventude” ressalta a importância de sua experiência, conhecimento e influência sobre as questões da juventude, mesmo que não sigam os caminhos tradicionais do ativismo juvenil. Portanto, essa estrutura de participação visa enriquecer o processo de formulação de políticas e abordar uma variedade de perspectivas relacionadas à juventude.

Dessa forma, cada membro do Conselho, a partir de sua perspectiva e experiência, contribuía com ideias e financiava projetos relacionados à juventude, permitindo que o Conselho Nacional de Juventude se consolidasse como um espaço democrático de encontro e debate, sem buscar substituir o papel dos movimentos juvenis. Segundo a professora Eliane: “Os conselhos, na perspectiva que estou abordando, destinavam-se a estabelecer um diálogo contínuo com a sociedade, um diálogo pautado na concepção de participação coletiva.” Seu objetivo era promover o diálogo e a participação coletiva entre o governo e a sociedade civil, buscando incluir diferentes vozes e representações da juventude, a fim de criar espaços que favorecessem a interação e a construção conjunta de políticas públicas.

### 6.7.3 Juventude em Ação: O Papel Central dos Movimentos Sociais.

---

<sup>38</sup> Marcelo F. Do Nascimento - **Yuka**, Representantes da sociedade civil - pessoas com notório reconhecimento no âmbito das políticas públicas de juventude. CONJUVE.

<sup>39</sup> Alex Pereira Barboza - **MVBILL**, FRENTE BRASILEIRA DE HIP- HOP – CUFA. CONJUVE.

As mobilizações sociais dos últimos anos demonstraram que a participação juvenil é um dos fatores principais e fundamentais, como se tem verificado nos diferentes países da região onde o protesto social tem estado constantemente presente. Portanto, essa situação ilustra como os jovens representam uma força ativa e dinâmica na sociedade, capaz de promover mudanças e pressionar por transformações sociais que transcendem o meramente setorial.

Um elemento comum que se destaca e que já foi discutido em outro capítulo é o papel central das redes sociais e das novas tecnologias como ferramentas fundamentais para a organização e visibilidade dos movimentos juvenis. Os jovens estão aproveitando essas plataformas para coordenar e divulgar suas ações, conseguindo assim ampliar sua mensagem e se conectar com um público mais amplo. Além disso, essas novas formas de comunicação permitem construir vínculos diretos com o Estado, evitando a mediação de partidos políticos ou sindicatos, o que favorece a participação direta e a tomada de decisão coletiva.

Da mesma forma, os intelectuais entrevistados destacam a capacidade dos jovens de questionar e transformar a realidade social e política em busca de uma sociedade mais justa e igualitária. Assim, por exemplo, na Colômbia, como consequência dos impactos negativos da pandemia, como o aumento da pobreza, da fome e da evasão escolar, levou grande parte dos jovens a sair às ruas como forma de protesto. É aqui que a mobilização e o ativismo juvenil desempenham um papel significativo, pois se mostram eficazes em colocar questões relevantes na agenda política e pressionar por políticas públicas que atendam às suas preocupações; como comenta o professor Álvaro:

Durante a pandemia, o movimento social se aquietou devido ao confinamento, interrompendo a mobilização política tradicional nas praças públicas. No entanto, grupos, incluindo jovens, continuaram a se manifestar em locais virtuais, buscando subsídios e flexibilização nas restrições. Na Colômbia, há um ano, em 28 de abril, teve início uma greve que ficaria conhecida como Estallido social, inicialmente planejada para durar um único dia (Díaz, 2023, informação verbal, tradução nossa).

Nesse sentido, os movimentos sociais e as manifestações juvenis têm atuado como catalisadores da inclusão de políticas públicas voltadas para a juventude. A mobilização pacífica e não violenta tem sido uma estratégia eficaz para dar visibilidade às demandas e obter apoio institucional. Portanto, no contexto colombiano em particular, esses movimentos e manifestações têm se mostrado eficientes ao colocar na agenda do país políticas públicas direcionadas à juventude, conforme aponta o professor Álvaro: “Qual a utilidade de uma política pública quando, em certa medida, seu papel é ser um espaço de diálogo e ajustes, apesar da realidade frequentemente contrariá-la? Ela é necessária para estabelecer diretrizes e avaliar

o progresso com base no reconhecimento e na negociação durante sua formulação.” (Díaz, 2023, informação verbal, tradução nossa).

Portanto, o desenvolvimento das políticas de juventude deveria envolver ativamente jovens preparados e experientes em questões relacionadas à juventude, a fim de garantir uma perspectiva mais abrangente e realista, como afirmou a professora Dulfary: “Muitos formuladores de políticas são jovens. A explosão social na Colômbia foi liderada por jovens em geral, não apenas os ligados aos movimentos estudantis. Isso influenciou a eleição de Petro como presidente. O desafio para este governo é atender às demandas dos jovens em inclusão e emprego.” (Calderón, 2023, informação verbal, tradução nossa).

Assim, os movimentos sociais e as manifestações juvenis têm sido fundamentais na pressão por políticas públicas que atendam às necessidades da juventude. A mobilização social e o protesto são ferramentas legítimas usadas pelos jovens para dar visibilidade às suas reivindicações e obter apoio institucional, desafiando os gestores do PPJ a desenvolver programas que respondam às preocupações dos jovens.

Sob a perspectiva da professora Gloria, os movimentos juvenis podem ser motivados por diversas causas e insatisfações sociais. Não devem ser restritos apenas a questões políticas, culturais ou sectárias, como é comum. Ela observa, que por exemplo, “há uma questão transversal, política e ideológica, que infelizmente os limita sob a perspectiva governamental. Isso sugere que a polarização política e ideológica pode estar afetando os jovens e sua capacidade de participar efetivamente na formulação de políticas públicas.” (Graterol, 2023, informação verbal, tradução nossa).

Cada movimento possui suas particularidades, explicando por que alguns têm um impacto maior do que outros em diferentes países: “Ainda não vi uma manifestação de jovens em nenhum país, exceto o movimento dos indignados na Espanha, que basicamente expressou sua insatisfação com o tratamento que recebiam e por isso decidiu agir.” (Graterol, 2023, informação verbal, tradução nossa). É essencial que os protestos dos jovens sejam ouvidos e abordados continuamente, destacando a importância da participação ativa dos jovens na tomada de decisões e na formulação de políticas públicas que afetam suas vidas.

Entretanto, segundo a professora, um dos desafios enfrentados pelos movimentos na região é a politização excessiva. Ela observa que, em alguns casos, os propósitos iniciais dos movimentos podem ser deturpados ou subjugados por interesses partidários: “Mas contra quem protestavam? Geralmente, contra o governo e a política, com apoio dos partidos de oposição. Contudo, é crucial questionar se esses protestos realmente refletem as necessidades dos jovens.

Em geral, é crucial analisar criticamente as motivações por trás dos protestos dos jovens, assegurando que atendam às necessidades legítimas da juventude em vez de serem instrumentalizados para fins políticos. Infelizmente, alguns partidos se aproveitam dessas demandas para promover suas agendas políticas, desviando o foco dos problemas reais dos jovens. Essa instrumentalização política pode distorcer a mensagem original do movimento e impulsionar figuras políticas.

Aqui é relevante lembrar que o professor Danilo já salientou que os jovens não estão isentos de serem influenciados por interesses políticos ou grupos com agendas ocultas. Portanto, é crucial que os jovens canalizem suas energias de forma estratégica e crítica ao exercerem seus direitos e deveres políticos. O professor também compartilha a visão de que a participação juvenil influencia a agenda política, atraindo políticos independentemente de sua afiliação ideológica, visto que todos os partidos têm um segmento jovem. Sobre o impacto das mobilizações juvenis, ele afirma: “Pressionam a agenda e são um tema atrativo. Mesmo políticos conservadores estão interessados na juventude, e à medida que os jovens se organizam, isso qualifica o debate.” (Moreira, 2023, informação verbal).

Quando os jovens se engajam em movimentos e protestos, pressionam os líderes políticos e tornam suas demandas mais visíveis, aumentando a eficácia de suas ações. Além disso, a participação organizada dos jovens promove a transparência e o controle social, servindo como formação política para futuras gerações.

A participação política dos jovens vai além de mudanças imediatas; também é educativa e formativa. Ao se envolverem, eles desenvolvem competências de liderança, trabalho em equipe e tomada de decisões, enriquecendo seu desenvolvimento pessoal e cívico: “Isso permite entender o Estado, com dimensão pedagógica. Lidar com contradições desde cedo é enriquecedor, favorecendo a criação de programas práticos para jovens da periferia e formando uma consciência crítica nas novas gerações, direcionando energia de forma mais inteligente.” (Moreira, 2023, informação verbal).

Envolver os jovens na política não apenas aborda questões práticas, mas também promove uma cidadania mais consciente e engajada, desde que seja direcionada estrategicamente para impactar positivamente a sociedade.

A professora Eliane destaca que os movimentos juvenis evoluíram ao longo do tempo, expandindo suas demandas além de questões exclusivamente ligadas à juventude, como educação ou emprego. Isso reflete uma crescente consciência do papel dos jovens na transformação social. Esses movimentos têm demonstrado sua influência nas ruas, impactando a agenda política em países como Equador, Chile e Colômbia, onde jovens lideraram

manifestações sociais significativas. No geral, a participação e mobilização juvenil têm sido forças impulsionadoras de mudanças e melhorias nas políticas públicas voltadas para a juventude na região. A professora compartilha suas observações sobre esse assunto:

O movimento liderado pelos 'Pinguins' no Chile teve um impacto significativo no Brasil, especialmente entre a juventude mais organizada, que o via como um modelo a ser seguido. No Brasil, vivenciamos um movimento notável durante o impeachment de Collor, onde a juventude desempenhou um papel fundamental nas manifestações de rua. Pessoalmente, considero que esse movimento foi bastante distinto dos eventos de 2013. Durante o impeachment de Collor, a liderança estava em grande parte nas mãos dos jovens. Foi um momento em que a juventude saiu às ruas, descobriu o significado da participação e reivindicou seu lugar na sociedade. Penso que esse período foi marcante e impactante. (Ribeiro, 2023, informação verbal).

Portanto, os movimentos juvenis têm um grande impacto na política e nas decisões, devido à sua participação ativa e à capacidade de mobilizar grandes grupos, resultando no reconhecimento de suas demandas pelos líderes políticos. A participação e mobilização dos jovens na política são uma força poderosa na América Latina, influenciando a agenda política e a formulação de políticas, sendo essenciais para o desenvolvimento e a transformação social. Sua participação em manifestações, abordagem pragmática e uso eficaz de novas tecnologias são exemplos de como os jovens podem contribuir para a conscientização e mudanças positivas no país.

#### **6.7.4 Experiências de jovens em contextos de violência, conflito e vulnerabilidade:**

A análise da relação entre juventude e violência na América Latina destaca a centralidade dos jovens em inúmeros episódios violentos, tanto como vítimas quanto como perpetradores. Portanto, para enfrentar esse problema, são descartadas explicações simplistas que vinculam a violência exclusivamente à pobreza, enfatizando a necessidade de adotar políticas públicas preventivas e promocionais. Nesse sentido, é importante adotar uma abordagem abrangente que leve em consideração as evidências e recomendações de estudos especializados, visto que diversos estudos mostram que a violência é a principal causa de morte entre os jovens, e sua participação em formas de violência organizada está em crescimento (Aguilar-Forero; Muñoz, 2015; Corrêa, 2007; Leite, 2016; Rodríguez, 2004).

É pertinente, portanto, revisar experiências inovadoras na região que possam fornecer aprendizado relevante para enfrentar o problema de maneira mais eficaz, pois as políticas públicas atualmente incluem abordagens de segurança cidadã. Superar abordagens repressivas e controladoras, incorporando respostas mais relevantes que promovam a inclusão dos jovens na sociedade. Dessa forma, busca-se construir a paz, promover a diversidade cultural e alcançar

a equidade social como bases fundamentais para enfrentar a complexa relação entre juventude e violência.

É fundamental adotar políticas públicas preventivas e promocionais para abordar adequadamente a relação entre juventude e violência, uma questão que não pode ser ignorada na formulação das Políticas Públicas para a Juventude (PPJ). Para isso, é necessário considerar as evidências e recomendações de estudos e peritos especializados em juventude, a fim de superar abordagens repressivas e controladoras e, em vez disso, buscar respostas mais relevantes que promovam a inclusão dos jovens na sociedade, como destacado pelos entrevistados. Nesse contexto, a professora Dulfary se refere à complexidade das condições em que se encontram alguns jovens na Colômbia, especialmente aqueles que foram vítimas diretas da guerra e recrutados por grupos armados desde tenra idade.:

Uma criança armada desde os 9 anos associa o poder às armas. Ao abordar a questão do acordo de paz da Havana<sup>40</sup>, notamos que começamos bem. Jovens de 18 a 24 anos têm um programa especial. No entanto, devemos considerar que, desde os 9 anos, essas crianças foram recrutadas, tornando seu processo diferente daqueles que nunca empunharam armas. Nesse contexto, é essencial analisar a situação colombiana, notavelmente diferente de outros países da América Latina. Devemos dar atenção especial aos jovens que são filhos da guerra, ex-combatentes desde os 8 ou 9 anos, recrutados ou vítimas de abuso sexual por comandantes ao longo de sua juventude. Sua experiência difere totalmente daqueles que têm o privilégio de passar o dia em casa jogando videogame. (Calderón, 2023, informação verbal, tradução nossa).

Com base no exposto, ao abordar a situação dos filhos de guerra, crianças e jovens ex-combatentes, fica evidente a necessidade de políticas públicas que ofereçam alternativas para as vítimas da violência. O recrutamento e a utilização de crianças e adolescentes por grupos armados ilegais são crimes frequentes em conflitos armados. Segundo relatórios da UNICEF, estima-se que cerca de 300 mil crianças estejam envolvidas em mais de 30 conflitos armados ao redor do mundo, sendo usadas como combatentes, assistentes, informantes, cozinheiras ou até mesmo vítimas de escravidão sexual.

No contexto atual do conflito armado na Colômbia em 2021, o exército colombiano bombardeou um acampamento dissidente das FARC, onde vários menores foram encontrados entre os mortos. O Ministro da Defesa do Governo de Duque justificou o ataque, alegando que, nesse cenário, essas crianças eram consideradas “máquinas de guerra” e deixavam de ser vítimas quando cometiam crimes, tornando-se criminosos. O ministro também argumentou que

---

<sup>40</sup> O Acordo de Havana representa o acordo de paz que encerrou mais de cinquenta anos de conflito armado com as FARC, a maior guerrilha da Colômbia. Foi assinado em Bogotá em 24 de novembro de 2016. <https://www.cancilleria.gov.co/sites/default/files/cartillaabcdelacuerdofinal2.pdf>

o treinamento guerrilheiro transformava esses menores em jovens combatentes perigosos (Osorio, 2023). É paradoxal notar que esse ministro tenha ocupado o cargo de diretor do ICBF no governo de Santos, uma vez que esta entidade estatal colombiana é encarregada da prevenção e da proteção integral da primeira infância, infância e adolescência, com o propósito de fortalecer os jovens e as famílias na Colômbia.

No caso das crianças, a Comissão da Verdade, criada no contexto do acordo de Havana entre o governo e as FARC, apresentou dados relevantes sobre essa questão. Seu objetivo é esclarecer a verdade sobre os eventos ocorridos durante o conflito armado no país, contribuindo para a compreensão das transgressões e violações ocorridas nesse período. Esses números estão detalhados no quadro 37 e destacam a necessidade urgente de respostas concretas por parte do Estado.

Quadro 37 - Recrutamento de menores

Número de vítimas	Anos com mais vítimas	Responsável principal	Departamentos com mais vítimas
<ul style="list-style-type: none"> <li>Foram 16.238 casos de recrutamento de crianças e adolescentes de 1990 a 2017.</li> <li>Tendo em conta a potencial subnotificação, estima-se que o universo de crianças e adolescentes vítimas de recrutamento poderá ser de 30.000 vítimas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>O pico mais alto foi apresentado em 2000 com 1.320 vítimas; depois 2002 com 1.305 vítimas e 2003 com 1.253 vítimas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>FARC-EP: 12.038 vítimas (75%)</li> <li>Grupos paramilitares: 2.038 vítimas (13%)</li> <li>ELN: 1.391 vítimas (9%).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Meta: 2.977 vítimas (18 %)</li> <li>Antioquia: 2.346 vítimas (14 %)</li> <li>Guaviare: 1.105 vítimas (7 %)</li> <li>Caquetá: 1.063 vítimas (6 %)</li> <li>Cauca: 838 vítimas (5 %).</li> </ul>
<p>O projeto JEP-CEV-HRDAG não inclui as forças públicas nos responsáveis porque são muito poucos os eventos que são registados como recrutamento ilegal por estes atores, não sendo possível diferenciar entre recrutamento legal e ilegal.</p> <p>A percentagem de autores desconhecidos para esta violação é de 19%.</p>			

**Fonte:** Comissão da Verdade. O Relatório Final em Números. <http://comisiondelaverdad.co/analitica-de-datos-informacion-y-recursos#cl>

Portanto, as Políticas Públicas de Juventude (PPJ) devem adotar uma abordagem específica para lidar com essas realidades particulares. É fundamental compreender as condições específicas dos jovens que vivenciaram situações de violência e, assim, promover uma abordagem diferenciada nas políticas públicas e nos processos de socialização. Os jovens são diversos em experiências, contextos e realidades, e as PPJ devem reconhecer essa diversidade. O professor Julio Cesar mencionou como a resposta do Estado colombiano na década de 90 ao problema estrutural da violência em Medellín foi baseada em políticas públicas para a juventude (PPJ), o que é essencial para compreender a sequência temporal das PPJ nos âmbitos municipal, departamental e nacional, com a cidade desempenhando um papel central nesse processo.

Por outro lado, a professora Eliane, que tem trabalhado com o tema da violência em colaboração com a UNESCO, enfatiza a necessidade de refletir sobre a abordagem da violência no Brasil e considerar a realidade nacional e as demandas específicas do país. É fundamental aprofundar a análise sobre como a violência tem sido tratada no Brasil e os desafios particulares que o país enfrenta nessa área. O professor Paulo Cesar também destaca a mudança de foco das políticas de juventude no país, especialmente durante os governos progressistas do PT, que reconheceram os jovens como sujeitos de direitos e capacitados para formular, implementar e se beneficiar de políticas públicas. Como exemplo concreto, ele menciona o caso do indígena Galdino e a resposta do governo a esse acontecimento:

Do ponto de vista conceitual, vejamos um exemplo: no governo de Fernando Henrique Cardoso, ocorreu um episódio extremamente dramático envolvendo o assassinato de Galdino, um indígena que havia viajado para Brasília para participar de um encontro de lideranças indígenas. Devido a problemas operacionais, ele ficou sem alojamento e teve que passar a noite ao relento, em um ponto de ônibus. Adolescente de classe média, em uma ação que não pode ser considerada uma brincadeira, jogou gasolina nele e ateou fogo em seu corpo. Esse incidente deixou uma marca profunda na sociedade brasileira, levantando questões sobre a violência juvenil. Isso reacendeu o debate sobre o tema e muitos setores da sociedade chegaram a afirmar que se jovens de classe média estavam envolvidos em atos tão violentos, imagina-se a situação dos jovens de classes populares, que já carregam o estigma da violência. Isso levou à discussão sobre a necessidade de políticas para abordar a questão da violência juvenil. (Carrano, 2023, informação verbal).

A partir desse acontecimento, a questão da violência juvenil assumiu uma posição central, desencadeando discussões e a formulação de políticas públicas para enfrentar o problema. O caso de Galdino enfatizou a importância da implementação de estratégias eficazes na prevenção e combate da violência entre jovens, visando a criação de um ambiente mais seguro e saudável para toda a sociedade brasileira. Relativamente a esse exemplo, como mencionado no capítulo dois, na década de 1980, na Colômbia, a violência juvenil perpetrada por sicários nos bairros de Medellín resultou em um forte estigma sobre esse segmento da população. Isso ocorreu devido ao assassinato do Ministro da Justiça da época, que foi perpetrado por jovens pistoleiros. Esse episódio, como explicou o professor Julio, desencadeou mudanças institucionais na Colômbia nos anos 90 em relação às políticas de juventude, como resposta ao problema da relação entre juventude e violência. Apesar desses avanços, os problemas relacionados à juventude e à violência não foram completamente erradicados. Além disso, emergiu com mais destaque a conexão entre juventude e consumo, tornando-se uma questão relevante nesse período. De maneira similar, no Brasil, a resposta a esse fenômeno talvez não tenha sido a mais adequada. O presidente Cardoso, conforme explicado pelo professor Paulo, tentou abordar a questão da juventude nomeando um general para coordenar

uma iniciativa de política para a juventude, o que pode ser interpretado como uma tentativa de considerar os jovens como uma ameaça ou um problema social:

No governo de Fernando Henrique Cardoso, tentou-se articular políticas para a juventude, com a nomeação de um general para coordenar esse esforço ministerial. Isso refletia a visão dos jovens como uma ameaça social. Somente nos governos de Dilma e Lula, do PT, essa perspectiva mudou, deixando de considerar os jovens como problema ou ameaça e passando a incorporá-los mais amplamente no campo dos direitos. (Carrano, 2023, informação verbal).

Portanto, os avanços das políticas de juventude no Brasil, principalmente durante os governos do PT, buscaram alterar a percepção dos jovens como uma ameaça e reconhecê-los como sujeitos de direitos. No caso colombiano, essa situação foi mais complexa e desafiadora, como destacado pelo professor Germán, ele possui uma visão crítica em relação ao Estado colombiano e, como mencionado anteriormente, aborda a noção de Estado penal que governa para subjugar aqueles que não agem de acordo com os interesses da sociedade capitalista:

O Estado penal subjuga em vez de proteger. Não beneficia os pobres, negros, indígenas ou jovens, punindo quem não atende às demandas da sociedade capitalista. A maioria dos jovens colombianos e negros brasileiros, metade da população, não produz nem consome um dólar por dia, tornando-se dispensáveis. Nas grandes cidades, como Rio, Bahia, São Paulo e Colômbia, jovens são vistos como agentes de desordem, sem proteção. (Muñoz, 2023, informação verbal, tradução nossa).

Sob essa perspectiva, o propósito da concepção da PPJ não é necessariamente garantir mais direitos aos jovens. Pelo contrário, ela é vista como um mecanismo de dominação e sujeição, em vez de promover o empoderamento e os direitos dos jovens. “Como afirmou Achille Mbembe, isso é denominado ‘necropolítica’, distinguindo-se da ‘biopolítica’ de Michel Foucault, ao focar em uma questão essencial: quem merece viver ou morrer?” (tradução nossa). A necropolítica se concentra na determinação de quem merece viver ou morrer com base na contribuição para a produção ou consumo e no impacto na ordem social. O que levanta questões éticas profundas sobre quem tem o poder de decidir quem merece viver ou morrer. Portanto, “Aqueles destinados à morte são os que não contribuem para a produção ou consumo, gerando desordem social. Essa é a essência da necropolítica.” (Muñoz, Germán, tradução nossa).

No seu relato, o professor aborda diferentes aspectos relacionados à PPJ e à situação dos jovens na América Latina. Encontramos exemplos de uma abordagem penal e de uma política implícita de morte, em vez de proteção e garantia de direitos para os jovens. Isso reflete a falta de efetiva governança e um tratamento discriminatório em relação aos setores mais vulneráveis da sociedade:

O Estado Nacional de El Salvador rotula todos os jovens como delinquentes, tratando-os como membros de gangues e encarcerando-os. Em um único mês, 17.000 jovens foram presos, sem proteção adequada, abandonados. Isso ilustra a concepção atual das

políticas para a juventude. Embora os documentos oficiais afirmem respeitar os direitos dos jovens, a política implícita é de morte. Não preserva vidas, proteção, ou direitos; é um Estado penal que não governa para os marginalizados, mas sim para os detentores do poder, os ricos, como Bolsonaro e seus seguidores. (Muñoz, 2023, informação verbal, tradução nossa).

No contexto colombiano, ele menciona o papel dos jovens no marco do Plano Colômbia e dos governos de Uribe, destacando a forma como os jovens são vistos. O professor também apresenta dois tipos de política, as explícitas que são mostradas e as que estão na teoria e as implícitas ou reais, as políticas desenvolvidas na prática:

Políticas implícitas operam na vida real dos jovens, no cotidiano, enquanto políticas explícitas existem apenas no papel e podem parecer boas em teoria, servindo como exemplos internacionais. Embora tenhamos várias políticas que aparentemente beneficiam os jovens, não vejo uma política pública de juventude na Colômbia; em vez disso, temos um conjunto de intenções. (Muñoz, 2023, informação verbal, tradução nossa).

Ao mesmo tempo, deixa claro o enfoque militarista e mostra como os jovens são instrumentalizados a partir dos interesses do Estado e do apoio econômico de outros países:

No século XXI, durante os governos de Uribe<sup>41</sup> 1, Uribe 2, 3 e 4, no contexto do Plano Colômbia, surgiram novas condições para os jovens colombianos enfrentarem os desafios do novo milênio. Qual será o papel dos jovens no Plano Colômbia? Eles serão vistos como defensores não apenas da democracia, mas também de uma concepção específica dela. A luta vai além do combate às drogas e se concentra principalmente na luta contra o terrorismo. (Muñoz, 2023, informação verbal, tradução nossa).

Portanto, o Plano Colômbia ou plano patriota segundo o professor Germán é um modelo militarista. O Plano Colômbia foi um programa de ajuda aprovado pelos Estados Unidos em 2000 para a Colômbia. Seu principal objetivo era fortalecer a capacidade operacional da Força Pública e melhorar a cooperação em segurança entre os dois países. Embora tenha sido apresentado como um plano de combate às drogas, na prática, tornou-se um plano de guerra que representava os interesses dos Estados Unidos. Buscava evitar que a Colômbia mergulhasse em um conflito armado semelhante ao de El Salvador ou do Vietnã, mas, na realidade, tinha implicações além do combate às drogas e estava relacionado ao conflito armado no país. Esse

---

<sup>41</sup> O professor Germán fala sobre os governos de Uribe nos últimos 20 anos, que podem ser divididos em Uribe 1, Uribe 2, 3 e 4. Na Colômbia, a reeleição presidencial não era permitida de acordo com a Constituição de 1991. No entanto, em 2005, a reeleição foi aprovada após o Tribunal Constitucional a declarar válida. Isso permitiu a reeleição imediata de Uribe. Durante seu segundo mandato, surgiu a possibilidade de uma terceira reeleição presidencial. Embora tenha avançado no Senado, o Tribunal Constitucional decidiu que um referendo para qualificar Uribe para uma segunda reeleição consecutiva era inviável. Em 2008, o escândalo da Yidispolítica estourou, originado na corrupção política, onde uma ex-deputada, Yidis Medina, confessou ter trocado seu voto por benefícios burocráticos. Medina já havia sido investigada em 2004 por mudar seu voto em relação à reeleição. Com a reeleição de Uribe impossibilitada, ele apresentou Juan Manuel Santos como candidato, conhecido como Uribe 3. Santos foi eleito para o período de 2010 a 2018 e, no segundo mandato, distanciou-se das políticas de Uribe, provocando um rompimento entre eles. Posteriormente, o uribismo voltaria ao poder com a eleição de Duque, ou seja, Uribe 4.

plano tinha uma segunda parte chamada El Plan Patriota, que era uma estratégia militar destinada a enfraquecer as FARC-EP interrompendo suas comunicações, mobilidade e finanças. Novos batalhões de alta montanha foram estabelecidos, as forças armadas foram coordenadas e operações para atingir os líderes guerrilheiros foram realizadas. Também destaca-se a entrada em vigor da Lei da Infância e Adolescência em 2007, que substituiu o Código de Menores, nessa mudança de modelo do paradigma da situação irregular para o da proteção integral, segundo ele: “a Lei da Infância e Adolescência substitui o Código do Menor, que tinha um enfoque enviesado, considerando os menores como sujeitos sem pensamento, capacidade decisória ou direitos.” (Muñoz, 2023, informação verbal, tradução nossa).

A transição de uma estrutura jurídica como o Código de Menores para a Lei da Criança e do Adolescente é um processo significativo no desenvolvimento de políticas públicas relacionadas aos direitos das crianças e dos adolescentes. Isso ocorre à medida que se adota uma abordagem mais protetora, que reconhece as crianças como sujeitos com direitos e capacidade de tomar decisões.

Conforme a sociedade reconhece a capacidade dos jovens de contribuir e participar de seu desenvolvimento, é natural que as leis se adaptem para refletir esse entendimento mais amplo. Neste ponto, o professor critica a abordagem tendenciosa da proteção dos menores no antigo código e salienta a falta de reconhecimento dos seus direitos e o seu estatuto de sujeitos sem agência e sem direitos reais:

Embora o Estado afirmasse reconhecer os direitos dos cidadãos, os jovens, especialmente os menores de idade, não eram considerados cidadãos e, portanto, não tinham direitos. Eram vistos como menores de forma pejorativa e discriminatória, privando-os de direitos e agência. A pergunta é: eles realmente possuem direitos hoje? No papel, sim, mas na prática, não. Durante a greve nacional, testemunhamos a violência policial que chegou a tirar suas vidas. (Muñoz, 2023, informação verbal, tradução nossa).

Portanto, a posição do Professor Germán é clara. Esta análise reflete uma perspectiva específica, fundamentada em fatos concretos sobre a relação entre o Estado e os jovens na Colômbia. Por exemplo, a afirmação anterior sobre a resposta da polícia aos jovens manifestantes pode ser corroborada no Capítulo 1, onde os dados são apresentados, e os nomes das vítimas podem ser encontrados no site da INDEPAZ.

É precisamente essa noção dos jovens como soldados no contexto da violência que leva os governos na Colômbia a tendem a enxergar os jovens como combatentes a favor ou contra o terrorismo. É assim que o Professor aborda a questão:

Na luta contra o terrorismo, os jovens são frequentemente vistos como guerreiros a favor ou contra o terrorismo. O governo de Uribe expressou essa perspectiva no

programa Jóvenes en Acción, que se expandiu para incluir o programa Jóvenes Rurales durante o período da Segurança Democrática. Esses jovens em ação são considerados soldados na luta pela segurança democrática, defendendo um Estado envolvido em um conflito apoiado pelos Estados Unidos. Isso os transforma em soldados rurais, informantes ou beneficiários de empregos precários, apesar do investimento limitado nos jovens. Essa é a perspectiva sobre o lugar dos jovens nas políticas de juventude. (Muñoz, 2023, informação verbal, tradução nossa).

Outra das consequências da política de segurança democrática<sup>42</sup> é o caso dos “falsos positivos”, termo usado para descrever as execuções extrajudiciais de jovens na Colômbia, que são apresentadas como mortes em combate. Em 2008, surgiu um dos piores escândalos de violação de direitos humanos na Colômbia, perpetrado pelas Forças Armadas. Naquele ano, veio à tona o caso de 19 jovens de Soacha e Ciudad Bolívar, no sul de Bogotá, encontrados mortos em uma vala comum em Ocaña, Norte de Santander. Esses jovens foram executados e falsamente apresentados como guerrilheiros mortos em combate pelo exército, estratégia que era usada como um indicador para medir o desempenho dos militares; essa foi uma estratégia adotada da política do centeio de corpos ou “*body counting*” usada na guerra do Vietnã<sup>43</sup>. No total, foram documentados 6.402 casos de civis mortos em situação de extrema vulnerabilidade (Comisión De La Verdad, 2022).

Dentro de suas áreas de pesquisa, o professor Germán enfatiza o estudo do juvenicídio e ressalta a falta de reconhecimento e preocupação da sociedade e do Estado, bem como a impunidade nos casos de violência contra jovens perpetrados pela polícia. Da mesma forma, o professor Paulo Cesar comenta os elevados índices de violência contra a juventude negra no Brasil, enfatizando que esses homicídios representam um verdadeiro genocídio da juventude negra. Portanto, ele afirma que as políticas existentes não têm fornecido proteção adequada para que esses jovens sobrevivam em uma sociedade marcada pelo racismo.

Hoje, enfrentamos o alarmante genocídio da juventude negra, um termo cunhado pelos movimentos negros devido ao elevado número de assassinatos de jovens negros nas periferias. As políticas atuais não oferecem proteção adequada para esses jovens em uma sociedade marcada pelo racismo estrutural. A juventude negra é

---

<sup>42</sup> A Segurança Democrática foi uma parte do plano de governança do governo Uribe (2002-2006), visando exercer autoridade efetiva, cumprindo as regras, contendo a violência, promovendo direitos humanos e valores democráticos (Colombia, 2003, p. 31). De acordo com Angarita (2011), essa proposta serviu aos interesses das elites e consolidou o modelo neoliberal. Apesar das melhorias na segurança, estas não se refletiram em benefícios econômicos e sociais para a maioria. Recursos foram desproporcionalmente alocados para segurança, em detrimento da educação e habitação. A Segurança Democrática também causou deslocamento forçado e aumentou a corrupção nas Zonas Francas. As políticas econômicas não resultaram em crescimento de empregos nem na equidade de renda. Além disso, a redução da pobreza pode ter sido influenciada por mudanças na medição.

<sup>43</sup> De acordo com Gartner e Myers (1995) a política do “*Body Counting*” consistia em contar o número de inimigos mortos como medida de sucesso na guerra, e essa prática foi implementada em resposta à natureza única da Guerra do Vietnã, onde as métricas tradicionais de sucesso não eram aplicáveis. Embora se argumente que também foi usada na Guerra da Coreia.

frequentemente alvo de suspeição, tornando-se preferencialmente visada pelas forças policiais, o que representa um grande desafio para sua sobrevivência e bem-estar, tanto agora quanto no futuro. (Carrano, 2023, informação verbal).

O professor destaca que os jovens negros frequentemente sofrem estigmatização, sendo vistos como suspeitos e alvos preferenciais das forças policiais. Os professores Germán e Paulo compartilham a preocupação com a falta de ação em casos de violência e vulnerabilidade entre grupos específicos de jovens. Eles enfatizam a necessidade de reconhecimento e medidas concretas para promover o bem-estar desses jovens e outros grupos em situação de risco. Além disso, ressaltam a importância de trabalhar para uma sociedade mais justa e inclusiva, onde a segurança e os direitos de todos sejam garantidos, superando a percepção equivocada de que a juventude é um problema ou perigosa.

Em resumo, promover a participação efetiva dos jovens envolve fortalecer seus espaços de participação e manter um diálogo constante com eles. Os governos devem reconhecer sua cidadania e valorizar suas contribuições para questões públicas, considerando suas opiniões na tomada de decisões políticas. Isso requer abordagens abrangentes para prevenir a violência juvenil e promover a convivência cidadã, abordando causas subjacentes como falta de oportunidades, exclusão social e desencanto com as instituições.

É crucial fomentar novas formas de envolvimento juvenil, incentivando o associativismo e a participação em políticas públicas. Muitos jovens enfrentam desafios para participar ativamente na sociedade, incluindo falta de representação, discriminação no emprego e descrença nas instituições políticas. Portanto, a participação dos jovens na formulação de políticas é essencial para criar sociedades mais inclusivas, superando as barreiras existentes e aproveitando as oportunidades oferecidas pelas tecnologias de comunicação. Além disso, é importante considerar a relação dos jovens com seus territórios e envolvê-los nos planos de desenvolvimento locais e políticas regionais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta seção conclusiva, são abordados os principais aspectos do estudo, estabelecendo conexões tanto com as questões iniciais quanto com os elementos que emergiram durante a análise. Destacam-se os pontos-chave das discussões realizadas, ressaltando, em primeiro lugar, o crescente interesse no tema das juventudes. Esse interesse foi corroborado por uma revisão abrangente da literatura, que engloba tanto a produção acadêmica quanto os insights obtidos nas entrevistas, orientações e disciplinas cursadas. Ao reunir os resultados alcançados, buscou-se oferecer uma visão integrada e aprofundada, contribuindo para uma compreensão mais completa e contextualizada das políticas públicas de juventude e das questões que permeiam esse campo de estudo.

Consequentemente e, respondendo ao problema de pesquisa, deve-se deixar claro, finalmente que, ao longo desta investigação, aprofundamos o tema das juventudes, verificando como a maioria dos jovens, de alguma forma, vive os mesmos problemas, de uma forma ou de outra, pelo que as diferentes formas de protesto envolvem a participação de jovens ou de organizações juvenis, mobilizando-se em espaços mais amplos, com maior facilidade de convocação e, atualmente, com maior receptividade e criatividade em relação aos instrumentos de que dispõem.

Consequentemente e, respondendo ao problema de pesquisa, deve-se deixar claro, finalmente, que ao longo desta investigação, o tema das juventudes foi aprofundado, verificando-se como a maioria dos jovens, de alguma forma, enfrenta diversos desafios conforme a seus contextos e realidades. Assim, para entender em que contexto as políticas de juventude surgem na agenda política da América do Sul, especialmente no Brasil e na Colômbia, examinamos através de pesquisa de análise bibliográfica a abordagem empírica através de entrevistas com intelectuais na temática da juventude. Ao longo do trabalho, revelamos uma série de “inqueritos” significativos que lançam luz sobre a construção das políticas públicas de juventude. Portanto, nestas conclusões gerais, sintetizaremos os aspectos fundamentais abordados e destacaremos as principais implicações derivadas das hipóteses formuladas nesta tese.

A primeira hipótese examinou o papel central de organizações multilaterais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização Ibero-Americana de Juventude (OIJ), na formulação de políticas públicas direcionadas à juventude nos países da região.

Assim, podemos confirmar que as políticas de juventude na América Latina, especialmente no Brasil e na Colômbia, surgiram num contexto influenciado pelas disposições aprovadas pelas Nações Unidas, com base na “Declaração sobre a Promoção dos Ideais da Paz entre os Jovens, do Respeito Mútuo e da Compreensão entre os Povos”, na medida em que essas políticas procuraram abordar as complexas realidades e desafios enfrentados pelos jovens da região e promover a sua participação ativa em cada sociedade.

Um facto histórico de grande relevância reflecte-se no espaço de participação concedido aos jovens na reconstrução do mundo após a Segunda Guerra Mundial, que foi um elemento fundamental para ultrapassar os desafios e estabelecer as bases de uma nova sociedade. A ONU tem promovido resoluções com o objetivo de possibilitar essa participação entre os jovens, reconhecendo a sua importância como agentes de mudança, dando visibilidade à juventude como um aspeto a ser considerado pelos diferentes governos. Da mesma forma, as discussões e debates sobre as juventudes em diferentes contextos, encontros e reuniões têm destacado a importância da participação dos jovens no desenvolvimento das sociedades, sendo de referir que não foi possível encontrar o documento específico que corrobore a informação da reunião dos países árabes.

Contudo, os esforços da ONU refletem a atenção e o interesse político dos diversos governos em integrar o tema da juventude à agenda política, reconhecendo sua importância para o desenvolvimento das sociedades. Esse empenho tornou-se um ponto de partida que molda a posição desse tema nas agendas políticas de cada país, dando origem a momentos históricos específicos, como os ocorridos nas décadas de 1990 e 2000, que marcaram a consolidação da institucionalidade voltada para a juventude na América Latina.

Portanto, é importante notar que, ao longo das décadas, houve uma mudança significativa na percepção e no tratamento dos jovens no continente. Anteriormente, os jovens eram vistos como um grupo problemático, tratados com desconfiança e controle. No entanto, nas últimas décadas, observa-se um reconhecimento crescente do papel de liderança dos jovens e de seu potencial para contribuir para o desenvolvimento da sociedade. Essa transformação na percepção dos jovens está alinhada aos ideais promovidos pelas organizações multilaterais. Entretanto, ironicamente, é importante notar que, em algumas situações, especialmente durante protestos, essas lideranças juvenis são consideradas problemas pelos governos, que frequentemente veem a repressão como a única solução.

Uma importante questão que deve ser levantada aqui é o reconhecimento crescente de que a juventude não constitui uma categoria homogênea. Jovens enfrentam uma variedade de desafios distintos, tais como violência e criminalidade, que variam de acordo com o contexto

em que vivem. Portanto, as juventudes são consideradas uma variável de análise social que está relacionada a outras variáveis como gênero, classe, etnia e região. Isto implica que as políticas devem ser sensíveis a estas diferenças e adaptar-se às necessidades específicas dos jovens em diferentes contextos.

A participação ativa dos jovens em discussões e debates sobre a juventude, em diversos contextos e reuniões, assume um papel vital na construção de sociedades mais equitativas e justas, dada a significativa representatividade desse grupo na população. Sua voz e perspectiva desempenham um papel crucial para enfrentar os desafios específicos que essa parcela da sociedade enfrenta. Nesse sentido, ao contemplar uma forma ideal de participação cidadã, destaca-se a importância de proporcionar um espaço que legitime as demandas sociais. Neste sentido, as políticas de juventude procuram envolver os jovens de forma comprometida na tomada de decisões e na construção de políticas que os afetam diretamente. Foi feito um convite constante aos Estados para promoverem a participação dos jovens em espaços de diálogo e foram criados programas e projetos específicos para promover a sua liderança e capacitação, o que representa o compromisso dos países da região em envolver os jovens na tomada de decisões políticas.

Da mesma forma, é crucial reconhecer que os jovens desempenham um papel dinâmico na sociedade, como evidenciado pelos movimentos liderados por jovens que abordam questões fundamentais como as alterações climáticas e as exigências sociais. As políticas públicas devem ter em conta esta participação ativa dos jovens e incentivá-la. O que pode ser conseguido através da criação de espaços institucionais e mecanismos de participação da população jovem que lhe permita contribuir para a tomada de decisões e a formulação de políticas que os afetam diretamente.

No entanto, apesar de alguns progressos, persistem desafios em termos de igualdade de oportunidades e de plena participação dos jovens. A América Latina é uma região caracterizada pelas suas desigualdades, razão pela qual muitos jovens da região enfrentam barreiras estruturais, como a falta de acesso a uma educação de qualidade e a empregos dignos. Além disso, persistem estereótipos e preconceitos que limitam a sua plena participação na sociedade. Estes desafios representam um obstáculo à construção de uma sociedade inclusiva e equitativa.

A abordagem teórica da perspectiva baseada nos direitos é especialmente relevante neste contexto, uma vez que considera os jovens como cidadãos e agentes estratégicos. As políticas públicas devem garantir que os direitos dos jovens sejam protegidos e promover a sua participação ativa na sociedade, incluindo na política. Este fato não apenas demanda o desenvolvimento das capacidades dos jovens, mas também enriquece a tomada de decisões

democráticas ao incorporar diversas perspectivas. É um fato que os jovens estão cada vez conquistando mais espaço de participação.

No que diz respeito aos factores sociais que influenciam a transição para a idade adulta, as políticas públicas devem abordar o desemprego juvenil e promover a igualdade de oportunidades, que envolvem a implementação de programas de formação e emprego destinados aos jovens, bem como medidas para combater a discriminação no mercado de trabalho. Além disso, deve-se prestar atenção à promoção de relacionamentos saudáveis e ao apoio à saúde mental. Numa perspectiva biológica, as políticas públicas devem garantir que os jovens tenham acesso a serviços de saúde adaptados às suas necessidades específicas, o que inclui educação sexual, cuidados de saúde reprodutiva e acesso a serviços de saúde mental, aspecto mencionado pelos intelectuais entrevistados. Além disso, é importante abordar questões relacionadas ao abuso de substâncias e outros vícios.

A educação desempenha um papel fundamental na vida dos jovens e as políticas públicas devem garantir que seja abrangente e acessível. Esta ação inclui não apenas a educação académica, mas também programas de formação profissional e de aprendizagem que proporcionam competências práticas. A qualidade da educação e a sua relevância para o mercado de trabalho são aspectos cruciais que devem ser abordados através de políticas educativas concretas e abrangentes.

Junto com isso, temos que a percepção e o tratamento dos jovens na América Latina passaram por uma transformação significativa desde o Ano Internacional da Juventude em 1985 até as políticas dirigidas a eles na região. Este processo tem sido impulsionado pela crescente consciência da importância de incluir o tema dos jovens na agenda pública, abordando os desafios que enfrentam e promovendo a sua participação activa no desenvolvimento e na tomada de decisões.

A Reunião Regional Latino-Americana realizada em 1983 representou um marco nesta evolução. Neste evento, líderes governamentais, agências internacionais e organizações da sociedade civil reuniram-se para discutir a participação dos jovens, o desenvolvimento e a paz na região. Este evento sublinha a importância crescente que estava sendo dada aos jovens na agenda política da região, reconhecendo-os como atores cruciais na construção de melhores oportunidades para América Latina.

Um dos aspectos-chave desta evolução tem sido a criação de agências governamentais especificamente dedicadas às políticas de juventude. O Ano Internacional da Juventude em 1985 foi um ponto de viragem neste sentido, pois promoveu a participação activa dos jovens na tomada de decisões e gerou maior interesse na resposta às suas necessidades. Países como Brasil

e Colômbia estabeleceram agências governamentais encarregadas de formular e coordenar políticas públicas voltadas para os jovens, o que permitiu um enfoque mais abrangente e específico sobre seus problemas e aspirações. Contudo, apesar da preocupação e da ênfase na participação juvenil, são evidentes deficiências na coordenação e continuidade das políticas públicas voltadas para esta população. Além disso, destacando a falta de participação direta, em muitos casos, dos próprios jovens no desenvolvimento destas políticas.

Relativamente às dificuldades enfrentadas pelos jovens da região, o desemprego juvenil tem sido uma preocupação constante. A elevada taxa de desemprego dificultou a entrada dos jovens no mercado de trabalho, o que por sua vez levou à implementação de programas de formação e emprego jovem, bem como à promoção do empreendedorismo. O acesso à educação de qualidade também tem sido um grande desafio, especialmente nas zonas rurais e de baixos rendimentos. A inclusão educacional, as bolsas de estudo e o apoio financeiro tornaram-se ferramentas fundamentais para garantir que os jovens tenham acesso e permaneçam no sistema educativo.

A violência e a criminalidade juvenil afectaram muitos jovens na região, levando a estratégias de prevenção e reabilitação, bem como a programas de inclusão social e cultural para afastar os jovens destes caminhos destrutivos. Além destes desafios, a participação política e social dos jovens tem sido limitada em muitos países da região. A criação de espaços de diálogo, programas de formação e liderança juvenil e a consulta direta aos jovens têm sido estratégias para promover a sua participação ativa na vida política e social.

A incorporação dos jovens na agenda pública e a atenção aos seus desafios são essenciais por vários motivos. Em primeiro lugar, os jovens representam uma grande parte da população da América Latina e são, portanto, uma força demográfica significativa. Ignorar as suas necessidades e aspirações seria um desperdício de recursos humanos e um obstáculo ao desenvolvimento sustentável. Além disso, os jovens são agentes de mudança e têm uma visão nova e criativa que pode fornecer soluções inovadoras para os problemas que a região enfrenta. A sua participação activa na tomada de decisões e no desenvolvimento de políticas públicas pode levar a soluções mais eficazes e a uma maior legitimidade no processo político.

Por outro lado, a criação da Organização Ibero-Americana da Juventude (OIJ) representou um marco importante no desenvolvimento das políticas públicas de juventude na América Latina. Esta organização tornou-se um espaço de cooperação regional que promoveu a inclusão das questões juvenis na agenda dos países ibero-americanos e facilitou a troca de conhecimentos e experiências nesta área.

Um dos principais objetivos do OIJ era fortalecer a cooperação entre os países ibero-americanos em questões relacionadas com a juventude. Este ponto foi conseguido através da promoção de projetos conjuntos e da colaboração em programas e políticas destinadas aos jovens. A organização serviu de plataforma para o intercâmbio de boas práticas e a divulgação de políticas bem sucedidas em áreas como a educação, o emprego, a saúde e a participação dos jovens cidadãos. Esta colaboração regional permitiu que os países aprendessem uns com os outros e adaptassem políticas bem-sucedidas aos seus contextos específicos. Além disso, o OIJ concentrou-se em promover a participação ativa dos jovens na tomada de decisões e na construção de políticas públicas. Reconheceu que os jovens não são apenas beneficiários das políticas, mas também agentes de mudança nas suas comunidades e países. A organização promoveu a criação de espaços para a participação juvenil, tais como conselhos consultivos juvenis e fóruns de diálogo, onde os jovens pudessem expressar as suas opiniões e contribuir para a formulação de políticas.

Outro aspecto importante do trabalho da OIJ foi a promoção de pesquisas e análises da realidade juvenil da região. A organização colaborou na geração de dados e evidências sobre as necessidades e desafios específicos enfrentados pelos jovens em diferentes países ibero-americanos. Esta informação apoiou a elaboração de políticas baseadas em evidências e permitiu aos governos abordar de forma mais eficaz as preocupações dos jovens. Da mesma forma, a organização trabalhou para aumentar a consciência sobre os direitos dos jovens e promover a igualdade de oportunidades para todos os jovens, independentemente do seu género, origem étnica, orientação sexual ou outras características. Reconheceu também que as organizações juvenis são intervenientes fundamentais na promoção da participação juvenil e na implementação de projectos de desenvolvimento comunitário. A organização apoiou a formação e capacitação de jovens através destas organizações, promovendo a sua liderança e envolvimento cívico.

A participação real dos jovens no desenvolvimento de políticas públicas para a juventude na América Latina é de extrema importância por várias razões fundamentais. Em primeiro lugar, os jovens constituem uma parcela expressiva da população regional e, portanto, as suas necessidades, aspirações e perspectivas devem ser tidas em conta na formulação de políticas que os afectem directamente. Ao envolver os jovens neste processo, garante-se que as políticas sejam mais representativas e eficazes, pois refletirão a realidade e as preocupações deste grupo demográfico. Além disso, a participação dos jovens na tomada de decisões políticas promove o seu empoderamento e o desenvolvimento de competências de liderança. A participação na formulação e execução de políticas públicas dá-lhes a oportunidade de aprender

como funcionam os processos políticos e como podem influenciá-los de forma construtiva, o que fortalece o seu sentido de cidadania activa e a sua capacidade de contribuir para o desenvolvimento das suas comunidades e países.

A inserção dos jovens na tomada de decisões também é essencial para fortalecer a democracia na região. A democracia enriquece-se quando existe uma ampla participação cidadã e os jovens constituem um segmento importante que deve ser considerado na orientação das políticas.

No entanto, os jovens da América Latina enfrentam desafios significativos na formulação das suas reivindicações e na participação na política. Estes desafios incluem a falta de confiança nas instituições políticas, a falta de representação das suas exigências na agenda política e a falta de interesse na política tradicional. Estas barreiras podem limitar a participação activa dos jovens e dificultar a sua capacidade de influenciar as políticas públicas.

Para superar estes desafios, foi essencial que os governos e as organizações trabalhassem para criar espaços e mecanismos que facilitem a participação dos jovens. Este aspecto incluiu a criação de conselhos consultivos juvenis, comités de participação juvenil e fóruns de diálogo onde os jovens podem expressar as suas opiniões e propostas. Além disso, devem ser proporcionadas oportunidades de formação e desenvolvimento de competências para que os jovens possam participar eficazmente nestes processos.

Quanto à necessidade de investir e fortalecer as políticas públicas destinadas à juventude, é imperativo destacar que os jovens representam um importante capital humano. Investir em seu desenvolvimento e bem-estar não apenas contribui para o progresso sustentável, mas também para o avanço contínuo da América Latina. Políticas públicas eficazes para os jovens desempenham um papel crucial na redução da pobreza, no aprimoramento da educação, na promoção da empregabilidade e na fortificação da coesão social. Portanto, a chave para otimizar o bônus demográfico, que impulsiona o crescimento econômico ao ter uma grande população em idade ativa com menos dependentes, reside em permitir que os jovens exerçam plenamente seus direitos humanos e alcancem todo o seu potencial.

Além disso, investir em políticas públicas para a juventude pode ajudar a prevenir problemas sociais e económicos a longo prazo. Por exemplo, ao proporcionar oportunidades de educação e emprego aos jovens, reduz-se a probabilidade de estes caírem na criminalidade ou em situações de vulnerabilidade social. Isto não só beneficia os próprios jovens, mas também contribui para a segurança e o bem-estar da sociedade como um todo.

Em contrapartida, a segunda hipótese, que aborda a influência de acadêmicos, especialistas e estudiosos no âmbito da juventude na elaboração de políticas públicas, encontra respaldo nos resultados apresentados a seguir.

Enfatiza-se a influência significativa desses atores, ou “atores invisíveis” conforme denominados por Kingdon, na formulação de políticas voltadas para a juventude. Destaca-se a importância de uma abordagem interdisciplinar e holística na política juvenil, ressaltando a colaboração entre diversos intervenientes, como intelectuais em juventude, universidades, governos e organizações juvenis.

Essa colaboração é considerada um fator fundamental para o desenvolvimento de políticas públicas eficazes que abordem de maneira abrangente as necessidades e exigências dos jovens. Assim, a hipótese de que acadêmicos e especialistas desempenham um papel central na formulação dessas políticas é corroborada pela ênfase na importância da colaboração e da abordagem interdisciplinar apresentadas ao longo da análise dos depoimentos dos profissionais entrevistados. Este ponto sugere que a influência desses atores vai além do aspecto teórico, alcançando a prática na formulação e implementação de políticas voltadas para a juventude.

Contudo, a atuação de acadêmicos e especialistas no campo da juventude é determinante para o mapeamento e formulação das políticas públicas de juventude, já que sua contribuição envolve planejamento, avaliação, formulações orçamentárias e outras atividades relacionadas à burocracia e seus funcionários. O trabalho desses intelectuais contribui para a geração de ideias inovadoras que são discutidas, aprimoradas e, em alguns casos, incorporadas no processo de construção das políticas públicas.

Portanto, a influência desses intelectuais se manifesta na produção de alternativas e propostas que moldam as políticas públicas relacionadas à juventude. A participação ativa desses profissionais contribui para a elaboração de abordagens informadas e especializadas, assegurando uma formulação mais oportuna das alternativas disponíveis para atender às necessidades específicas desse segmento da população.

A discussão sobre o desenho das políticas e seus instrumentos está intrinsecamente ligada à definição de alternativas, ou seja, aos possíveis cursos de ação que os formuladores de políticas podem seguir. Nesse contexto, compreender a influência desses atores, seus interesses e ideias no processo de construção dessas alternativas foi fundamental. A expertise e o engajamento dos profissionais contribuem para uma abordagem mais abrangente e especializada na definição de políticas públicas que sejam efetivas e alinhadas às demandas da sociedade, promovendo, assim, o desenvolvimento e a implementação de medidas mais adequadas e impactantes.

Assim, a participação ativa de acadêmicos e especialistas, contribui para o desenvolvimento de um extenso conhecimento e resultado das discussões nos grupos de pesquisa e/ou comunidades acadêmicas, assim como as consultorias que oferecem aos gestores políticos, possibilitando uma bibliografia que explora as características, composição e impacto desses subsistemas na produção de políticas públicas. Sua expertise e dedicação em áreas específicas, como o campo da juventude, desempenham um papel significativo na moldagem das políticas, garantindo uma abordagem mais informada, especializada e eficaz na formulação das alternativas disponíveis, conforme evidenciado nos seguintes parágrafos como aspectos relevantes dos depoimentos dos intelectuais entrevistados.

Uma outra questão relevante a ser abordada aqui está relacionada ao fato de que, para este estudo, como já mencionado, planejava-se envolver um grupo mais amplo de intelectuais e especialistas em juventude. No entanto, pôde-se perceber uma diferença entre o processo no Brasil e na Colômbia. Na revisão dos perfis e trajetórias dos responsáveis pela institucionalidade da juventude no Brasil, notou-se que muitos deles têm origem no meio acadêmico, o que facilitou o contato. Já na Colômbia, os perfis estão mais vinculados a cargos politizados. No entanto, é possível intuir que esse tema não teve a mesma relevância na agenda política de ambos os países. Isso não significa que, na Colômbia, os acadêmicos não atuem na gestão pública; apenas não foi uma constatação tão evidente quanto nos casos brasileiro ou mexicano. Na Colômbia, essa participação foi constatada mais no âmbito local.

Assim, a importância das políticas públicas para a juventude reside no seu papel no bem-estar e no desenvolvimento da sociedade a longo prazo. Os jovens representam o futuro e a sua participação ativa na construção da cidadania é essencial. É, portanto, necessário abordar as suas necessidades e exigências específicas de uma forma inclusiva e equitativa, tendo em conta a sua diversidade e desafios específicos.

Esta colaboração entre diferentes intervenientes é essencial devido à sua experiência e conhecimento especializado, à sua capacidade de representar os jovens e ao seu papel na implementação e monitorização eficazes das políticas públicas. Esta colaboração garante que as políticas abordem as diversas realidades dos jovens.

No entanto, existem desafios na formulação e implementação de políticas públicas para as juventudes, como a falta de recursos financeiros e a falta de coordenação entre diferentes atores ou agências que podem dificultar o desenvolvimento de programas e projetos. Estes desafios realçam a necessidade de alocar adequadamente os recursos financeiros e promover a colaboração entre os intervenientes envolvidos.

Em última análise, destaca-se a importância de uma abordagem interdisciplinar e holística na política de juventude devido à complexidade e diversidade dos desafios que enfrentam. Esta abordagem permite-nos abordar de forma abrangente os aspectos físicos, emocionais, sociais e económicos dos jovens, reconhecendo que as suas necessidades estão interligadas. A política da juventude deve considerar estas interligações e combinar diferentes disciplinas e abordagens para desenvolver políticas eficazes e equitativas.

A importância de considerar as necessidades e perspectivas dos jovens na construção de políticas públicas de juventude é fundamental para promover a equidade, a justiça social e a participação cidadã. Os jovens, são agentes de mudança com potencial significativo para contribuir para o desenvolvimento da sociedade. Portanto, é essencial que as políticas públicas reconheçam as suas necessidades e aspirações específicas.

Uma das formas de incentivar a participação activa dos jovens na formulação e implementação de políticas é criar espaços onde possam expressar eficazmente as suas opiniões e propostas. Esses espaços podem incluir conselhos juvenis, mesas de diálogo, fóruns de discussão e consultas públicas. É crucial que estes espaços sejam inclusivos e acessíveis e que respeitem a diversidade de opiniões e perspectivas dos jovens. Além disso, é importante promover a educação cívica e política entre os jovens, para que compreendam como funcionam as instituições democráticas e o processo de tomada de decisão. Este fato lhes permitirá participar de forma informada e responsável na construção de políticas públicas e exercer efetivamente a sua cidadania.

A formação e o fortalecimento da liderança juvenil também são essenciais. Dotar os jovens de competências e conhecimentos em áreas como comunicação, negociação, resolução de conflitos e gestão de projetos permitirá que desempenhem um papel ativo na construção de políticas públicas e assumam papéis de liderança nas suas comunidades. A utilização de tecnologias de informação e comunicação, como as redes sociais, pode ser uma ferramenta poderosa para incentivar a participação dos jovens. Estas plataformas podem ser utilizadas para divulgar informação, promover debates e consultas, e facilitar a colaboração entre os jovens na construção de políticas públicas, o que implica uma modernização das formas de convocar e abordar os segmentos mais jovens.

Garantir representatividade e diversidade nos espaços de participação é fundamental. Todas as vozes, incluindo as dos jovens de diferentes contextos, grupos étnicos, géneros, orientações sexuais e deficiências, devem ser ouvidas e consideradas na tomada de decisões para promover a inclusão e a equidade na elaboração de políticas. Assim, os gestores e promotores de políticas públicas devem prestar especial atenção à criação de espaços e

mecanismos de participação, bem como à oferta de formação e apoio, garantindo a acessibilidade e a igualdade de oportunidades a todos os jovens, para que possam contribuir diretamente para a tomada de decisões que os afetam.

Da mesma forma, a coordenação e a colaboração entre atores e setores, tanto governamentais como da sociedade civil, devem ser incentivadas para implementar políticas públicas abrangentes e setoriais, uma vez que cada um deste estilo de política tem um propósito e um alcance, o que implica a necessidade de estabelecer alianças e trabalhar em conjunto para garantir que as políticas sejam eficazes e respondam adequadamente às necessidades e exigências dos jovens.

Portanto, a descentralização das políticas de juventude é uma estratégia importante para se adaptar às realidades locais e garantir a equidade em todas as regiões. Contudo, para ser eficaz, deve ser acompanhado de uma afectação equitativa de recursos, da participação activa das comunidades locais, do reforço das capacidades a nível local e de um sistema eficaz de monitorização e avaliação. Não existe uma estratégia verdadeira ou única; as políticas devem ser articuladas desde o nível federal ou nacional até ao nível local para garantir cobertura e trabalho em todas as realidades e diversidades.

Considerar as necessidades e expectativas dos jovens na construção de políticas públicas de juventude é essencial para promover a incorporação, a participação e o desenvolvimento integral da população jovem, uma vez que estamos num momento em que são evidentes mais oportunidades, interesse e conhecimento por parte dos jovens quando se trata de participar. Além disso, a descentralização das políticas deve ser acompanhada de estratégias que garantam que todas as expressões da juventude sejam verdadeiramente alcançadas e com acesso a todas as regiões.

O envolvimento dos jovens na formulação de políticas públicas garante o reconhecimento das suas perspectivas e uma maior adequação e pertinência das políticas às suas necessidades e aspirações. Assim, na concepção de uma política pública orientada para o desenvolvimento e projecção da juventude, deve ser considerada uma série de aspectos primordiais, tais como: A participação activa dos jovens, sendo o eixo principal de qualquer política pública voltada para essa população. Ouvir as suas reivindicações, opiniões e propostas é essencial para compreender as suas necessidades e aspirações. Para isso, é fundamental criar espaços de participação efectiva, pelo que esta participação deve ser genuína e não se limitar a uma mera formalidade.

As políticas públicas de juventude devem ser globalizantes e abordar todas as dimensões da vida dos jovens, desta forma inclui a educação, o emprego, a saúde, a participação cívica, a

cultura e o desporto, mas deve estar aberta e actualizada às novas necessidades - afinal, a juventude é dinâmica e está em mudança.

As políticas públicas voltadas para a juventude devem adotar uma abordagem abrangente, considerando e integrando todas as dimensões da vida dos jovens, envolvendo não apenas a educação, o emprego, a saúde, a participação cívica, a cultura e o desporto, mas também exige uma abertura constante para se adequar às novas necessidades emergentes. A dinâmica e constante evolução das juventudes demandam políticas que estejam atualizadas e sintonizadas com as transformações sociais e individuais, proporcionando um suporte eficaz e significativo ao desenvolvimento integral dos jovens. Para garantir uma abordagem integral, é necessário coordenar os esforços entre os diferentes sectores governamentais e promover a colaboração intersectorial. Só assim será possível abordar as realidades complexas com que os jovens se deparam, como já foi referido, e esta política setorial específica deve também ser reforçada.

Os jovens devem ser reconhecidos como sujeitos de direitos, o que significa que as políticas públicas devem garantir o pleno exercício dos seus direitos humanos, promovendo a igualdade, a não discriminação, a inclusão e a equidade de género em todas as suas acções e programas. É fundamental capacitar os jovens para que possam efetivamente reivindicar e defender os seus direitos. Esta não é uma afirmação cliché ou uma daquelas que não podem faltar na investigação neste domínio. O reconhecimento como sujeitos de direitos é um princípio que se encontra atual e constantemente ameaçado, de que são ainda exemplos concretos o recrutamento forçado de jovens na Colômbia. O crescimento das facções criminosas no Brasil, na Colômbia e na América Latina, em decorrência do tráfico de drogas.

Para garantir que as políticas públicas de juventude cumpram os seus objetivos, é necessário estabelecer mecanismos eficazes de avaliação e acompanhamento. Isso envolve a coleta de dados, indicadores e evidências para medir o impacto das políticas e fazer os ajustes necessários. A transparência na recolha e análise de dados é essencial para uma tomada de decisões informada. A colaboração entre instituições governamentais, institutos de juventude, organizações da sociedade civil e o sector privado é essencial na construção de uma política pública de juventude sólida. Devem ser estabelecidos mecanismos eficazes de coordenação e colaboração entre estas entidades para evitar a duplicação de esforços e garantir a eficiência na utilização dos recursos. Bem como, garantir a estabilidade das políticas e instituições do Estado que muitas vezes são afetadas pelo governo que exerce o poder. Vemos como uma instituição ganha ou perde importância de acordo com a agenda política ou negociações do governo instituído.

Os recursos financeiros desempenham um papel crítico na formulação e execução de políticas públicas para a juventude. Sem financiamento adequado, as boas intenções podem permanecer no papel e não podem ser traduzidas em ações concretas. Os recursos permitem implementar programas, oferecer serviços de qualidade, atingir um maior número de jovens e garantir a sustentabilidade a longo prazo. Da mesma forma, o ambiente político, económico e social está em constante mudança, pelo que as políticas públicas para a juventude devem ser flexíveis e adaptáveis. Os recursos financeiros proporcionam flexibilidade para ajustar as políticas à medida que as circunstâncias e as necessidades dos jovens mudam.

Outro aspeto a considerar é que os países latino-americanos foram influenciados pelas políticas neoliberais, que se caracterizam principalmente por uma divisão entre o Estado e o setor económico. As propostas neoliberais centram-se em dar maior prioridade ao papel do setor privado, o que leva a que o papel do Estado seja minimizado em relação à sua responsabilidade de garantir o bem-estar social.

Assim, as políticas sociais, como aquelas direcionadas à população jovem, estão constantemente em risco, uma vez que, na maioria dos países, não atingiram estabilidade orçamentária, sendo afetadas por diversas circunstâncias, especialmente pelos enfoques políticos assumidos pela liderança política do Estado. Neste sentido, é também notório o avanço no domínio das políticas sociais que os países têm feito através de governos com uma abordagem progressista. Essa abordagem inclui a importância das políticas sociais como instrumentos fundamentais para promover a equidade na sociedade.

É através dessa abordagem de liderança que se apresenta uma perspetiva mais ampla de equidade, que implica não só a conceção e o financiamento adequado das políticas sociais, mas também a reorganização da administração pública e dos ministérios setoriais para responder às necessidades específicas dos cidadãos mais pobres, excluídos ou marginalizados. No entanto, a aplicação eficaz das políticas de juventude exige um empenhamento sustentado, recursos adequados e uma avaliação constante para garantir que os objetivos de equidade e justiça social sejam alcançados.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AA. VV. **Libro Blanco de Políticas Públicas de Juventud**. Instituto Nacional de Administración Pública ed. Madrid: INAP, 2017.
- ABAD, Miguel. Crítica política das políticas de juventude. Em: **Políticas públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez Editora, 2003. p. 13–32.
- ABAD, Miguel. Las políticas de juventud desde la perspectiva de la relación entre convivencia, ciudadanía y nueva condición juvenil. **Última década**, v. 10, n. 16, p. 117–152, 2002.
- ABAD, Miguel. Políticas de Juventud y empleo juvenil: El traje nuevo del rey. **Última década**, v. 13, n. 22, ago. 2005.
- ABARCA, Humberto.; ESPÍNDOLA, Ernesto.; HOPENHAYN, Martín. **Situación y desafíos de la juventud en Iberoamérica**. San Salvador: CEPAL-N.U., 2008.
- ABRAMO, Helena Wendel. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista brasileira de educação**, n. 05–06, p. 25–36, 1997.
- ABRAMO, Helena Wendel. **Estação Juventude: conceitos fundamentais: pontos de partida para uma reflexão sobre políticas públicas**. Brasília: Secretaria Nacional de Juventude, 2014.
- ABRAMO, Helena.; VENTURI, Gustavo. Juventude, política e cultura. **Teoria e Debate**, v. 45, p. 1–4, 2000.
- ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia. Ser jovem no Brasil hoje: políticas e perfis da juventude brasileira. 2015.
- ACEVEDO, Patricia; Giménez Venezia, Nicolás; González Claria, Consuelo; Piscitello, Florencia. **Políticas públicas de juventud en Latinoamérica**. Balances y perspectivas sobre las políticas públicas en la región. Sus impactos en la desigualdad, la construcción de derechos y la constitución de sujetos. **Anais...** Em: III Foro Latinoamericano De Trabajo Social (La Plata, Argentina, 2016). La Plata, Argentina: 2016.
- ADEMA, Willem; LADAIQUE, Maxime. **Net Social Expenditure, 2005 Edition: More Comprehensive Measures of Social Support**: OECD Social, Employment and Migration Working Papers. Paris.
- AFRICA, Comissão da União. Gâmbia, **Carta Africana da Juventude**. Gâmbia: Unesco. 2006.
- AGRAWAL, Surendra Prasad; AGGARWAL, Jagdish Chand. **UNESCO and Social Sciences: Retrospect & Prospect**. New Delhi: Concept Publishing Company, 1988. v. 3
- AGUILAR-FORERO, Nicolás; MUÑOZ, Germán. Youth condition in Colombia: between structural violence and collective action. **Revista latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 13, n. 2, p. 1021–1035, 31 jul. 2015.
- AGUILERA, Ruiz Oscar. **Generaciones: movimientos juveniles, políticas de la identidad y disputas por la visibilidad en el Chile neoliberal**. Buenos Aires: Clacso, 2014.
- AGUILERA, Ruiz Oscar. Los estudios sobre juventud en Chile: coordenadas para un estado del arte. **Última década**, v. 17, n. 31, p. 109–127, 2009.
- ALONSO, Angela. Métodos qualitativos de pesquisa: uma introdução. Em: **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Qualitativo**. São Paulo: Sesc/São Paulo, Cebrap. São Paulo: Sesc São Paulo/CEBRAP, 2016. p. 8–23.
- ALVARADO, Sara Victoria; BOTERO, Patricia; OSPINA, Héctor Fabio. Emergencia de la juventud como campo particular de conocimiento y como categoría cultural de análisis en la década de los setenta en Colombia. **Ponto-e-Vírgula: Revista de Ciências Sociais**, n. 4, p. 116–128, 2008.
- ANGARITA, Pablo Emilio Cañas. **Seguridad democrática: lo invisible de un régimen político**

- y económico. 1. ed. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2011.
- ARÉVALO, Oscar. Juventud y modernización tecnológica. **Pasos**, n. 6, p. 46–44, 1996.
- AVRITZER, Leonardo. Teoria democrática e deliberação pública. **Lua Nova: Revista de cultura e política**, n. 50, p. 25–46, 2000.
- AYALA, Román Pablo. Políticas públicas sobre juventud en Ecuador desde 1980. **Procesos. Revista ecuatoriana de historia**, v. 1, n. 34, p. 125, 2 nov. 2014.
- BALARDINI, Sergio Alejandro. De los jóvenes, la juventud y las políticas de juventud. **Ultima década**, v. 8, n. 13, set. 2000.
- BALARDINI, Sergio Alejandro. Movimientos juveniles en tres ciudades de la Argentina (Buenos Aires, Mendoza y Rosario): Estado de situación y propuestas para su fortalecimiento. 2004.
- BALARDINI, Sergio Alejandro. Políticas De Juventud: Conceptos Y La Experiencia Argentina. n. 10, p. 40, 1999.
- BALARDINI, Sergio Alejandro. Prólogo. Em: **La participación social y política de los jóvenes en el horizonte del nuevo siglo**. Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2000. p. 7–18.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. As políticas neoliberais e a crise na América do Sul. **Revista brasileira de política internacional**, v. 45, n. 2, p. 135–146, 2002.
- BANGO, Julio. **Políticas de Juventud en América Latina en la antesala del 2000: logros, desafíos y oportunidades**. OIJ. Montevideo.
- BANGO, Julio. Políticas de juventude na América Latina: identificação de desafios. Em: **Políticas públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez, 2003. p. 33–55.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo/Laurence Bardin**. 3ª ed. São Paulo: 70, 2016. v. 70
- BARNETT, Michael; FINNEMORE, Martha; DUVALL, Raymond. The power of liberal international organizations. In: **POWER IN GLOBAL GOVERNANCE**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. p. 161–184.
- BAUER, Martín W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes Limitada, 2008.
- BBC NEWS. Algeria protests: Youth lead the movement for change. **BBC News**, 14 abr. 2019.
- BBC NEWS. Nicaragua: el impactante discurso de Lester Alemán, el estudiante que plantó cara a Daniel Ortega. **BBC News**, 17 maio 2018.
- BENDIT, René. La modernización de la juventud y modelos de políticas de juventud en Europa : Análisis comparativo de políticas nacionales de juventud en los estados miembros de la Unión Europea. Em: **Construcción de Políticas de juventud: análisis y perspectivas**. Manizales. Cinde, 2004. p. 13–74.
- BENNETT, Andy. Subcultures or neo-tribes? Rethinking the relationship between youth, style and musical taste. **Sociology**, Cambridge University Press. v. 33, n. 3, p. 599–617, 1999.
- BERNALES, Ballesteros Enrique. Situación actual de la legislación Iberoamericana en materia de juventud y adolescencia. **Madrid, Organización Iberoamericana de la Juventud (OIJ)**, p. 46, 2001.
- BERTAUX, Daniel. **Narrativas de vida: a pesquisa e seus métodos 2ª ed**. São Paulo: Paulus, 2010.
- BODROV, Oleg Vyacheslavovich; ZAKIROV, Almaz Vasilovich; KOLOMYTS, Dmitriy Mikhailovich. Lessons of the Xix World Festival of Youth and Students in Sochi 2017. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, v. 25, n. Esp.1, p. 490–505, 2021.
- BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto. Porto editora, 1994.
- BOLIVIA. **PLAN NACIONAL DE JUVENTUDES: “Jóvenes unidos/as por el cambio” (2008**

-2012). , 2008.

BOLTANSKI, Luc. **On critique: A sociology of emancipation**. Cambridge. Polity, 2011.

BORELLI, Silvia Helena; DE MELO ROCHA, Rose; ALVES OLIVEIRA, Rita de Cássia and RODRIGUES DE LARA, Marcos. Jovens urbanos, ações estético-culturais e novas práticas políticas: estado da arte (1960-2000). Em: **Jóvenes, cultura y política en América Latina: algunos trayectos de sus relaciones, experiencias y lecturas (1960-2000)**. Homosapiens ed. Rosario: CLACSO, 2010. v. 1p. 293–323.

BOTERO, Patricia; OSPINA, Héctor Fabio; ALVARADO, Sara Victoria; CASTILLO, José Rubén. Producción académica sobre la relación historia, juventud y política en Colombia: una aproximación a su estado del arte desde mediados del siglo XX. Em: **Jóvenes, cultura y política en América Latina: algunos trayectos de sus relaciones, experiencias y lecturas (1960-2000)**. Homosapiens ed. Rosario: CLACSO, 2010. p. 231–261.

BOURDIEU, Pierre. **Cuestiones de sociología**. Madrid. Ediciones AKAL, 2003.

BRASIL, Secretaria Nacional de Juventude. **Plano Juventude Viva: Um levantamento Histórico**. Brasília, D.F.: Secretaria Nacional de Juventude/SNJ, 2018.

BRASLAVSKY, Cecilia. Estudios e investigaciones sobre juventud en América Latina: balance y perspectivas. Em: **Mitos, certeza y esperanzas: tendencias de las investigaciones sobre juventud en América Latina**. Montevideo: CELAJU; UNESCO, 1989. p. 7–48.

BRITO, Roberto Lemus. Algunos elementos para la deconstrucción de un nuevo paradigma de la juventud. **Última década**, v. 6, n. 9, p. 170–182, 1998.

CALDERÓN SÁNCHEZ, Dulfary. **Políticas públicas Retos y desafíos para la gobernabilidad**. 1ª ed. Bogotá: Ediciones USTA, 2016.

CALDERÓN, Sánchez Dulfary. Entrevista com especialista em juventude. [Entrevista cedida a] Carlos Alberto Moreno González. Encontro Online. Entrevista concedida para tese de doutorado. Parecer consubstanciado Número: 6.336.413. Juiz de Fora, 2023.

CAMARGO, Aspásia. Os Usos da História de Vida: trabalhando elites políticas. **Revista de Ciências Sociais**, v. 1, p. 5- 28., 1984.

CAMERON, David R.; CAMERON, Stefanie H.; HOFFERBERT, Richard I. Não-incrementalismo na política pública: a dinamica de mudança. **Revista de Administração Pública**, v. 10, n. 2, p. 149 a 220–149 220, 1976.

CANCLINI, Néstor García. Los jóvenes no se ven como el futuro: ¿serán el presente? **Pensamiento iberoamericano**, n. 3, p. 3–16, 2008.

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. **Formação da agenda governamental: perspectivas teóricas**. XXIX Encontro Anual da Anpocs. **Anais...** Em: GT19 - POLÍTICAS PÚBLICAS. Unesp São Paulo, 2005.

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. **Formulação de políticas públicas**. Brasília, D.F.: Enap Fundação Escola Nacional de Administração Pública, 2018.

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas. Em: **Políticas públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007. v. 1p. 87–124.

CAPUTO, Luis. **Bibliografía sobre juventud en Paraguay. Surgimiento y desarrollo desde los ochenta**. [s.l.] BASE Investigaciones Sociales, 2005.

CARRANO, Paulo Cesar Rodrigues. Entrevista com especialista em juventude. [Entrevista cedida a] Carlos Alberto Moreno González. Encontro Online. Entrevista concedida para tese de doutorado. Parecer consubstanciado Número: 6.336.413. Juiz de Fora, 2023.

CASTRO, Elisa Guaraná de; MACEDO, Severine Carmem. Estatuto da Criança e Adolescente e Estatuto da Juventude: interfaces, complementariedade, desafios e diferenças. **Revista Direito e**

Práxis, v. 10, n. 2, p. 1214–1238, 2019.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. **Por um novo paradigma do fazer políticas: políticas de/para/com juventudes**. Brasília: Unesco, 2002.

CASTRO, Mary Garcia; VASCONCELOS, Augusto. Juventudes e participação política na contemporaneidade: explorando dados e questionando interpretações. Em: **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**. Brasília: MEC: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2007. p. 79–116.

CELAJU. **Celaju – Centro Latinoamericano sobre Juventud**. Disponível em: <<http://www.celaju.net/>>. Acesso em: 3 jan. 2023.

CEPAL, N. **Año Internacional de la Juventud: actividades de la CEPAL en el cumplimiento del Plan de Acción Regional**. Montevideo: CEPAL-N.U., 10 jul. 1985. Disponível em: <<https://hdl.handle.net/11362/17296>>. Acesso em: 12 abr. 2019.

CEPAL, N. **Declaración conjunta de organismos del sistema de las Naciones Unidas y otras organizaciones intergubernamentales sobre políticas relativas a la juventud en América Latina y el Caribe**. Santiago: CEPAL, 1992.

CEPAL, N. **Informe de la Reunión Regional Latinoamericana Preparatoria para el Año Internacional de la Juventud**. Costa Rica: CEPAL-N.U., 16 jan. 1984.

CEPAL, N. U. **Hacia la inclusión social juvenil: herramientas para el análisis y el diseño de políticas**. [s.l.] CEPAL, 2015.

CEPAL, N. U. **Informe regional de población en América Latina y el Caribe 2011: invertir en juventud**. [s.l.] CEPAL, 2012.

CEPAL, N. U. **Panorama Social de América Latina 2019**. Santiago: CEPAL, 2019.

CEPAL, N. U.; OIJ. **Invertir para transformar: la juventud como protagonista del desarrollo**. Segunda ed. [s.l.] OIJ; CEPAL; IMJUVE, 2014.

CEPAL, N. U.; OIT. **Coyuntura Laboral en América Latina y el Caribe (nº17): La transición de los jóvenes de la escuela al mercado laboral**. Santiago: [s.n.].

CEPAL, N.; CAF; OCDE. **Perspectivas económicas de América Latina 2017: Juventud, Competencias y Emprendimiento**. [s.l.] CEPAL, 2016.

CEPAL, U. N. **Juventud y cohesión social en Iberoamérica: un modelo para armar**. Santiago de Chile: CEPAL, 2008.

CEPAL, U. N.; CELADE. **Juventud, población y desarrollo en América Latina y el Caribe: problemas, oportunidades y desafíos**. Santiago de Chile: Naciones Unidas, CEPAL : Centro Latinoamericano y Caribeño de Demografía (CELADE), División de Población, 2000.

CEPAL, U. N.; OIJ. **Adolescencia y juventud en América Latina y el Caribe: problemas, oportunidades y desafíos en el comienzo de un nuevo siglo**. Santiago, Chile: CEPAL, 2000.

CHAVES, Mariana. Investigaciones sobre juventudes en Argentina: estado del arte en ciencias sociales 1983-2006. **Papeles de Trabajo**, v. 5, p. 35–97, 1 jun. 2009.

CHILLÁN, Reyes Yuri. Políticas públicas de juventud: desafío del nuevo tiempo Iberoamericano. Em: **Adolescencia y juventud en América Latina**. Libro Universitario Regional, LUR ed. Costa Rica: Editorial Tecnológica de Costa Rica., 2001. p. 117–130.

CJE, Consejo de la Juventud de España. **Guía de cooperación juvenil en América Latina**. Consejo de la Juventud de España, 2000. Disponível em: <<http://www.cje.org>>

CLARKE, Jhon; HALL, Stuart; JEFFERSON, Tony; ROBERTS, Brian. Subcultures, cultures and class. Em: **Cultural Criminology**. Second ed. Britain: Routledge, 2006. p. 3–59.

CLEMENTINO, J. V.; CORDEIRO, M. C. M. Os Jovens e as Políticas Públicas de Juventude: olhares e trajetórias. **Conhecer: debate entre o público e o privado**, v. 1, n. 02, p. 216–238, 2011.

- COBB, Roger W.; ELDER, Charles D. The politics of agenda-building: An alternative perspective for modern democratic theory. **The journal of politics**, v. 33, n. 4, p. 892–915, 1971.
- COIMBRA, Cecília MB; NASCIMENTO, Maria Lívia. Jovens pobres: o mito da periculosidade. Em: **Jovens em tempo real**. Rio de Janeiro, DP&A Editora, 2003. p. 19–37.
- COLINO, César. Método comparativo. Em: **Diccionario Crítico de Ciencias Sociales**. México: Plaza y Valdés, 2007. v. I.
- COLOMBIA, Planeación. **Plan nacional de desarrollo, 2002-2006: hacia un estado comunitario**. Bogotá: Departamento Nacional de Planeación, 2003.
- COMISIÓN DE LA VERDAD. **Los falsos positivos**. Disponível em: <<https://www.comisiondelaverdad.co/los-falsos-positivos>>. Acesso em: 18 jul. 2023.
- CORDERO, Rodrigo; MASCAREÑO, Aldo; CHERNILO, Daniel. On the reflexivity of crises: Lessons from critical theory and systems theory. **European Journal of Social Theory**, v. 20, n. 4, p. 511–530, 2017.
- CORRÊA, Déborah Maciel. Avaliação de Políticas Públicas para a Redução Da Violência Escolar Em Minas Gerais: O Caso Do Projeto Escola Viva, Comunidade Ativa. p. 166, 2007.
- COSTA RICA; KRAUSKOPF, Dina. **Política Pública de la Persona Joven, 2003**. San José: Consejo Nacional de la Política Pública Persona Joven., 2004.
- CRISTAR, Cecilia; PALUMBO, Leticia. **Memorias Inju. 30 Años De Políticas De Juventud En Uruguay**. INJU ed. Montevideo: Ministerio de Desarrollo Social, 2021.
- CUEVAS, Fernando. **Pyongyang (Corea del Norte), yo estuve allí**. Blog. Disponível em: <<https://fernandocuevasblog.wordpress.com/2014/06/03/pyongyang-corea-del-norte-yo-estuve-alli/>>. Acesso em: 2 jan. 2020.
- DAGNINO, Evelina. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. **Política & Sociedade**, v. 3, n. 5, p. 139–164, 2004.
- DÁVILA, Oscar León; SILVA, J. Claudio. Políticas de Juventud y Su Expresión En Lo Local. n. 11, p. 31, 1999.
- DÁVILA, Oscar León. ¿La década perdida en política de juventud en Chile; o la década del aprendizaje doloroso?: hacia una política pública de juventud. **Última década**, v. 9, n. 14, p. 9–47, 2001.
- DÁVILA, Oscar León. Adolescência e juventude: das noções às abordagens. Em: **Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais. São Paulo: Ação educativa**. São Paulo: Ação Educativa, 2005. p. 9–18.
- DÁVILA, Oscar León. Adolescencia y juventud: de las nociones a los abordajes. **Última década**, v. 12, n. 21, p. 83–104, 2004.
- DÁVILA, Oscar León. De la agregación programática a la visión constructiva de políticas de juventud. Em: **Gerber, Elisabet y Sergio Balardini (Comps.): Políticas de juventud en Latinoamérica. Argentina en perspectiva, Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales-Friedrich Ebert Stiftung, Buenos Aires**. Buenos Aires: FLACSO, 2004b. p. 56–65.
- DEARING, James W.; ROGERS, Everett M. **Agenda-setting**. London: Sage, 1996. v. 6
- DELLA PORTA, Donatella. **Social movements in times of austerity: Bringing capitalism back into protest analysis**. Cambridge: John Wiley & Sons, 2015.
- DEUBEL, André-Noël Roth. **Enfoques para el análisis de políticas públicas**. 1ª ed. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2010.
- DÍAZ, Gómez Álvaro. Entrevista com especialista em juventude. [Entrevista cedida a] Carlos Alberto Moreno González. Encontro Online. Entrevista concedida para tese de doutorado. Parecer consubstanciado Número: 6.336.413. Juiz de Fora, 2023.

- DONAS, Burak Solum. **Adolescencia y juventud en América Latina**. Libro Universitario Regional, LUR ed. Costa Rica: Editorial Tecnológica de Costa Rica., 2001.
- DONATO, Cássia Reis. **Plano Juventude Viva : caminhos da política de prevenção à violência contra a juventude negra no Brasil**. Brasília, D.F.: Secretaria Nacional de Juventude/SNJ, 2014.
- DRYZEK, J. S. Policy Analysis and Planning: From Science to Argument. Em: **The Argumentative Turn in Policy Analysis and Planning**. London: Duke University Press, 2002. p. 213–233.
- DUARTE, Quapper Klaudio. ¿Juventud o Juventudes?: Acerca de cómo mirar y remirar a las juventudes de nuestro continente. **Última década**, v. 8, n. 13, p. 59–77, 2000.
- DUARTE, Quapper Klaudio. Desafíos a los procesos investigativos en juventudes que plantean las condiciones juveniles de América Latina y el Caribe. Em: **¿Qué sabemos sobre jóvenes y juventudes?** Reconocimiento Juvenil. Bogotá, D.C., Colombia: Agencia española de cooperación internacional para el desarrollo, AECID, 2011. v. Memorias I Encuentro Nacional RedConocimiento Juvenilp. 11–36.
- DUARTE, Quapper Klaudio. Investigación social chilena en juventudes. El caso de la revista Última Década. **Última década**, v. 26, n. 50, p. 124–154, 2018.
- DUNN, William. N. **Public policy analysis: an introduction**. 5th edn ed. Boston: Pearson, 2012.
- EL PAÍS. Las protestas ahondan la brecha entre Duque y los jóvenes. **El País Torrado, Santiago**, 8 dez. 2019.
- EL SIGLO, C. Vocera CONES: “Derrotemos la Constitución de Pinochet” -. 29 out. 2019.
- ESCOBAR, Manuel Roberto. **Estado del arte del conocimiento producido sobre jóvenes en Colombia 1985-2003**. Bogotá, D.C., Colombia: Programa Presidencial Colombia Joven/Agencia de Cooperación Alemana GTZ/Unicef Colombia/Universidad Central-DIUC,(mimeo), 2004.
- ESCOBAR, Manuel Roberto. La investigación sobre juventud en Colombia: construcción de los sujetos desde los discursos especializados. **Actualidades pedagógicas**, v. 1, n. 48, p. 9–16, 2006.
- ESPAÑA. **Ley 18/1983, de 16 de noviembre, del Consejo de la Juventud de España**. , 26 nov. 1983. Disponible em: <<https://www.boe.es/eli/es/l/1983/11/16/18>>. Acceso em: 3 jan. 2023
- ESPAÑA. **Real Decreto 486/2005, de 4 de mayo, por el que se aprueba el Estatuto del organismo autónomo Instituto de la Juventud**. 11 maio 2005. Disponible em: <<https://www.boe.es/eli/es/rd/2005/05/04/486>>. Acceso em: 3 jan. 2023
- ESTEVES, Luiz Carlos Gil; ABRAMOVAY, Miriam. Juventude, juventudes: pelos outros e por elas mesmas. Em: **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**. 1ª ed. Brasília: UNESCO; Ministério da Educação (MEC), 2007. p. 19–54.
- ESTRADA, Álvarez Jairo. Las reformas estructurales y la construcción del orden neoliberal en Colombia. Em: **Los Desafíos de Las Emancipaciones Em Um Contexto Militarizado**. Colección Grupos de Trabajo de CLACSO. Buenos Aires, CLACSO Libros. p. 247–284.
- EUROPAPRESS. Aumentan a 58 las ciudades españolas con protestas este viernes por la huelga mundial de estudiantes por el clima. **Europa Press Sociedad**, 11 mar. 2019.
- FARIA, Carlos Aurélio Pimienta de. **Políticas públicas e relações internacionais**. Brasília, DF, Brasil: Enap Fundação Escola Nacional de Administração Pública, 2018.
- FARR, Robert. Interviewing: the social psychology of the interview. Em: FRANSELLA, F. (Ed.). **Psychology for Occupational Therapists**. Psychology for Professional Groups. London: Macmillan Education UK, 1982. p. 151–170.
- FEIXA, Carles. Generación XX. Teorías sobre la juventud en la era contemporánea. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 4, n. 2, p. 21–45, 2006.
- FISCHER, Frank; FORESTER, John. **The Argumentative Turn in Policy Analysis and Planning**. London: Duke University Press, 2002.

- FRAGA, Paulo Cesar Pontes; LULIANELLI, Jorge Atílio Silva. **Jovens em tempo real**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.
- FRANCE24. Los jóvenes franceses se movilizan contra la precariedad estudiantil. **France 24**, 26 nov. 2019.
- FRANCO, Martínez César. Las Jornadas Mundiales de la Juventud y la transmisión de la fe. **Estudios Eclesiásticos. Revista de investigación e información teológica y canónica**, v. 87, n. 341, p. 205–227, 2012.
- FRASER, Nancy. A triple movement? Parsing the politics of crisis after Polanyi. Em: **Beyond Neoliberalism: Social Analysis after 1989**. Berlin, Germany: Palgrave Macmillan, 2017. p. 29–42.
- FREIRE FILHO, João. Formas e normas da adolescência e da juventude na mídia. Em: **Construções do tempo e do outro**. Rio de Janeiro, Mauad Editora Ltda, 2006. p. 37–64.
- FREITAS, Maria Virgínia de. **Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais**. São Paulo: Ação Educativa, 2005.
- GARCÍA, Analía; LIGUORI, Mariana. **Participación juvenil y políticas públicas en la década del ochenta en Argentina. El caso de la creación de la Subsecretaría Nacional de Juventud**. XI Jornadas de Sociología. **Anais**. Buenos Aires: Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, 2015.
- GARTNER, Scott Sigmund; MYERS, Marissa Edson. Body Counts and “Success” in the Vietnam and Korean Wars. **The Journal of Interdisciplinary History**, v. 25, n. 3, p. 377–395, 1995.
- GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. Em: **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Vozes Editora, 2008. p. 64–89.
- GERBER, Elisabeth; BALARDINI, Sergio. **Políticas de juventud en Latinoamérica: Argentina en perspectiva**. Fundación Friedrich Ebert ed. Buenos Aires: FLACSO, 2004.
- GIL, Antônio Carlos. **Metodologia Do Ensino Superior**. Editora Atlas SA, 2000.
- GONÇALVES, Maria Alice Rezende; CATHARINO, Tania Ribeiro. Políticas Públicas e juventudes: repensando riscos e proteções. Em: **Adolescências e juventudes: entre o espaço público e as políticas de cuidados**. Rio de Janeiro: Quartet., 2008. p. 19–65.
- GONZÁLEZ, Alejandra Soledad. O I Ano Internacional da Juventude (1985): A Argentina entre o global e o local. **Passagens: Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**, v. 8, n. 1, p. 40–61, 2016.
- GONZÁLEZ, Eugenio. **Menores en desamparo y conflicto social**. Madrid. CCS, 1998.
- GRAGLIA, José Emilio. Políticas públicas: Fases y fallas como proceso de satisfacción social. **Studia Políticæ**, n. 03, p. 49–77, 2004.
- GRATEROL, Acevedo Glória Lisbeth. Entrevista com especialista em juventude. [Entrevista cedida a] Carlos Alberto Moreno González. Encontro Online. Entrevista concedida para tese de doutorado. Parecer consubstanciado Número: 6.336.413. Juiz de Fora, 2023.
- GRATEROL, Acevedo Gloria Lisbeth. **Red de estudios y políticas sobre juventud en América Latina: una mirada a la participación ciudadana**. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid, 2014.
- GROPPO, Luís Antonio. Juventudes y políticas públicas: comentarios sobre las concepciones sociológicas de juventud. **Desidades**, v. 14, p. 9–17, 2017.
- GUERRERO, Juan Pablo; VALDÉZ, Yailén. **Manual Sobre La Clasificación Económica Del Gasto Público - ID:5e178b201af96**. Centro de Investigación y Docencia Económica, CIDE, 2003.
- GUILLÉN, Sádaba Encarna. YMCA, una de las mayores asociaciones del mundo. **Miscelánea Comillas. Revista de Ciencias Humanas y Sociales**, v. 72, n. 140–141, p. 329–344, 2014.

- HAGUETTE, André. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. 14. ed.
- HALL, Stuart. El trabajo de la representación. Em: **Representation: Cultural representations and signifying practices**. London, Sage Publications, Cap, 1997. v. 1p. 447–482.
- HEYWOOD, Andrew. **Global politics**. New York: Bloomsbury Publishing, 2014.
- HOPENHAYN, Martín. **La juventud en Iberoamérica Tendencias y urgencias**. Santiago de Chile: CEPAL, 2004.
- IANNI, Otávio. O Jovem Radical. Em: **Sociologia da juventude I**. Brasil: Zahar Rio de Janeiro, 1968. p. 225–243.
- INDEPAZ. **Listado de las 80 víctimas de violencia homicida en el marco del Paro Nacional al 23 de julio – Indepaz**. , 21 jul. 2021. Disponível em: <<https://indepaz.org.co/victimas-de-violencia-homicida-en-el-marco-del-paro-nacional/>>. Acesso em: 6 out. 2022
- INJU. **Plan nacional de juventudes 2011-2015. Comisión de Juventud del Comité de Coordinación Estratégica de Infancia**. Montevideo: [s.n.].
- IYENGAR, S.; KINDER, D. R. **News that matters: Television and American opinion**. United States of America: University of Chicago Press, 2010.
- JURIS, Jeffrey S.; PEREIRA, Inés; FEIXA, Carles. La globalización alternativa y los “novísimos” movimientos sociales. **Revista de Centro de Investigación de la Universidad La Salle**, n. 37, p. 23–39, 2012.
- KINGDON, John W. **Agendas, Alternatives and Public Policies**. NY: HaperCollins College Publisher ed. United States of America: Pearson Editorial, 2014.
- KORNBLIT, Ana Lía. **Metodologías cualitativas en ciencias sociales: modelos y procedimientos de análisis**. 4ª ed. Argentina: Editorial Biblos, 2007.
- KOSELLECK, Reinhart. A configuração do moderno conceito de história. Em: **O Conceito de História**. Belo Horizonte, Autêntica, 2013. p. 119–184.
- KRAUSKOPF, Dina. Desafíos en la construcción e implementación de las políticas de juventud en América Latina. **Nueva Sociedad**, El futuro ya no es como antes ser joven en América Latina. n. 200, p. 141–153, 1 nov. 2005.
- KRAUSKOPF, Dina. Dimensiones críticas en la participación social de las juventudes. Em: **La participación social y política de los jóvenes en el horizonte del nuevo siglo**. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 119-134.
- KRAUSKOPF, Dina. La construcción de políticas de juventud en Centroamérica. Em: **Políticas públicas de juventud en América Latina: políticas nacionales**. 1ª ed. Viña del Mar: CIDPA Ediciones, 2003. p. 13–46.
- KRAUSKOPF, Dina. Perspectivas sobre la condición juvenil y su inclusión en las políticas públicas. Em: **Políticas de juventud en Latinoamérica. Argentina en perspectiva**. Buenos Aires: FLACSO, 2004. p. 12–24.
- KUASÑOSKY, Silvia; SZULIK, Dalia. Desde los márgenes de la juventud. Em: **La juventud es más que una palabra: ensayos sobre cultura y juventud**. 3ª ed. [s.l.] Editorial Biblos, 1996. p. 47–68.
- KWANSAH-AIDOO, Kwamena. Prospects for agenda-setting research in the 21st century. Em: **Topical Issues in Communications and Media Research**. Nueva York: Nova Publishers, 2005. p. 35–59.
- LABASTIDA, Julio. Globalización cultural y modernidad. **Revista Reflexiones**, v. 19, n. 1, 1994.
- LABREA, Valéria Vianna; VOMMARO, Pablo. **Juventud, participación y desarrollo en América Latina y el Caribe**. Buenos Aires: CLACSO, 2014.
- LAHIRE, Bernard. **Homem plural: os determinantes da ação**. 1ª edição ed. [s.l.] Vozes Editora,

2002.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina. **Fundamentos de metodologia científica**. 7ª ed. São Paulo: São Paulo: Atlas, 2008.

LASSWELL, Harold D. **The Future of Political Science**. New York: Routledge, 2017.

LEITE, Tiago Pereira. Violência e políticas públicas para juventude: aproximações entre os casos de Medellín e Cascavel. **Revista Gestão e Desenvolvimento**, v. 13, n. 1, p. 27–44, 2016.

LEMAITRE, Julieta. **El derecho como conjuro: fetichismo legal, violencia y movimientos sociales**. Bogotá, D.C., Colombia: Grupo IDEAS (Investigación, Derecho y Acción Social), 2009.

LIGUORI, Mariana; BERETTA, Diego. Los organismos nacionales de juventud en perspectiva histórica: agendas y recorridos institucionales en América Latina y el Caribe (1980-2020). **Studia Politicæ**, n. 56, p. 65–101, 2022.

LIJPHART, Arend. Comparative Politics and the Comparative Method. **American Political Science Review**, v. 65, n. 3, p. 682–693, set. 1971.

LIMA, Márcia. O uso da entrevista na pesquisa empírica. Em: **Métodos de pesquisa em ciências sociais: bloco qualitativo**. CEBRAP ed. São Paulo: São Paulo/CEBRAP, 2016. p. 24–41.

LIPPMANN, Walter. **Public Opinion** Harcourt, Brace and Company. **New York**, 1922.

LOBATO, Mónica Concha. Equipos de Tratamiento del Consumo Problemático de Drogas de la Red de Salud: Percepciones, dificultades y desafíos ante la ley no. 20.084 sobre responsabilidad penal adolescente. 2008.

LÓPEZ, Magdalena. **En defensa de “la democracia”**. **El Marzo Paraguayo de 1999**. VI Jornadas de Jóvenes Investigadores. **Anais...**Buenos Aires: Instituto de Investigaciones Gino Germani, 2011.

LOVESIO, Beatriz; VISCARDI, Nilia. Los estudios de la mujer y de los jóvenes en la construcción del conocimiento sociológico uruguayo. **Revista de Ciencias Sociales**, v. XVI, n. 21, p. 79–109, 2003.

LOZANO, Urbietta María Iciar. Nociones de juventud. **Última década**, v. 11, n. 18, p. 11–19, 2003.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2ª ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2013.

LULIANELLI, Jorge Atílio Silva. Juventude: construindo processos—o protagonismo juvenil. Em: **Jovens em tempo real**. **Rio de Janeiro: DP&A**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003. p. 54–75.

LYNCH, J. F. Aligning sampling strategies with analytic goals. Em: **Interview research in political science**. United States of America: Cornell University Press, 2013. p. 31–44.

MACEDO, Severine Carmen. Entrevista com especialista em juventude. [Entrevista cedida a] Carlos Alberto Moreno González. Encontro Online. Entrevista concedida para tese de doutorado. Parecer consubstanciado Número: 6.336.413. Juiz de Fora, 2023.

MACHADO, Otávio Luiz. Un siglo de movimiento estudiantil en Brasil. Em: **Movimientos estudiantiles en la historia de América Latina IV**. Historia de la Educación. 1ª ed. México: Publicaciones del IISUE, 2015. p. 57–80.

MACRI, Mariela; GUEMUREMAN, Silvia. La configuración del campo de estudios sobre juventud, adolescencia e infancia en Argentina a partir de la recuperación de la democracia. **Sudamérica: Revista de Ciencias Sociales**, v. 2, n. 2, p. 131–162, 2013.

MALDONADO, Valera Carlos. Participación política, apego a la democracia y temas prioritarios de las personas jóvenes en América Latina, 2000-2013. set. 2015.

MANNHEIM, Karl. O problema sociológico das gerações. Em: **Mannheim: Sociologia**. Coleção Grandes Cientistas Sociais. Câmara Brasileira do Livro ed. São Paulo: Ática, 1982.

MARCIAL, Rogelio. Políticas públicas de juventud en México: discursos, acciones e instituciones. n. 3, p. 41, 2012.

- MARGULIS, Mario. Juventud: una aproximación conceptual. Em: **Adolescencia y juventud en América Latina**. Libro Universitario Regional, LUR ed. Costa Rica: Editorial Tecnológica de Costa Rica., 2001. p. 41–56.
- MARTÍNEZ RANGEL, Rubí; REYES GARMENDIA, Ernesto Soto. El Consenso de Washington: la instauración de las políticas neoliberales en América Latina. **Política y cultura**, n. 37, p. 35–64, 2012.
- MASSARDIER, Gilles. Redes de políticas públicas. Em: **Políticas públicas (ENAP, Brasilia)**. Escola Nacional de Administração Pública ed. [s.l.] Enap Fundação Escola Nacional de Administração Pública, 2006. v. 2p. 167–185.
- MCCOMBS, Maxwell E.; SHAW, Donald L. The agenda-setting function of mass media. **Public opinion quarterly**, v. 36, n. 2, p. 176–187, 1972.
- MELLA, Valenzuela Orlando. **Naturaleza y orientaciones teórico-metodológicas de la investigación cualitativa**. Chile: CIDE (Chile), 1998.
- MENDOZA, Enríquez Hipólito. Los estudios sobre la juventud en México. **Espiral (Guadalajara)**, v. 18, n. 52, p. 193–224, 2011.
- MENY, Yves.; THOENIG, JeanClaude. **La dimensión comparativa de las políticas públicas**. Barcelona: ARIEL, 1992.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, p. 621–626, mar. 2012.
- MONTOYA, Luis W. De las marchas de las juventudes políticas al camino de las políticas de juventud en el Perú. **Ultima década**, v. 9, n. 15, p. 123–159, set. 2001.
- MORAES, Freire Silene de. MOVIMENTO ESTUDANTIL NO BRASIL: LUTAS PASSADAS, DESAFIOS PRESENTES. **Revista Historia de la Educación Latinoamericana**, n. 11, p. 131–146, 2008.
- MORALES, Martínez Elias; OLIVEIRA, Thays F. Políticas neoliberais na América Latina: uma análise comparativa dos casos no Brasil e Chile. **Revista de Estudos Internacionais**, v. 7, n. 1, p. 70–81, 2016.
- MOREIRA, Silva Danilo. Entrevista com especialista em juventude. [Entrevista cedida a] Carlos Alberto Moreno González. Encontro Online. Entrevista concedida para tese de doutorado. Parecer consubstanciado Número: 6.336.413. Juiz de Fora, 2023.
- MORENO, González Carlos Alberto. **Aquelas Infâncias Que Nao Parecem Crianças: Hablando de los Pivetes de Brasil y los Gamines de Colombia**. Dissertação—Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2017.
- MORLACHETTI, Alejandro; CARDONA, Jorge. **Derechos humanos y juventud: antecedentes, actualidad y perspectiva**. OIJ; UNFP; AECID, 2014.
- MULGAN, Geoff; ALBURY, David. **Innovation in the public sector**. London: Strategy Unit, 2003.
- MULLER, Pierre. **As Políticas Públicas**. 1ªED.(2018) ed. Niterói: Eduff. Editora da Universidade Federal Fluminense, 2018.
- MULLER, Pierre. Mise en perspective. Une théorie des cycles d'action publique pour penser le changement systémique. Em: **BOUSSAGUET, L.; JACQUOT, S.; RAVINET, P. Une french touch dans analyse des politique publique**. Paris. p. 405–435. 2015.
- MUÑOZ, González Germán. ¿Identidades o subjetividades en construcción? **Ciencias Humanas**, v. 12, n. 37, p. 69–89, 2007.
- MUÑOZ, González Germán. Entrevista com especialista em juventude. [Entrevista cedida a] Carlos Alberto Moreno González. Encontro Online. Entrevista concedida para tese de doutorado. Parecer consubstanciado Número: 6.336.413. Juiz de Fora, 2023.

- MUÑOZ, González Germán. Jóvenes en Colombia y en el mundo global. Medio siglo de memorias que no pueden perderse como “lágrimas en la lluvia”. Em: **Historia, Memoria y Jóvenes en Bogotá: De las culturas juveniles urbanas de finales del siglo XX a la manifestaciones identitarias juveniles en el siglo XXI**. Bogotá: Metalmorfosis Social, 2011. p. 30–58.
- MUÑOZ, González Germán. Temas y problemas de los jóvenes colombianos al comenzar el siglo XXI. **revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, niñez y Juventud**, v. 1, n. 1, p. 145–180, 2003.
- MUÑOZ, Tamayo Víctor; PONCE, Lara Camila. Juventud y política en sociedades en cambio. **Revista Temas Sociológicos**, n. 24, p. 9–22, 2019.
- MURDOCK, Graham; MCCRON, Robin. Consciousness of class and consciousness of generation. Em: **Resistance through rituals**. [s.l.] Routledge, 2002. p. 192–208.
- N.U. **Conferencia Mundial De Ministros De La Juventud: Encontrar Soluciones A Los Problemas De La Juventud En Los Albas Del Próximo Milenio**. Disponible em: <<https://press.un.org/fr/1998/19980805.soc4457.html>>. Acesso em: 3 jan. 2023.
- N.U. GTJ, J.; CEPAL. **Las juventudes latinoamericanas y caribeñas y la Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible: una mirada desde el sistema de las Naciones Unidas**. Santiago: NACIONES UNIDAS, 2021.
- N.U., U. **Joint Statement by Heads of UN Entities for the Launch of the International Year of Youth**. [s.l.] Naciones Unidas, 2010.
- NAÍM, Moisés. O Consenso de Washington ou a Confusão de Washington. **Revista Brasileira de Comércio Exterior. Rio de Janeiro**, n. 64, p. 11, 2000.
- NATERAS, Alfredo. Estados de ánimos colectivos en las juventudes situadas y sitiadas en México y América Latina. **JovenES. Revista de Estudios sobre juventud**, v. 4ª Epoca, n. 34, p. 43–72, 2020.
- NOVAES, Regina Reys. Políticas de juventude no Brasil: continuidades e rupturas. Em: **Juventude e contemporaneidade**. Mec/UNESCO ed. Brasilia: SECAD – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetizada e Diversidade; UNESCO, 2007. p. 253–281.
- NOVAES, Reyes Regina; CARA, Daniel; MOREIRA, Danilo. Introdução. Em: **Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas. Conselho Nacional de Juventude**. Conselho Nacional de Juventude. ed. Fundação Friedrich Ebert, 2006. p. 4–13.
- OECD. **Better Skills, Better Jobs, Better Lives: A Strategic Approach to Skills Policies**. OECD, 2012.
- OIJ, O. I. DE JUVENTUD. **XV Cumbre Iberoamericana de Ministros y Responsables de Juventud. Juventud y Municipalidad**. Santo Domingo: OIJ, 10 dez. 2010.
- OIJ; CELAJU. **Evaluación de la Política pública de juventud en Costa Rica**. Viceministerio de Juventud, , 2007.
- OIJ. **Actualización Convención Iberoamericana de derechos de los jóvenes**. , 2016.
- OIJ. **Convención Iberoamericana de Derechos Balance y Reflexiones**. Madrid.
- OIJ. **Convención Iberoamericana de Derechos de los jóvenes + Protocolo Adicional**. Pacto Juventud, , 2017.
- OIJ.; UNDP; CEPAL. **1ª Encuesta Iberoamericana de Juventudes “El futuro ya llegó”**. Disponible em: <<https://www.undp.org/es/publications/1a-encuesta-iberoamericana-de-juventudes-el-futuro-ya-llego>>. Acesso em: 15 mar. 2023.
- OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Vozes Editora, 2013.
- ONU. **Año Internacional de la Juventud: participación, desarrollo, paz. A/RES/33/7.**, 3 nov. 1978. Disponible em: <<https://documents-dds->

ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/366/46/IMG/NR036646.pdf?OpenElement>

ONU. **Año Internacional de la Juventud: Participación, Desarrollo, Paz. A/RES/34/151**, 17 dez. 1979. Disponible em: <<https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/384/80/IMG/NR038480.pdf?OpenElement>>

ONU. **Año Internacional de la Juventud: participación, desarrollo, Paz. A/RES/38/22.**, 22 nov. 1983. Disponible em: <<https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/451/34/IMG/NR045134.pdf?OpenElement>>

ONU. **Año Internacional de la Juventud: participación, desarrollo, Paz. A/RES/39/22**, 23 nov. 1984. Disponible em: <<https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/467/49/IMG/NR046749.pdf?OpenElement>>

ONU. **Año Internacional de la Juventud: participación, desarrollo, Paz. A/RES/40/14.**, 18 nov. 1985. Disponible em: <<https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/485/01/IMG/NR048501.pdf?OpenElement>>

ONU. **Declaración sobre el fomento entre la juventud de los ideales de paz, respeto mutuo y comprensión entre los pueblos. A/RES/2037(XX).**, 7 dez. 1965. Disponible em: <<https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/221/75/PDF/NR022175.pdf?OpenElement>>

ONU. **Esfuerzos y medidas para asegurar que los jóvenes ejerzan y disfruten sus derechos humanos, particularmente el derecho a la educación y al trabajo. A/RES/36/29.**, 13 nov. 1981. Disponible em: <<https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/413/89/IMG/NR041389.pdf?OpenElement>>

ONU. **Esfuerzos y medidas para asegurar que los jóvenes ejerzan y disfruten sus derechos humanos, particularmente el derecho a la educación y al trabajo. A/RES/37/49.**, 3 dez. 1982. Disponible em: <<https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/432/89/IMG/NR043289.pdf?OpenElement>>

ONU. **Formas de comunicación con la juventud y las organizaciones juveniles. A/RES/32/135.**, 16 dez. 1977b. Disponible em: <<https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/320/17/IMG/NR032017.pdf?OpenElement>>

ONU. **La juventud en el mundo contemporáneo. A/RES/32/134.**, 16 dez. 1977a. Disponible em: <<https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/320/17/IMG/NR032017.pdf?OpenElement>>

ONU. **Medidas encaminadas a fomentar entre la juventud los ideales de paz, respeto mutuo y comprensión entre los pueblos. A/RES/1572(XV)**, 18 dez. 1960. Disponible em: <<https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/157/00/PDF/NR015700.pdf?OpenElement>>

OROZCO, Ospina Julio César. Entrevista com especialista em juventude. [Entrevista cedida a] Carlos Alberto Moreno González. Encontro Online. Entrevista concedida para tese de doutorado. Parecer consubstanciado Número: 6.336.413. Juiz de Fora, 2023.

OSORIO, Camila. La justicia transicional ordena al Gobierno reconocer que los niños reclutados no son “máquinas de guerra”. **El País América Colombia**, 12 jan. 2023.

OTTONE, Ernesto; SOJO, Ana. **Cohesión social: inclusión y sentido de pertenencia en América Latina y el Caribe**. Santiago de Chile: CEPAL-N.U., 2007.

OTTONE, Ernesto. El año Internacional de la Juventud: una evaluación más allá del ceremonial. Em: **Juventud y desarrollo: caminos para una respuesta**. Montevideo: CELAJU, 1987. p. 154.

PACIELLO, Álvaro Andrés. Políticas Públicas de Juventud Relaciones de cooperación público-privada. Em: **Políticas de juventud en Latinoamérica: Argentina en perspectiva**. Juventud. Fundación Friedrich Ebert ed. Buenos Aires: FLACSO, 2004. p. 46–55.

PARDO, Reyes Christian. **Evolución de los derechos de los jóvenes en el marco de la carta**

**internacional de los derechos humanos y otros instrumentos jurídicos internacionales.** Colegio de Abogados de Lima., , 2008.

PARSONS, Wayne. Not just steering but weaving: Relevant knowledge and the craft of building policy capacity and coherence. **Australian journal of public administration**, v. 63, n. 1, p. 43–57, 2004.

PARSONS, Wayne. **Políticas públicas: Una introducción a la teoría y la práctica del análisis de políticas públicas.** México: FLACSO Mexico, 2013.

PATIÑO, Agudelo Samuel; AMADOR, Pineda Luis Hernando. **Políticas de Juventud.** . Em: I BIENAL LATINOAMERICANA DE INFANCIAS Y JUVENTUDES. Manizales: Cinde, 19 nov. 2014.

PEREA, Carlos Mario. Somos expresión, no subversión. Juventud, identidades y esfera pública en el suroriente bogotano. Em: **Viviendo a toda, territorios culturales y nuevas sensibilidades.** II. Siglo del hombre Editores ed. Bogotá, D.C., Colombia: Bogotá: Universidad Central, 1998. p. 129–150.

PÉREZ ISLAS, José Antonio; ZERMEÑO, Sergio. La juventud mexicana: una discusión sobre su conocimiento. Em: **Mitos, certezas y esperanzas: Tendencias de las investigaciones sobre juventud en América Latina.** Montevideo, 1989. p. 119–145.

PÉREZ ISLAS, José Antonio. Entrevista com especialista em juventude. [Entrevista cedida a] Carlos Alberto Moreno González. Encontro Online. Entrevista concedida para tese de doutorado. Parecer consubstanciado Número: 6.336.413. Juiz de Fora, 2023.

PÉREZ ISLAS, José Antonio. Game of Glances. Em: **Young People in Complex and Unequal Societies: Doing Youth Studies in Spain and Latin America.** Youth in a Globalizing World. Boston: Brill, 2022. p. 24–59.

PÉREZ ISLAS, José Antonio. Trazos para un mapa de la investigación sobre juventud en América Latina. **Papers. Revista de Sociología**, v. 79, p. 145, 1 jan. 2006.

PÉREZ, Serrano Gloria. **Investigacion cualitativa: retos e interrogantes. Dos: tecnicas y analisis de datos.** Madrid: La muralla, 1994. v. 2

PETERS, B. Guy. **The politics of bureaucracy: An introduction to comparative public administration.** 7<sup>a</sup> ed. New York: Routledge, 2018.

PILOTTI, Francisco J; CAMACHO, María Claudia. **Políticas y programas de juventud en América Latina y el Caribe: Contexto y principales características.** Washington: World Bank, Social Protection, 2003.

PINHEIRO, Ana. Silva; HENRÍQUEZ, Karla Ojeda. Enfoques sobre o estudo da Juventude: uma visão sobre as perspectivas latino-americanas. Em: **Juventud, participación y desarrollo social en América Latina y el Caribe. Escuela regional Most. Unesco Brasil.(Coord.): Valeria Viana Labrea y Pablo Vommaro-Secretaría Nacional de la Juventud, Brasil-Sao Paulo-CLACSO.** Escola Regional Most Unesco Brasil. Brasilia: Secretaria Nacional de Juventude ed. Brasilia: Secretaria Nacional de Juventude, 2014.

PLESNICAR, Lorena Natalia. El discurso de la OIJ sobre la participación de la juventud en el desarrollo (1980-2000). **Revue Interdisciplinaire des travaux sur les Amériques**, n. 4, 2010.

PLESNICAR, Lorena Natalia. El objeto juventud en la I Conferencia Iberoamericana de Juventud. Argentina. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 7, n. 2, p. 1209–1227, jul. 2009b.

PLESNICAR, Lorena Natalia. El objeto juventud en la II Conferencia de la OIJ. p. 21, 2009a.

PLESNICAR, Lorena Natalia. Las juventudes como objeto de discurso en las Declaraciones de la Organización Iberoamericana de Juventud en las últimas dos décadas del siglo XX. **Espacio abierto: cuaderno venezolano de sociología**, v. 22, n. 1, p. 44–70, 2013.

- PONTES, Reinaldo Nobre. Juventude(s) e políticas públicas. **Revista Katálysis**, v. 19, n. 1, p. 9–10, jun. 2016.
- PUNTES, Julio César. Políticas Públicas de Juventud y Gasto Público en Colombia [1991-2001] 107. Em: **Construcción de Políticas de Juventud: Análisis y Perspectivas**. Programa Presidencial Colombia Joven-Centro de Estudios Avanzados en Niñez y Juventud CINDE-U. de Manizales-GTZ– UNICEF ed. Manizales: Colombia Joven, 2004. p. 197–291.
- REGUILLO, Rossana; FEIXA, Carles (EDS.). Obertura. Entre siglos. Em: **Tiempo de híbridos: entresiglos jóvenes México-Cataluña**. Colección jóvenes. Distrito Federal, México: Instituto Mexicano de la Juventud, 2004.
- REINA, Rodríguez Carlos. Historia y Jóvenes: Aproximaciones y Perspectivas Teóricas. **Revista Republicana**, n. 9, p. 17, 2015.
- REINA, Rodríguez Carlos. **Historia, memoria y jóvenes en Bogotá. De las culturas juveniles urbanas de finales del siglo XX a las manifestaciones identitarias juveniles en el siglo XXI**. Bogotá: Metalmorfosis Social, 2011.
- REYNAGA, O. S.; FARFÁN, F. P. **Redes académicas... potencialidades académicas**. Recuperado de: [http://www.anuies.mx/Reynaga\\_ObregonFarfan\\_redes\\_Academicas.pdf](http://www.anuies.mx/Reynaga_ObregonFarfan_redes_Academicas.pdf). **Anais...** Em: Retos Y Expectativas De La Universidad. México: Cuarto Congreso Nacional y Tercero Internacional, 2004.
- RFI. Estudiantes bolivianos llevan la protesta cerca de Evo Morales. **RFI**, 5 nov. 2019b.
- RFI. Huelga por el clima: marchan jóvenes de más de 100 países. **RFI**, 15 mar. 2019a.
- RIBEIRO, Eliane Andrade. Entrevista com especialista em juventude. [Entrevista cedida a] Carlos Alberto Moreno González. Encontro Online. Entrevista concedida para tese de doutorado. Parecer consubstanciado Número: 6.336.413. Juiz de Fora, 2023.
- ROCHA, V. Da teoria à análise: Uma introdução ao uso de entrevistas individuais semiestruturadas na ciência política. **Revista Política Hoje**, v. 30, n. 1, p. 197–251, 8 abr. 2021.
- RODRÍGUEZ G., ARITZ. La Federación Mundial de la Juventud Democrática (FMJD): 75 años de lucha de la juventud contra el imperialismo. **Agitación Revista. Internacional**, 2020.
- RODRÍGUEZ, Ernesto. **Bases para la construcción de un índice de desarrollo de políticas sectoriales de juventud para América Latina**. Montevideo: Centro Latinoamericano sobre Juventud (CELAJU); UNESCO; OIJ, 2016.
- RODRÍGUEZ, Ernesto. Juventud y desarrollo en América Latina: desafíos y prioridades en el comienzo de un nuevo siglo. **Los jóvenes y el trabajo: la educación frente a la exclusión social. México, IA/Unicef/Cinterfor-OIT/RET**, p. 27–58, 2001.
- RODRÍGUEZ, Ernesto. Juventud y violencia en América Latina: Una prioridad para las políticas públicas y una oportunidad para la aplicación de enfoques integrados e integrales. **Desacatos**, n. 14, p. 36–59, 2004.
- RODRÍGUEZ, Ernesto. **Movimientos Juveniles En América Latina: Entre La Tradición Y La Innovación**. 2012.
- RODRÍGUEZ, Ernesto. **Políticas de juventud y desarrollo social en América Latina: bases para la construcción de respuestas integradas**. San Salvador: UNESCO, 2011. v. 11
- RODRÍGUEZ, Ernesto. **Políticas públicas de juventud en América Latina: avances concretados y desafíos a encarar en el Marco del Año Internacional de la Juventud**. Brasília, 2010.
- RODRÍGUEZ, Ernesto. Políticas públicas de juventud en América Latina: experiencias. **Pensamiento iberoamericano**, n. 3, p. 273–291, 2008.
- RODRÍGUEZ, Ernesto. Políticas Públicas de Juventud en América Latina: Empoderamiento de los jóvenes, enfoques integrados, gestión moderna y perspectiva generacional. Em: **Construcción de**

- Políticas de juventud: Análisis y perspectivas.** 1ª ed. Manizales: Programa Presidencial Colombia Joven - Centro de Estudios Avanzados en Niñez y Juventud CINDE - U. de Manizales -GTZ- UNICEF, 2013. p. 77–115.
- RODRÍGUEZ, Ernesto. Políticas Públicas de Juventud en Paraguay: Bases para el diseño de un plan. El diseño de un plan de acciones integradas para el periodo 2015 – 2018. p. 72, 2015.
- RODRÍGUEZ, Ernesto.; DABEZIES, Bernardo. **Primer Informe sobre la juventud de América Latina 1990.** Conferencia Iberoamericana de Juventud, 1991.
- ROVIROSA, Madrazo Citlali. Bloque generacional: elementos para el análisis de la cuestión juvenil. **Revista de estudios sobre la Juventud**, n. 5, p. 51- 64., 1985.
- RUA, Maria das Graças. As políticas públicas e a juventude dos anos 90. Em: **Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas.** Brasília: CNPD, 1998. v. 2p. 731–752.
- SAAD, Paulo Murad; MILLER, Tim; HOLZ, Mauricio; MARTÍNEZ, Ciro. **Juventud y bono demográfico en Iberoamérica.** Madrid: OIJ; CEPAL; CELADE, 2012.
- SANDOVAL, Mario. Caracterización de la juventud chilena actual. **Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales**, 2007.
- SANTOS, Luis Daniel. **Las políticas públicas de juventud en Colombia: una mirada histórica Pinzón Jóvenes Constructores de Paz.** Colombia, 2001.
- SARTORI, Giovanni; MORLINO, Leonardo. **La comparación en las ciencias sociales.** Alianza Madrid, 2007.
- SCAGLIOLA, Miguel. La transición a la adultez de las políticas de juventud. Apuntes para un balance de tres décadas en Uruguay. Em: **Políticas de juventudes y participación política: perspectivas, agendas y ámbitos de militancia.** BERETTA, Diego; LAREDO, Fernand, NUÑEZ, Pedro y VOMMARO, Pablo (Comps.) Rosario: 1ª ed. Rosario: CLACSO/Universidad Nacional de Rosario, 2018. p. 263–279.
- SCHNEIDMAN, Miriam. **Una estrategia enfocada a jóvenes en riesgo : justificaciones básicas, programas para jóvenes y asuntos relacionados con monitoreo y evaluación: 15932.** [s.l.] The World Bank, 1996.
- SCOUTS. **Scout.org.es.** Disponible em: <<https://www.scout.org/es>>. Acceso em: 3 jan. 2023.
- SEGIB, OIE. **Libro de la XVIII Cumbre Iberoamericana Juventud y Desarrollo.** San Salvador, 2008.
- SEGIB, OIE. **Libro Oficial de la XVII Cumbre Iberoamericana.** Santiago de Chile, 2007.
- SERRANO Amaya José Fernando; HOYOS Gómez Diana; QUINTERO Tobón Fernando; CAICEDO Fernández Alhena; Bejarano Rodríguez Leonardo. **Juventud, estado del arte, Bogotá 1990-2000.** Bogotá, D.C., Colombia: Ediciones Universidad Central, 2003.
- SILVA, Juan Claudio. Reflexiones y aportes a una política comunal -a escala humana- en juventud. **Ultima década**, v. 8, n. 12, mar. 2000.
- SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, n. 16, p. 20–45, dez. 2006.
- SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, p. 16–39, dez. 2003.
- SPOSITO, Marília Pontes. Violencia colectiva, jóvenes y educación. **Revista Mexicana de Sociología**, v. 56, n. 3, p. 113–128, 1994.
- TAVARES, Breitner. Sociologia da Juventude: da juventude desviante ao protagonismo jovem da Unesco. **Sociedade e Cultura**, v. 15, n. 1, p. 181–191, 2012.
- Teenage.** Tribeca Film Institute. Pictures, S. (Productor), , 2014. Disponible em: <[www.teenagefilm.com](http://www.teenagefilm.com)>. Acceso em: 10 abr. 2018

- TEJEIRO, Carlos Enrique. **Teoría general de niñez y adolescencia**. 2005.
- THE GUARDIAN. Children of the revolution: the Hong Kong youths ready to “sacrifice everything”. **The Guardian**, 15 dez. 2019.
- U. GUADALAJARA. **Año Internacional de la Juventud (1985)**. Tomo cuarto. La Universidad de Guadalajara, 1925 - 2017. Disponible em: <<http://enciclopedia.udg.mx/articulos/ano-internacional-de-la-juventud-1985>>. Acceso em: 2 jan. 2020.
- UNDA LARA, René. **Estado del arte acerca del conocimiento producido sobre juventud en el Ecuador: Ejes: trabajo, migración y participación**. Quito: Editogran, 2014.
- UNES. **La política pública de juventud en Venezuela: recorridos, enfoques y desafíos**. Red de la Calle ed. Caracas: UNES, Universidad Nacional Experimental de la Seguridad, 2012.
- UNESCO. Año Internacional de la Juventud, 1985. **Revista de información de la Comisión Nacional Española de Cooperación con la UNESCO**, n. 40, p. 41–53, 1984.
- UNESCO. **Conferencia General 19a. Proyecto de Plan a Plazo medio 1977-1982**.: 19 C/4. Nairobi: UNESCO, 1976.
- UNESCO. **Hacia el Año Internacional de la Juventud**.: Mesa Redonda, Costinesti. Costinesti, Romania: Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura, 1985. Disponible em: <[https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000050690\\_spa](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000050690_spa)>. Acceso em: 11 abr. 2020.
- UNESCO. Igualdad de Oportunidades para todos. **El Correo de la UNESCO: una ventana abierta sobre el mundo**., v. XXX, n. 3, p. 26–27, mar. 1977.
- UNESCO. **Juventud, tradición y desarrollo en África**. Barcelona: Serbal, 1982.
- UNESCO. **La mobilisation des jeunes pour le développement dans les contextes asiatiques**. París: UNESCO, 1979b.
- UNESCO. **Nuevos enfoques sobre la juventud rural y el desarrollo en América Latina y el Caribe**. París: UNESCO, 1981. v. Informe final
- UNESCO. **Youth and work: the incidence of the economic situation on the access of young people to education, culture and work**. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization ed. París: UNESCO, 1979a.
- URTEAGA, Maritza. Género, clase y etnia. Los modos de ser joven. Em: **Los jóvenes en México**. México: Fondo de Cultura Económica, 2017. p. 15–51.
- UTHOFF, Andras. El financiamiento de la política social. Em: **Familia y políticas públicas en América Latina: una historia de desencuentros-LC/G. 2345-P-2007-p**. Santiago de Chile: CEPAL-N.U., 2007. p. 297–311.
- VANDERSCHUEREN, Franz; OLAVE, Rosa María; RUIZ, Juan Carlos; MOSCIATTI, Ezio DIAZ, Germán; CANTO, Cristián del. **Guía para la prevención local. Hacia políticas de cohesión social y seguridad ciudadana**. Universidad Alberto Hurtado de Chile ed. Santiago de Chile: ONU-HABITAT, 2009.
- VÁZQUEZ, Melina. **Juventudes, políticas públicas y participación: un estudio de las producciones socioestatales de juventud en la Argentina reciente**. 1a edición ed. C.A.B.A: GEU, Grupo Editor Universitario, 2015.
- VELÁZQUEZ, María Ruth Gutiérrez; MÉNDEZ, Reyes Jesús. Juventud, readaptación y sueños truncados: Centro de Diagnóstico para Adolescentes de Tijuana, Baja California. **Frontera norte**, v. 27, n. 54, p. 53–72, 2015.
- VOA. Protesta estudiantil cierra semana de activismo de oposición. **Voz de América**, 21 nov. 2019.
- VOMMARO, Pablo Ariel. **Juventudes y políticas en la Argentina y en América Latina: Tendencias, conflictos y desafíos**. Buenos Aires: Grupo Editor Universitario; Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2015.

- WAGGGS. **World Association of Girls Guides and Girl Scouts**. Disponível em: <<https://www.wagggs.org/es/about-us/our-history/>>. Acesso em: 3 jan. 2021.
- WASELFISZ, Julio Jacobo. **Juventude, violência e cidadania: os jovens de Brasília**. UNESCO ed. São Paulo: CORTEZ EDITORA, 1998.
- WAMBRA. La protesta también fue joven. **Wambra Medio Comunitario**, 26 out. 2019.
- WEISHEIMER, Nilson. Marialice Foracchi e a formação da sociologia da juventude no Brasil. **BIB-Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 77, p. 91–117, 2014.
- WELLER, Jürgen; CEPAL, N. U. **Los jóvenes y el empleo en América Latina: desafíos y perspectivas ante el nuevo escenario laboral**. CEPAL, 2006.
- WERTHEIN, Jorge; BRASLAVSKY, Cecilia; TEDESCO, Juan Carlos; OUANE, Adama; CUNHA, Célio da. **Políticas públicas de/para/com juventudes**. Brasília: UNESCO, 2004.
- WITTER, Geraldina Porto. Pesquisa Bibliográfica, Pesquisa Documental e Busca de Informação. **Estudos de Psicologia**, v. 7, n. 1–2, p. 05–30, 1990.
- YEATES, N. Globalization and social policy in a development context: regional responses. **United Nations Research Institute for Social Development**, Programme Paper. n. 18, p. 28, 2005.
- YMCA. **World YMCA**. Disponível em: <<https://www.ymca.int/about-us/>>. Acesso em: 3 jan. 2020.
- YOUTHPOLICY.ORG. **Baku Commitment to Youth Policies**. Institucional. Disponível em: <<https://www.youthpolicy.org/library/documents/baku-commitment-to-youth-policies/>>. Acesso em: 27 abr. 2022.
- ZAHARIADIS, Nikolaos. **Handbook of public policy agenda setting**. Cheltenham, UK: Edward Elgar Publishing, 2016.
- ZARZURI, Cortés Raúl. Notas para una aproximación teórica a nuevas culturas juveniles: las tribus urbanas. **Ultima década**, v. 8, n. 13, p. 81–96, set. 2000.
- ZHU, Jonathan; BLOOD, Deborah. Media agenda-setting theory: Review of a 25-year research tradition. **Perspectives**, v. 8, n. 1, p. 97–149, 1996.
- ZURBRIGGEN, Cristina. La utilidad del análisis de redes de políticas públicas. **Argumentos (México, D.F.)**, v. 24, n. 66, p. 181–209, ago. 2011.
- ZURBRIGGEN, Cristina. Las redes de políticas públicas. Una revisión teórica. **Colección de Documentos**, v. 105, 2003.

## ANEXOS

### Anexo 1: Roteiro Entrevista

**Objetivo:** Conhecer a perspectiva dos atores acadêmicos na participação e construção da agenda de políticas públicas de juventude

**Entrevistado:** \_\_\_\_\_ **Data da entrevista:**

DD/MM/AAAA

**Instituição:** \_\_\_\_\_ **Ano de nascimento:**

AAAA

### Proposta de perguntas para a conversa

A entrevista terá como base as seguintes perguntas, buscando não apenas respostas a um questionário, mas sim um diálogo que permita ao entrevistado compartilhar sua experiência.

**Para iniciar esta entrevista, gostaria de saber:**

- Favor informar seu nome completo.
- Indique seu ano de nascimento.
- Atualmente, qual é o local de sua atividade profissional?
- Qual é sua formação acadêmica?
- Descreva o processo que o levou a integrar esta instituição.
- Aborde como se iniciou em sua atuação na área relacionada à juventude.

○ **Redes:**

1. A quais redes de jovens pertence? Como surgiu essa rede de especialistas? Como recebeu esse convite?
2. Quais são as questões que mais lhe interessam em relação às juventudes?

○ **Visão geral do PPJ:**

3. Qual é o papel dos jovens na construção das Políticas Públicas?
4. Como estão os processos de construção e formulação do PPJ no seu país?
5. Que tipo de prioridades são estabelecidas na formulação do PPJ?
6. Considera que, na formulação da política pública de juventude, foram consideradas as diferentes juventudes que fazem parte do país?
7. Quais foram os fatores que permitiram a agenda de políticas públicas de juventude?
8. Reconhece especificamente alguma liderança que foi gerada para definir a agenda?
9. O que acha das respostas que os governos têm dado em relação aos jovens e à formulação de PPJ?
10. As PPJ estão devidamente articuladas atendendo a todos os segmentos e juventudes ou estão projetadas para atender especificamente os grupos mais vulneráveis?
11. Existe uma política de Estado para a juventude ou são apenas políticas de governo? Seria necessária uma política de Estado?
12. Quais são as diretrizes, conceitos e estratégias que têm permeado o PPJ?

○ **Participação:**

13. Quais são os principais atores que participaram da construção de políticas públicas de juventude?
14. Como se constitui a participação dos jovens na formulação e construção do PPJ?
15. A participação dos jovens na construção das políticas públicas e na gestão das políticas locais favorece a consolidação das estratégias propostas na formulação de políticas mais reais?
16. Considera que a mobilização juvenil é importante para a formulação de políticas de

juventude ou, ao contrário, pode ser um aspecto que cria abismos entre governos e juventude? Você considera que as mobilizações sociais e os movimentos de jovens e estudantes influenciam na construção do PPJ?

17. No caso da Colômbia, e do Brasil, como foi a participação dos atores acadêmicos? Eles se envolveram na formulação do PPJ?

18. Qual a importância da academia na produção de estudos e pesquisas sobre a situação dos jovens?

19. Que tipo de relacionamento se estabelece entre a Academia e os gestores políticos na apresentação dos projetos de lei e na formulação do PPJ? As redes são criadas?

20. Existem redes nacionais em torno da questão da juventude? A quais redes internacionais pertence?

○ **Organismos Internacionais:**

21. Qual o papel dos organismos internacionais na formulação do PPJ no país?

22. De que forma as sugestões ou observações de organismos internacionais intervêm na agenda do PPJ?

23. Considera que as políticas públicas de juventude na América do Sul, e particularmente no Brasil e na Colômbia, têm sido formuladas mais pelas demandas dos organismos multilaterais do que pelas necessidades e ações dos próprios jovens?

24. Como está avançando o processo de construção da Política Pública de Juventude na Colômbia?

25. Que conceituação de juventude aparece nessas políticas voltadas para os jovens?

26. Desde as demandas dos jovens, quais foram as principais reivindicações ou interesses que buscaram ser ouvidos pelo governo?

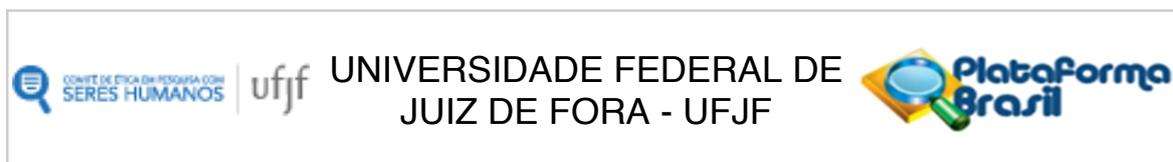
27. Como apontaria as motivações ou interesses que foram apresentados pelos atores políticos, sociais ou juvenis? O que seria um referencial de ator chave?

28. Como se configuram as políticas internacionais e nacionais voltadas ao atendimento da população jovem?

29. Como as PPJ auxiliam às juventudes pobres e vulneráveis diante das estratégias propostas na formação educacional e profissional frente à falta de emprego e à precarização do trabalho atual?

30. Como evitar a homogeneização do PPJ reconhecendo a heterogeneidade dos jovens beneficiários dessas políticas?

## Anexo 2: Parecer consubstanciado do CEP



## PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** Políticas Públicas para a Juventude no Brasil e na Colômbia: da formação da agenda à institucionalização

**Pesquisador:** Carlos Alberto Moreno Gonzalez

**Área Temática:**

**Versão:** 3

**CAAE:** 69483323.0.0000.5147

**Instituição Proponente:** Departamento de Ciências Sociais

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 6.336.413

#### **Apresentação do Projeto:**

As informações reproduzidas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e "Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram retiradas do arquivo Informações Básicas da Pesquisa.

"O presente projeto tem como objetivo compreender as políticas públicas para a juventude no Brasil e na Colômbia entre 1985 e 2016. A partir da entrada da questão da juventude na agenda política, esses países construíram políticas de juventude que estabeleceram os direitos das suas juventudes. Ancorados em documentos e fóruns de organismos multilaterais, como por exemplo a Organização das Nações Unidas - ONU, tais

políticas ressignificam o papel e as representações das juventudes. Com base nisso, este projeto mapeou os atores sociais que pesquisaram sobre o processo de elaboração dessas políticas no Brasil e na Colômbia, a fim de entender como o tema da juventude entrou na agenda de políticas públicas nesses países e qual foi o papel dos especialistas em políticas públicas para a juventude na formação dessa agenda e na elaboração das políticas nacionais de juventude que foram criadas no Brasil e na Colômbia. Metodologicamente é uma pesquisa qualitativa com perspectiva descritiva, e os dados foram coletados diretamente dos sujeitos que participam na consolidação das políticas de juventude por meio da aplicação de entrevistas semiestruturadas, analisadas por meio da análise de conteúdo categorial. Com seus resultados pretende-se compreender os temas e as unidades semânticas a fim de destrinchar as principais interpretações e representações de juventude dos atores que participaram na construção das Políticas Nacionais de Juventude no

**Endereço:** JOSE LOURENCO KELMER S/N

**Bairro:** SAO PEDRO

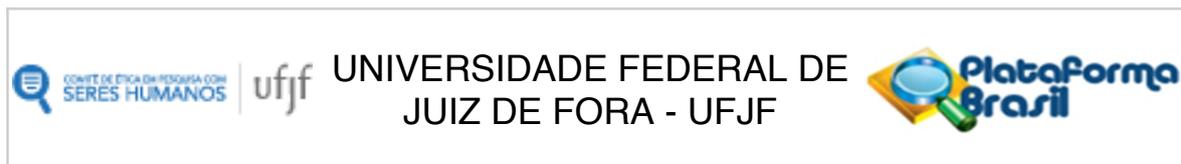
**CEP:** 36.036-900

**UF:** MG

**Município:** JUIZ DE FORA

**Telefone:** (32)2102-3788

**E-mail:** cep.propp@ufjf.br



Continuação do Parecer: 6.336.413

Brasil e na Colômbia."

**Objetivo da Pesquisa:**

"Objetivo Primário:

Entender como o tema da juventude entrou na agenda política dos governos de Brasil e de Colômbia.

Objetivo Secundário:

Compreender as atuações dos organismos multilaterais na formação de uma agenda de políticas públicas no Brasil e na Colômbia.

Entender o papel dos acadêmicos na formação das políticas públicas para a juventude no Brasil e na Colômbia."

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

"Riscos:

No que tange a presente pesquisa, consideramos que as entrevistas a serem desenvolvidas apresentam riscos mínimos, uma vez que não devem ocasionar desconfortos ou riscos à integridade física, psíquica ou moral dos entrevistados.

Os procedimentos estabelecidos visam minimizar o risco de constrangimento dos participantes durante a entrevista, assegurando que os entrevistados tenham o direito de interromper a entrevista a qualquer momento e que não sejam pressionados a responder a perguntas que não deseje responder. Dessa forma, busca-se criar um ambiente de respeito e conforto, no qual os participantes se sintam à vontade para expressar suas opiniões e compartilhar suas experiências sem receio de repercussões indesejadas.

Nos comprometemos em manter a devida atenção aos sinais de estresse, medo ou vergonha por parte dos entrevistados e interromper imediatamente a entrevista nesses casos.

Benefícios:

Os participantes poderão ser beneficiados diretamente ao lembrar suas trajetórias na construção de uma agenda pública voltada para os jovens no Brasil e na Colômbia.

Além disso, e especialmente, os participantes poderão usufruir dos benefícios indiretos e de longo prazo que esta pesquisa pode trazer com a tese de doutorado, que contribuirá para a expansão do conhecimento sobre a entrada na agenda política dos problemas da juventude e a construção de políticas públicas voltadas para este segmento da população no Brasil e na Colômbia."

**Endereço:** JOSE LOURENCO KELMER S/N

**Bairro:** SAO PEDRO

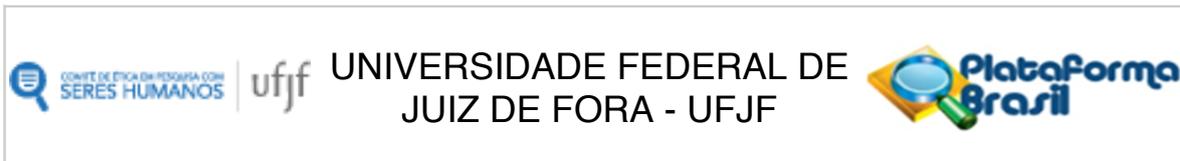
**CEP:** 36.036-900

**UF:** MG

**Município:** JUIZ DE FORA

**Telefone:** (32)2102-3788

**E-mail:** cep.propp@ufff.br



Continuação do Parecer: 6.336.413

#### **Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

As pendências foram sanadas, desta forma o projeto ficou bem estruturado, apresenta o tipo de estudo, número de participantes, critério de inclusão e exclusão, forma de recrutamento. As referências bibliográficas são atuais, sustentam os objetivos do estudo e seguem uma normatização. O cronograma mostra as diversas etapas da pesquisa, além de mostra que a coleta de dados ocorrerá após aprovação do projeto pelo CEP. O orçamento lista a relação detalhada dos custos da pesquisa que serão financiados com recursos próprios conforme consta no campo apoio financeiro. A pesquisa proposta está de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS 466 de 2012, itens IV.6, II.11 e XI.2;

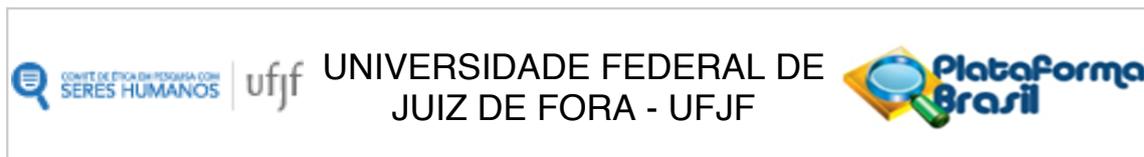
#### **Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

O protocolo de pesquisa está em configuração adequada, apresenta FOLHA DE ROSTO devidamente preenchida, com o título em português, identifica o patrocinador pela pesquisa, estando de acordo com as atribuições definidas na Norma Operacional CNS 001 de 2013 item 3.3 letra a; e 3.4.1 item 16. Apresenta o TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO em linguagem clara para compreensão dos participantes, apresenta justificativa e objetivo, campo para identificação do participante, descreve de forma suficiente os procedimentos, informa que uma das vias do TCLE será entregue aos participantes, assegura a liberdade do participante recusar ou retirar o consentimento sem penalidades, garante sigilo e anonimato, explicita riscos e desconfortos esperados, indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa, contato do pesquisador e do CEP e informa que os dados da pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador pelo período de cinco anos, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS 466 de 2012, itens: IV letra b; IV.3 letras a, b, d, e, f, g e h; IV. 5 letra d e XI.2 letra f. Apresenta o INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS de forma pertinente aos objetivos delineados e preserva os participantes da pesquisa. O Pesquisador apresenta titulação e experiência compatível com o projeto de pesquisa, estando de acordo com as atribuições definidas no Manual Operacional para CEPs. Apresenta DECLARAÇÃO de infraestrutura e de concordância com a realização da pesquisa de acordo com as atribuições definidas na Norma Operacional CNS 001 de 2013 item 3.3 letra h.

#### **Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Diante do exposto, o projeto está aprovado, pois está de acordo com os princípios éticos norteadores da ética em pesquisa estabelecido na Res. 466/12 CNS e com a Norma Operacional N° 001/2013 CNS, segundo este relator, aguardando a análise do Colegiado. Data prevista para o término da pesquisa: 30/01/2024

**Endereço:** JOSE LOURENCO KELMER S/N  
**Bairro:** SAO PEDRO **CEP:** 36.036-900  
**UF:** MG **Município:** JUIZ DE FORA  
**Telefone:** (32)2102-3788 **E-mail:** cep.propp@ufjf.br



Continuação do Parecer: 6.336.413

#### Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, o Comitê de Ética em Pesquisa CEP/UFJF, de acordo com as atribuições definidas na Res. CNS 466/12 e com a Norma Operacional N°001/2013 CNS, manifesta-se pela APROVAÇÃO do protocolo de pesquisa proposto. Vale lembrar ao pesquisador responsável pelo projeto, o compromisso de envio ao CEP de relatórios parciais e/ou total de sua pesquisa informando o andamento da mesma, comunicando também eventos adversos e eventuais modificações no protocolo.

#### Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2123784.pdf	22/08/2023 18:33:52		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_DETALHADO_2023_modificad2.pdf	22/08/2023 18:33:25	Carlos Alberto Moreno Gonzalez	Aceito
Outros	Carta_Resposta_CEP_P6251825.pdf	22/08/2023 18:31:46	Carlos Alberto Moreno Gonzalez	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_mod_F.docx	22/08/2023 18:22:32	Carlos Alberto Moreno Gonzalez	Aceito
Outros	Carta_Resposta_Pendencias.pdf	15/06/2023 00:18:37	Carlos Alberto Moreno Gonzalez	Aceito
Outros	Roteiro_Entrevista.pdf	26/04/2023 15:05:22	Carlos Alberto Moreno Gonzalez	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto.pdf	25/04/2023 14:22:41	Carlos Alberto Moreno Gonzalez	Aceito
Outros	Curriculo_Lattes_2023.pdf	16/04/2023 17:47:54	Carlos Alberto Moreno Gonzalez	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_de_sigilo.pdf	16/04/2023 17:44:53	Carlos Alberto Moreno Gonzalez	Aceito

#### Situação do Parecer:

Aprovado

#### Necessita Apreciação da CONEP:

Não

**Endereço:** JOSE LOURENCO KELMER S/N

**Bairro:** SAO PEDRO

**CEP:** 36.036-900

**UF:** MG

**Município:** JUIZ DE FORA

**Telefone:** (32)2102-3788

**E-mail:** cep.propp@ufjf.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
JUIZ DE FORA - UFJF



Continuação do Parecer: 6.336.413

JUIZ DE FORA, 01 de Outubro de 2023

---

**Assinado por:**  
**Jubel Barreto**  
**(Coordenador(a))**

**Endereço:** JOSE LOURENCO KELMER S/N

**Bairro:** SAO PEDRO

**CEP:** 36.036-900

**UF:** MG

**Município:** JUIZ DE FORA

**Telefone:** (32)2102-3788

**E-mail:** cep.propp@uff.br